INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

BOLETIM

VOL. LXXVIII 2020

ANGRA DO HEROÍSMO

BOLETIM
DO
INSTITUTO
HISTÓRICO
DA
ILHA TERCEIRA

SÓCIOS DO INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA
(31 de dezembro de 2020)

SÓCIOS FUNDADORES
(Todos Falecidos)

- Dr. Cândido Pamplona Forjaz
- Dr. Elmiro Borges da Costa Mendes
- Francisco Coelho Maduro Dias
- Cónego Dr. Francisco Garcia da Rosa
- Dr. Francisco Lourenço Valadão
- Capitão Frederico Lopes da Silva
- Gervásio Lima
- Dr. Henrique Ferreira de Oliveira Braz
- João Carlos da Costa Moniz
- Padre Joaquim Esteves Lourenço
- Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte-Real e Amaral
- Tenente-Coronel José Agostinho (2.º Presidente do Instituto)
- Cónego José Augusto Pereira
- Dr. Luís da Silva Ribeiro (1.º Presidente do Instituto)
- Padre Dr. Manuel Cardoso do Couto
- Dr. Manuel de Sousa Menezes
- Capitão Miguel Cristóvam de Araújo
- Dr. Ramiro Machado
- Raimundo Belo
- Dr. Teotónio Machado Pires (3.º Presidente do Instituto)

SÓCIOS EFETIVOS

- Prof. Doutor Alfredo Emílio Silveira de Borba – Doutorado em Ciências Agrárias - Nutrição Animal. Professor da Universidade dos Açores. **(Tesoureiro Substituto).**

- Dr. Álvaro Pereira da Silva Leal Monjardino – Licenciado em Direito e Advogado. **(Presidente Substituto).**

- Dr. António Bento Fraga Barcelos – Licenciado em História.

- Prof. Doutor António Félix Flores Rodrigues – Doutorado em Ciências do Ambiente, Mestre em Biofísica e Licenciado em Física. Professor da Universidade dos Açores.

- Dr.ª Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa- Mestre em Estudos Literários, Culturais e Interartes, Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas. Diretora da Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro.

- Padre Doutor Duarte Manuel Gonçalves da Rosa – Doutorado em História Contemporânea e Licenciado em Estudos Portugueses, Ciências

da Informação e da Documentação, Direção de Coro, Ciências Religiosas.

- Prof. Doutor Eduardo Manuel Vieira de Brito de Azevedo – Doutorado em Ciências Agrárias – Climatologia Insular. Professor da Universidade dos Açores.
- Prof. Doutor Francisco Cota Rodrigues – Doutorado em Ciências do Ambiente. Professor da Universidade dos Açores.
- Dr. Francisco dos Reis Maduro-Dias – Licenciado em História. Presidente da Rede de Museus dos Açores. **(Vogal do Conselho Fiscal).**
- Cónego Doutor Hélder Manuel Cardoso da Fonseca de Sousa Mendes – Doutorado em Teologia. Vigário Geral da Diocese de Angra. Professor do Seminário Episcopal de Angra.
- Jácome Augusto Paim de Bruges Bettencourt – Historiador e ex-librista. Cônsul da República de Cabo Verde nos Açores.
- Prof. Doutor João da Silva Madruga – Doutorado em Ciências Agrárias e Licenciado em Engenharia de Produção. Professor da Universidade dos Açores.
- Cónego João de Brito do Carmo Meneses – Curso de Teologia. Etnólogo.
- Cónego Doutor João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes - Doutorado em Direito Canónico e Mestre em Relações Internacionais. Professor do Seminário Episcopal de Angra.
- Dr. Jorge Eduardo Abreu Pamplona Forjaz – Licenciado em História. Genealogista.
- Doutor José Armando Martins Mendes – Doutorado em História, Defesa e Relações Internacionais e Licenciado em História Científica. Jornalista. **(Substituto do Conselho Fiscal).**
- Dr. José Avelino Rocha Santos – Mestre em História.
- Dr. José Elmiro Teixeira da Rocha – Licenciado em História.
- Arq.º José Figueiredo Gouveia de Castro Parreira – Licenciado em Arquitetura.
- Prof. Doutor José Gabriel do Álamo de Meneses – Doutorado em Engenharia Civil e Licenciado em Engenharia do Ambiente. Professor da Universidade dos Açores. Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.
- Doutor José Guilherme Reis Leite – Doutorado em História.
- Eng.º José Henrique dos Santos Correia Guedes – Licenciado em Engenharia Civil. **(Presidente do Conselho Fiscal).**
- Dr. José Olívio Mendes Rocha - Mestre em Relações Internacionais e Licenciado em História. **(Presidente do Instituto).**
- Doutor Leandro Adelino Andrade Cardoso Ávila – Doutor em História Insular e Atlântica e Licenciado em Educação Básica. **(Vogal do Conselho Fiscal).**
- Luís Manuel Conde Vieira Pimentel – Genealogista.
- Doutora Maria Antonieta Mendes do Couto Costa – Doutorada em Psicologia Social.
- Dr.ª Maria da Assunção Gil Correia de Melo – Licenciada em História de Arte.
- Dr.ª Maria Helena de Meneses Ormonde – Mestre em Museologia e Património e Licenciada em Antropologia Cultural.
- Dr.ª Maria Manuel Velásquez Ribeiro – Mestre em Museologia e Património e Licenciada em História **(Secretária do Instituto).**
- Dr.ª Marta Dias Barcelos – Mestre em Bioética e Licenciada em Filosofia.
- Dr.ª Marta Sofia Ferreira Bretão – Licenciada em Conservação e Restauro. Professora convidada do Seminário Episcopal de Angra.
- Dr. Miguel Corte-Real da Silveira Monjardino – Mestre em Relações Internacionais e Licen-

ciado em Direito. Professor da Universidade Católica Portuguesa.

- Arq.º Miguel Sieuve Lima de Mendonça e Cunha – Licenciado em Arquitetura.
- Dr.ª Paula Maria Soares Romão – Licenciada em Química. **(Tesoureira do Instituto).**
- Dr. Pedro Nuno Teixeira Corvelo – Licenciado em Direito e Advogado.
- Doutor Ricardo Manuel Madruga da Costa – Doutorado em História. Professor convidado do Seminário Episcopal de Angra e da Universidade dos Açores.
- Dr. Rui Ferreira Ribeiro de Meireles – Licenciado em História.
- Dr. Sérgio Rui Fernandes Toste – Licenciado em Línguas e Literaturas Clássicas e Portuguesa. Professor convidado do Seminário Episcopal de Angra
- Prof. Doutor Tomás Lopes Cavaleiro Ponce Dentinho – Doutorado em Economia Regional. Professor da Universidade dos Açores.
- Dr. Vítor Medeiros Brasil – Mestre em Estudos do Património e Licenciado em História. **(Secretário Substituto).**

SÓCIOS SUPRANUMERÁRIOS

- Doutor Arq.º Luís António Guizado Durão – Doutorado em Arquitetura
- Prof. Doutor Nuno Miguel Ornelas Martins – Doutorado em Economia. Professor da Universidade Católica Portuguesa do Porto.

SÓCIOS HONORÁRIOS

- S.ª Ex.ª Rev.ma D. António de Sousa Braga – Bispo Emérito de Angra.
- Prof. Doutor António José Telo - Professor Catedrático da Academia Militar.
- Prof. Doutor António Manuel Bettencourt Machado Pires - Professor Catedrático Jubilado e antigo Reitor da Universidade dos Açores.
- Dr. António Maria de Ornelas Ourique Mendes – Licenciado em História. Professor Jubilado e Genealogista.
- Prof. Doutor Artur Teodoro de Matos - Professor Catedrático Jubilado.
- Prof. Doutor Avelino de Freitas de Meneses - Professor Catedrático e antigo Reitor da Universidade dos Açores. Secretário Regional da Educação e Cultura do Governo Regional dos Açores.
- S.ª Ex.ª Rev.ma D. Carlos Alberto de Pinho Moreira Azevedo – Bispo Titular de Belali e Delegado do Pontifício Conselho da Cultura da Santa Sé.
- Prof. Doutor Fernando José Mendes Rosas – Professor catedrático jubilado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Prof. Doutor Luís Filipe Ferreira Reis Thomaz - Professor Universitário Jubilado.
- Tenente-Coronel Dr. Manuel Augusto de Faria – Licenciado em História.
- Prof.ª Doutora Manuela Mendonça – Presidente da Academia Portuguesa da História.
- Comendador Valdemar Mota de Ornelas da Silva Gonçalves – Historiador.

SÓCIOS HONRÁRIOS INSTITUCIONAIS

- Diretor Regional da Cultura – Doutor Ricardo de Jesus Vicente Tavares
- Diretora da Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro – Dr.ª Cláudia Alexandra Coelho Meneses da Costa Cardoso.
- Diretor do Museu de Angra do Heroísmo – Dr. Jorge Augusto Paulus Bruno.
- Governador do Castelo de São João Baptista – Coronel de Infantaria João Manuel Mendonça Roque
- Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo – Prof. Doutor José Gabriel do Álamo de Meneses.
- Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória – Dr. Tibério Manuel Faria Dinis.
- Reitor do Seminário Episcopal de Angra – Cónego Doutor Hélder Miranda Alexandre.
- Presidente da Faculdade de Ciências Agrárias e do Ambiente da Universidade dos Açores – Prof. Doutor Alfredo Emílio Silveira de Borba

SÓCIOS CORRESPONDENTES

– Cónego Dr. Adriano Manuel Torres Borges
– Dr.ª Ana Cristina Faria da Silva
– Ana Maria Pacheco do Nascimento
– Dr.ª Ana Sofia Rodrigues de Sousa
– Doutora Arq.ª Antonieta Reis Leite Porto
– António Armindo Salvador Couto
– Sr. Dr. António das Neves Leal
– António de Freitas Rocha Mendes
– Tenente-Coronel (FAP) António Firmino de Sousa Mendes
– Eng.º António Luís Cansado de Carvalho de Matos e Silva
– Monsenhor Doutor António Manuel Machado Saldanha e Albuquerque
– António Maria Silva Gonçalves
– Dr. Artur Goulart de Melo Borges
– Dr. Aurélio Henrique Silva Franco da Fonseca
– Dr.ª Brígida Raquel Pamplona de Oliveira Ribeiro de Meireles
– Dr.ª Carla Alexandra Costa Ferreira
– Prof. Doutor Carlos Eduardo Pacheco Amaral
– Dr. Carlos Fernando de Medeiros Correia
– Dr. Carlos Manuel Pimentel Enes
– Dr. Carlos Melo Bento
– Dr.ª Carolina Alexandra de Melo Rocha
– Dr.ª Carolina Pires Costa
– Dr.ª Cátia Daniela dos Santos Sousa
– Dr. Cristian Ortiz Garcia
– Cristóvão Hermínio Teixeira de Melo Azevedo
– Embaixador Dr. Daniel António Pereira
– Dr. David José Fernandes da Silva
– Diana Teresa Fanha da Graça Gonçalves dos Santos
– Padre Doutor Dinis Manuel Branco da Silveira
– Dr. Diniz Aurélio Lourenço Borges
– Dr. Dionísio Mendes de Sousa
– Doutor Duarte Nuno da Silva Vieira Chaves

- Dr. Eduardo Borba da Silva
- Dr. Eduardo Godinho Rocha
- Prof. Doutor Eduíno Moniz de Jesus
- Dr. Emanuel Filipe Gregório Areias
- Prof. Doutor Eurico José Gomes Dias
- Dr. Evo Eduardo Soares Pereira de Camões Fernandes
- Dr.ª Fátima da Conceição de Morais Simão
- Dr. Fernando Manuel Faria Ribeiro
- Dr.ª Filipa Alexandra de Moura Magalhães Tavares
- Dr.ª Filipa Verónica Fagundes da Silva
- Dr. Enf.º Francisco Hermínio de Meneses Branco
- Dr. Francisco João dos Reis Pedroso de Lima
- Francisco Jorge da Silva Ferreira
- Dr. Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral
- Dr. Francisco Miguel Lima Nogueira
- Dr. Francisco Torres Pimentel
- Dr. Gabriel Mendes Pavão
- Prof. Doutor George Monteiro
- Doutor Georges Piotet
- Dr.ª Gertrudes Laranjinha dos Santos Brito do Rio
- Dr. Gonçalo Andrade Pinheira Monjardino Nemésio
- Dr. Gonçalo Mendes Barata Sampaio Viola
- Prof. Doutor Gonçalo Mesquita da Silveira de Vasconcelos e Sousa (Castelo Melhor)
- Padre Dr. Hélio Nuno Santos Soares
- Dr. Henrique de Aguiar Oliveira Rodrigues (Presidente do Instituto Cultural de Ponta Delgada)
- Eng.º Humberto Fernando Martins Oliveira
- Dr.ª Isabel Maria Coelho da Silva
- Doutora Isolina Júlia dos Reis e Reis de Medeiros
- Doutor Jaime Regalado Andrade Tavares Ferreira Regalado
- Dr. João Amândio Teixeira Goulart de Bettencourt
- João António Gomes Vieira
- Dr. João de Deus Meneses Melo
- Arq.º João Filipe Mateus Braga
- João Luís Leote Tavares Esquível
- Dr. João Manuel Aranda e Silva
- Dr. João Manuel Dinis da Silva Ventura
- Dr. João Maria Soares de Barcelos
- Dr. João Paulo Garcia Santos Moniz
- Jorge Braz
- Dr. Jorge Bruno Marques de Brito
- Prof. Doutor Jorge Couto
- Dr. José Álvaro Amaral Afonso
- Coronel Eng.º José Carlos de Magalhães Cymbron
- Eng.º José Eliseu Mendes Costa
- José Elmiro Ramalho Bettencourt Dores
- José Guilherme Teixeira Machado
- Comendador José Henrique Álamo Oliveira
- Prof. Doutor José Henrique Ornelas
- Dr. José Isaac Mendes Ávila
- José Liduíno Melo de Borba
- Doutor José Luís Pereira Santos Gonçalves Neto

- Prof. Doutor José Manuel Bettencourt da Câmara
- Prof. Doutor José Manuel Damião Soares Rodrigues
- Prof. Doutor José Manuel Martins Ferreira Coelho
- Prof. Doutor José Manuel Monteiro da Silva
- Prof. Doutor José Manuel Oliveira Mendes
- Doutora Lélia Pereira da Silva Nunes
- Dr.ª Lúcia Maria Ávila da Silveira
- Dr. Luís Carlos Fortuna Henriques
- Tenente-Coronel Luís Carmo Neves da Silva Silveira
- Dr. Luís Filipe Cota Bettencourt Moniz Barreto
- Dr. Luís Maciel Silva
- Prof. Doutor Luís Manuel Arruda
- Dr. Luís Manuel Machado Meneses
- Prof. Doutor Luís Manuel Vieira de Andrade
- Prof. Doutor Luiz Fagundes Duarte
- Dr. Manuel Conde Bettencourt
- Padre Manuel Garcia da Silveira
- Doutor Manuel Lobo Cabrera
- Capitão-de-Fragata Marcelo Leal Pamplona
- Manuel de Meneses Martins
- Dr. Dom Marcus Soares de Albergaria de Noronha da Costa (Subserra)
- Dr.ª Maria da Graça Ávila de Sousa Vaz Cardoso
- Dr.ª Maria de Fátima da Silva Borba
- Dr.ª Maria Lúcia Toste Parreira de Bettencourt Pereira Forjaz
- Dr.ª Maria de Lurdes Silveira Pereira
- Maria Luísa da Cunha Ribeiro
- Prof.ª Doutora Maria Margarida Roque Lalanda Gonçalves
- Prof.ª Doutora Maria Margarida de Mendonça Vaz do Rego Machado
- Prof.ª Doutora Maria Norberta Bettencourt Amorim
- Dr.ª Maria Teresa Valadão Caldeira Martins
- Dr. Mário Damiense de Carvalho Toste
- Dr.ª Margarida dos Santos Lopes
- Dr. Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira
- Dr.ª Melânia de Fátima Costa Pereira de Castro
- Dr. Miguel Duarte Rosa Costa
- Doutor Nereu do Vale Pereira
- Prof. Doutor Onésimo Teotónio Almeida
- Prof. Doutor Paulo Drumond Braga
- Paulo Henrique Lopes Mendonça
- Dr. Paulo José Lourenço Paim Barcelos
- Eng.º Paulo José Mendes Barcelos
- Doutor Paulo Patrício da Silveira e Sousa
- Dr. Paulo Sérgio Matos de Sousa
- Prof. Doutor Paulo Teodoro Lopes de Matos
- Dr. Pedro Jorge Pascoal Ferreira de Melo
- Pedro Marçal Vaz Pereira
- Padre Dr. Pedro Miguel de Medeiros Cabral
- Dr. Pedro Tiago Coelho Parreira
- Dr. Philippe Garnier
- Dr. Ramiro Jorge Oliveira da Silva
- Dr. Ricardo Manuel Rodrigues de Barros
- Dr. Rúben Tiago Quadros Ramos
- Tenente-Coronel Doutor Rui Carita

- Prof. Doutor Rui de Sousa Martins
- Prof.ª Doutora Rute Isabel Rodrigues Dias Gregório
- Dr.ª Sandra Maria Gonçalves Monteiro
- Prof.ª Doutora Susana Maria Goulart Pereira da Costa
- Dr.ª Susana Rocha
- Dr.ª Tânia Gabriela Godinho Santos Mendes
- Dr.ª Tânia Isabel Paim da Silva
- Dr. Tiago Paulo Inácio Resendes
- Prof. Dr. Tiago Prenda Rodrigues
- Doutor Tomé Ribeiro Gomes
- Dr.ª Vanda Maria de Melo Furtado Belém
- Prof. Doutor Victor Hugo Lecoq de Lacerda Forjaz
- Victor Manuel da Silva Cardoso
- Dr. Vítor Hugo Fernandes do Castelo
- Prof. Doutor Vítor Manuel Guimarães Veríssimo Serrão

SÓCIOS SUBSCRITORES

- Amílcar João Flores Cabral
- Eng.º Duarte Rafael Cota Bettencourt Moniz
- Cónego Dr. Jacinto Alberto de Meneses Bento
- Jorge Corrêa de Faria e Maia de Aguiar
- Jorge Gabriel Maiato Paim
- Padre Jorge Manuel Mendonça Luís
- José Baldaia Paim Vieira
- Jorge Manuel da Rocha Vicetto
- Prof. Manuel Gregório de Ataíde
- Dr.ª Maria Luísa Bretão Nunes da Graça
- Maria Manuela Vieira Areia
- Dr. Miguel Duarte Rosa Costa
- Dr.ª Paula Elsa Carvalho Moniz
- Dr. Roberto Manuel Garcia Nunes

CICLO DE CONFERÊNCIAS

PALESTRA COMEMORATIVA DOS 525 ANOS DO HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO

João Maria Mendes[*]

No dia 6 de Maio do ano de 1508 apareceu à porta da casa da morada do honrado João de Toledo, que nessa altura servia de Juiz Ordinário da Câmara de Angra (ou seja o equiparado ao atual Presidente da Câmara, embora com competências judiciais de primeira instância), um tal João Afonso da Cunha, escudeiro e escrivão do Almoxarifado da mesma Câmara, dizendo que ele era confrade e principiador do Hospital da Vila de Angra, mas como partia para Portugal vinha pedir que lhe fosse passado um público instrumento do teor de um

> "…compromisso que está no Livro do dito Hospital a fim de requerer a El Rei tudo o que para o dito Hospital que ser pudesse, e o queria confirmar por Sua Alteza, por ser cousa para sempre, e necessário ao dito hospital, e pobres, e enfermos, que se a ele recolhem e segundo mais perfeitamente ele apontaria ao dito Senhor."

De imediato, o Juiz Ordinário mandou ao público tabelião António Fernandes, que também era escrivão do dito hospital, que trasladasse o referido Compromisso o que tudo se fez na presença das testemunhas Álvaro Lopes, Diogo de Pinhel que era barbeiro (talvez exercendo essa profissão de barbeiro-sangrador no Hospital), Afonso Dias e Pedro Fernandes, filho do Juiz Ordinário João de Toledo, e outros que não são mencionados.

---

[*] IHIT

O presente artigo é o texto de uma palestra proferida no dia 15 de Março de 2017, por ocasião da sessão solene comemorativa do 525.º aniversário da fundação do Hospital de Santo Espírito de Angra, no salão nobre da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo por convite do então Conselho de Administração do atual Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira constituído pela Dr.ª Olga Freitas, Presidente, e pelos Vogais Dr. Marco André Forjaz Rendeiro, Dr.ª Maria Armas, Diretora Clínica e o Enfermeiro Casimiro Ribeiro, Enfermeiro Diretor.

Mantemos o texto tal qual foi lido apenas com algumas referências bibliográficas agora acrescentadas.

É por esta importante diligência que se conhece indiretamente o primitivo e original Compromisso do Hospital de Santo Espírito de Angra, dado que o tabelião António Fernandes o tombou num dos livros da já então existente Santa Casa da Misericórdia de Angra, hoje depositado na Biblioteca Pública e Arquivo Regional Dr. Luís da Silva Ribeiro.

É de toda a justiça referir que foi o Senhor João Dias Afonso, infelizmente já falecido, que primeiro fez a leitura e a transcrição deste importante documento (bem como de outros três relativos ao Hospital) e publicou numa pequena brochura de apresentação de relatório e contas da mesma Santa Casa da Misericórdia no ano de 1970, depois editada em separata autónoma.

O certo é que João Afonso da Cunha, chegado a Portugal, exerceu eficazmente as suas influências junto da Corte porquanto já a 11 de Agosto do mesmo ano de 1508 o Rei de Portugal, D. Manuel I, assinava em Sintra um Alvará de confirmação do Compromisso do Hospital da Vila de Angra.

Neste Alvará régio confirma-se que existiam o hospital e uma Confraria do Espírito Santo a qual era a principal garante da subsistência daquela casa de saúde, na medida em que geria as heranças e outros proventos que arrecadava[1].

Feito este breve preâmbulo convém agora entrar diretamente no acontecimento que a Ex.ma Administração do Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira, como agora se chama o nosso Hospital, muito louvavelmente pretende assinalar.

Perfazem hoje 525 anos que um grupo de cidadãos da então Vila de Angra (recorde-se que foi elevada a cidade em Agosto de 1534) se reuniram na Casa de Santo Espírito para fazerem "*…um compromisso da ordem, e maneira, que em o dito hospital há-de estar para sempre…*" conforme se pode ler no tal mencionado traslado notarial.

Será este importante documento que nos servirá de base para uma análise dos acontecimentos e uma possível interpretação da fundação do Hospital de Santo Espírito de Angra e a natureza funcional da Confraria que o suportava.

Abro um parêntese para vincar que apesar do Hospital de Santo Espírito ter funcionado em quatro edifícios distintos é sempre a mesma instituição que prevaleceu até hoje.

Foi no dia 15 de Março do ano de 1492 que este grupo de cidadãos da Vila de Angra, muitos deles parentes entre si, assinou o referido Compromisso do Hospital.

[1] Francisco Ferreira Drummond, *Anais da Ilha Terceira*, CMAH /IHIT, Angra do Heroísmo, 2016, tomo I, vol. II, p. 18.

Quem são estas pessoas? A maioria, como o próprio documento refere, não são mencionadas, mas temos a sorte dos nomes de algumas delas figurarem no texto do documento trasladado.

Creio que é sempre importante perceber quem são as pessoas concretas que intervieram no decurso da história, para esta não parecer alguma coisa distante e impessoal. Penso que não basta uma fria história institucionalista como se o mundo se movesse sem pessoas concretas e se não fossem elas a querer e a determinar o decurso do tempo e das instituições.

Igualmente, a contextualização cronológica e temporal é importante para se ter uma melhor perceção do quando e em que época aconteceu.

Começando pelas pessoas concretas, procuraremos agora traçar um brevíssimo perfil de cada uma delas conforme as fontes disponíveis.

A primeira pessoa referida no documento que analisamos é João Vaz Corte-Real, sobejamente conhecido e referenciado nos cronistas açorianos[2].

Ocupava então o primeiro e principal cargo da administração pública da Capitania de Angra como seu Capitão ou, para ser mais preciso, Capitão-do-Donatário dado que o Senhorio das Ilhas dos Açores era da Ordem de Cristo e esta era governada na altura pela Casa de Viseu.

Como Capitão-do-Donatário, e à maneira medieval, era detentor de um grande poder conferido pelo governador leigo da Ordem de Cristo, na altura exercido pela Infanta D. Beatriz viúva do Infante D. Fernando, 2.º Duque de Viseu, como tutora de seu filho menor, e ambos herdeiros de seu tio o Infante D. Henrique, 1.º Duque de Viseu.

D. Beatriz, como tutora e curadora de seu filho e herdeiro D. Diogo, 4.º Duque de Viseu, manda passar na cidade de Évora a 2 de Abril de 1474 uma carta de doação da Capitania de Angra a João Vaz Corte Real, "*…fidalgo da casa do dito Senhor meu filho… confiando em a sua bondade, e lealdade, e vendo a sua disposição a qual é para poder servir o dito Senhor, e seu entender para a dita ilha governar e manter seu direito e justiça…*" ou seja, era enviado para a ilha Terceira um funcionário de confiança que garantia ao Senhor feudal uma boa administração de uma parte do seu senhorio.

Numa primeira fase, D. Beatriz terá pensado nomeá-lo capitão de toda a ilha Terceira na sucessão, muito controversa e mais tarde litigiosa, do lugar deixado vago por Jácome de Bruges ao tempo desaparecido e sem dele haver qualquer notícia.

---

[2] António Ornelas Mendes, Jorge Forjaz, *Genealogias da Ilha Terceira*, Dislivro Histórica, 2007, vol. III, pp. 469-470.

Todavia, já na altura os interesses materiais e políticos sobrepunham-se à vontade mesmo dos poderosos senhores feudais, como hoje ultrapassam, por vezes, os decisores que detêm o poder, pelo que havia que compensar e proceder a equilíbrios de poder com outra pessoa que se estava a destacar na construção da Vila de Angra e que era Álvaro Martins Homem. A solução encontrada foi dividir a ilha Terceira em duas Capitanias e dar a escolher a João Vaz quais das duas preferia para si. Este escolhe Angra e Álvaro Martins Homem tem de se mudar para a Praia.

Segundo os historiadores e genealogistas João Vaz terá nascido em Tavira no Algarve por volta de 1420, vindo para esta ilha pouco depois de 1474, data da carta que lhe confere o cargo de Capitão de Angra.

Faleceu a 2 de Julho de 1496 e está sepultado na primitiva Igreja dos Franciscanos de Angra.

Segundo as *Genealogias da Ilha Terceira* de António Ornelas Mendes e Jorge Forjaz, João Vaz Corte-Real veio já casado com D. Maria Abarca, trazendo na sua companhia seus cunhados.

O segundo nome que o Compromisso ou Regulamento do Hospital refere é o de João Borges, o Velho, como é referido pelos cronistas e genealogistas[3].

Muito menos conhecido do que João Vaz Corte-Real exercia, todavia, por esta altura, o cargo de Juiz Ordinário da Câmara de Angra o que lhe conferia um exercício de poder municipal muito importante.

Refira-se de passagem e como curiosidade que este João Borges era uma espécie de exilado político aqui em Angra dado que seu pai Tristão Borges[4], Fidalgo da Casa do Infante D. Pedro, 1.º Duque de Coimbra e filho do Rei D. João I, tinha participado com ele, de quem era partidário, na Batalha de Alfarrobeira (20 de Maio de 1449) onde os exércitos do já então Rei D. Afonso V e de seu tio o Duque de Bragança derrotaram as tropas do Infante D. Pedro[5].

Na sequência desta derrota, são confiscados a Tristão Borges os bens que este possuía[6]. Provavelmente na sequência desta situação o jovem filho de Tristão Borges, João Borges, não lhe restou outra alternativa que não fosse a de vir para esta Ilha Terceira onde se estava a iniciar e a fazer um grande esforço para o seu povoamento,

[3] *Genealogias*, vol. II, p. 234.
[4] Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira-Antecedentes e significado*, Lourenço Marques, 1973, pp. 1020-1021, onde é feita uma breve biografia de Tristão Borges.
[5] Idem, *idem*, p. 439.
[6] Idem, *idem*, pp. 592 e 611.

enquanto não houvesse perdão régio e restituição de bens, como mais tarde veio a acontecer.

Segundo as *Genealogias da Ilha Terceira*, terá vindo para esta ilha Terceira na companhia de João Vaz Corte-Real. Faleceu em Angra e está sepultado numa primitiva Ermida onde hoje é a Sé Catedral de Angra.

Ora, chegado a esta ilha Terceira João Borges acaba por casar com D. Isabel Abarca, irmã de D. Maria Abarca mulher de João Vaz Corte-Real, tornando-se assim cunhado do Capitão-do-Donatário.

João Borges teve o foro de Cavaleiro da Casa Real e Cavaleiro da Ordem de Cristo e exerceu o cargo de Juiz Ordinário da Câmara de Angra entre 1492 e 1531.

O terceiro interveniente na aprovação do Compromisso do Hospital e nele mencionado é João de Lagos, do qual nada se sabe. Pelo nome toponímico que usa leva-nos a supor que seria natural do Algarve e talvez das relações de João Vaz Corte-Real.

Saliente-se que é expressamente referido no documento que estamos a analisar que João de Lagos já exercia o cargo de Juiz do Hospital de Santo Espírito.

O quarto interveniente é Afonso Annes da Costa, outro parente de João Vaz Corte-Real, dado que a família Corte-Real antes de usar este apelido era Costa. Este Afonso Annes da Costa tinha vindo para a Terceira com seu pai Afonso da Costa, ambos naturais de Tavira, no Algarve, terra que reivindica ser a pátria do Capitão de Angra.

Afonso da Costa exerceu igualmente o cargo de Juiz Ordinário da Câmara de Angra em conjunto com João Borges[7]. O filho e cofundador do Hospital de Santo Espírito, Afonso Annes da Costa, casa com uma filha de João Borges, D. Catarina Borges Abarca.

Assim, unem-se laços de parentesco e o exercício de cargos da governança na fundação e manutenção de uma Confraria de Santo Espírito que cria um Hospital também chamado de Santo Espírito.

São ainda nomeados como fundadores ou subscritores, como hoje se diria, do Compromisso do Hospital João de Lamego, que era Mordomo da Confraria de Santo Espírito, e Vasco Fernandes, escudeiro do Rei, o qual exercia o cargo de Provedor das Capelas, hospitais e albergarias em todas as ilhas dos Açores.

Finalmente, João Pires diz e escreve no texto do Compromisso que, embora não se intitule como membro da Confraria, o tinha escrito nos seguintes termos: "*O dito capitão*

[7] Drummond, *o. c.*, tomo I, vol. I, p. 130, nota 140 (2.ª edição).

e oficiais com todos os sobreditos rogaram a mim João Pires escudeiro mor em a dita vila de angra que escrevesse compromisso, e o dito capitão e oficiais assinaram aqui por suas mãos."

Em resumo, podemos identificar como fundadores ou iniciadores do Hospital meia dúzia de cidadãos da Vila de Angra: João Vaz Corte-Real, João Borges, o Velho, João de Lagos, Afonso Annes da Costa, João de Lamego, Vasco Fernandes e João Afonso da Cunha, tendo alguns deles larga descendência conhecida, no presente, nesta ilha Terceira.

Convém ter em conta que do ponto de vista temporal e cronológico, quando este Compromisso é feito, estava-se ainda muito perto do início do povoamento da ilha Terceira. Segundo estudos realizados e publicados pelo Doutor José Guilherme Reis Leite, o povoamento da Terceira só deve ter tido o seu início por volta de 1460, apesar das inúmeras tentativas anteriores, todas elas falhadas, de povoar esta Ilha[8].

Assim, há que ter em conta que haviam decorrido apenas cerca de uns 32 anos que se havia iniciado o povoamento quando é assinado o Compromisso do Hospital.

Por outro lado, é importante ter em conta que muitos acontecimentos de ordem política, administrativa e de ordenamento do novo território agora povoado tinham acontecido.

Jácome de Bruges e o seu grupo de seguidores (que vem a cair em desgraça face aos novos povoadores dos grupos de Álvaro Martins Homem e João Vaz Corte-Real, muitos deles perdendo as terras que tinham recebido) tinha iniciado o povoamento, muitas terras já haviam sido dadas para arroteamento e cultivo, alguém se tinha apercebido que num sítio da Terceira virado a sul existia uma baía importante para abrigo dos navios a que deram o nome de Angra (pequena baía), lugar esse que atraiu população e pôde ser elevado a Vila (em data que não se conhece) e onde Álvaro Martins Homem iniciou importantes obras de ordenamento permitindo que a urbe se fosse desenvolvendo apoiada no seu porto de mar. Tem a sua Câmara, os seus funcionários públicos e começam a surgir as primeiras instituições de carácter social e privado como deve ter sido a Confraria de Santo Espírito.

De qualquer forma, a população da Terceira e, particularmente, de Angra, deveria ser muito pouca por esta altura do surgimento do Hospital.

Em Portugal, prosseguiam as descobertas e o desbravar do Atlântico, epopeia essa que muito precisava destas Ilhas como ponto de apoio para as escalas marítimas, o que veio dar e trazer a Angra uma grande relevância económica e estratégica.

Como se disse, o Rei de Portugal com o beneplácito do Papa, havia doado quase todas as Ilhas dos Açores à Ordem de Cristo que passou a exercer a jurisdição temporal

[8] José Guilherme Reis Leite, *7 Ensaios Sobre o Povoamento dos Açores*, BLU Edições, Angra, 2012.

e espiritual sobre elas. Esta Ordem, por sua vez, havia deixado de ser governada pelos seus Freires professos (monges-soldados com votos semelhantes aos das outras ordens monásticas) como seria de esperar, para ser entregue, mais uma vez com o beneplácito papal, a um leigo com o título de Governador (e não Mestre como dantes) e que era nem mais nem menos do que o filho do Rei que ordenou esta transformação. É assim que a Ordem de Cristo e os seus domínios passam a ser governados pelo Infante D. Henrique, 1.º Duque de Viseu, e depois pelos seus herdeiros da Casa de Viseu, com um nítido propósito dos respetivos rendimentos sustentarem todo o esforço e o plano dos descobrimentos.

Até 25 de Outubro de 1495 tinha reinado D. João II que iniciou em Portugal, provavelmente, a verdadeira mudança do paradigma político medieval para um conceito de príncipe do Renascimento, concentrando o poder no Rei e na capital do reino o centro administrativo contra a dispersão dos poderes feudais que estavam nas mãos da nobreza e cercear alguns dos poderes municipais. Para conseguir tal desiderato, entra em conflito com a nobreza e elimina o seu principal representante o seu primo e cunhado D. Diogo, 4.º Duque de Viseu, o qual era precisamente o Governador da Ordem de Cristo, após a morte prematura de seu irmão mais velho o Infante D. João.

Na Casa de Viseu acabou por restar o filho mais novo, o Infante D. Manuel e sua irmã D. Leonor, esta casada com seu primo o Rei D. João II, de quem teve apenas um filho que morreu sem descendência. Desta forma, a sucessão do trono recaiu no filho mais novo da Casa de Viseu que reinou com o nome de D. Manuel I. Com esta conjuntura, a Ordem de Cristo e a jurisdição das Ilhas acabou na Casa Real pelo facto do seu governador se ter tornado o soberano português.

Todo este arrazoado para se perceber que a fundação ou regulamentação, como se dirá, do novo Hospital de Santo Espírito e a sua próxima incorporação na Santa Casa da Misericórdia ocorre no governo do rei D. João II e destes dois irmãos: a rainha D. Leonor (mulher de D. João II) e D. Manuel I.

Voltando ao teor do Compromisso procuremos agora perceber como se deu a fundação do Hospital de Santo Espírito, um dos mais antigos de Portugal que subsistiu até aos nossos dias.

De facto, existiram inúmeros pequeníssimos hospitais espalhados por vilas e cidades de Portugal fundados durante a Idade Média e motivados pela caridade cristã que sempre deu a maior enfase e atenção aos pobres, doentes, estrangeiros e órfãos.

Existem alguns documentos das Chancelarias Régias, transcritos na importante obra de coletânea documental *Portugalia Monumenta Misericordiarum* editada pela União das Misericórdias Portuguesas, que atestam estes pequenos hospitais fundados e mantidos por particulares, como é o caso da Carta de privilégios de D. João I, de

1416, relativa a um Hospital de Belém que havia sido fundado por Teresa Fernandes numa casa que possuía naquela zona de Lisboa; ou outra Carta de 1488 que confirma as obrigações de um hospital fundado em Santarém que dispunha e se obrigava a manter 13 camas.

Porém, a política renascentista de D. João II e do seu sucessor D. Manuel I, prefere a concentração dos pequenos hospitais em grandes unidades de saúde nas principais cidades do Reino, os chamados hospitais gerais. É uma política de reforço do poder régio e de centralização contra o poder dos senhores feudais, dos municípios e das organizações caritativas locais como eram as Irmandades e Confrarias e, desta forma, contra a própria Igreja Católica a única a criar, construir e manter toda uma assistência social aos mais carenciados durante toda a Idade Média com as suas Albergarias, Gafarias, Hospitais, etc.

Para afirmar esta política régia de concentração, surgem as Santas Casas da Misericórdia que, por vontade e apoio do Rei e com a colaboração de sua irmã a Rainha viúva D. Leonor, absorvem e unificam nas sedes dos concelhos praticamente todas as outras instituições sócio caritativas.

Será neste contexto de políticas sociais de D. João II, mas sobretudo de D. Manuel I, que a Irmandade de Santo Espírito e o seu Hospital são incorporados em 1556 na Santa Casa da Misericórdia de Angra que deve ter sido instituída por volta de 1498, data de referência da fundação das treze primeiras Misericórdias portuguesas.

Esta incorporação é conhecida, igualmente, através de um traslado publicado pelo Sr. João Dias Afonso com o título *Acordo que se fez sobre o ajuntamento das casas do hospital, e misericórdia pelo Juiz da casa do hospital Alvaro Matella, e Henrique da Costa, que serve de mordomo, e Pedro Luís mordomo da capella sendo muitos confrades presentes. Em cabido em os doze dias do mês de Abril do ano de mil quinhentos e sincoenta e seis.*

Como se sabe, o primeiro grande hospital geral português foi o Hospital Real de Todos os Santos, em Lisboa, talvez o maior e mais conhecido de todos os hospitais portugueses da Renascença, o qual teve a sua génese uns dez anos antes do nosso, mas foi arrasado pelo terramoto de Lisboa de 1755, deixando assim de funcionar.

Outro de renome foi o Hospital Termal das Caldas da Rainha mandado construir pela Rainha D. Leonor em 1485 mas só finalizado em 1497, ou seja, pelo menos 2 anos depois do Hospital de Angra.

Os outros hospitais gerais são todos posteriores ao Hospital de Angra: Coimbra tem o seu hospital em 1508, Évora em 1515, Braga e Goa em 1520.

É de realçar que numa pequena ilha no meio do Atlântico, com pouca população e com tarefas de arroteamento do seu território para fazer, se tenha constituído a par da Metrópole e até antes das grandes cidades do Reino um Hospital para curar doentes.

O teor do Compromisso que vimos a referir traz-nos algumas dúvidas que são importantes de estudar e esclarecer para além de diversa informação.

A primeira questão a salientar é se a data da assinatura ou feitura do Compromisso coincide com a fundação ou início das atividades do Hospital.

Parece que não. É nosso entender que o Hospital já existiria nesta data dado que o Compromisso refere que um dos subscritores, João de Lagos, era "Juiz do dito hospital" e que outro, o escudeiro Vasco Fernandes tinha o "*carrego* [encargo] *de provedor das capellas, e hospitais, e Albergarias em todas hestas ilhas dos assores*." Ou seja, era uma espécie de funcionário régio com funções inspetivas e administrativas sobre as instituições de beneficência existentes no Arquipélago não fazendo sentido a existência deste cargo se essas instituições não estivessem a funcionar.

Os próprios "iniciadores" da Confraria de Santo Espírito dizem ou mandaram escrever ao tal escudeiro-mor João Pires que

> "…logo por todos os sobreditos juntamente foi dito que por serviço de Deus, e louvor do Espírito Santo em esta vila se ordenara desse fazer este hospital, e por quanto para os semelhantes hospitais, e cousas que dão agrado e serviço de Deus era muito necessário todalass coisas suas andarem por regra e ordenança em guiza que tudo viesse a boa arrecadação e Nosso Senhor for servido e as almas deles que esta obra comessarão…"

Destas citações creio que se chega à conclusão que o Hospital, pelo menos como instituição já existia de facto, e que no longínquo dia 15 de Março de 1492 o que aconteceu foi a instituição jurídica do mesmo Hospital com a feitura do seu Compromisso.

É claro que surge de imediato outra questão para a qual não encontramos resposta no documento em causa: se o Hospital já funcionaria ou não nesta data que hoje comemoramos.

O que o Compromisso dá a entender é que este grupo de angrenses queria ter um Hospital e que ele, ao menos, já existia no seu querer, que havia a necessidade de recolher receitas para o sustentar e eles próprios se comprometiam *"…nos encargos com que dão suas fazendas para o dito hospital…"*, e que o mesmo devia "*…andar todo em verdadeira ordem…disseram que era necessário fazer-se entre eles um compromisso da ordem, e maneira, que se em o dito hospital há-de estar para sempre*.".

Um segundo documento transcrito e divulgado pelo Sr. João Dias Afonso diz que no domingo 9 de Abril de 1497 o Juiz e Mordomos se reuniram "*…dentro do hospital-…e estando no dito hospital Pedro Annes Juiz…*" e outros confrades para decidirem sobre a celebração de uma Missa todas as quintas-feiras em louvor do Espírito Santo. Ora este documento é o primeiro conhecido até ao presente que refere o Hospital já com um edifício próprio o qual terá sido construído, muito provavelmente, antes desta data.

Outra questão a propor, embora mais uma vez controversa e baseada em presunções, é se a Confraria de Santo Espírito foi anterior à fundação do Hospital ou se eram duas instituições diferentes ou uma só. O certo é que o Compromisso começa logo por dizer que os tais fundadores ou iniciadores do Hospital se reuniram *"…dentro em a casa de Santo espírito da dita vila…*" levando a supor que a Confraria já existia e até tinha uma sede própria.

Somos tentados a supor que se constituiu previamente. Para usar termos jurídicos atuais, diria que tinham esses angrenses em data desconhecida, constituído uma pessoa jurídica, a Confraria de Santo Espírito, que por sua vez fundou um Hospital como instituição anexa e dela dependente.

Mas que fins teria esta Confraria de Santo Espírito? Continuava a funcionar independente do novo hospital? Parece que sim conforme uma análise atenta do Compromisso do Hospital.

Embora os quatro documentos que vimos a seguir e transcritos por João Afonso pouco esclareçam este assunto, o certo é que prescrevem a feitura de dois livros de tombo distintos. Um para o Hospital e outro para a Confraria.

Para se ter uma ideia resumida do conteúdo do Compromisso do Hospital este prescrevia essencialmente que se fizesse um livro do tombo dividido em quatro cadernos. O primeiro para assento dos bens do Hospital, "*…tudo bem declarado e quem o deu, e em que tempo e com que condições o deu…";* o segundo caderno servia para assentar os foros e arrendamentos "*…que se fizerem da fazenda do dito hospital…*"; no terceiro caderno estariam inscritos os "*…oficiaes que em cada hu ano fizerdes a saber mordomos, juiz escrivão…*" os quais eram eleitos anualmente, bem como servia este terceiro caderno para nele serem lançadas as atas das reuniões ou cabido (como na altura eram designadas as reuniões da direção); finalmente o quarto caderno servia para inscrever os irmãos que entravam na Confraria e quanto pagavam nos seguintes dizeres "*…em que se assentarão os confrades, que entrarem em ordenança do que hão de pagar: assi da entrada, como do que se paga cada ano…*". Diga-se que a jóia de entrada estipulada era de dez réis e a quota anual de um alqueire de trigo "*… em o tempo das eiras, e trazelo-ao ao hospital, e entrega-lo-ão aos mordomos, porque de outra guiza a renda seria pequena e o gasto grande*.".

Após esta minuciosa regulamentação sobre o livro de tombo do Hospital, o Compromisso, que em princípio deveria tratar só de questões relacionadas com a nova instituição de saúde, passa também a ordenar o seguinte: "*…os ditos mordomos com escrivão farão hu Livro, que se chamará Livro da Confraria de Santo espirito desta vila…*" com as mesmas indicações dos diversos cadernos que deveria ter.

Lendo esta parte do Compromisso transparece a ideia que tanto a Confraria como o Hospital estavam a ser alvo de uma regulamentação que não existia até este longínquo dia 15 de Março de 1492 e que só agora estas duas instituições punham por escrito e de forma legal num tabelião público a forma e conteúdo dos estatutos e regulamentos, como hoje se diria, pelos quais se queriam reger e governar.

Voltando à pergunta que há pouco se formulou e a uma possível resposta estamos em crer no seguinte: primeiro os homens bons da Vila de Angra fundaram uma Confraria de Santo Espírito sem qualquer formalismo que se conheça. Depois, reconhecendo a necessidade da existência dum Hospital não só para a população terceirense, mas também para apoio à navegação atlântica que aportava à baía de Angra, fundam um hospital, comprometem-se com os seus bens a pagar a sua construção e a assegurar a sua sustentabilidade futura. Vendo a necessidade de pôr todas estas questões com boa administração e regulamentação fazem o público Compromisso de que hoje celebramos os seus 525 anos. Mantêm separadas as administrações e gestão da Confraria de Santo Espírito da do Hospital com o mesmo nome, daí a necessidade de dois livros de tombo distintos como acima se disse, embora os bens próprios e rendimentos da Confraria se destinassem à sustentabilidade do Hospital, mas seriam dos bens do mesmo hospital que, em caso de necessidade, sairia dinheiro para ajudar a festa do Império que faziam.

Por outro lado, tentando perceber a natureza jurídica e a finalidade da Confraria de Santo Espírito, à primeira vista, há a tentação de se ver esta agremiação à imagem e semelhança das atuais Irmandades do Senhor Espírito Santo com os seus Impérios, coroações e bodos, o que não deixa de conter alguma verdade, embora seja verosímil que buscou a sua inspiração noutras instituições europeias antigas.

A única referência que se encontra no Compromisso e que traz alguma semelhança às atuais festas do Senhor Espírito Santo é a seguinte passagem: "*Se se assertar algum ano de tomar o império algum home, que tanto não tenha para soprir a despesza da festa juntar-se-ão os Juizes, e confrades oficiaes da dita confraria em cabido, e da fazenda do dito hospital o ajudarão com aquilo que virem que é razão.*".

Por outro lado, podemos inferir que esses primeiros cidadãos da Vila de Angra, todos vindos do Continente português, estavam imbuídos do espírito medieval da caridade cristã única a suportar a assistência social e de saúde possíveis nessas épocas, dado que o Estado, como hoje o entendemos, nem sequer existia quanto mais ter um sistema de solidariedade social.

O certo é que a documentação transcrita das Chancelarias régias na já citada obra da União das Misericórdias Portuguesas *Portugalia Monumenta Misericordiarum* leva-nos a saber que Tavira, terra de origem dos Costa e Corte-Real, em 1494 tinha a funcionar um Hospital de Santo Espírito; D. João II, por carta de 24 de Janeiro de 1491 concede aos moradores de Silves uma casa que foi alfândega para aí fazerem uma igreja e um hospital de Santo Espírito; Alenquer tinha uma albergaria do Espírito Santo. A mesma obra recolheu os Compromissos das Confrarias do Espírito Santo de Ribeira de Vide e de Benavente, ambos do séc. XIII, e do Vimieiro datado de 21 de Março de 1282, portanto, muitos anteriores ao nosso Compromisso de Angra.

Toda esta tradição de Confrarias e Hospitais de Santo Espírito têm a sua origem em muitas e variadas agremiações de caridade que foram surgindo ao longo da Idade Média e fundamentadas na perspetiva cristã de ajuda ao próximo, sendo a mais conhecida a Ordem do Hospital de Jerusalém, hoje denominada Ordem de Malta.

Porém, há duas instituições que, dada a importância e apoios que vieram a ter em toda a Europa, devem ter inspirado todas as outras posteriores.

Referimo-nos à Ordem do Espírito Santo, fundada por volta de meados do século XII (c. 1145) por Guy de Montpellier. Este e a sua Ordem abriram um hospital em honra do Espírito Santo o qual foi aprovado em 23 de abril de 1198 pelo Papa Inocêncio III, surgindo instituições semelhantes um pouco por toda a Europa.

A outra instituição de referência, ainda hoje em funcionamento, é o Hospital de Santo Espírito em Sassia, local junto à colina Vaticana, na cidade de Roma, com um monumental complexo hospitalar. Em 1204 o mesmo Papa Inocêncio III mandou-o construir e chamou Guy de Montpellier a Roma para este assumir o comando do hospital. Cumulado com graças e indulgências pelos Papas passou a servir de referência para a concessão de privilégios a outras instituições[9].

Pelo que ficou dito é nossa convicção que a Confraria de Santo Espírito e o seu Hospital de Angra se, por um lado, estaria imbuída das ideias dos espirituais seguidores da teologia do quinto império de Joaquim de Fiori e propagada por certos Ramos dos Franciscanos, por outro lado, não será de excluir toda a influência europeia das Confrarias, Ordens e Hospitais de Santo Espírito existentes por todo o continente europeu.

[9] L'Ospedale S. Spirito in Sassia è il più antico ospedale d'Europa. Nasce nel 727 come edificio destinato "all'alloggio, assistenza e cura dei pellegrini che giungevano a Roma per visitare la tomba di Pietro. Nel 1198 ad opera di Papa Innocenzo III è stato riedificato e adibito ad ospedale"
In: https://www.aslroma1.it/presidi-ospedalieri/presidio-ospedaliero-santo-spirito-in-sassia (consultado em 3-7-20220).

Uma questão final e talvez a mais interessante no contexto do povoamento da Terceira e da importância estratégica que adquiriu a baía de Angra, é a da localização do primitivo Hospital.

Nenhum dos documentos que vimos seguindo refere a localização exata, nem da casa da Confraria de Santo Espírito, nem da casa do hospital. Só a partir da célebre carta de Linschoten, que desenhou em 1595 a cidade de Angra, ficamos a conhecer a localização do Hospital no início da atual Rua de Santo Espírito (mais ou menos onde hoje está o quartel da GNR) e, muito importante, junto ao porto da cidade.

Estamos em crer que a intenção dos fundadores do Hospital não era apenas servir a população já residente na Terceira, mas dar apoio às armadas que começavam a rumar a Angra, razão pela qual o Hospital estava situado junto ao mar. Note-se que todos os fundadores, pelo menos aqueles cujos nomes identificamos, tiveram a experiência de navegar no Atlântico em condições precárias e demoradas com todas as consequências daí derivadas para a saúde.

No *Treslado dos próprios capítulos que se fizeram para o ajuntamento das casas do hospital, e misericórdia desta cidade de Angra da ilha terceira* em dada altura é dito o seguinte: "*Porque muitas vezes acontece, e principalmente no verão, quando vem as naos da Índia, e navios da Guiné, e armadas, trazerem muitos infermos à casa do hospital, que tem muita necessidade de ser curados…*" Assim se vê a importância de um Hospital atlântico, com casa mesmo à entrada do porto, para que o "*…o mordomo com o físico recolherá os taes infermos e lhe fara os remédios necessários com toda a caridade…*".

Temos ainda o testemunho insuspeito do grande cronista micaelense Padre Gaspar Frutuosos que na sua obra *Saudades da Terra* diz que "*…este hospital era de grande e proveitoso refúgio de muitos enfermos e pobres da terra e de muitos mais pelos que do mar vem de fora das muitas partes, por ser este porto de Angra escala de todas as navegações dos povos cristãos*.".

O caso mais notável e conhecido terá sido o da vinda a Angra da armada de Vasco da Gama no retorno da Índia para tentar salvar o seu irmão Paulo da Gama, embora em bom rigor não se saiba se este irmão mais novo do grande Almirante já terá chegado morto. De qualquer forma, o facto de a Armada ter rumado ao porto de Angra é um indício de que esta Vila se tinha tornado um ponto fulcral de apoio às navegações atlânticas e o seu Hospital um lugar de socorro aos doentes que aqui aportavam[10].

[10] Ferreira Drummond refere nos *Anais* que no ano de 1572 "veio […] para a diocese o bispo D. Gaspar de Faria[…]concedeu-lhe el-rei 300$000 reis para esmolas, a saber, 60$000 reis para o hospital de Angra, além dos 20$000 reis que já tinha com a obrigação de nele se admitirem os forasteiros e os que viessem enfermos nas suas armadas da conquista.".
Drummond, *o. c.* , tomo I, vol. III, p. 38.

Curiosamente, a partir do século XX, o nosso Hospital de Santo Espírito volta a ter a mesma função de hospital do Atlântico com o desenvolvimento da aviação comercial. Quase todos os meses lêem-se notícias de aviões que escalam a Base das Lajes para deixarem doentes ao cuidado do Hospital de Santo Espírito continuando assim o seu desígnio de Hospital do Atlântico Norte.

O certo é que por razões de infraestruturas provavelmente pouco consentâneas e com o desenvolvimento científico e tecnológico na área da saúde que felizmente foi surgindo a partir do século XIX, o Hospital de Santo Espírito iniciou uma espécie de migração do litoral marítimo cada vez mais em direção ao interior da ilha Terceira.

Certamente que a decadência estratégica da baía de Angra, com a ausência cada vez maior de embarcações que aqui deixaram de vir, associada às pequenas instalações que disponha o Hospital no início da Rua de Santo Espírito junto ao cais da Alfândega, e por as mesmas instalações serem pretendidas pela Alfândega de Angra, como se depreende de uma acta da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Angra de 26 de Abril de 1832, transcrita no livro *Hospital de Angra nos seus quinhentos anos*, da autoria de Francisco Ernesto de Oliveira Martins, leva a que o Regente D. Pedro, em nome da Rainha D. Maria II, emita uma Portaria datada de 17 de Abril de 1832 autorizando que o Hospital fosse transferido para o edifício do extinto Convento das Concepcionistas, na Rua da Guarita, hoje propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Angra.

Já no século XX volta a ser transferido, e desta vez nacionalizado, para o edifício hoje abandonado e em ruínas, a que se passou a chamar o "Hospital Velho", ao fim da Canada do Barreiro, para se voltar a transferir para o atual edifício, o "Hospital Novo" cada vez mais para o interior da cidade de Angra.

Para concluir, gostaria neste momento de saudar e felicitar todo o corpo clínico, enfermagem, técnicos de saúde, pessoal administrativo e auxiliar por todo o trabalho que vêm desenvolvendo com mérito em prol da saúde de todos os utentes do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira e que o façam com o espírito de verdadeira caridade cristã inspirada na parábola do Bom Samaritano que socorre um desconhecido que estava espancado e moribundo à beira da estrada sem que ninguém para ele olhasse.

Felicito a Excelentíssima Administração do Hospital pela iniciativa que tiveram de iniciar um ciclo comemorativo dos 525 anos de existência de um dos mais antigos hospitais de Portugal.

Bibliografia

Baquero Moreno, Humberto, *A Batalha da Alfarrobeira – Antecedentes e significado*, Lourenço Marques, 1973.

Costa, João Paulo Oliveira e, *D. Manuel I*, Temas e Debates, 2007.

Drummond, Francisco Ferreira, *Anais da Ilha Terceira*, ed. da CMAH e IHIT, Angra, 2016-2019 (2.ª edição).

Fonseca, Luís Adão da, *D. João II*, Temas e Debates, 2007.

Frutuoso, Gaspar, *Livro Sexto das Saudades da Terra*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1963.

Leite, José Guilherme Reis, *7 Ensaios Sobre o Povoamento dos Açores*, Blu Edições, Angra, 2012.

Martins, Francisco Ernesto de Oliveira, *Hospital de Angra nos seus quinhentos anos: subsídios para o seu estudo*, Angra do Heroísmo, 1993.

Mendes, António Ornelas; Forjaz, Jorge, *Genealogias da Ilha Terceira*, DisLivro Historica, Lisboa, 2007.

Monjardino, Álvaro, *1492: O Hospital dos Descobrimentos*, in: *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. L (1992), pp. 347-363.

Portugaliae Monumenta Misericordiarum, Centro de Estudos de História Religiosa da UCP e UMP, Lisboa, 2003.

A MAÇONARIA E A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Henrique Monteiro

Saudações

Ex.mo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, cidade belíssima de uma região fantástica,

Sapientíssimo Grão Mestre do Grande Oriente Lusitano, M:. Q:. I.. Fernando Lima

MQI:. Jorge Bruno, Presidente do Grémio Atlântico

Uma palavra também para o Muito Poderoso Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho do 33º Grau do Rito Escocês Antigo e Aceito para Portugal e sua Jurisdição, M:. Q:. e Fr:. I:. João Alves Dias

Pediram-me para falar sobre Comunicação Social e Maçonaria. Sendo eu da Comunicação Social e da Maçonaria, ou faria uma coisa desenxabida e ficaria bem com as duas partes; ou faria uma coisa verrinosa e ficaria mal com as duas; ou diria o que penso ficaria mal com uma. Acontece que eu gosto de dizer o que penso, sem me deter muito no que pensarão de mim, pelo que vou abordar o tema mais geral, que é o de analisar como a Comunicação Social olha e transmite a sua visão do que é a Maçonaria e não o contrário, que também teria muito para dizer: como a Maçonaria vê (mas não transmite) a forma como olha a Comunicação Social.

Sem delongas, vamos ao ponto. E vamos de forma dura, pois de outro modo não é tratada essa organização, tantas vezes designada como quase tenebrosa, que é a Maçonaria e, em particular, a sua mais antiga obediência, ou organização, que é o Grande Oriente Lusitano, de que tenho a honra de participar e de ser reconhecido como membro.

A Maçonaria, diz o geral da Informação e Comunicação Social, é uma organização secreta que age de forma a influir a sociedade por meios não explícitos.

Ora, isto é absolutamente verdade. É secreta, visa influir na sociedade e os seus meios não são explícitos.

Mas feito, digamos, o foguetório, vamos apanhar, com algum critério, as canas.

É secreta, porque sendo uma organização iniciática não pode deixar de sê-lo. Todas as organizações iniciáticas foram, são e serão secretas, sob pena de deixarem de ser

iniciáticas. Já explicarei melhor este conceito, acrescentando que o argumento de não poder haver sociedades secretas em sociedades abertas é incongruente. Em sociedades fechadas as sociedades secretas são proibidas (em Portugal foram-no por lei de 1935). As sociedades abertas, como as sociedades liberais ocidentais, não se pronunciam sobre o modo como a sociedade civil se quer organizar.

Quer influir na sociedade? Quer. Mas através do aperfeiçoamento individual dos seus membros, que contribuirão para o progressivo melhoramento da sociedade. Isto, ao contrário de quem tem da vida apenas uma visão limitada pela política e pelos golpes a ela associadas, dá lugar a interpretações obscuras e não luminosas. E também lá iremos.

Os seus meios não são explícitos? Não, nem podem ser porque a Maçonaria sendo uma organização de homens e mulheres livres, organizados em Lojas Livres, podem atuar de modos diversos, mais ou menos claros, mais ou menos evidentes, mas sempre a esta luz: nada fazemos que seja contra a liberdade, contra os bons costumes, contra as leis legítimas e democráticas da República; somos guiados pelas ideias de igualdade e de fraternidade; defendemos oportunidades para todos e respeitamos as diferenças de cada um. Nada de que não nos possamos orgulhar. Mas de nada nos devemos orgulhar, porque é estulto alguém orgulhar-se do seu dever e este é o nosso dever enquanto maçons. É por isso que o presidente de cada Loja, a quem simbólica e ritualisticamente chamamos Venerável Mestre, termina os trabalhos de cada sessão dizendo que o que ali assimilámos nos deve servir de guia na nossa ação no mundo profano – e o mundo profano é tudo o que fazemos quando não estamos a fazer Maçonaria, numa Loja legal e regularmente constituída, que tem um modo próprio de funcionar, ou o nosso ritual – o qual dentro do Grande Oriente Lusitano pode ser mais do que um (desde logo o Rito Escocês Antigo e Aceito e o Rito Francês, que coexistem com propósitos iguais, mas caminhos diversos).

Vamos às acusações. Dirão: o que fazes é o discurso oficial, mas nós bem te percebemos. O que se passa é que lá nas catacumbas dividem lugares, ocupam sinecuras, decidem sobre as nossas vidas. Deixem-me então ir por um exemplo simples: vamos partir deste conceito que formatámos previamente, daquilo que comummente se chama um preconceito, transpô-la para qualquer atividade. Por exemplo, a verdadeira ambição do Benfica ou do Sporting, ou do *Expresso*, ou da GALP é tomar o poder em Portugal e dominar o país. Para tal, mascara-se ardilosamente sob a capa de um clube de futebol, de um grupo de comunicação social ou de uma empresa de energia, que diz querer ganhar campeonatos, ou ter muitas audiências ou dar bastantes lucros aos acionistas.

Que diremos disto, descontando o *nonsense*? Que o plano tem falhado, uma vez que o Benfica, o Sporting, o *Expresso*, ou a GALP, por influência que tenham, não parecem governar o país. Além disso, sempre que há discórdias políticas acesas no país, os benfiquistas, os sportinguistas, os jornalistas do *Expresso*, os funcionários da GALP dividem-se. Uns para um lado e outros para o outro. Uns são republicanos, outros monárquicos; uns de esquerda, outros de direita; uns são profundamente crentes e os outros afirmativamente ateus, além dos indiferentemente agnósticos.

Poderemos, posto isto, concluir que talvez o objetivo do Benfica, do Sporting e dos outros seja mesmo ganhar aquilo que proclamam e não obter o poder, ainda que haja em todas estas organizações pessoas para quem o poder é mais importante do que os objetivos proclamados? Parece que sim, que feito o teste, o preconceito não tem sentido.

Acontece que é este o tipo de preconceito que se encontra cada vez que alguém que não sabe o que é a Maçonaria escreve ou fala sobre Maçonaria. Ao contrário do clube, que quer ganhar campeonatos, da empresa que quer lucros, a Maçonaria não pretende nada em termos coletivos, salvo a ideia de melhorar o mundo como resultado do aperfeiçoamento espiritual de cada indivíduo, estabelecendo a fraternidade universal.

Mas há outros preconceitos muito divulgados na Comunicação Social, como o de que a Maçonaria seria uma espécie de religião; ou de que a Maçonaria dará ordens ou orientações aos seus membros (Paula Teixeira da Cruz chegou a afirmá-lo quando era ministra), ou de que a Maçonaria decide apoiar candidatos na política e nas instituições; ou de que os maçons protegem-se e defendem-se uns aos outros, sem cuidar de princípios éticos, de normas de decência ou sequer da lei. Ora nada disto é a Maçonaria, mas quase toda a gente, que escreve e que fala sem saber, dá coisas destas por adquiridas. Repare-se que eu não digo (e menos ainda juro) que não há locais e lojas (algumas estranhas como uma de que fez parte o assessor da deputada do Livre e que ninguém reconheceu) onde coisas assim (e piores) podem acontecer, mas isso é como confundir ações criminosas de uma claque (ou parte dela) com ser do Sporting (e como fui eu a propor e vi aprovado, enquanto presidente do Conselho de Fiscalização, a expulsão de Bruno de Carvalho, estou à vontade para o dizer; mas claro, se forem ler as páginas de apoio ao ex-presidente do Sporting Clube de Portugal encontrarão muitas opiniões sobre o facto de a Maçonaria estar por detrás da mudança do Sporting, como se o Grão Mestre do Grande Oriente Lusitano me desse ordens sobre esse ou outros aspetos da vida não maçónica).

Na minha vida profissional já fiz publicamente várias críticas políticas (e éticas) a outros membros da Maçonaria (alguns que sabia serem e outros que, na altura, não sabia). Jamais alguém me chamou a atenção para isso (nem eu admitiria que o fizesse). A Maçonaria diz-me que a minha probidade deve estar acima de outros conceitos e indica, em todos os seus regulamentos e rituais, que o país, a família e o trabalho são os primeiros deveres de cada um. Outro dado: alguém conhece uma obra ou um sítio da internet onde ex-membros da Maçonaria se queixem de terem sido, de algum modo, manietados ou obrigados a violar a sua consciência? Não conhecem, pois não? Talvez seja porque não existem. O que não deixa de ser notícia.

Outro erro comum no olhar sobre a Maçonaria é a ideia de que cada coisa, cada símbolo, cada gesto, cada ritual tem uma e apenas uma explicação. Isso faria da ordem maçónica, não o que ela é — uma associação de homens livres, não dogmáticos, que buscam o aperfeiçoamento espiritual — mas algo de partidário, religioso ou sectário. Vejam esta citação da revista *Sábado*, que juntamente com o diário *I* e semanário *Sol* parecem ser os que mais se dedicam a noticiar a Maçonaria. Cito: "historicamente, na Maçonaria, a questão do segredo tem estado sempre associada às perseguições sofridas

pelos pedreiros-livres, mas também à luta pelo poder e ao permanente clima de conspiração que se vive nas lojas". Reparem como há as perseguições que sofremos e, ao mesmo tempo, as lutas pelo poder e ainda o clima conspiratório. Pois bem, não sei onde foi buscar essa informação o meu caro camarada de profissão que escreveu isto, mas o essencial do segredo na Maçonaria nada tem a ver com o que diz, mas com o facto de sermos uma ordem iniciática, naturalmente espiritual e metafísica. Nenhuma ordem deste tipo vive sem segredo ou mistério. Tal decorre da sua essência transcendente, independentemente de haver — e há! — quem no seu seio o possa aproveitar para conspirar. O segredo na Maçonaria, no entanto, não serve para esses fins. Afirmá-lo é o mesmo que dizer que o Estádio da Luz foi construído para os sócios do clube combinarem lugares nas listas de deputados ou para fechar negócios nos camarotes das empresas. Também isto se passa nos estádios, mas o essencial é mesmo o jogo de futebol.

Do mesmo modo, afirma-se amiúde que os nomes simbólicos utilizados pelos maçons visam preservar o sigilo, por motivos de segurança. Talvez. Respondo talvez porque na Maçonaria cada coisa pode ter dez ou cem explicações. Não é uma religião, não é um clube, não é uma associação. É algo único. Assim, se alguém pode ter encontrado essa explicação eu dou-lhe outras: os pedreiros que construíram as catedrais (onde nós vamos buscar a nossa filiação) deixavam uma marca em cada pedra que colocavam. Essa marca era o seu *logos*, o seu símbolo. Ou os cavaleiros medievais, dos quais também recebemos alguma inspiração, quando ascendiam a essa condição recebiam um nome, passando a ser o cavaleiro disto ou daquilo. O nome simbólico (e não pseudónimo, veja-se a diferença), representa essa marca ou esse nome da cavalaria. E, já agora, uma revelação sobre os mistérios em que a Comunicação Social raramente entra, porque para a sua simplicidade os graus não são escalas de conhecimento, mas de puro poder profano: nos altos graus, ou seja, a partir do 4º (que na teoria da conspiração seriam os mandões) nem sequer existem nomes simbólicos. Como aliás na Maçonaria feminina.

Depois, há erros de palmatória. Como a confusão entre Maçonaria e conspiratas políticas, normalmente românticas, nas quais os maçons se envolveriam como um todo para sabe-se lá o quê. Porém, ninguém refere algo tão singelo quanto isto: nos ágapes (jantares) rituais da Maçonaria começa-se por saudar o chefe do Estado (rei ou presidente) que permite aos maçons reunirem-se livremente (isto é, sem perseguições policiais, como é o caso português e, de um modo geral, europeu). Isto, além de provar que até a saúde de Marcelo Rebelo de Sousa é regularmente brindada pela Maçonaria, diz bem do respeito institucional da Ordem quando não é vítima de perseguições. Além disso, a Maçonaria caracteriza-se como uma organização progressiva (no sentido em que se chega ao conhecimento gradualmente), palavra por vezes confundida com outra: progressista. Do mesmo modo que a expressão *res publica*, muito usada como sinónimo do cuidado com o bem público (*res publica* significa coisa pública), é confundida com República como regime oposto ao monárquico. Claro que a maioria dos maçons portugueses deve ser, como a maioria dos portugueses, republicana, mas eu, pelo menos, que venho de uma tradição totalmente republicana, convivi com mais monárquicos dentro da Maçonaria do que fora dela. Para não falar da pujança da Maçonaria em regimes monárquicos, como o Reino Unido, a Suécia ou a Bélgica.

Do mesmo modo, na Maçonaria há crentes e há não crentes. Isso é algo irrelevante. A ordem maçónica moderna foi criada (em 1717) justamente para, entre outras coisas, promover o convívio espiritual entre as diversas fações religiosas e políticas e proíbe explicitamente quaisquer discussões sobre esses temas. Assume-se como uma escola em que se ensina a respeitar e a ouvir os outros, a ver nos outros a razão que eles podem ter. É um espaço de ampla tolerância, mas não é relativista, no sentido em que crê que a Luz, a Verdade ou a Justiça existem em si mesmo, exteriores ao homem, embora a aproximação a essas realidades não seja feita por todos e cada um necessariamente pelo mesmo caminho. Na Maçonaria não há revelação, nem epifanias, mas há espiritualidade.

De resto, é recorrente uma série de histórias cujo interesse é quase nulo, se excetuarmos o facto de serem presuntivamente secretas. Não é por acaso que se escreve sempre "nas reuniões secretas" como se houvesse reuniões mais secretas do que outras. Entendamo-nos, as reuniões da Maçonaria são, por definição ritualística, em "local oculto". Em Lisboa, a maioria delas, como os jornalistas bem sabem, são no Palácio do Grande Oriente Lusitano, na rua do Grémio Lusitano, nº 25, onde é também o Museu da Maçonaria, nada de muito oculto, portanto. Para quem, como eu, já fiz reuniões verdadeiramente secretas (nas organizações estudantis antes do 25 de Abril) devo dizer que não há qualquer clandestinidade na Maçonaria.

Ora a confusão entre secreto e clandestino é muito importante, porque na nossa vida pessoal, na vida comum, todos temos lados secretos, o que não faz de nós clandestinos. Essa confusão oscila entre a ignorância de uns e a má fé de outros.

O oculto decorre do facto de ser o que é: a ordem iniciática, em que o segredo é indizível porque mora no interior de cada um. O ritual, que visto de fora é tão ridículo como pode parecer, a uma pessoa que nunca tenha visto futebol, 22 homens a correr atrás de uma bola e 50 mil a vibrar de emoção com isso; o ritual, dizia, leva exatamente cada iniciado a aprender de cor — no sentido etimológico, de aprender com o coração — o significado profundo e misterioso da iniciação maçónica, que aliás, por ser inexpressável, jamais foi traído.

Traído, sim, são muitos jornalistas por quem lhes dá as informações. Por uma razão tão simples como esta: quem as fornece (algumas detalhadas e certas, outras confusas e erradas) são pessoas que não sabem, não aprenderam o que é a Maçonaria. Porque ser maçom não é apenas pertencer ao Grande Oriente Lusitano ou a uma loja maçónica. Ser maçom é ser reconhecido pelos outros maçons e não autoproclamar-se maçom. É, ritualisticamente, um privilégio concedido, não é uma adesão ou uma mera decisão pessoal. Por isso, não sei se a minha construção intelectual sobre a Maçonaria agrada a todos os maçons. Provavelmente, não agrada. Eu sei que é difícil entender isto, estando de fora, mas é esta a verdade.

Há tempos saiu um livro intitulado "Segredos da Maçonaria" com muita informação de bastidores. No que me diz respeito — sou referido três vezes — duas referências estão certas e uma está errada (o que não é um mau score). Mas cai num erro frequente: cita opiniões pessoais como sendo opiniões da Maçonaria. Ora a Maçonaria não tem opinião sobre assuntos mundanos, profanos, políticos, económicos, empresariais, salvo em casos

e assuntos muito graves, específicos e raros, que colocam em causa os nossos valores partilhados fundamentais. No caso do GOL, essa opinião deve ser expressa pelo Grão Mestre, única pessoa que pode falar pelo conjunto.

Mas o Grão Mestre não dá ordens, nem determina o que cada um deve fazer, nem decide o que cada um deve apoiar, ao contrário do que se depreende muitas vezes do que aí se escreve. A Maçonaria assenta em "maçons livres em lojas livres" que se organizam em rede, muito antes (no caso do GOL, há 217 anos) de a sociedade falar nisso. Não tem líderes espirituais, chefes, hierarcas ou patriarcas. É por isso que estás palavras não representam mais do que a minha opinião. Uma opinião comprometida, de dentro, mas não mais do que isso. Há, seguramente, dentro da Maçonaria quem pense de forma muito diferente.

Aliás, basta imaginar se faria sentido as minhas opiniões (faço, em média sete crónicas por semana) representarem a opinião do GOL...! Digo isto porque dentro da Maçonaria, havendo graus (33 no Rito Escocês e sete no Francês) não há chefes, no sentido em que a opinião de um Venerável Mestre seja de maior valor do que a de um obreiro qualquer. Assim, a ideia de citar alguém para sustentar que essa é a opinião da Maçonaria não é lícita. Será como arranjar um portista que afirme "todos os benfiquistas devem ser presos" para concluir que essa é a opinião do Porto.

Ao longo da minha já longa vida maçónica conheci excelentes pessoas, tanto no Grande Oriente Lusitano como noutras obediências, portuguesas e estrangeiras. De profissões, proveniências e atividades com as quais não me seria fácil cruzar. É este cosmopolitismo e esta diversidade que fazem a força da Maçonaria. Mas também conheci alguns trastes, gente que não merece lá estar, ou que me entristece que lá esteja. Espiões sem ética, golpistas, alguns provavelmente corruptos, outros que apenas querem poleiro. Rio-me quando leio que a Maçonaria infiltra os partidos... perguntem a qualquer maçom sério se não será o contrário, devido a essa vontade tão política de tudo controlar.

Mas isto é a vida. Também sou sócio... do Sporting (e não do Benfica) e o mesmo posso dizer de outros sócios – são uns trastes. Como posso dizer de quem andou comigo no colégio ou na Universidade. A vida é assim. É bem mais simples do que alguns querem fazer crer e a Maçonaria faz parte da vida com uma ideia que, sendo antiga, é ainda muito revolucionária: é possível conhecermo-nos a nós próprios, porque só conhecendo-nos a nós próprios conheceremos o mundo. Os nossos maiores inimigos somos nós. É por cada um que temos de começar a construir o templo simbólico que é o nosso trabalho como pedreiros. E, no fundo, o que os maçons querem é, como se lê nos rituais, aperfeiçoarem-se espiritualmente e "cavar masmorras ao vício, combatendo a tirania, a ignorância, os preconceitos e os erros, e elevar templos à virtude, glorificando a justiça, a verdade e a razão".

Mais simples do que isto, de facto, não há.

Mas a Comunicação Social nos últimos 20 ou 30 anos abandonou a ideia de relatar a simplicidade para optar por construções, tantas vezes fantasiosas, sobre outras construções pré-existentes até se afastar da realidade.

Não deixem que os factos estraguem uma boa história, passou a ser uma piada comum entre jornalistas. E, de facto, se falarem com o Grão-Mestre sobre Maçonaria as

suas respostas terão menos 'glamour' do que as intrigas. Hoje mesmo, Paulo Mota Pinto acusa um adversário interno do seu partido de interesses obscuros.

Adivinhem a pergunta do jornalista: foi "refere-se à Maçonaria?" E Paulo, que aliás conheço bem e que me conhece bem, até por motivos familiares, responde: por exemplo.

Rui Rio, por seu turno, afirma que a Maçonaria manobra eleições no PSD… Noutros partidos e noutros quadrantes a conversa é a mesma.

É assim. Ainda ontem comentávamos que toda a gente, ou quase, mas designadamente políticos e jornalistas em Portugal conhecem ou têm um amigo maçom. O seu maçom, o único que ingenuamente é puro e não alinha nas fantasias que todos sabem ser fantasiosas. Mas a Maçonaria é uma grande desculpa para os dissabores de cada um. Perdi, por causa de forças ocultas; sou perseguido por forças ocultas, sou criticado por essas forças. Enfim… as forças ocultas, que afinal defendem a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade, num método que apela à Sabedoria, à Força interior e à Beleza, dá jeito para disfarçar muitos dissabores pessoais. E há sempre quem aproveite.

Uma vez, num programa do meu camarada José Gomes Ferreira, o então diretor geral de Finanças, colocado perante o facto de os mais ricos pagarem muitos menos impostos do que deveriam pagar, respondeu: "É o que temos!"

Digo como ele: é o que temos!

Como maçon estou habituado a estas visões preconceituosas, enviesadas e tantas vezes malévolas da Maçonaria. Como jornalista, já me resignei.

Muito obrigado.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo,
30 de novembro de 2019

Henrique Monteiro, jornalista e maçon

HISTÓRIA

A QUINTA DA FAMÍLIA FISHER NA TERRA-CHÃ (TERCEIRA, AÇORES)

Cristian David Ortiz García

A Quinta do Fisher situava-se no Pedregal, entre o caminho para o Posto Santo e o caminho do Pedregal, freguesia da Terra Chã, em Angra do Heroísmo (Figura 1). Hoje, o lugar não é conhecido por ali ter existido uma quinta histórica, mas sim pelo topónimo que recebe o pequeno conjunto de moradias que nela se encontram.

Figura 1. Mapa de localização da Quinta do Fisher. **Fonte:** Ortiz Garcia C., 2018.

Num registo de 16 de novembro de 1879 surge, pela primeira vez, o nome de D. Maria Anna Guilhermina Fisher Berquó, residente em Ponta Delgada, como herdeira

dum pomar com 10 hectares 84 ares e 16 centiares (102.416m^2) no lugar do Pedregal[1]. Neste registo não consta qualquer espaço construído. Porém, Alfredo da Silva Sampaio refere, em 1904, existir aqui "*a ermida de Nossa Senhora de Nazareth (…) fundada pelos ascendentes da actual família Fisher, da ilha de São Miguel*"[2].

Sendo este dado o registo nominal mais antigo documentado, podemo-nos perguntar quem é D. Maria Anna Guilhermina Fisher Berquó? Como surge, nos Açores, esta família católica-irlandesa?

Segundo Reis Leite[3], os primórdios do surgimento de qualquer família são, por norma, de difícil estudo, pois não abundam as fontes documentais. O caso da família Fisher não teria sido diferente dos demais cidadãos estrangeiros que nos Açores se instalaram no século XVII. Segundo o mesmo autor, e após a consulta às Habilitações para a Ordem de Cristo[4] requeridas por Guilherme Fisher, neto de um cidadão de nome Guilherme Fisher que inicialmente se havia instalado na Ilha Terceira, fica a saber-se que se tratara de um humilde marinheiro que aqui chegara a bordo de um barco inglês e que aqui casara com Apolónia da Cruz Tavares, senhora de nascimento humilde, mas recatada, filha de Bento Tavares e Ana Gato. Do seu registo de casamento consta que casaram na Igreja da Conceição, a 27 de junho de 1658 e que era filho de Richard Fixer e Ana Fixer, sendo naturais da cidade de Gin, do Reino da Inglaterra. Fica-se, ainda, a saber, que aqui viveram pobremente dedicando-se à compra e venda de bacalhau, outros peixes e cabos velhos que, com a ajuda de toda a família, desfaziam e vendiam posteriormente. Admite-se que, no início da sua vivência na ilha Terceira, tenha tido o auxílio de outros cidadãos estrangeiros, pois para iniciar uma atividade comercial como a que veio a ter não poderia passar, somente, por ser um simples marinheiro ou fragateiro[5].

Do casamento de Guilherme Fisher e Apolónia da Cruz nasceram: Ana, batizada na Sé, a 11.04.1659. S.m.n.[6]; Guilherme, batizado na Sé a 12.09.1660 e vindo a falecer na mesma freguesia a 15.06.1724; João, batizado na Sé a 11.08.1663. S.m.n.; Miguel, batizado na Sé a 3.10.1664. S.m.n; Maria de São Guilherme, batizada na Sé a 6.11.1667 e que veio a ser freira professa no Convento de Nossa Senhora da Conceição, em Angra; Manuel, batizado na Sé a 6.07.1668. S.m.n.; Maria, batizada na Sé a 28.08.1669. S.m.n. e Luis Fisher (ou Tavares), batizado na Sé a 2.10.1672 e falecido no Rio de Janeiro, no Colégio dos Jesuítas, a 13.06.1745[7].

Os primeiros sinais de riqueza de Guilherme Fisher fazem-se notar através do contrato de casamento[8], de 1692, em que faz o dote de seu filho Guilherme, noivo de Maria

[1] Registo Predial, descrição em 16-novembro-1879.
[2] Cf. Sampaio, A. S., *Memória sobre a ilha Terceira,* p. 320.
[3] Reis Leite, J. G., *Os Fisher* em Atlântida, Vol XIX, n. º1; p. 80.
[4] A.N.T.T. – Habilitações para a Ordem de Cristo, Maço 4, N. º19, Letra G (citado por Reis Leite Atlântida, p.81).
[5] Reis Leite, J. G., *Os Fisher* em Atlântida, Vol XIX, n.º 1; p. 81.
[6] S.m.n. (sem mais notícias).
[7] Reis Leite, J. G., *Os Fisher* em Atlântida, Vol XIX, n.º 5; pp. 319-320.
[8] A.D.P.D- Dote do casamento que fez João de Chamberlain a seu genro Guilherme Fisher para casar com a sua filha Maria Chamberlain. Livro de notas do tabelião Manuel de Sousa Furtado de 1691 a 1693, a fls 142 e seguintes, (citado por Reis Leite, J. G., *Os Fisher* em Atlântida, Vol XIX, n.º 1; p. 82).

Chamberlain, filha de João de Chamberlain, notável homem de negócios da Praça de Ponta Delgada. É surpreendente a maneira como um humilde marinheiro inglês, que na Ilha Terceira casou, a 27 de junho de 1658, empreendeu uma teia de negócios que lhe permitiu comprar propriedades e prometer, como dote de seu filho, 30 moios de trigo anuais. Com esta atitude, Guilherme Fisher pretende, no dizer de Reis Leite, dar a ideia de possuir uma situação económica desafogada, mesmo de uma fortuna, quer pela quantia do dote, quer pela certeza de poder continuar a comprar propriedades e o pagamento, a dinheiro, do que faltasse para cumprir os 30 moios de trigo, pois à data, não possuía terras para a produção de tal renda tendo, para tal, entregue as suas casas e vinhas para que a gozassem os dotados, enquanto não entregasse propriedades fixas que rendessem o respetivo contrato.[9] De entre os bens apresentados constavam vinhas e terras na Feteira e as duas casas que havia comprado na Rua Direita[10]. Neste inventário não surge qualquer referência à existência duma quinta na zona do Pedregal, na Boa-Hora, onde mais tarde se viria a instituir a Quinta do Fisher.

Frutos deste casamento nasceram, na cidade de Ponta Delgada, Guilherme Fisher Chamberlain, batizado a 15.08.1693 na Matriz da mesma cidade; Luís Fisher, batizado no mesmo local a 9.06.1695 e que foi padre, pregador e frade Graciano na Cidade de Angra; e Apolónia, batizada na referida igreja Matriz, a 6.11.1697. S. m.n. Na cidade de Angra vieram a nascer, na freguesia da Sé, Francisca Teresa a 4.06.1703. S.m.n.; José João Chamberlain a 11.04.1705 e que veio a casar na Sé a 2.10.1758, "*in articulo mortis*", com D. Ana Feliciana Bettencourt, viúva, filha de Bento Caetano Vanzitar de Melo e de D. Iria Antónia de Bettencourt; José Inácio Fisher a 4.12.1707 e casado na Igreja de Nossa Senhora da Conceição a 11.11.1762, com D. Francisca Jacinta Rosa, filha de António Francisco Caetano e de Catarina Rosa Francisca. Seguiram-se, ainda, Inácio Fisher; Pedro Bento Fisher que nasceu na Sé a 26.04.1710, tendo falecido solteiro a 7.08.1744, na freguesia da Conceição; Duarte, que nasceu na Sé a 9.06.1712, S.m.n.; Margarida, gémea de Duarte, S.m.n.; Mariana Josefa, freira professa no Convento de Nossa Senhora da Conceição, em Angra, com o nome de Mariana Andreza e, finalmente, José, que nasceu na Sé, a 25.03.1716[11].

Como se pode depreender, os primeiros três filhos do casal nasceram em Ponta Delgada, enquanto que os restantes nove nasceram na Freguesia da Sé, na Terceira, onde a família possuía casas na Rua Direita. O regresso de Guilherme Fisher, conhecido pela alcunha de o Moço, à Ilha Terceira, ocorre por volta de 1703, já que a primeira filha do casal a nascer na Terceira foi Francisca Teresa, a 4.06.1703. Este regresso pode ter acontecido pelo fato de ser o primogénito, e por isso o administrador do morgadio que seu pai instituíra ou, pela avançada idade do mesmo (faleceu a 19.07.1714 com 74 anos).

No seu regresso à Terceira recuperou a iniciativa empresarial que, enquanto jovem promissor, aqui tinha possuído. Nos Livros de Vereação da Câmara[12] surgem registadas

[9] Reis Leite, J. G., *Os Fisher* em Atlântida, Vol XIX, n.º 1; p. 83.
[10] Reis Leite, J. G., *Os Fisher* em Atlântida, Vol XIX, n.º 1, p. 85.
[11] Reis Leite, J. G., *Os Fisher* em Atlântida, Vol XIX, n.º 5; p. 318.
[12] Reis Leite, J. G., *Os Fisher* em Atlântida, Vol XIX, n.º 1; p. 88.

várias licenças para exportar produtos da ilha, com contratos que são vantajosos para ele e para a Câmara. Para facilitar as suas exportações adquiriu embarcações, só, ou em sociedade com Manuel Francisco Granjeiro, outro comerciante angrense.

Nas folhas de conta corrente que mantinha com o Colégio dos Jesuítas de Angra, constata-se o fornecimento de queijo, bacalhau, arroz, azeite de peixe e materiais de construção ou outros artigos necessários à vida do colégio, como a venda de cal, de tábuas de pinho, ferro, louça, algodão, etc[13]. Pela lista de produtos nota-se bem a amplitude dos negócios de Guilherme Fisher. Porém, nem uma fase a uma possível atividade suscetível de ser desenvolvida numa quinta no Pedregal.

Guilherme Fisher foi, provavelmente, o último membro da família a viver e a ter atividade comercial na ilha Terceira. O seu filho primogénito, Guilherme Fisher Chamberlain, casou na Matriz de Ponta Delgada, a 17.08.1722, com sua prima direita, D. Bárbara Francisca Borges Rebelo, filha do Capitão Jacinto Borges de Medeiros e de Margarida Chamberlain (meia-irmã de Maria Chamberlain). Desta união nasceu, na Matriz, a 18.07.1724, Guilherme Fisher Borges Rebelo[14].

Guilherme Fisher Borges Rebelo casou, na Ermida de Nossa Senhora dos Prazeres, a 21.07.1745, com Dona Ana Jacinta do Canto Sampaio, filha do Capitão António Botelho Sampaio e Arruda e de Francisca Caetana da Câmara Borges de Bettencourt. Deste enlace matrimonial nasceram D. Bárbara Vicência em janeiro de 1748 e faleceu, solteira, a 3.10.1825; D. Francisca Teodora que nasceu a 30.01.1751 e faleceu, solteira, a 18.05.1829 e Guilherme Fisher que nasceu, na Matriz e Ponta Delgada, a 30.11.1764[15].

Guilherme Fisher Borges Rebelo foi um grande empreendedor da cidade de Ponta Delgada. Apostou nos negócios do vinho, sector de atividade em grande expansão no século XVIII tendo, inclusive, feito parte duma companhia de vinhos nesta ilha[16].

Guilherme Fisher, filho primogénito de Guilherme Fisher Borges Rebelo, alterou a filosofia da família, pois passou a viver, essencialmente, da administração dos seus morgadios[17]. Casou, na Matriz de Ponta Delgada, a 3.10.1811, com D. Teresa Joaquina Botelho da Câmara Bettencourt, filha de Jerónimo Botelho Sampaio e Arruda e de D. Luísa Flora Joaquina Coutinho, por isso sua prima direta. Desta união nasceu, a 25.07.1812, uma única filha D. Maria Ana Guilhermina Fisher (Figura 2). Maria Ana Guilhermina foi a herdeira universal de toda a grande casa de seus pais e avós e a última morgada[18]. Casou, a 28.10.1829, com João Maria da Câmara Berquó.

[13] Reis Leite, J. G., *Os Fisher* em Atlântida, Vol XIX, n.º 1; p. 91.
[14] Reis Leite, J. G., *Os Fisher* em Atlântida, Vol XIX, n.º 5; p. 320.
[15] Reis Leite, J. G., *Os Fisher* em Atlântida, Vol XIX, n.º 5; pp. 320-321.
[16] Reis Leite, J. G., *Os Fisher* em Atlântida, Vol XIX, n.º 1; p. 91.a
[17] Reis Leite, J. G., *Os Fisher* em Atlântida, Vol XIX, n.º 1; p. 91.
[18] Reis Leite, J. G., *Os Fisher* em Atlântida, Vol XIX, n.º1; p. 321.

Figura 2. Retrato de D. Maria Ana Guilhermina Fisher.
Fonte: https://geneall.net/pt/nome/287930/maria-ana-guilhermina-fisher/.

Desconhece-se qual dos membros da família Fisher adquiriu este prédio ou se foram, unicamente, enfiteutas. Por outro lado, pode-se verificar que D. Maria Ana Guilhermina Fisher foi herdeira universal de toda a grande casa de seus pais e avós e a última morgada[19].

Após o falecimento, em 1885, da última representante direta da família Fisher os seus filhos, nomeadamente D. Maria da Luz Fisher Berquó Falcão, D. Maria das Mercês Fisher Berquó Machado, D. Maria Izabel Fisher Berquó, D. Maria Margarida Fisher Berquó, D. Maria Tomásia Fisher Berquó, D. Maria Jerónima Fisher Berquó e D. Maria Filomena Fisher Berquó venderam a quinta, em 1887, a Emídio Lino da Silva[20] destacado elemento da burguesia de Angra, negociante, proprietário, comandante de barcos de comércio com o Brasil, cônsul da Dinamarca a partir de 1865, presidente da direção da Caixa Económica de Angra do Heroísmo, agente do Banco Lusitano e da Companhia de Seguros Confiança e presidente da Junta Geral do Distrito entre 1902 e 1904[21].

No que concerne à Ermida, Pedro de Merelim sinalou que "*depois de profanada vários anos, Emídio José da Silva a reedificou e abriu ao culto, mantendo-a em cuidadoso estado de asseio, (…) mas agora sob invocação de Jesus, Maria, José*"[22].

[19] Reis Leite, J. G., *Os Fisher* em Atlântida, Vol XIX, p.321.
[20] Registo Predial, inscrição em 15-março-1887.
[21] http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=10070 (consultado em 5.09.2018).
[22] Cf. Merelim, P., *As 18 paróquias de Angra … ob. cit.,* p. 807.

Emídio Lino da Silva alterou, profundamente, a filosofia de exploração da quinta. De facto, a quinta que outrora fora local de grande produção de citrinos aparece, num registo de 1910, ocupada, essencialmente, com pastagem[23].

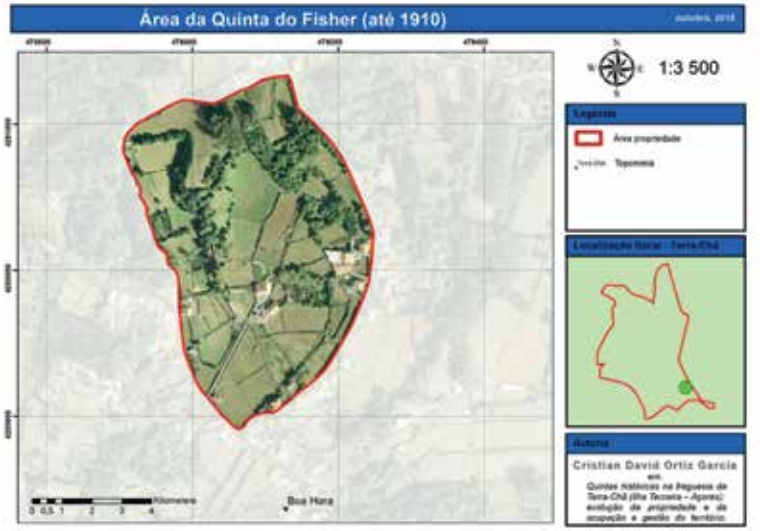


Figura 3. Mapa da área que ocupava a Quinta do Fisher até 1910.
Fonte: Ortiz García, C., 2018.

É nesse ano que Emídio Lino da Silva vendeu a sua quinta a duas famílias completamente diferentes, sem interação entre uma e outra, pelo que se mantém assim até aos nossos dias. Com esta venda, a Quinta do Fisher sofre a sua primeira divisão[24].

Metade da quinta, com uma área de 5 hectares 43 ares e 38 centiares (54.338 m^2) foi comprada por Manuel Martins Bento, casado com Maria Emília. Esta nova quinta, para além de terrenos ocupados com pastagem possuía espaço construído, com destaque para uma nova casa de moradia, casa de quinteiro, barracão e meia palha de água potável.

Com o falecimento do casal em 1934, passaram a ser herdeiros da quinta os seus filhos, nomeadamente Joaquina Augusta Martins Cota, Francisco Martins Bento, José Martins Bento, Manuel Martins Bento Júnior e a médica Nazareth Lourenço Caetano Martins[25]. Em 1944, os herdeiros de Manuel Martins Bento acordam repartir a quinta em lotes desiguais[26].

[23] Registo Predial, descrição em 16-fevereiro-1910.
[24] *Idem*.
[25] Registo Predial, inscrição em 6-setembro-1934.
[26] B.P.A.R.L.S.R., *Tabelião João Correia Bretão*, livro nº. 14A, fl. 5-verso.

A outra metade ficou na posse dos irmãos Manuel da Rocha Barroso, António Ignacio da Rocha e João Ignacio da Rocha que, em conjunto, a compraram a Emídio Lino da Silva. No que diz respeito à área da nova propriedade, é identica à outra metade (54.338 m^2). Porém, a composição da propriedade expressa-se como possuidora "*de terreno e terra lavradia com uma casa alta de moradia com sua ermida e mais dependências e meia palha de agua potável*"[27].

A situação económico-financeira dos irmãos Rocha não devia ser saudável pois, no espaço temporal de um ano pediram cinco hipotecas. A situação manteve-se angustiante, fato que os levou a vender a propriedade, em 1911, a José Gonçalves Fialho[28].

José Gonçalves Fialho faleceu em 1926 pelo que os seus herdeiros repartiram a propriedade através de três desanexações. A primeira desanexação, composta por 82 ares e 28 centiares (8.228 m^2), foi para Maria da Conceição Mendes casada com Manuel António Furtado[29]. Hoje pertence a sua neta, Fátima Furtado[30].

Outra parte, composta pela área de 50 ares (5.000 m^2) e 1/8 de palha de água potável, seria para Deolinda do Coração de Jesus, casada com José Gonçalves dos Santos[31].

Finalmente, a última parte, compreendendo uma área desanexada de 154 ares e 88 centiares (15.488 m^2) e 1/4 de palha de água potável, ficou para seu filho Manuel Gonçalves Fialho, casado com Angelina da Conceição Mendes[32].

Por sentença judicial de 14 de dezembro de 1935, Deolinda do Coração de Jesus ficou com a posse da propriedade do resto do prédio (24.844 m^2) na partilha por óbito do seu pai José Gonçalves Fialho em 1926[33].

O maior legado desta propriedade é o nome do lugar, que ficou conhecido como "Quinta do Fisher" (Figura 4). Observando com atenção o que resta de tal quinta, notamos a existência de uma grande canada sobreelevada que conduzia à grande casa da propriedade (Figura 5). Esta canada iniciava-se com um imponente portão, o qual ficou debilitado na sequência do sismo de 1 de janeiro de 1980, tendo os moradores do lugar decidido demoli-lo para evitar riscos[34]. Notam-se, igualmente, carreiros, sobreelevados, que terão servido para arrumar a pedra aquando do processo da despedrega, mas de não menor importância, como abrigo e quebra-vento.

[27] Registo Predial, descrição em 16-fevereiro-1910.
[28] Registo Predial, inscrição em 1-setembro-1911.
[29] Registo Predial, descrição em 28-março-1932.
[30] Entrevista Sra. Fátima Furtado, 23-05-2017 (elaboração própria).
[31] Registo Predial, descrição em 27-dezembro-1932 (A).
[32] Registo Predial, descrição em 27-dezembro-1932 (B).
[33] Registo Predial, inscrição em 28-maio-1936.
[34] Entrevista Sra. Fátima Furtado, 23-05-2017 (elaboração própria).

Figura 4. Placa indicativa do nome do lugar.
Fonte: Ortiz García, C., 2018.

Figura 5. Vista geral da Quinta.
Fonte: Ortiz García, C., 2018.

O fato de a propriedade estar rodeada por canadas fez com que já se levassem a cabo alguns loteamentos.

Bibliografia

Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro: Arquivos Notariais *Tabelião João Correia Bretão*, livro nº. 14A.

Conservatória do Registo Predial, comercial e automóvel de Angra do Heroísmo: *Arquivo da Extinta Conservatoria de Angra do Heroísmo* (várias referenças).

Merelim, P. (1974): *As 18 paróquias de Angra*. Ed. Tip. Minerva Comercial: Angra do Heroísmo.

Ortiz García, C. (2018). *Quintas históricas na freguesia da Terra Chã (Ilha Terceira –Açores): evolução da propriedade e da ocupação e gestão do território*. (Dissertação de Mestrado). Universidade dos Açores. Angra do Heroísmo.

Reis Leite, J. G. (nov-dez, 1975), Os Fisher *in Atlântida*, Vol. XIX.

Sampaio, A.S. (1904): *Memórias sobra a ilha Terceira*. Ed. Imprensa Municipal: Angra do Heroísmo.

Webgrafia:

"Silva, Emídio Lino da", in *Enciclopédia Açoriana*. Portal Cultura Açores. www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=10070, consultado em 5.09.2018.

"Maria Ana Guilhermina Fisher", in *Geneall*. www.geneall.net/pt/nome/287930/maria-ana-guilhermina-fisher/, consultado em 12.07.2020.

500 ANOS DO CORREIO EM PORTUGAL (1520-2020)
A História Postal portuguesa no século XIX: as reformas postais de 1852, 1869 e 1880

Pedro Marçal Vaz Pereira

No ano de 2020 o Correio Português comemorou os seus 500 anos. Este trabalho destina-se a comemorar esta importante data.

O correio foi e será fundamental na organização das sociedades. Iniciado em 1520, evoluiu ao longo dos séculos de forma organizada e tornou-se numa grande empres nacional, apreciada e respeitada pelos portugueses.

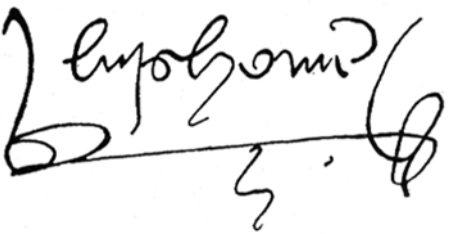
Neste trabalho abordaremos a parte adesiva do século XIX, um dos períodos em que o correio mais se desenvolveu.

Adesivo porquê? Porque o uso do selo adesivo, foi introduzido no nosso país em 1 de Julho de 1853.

Entre 1853 e 1900 foram realizadas 3 reformas postais, que mudariam o serviço de correio em Portugal tornando-o num factor social indispensável para a nossa sociedade.

Período dos Correios-Mores (1520-1799)

No início do século XVI foi criado o cargo de Correio-Mor do Reino.



Assinatura de Luís Portugal, 1º Correio-Mor do reino

Luís Gomes da Mata, 5º Correio-Mor do Reino e 1º da família Mata

Este serviço é instituído por Carta Régia de D. Manuel I, em 6 de Novembro de 1520, estando el-rei na cidade de Évora. Foi então nomeado o 1º Correio-Mor do Reino, Luís Homem, cavaleiro da Casa Real de D. Manuel I.

REGULAMENTO PROVISIONAL
PARA O NOVO ESTABELECIMENTO DO CORREIO.

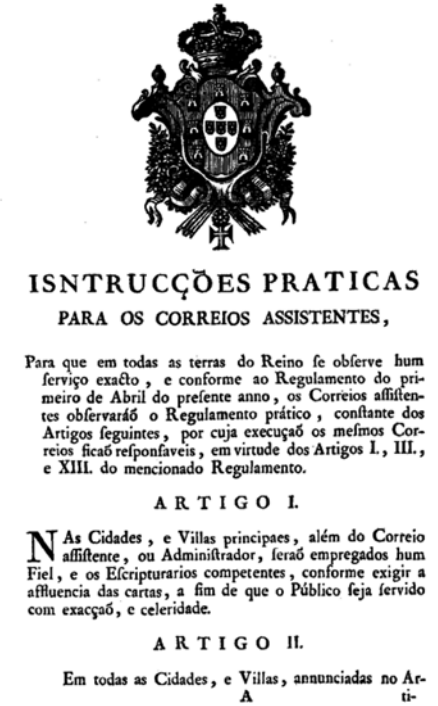
SUA Mageſtade He ſervida para execuçaõ do Alvará de dezeſeis de Março de mil ſetecentos noventa e ſete, que os objectos do Correio principiem a ſer adminiſtrados como Fazenda Real, eſtabelecendo-ſe o Correio Geral na rua dos Pauliſtas em o palacio do Monteiro-Mór, que a Meſma Senhora Tem deſtinado para eſte objecto público, e que, em quanto o novo plano, que Sua Mageſtade Houve por bem Adoptar, ſe naõ reduz a huma pública, e legitima execuçaõ, ſe obſervem interinamente as providencias expreſſas nos artigos ſeguintes, ſendo primeiro antes da ſua execuçaõ annunciados ao público, para o que V. m.ce, como Superintendente Geral dos Correios em virtude do Aviſo proviſional de vinte de Janeiro proxime paſſado, expedirá as ordens neceſſarias.

• AR-

Período 1799-1853:
Regulamento Provisional do Correio

Período Adesivo 1799-1853

Neste período foram implementadas novas normas para o correio.



ISNTRUCÇÕES PRATICAS

PARA OS CORREIOS ASSISTENTES,

Para que em todas as terras do Reino ſe obſerve hum ſerviço exacto, e conforme ao Regulamento do primeiro de Abril do preſente anno, os Correios aſſiſtentes obſervaráõ o Regulamento prático, conſtante dos Artigos ſeguintes, por cuja execuçaõ os meſmos Correios ficaõ reſponſaveis, em virtude dos Artigos I., III., e XIII. do mencionado Regulamento.

ARTIGO I.

NAs Cidades, e Villas principaes, além do Correio aſſiſtente, ou Adminiſtrador, ſeraõ empregados hum Fiel, e os Eſcripturarios competentes, conforme exigir a affluencia das cartas, a fim de que o Público ſeja ſervido com exacçaõ, e celeridade.

ARTIGO II.

Em todas as Cidades, e Villas, annunciadas no Ar-
A ti-

Correios Assistentes

7

Correios Assistentes, que tem outros Correios seus Delegados.

Correios.	*Delegados.*	*Correios.*	*Delegados.*
Abrantes	Punhete.	Mondim	Athei.
Amarante	Mexio.		Serra.
Aveiro	Agueda.	Odemira	Villa Nova de mil ſoutos.
	Albergaria Velha.	Oliveira	Cambra.
Braga	Pico de Regalados.	Penafiel	Campello.
Cabeceiras	Arco de Baguilho.		Marco.
	Serra.		Torrão.
	Ribeira de Pena.		Villa Mui.
Caminhas	Oeiras.	Ponte da Barca	Arcos de Valdevez.
Coimbra	Arganil.	Portalegre	Castello de Vide.
	Condeixa.	Ruivães	Monte-alegre.
	Figueira.	Setubal	Alcacer do Sal.
	Monte Mór Velho.	Viana do Minho	Cumiaha.
	Soure.		Cunea.
Feira	Ovar.		Melgaço.
Golegã	Chamusca.		Monção.
	Ulme.		Valença.
Gouvêa	Linhares.		Vallinhares.
Guarda	Celorico.	Villa Real	Villa Nova de Cerveira.
Guimarães	Monte-longo.		Canellas.
	Povoa de Lanhoso.	Vizeu	Castendo.
Lamego	Aregua.		Ferreira.
	Armamar.		Fornos de Algodres.
	Rezende.		Mangualde.
	Tabouço.		Oliveira do Conde.
	Tarouca.		S. Pedro do Sul.
Leiria	Alcobaça.		Tondella.
	Porto de moz.		Vouzella.
Mesquitela	Aljustrel.		
	Santiago.		

Lista dos Correios Assistentes

Foram criados e distribuídos por todo o país um conjunto de correios assistentes que, por sua vez, tinham agregados os correios delegados com o fim de abrangerem a maior parte do território nacional. Em 1801 existiam entre correios assistentes e delegados 121 correios onde se incluíam os correios dos Açores e da Madeira, e que passaram a ter uma tabela de chegadas e saídas

As saídas e chegadas do correio em 1818

As cartas passaram a ser inicialmente porteadas, apenas e segundo o seu peso. A correspondência para o Algarve apresentava portes diferentes embora, fosse igualmente porteada apenas pelo seu peso.

CARTAS	OITAVAS		ONÇAS	OITAVAS			ONÇAS
	4	6	1	2	4	6	2
Do reino no mesmo reino ...	20	30	40	50	60	70	80
Do e para o Algarve	40	60	80	100	120	140	160

Portes da correspondência entre 01.08.1799 e 23.04.1801

Rapidamente se concluiu que tal processo não era correcto já que pequenos objectos postais pagariam o mesmo que os grandes objectos. Por isso, este novo método não chegou a durar dois anos. Foi então criado um novo sistema de portes, que assentaria no peso e distância da correspondência expedida.

PESO / DISTÂNCIA	2/8	4/8	6/8	1 Onça	2/8	4/8	6/8	2 Onças
1.ª - Até 10 léguas ...	20	30	40	50	70	80	90	100
2.ª - De 10 a 20 léguas	25	40	50	60	85	100	110	120
3.ª - De 20 a 30 léguas	30	50	60	70	100	120	130	140
4.ª - De 30 a 40 léguas	35	60	70	80	115	140	150	160
5.ª - Mais de 40 léguas	40	70	80	90	130	160	170	180

Entre 24.04.1801 e 30.06.1853 os portes foram determinados pelo peso e distância a percorrer pela correspondência

A partir de 1 de Agosto de 1799 as cartas expedidas passaram a ter um carimbo nominativo da terra donde eram expedidas, e manuscrito ou aposto à mão o porte da mesma.

Carta expedida em 20 de Abril de 1840 do Peso da Régua para o Porto. Porte de 25 reis correspondente a 10 a 20 léguas e um peso de 2/8 de onça

Durante este período, de 1799 a 1853, os correios usaram diferentes marcas nominativas e algumas delas viriam a transitar do período pré-adesivo para o período adesivo.

Carimbos	Cor	Datas Limites
VILLA REAL	Sépia	1807 a 6Abr19
VILLA REAL	Sépia	2Fev08 a 23Jun19
VILLA REAL	Preto	31Jul19 a 24Mar22
	Sépia	22Abr20 a 16Mai20
V.ª REAL	Preto	14Ago22 a 29Abr35
	Verm.º	2Abr28
	Azul	28Set34 a 24Jun35
	Sépia	15Abr35 a 29Abr35
A V.ª REAL	Azul	21Jul36 a 2Jul53

Marcas de Vila Real usadas no Período Pré-Adesivo

CVBA	Sépia	24Jun32 a 8Nov45
CVBA	Sépia	12Mai42 a 28Ago52
	Preto	18Jan48 a 14Out51
CVBA	Sépia	16Mai53

BORBA	Preto	22Abr22 a 16Jan48

CRATO	Sépia	16Ago23 a 6Nov45

ARRAIOLOS	Sépia ou Preto	14Set22 a 17Abr30
ARRAIOLLOS	Sépia	Out42 a Set52

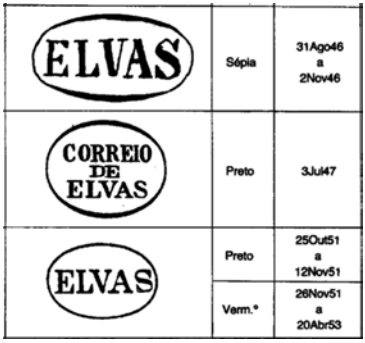
BEJA	Sépia	29Mai11 a 23Nov18
BEIA	Sépia	24Ago19 a 22Ago21 e 22Jan27 a 11Nov46
	Preto	2Nov19 a 14Ago25
	ms.	22Abr e 30Mai22
BEJA	Sépia	7Dez44 a 26Jun50
BEJA	Preto	16Jun50 a 18Abr53

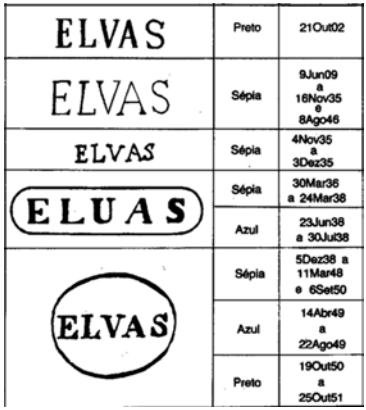
ESTREMOS	Preto	22Jul04 a 20Jul14
ESTREMOZ	Preto	18Jan15 a 15Mar33
ESTREMOS	Preto	12Jul16 a 30Ago22
ESTREMOS	Cast.º	28Dez31
ESTREMOS	Preto	8Mai32

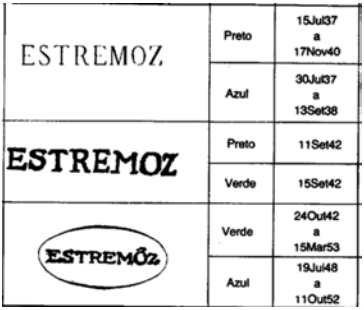
ASSUMAR	Preto	18Set22

ALVITO	Sépia	10Jan27
	Preto	11Jul32 a 12Mai52

Outras marcas Pré-Adesivas







Outras marcas Pré-Adesivas

Passamos também a ter as cartas *«SEGURAS»*, que não eram mais do que as cartas de hoje registadas.

Cartas Registadas.
Carimbo "Segura"

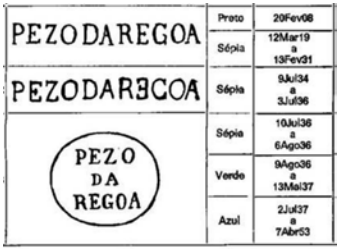
Carta registada de Castelo Brabo
SNR - Serviço Nacional e Real, expedida para Lisboa em 18 de Julho de 1855, com o velho carimbo do perído pré-adesivo de seguro

Carta expedida de Évora para Lisboa, em 4 de Março de 1869, com o novo carimbo de registo

Reforma de 1852-1853 – Período Adesivo

Período de 1853-1869

Carta selada com o primeiro selo português 25 reis de D. Maria II, obliterado com o carimbo de barras 71 do correio de Peso da Régua e com o carimbo nominativo usado também no período pré-adesivo PESO DA RÉGUA e expedida para o Porto em 16 de janeiro de 1854



Carimbo Nominativ PESO DA REGUA

Em 1 de Julho de 1853, é introduzido em Portugal o uso do selo postal. No início a utilização de selos não era obrigatória, tendo então existido dois portes para as cartas singelas: um de 25 réis, para quando a correspondência era franquiada com selos e paga pelo expedidor, outro de 40 réis, para quando a correspondência não era selada com selos e o porte era pago pelo destinatário.

Carta enviada de Almada para Lisboa, em 9 de Maio de 1861, com o segundo porte de 40 reis usado nas correspondências expedidas sem selo, sendo o porte pago pelo destinatário

Carta expedida de Évora para Lisboa em 27 de Janeiro de 1854, com um selo de 15 réis pago pelo remetente

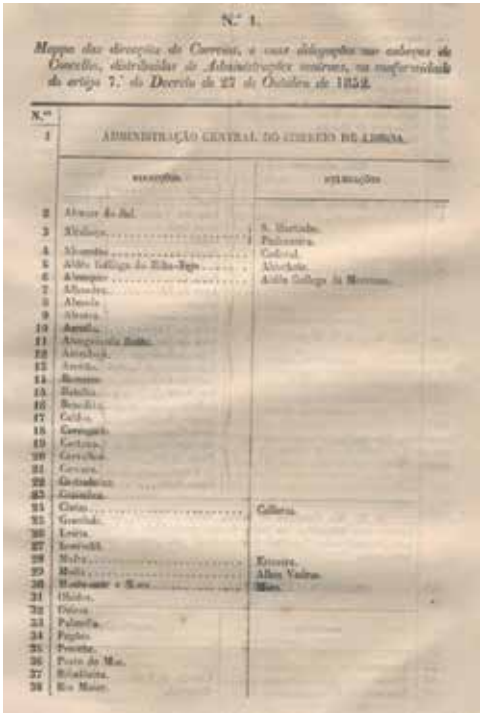
No preâmbulo da lei apresentada à Rainha de Portugal, D. Maria II, o legislador escrevia o seguinte:

> Bem reconhecem os Ministros de Vossa Majestade que tais vantagens só poderão ter inteiro resultado quando este novo sistema for completamente adoptado, e nenhuma correspondência nacional transitar pela Repartição do Correio sem ser acompanhada do selo de franquia. Os seus desejos seriam portanto aconselhar que o uso dele fosse decretado como geralmente obrigatório: considerando porém que os povos naturalmente recebam com repugnância instituições novas, que contrariam antigos hábitos, e trazem a aparência de opressão fiscal, julgam que devem limitar-se a aconselhar por agora a adopção de providências que, habituando insensivelmente o público ao uso dos selos de franquia, preparem a opinião para serem geralmente adoptados, não só sem repugnância, mas com perfeita convicção de

suas vantagens: atentos estes motivos, entendem que o uso do selo de franquia deverá ser puramente permissivo, e só por excepção obrigatório nos casos especiais em que se não podem recear os inconvenientes ponderados.

Mais à frente o legislador dizia ainda:

Carta expedida de Guimarães para o Porto em 9 de Julho de 1853, escassos oito dias após a introdução dos selos em Portugal. Recebeu um duplo porte de 40 réis a pagar pelo destinatário



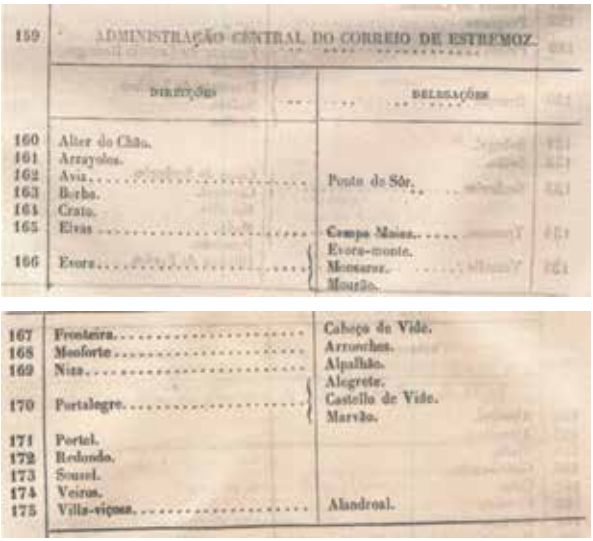
N.º 1.

Mappa das direcções de Correios, e suas delegações nas cabeças de Concelho, distribuidas de Administrações menores, na conformidade do artigo 7.º do Decreto de 27 de Outubro de 1852.

N.º		
1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA.	
	DIRECÇÕES	DELEGAÇÕES
2	Almeida do Sul.	
3	Alcobaça	S. Martinho. Pedemeira.
4	Alcoentre	Cadaval.
5	Aldêa Gallega da Ribeira-Teja	Alcochete.
6	Almeida	Aldêa Gallega da Moreira.
7	Almeida.	
8	Almeida.	
9	Almeida.	
10	Aurelia.	
11	Alvaiazeria da Beira.	
12	Amadeja.	
13	Amelia.	
14	Bonomo.	
15	Batalha.	
16	Benedita.	
17	Caldas.	
18	Carvalho.	
19	Cartaxo.	
20	Carvalhos.	
21	Cavaca.	
22	Castelhanos.	
23	Cuiambra.	
24	Cintas	Calheiros.
25	Gouvêa.	
26	Leiria.	
27	Lourinhã.	
28	Malta	Ermeira.
29	Malta	Alhos Vedros.
30	Monte-mor e Mora	Mora.
31	Olhão.	
32	Ovinos.	
33	Palmella.	
34	Pagões.	
35	Pescoa.	
36	Ponte de Mar.	
37	Ribadeira.	
38	Rio Maior.	

"A inferioridade dos portes pagos por meio de selos com relação aos que por este modo não forem franqueados é um dos meios propostos para convidar o público a fazer uso dos selos, habituando-o a voluntariamente a este novo sistema."

Alguns Correios da 1ª Reforma Postal. Do lado esquerdo o número correspondente à direção do Correio. Mais à direita as delegações postais de cada Direção de Correio

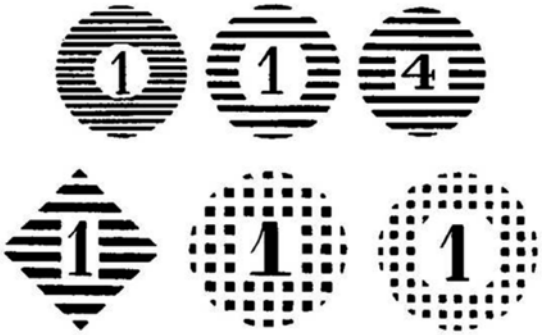


	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE ESTREMOZ	
	DIRECÇÕES	DELEGAÇÕES
160	Alter do Chão.	
161	Arrayolos.	
162	Avis	Ponte de Sôr.
163	Borba.	
164	Crato.	
165	Elvas	Campo Maior.
166	Evora	Evora-monte. Monsaraz. Mourão.
167	Fronteira	Cabeça de Vide.
168	Monforte	Arronches.
169	Niza	Alpalhão. Alegrete.
170	Portalegre	Castello de Vide. Marvão.
171	Portel.	
172	Redondo.	
173	Souzel.	
174	Veiros.	
175	Villa-viçosa	Alandroal.

As Direções de Correio e as suas delegações

Com o aparecimento dos selos postais desapareceram os Correios Assistentes e foram criadas dez Administrações Centrais de Correios e nestas, as Direcções Postais, num total de 219. Por sua vez, as direcções postais criaram as delegações de correio. Todas as direcções de correio tinham um número que lhe correspondia**.**

Foram criados os carimbos ovais de barras e de pontos para obliterar os selos. Estes deviam ser pretos já que a efigie do monarca, ao centro, era branca e aí devia ser colocado o carimbo obliterador.



As principais marcas obliteradoras usadas na 1ª Reforma. O número no centro mudava conforme a Direção de Correio

A correspondência passou então a ser expedida com duas marcas: uma nominativa não datada, que indicava donde era expedida, e carimbos circulares de barras que obliteravam os selos, e no centro tinham um número, que correspondia ao correio donde era expedida a correspondência.

Carta expedida de Águeda para Xabregas, em Lisboa, a 30 de Julho de 1859

Carimbos	Cor	Datas Limites
AGUEDA 29x5,5 m/m	Sépia	11Fev08 a 19Jan21
AGUEDA 31x8 m/m	Sépia	29Ago21 a 15Abr29
	Verde	8Mai35 a 24Abr36
	Azul	7Jun36 a 30Jul36
AGUEDA	Azul	6Set36 a 20Dez37
AGUEDA	Azul	10Out38 a 30Jul41
	Sépia	27Dez40 a 9Jan53

Carimbos de Águeda

Cartas da 1ª Reforma 1853-1869

Não existindo na estação de correio o carimbo circular de barras podia acontecer que os selos fossem obliterados com os carimbos nominativos donde era expedida a carta e não com os circulares, mas tal era muito pouco frequente, sendo estas peças de grande raridade.

Carta expedida com os selos obliterados com a marca nominativa de Alpedrinha

Existiam ainda alguns correios em que os carimbos ovais obliteradores não tinham número ao centro, embora as cartas fossem expedidas com o carimbo nominativo.

Cartas expedidas na 1ª Reforma Postal 1853-1869
com a marca nominativa de ALCOENTRE. Os carimbos ovais não têm número ao centro

As cartas registadas no início ainda usaram os carimbos do período adesivo de SEGURO, mas rapidamente passaram para as marcas de REGISTADA.

Cartas Registadas de Castelo Branco, à esquerda, e de Évora, à direita, do SNR-Serviço Nacional e Real, expedidas para Lisboa, respetivamente em 18 de Julho de 1855 e 4 de Março de 1869. Na de castelo Branco com o velho carimbo do período pré-adesivo de SEGURO; na de Évora com o novo carimbo de REGISTADA

Nesta reforma só as administrações centrais de correio de Lisboa, Porto, Viseu e Braga usaram carimbos nominativos datados. Os carimbos datados, nesta reforma postal, eram raramente usados.

Os correios de Lisboa e Porto usaram frequentemente um carimbo de pontos, para obliterar a correspondência.

Carta expedida em 3 de Dezembro de 1862 de Bellem para Lyon, França, com o carimbo de pontos de Lisboa. Ao centro do carimbo o número 1 usado na Administração Central de Lisboa

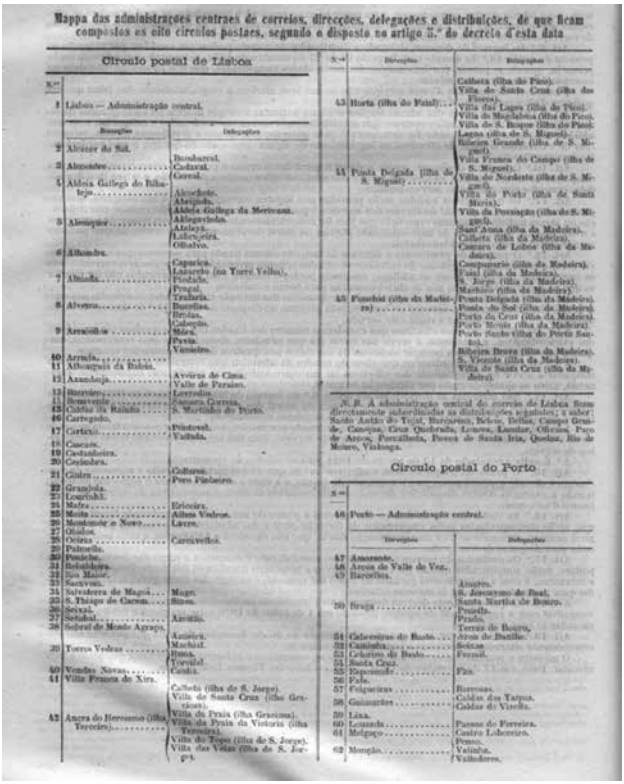
Na correspondência enviada por barco do Porto para Lisboa, o que era muito mais rápido, podia ser aposto à chegada um carimbo TERRA e ainda o carimbo de pontos número 1 de Lisboa.

Carimbo TERRA usado no correio marítimo nas cartas enviadas do Porto para Lisboa. Era colocado à chegada, bem como o carimbo de ponto número 1. Esta foi expedida do Porto para Lisboa em 8 de Setembro de 1858

REFORMA DE 1869

Período de 1869 – 1870

Na 2ª Reforma foram realizadas diversas alterações sendo criadas novas administrações centrais e direcções de correio, tendo algumas destas últimas passado a delegações.



Mappa das administrações centraes de correios, direcções, delegações e distribuições, de que ficam compostos os oito circulos postaes, segundo o disposto no artigo 3.º do decreto d'esta data

Circulo postal de Lisboa

N.º	Direcções	Delegações
1	Lisboa — Administração central.	
2	Alcacer do Sal.	
3	Almeirim	Benfica. Cadaval. Coval.
4	Abbeis Gallega do Ribatejo	Alcorchete. Alhandra. Abbeis Gallega da Merceana.
5	Alemquer	Aldeia-gallega. Azinhaga. Labrugeira. Olhalvo.
6	Alhandra.	Caparica. Lazarelo (ou Torre Velha).
7	Almada	Pinhal. Pragal. Trafaria.
8	Alverca	Bucellas. Bivrias. Calhandriz.
9	Arrabidos	Mafra. Pavia. Varzieiro.
10	Arruda.	
11	Athoguia da Baleia.	
12	Azambuja	Avieira de Cima. Valle de Paraizo.
13	Barreiro	Lavradio.
14	Benavente	Samora Correia.
15	Caldas da Rainha	S. Martinho do Porto.
16	Cartaxo.	
17	Cartaxo	Pontevel. Valada.
18	Cascaes.	
19	Castanheira.	
20	Ceuhaes.	
21	Cintra	Cultura. Pero Pinheiro.
22	Granhida.	
23	Torpinhã.	
24	Mafra	Ericeira.
25	Moita	Alhos Vedros.
26	Montemór o Novo	Lavre.
27	Obidos.	
28	Oeiras	Carcavellos.
29	Palmella.	
30	Peniche.	
31	Rebolleira.	
32	Rio Maior.	
33	Santarem.	
34	Salvaterra de Magos	Muge.
35	S. Thiago de Cacem	Sines.
36	Setuval.	
37	Setubal	Azeitão.
38	Setubal do Monte Agraço.	Asseiceira.
39	Torres Vedras	Machiel. Runa. Turcifal.
40	Vendas Novas.	Canha.
41	Villa Franca de Xira.	Calhetta (ilha de S. Jorge). Villa de Santa Cruz (ilha Graciosa).
42	Angra do Heroismo (ilha Terceira)	Villa da Praia (ilha Graciosa). Villa da Praia da Victoria (ilha Terceira). Villa do Topo (ilha de S. Jorge). Villa das Velas (ilha de S. Jorge).
43	Horta (ilha do Fayal)	Calheta (ilha do Pico). Villa de Santa Cruz (ilha das Flores). Villa das Lages (ilha do Pico). Villa da Magdalena (ilha do Pico). Villa de S. Roque (ilha do Pico). Lagoa (ilha de S. Miguel). Ribeira Grande (ilha de S. Miguel). Villa Franca do Campo (ilha de S. Miguel).
44	Ponta Delgada (ilha de S. Miguel)	Villa da Nordeste (ilha de S. Miguel). Villa do Porto (ilha de Santa Maria). Villa da Povoação (ilha de S. Miguel).
45	Funchal (ilha da Madeira)	Santa Anna (ilha da Madeira). Calheta (ilha da Madeira). Camara de Lobos (ilha da Madeira). Campanario (ilha da Madeira). Ponta Delgada (ilha da Madeira). Ponta do Sol (ilha da Madeira). Porto da Cruz (ilha da Madeira). Porto Moniz (ilha da Madeira). Porto Santo (ilha do Porto Santo). Ribeira Brava (ilha da Madeira). S. Vicente (ilha da Madeira). Villa de Santa Cruz (ilha da Madeira).

N.B. A administração central do correio de Lisboa fica directamente subordinada as distribuições seguintes; a saber: Santo Antão do Tojal, Bucellas, Bivrias, Bellas, Campo Grande, Caneças, Cruz Quebrada, Lumiar, Odivellas, Povo de Arcos, Porcalhota, Povos de Santa Iria, Quelaz, Rio de Mouro, Vialonga.

Circulo postal do Porto

N.º	Direcções	Delegações
46	Porto — Administração central.	
47	Amarante.	
48	Arcos de Valle de Vez.	
49	Barcellos.	Abades.
50	Braga	S. Jeronymo de Real. Santa Martha de Bouro. Priscilla. Prado. Terras de Bouro.
51	Cabeceiras de Basto	Arco de Baulhe.
52	Caminha	Seixas.
53	Celorico de Basto	Freixiel.
54	Santa Cruz.	
55	Esperande	Fão.
56	Fafe.	
57	Felgueiras	Borrezas.
58	Guimarães	Caldas das Taipas. Caldas de Vizella.
59	Lixa.	
60	Louzada	Passos de Ferreira.
61	Melgaço	Castro Laboreiro. Penso.
62	Monção	Valinha. Valladares.

Lista do correios da 2ª Reforma Postal

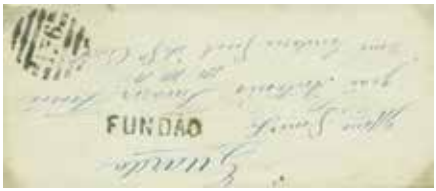
N.º 192	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE BEJA.	
	DIRECÇÕES	DELEGAÇÕES
193	Aljustrel.	
194	Almodovar.	
195	Alvito.	
196	Castro-verde.	
197	Cuba.	
198	Ferreira.	
199	Mertola.	
200	Messejana.	
201	Moura.	Barrancos.
202	Odemira	Villa-nova de Milfontes.
203	Ourique.	
204	Serpa.	
205	Turbo.	
206	Vianna do Alemtejo.	
207	Vidigueira.	

Parte do novo mapa de direções de correio

Os correios continuam a colocar na correspondência um carimbo nominativo, donde era expedida a carta e os selos continuam a ser obliterados, com um carimbo de oito barras, mas desta vez oval, que tinha transitado da 1ª Reforma.

Os Carimbos Obliteradores da 2ª Reforma Postal eram de barras ovais e provenientes da 1ª Reforma Postal

Esta carta tem um carimbo de barras usado, maioritariamente, na 2ª Reforma, mas com o número 148 usado neste correio na 1ª Reforma



Na 2ª Reforma o correio do Fundão usava o número 176

No centro continuava a ter o local onde estava o número, que correspondia à direcção de correio. As direcções postais viriam a mudar de números.

Cartas da 2ª Reforma Postal com carimbos ovais com o número do correio no centro e o carimbo nominativo da terra donde eram expedidas

As cartas registadas continuam a apresentar uma marca de REGISTADA.

Carta enviada de Vinhais para Braga em 12 de Setembro de 1877
com o carimbo de REGISTADA

Em alguns correios aparecem os carimbos nominativos datados. Em Lisboa encontrámos peças que tinham a marca nominativa da Delegação de Correio do LUMIAR, o carimbo oval obliterador de barras nº 1 de Lisboa, e ainda o carimbo datado de Lisboa.

Carta com as três marcas: Nominativo LUMIAR, carimbo de BARRAS n.º 1
a obliterar o selo e a marca da Administração Central de Lisboa datada de 23 de Maio de 1872

Inicia-se o transporte regular da correspondência por caminho-de-ferro. Este transporte era feito por «Ambulâncias Postais».

Carta expedida de França para Alhandra com selos franceses obliterados no correio de Bordeaux-Gironde, em 4 de Agosto de 1878. Em 5 de Agosto desse mesmo ano transita pelo correio de Bordeaux a Lyon, onde é expedida no caminho de ferro. Entra em Badajoz e é transportada para Lisboa na Real Ambulância de Badajoz-Lisboa. Chegada a Alhandra, como a Sra Marquesa da Bemposta-Subserra não se encontrava na sua quinta, mas em Lisboa, o seu pessoal reencaminha-a para Lisboa franqueando-a com um selo de 25 réis correspondente ao porte da carta, sendo esta obliterada com o carimbo de barras número 6 do Correio de Alhandra da 2ª Reforma Postal

Em 14 de Fevereiro de 1878 o Director Geral dos Correios, Guilhermino Augusto de Barros, enviou a todos os correios uma recomendação, direi mesmo sugestão, de se passar a obliterar a correspondência com uma única obliteração.

Carta da 2ª Reforma Postal expedida em 20 Agosto 1879 de Aveiro para Lisboa. Cumprindo a sugestão do Administrador do Correio, obliterou-se o selo apenas com o carimbo nominativo AVEIRO, deixando de se usar o carimbo de barras numérico

Então os correios passaram a obliterar a correspondência com os carimbos nominativos não datados. Foram usados os da 2ª Reforma, mas foram igualmente utilizados muitos outros, que tinham sido usados na 1ª Reforma ou mesmo do período pré-adesivo

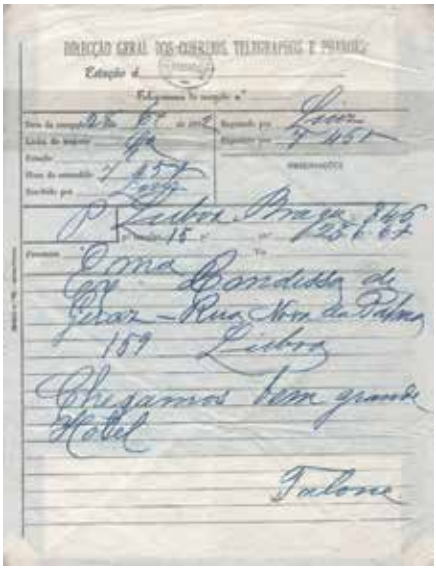
Bilhete postal, à esquerda, da Lixa, e carta de Condeixa, à direita, ambos expedidos para o Porto e com carimbos usados no período Pré-adesivo antes de 1853

REFORMA DE 1880

Período 1880-1900

A Reforma de 1880 foi uma das mais importantes do correio em Portugal. Foram juntas todas as direcções gerais, que existiam ligadas às comunicações: a Direcção Geral dos Telégrafos e Faróis juntou-se à dos Correios e foi, assim, criada a Direcção Geral dos Correios, Telégrafos e Faróis.

Lista com correios da 3ª Reforma Postal



Telegrama da Direcção Geral dos Correios, Telégrafos e Faróis obliterado em 1882 com o carimbo telegráfico da Mouraria (bairro de Lisboa)

Entretanto, foram criadas inúmeras estações de correio dividas em 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª classe, consoante o número de telegramas recebidos e enviados e de objectos manuseados por ano.

Nova Estação de Correio de 5ª classe de Alverca da Beira. Postal circulado em 26 de Setembro de 1893

Muitas destas novas estações criaram carimbos nominativos não datados que passaram a obliterar, por sua vez, a correspondência.

Carimbos nominativos das novas estações de correio criadas na 3ª Reforma Postal a obliterar a correspondência.

Muitos dos correios continuaram a utilizar as marcas nominativas, para obliterar os selos, que já vinham usando desde 1878.

Marca nominativa de Armamar, já usada na 2ª Reforma Postal, e agora usada, igualmente na 3ª Reforma numa carta expedida para o Porto em 17 de Setembro de 1882

Contudo, é nesta reforma que, a partir de 1885/86, se inicia o uso frequente dos carimbos nominativos datados para obliterar a correspondência.

Contudo encontramos ainda alguns correios, principalmente no Alentejo, que nesta reforma ainda usavam o velho sistema de obliterarem os selos com o carimbo de barras da 2ª Reforma Postal e de aporem nas cartas o carimbo nominativo.

Um bilhete postal do Crato expedido para Lisboa em 18 de Janeiro de 1881 (à esquerda), e uma carta de Viana do Alentejo expedida para Lisboa em 27 de Outubro de 1895 (à direita), ambos da província do Alentejo que, na 3ª Reforma Postal ainda usavam o velho sistema de obliteraram os selos com o carimbo oval numérico de barras e, ainda, o carimbo nominativo

Outros, como Ovar, na 3ª Reforma Postal usaram primeiro o sistema de obliterarem o selo apenas com o carimbo nominativo, mas mais tarde retomaram o antigo sistema.

Bilhete Postal de Ovar expedido em Outubro de 1881 apenas com o carimbo OVAR para obliterar o selo

Postal expedido de Ovar em Fevereiro de 1882 com o antigo sistema usando o carimbo obliterador numérico de barras e o nominativo

Vulgariza-se o uso das marcas telegráficas, que serviam para marcar os telegramas, mas que eram igualmente muitas vezes usadas na obliteração da correspondência postal.

Bilhete-Postal expedido em 20 de Outubro de 1883 com o selo obliterado com uma marca telegráfica – Estação Telegráfica de Lousada

Após a junção das direcções gerais dos correios, telégrafos e faróis, as estações de correio usaram igualmente os carimbos telegráficos, para obliterarem a correspondência. Penso que tal acontecia para tornar mais fácil o trabalho do funcionário do correio, já que estando a obliterar os telegramas, continuaria a fazer o mesmo, usando o carimbo telegráfico para obliterar os selos das cartas e vice-versa.

Na 3ª Reforma Postal as Estações de Correio usavam os carimbos nominativos tanto para obliterar a correspondência como os telegramas. Aqui o carimbo de Olhão

Repare-se, na figura acima, no telegrama com o carimbo de OLHÃO e no bilhete-postal de correio com a mesma marca. As marcas de registo continuaram a ser as mesmas.

Carta expedida de Bucelas para Lisboa em 2 de Novembro de 1872 com uma marca REGISTADA - ALVERCA

Por último, quero deixar bem claro, que a História Postal de Portugal é muito rara.

Se tivermos em consideração, que no século XIX o país tinha 3,6 milhões de habitantes e que destes 90% eram analfabetos, temos uma população de cerca de 300 mil pessoas que escrevia, estando este número mais centrado nos grandes centros do país, em especial no Norte. Muitas das terras tinham poucos habitantes, que sabiam ler e escrever, pelo que muitas das marcas nominativas provenientes destas terras são de extrema raridade.

Assim, toda a correspondência do Alentejo, Algarve e ilhas da Madeira e Açores é de grande raridade.

Espero e desejo ter deixado, embora de forma breve, um pouco da riqueza da História Postal de Portugal no século XIX.

GUNGUNHANA E COMPANHEIROS DE EXÍLIO E AS MARCAS QUE DEIXARAM EM ANGRA DO HEROÍSMO: Novas fontes que permitem novas leituras

José Olívio Mendes Rocha[*]

> "Nunca acabaremos de criticar os que deformam o passado, o reescrevem, o falsificam, que dilatam a importância de um acontecimento, calam a de outro; estas críticas são justas, (não podem deixar de sê-lo), mas não tem grande importância, se não forem precedidas de uma crítica mais elementar: a crítica da memória humana, enquanto tal"
>
> Milan Kundera, A Ignorância

Introdução

Os africanos Gungunhana, Molungo, Godide e Zixaxa que como prisioneiros de guerra viveram na Fortaleza de S. João Baptista de Angra do Heroísmo, desde 29 de junho de 1896, e que foram internados no então Hospital Militar da Boa Novas onde faleceram tendo, de seguida, sido sepultados no Cemitério da Conceição sem quaisquer indicações mais precisas sobre os locais exatos do seu sepultamento, constitui o objetivo para este trabalho

Existiam informações pouco claras do que aconteceu após as suas mortes. Concretamente sabia-se que Gungunhana tinha falecido em 23 de dezembro de 1906, Godide a 31 de julho de 1911, Molungo a 6 de outubro de 1912 e Zixaxa a 12 de novembro de 1927. E onde foram sepultados no Cemitério da Conceição? Não se conhecia qualquer indicação precisa sobre as campas em que haviam sido enterrados. Era comum referir-se que haviam sido enterrados em vala comum, sem indicação de qualquer numeração específica

[*] IHIT. Licenciado em História e Mestre em Relações Internacionais pela Universidade dos Açores.

para cada um deles. Tal ideia veio a ser desmentida quando, pelo ano de 1942, segundo a informação recolhida, o Capitão João Baptista de Lima[1], a pedido de seu filho, Manuel Coelho Baptista de Lima, então ainda estudante na Universidade de Coimbra, lhe pediu apoio para a realização de um trabalho sobre os "vátuas" desterrados em Angra, no âmbito do curso de Ciências Histórico-Filosóficas.[2]

Assim, João Baptista de Lima, correspondendo a esse pedido, procedeu à recolha de documentação (impressa, dactilografada e manuscrita) que lhe permitiu obter informações seguras, não só sobre a chegada dos africanos a Angra, mas também sobre os seus quotidianos, as reações dos terceirenses, as razões clínicas para as suas mortes e indicações precisas dos números do talhão e das campas em que cada um deles havia sido sepultado.

A documentação coligida por João Baptista de Lima é constituída por 11 documentos manuscritos, 30 folhas A4 dactilografadas e cópias dos registos de batismo e de óbito de cada um deles. Informações essas transcritas e dactilografadas dos jornais da época, com destaque para o jornal "A União", de Angra do Heroísmo e que constam no Anexo a este trabalho. Os jornais coligidos e transcritos, para além de disponibilizarem dados informativos sobre a viagem, a chegada e os quotidianos dos africanos na Fortaleza de S. João Baptista, dão-nos informações claras sobre os eventos que ocorreram em consequência da sua vida na ilha Terceira, até à sua morte e enterramento.

Com este trabalho pretendo destacar as novidades que estas novas fontes trazem ao conhecimento sobre o quotidiano dos africanos, presos de guerra no Castelo, a maneira como a sociedade angrense encarou a sua presença e diligenciou integrá-los e, de certa forma, reconhecê-los. Para isso recorreram ao batismo e ao crisma. Tipificam a forma como a sociedade, as pessoas em geral e as organizações locais, por curiosidade e com bastante ambiguidade usaram e abusaram da sua presença em Angra do Heroísmo.

Quatro prisioneiros de guerra em Angra: uma história com leituras diferentes

Como se sabe, a história de Gungunhana e dos seus companheiros, Godide, Molungo e Zixaxa integra-se no longo processo da História de Portugal na vertente relacionada com a expansão portuguesa além atlântico e insere-se numa linha de investigação da história local tendo em conta as suas peculiaridades locais e a sua identidade própria, marcante e diferente e que os jornais na época documentam. Sobre a questão geral do colonialismo português, inglês e alemão, relativamente a África houve sempre vários tipos de discurso e motivações diferentes, mas o objetivo era o mesmo: a anexação de África.

[1] João Baptista de Lima, pai de Manuel Coelho Baptista de Lima nasceu na Praia da Graciosa em 15-12-1884 e faleceu em Angra do Heroísmo em 2-2-1973. Capitão do serviço geral do Exército, foi Presidente do Conselho Administrativo do Comando Militar da Terceira.

[2] Na pesquisa efetuada no arquivo pessoal de Baptista de Lima, que se encontra depositado no Museu de Angra do Heroísmo não foi possível obter informações sobre este trabalho, realizado no âmbito de uma cadeira de história contemporânea na Universidade de Coimbra.

E para lá tinham ido os militares, ávidos de heroísmo, enquanto os políticos e os homens da finança e dos negócios se entretinham com novas fontes de receita com desenfreados apetites, cobertos na época pela bandeira de nacionalismo colonialista.

Figura 1. Litografia, Porto, 1895 representa a prisão de Gungunhana pelas tropas de Mouzinho de Albuquerque. **Fonte:** Litografia-Maia – Mário Costa.

Cresci acompanhado por uma história que o meu pai me contava, o de ter conhecido pessoalmente Roberto Zixaxa quando tinha estado no Castelo a cumprir o serviço militar. Dizia-me ele: conheci pessoalmente o Zixaxa, o último dos exilados "pretos," companheiro de Gungunhana e dos outros africanos. Acrescentava que tinha ficado muito impressionado com a sua feição e maneira de estar e nunca mais se esquecera do físico alto e do seu porte altivo. Era o estranho e o diferente, o Outro, dizemos hoje carregado de atributos que a meu pai pareceram perfeitamente normais. Também na Escola Primária ouvi falar de Gungunhana e dos seus companheiros "pretos", mas num tom claramente depreciativo, numa linha de discurso que, posteriormente percebi como sendo "patrioteiro" e cómico. Apresentava os "pretos" africanos como seres desprezíveis, que haviam resistido e lutado contra os portugueses em Moçambique: um discurso inflamado, carregado de orgulho nacional, ou seja, o discurso do vencedor. Aí percebi, até devido à Guerra [Colonial] do Ultramar e o que estava verdadeiramente em causa com essa derrota e submissão do Gungunhana e dos seus companheiros.

A presença forçada, como presos de guerra, na ilha Terceira de Gungunhana e dos africanos, o último imperador de Gaza, que subiu ao poder em circunstância de lutas internas ficou famoso pela resistência que opôs aos portugueses no contexto das lutas

pela afirmação dos interesses portugueses naquela parte de Moçambique e a maneira como Gungunhana e os seus súbditos reagiram, em face dos interesses e possibilidades, no jogo ambíguo com a potência inglesa naquela área geográfica da África de finais do século XIX.

A vida de Gungunhana e companheiros em Angra do Heroísmo

No manuscrito intitulado "Apontamentos sobre a vida de Gungunhana e seus companheiros", João Baptista de Lima[3], apoiando-se na sequência cronológica do jornal "A União", regista as suas impressões sobre os acontecimentos ocorridos em Angra do Heroísmo:

> "No dia 29 de Junho de 1896 chegaram a esta cidade a bordo da canhoneira "Zambeze", sob o comando de Fronteira Cáceres, os 4 prisioneiros de guerra – régulos de Gaza – Gungunhana, Molungo, Xanana e Godide. Foram conduzidos ao Castelo de S. João Baptista sob o comando do General Visconde de Vila Nova de Ourém. Tiveram a Praça do Castelo como recinto de homenagem, onde passaram o dia na Caserna da 2.ª Companhia, indo à noite para o calaboiço, junto à Casa da Guarda. Tomavam as suas refeições no refeitório dos sargentos."

Este relato, ao que julgamos redigido pelo Capitão João Baptista de Lima, faz o ponto da situação sobre a chegada e a situação em que ficaram os prisioneiros. Já sob outro prisma, o do jornal "A União", a história é contada de maneira mais detalhada:

> "Logo que se espalhou a notícia de que a canhoneira estava à vista, foi extraordinária a quantidade de pessoas que se dirigiram ao Cais da Alfândega. A "Zambeze fundeou por volta das [13,30], 1,30 minutos, sendo logo visitada pela Estação de Saúde. Pouco depois desembarcava o senhor Fronteira Cáceres e um guarda-marinha, dirigindo-se ao Castelo, onde foi conferenciar com o senhor V. de Vila Nova de Ourém. Às três horas voltou a bordo. Um quarto de hora depois dirigiam-se para terra os prisioneiros custodiados por uma força de marinheiros comandada por um 2.º sargento."

[3] João Baptista de Lima nasceu na Praia da Graciosa em 15-12-1884 e faleceu em Angra do Heroísmo em 2-2-1973. Capitão do serviço geral do Exército, Presidente do Conselho Administrativo do Comando Militar da Terceira. Foi Procurador eleito para a Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo.

Figura 2. No Castelo de S. João Baptista em Angra do Heroísmo.
Fonte: Álbum Terceirense de Carlos Enes.

> "O aspecto do Gungunhana e Molungo era de profundo abatimento. Ainda assim, no cais, o ex-Rei de Gaza teve um soberbo e altivo olhar para a multidão que se apinhava na sua passagem.
> Vinham um pouco trôpegos, principalmente o Molungo. O grande e terrível Gungunhana caminhando vagarosamente na frente dos seus companheiros de infortúnio (…) O valente e destemido régulo Zixaxa, rapagão forte e vigoroso, tipo distinto da sua raça, altivo, denotando nos seus movimentos e olhar incisivo a energia de um selvagem audacioso e traiçoeiro causou-nos admiração. Molungo verdadeiro tipo de árabe, feições regulares, delgado, alto, bem aprumado, olhar incerto e desconfiado, parece reunir as funções de conselheiro d' um rei negro. Godide é um rapazola alegre, falador, com pouca experiência, mas talvez com grandes esperanças no futuro."

Um episódio transcrito dos jornais por João Baptista de Lima é o relato dos batismos realizados na Sé Catedral de Angra do Heroísmo e que o jornalista do jornal a União[4] testemunha em conversas, que terá tido com Godide e Zixaxa:

> "Os rapazes falaram do seu próximo baptismo, que desejam receber…"
> "Na Sé Catedral realizaram-se a 16 de Abril de 1899 os actos solenes do baptismo e crisma do Gungunhana e seus companheiros – Molungo – Godide e Zixaxa, promovido pelo General Frederico de Almeida Ribeiro. Presidiu o Bispo D. Francisco José."

[4] "A União", n.º 1.575, de 27 de Março de 1899.

> "Foram padrinhos do Gungunhana, que recebeu o nome de Reinaldo Fredrico Gungunhana; do Molungo, que recebeu o nome de José Frederico Molungo; do Zixaxa que recebeu o nome de Roberto Frederico Zixaxa e do Godide que receu o nome de António da Silva Pratas Godide, respectivamente, os senhores Visconde das Mercês e Condessa de Sieuve de Meneses (1.ª), Francisco de Paula Barcelos, presidente da Junta Geral do Distrito e Condessa de Rego Botelho; Dr. José Pimentel Homem de Noronha, residente da Câmara Municipal e Francisco Bettencourt Silva e General reformado Augusto Cesar da Silva Sieuve e Ana Elvira de Ornelas Bruges Pamplona Corte-Real."

Os padrinhos do crisma foram pela mesma ordem:

> "Fernando Frederico Bartolomeu, Juiz de Direito, Amaro de Azevedo Gomes, Capitão do porto; Dr. João Álvaro de Brito de Albuquerque, reitor do Liceu; e Vital de Bettencourt Vasconcelos e Lemos, Vice-Presidente da Comissão Executiva da Junta Geral"

Figura 3. Fotografia tirada, a seguir ao batismo e crisma na Sé Catedral.
Fonte: Álbum Terceirense de Carlos Enes.

A verdade, no entanto, é que o batismo resultou da pressão exercida pelas autoridades numa cerimónia pomposa e muito participada. Trajados com fraque, lenço, cartola e polainas, foram apadrinhados pela elite da sociedade angrense e adotaram nomes cristãos: uma forma, na verdade, muito pouco cristã de cristianização em finais do século XIX.

Outros episódios relatados pelos jornais locais descrevem a sua progressiva integração no Castelo, no Monte Brasil e mesmo na sociedade terceirense da época, de que destacamos o relato da atuação do artista da companhia equestre, relatado pelo jornal "A União"[5]

> "O senhor Manuel Amado distinto artista da Companhia Equestre, depois de obtida a devida autorização, proporcionou ontem de tarde ao Gungunhana e seus companheiros, no Castelo de S. João Baptista, uma agradável diversão. Apresentou-lhes os trabalhos do seu burro sábio, que respondeu sisudamente a perguntas que tinham relação com os prisioneiros, perguntando-lhe por exemplo, se eles eram brancos ou negros etc. Ficaram maravilhados e riram bem os Ex potentados africanos."

Figura 4. O último retrato de Gunganhana.
Fonte: Álbum Terceirense de Carlos Enes

A este propósito o articulista do jornal a União comenta, que tivera a ocasião de lhes falar ontem e dá o seguinte testemunho: "Zixaxa e Godide falam muito razoavelmente o português, e que este último tem uma veia trocista que exibe com muita propriedade e finura, e que o primeiro [Zixaxa] é menos expansivo. Molungo distrai-se mais que o Gungunhana."

No anexo II transcrevemos os documentos autenticados, com as certidões de Nascimento [Batismo] e de Óbito, com indicações precisas sobre as razões da morte e enterramento no Cemitério da Conceição em Angra do Heroísmo, embora sem qualquer indicação das sepulturas e que também reproduzimos a seguir.

[5] "A União", Ibidem

Uma dessas outras leituras foi-nos proporcionada por Manuel Bulhão Pato[6] residente em Ponta Delgada e que nos falava de um tio-avô,[7] Álvaro Bulhão Pato, não só por causa da sua ligação a Angra e como sendo alguém que se havia esforçado por valorizar a exemplaridade da história de Angra e do Monte Brasil, onde se justificava, segundo defendia, a existência de um Museu, dedicado à história de Gungunhana e dos seus companheiros, ou seja, o rei de Gaza que no Sul de Moçambique foi um resistente à penetração dos portugueses naquele território[8]. Um precursor dos movimentos nacionalistas em África?

E defendia ainda que era necessário naquele local, o Monte Brasil e na Fortaleza de S. João Baptista um Museu, onde se representasse como o local de prisão e desterro, onde seria importante dar valor e tornar vivas as memórias das pessoas que lutaram contra o domínio português em África e de todos os presos políticos que por

Figura 5. Por volta do ano de 1891. Imperador de Gaza.
Fonte: Cliché de Carlos Enes.

[6] Manuel Bulhão Pato era sobrinho neto de Álvaro Bulhão Pato, que residia em Ponta Delgada e que por diversas vezes, em deslocações à Ilha Terceira, a Angra e ao Museu de Angra defendia a criação de um Museu nas casas que haviam servido de prisão a Gungunhana e seus companheiros. E que, simultaneamente, constituísse um Monumento, que lembrasse todos os presos que por ali passaram, como um património a estudar e a preservar para o futuro.

[7] **Álvaro António de Bulhão Pato** (1860-1936) foi um político e escritor, que durante a Primeira República Portuguesa foi presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, senador em duas legislaturas e Ministro das Colónias do governo presidido por Rodrigues Gaspar (6 de Julho a 22 de Novembro de 1924. Foi funcionário alfandegário, tendo atingido a categoria de inspetor. Foi diretor da Alfândega de Angra do Heroísmo, tendo sido, após a implantação da República, nomeado presidente do município e juiz municipal em Angra do Heroísmo.

[8] *Açoriano Oriental*, edição de 17 de maio de 1987, reportagem de Hélia Câmara em que desenvolve, não só a existência de um museu dedicado à memória de Gungunhana e de seus companheiros.

ali passaram durante o regime de ditadura do Estado Novo, numa celebração, que visava reforçar as razões para Angra ter sido integrada na lista do património mundial da UNESCO.

A verdade é que os Terceirenses seguiam a vida dos forasteiros com atenção e fizeram-se notícias sobre curiosidades, sobre os seus hábitos modos de vida e hábitos de higiene diferentes, como a noite em que Gungunhana caiu da cama, ou mesmo dos seus hábitos de limpeza: todas as manhãs, com um pincel de nervura de palmeira, na dimensão de 10 centímetros, esfregavam os dentes no sentido vertical e enchiam a boca de água para a devida lavagem, projetando-a fora, em seguida, a jeito de esguicho, a cair à distância de vários metros. Procediam, ainda, numa operação que durava cerca de 20 minutos, à limpeza da língua, com uma espátula de cana", lê-se no "A União".

Segundo as notícias nos jornais, os africanos gozavam de grande popularidade; as meninas usavam chapéus com abas "à Gungunhana", o Teatro Angrense dedicou-lhes a peça Gungunhana nos Açores, a Fábrica de Tabaco Flor de Angra oferecia brindes com as suas fotografias.

Figura 6. Marca de tabaco da Fábrica de Tabaco Âncora.
Fonte: Álbum Terceirense de Carlos Enes.

Sobre Zixaxa é referido que manteve o porte altivo, como se nem o degredo lhe apagasse a identidade de chefe militar. Tinha apetência para elegante e cedo optou pelo uso de botas e chapéu alto. No livro **Mau Tempo no Canal**,[9] Vitorino Nemésio narra, a este propósito um episódio que ilustra bem o orgulho de Zixaxa:

> "Gungunhana… passando pelo general Pimenta de Castro embuçado na capa, rojou-se até ao chão. Zixaxa, atrás, impávido. 'Curve-se! - Grita-lhe o sargento da escolta; - não vê que é o nosso general?!' E Zixaxa, fazendo ida-e-volta ao indicador, para pôr as coisas nos seus lugares: 'General?! General sou eu, que comandei dez mil homens!"

Muitas estórias contadas, ao sabor dos preconceitos, das ideias feitas e do que se dizia, de várias maneiras e intenções e que Pedro de Merlim também abordou, com o título "Os Vátuas na Ilha Terceira"[10].

A este propósito, Manuel Coelho Baptista de Lima, num texto autobiográfico com o título: ***As Memórias que o tempo não apagou***[11] ao abordar as várias utilizações da Fortaleza de S. João Baptista refere-se aos africanos, que estiveram ali presos nos seguintes termos:

> "Durante os primeiros anos que se seguiram à sua captura, em 1895 o Régulo Gungunhana, o seu filho Godide, o seu ministro Molungo e o principal general das suas tropas, denominado Zixaxa. De todos estes só conhecemos o último, na companhia de quem o então tenente Frederico Lopes nos fez uma fotografia, quando tínhamos 7 ou 8 anos, junto do "arco da Cooperativa Militar".
> Naquela data então já o Zixaxa recebera a patente de sargento equiparado no Exército Português a Guarda do Monte Brasil, cargo este que desempenhou com novo interesse e eficiência, detectando a curto prazo, os pequenos furtos que se verificavam naquela zona e capturando ou identificando os seus autores.
> O Zixaxa inseriu-se com facilidade na família militar, casando com uma senhora portuguesa de quem teve um filho, o Roberto, que frequentou a Escola Industrial e Comercial de Angra, tendo acabado, segundo creio, o respectivo curso industrial na área da marcenaria.
> O Zixaxa, que falava correntemente o português, revelou-se sempre homem inteligente, disciplinado e bom amigo dos seus camaradas, tendo granjeado simpatia e consideração dos oficiais da guarnição."

Refere ainda Baptista de Lima sobre Zixaxa:

> "Não gostava muito de falar da guerra colonial em que estivera inserido, atribuindo a responsabilidade dos acontecimentos que haviam levado à captura dos dirigentes Vátuas a duplicidade do Gungunhana e a facilidade com que este escutara as propostas dos emissários de Cecil Rhodes, o potentado inglês que procurou corrompê-lo, enviando-lhe armas e dinheiro para fomentar a luta contra a administração portuguesa."

---

[9] NEMÉSIO, Vitorino, "Mau Tempo no Canal". Coleção: Essencial Livros RTP - volume 26

[10] MERLIM, Pedro de., "Os Vátuas na Ilha Terceira", Revista ATLÂNTIDA, órgão do Instituto Açoriano de Cultura, vol. IV (pp 307-321), Angra do Heroísmo, 1960

[11] Projeto autobiográfico de Baptista de Lima esboçado, mas não completado.

Na sua opinião:

> "Os exilados vátuas acabaram por ficar integrados nas forças militares de segunda linha, pelo que, a partir de certa data poderiam sair livremente da Fortaleza e passar na cidade onde eram respeitados pela população que, segundo cremos, os estimava, não os responsabilizando muito pelos acontecimentos de Lourenço Marques, que atribuíam em primeiro lugar à cupidez dos ingleses residentes no Cabo e na Rodésia."

Dentro da historiografia moderna sobre o tema existem os trabalhos de Maria da Conceição Vilhena, nomeadamente o livro ***Gungunhana - Grandeza e Decadência de um Império Africano***, onde esta antiga professora na Universidade dos Açores faz uma tentativa séria de reconstituição histórica e etnográfica sobre a figura de Gungunhana e do seu povo e os principais personagens capturados no Sul de Moçambique. Tenta ainda responder às perguntas: Quem foi Gungunhana no decurso do tempo? Que hábitos tinha o seu povo? Como dominava a terra conquistada? A que crenças se entregava? Como decorria a sua vida diária? Que filhos deixou, que mulheres teve? Atenta à compreensão do contexto, às realidades africanas, às condições da mulher e ao carisma de Gungunhana, empenha-se em destrinçar essas situações.

Figura 7. Repórteres locais com Zixaxa ao centro junto à escada de acesso ao Comando do Castelo de S. João Baptista. **Fonte:** Álbum Terceirense. Carlos Enes.

As leituras (bibliografia) são vastas. Mesmo logo após a sua prisão surgiram livros, escritos e títulos, a denegrir e a apresentar o seu comportamento dito "brutal para com o seu povo para justificar a intervenção dos portugueses, como agentes da

civilização." Precisamente aquilo que Umberto Eco[12] designa como "a construção do inimigo".

Efetivamente, a nova forma de inimigo surgirá com o desenvolvimento dos contactos entre os povos, não apenas aquele que está fora, longe do nosso olhar, mas aqueles que estão dentro, entre nós. Hoje diremos o imigrante, o refugiado que de alguma forma se comporta de uma maneira diferente ou fala mal a nossa língua, com cor diferente da pele, sobretudo o negro. Os vícios mais conhecidos parecem ser o destino desta raça infeliz. Nesta aceção, o negro é feio. O inimigo deve ser feio porque se identifica o belo com o bom e com o branco. Só preconceitos e lugares comuns.

Figura 8. Baixo-relevo em Maputo.
Fonte: Cliché de Carlos Enes.

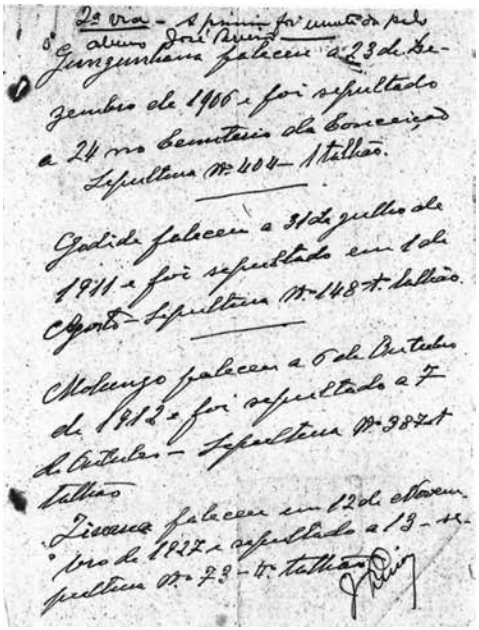
De relevar ainda os estudos, as pesquisas e as vivências/convivências [ENES 2019][13] sobre esta temática, quer na ilha Terceira, quer em Moçambique e o seu grande potencial como recurso turístico-cultural, num esforço para a sua compreensão e porque não, a sua rentabilização.

[12] ECO, Humberto. "Construir o Inimigo e outros escritos ocasionais". Editor: Gradiva. Edição de setembro de 2011.

[13] Artigos com o título genérico "Penteando a memória- Gungunhana na Terceira" nos jornais da Ilha Terceira.

O falecimento de Gungunhana e dos seus companheiros de exílio

Figura 9. Fachada principal do Cemitério da Conceição, Angra do Heroísmo.
Fonte: Cliché de Carolina Rocha.



2ª via – A primeira foi [illegible] pelo alvino José [illegible]

Gungunhana faleceu a 23 de Dezembro de 1906 e foi sepultado a 24 no Cemitério da Conceição Sepultura Nº 404 – 1 talhão.

Godide faleceu a 31 de julho de 1911 e foi sepultado em 1 de Agosto – Sepultura Nº 148 4º talhão.

Molungo faleceu a 6 de Outubro de 1912 e foi sepultado a 7 de Outubro – Sepultura Nº 387 4º talhão

Zisana faleceu em 12 de Novembro de 1927 e sepultado a 13 – sepultura Nº 73 – 4º talhão

Figura 10. Documento escrito por João Baptista de Lima. Identifica as sepulturas em que foram enterrados no Cemitério da Conceição em Angra do Heroísmo.

Figura 11. Placa da fundação do cemitério.
Cliché de Carolina Rocha.

As informações sobre as mortes dos africanos constam de um texto sem data[14], mas com a assinatura de João Baptista de Lima. Vem referido como uma 2.ª Via, uma vez que a primeira foi emitida incompleta. Por baixo consta a rubrica de João Baptista de Lima. São mencionadas, não só as datas de falecimento, como também os números das sepulturas em que cada um foi enterrado no cemitério da Conceição.

"Gungunhana faleceu a 23 de Dezembro de 1906 e foi sepultado a 24 no Cemitério da Conceição. Sepultura n.º 404 – 1.º Talhão:

Figura 12. Sepultura onde foi enterrado Gungunhana.
Fonte: Cliché de Carolina Rocha.

[14] Presumimos que a data corresponderá ao ano de 1944, pois em todas as certidões, passadas em Angra do Heroísmo consta a data de 17 de Novembro de 1944.

Godide faleceu a 31 de Julho de 1911 e foi sepultado em 1 de Agosto. Sepultura n.º 148 – 1.º Talhão.

Figura 13. Sepultura de Godide.
Fonte: Cliché de Carolina Rocha.

Molungo faleceu a 6 de Outubro de 1912 e foi sepultado a 7 de Outubro de - Sepultura n.º 387, 1.º Talhão.

Figura 14. Sepultura de Molungo
Fonte: Cliché de Carolina Rocha

Zixaxa faleceu a 12 de Novembro de 1927 e sepultado a 13 – Sepultura n.º 73 – 4.º Talhão."

Figura 15. Sepultura de Zixaxa
Fonte: Cliché de Carolina Rocha

A identificação das campas no cemitério da Conceição permite-nos ficar com a informação dos lugares onde foram sepultados. No Anexo I constam cópias do Registo de Óbito emitidas pelo Registo Civil de Angra do Heroísmo no ano de 1942.

O presente e a conjuntura de uma época

De acordo com as informações que circularam, após a independência da antiga colónia portuguesa no dia 25 de junho de 1975 foi feita a redescoberta de que Gungunhana tinha sido um dos primeiros resistentes contra o domínio colonial português e que a sua captura teria sido um dos atos resistência.

Trata-se, como habitualmente acontece, de uma história com muitas histórias, que interessa seriamente clarificar, enquadrar e aprofundar, tendo em conta os respetivos contextos, para melhor a percebermos a situação atual.

Segundo testemunhos da época, Gungunhana alternava entre a boa-disposição e a melancolia, falando muitas vezes das mulheres que deixara para trás. Molungo, carrancudo e desconfiado, nunca se deixou seduzir pelos brancos, rejeitou aprender português e os costumes locais.

Assim, foram muitas as estórias contadas, ao sabor dos preconceitos, das ideias feitas e do que se dizia, de várias maneiras e intenções e que Pedro de Merlim também abordou em textos publicados na Revista Ilha Terceira com o título "Os Vátuas na Ilha Terceira"[15].

[15] MERLIM, Pedro de Revista "ATLANTIDA", vol. IV pp. 307 – 322.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Documentos manuscritos sob o título geral "Apontamentos sobre a vida do Gungunhana e seus companheiros".

Documentos manuscritos com o título genérico "Falecimento dos Pretos".

Documentos dactilografados com o título "Relato da chegada de Gungunhana e seus companheiros a Angra do Heroísmo".

Documentos (4) com cópias da Certidão de Nascimento [Baptismo?], datadas de 17 de novembro de 1944 e subscritas por Henrique Braz.

Bibliografia

CÂMARA, Nélia, "O Régulo Gungunhana terá Casa Museu em Angra do Heroísmo?" *in* Açoriano Oriental (17 de Maio de 1987).

Catálogo de exposição "Gungunhana em exílio". Torre de Belém, junto de 1995.

ENES, Carlos, "Penteando a Memória – Gungunhana na Terceira", in Diário Insular, 2019.

FREITAS, Jorge, "JOGOS DE GUERRA – Marracuene 1.ª e 2.ª parte; Marracuene, a Campanha contra Gungunhana 1.ª e 2.ª parte e o Combate de Magul" (8 de Setembro de 1895), 1.ª e 2.ª partes. Jornal do Exército de janeiro, fevereiro, março, abril e agosto de 1994.

KHOSA, Ungulani Ba Ka. "Gungunhana". Porto Editora, Lisboa, 2018.

LIMA, Gervásio. "Breviário Açoriano". Angra do Heroísmo, 1934.

MELO, Afonso de, "GUNGUNHANA, preso no circo, o Leão de Gaza morreu bêbado", in Suplemento BI do jornal *O SOL*, edição nº 711, 1 de maio de 2020.

MERLIM, Pedro de, "Os Vátuas na Ilha Terceira", *in* Revista ATLÂNTIDA, órgão do Instituto Açoriano de Cultura, vol. IV (pp 307-321), Angra do Heroísmo, 1960.

MORENO, Ferreira, "Monjardino e Gungunhana", Crónica da Califórnia, edição do jornal A UNIÃO, de 2 de Maio de 1997.

QUINTINHA, Julião e TOSCANO, Francisco. "A Derrocada do Império vátua e Mouzinho de Albuquerque**".** 1.º volume, 3.ª edição, Lisboa, 1935.

"UM PRINCIPE NA TERCEIRA", artigo sem autor, jornal A UNIÃO, de 2 de Dezembro de 1995.

VILHENA, Maria da Conceição, "O Desembarque de Gungunhana em Lisboa há 100 anos", *in* artigo coordenado pelo jornalista Pedro Garcias, jornal O Público, de março de 1998.

VILHENA, Maria da Conceição, "Quatro prisioneiros africanos nos Açores", artigo publicado na revista ARQUIPÉLAGO – Departamento de Línguas e Literaturas Modernas, Universidade dos Açores, (pp 259-279), 1999.

VILHENA, Maria da Conceição, "As Mulheres de Gungunhana", *in* Actas do Congresso, vol. "O Rosto Feminino". pp 511-516, Lisboa, 1994.

VILHENA, Maria da Conceição. "Gungunhana no seu reino". Edições COLIBRI.

VILHENA, Maria da Conceição. "Gungunhana – Grandeza e Decadência de um Império Africano". edições COLIBRI. Lisboa, 1996.

ANEXOS

Recortes do jornal "A União" onde é descrita a partida do Forte de Monsanto em Lisboa, a viagem do Forte de Monsanto para o Arsenal, a viagem no navio Zambeze para Angra do Heroísmo e o percurso pela rua da Sé em Angra, até ao Castelo de S. João Baptista.

O GUNGUNHANA EM MONSANTO

Tendo por base uma notícia provinda de Lisboa, o jornal A União, n.º 733 de 19 de Maio de 1896 informa: "O Gungunhana e seus companheiros de prisão no Forte da Serra de Monsanto irão para o Castelo d' Angra porque o presídio de Cabo Verde não está capaz de os receber." E acrescenta: "É a canhoneira Zambeze que vem para o serviço da fiscalização aduaneira nos Açores, substituição da "Açor. A seu bordo virão, segundo se diz, os prisioneiros de guerra Gungunhana, Molungo, Godide e Zixaca."

Chegou ao Forte, pelas 7,30 horas da tarde do dia 22 de Maio de 1896, a força de cavalaria 4 que devia escoltar os trens de praça em que seriam conduzidos os prisioneiros de guerra.

Nessa ocasião entregaram-lhes calças novas de brim que, por sinal, lhes não serviam. As do Gungunhana rasgaram-se logo!

Vestidos ad hoc, os homens, sobraçando as trouxas com o reduzido guarda roupa, ergueram-se e trataram de sair no meio de berraria furiosa das mulheres que queriam por força acompanhá-los e que, por entre os seus lamentos, faziam gestos indicativos de que estavam persuadidas de que eles iam … à degola.

O Godide, o Zixaxa e o Molungo, fazendo da fraqueza força, obedeceram, embora receiosos, à ordem de marcha; o Gungunhana, porém, - cuja consciência (?) lhe devia estar espalhando cenas de extraordinária ferocidade, que requeriam exemplar castigo, o Gungunhana, dizíamos, esse temeroso em estremo, aterrorizado, desanimado sentou-se no chão, agarrou a cabeça com as mãos e só ao colo de alguns soldados, pôde ser levado até ao trem, não entrando no veículo, senão quando o Godide entrou primeiro.

Com o olhar errante, os olhos húmidos, o Ex regulo de Gaza, voltando-se para um empregado do ministério da guerra que o acompanhava, repetidas vezes lhe perguntou, com voz quasi marticulada[1]:

- Vai morrer!...

[1] Como no original. Significado: martirizada.

E com a mão fazia o terrível gesto de decapitação, não havendo meio de o tranquilizar.

Arrumados, com as respectivas trouxas nos dois trens e com soldados de cavalaria às portinholas seguiram para o Arsenal pelo lado de Alvito, Alcântara e Aterro, onde chegaram às 8 e três quartos.

NO ARSENAL

Como se guardou reserva sobre a hora do embarque, pouca gente estava nas imediações daquele estabelecimento.

Dentro, e junto da casa do oficial, de serviço, estavam apenas, além dêsse oficial, a guarda de marinheiros, os Srs. 1.º Tenente Leotte Rego e Emidio Lino da Silva Júnior ajudante e secretário do senhor ministro da marinha, algumas senhoras e vários repórteres.

Quando aí pararam os trens, novamente, e pela última vez o Gungunhana, deitando a cabeça fora da portinhola, perguntou:

Vai morrer?

Trataram de o tranquilizar.

Um guarda de oito marinheiros, com espingarda e sabre armado, acompanharam os prisioneiros para bordo do rebocador voador, indo cada um entre duas praças. O Gungunhana teve de ser levado pela mão; caminhava com dificuldade, receioso, como quem teme abrir-se-lhes aos pés un abismo insondável.

O Molungo também ia trôpego; o Godide e Zixaxa, tranquilos na aparência, este último principalmente, porque o primeiro ainda perguntou se iam matar o pai.

No Voador embarcaram o senhor Emídio L. da Silva, os representantes do Século, Popular e Diário de Notícias e o sargento com a guarda para lhe passarem o recibo a bordo.

NO ZAMBEZE

Ao portaló estava o ilustre oficial Sr. Francisco Caceres, Comandante deste vaso de marinha de guerra.

Os prisioneiros passaram com dificuldade para a canhoneira. Na tolda estava formada a guarda do navio.

Depois de apalpados, foram levados para a coberta de vante e instalados junto à porta da dispensa doestado menor, logar onde haviam dois beliches a bombordo e dois a estibordo, sobrepostos, beliches em que se deitaram quando trouxeram colchões e travesseiros, tendo cada especial cuidado em reclamar as resptivas trouxas, com as quais se amesendaram, cobrindo-se com mantas que também levavam.

O Gungunhana conservava na mão uma pequena garrafa, de que tirava pitadas de um pó que cheirava e com que presenteava de vez em quando o Molungo.

Às 9 e 40 minutos largava o Voador em direcção ao Arsenal no momento em que o Molungo pedia água e o comandante ordenava que lhes dessem um balde cheio d' la e um caneco.

O Sr. Conselheiro Jacinto Cândido visitou a Zambeze uma hora antes do navio levantar ferro.

O comandante da Zambeze disse ao Godide que, quando desejasse alguma coisa para si ou para os companheiros, se lhe dirigisse, pois sempre encontraria nele apoio e protecção.

A VIAGEM

A "Zambeze" largou o Tejo às 11 horas da manhã do dia 23 de junho de 1896. Durante a viagem os presos foram guardados constantemente por duas sentinelas, ficando ainda uma outra á boca da escotilha da coberta.

O comandante do navio ordenou que ninguém da tripulação lhes dirigisse a palavra, ou lhes fizessem gestos que os amedrontassem, tendo havido sempre o maior cuidado, quando lhes permitiam subir à tolda, que algum não se lançasse ao mar.

A comida foi-lhes fornecida já partida, para que não tivessem necessidade de servir de facas.

A CHEGADA

Logo que se espalhou a notícia de que a canhoneira estava à vista, foi extraordinária a quantidade de pessoas que se dirigiram ao cais da Alfandega.

A "Zambeze" fundeou pelas 1.30 horas. Sendo logo visitada pela Estação de Saúde.

Pouco depois desembarcava o Sr. Fronteira Caceres e um guarda-marinha, dirigindo-se ao Castelo, onde foi conferenciar com o Sr. V. de Vila Nova de Ourém.

Às três horas voltou a bordo. Um quarto de hora depois dirigiram-se para terra os prisioneiros custodiados por uma força de marinheiros comandada por um 2.º sargento.

O aspecto de Gungunhana e Molungo era de profundo abatimento. Ainda assim, no cais, o ex-rei de Gaza teve um soberbo e altivo olhar para a multidão que se apinhava na sua passagem.

Vinham um pouco trôpegos, principalmente o Molungo. O grande e terrível Gungunhana, caminhando vagarosamente na frente dos seus companheiros de infortúnio, descalço. Com a fralda de fora, uma trouxa ao ombro, escorrendo em suor, feito um mal trapilhos, comoveu-nos profundamente.

O valente e destemido regulo Zixaxa, rapagão forte e vigoroso, tipo distinto na sua raça, altivo, denotando nos seus movimentos e olhar incisivo a energia d' um selvagem audacioso e traiçoeiro, causando-nos admiração.

Molungo, verdadeiro tipi de árabe, feições regulares, delgado, alto, bem aprumado, olhar incerto e desconfiado, parece reunir as qualidades de conselheiro d' rei negro.

Godide é um rapazola alegre, falador, com pouca experiência mas talvez com grandes esperanças no futuro.

Em pequenas trouxas traziam quanto lhes pertencia. Os seus trajes eram ordinaríssimos e mal se compreende a economia do governo não lhes dando vestimentas decentes.

Os prisioneiros seguiram pela Rua Direita, rua da Sé, até ao Castelo, onde chegaram às 4,30 horas, sendo nessa ocasião passado o competente recibo de entrega ao comandante da força, que regressou imediatamente a bordo.

NO CASTELO

O povo que acudiu ao cais e seguiu os prisioneiros, junto ao que afluía das diferentes ruas, chegou a formar uma massa compacta na esplanada do Castelo, aumentando ainda mais quando os inúmeros curiosos se viram obrigados a retroceder no caminho que conduz às portas principais, por encontrarem estas fechadas. Mas quando se produzio um choque violento na multidão, foi quando se fecharam as outras portas após a entrada da escolta, achando-se já dentro da praça algumas centenas de pessoas.

Esta medida tomada pelo senhor Governador do Castelo, embora desagradasse a muitos, não pode deixar de ser bem considerada, pela perturbação que iria causar dentro da praça a invasão de alguns milhares de pessoas, todas anciosas de ver de perto os prisioneiros.

Mais tarde foi aberta a porta dos carros permitindo-se então a entrada franca, quando os prisioneiros já estavam alojados.

NOTAS SOLTAS

Consta que o Excelentíssimo senhor Governador tomou as mais vigorosas providencias sobre a segurança dos seus hospedes sem que todavia sejam constrangidos na sua precária situação, tendo por homenagem o recinto da praça, recomendando em ordem, à guarnição e mais habitantes do Castelo as considerações devidas a prisioneiros de guerra, para se não ver obrigado a proceder rigorosamente contra quem faltar aos princípios de hospitalidade e caridade.

É digna do maior louvor a recomendação altamente humanitária de S. Ex.ª mas temos quasi a certeza de que não serão infringidas as suas determinações seguros como estamos das simpatias que tem inspirado os infelizes prisioneiros. Apesar da severidade que pesa sobre eles parecem estar satisfeitos do bom agasalho que encontraram, lamentando mais a separação das suas queridas Evas do que a infelicidade que os arrancou do seu paiz.

As dez mulheres dos prisioneiros e o Gó, o garoto cozinheiro ficaram em Monsanto.

Consta porém, que serão em breve entregues ao ministério da marinha, que as fará transferir, bem como ao rapaz, para qualquer ponto da costa ocidental d' África.

Os prisioneiros são considerados 2.ºs sargentos adidos a caçadores n.º 10 para o efeito de abono de pré que é igual ao que vencem aquelas praças.

Assim, vencem pão, rancho dos oficiais inferiores e o pré diário de 260 reis.

Tem sido extraordinário o numero de visitantes do Castelo.

Principalmente o Godide faz as delícias dos curiosos respondendo com precisão às perguntas que lhes dirigem.

O Governo faculta a cada prisioneiro a escolha d' companheira.

As pretas, porém, fizeram greve declarando que ou iriam todas ou então nenhumas. Assim sucedeu. Naturalmente repugnava-lhes a vida de isolamento a que a prisão dos seus companheiros as votava.

O Gungunhana não toma qualquer alimento ou bebida que antes não seja provada pelo filho.

Causou ao princípio impressão de terror aos prisioneiros, ontem quando estiveram à muralha vendo passar a procissão, a subida dos foguetes deixando um rasto de fumo e estalando no ar após os pequenos clarões, que eles olhavam receiosos[2]. Depois faziam grande festa sempre que algum subia ao ar.

O Gungunhana e Molungo gostam muito de cheirar rapé de preferência a simonte, e ao mesmo tempo que seguram a pitada com o dedo polegar a meio do indicador, estendem sobre a parte posterior deste o rapé que pode comportar, e que vão ao mesmo tempo que aspiram, atirando para o nariz.

Godide e Zixaxa vão já preferindo o fumar.

Cigarros que les ofereçam enfiam-nos nas aberturas das orelhas. Ao rapé em pequenos embrulhos fazem o mesmo.

Quando o Gungunhana pede a seu filho para lhe dar rapé, este muito submisso e respeitoso vai busca-lo em pequena porção, na palma da mão e sentado no chão, a seus pés, espera que ele o aspire.

Recortes do jornal "A União", organizado pelo capitão João Baptista de Lima onde resume o estado de espírito dos prisioneiros, acabados de chegar à cidade de Angra do Heroísmo, sob o título:

GRANDEZA DECAÍDA

Esses quatro homens negros, mal trajados e abatidos que, impelidos pelo destino – bem fatal para eles – há dois dias pizaram a nossa formosa terra, que hoje lhes é a terra de exílio, tem jus ao nosso respeito, por que, era, só neles deveremos ver a personificação de uma desgraça enorme! …

E a desgraça, seja qual for a manifestação sob que se nos apresenta, tem jus ao nosso respeito – exige-o mesmo.

Olhae … contemplae bem esses quatro homens – embora negros – que inda há pouco habitavam essas ricas e formosas terras dos palmares, que parece tê-las fadado

[2] Como original.

a Natureza para acalentarem os grandes, e ao mesmo tempo, os simples amores, como eles deveriam ser na criação primitiva – terras, aonde sob esse quente sol africano, se desenvolve uma vegetação luxuriante … aonde pelas cerradas florestar esvoaçam as variadíssimas … espécies de formosas e exquisitas aves, aonde o tigre e o leão rugem de amor! … Contemplae bem esses quatro homens negros que n' essas terras nasceram, e n' elas viveram por bastantes anos – ao menos dois deles – vede que, por serem negros, não deixa de ser a sua plástica e sua configuração física exterior perfeitamente igual à vossa; e a Anatomia poderá afirmar que o seu organismo interior igualmente o é; por conseguinte, lá deverá existir um coração – essa entranha que, sendo ela o foco dos sentimentos, Imaginai agora, se puderdes, quão grande desdita feriu esses quatro homens negros que no seio dessa natureza pujante e riquíssima que os viu nascer, e aonde eles eram ricos e poderosos, e aí tinham os seus amores, se viram quasi de repente despojados de tudo isso, e presos e manietados, a caminho do exílio; achando-se hoje, como que sepultados numa caserna árida e triste, como são geralmente as casernas!...

Imaginai se puderdes, quão grande desdita feriu esses filhos livres da natureza, e que grande desalento lhes apertará o coração vendo-se assim privados de tudo que mais caro lhes seria na vida, pátria, tesouros, amores.

Imaginava eu que esses quatro homens negros seriam selvagens em toda a acepção da palavra, e que achando-se naquela caserna oprimidos pela curiosidade – às vezes impertinente – de tanta gente, mostrariam por qualquer gesto o enfado que isso lhes deveria causar, ou então, uma completa indiferença por tudo. Foi porém a minha grande admiração quando, bem pelo contrário, notem que eles se tornavam quase amáveis para com alguma pessoas que se lhes acercavam. O Gungunhana por vezes parece alegre; mas logo se fica a cismar; o que dá bem a entender que seria aquele o seu caracter, hoje contrafeito pelo desalento. Molungo tem na fisionomia espalhado um tom de profunda tristeza e abatimento que significa bem que não é indiferente, e que avalia bem a sua triste situação. O Zixaxa e Godide vi eu praticar um acto de civilização que, nem sempre muita gente que se présa de ser correcta, pratica; foi que, ao passar pelo meio de algumas pessoas, elas proferiam, mas perseptivelmente, esta frase – com licença.

Zixaxa tem um porte incontestavelmente distinto. Godide é o perfeito tipo de garoto, mas conhece-se que é fino … ou astuto; e por vezes tem graça.

A desgraça, seja qual for a manifestação sob que se apresente, tem jus ao nosso respeito – exige-o até … É pois nosso dever respeitar esses quatro homens negros prisioneiros, nos quais, hoje, só devemos vêr a personalização de uma grandeza abatida, de uma enorme desdita! … Respeitemo-los pois, e que se lhes amenize, quanto possível fôr, a tristeza do auxílio … 28-6-1896 M. G.

Com o título: Gungunhana, o jornal "A União" 27 de Março de 1899 transcreve a informação:

> O Snr. Manuel Amado distinto artista da Companhia Equestre, depois de obtida a devida autorização, proporcionou ontem de tarde ao Gungunhana e seus companheiros, no Castelo de S. João Baptista, uma agradável diversão. Apresentou-lhes

> os trabalhos do seu burro sabio, que respondeu sisudamente a perguntas, que tinham relação com os prisioneiros, perguntando-lhes, por exemplo. Se eles eram brancos ou negros, etc.
> Ficaram maravilhados e riram bem os ex-potentados africanos.

Tivemos ocasião de lhes falar ontem, e notámos que Zixaxa e Godide falam muito razoavelmente o português. E que este ultimo tem uma veia trocista que exibe com muita propriedade e finura, e que o primeiro é menos expansivo.

Molungo distrai-se mais que o Gungunhana. Os dois rapazes falaram do seu próximo baptismo, que desejam receber e estão ansiosos pelas melhoras do Snr. Bispo para que se realize.

Ficamos realmente surpreendidos pelo desenvolvimento dos prisioneiros.

Com data de 28 de Março de 1899 do jornal "A União" onde sob o título: GUNGUNHANA informa:

> Os artistas da Companhia Equestre Srs. Ferroni e Hassam foram ontem ao Castelo apresentar alguns dos seus trabalhos ao GONGUNHANA e seus companheiros. Os potentados riram a bandeiras despregadas ao verem o trabalho com os cães.

Recortes do jornal A União onde se reúnem informações, desde a chegada a Angra no dia 29 de junho de 1896 até 17 de abril de 1899.

No dia 29 de Junho de 1896 chegaram a esta cidade a bordo da canhoneira "Zambeze" sob o comando de Fronteira Caceres, os quatro prisioneiros de guerra – régulos de Gaza Gungunhana – Molungo – Zixaxa e Godide. Foram conduzidos ao Castelo de S. João Baptista sob o comando do General Visconde de Vila Nova de Ourém. Tiveram a Praça do Castelo como recinto de homenagem, onde passavam o dia na caserna da 2.ª Companhia, indo à noite para o calaboiço, junto à casa da guarda. Tomavam as suas refeições no refeitório dos sargentos.

Na Sé Catedral realizaram-se a 16 de Abril de 1899 os actos solenes de baptismo e crisma do Gungunhana e seus companheiros – Molungo – Molungo – Godide e Zixaxa, promovido pelo General Frederico de Almeida Pinheiro – Presidiu o Bispo D. Francisco José.

Foram padrinhos do Gungunhana que recebeu o nome de Reinaldo Frederico Gungunhana; do Molungo que recebeu o nome de José Frederico Molungo; do Zixaxa que recebeu o nome de Roberto Frederico Zixaxa e do Godide que recebeu o nome de António da Silva Pratas Godide[3], respectivamente, os Srs. Visconde das Mercês e Condessa

[3] Sobre o nome atribuído a Godide é apresentada uma explicação para o nome atribuído a Godide: António da Silva Pratas Godide, foi por uma condescendência do seu ilustre padrinho o Ex.mo Sr. General Augusto Cesar da Silva Sieuve a pedido do director deste jornal Vieira Mendes, para satisfazer ao desejo de Monsenhor António da Silva Pratas, de Lisboa, que foi o sacerdote que iniciou a catequese dos prisioneiros, depois da sua chegada a Lisboa, e que pelo seu baptismo muito se empenhava.

de Sieuve de Meneses (1.ª), Francisco de Paula Barcelos, Presidente da Junta Geral do Distrito e Condessa de Rego Botelho; Dr. José Pimentel Homem de Noronha, Presidente da Câmara Municipal e Francisco Bettencourt Silva; e General reformado Augusto Cesar da Silva e Ana Elvira de Ornelas Bruges Pamplona Corte Real.

Do crisma foram padrinhos pela mesma ordem Fernando Frederico Bartolomeu, Juiz de Direito, Amaro de Azevedo Gomes, Capitão do porto; Dr. João Álvaro Brito de Albuquerque, Reitor do Liceu; e Vital de Bettencourt Vasconcelos e Lemos, vice-presidente da Comissão Executiva da Junta Geral.

Zixaxa e Godide dedicavam-se à caça, o que praticavam no Monte Brasil. Aprenderam com facilidade a língua portuguesa.

Por fim passeavam pela cidade.

O Gungunhana também caçava, embora menos vezes, devido à sua idade e a não ser muito instruído.

Também se dedicavam à manufatura de balaios de junco que colhiam no Monte Brasil e vendiam às pessoas que os visitavam com prévia autorização dos Governadores do Castelo.

A sua alimentação constava de sopa e carnes, excepto galinha que parece nunca comeram. Também não apreciavam peixe.

Publicado no jornal "A União" n.º 1.590, de 15 de Abril de 1899 – Sábado.

BAPTISMO E CRISMA DO GUNGUNHANA E SEUS COMPANHEIROS

Realizou-se na Sé Catedral, ontem, este acto, como havíamos noticiado, promovido pelo Ex.mo Snr. – General Frederico de Almeida Ribeiro, o Governador do Castelo de S. João Baptista, com grande concorrência, ainda além dos numerosos convites feitos por Sua Ex.ª, sempre amável para todos.

É muito longo o ritual dos baptismos nas condições em que o receberam os ex-potentados africanos, tanto na primeira parte, antes do ingrede re in templum Dei, realizada no Pórtico da Sé, por Sua Ex.ª Rev.ª o senhor Bispo D. Francisco José, como ainda, depois no Baptistério.

Sua Ex.ª dirigiu uma alocução aos neófitos, fazendo-lhes ver o que era o baptismo e as vantagens que dele provinham, e outra, mais curta, por ocasião do crisma.

Terminadas todas as cerimónias do baptismo, os prisioneiros de guerra dirigiram-se com Sua Ex.ª Rev.ª e o Snr. General e acompanhamento e acompanhamento para a capela-mor, onde foi ministrado o crisma.

Durante a solenidade tocou no adro a banda de Caçadores 10.

Os prisioneiros foram de trem e tiveram ao jantar o rancho melhorado.

Repetimos os nossos agradecimentos [do jornal "A União], a S. Ex.ª. o Sr. General pelo convite que se dignou endereçar-nos para assistirmos ao acto.

Publicado no jornal "A União" n.º 1.591 de 17 de Abril de 1899 – segunda-feira.

DO INTERNAMENTO À LIBERTAÇÃO – A SAGA DOS PRISIONEIROS DE GUERRA (POW) ALEMÃES EM MOÇAMBIQUE

Altino Silva Pinto[*]
Jorge Alberto Flores de Almeida Nunes[**]

Introdução

Menos conhecido do grande público, o longo e penoso caminho percorrido pelos alemães aprisionados em Moçambique, na Grande Guerra, que os conduziu até à metrópole, aos campos de internamento de Peniche e Caldas da Rainha, e de lá, uns tantos até à longínqua Angra do Heroísmo, campos onde permaneceram internados até ao seu repatriamento muito para lá do Armistício, é mote para que neste ensaio, os autores, filatelistas e estudiosos da história postal dos Prisioneiros de Guerra Alemães na Primeira Guerra Mundial, rondando a audácia, se aventurem na revelação de alguns factos históricos quase caídos no esquecimento e que, direta ou indiretamente terão influenciado o destino desses prisioneiros.

Embora outros já antes o tenham feito com detalhe, pelo interesse filatélico e histórico que suscita a correspondência postal a eles associada, não poderia também este ensaio deixar de revisitar o seu estudo e caracterização, fundamentado em parte no que já se conhece da literatura filatélica portuguesa, e sustentando-se onde possível, em peças filatélicas da correspondência postal dos POW e outras, algumas de grande raridade e/ou mesmo únicas, que enriquecem a sua compreensão.

Longe de esgotado o tema, alguns períodos temporais onde a escassez de informação continua notória ficam ainda algo difusos e necessitando de mais aprofundada investigação.

---

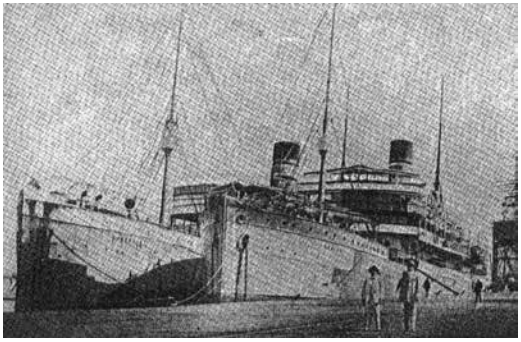
[*] Licenciado em Medicina, filatelista e articulista especializado em História Postal de Moçambique. Aposentado. Natural de Moçambique.

[**] Licenciado em Engenharia Eletrotécnica, colecionador e estudioso de História Postal. Diretor de Serviços de Viação e Transportes Terrestres de Angra do Heroísmo. Natural de Angra do Heroísmo.

Os campos de concentração/ Depósitos de Prisioneiros

Com o deflagrar da Grande Guerra os navios das várias companhias mercantes alemãs e austríacas procuraram refúgio nos portos dos países que se mantiveram neutrais, entre os quais os de Portugal e seus territórios ultramarinos.

A 23 de fevereiro de 1916, pressionado pelo aliado britânico, o Governo Português aprisiona os 72 navios alemães e 2 austríacos que estavam atracados nos portos portugueses (destes, 6 em Lourenço Marques e 1 na Beira), e com eles as suas tripulações.



Na viagem de mar de Moçambique para Lisboa, que coincidiu com o Natal de 1917, a bordo do *"Lourenço Marques"*, morreram dois prisioneiros. Este navio – o *"Admiral"* antes de apresado aos alemães (Fig. 01 – In *Ilustração Portuguesa, 1917*) – terá efetuado nos últimos meses desse ano algumas viagens transportando prisioneiros de Moçambique para Portugal, e nos primeiros meses de 1918, tropas de Portugal para Moçambique.

Figura 1. O 'Kronprinz' e o 'Admiral' dois navios apresados alemães em 191 – Os tripulantes do segundo, antes de o abandonarem, tirarem-lhe peças que não podiam ser substituídas em África, mas este inconveniente foi remediado.

Goradas as negociações diplomáticas para que Portugal se mantenha como país neutral, a 9 de março a Alemanha declara-nos guerra, acusando Portugal de estar ao serviço da Inglaterra e ser "*vassalo da Inglaterra*", expressão que desencadeou o sentimento de afronta e que levou Portugal a responder, em 4 de abril de 1916, com uma veemente declaração de guerra no Parlamento, amplamente apoiada na imprensa, sobretudo através de incitamentos no jornal ***O Século***, acusando os alemães de bárbaros, hunos, etc. e insistindo na sua expulsão do país.

Em Moçambique, os poucos alemães e austríacos que aí viviam, e respetivas famílias, foram aprisionados juntamente com os alemães e austríacos que integravam as tripulações dos navios que estavam acostados nos portos e que foram apresados, e internados em "Depósitos de Prisioneiros" (designação oficial) que, entretanto, se constituíram, concretamente em Lourenço Marques, em Quelimane, na cidade da Beira, mas que foi transferido logo depois para Macequece, em Tete, e em Porto Amélia.

A Alemanha exerceu grande pressão sobre o Governo em relação à forma como estavam a ser tratados 14 prisioneiros militares que tinham sido capturados em combates no território, ameaçando a título de represálias internar 3 portugueses na prisão de uma fortaleza. O Governo cedeu e colocou-os em Peniche.[1]

[1] Pedro Jorge Castro. Artigo publicado na Revista Sábado – edição nº 510, de 6 de fevereiro de 2014.

Em 1917, por acordo como os Aliados, Portugal encerrou os campos de concentração que mantinha em África, e transferiu os prisioneiros para território europeu.

No entanto, em Moçambique nem todos os prisioneiros terão sido transferidos, tendo alguns deles lá permanecido internados até ao fim da Guerra, conforme o demonstra a peça de correspondência escrita por um prisioneiro alemão já no final da Guerra e remetida do campo de Lourenço Marques.

Figura 2. Carta enviada por prisioneiro de guerra internado em Lourenço Marques

Sobrescrito de carta com inscrição manuscrita – Serviço de Prisioneiros de Guerra – e por isso isen-to de pagamento de taxa, remetido a cidadão alemão, presumivelmente internado no campo militar de Moshi, na África Oriental Alemã, nesta época sob ocupação das tropas britânicas e aliadas.

Censurada na Repartição de Informações do Quartel General, em Lourenço Marques, seguiu para o circuito postal onde lhe foi aplicado o carimbo de censura civil **'PASSOU PELA CENSU-RA'**, e o carimbo hexagonal da Estação Central de Lourenço Marques, datado de **2 de outubro de 1918**.

Seguiu por via marítima até Mombasa (22/11/1918), daí foi encaminhada para Tanga (08/01/1919) onde lhe foi aplicada a marca retangular a preto, de **Censura de Tanga**, seguindo por via-férrea para Moshi, onde chegou a **10 de janeiro de 1919**.

De realçar a particularidade de entre a data de expedição e a de chegada, já ter terminado a Guerra – 11 de novembro de 1918.

E existem igualmente evidências[2] que, após o final da Guerra, alguns dos prisioneiros, aqueles que eram já residentes em Moçambique, optaram mesmo por continuar a residir em Moçambique.

[2] Um dos coautores deste ensaio, natural de Moçambique, e que lá residiu por longo período de tempo, conheceu pessoalmente descendentes de alemães que estiveram detidos em Lourenço Marques, e que continuaram a viver em Moçambique após o fim da Guerra.

Os Depósitos de Prisioneiros em Moçambique

Terão sido 5 os Depósitos de Prisioneiros constituídos em Moçambique, todos nas capitais de distrito, concretamente um em Lourenço Marques, um em Quelimane, um na Beira (mas que foi transferido logo depois para Macequece), um em Tete e provavelmente outro em Porto Amélia, de que não existe registo oficial da sua existência.

Lourenço Marques – Nesta cidade localizada na baía do mesmo nome, ou *Delagoa Bay*, nome que lhe davam os ingleses, esteve instalado o **1º Depósito de Prisioneiros**, o maior em Moçambique, e também o que esteve ativo por mais tempo.

Situava-se num recinto vedado com fio de arame, com uma área de 26000 m2, junto à Avenida da República, num local conhecido por "pântano", nome que lhe vinha do tempo em que, antes de ser aterrado, efetivamente o era.

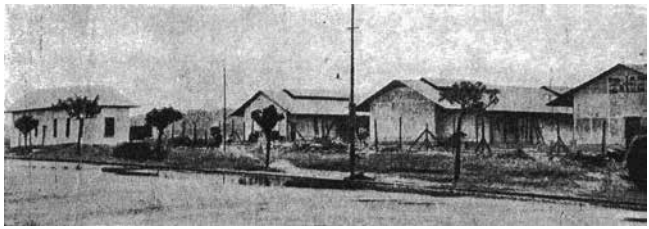


Figura 3. Barracões construídos no Pântano, destinados a alojar os tripulantes dos navios alemães apresados – In *Ilustração Portuguesa, 1910*.

Figura 3A. Planta do Campo de Prisioneiros Alemães em Lourenço Marques.

Por este campo passaram 537 prisioneiros. Desses, 375 eram provenientes dos navios apresados nos portos de Moçambique, sendo 358 tripulantes e 17 passageiros. A estes juntaram-se 109 cidadãos alemães residentes na colónia, internados durante o mês de março de 1916, sendo a grande maioria até ao dia 27. Outros cidadãos, em menor número, tiveram o mesmo destino entre os meses de abril a novembro do mesmo ano.

Posteriormente e provenientes doutros campos de prisioneiros em Moçambique, 21 vieram transferidos de Tete, 17 de Quelimane e 15 de Macequece e Beira.

A grande maioria dos tripulantes e passageiros internados neste campo foram transferidos para Lisboa, com destino a outros campos, entre 18 de outubro e 23 de dezembro de 1917. Os últimos a deixarem o campo, fizeram-no em outubro de 1918, já perto do final da guerra.

Quelimane – Em Quelimane capital do distrito do mesmo nome funcionou o designado **2º Depósito de Prisioneiros**, onde foram aprisionados, nos dias 15 de março, 1 e 15 de abril de 1916, 29 súbditos alemães, incluindo 3 mulheres e 4 crianças, todos eles residentes no território de Moçambique.

Eram na sua maioria empregados comerciais de várias firmas alemãs no Chinde e Quelimane, 1 maquinista, 2 engenheiros e 4 missionários provenientes de Chupanga, Quelimane e Chinde.

Ficaram instalados numa propriedade murada na rua da Segura, pertencente a uma missão religiosa. O pontão "Diu" fundeado no porto da cidade passou a ser considerado um anexo ao Depósito, destinado ao encerramento dos prisioneiros que, pela sua conduta, fosse conveniente separar dos outros internados.

Estes internados foram transferidos primeiro para Lourenço Marques e depois para Lisboa em 24 de setembro e 16 de dezembro de 1917.

Beira – Na cidade da Beira, capital do distrito de Manica e Sofala, que era administrado pela Companhia de Moçambique, foi criado um Depósito de Prisioneiros logo após a declaração de guerra, em março de 1916, situado no bairro do Maquinino, na margem direita do rio Chiveve.

A partir de 11 e até 18 de março de 1916, aí foi internada a maioria dos cidadãos alemães residente na região. No entanto, a 21 de abril, este depósito foi desativado, sendo os prisioneiros transferidos para um novo campo em Macequece.

Macequece – Para os prisioneiros de guerra que saíram do Depósito da Beira em abril de 1916, foi criado o designado por **3º Depósito de Concentrados** de alemães, um campo com melhores condições de habitabilidade e em muito melhor clima, em Macequece. A prova de que esta instalação não era provisória reside no facto de que a designação oficial que recebeu era Campo de Concentração de Macequece e não Depósito de Prisioneiros de Macequece.

Situava-se esta povoação a cerca de 25 Km da fronteira com a Rodésia e era escala importante na linha de caminho-de-ferro que ligava a Beira (principalmente o seu porto) à Rodésia – era a principal via de escoamento do *hinterland*.

O campo encontrava-se dividido em dois setores, e nele foram internados os cidadãos alemães residentes na Beira, alguns vindos de Buzi, Chimezi, Munene, Muza, Revue, Vumba, Manica e também em Bartolomeu Dias, Chimoio, Mandigos e Neves Ferreira. De Tete veio apenas um prisioneiro. Os primeiros a chegar foram os residentes na cidade da Beira, logo a partir do dia 21 de abril, e alguns (poucos) mais tarde em julho e outubro.

Figura 4. Vista parcial de Macequece

Apenas alguns eram tripulantes dos navios mercantes alemães apresados, sendo a maioria engenheiros, cozinheiros, agricultores, empregados e gerentes comerciais, e ainda dois agentes consulares, o da Beira e o de Uganda.

Ficaram instalados nas várias dependências do Quartel da Companhia Indígena, edifício da repartição de minas e edifício da escola Freire de Andrade.

Nestas instalações foram concentrados 60 cidadãos alemães, sendo 17 mulheres e crianças. Estiveram internados desde 21 de abril de 1916 até 17 de abril de 1917, tendo regressado à cidade da Beira[3] onde terão aguardado o transporte para Lisboa, que aconteceu em 11 de outubro e 10 de novembro de 1917.

Terão sido razões de segurança, que levaram a que este Depósito fosse encerrado em abril de 1917, sendo que, quanto a isso, ousamos afirmar que estariam relacionadas com

[3] Não se sabe ao certo a cidade onde terão permanecido esses cidadãos durante o período de seis meses até à sua transferência para Portugal, não sendo de afastar a hipótese de terem regressado às instalações do Bairro do Maquinino, ou mesmo de terem sido internados a bordo do "Lourenço Marques" que serviu como depósito temporário de prisioneiros.
As muitas peças de censura sobre correspondência civil supervisionada por militares na Beira, precisamente nesse período, poderão ser prova circunstancial e indireta de que havia suporte militar e condições logísticas para os manter na Beira, sendo aqui de especular que possam entretanto ter sido encaminhados para Lourenço Marques, donde partiram para Lisboa, com destino a outros campos, tal como aconteceu com todos os prisioneiros que se encontravam nos outros depósitos em Moçambique, à medida que iam sendo encerrados. Contudo, sendo este o percurso natural tal carece de confirmação por peça ou peças de correspondência desses prisioneiros, que se venham ainda a conhecer

uma revolta que, entretanto, eclodira na região do Barué, e esse será porventura o nosso contributo inédito ao já publicado sobre o assunto.

A segunda revolta do Barué e a sua repercussão no Campo de Concentração de Macequece:

a) A região geográfica

A região do Barué, na parte central de Moçambique, é limitada ao norte pelo curso do rio Luenha; ao sul pelo curso do rio Pungué, englobando o prazo Gorongoza; a leste por uma grande linha que define os prazos[4]: Massangano e Tambara até ao rio Zambeze; e a oeste pela fronteira da Rodésia. O seu máximo comprimento, medido do Luenha ao Pungué é de 370 km aproximadamente.

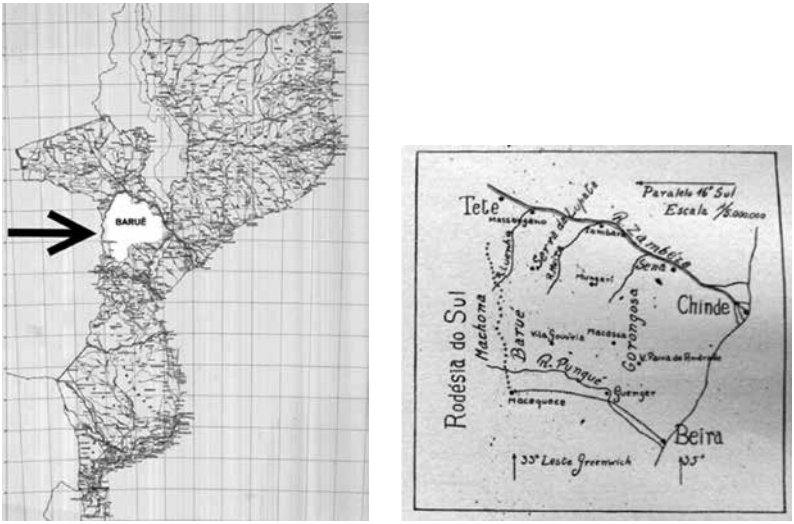


Figura 5. Mapa de Moçambique, com a região do Barué detalhada

[4] Os conhecidos por prazos da coroa estabelecidos pelos portugueses, no vale do Zambeze, na segunda metade do século XVI, eram unidades políticas onde a classe dominante era formada por mercadores portugueses estabelecidos como proprietários de terras que tinham sido doadas, compradas e até mesmo conquistadas aos chefes locais. Ou por outra, eram territórios concedidos por um período de três gerações aos mercadores portugueses e indianos. A sua transferência era feita por via feminina.
Ao surgirem os prazos, a coroa portuguesa pretendeu nacionalizá-los, outorgando-lhes um estatuto legal e atribuindo aos prazeiros a obrigação de pagarem foros. Portugal pretendeu assim dar aos prazos do vale do Zambeze, o estatuto de feudos portugueses e a natureza da estrutura feudal que dominava a sua sociedade, atuando numa espécie de senhor feudal na colónia.

b) Os habitantes e a sua organização

Descendentes do Reino do Monomotapa, e após a decadência deste reino, o Barué fortaleceu-se com o comércio de ouro e marfim, o que permitiu adquirir armas e munições e assim manter a sua autonomia.

Com a derrota dos "estados militares" do Vale de Zambeze pelos portugueses, emergiu Barué como único grande reino desta região fora do controlo português, constituindo no final do século XIX o maior centro da atividade anticolonial.

As rebeliões das tribos do Barué, nomeadamente do Bonga em Massangano que já tantas derrotas militares tinham custado a Portugal e compreendendo o perigo que o Barué representava, a coroa portuguesa solicitou à Companhia de Moçambique que cumprisse as suas obrigações de pacificar a região. Face à incapacidade desta e ao crescimento do poderio do Barué, Portugal decidiu intervir.

Foi assim que João de Azevedo Coutinho comandou a Campanha do Barué em 1902, e com o apoio de tropas europeias venceu a primeira importante revolta da região, derrotando o "invencível" estado do Barué, refugiando-se os seus líderes na Rodésia.

Não tendo a Companhia de Moçambique capacidade financeira para pagar a campanha, nem o pessoal e os meios administrativos suficientes, Portugal manteve informalmente a posse da região desde essa altura.

Por um lado, os "chefes" europeus intensificaram a exploração sobre os Baruítas, para além dos maus tratos e abusos praticados pelos "sipaios" em nome da Companhia de Moçambique, na cobrança do imposto (mussoco). Estes abusos permitidos pelos fracos ou ausentes meios administrativos degradaram as condições de vida e aumentaram o latente sentimento de revolta.

Dois outros fatores agravaram a situação e foram as causas da união dos chefes tribais, determinando a segunda revolta do Barué.

c) As causas próximas da revolta

Desde logo, em 1914, quando o Governo Português decidiu mandar construir uma estrada ligando Tete a Macequece atravessando terras do Barué, o que também permitia maior controle destas zonas do interior, e depois o desencadear da Primeira Guerra Mundial com o teatro de operações militares no Norte de Moçambique. Ambas as situações levaram a um recrutamento maciço, coercivo e mal pago de mão-de-obra quer para a construção da estrada, quer como carregadores para o exército em operações no Norte (cerca de 5000), o que envolveu milhares de camponeses e pretendia, eventualmente, recrutar todos os homens capazes da região.

Os principais chefes, Nongwe-Nongwe e Makosa, ultrapassaram as suas rivalidades e reorganizaram o exército, construíram aringas[5] estrategicamente localizadas e prepararam-se para a luta contra os portugueses. Organizaram uma força calculada entre dez a quinze mil homens.

A revolta começou em março de 1917, e rapidamente alastrou até ao distante Zumbo e até Sena, e só terminou já no final de 1917.

[5] Campos fortificados, entre os indígenas de África.

d) <u>O enquadramento da revolta na situação militar de Moçambique</u>

Do ponto de vista militar a situação em Moçambique, em 1917, não era tranquilizadora. Tinha havido alguns insucessos militares nas operações no norte de Moçambique. Era patente a deficiente preparação do exército Português, havia já uma percentagem significativa de baixas, principalmente por doença, e a moral das tropas não era elevada, nem valorizada a sua competência pelos comandantes Aliados.

Por outro lado, os exércitos alemães empurrados pelos britânicos e pelos belgas estavam em deslocação para sul, em direção à fonteira norte de Moçambique, aumentando a preocupação de eventualmente a atravessarem e invadirem Moçambique. Isso veio a acontecer em novembro de 1917, numa extraordinária demonstração tática por parte do seu Comandante, General Von Lettow.

Estes acontecimentos explicam o enorme sobressalto que se instalou nos civis e nos militares portugueses quando em março de 1917 explodiu, com violência e várias destruições, a revolta na região do Barué, que alastrou rapidamente até ao Zumbo e que fazia prever desastrosas consequências na já frágil situação de Moçambique.

e) <u>Telegramas de Moçambique com informações sobre a revolta</u>

Não é pois de admirar o teor do telegrama[6], datado de 10 de abril de 1917, remetido pelo Encarregado do Governo-Geral de Moçambique, em Lourenço Marques, para o Ministério das Colónias, onde se manifesta a preocupação pelos acontecimentos no Barué e as suas repercussões, e explicam os constrangimentos da situação que nessa altura se vivia localmente.

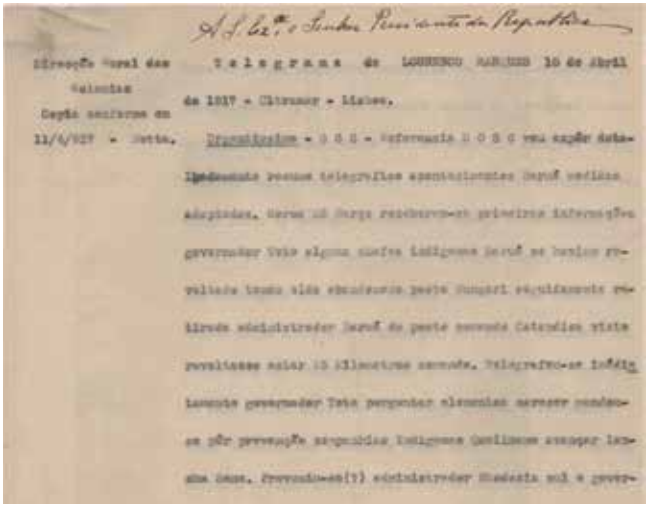


Figura 6A. Extrato do telegrama da Direção Geral das Colónias, de 10.04.1917

[6] Fundação Mário Soares – Dossier "Casa Comum" (pasta 07205.033).

Deste telegrama, o primeiro a seguir ao início da revolta, cuja primeira página se reproduz parcialmente (Fig. 06A), destacam-se alguns excertos:

> "(…) Cerca 26 Março receberam-se primeiras informações governador Tete alguns chefes indígenas Barué se haviam revoltado tendo sido abandonado Posto Mungari seguidamente retirada administrador Barué do posto comando Catandica (mais tarde Vila Gouveia) visto revoltosos estar a 25 Kilometros comando. Telegrafou-se imediatamente governador Tete perguntar elementos carecer mandou-se pôr prevenção companhias indígenas Quelimane avançar lancha Sena. (…)"

De seguida o telegrama refere que se prevenira o Administrador da Rhodesia do Sul e o Governador do Nyassa inglês no sentido de vigiarem a sua fronteira não permitindo que os revoltosos entrassem no seu território, e de proceder à sua captura em caso de o invadirem.

"(…) Com comunicações cortadas com Tete Quelimane com lancha Tete destruída (explosão da caldeira) com lancha Sena impossibilitada de navegar (…) impossível saber princípio situação com nitidez enviar socorros. Entretanto chegavam informações rebelião alastrar norte direcção Tete prazos Massangano Inhacatipué. (…)"

O telegrama prossegue relatando as medidas tomadas na mobilização para a região das companhias indígenas, companhias europeias e uma secção de artilharia da bateria mista de Lourenço Marques, bem como de destacamentos da guarda policial da Beira, a quem foram dadas instruções para sufocarem a rebelião.

Chega mesmo a referir que o distrito de Tete estava completamente desguarnecido de armas e munições, que tinham sido enviadas para as operações no norte contra os Macondes.

E continua … – ***ficou assente guarnecer o sul do Barué, junto ao Pungué, para proteger à distância, o campo de prisioneiros alemães de Macequece, e evitar que possam ligar-se aos revoltosos, o que decerto aproveitariam. Foi recomendada grande vigilância do inimigo.***

Prossegue ainda relatando que uma força de cipaios enviada de Tete para Luenha foi obrigada a retirar por falta de munições, como o governador Tete já havia informado. Que o pequeno posto policial de Pungué foi obrigado a retirar devido ao fogo dos revoltosos, factos devidos a ainda não terem chegado forças regularmente organizadas.

Termina o Encarregado do Governo dizendo que irá informando da marcha dos acontecimentos.

Alguns dias depois, conforme telegrama[7], de 14 de abril de 1917, em cópia para a Presidência da Republica, de que se reproduz extrato (Fig. 06B), aquele informa que – ***grande número de revoltosos estão acampados próximo de Pungué tendo atravessado a estrada para Macequece, e que havia boers brancos com os revoltosos.***

[7] Fundação Mário Soares – Dossier "Casa Comum" (pasta 07205.036).

E prossegue comunicando que – ***2 prisioneiros alemães de Macequece tentaram evadir-se, sendo determinada a transferência dos prisioneiros alemães de Tete para Lourenço Marques e de Macequece para a Beira***. Está aqui explicita razão do encerramento desses Campos.

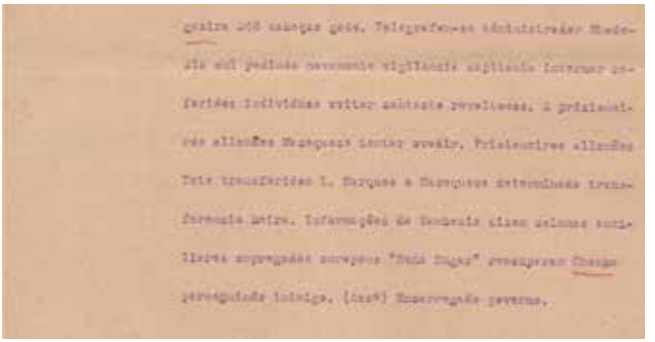


Figura 6B. Extrato do telegrama da Direção Geral das Colónias, de 14.04.1917

A sul os revoltosos ameaçavam a destruição da linha de caminho-de-ferro da Beira à Rodésia passando por Macequece, chegando a atacar e devastar algumas plantações de europeus, próximas da linha.

Acrescentavam-se várias informações, em forma de boatos, porque não confirmadas, por exemplo, afirmando que alemães comandavam revoltosos no ataque a Chicoa e ao Zumbo. Era pois intenso o clima de instabilidade e de muita apreensão.

Como o Campo de Concentração de Macequece era muito perto da zona sul da região do Barué e era sabido que era diminuta a capacidade de segurança do Campo, não admira que tivesse sido decidido encerrar o Campo de Concentração de Macequece, entre 14 e 17 de Abril, como se comprova pelo teor do telegrama de 14 abril de 1917, sendo os prisioneiros alemães transferidos para a Beira, e havendo notícia que a 1 de junho já estaria encerrado, ficando apenas um Posto Militar que se manteve em funções até finais de 1919.

O Governador-Geral de Moçambique em coordenação com os Comandos da Expedição Militar em campanha no Norte, mobilizou tropas, quer locais quer as desviadas do principal teatro de operações, utilizou meios fluviais e tropas da Companhia de Moçambique, para combaterem estes revoltosos, que foram vencidos em novembro de 1917. Estas operações militares, distintas das do Norte, foram acompanhadas diariamente pelo Governador- Geral, em articulação com as tropas no terreno e disso era dado conhecimento através de telegramas ao Senhor Presidente da República.

Que o campo de concentração de Macequece tenha sido encerrado em abril de 1917, parece comprová-lo também o facto de até princípio desse mês serem conhecidas peças de correspondência dos prisioneiros lá internados, e a partir daí existir um hiato até à sua transferência para a metrópole em finais do ano.

Tete – O distrito de Tete, o maior de Moçambique, com uma população indígena de cerca de 360 000 habitantes, era uma região rica em carvão, ouro e outros minérios. Pelo ancoradouro de Tete (Fig. 07) localizado nas traseiras da igreja que mal se vê na foto, transitavam mercadorias e passageiros, pois a via fluvial era de longe a mais utilizada na época, e mesmo algumas décadas depois.[8]

Figura 7. Ancoradouro de Tete.

Na vila de Tete, sede do distrito, localizada na margem direita do rio Zambeze, ficou instalado o **4º Depósito de Prisioneiros** alemães, na Praça de São João Tiago Maior (Fig. 08), fortaleza de forma quadrangular, com torreões aos cantos, antigas instalações militares que se encontravam muito degradadas. Em 1911-12, o então Governador do Tete havia solicitado, sem sucesso, a sua demolição por imprestável, vindo por essa altura a transformar-se em armazém e depósito de viaturas.

Neste depósito estiveram internados 22 alemães, sendo o campo em Moçambique que concentrou menor número de prisioneiros. A maioria era constituída por 14 padres missionários católicos provenientes das missões de Boroma e Angonia, 5 eram empregados da casa comercial alemã "Deuss & Companhia", 2 eram comerciantes, e um era agricultor.

[8] No entanto, esta importância foi-se esbatendo com a ligação por linha férrea, do porto da Beira (na linha Beira – Umtali) através da junção no Dondo com a linha da TZR (Trans Zambézia Railways), que atingiu a 1 de julho de 1922 a margem direita do rio Zambeze, e impôs a construção da magnífica obra de engenharia que foi a primeira ponte sobre o Zambeze, permitindo não só a ligação ao sistema ferroviário do Nyasaland, em 1934, como também foi o principal catalisador do desenvolvimento de todo o hinterland, Tanto no Nyasaland como em Moçambique, influenciou o desenvolvimento de toda a região da margem direita, ao sul desde a confluência do Rio Chire até bem para norte até ao planalto da Angónia.
Em Moçambique, este transporte ferroviário promoveu a exploração mineira das minas de carvão de Moatize e permitiu o desenvolvimento agrícola das regiões da Marávia e da Angónia, o que obrigou, muito mais tarde, a executar a segunda ponte ligando agora Tete à margem esquerda.

Figura 8. Vista geral da Praça de São Tiago Maior

Aprisionados e internados na sua maior parte a 20 de março, e alguns mais tarde a 17 e 27 de abril de 1916, eram provenientes de Tete, Chifumbazi, Chinde, Boroma, Miruru e Angonia.

Os prisioneiros do campo de Tete foram transferidos para Lourenço Marques a 3 de maio de 1917, como consequência imediata da revolta do Barué, conforme o comprova o já anteriormente mencionado telegrama[9], de 14 de abril de 1917, remetido pelo Encarregado do Governo-Geral de Moçambique, em Lourenço Marques, para o Ministério das Colónias.

Desses, três seguiram para Lisboa em outubro desse ano. Só a 11 de outubro de 1918 foram os restantes transportados a bordo do "*África*", vindo a ser internados nos campos de Peniche e Caldas da Rainha.

Porto Amélia – Originalmente denominada de Pemba, nome que recuperou após a descolonização, Porto Amélia encontrava-se situada à saída da baía de Pemba, uma das mais bem protegidas do litoral moçambicano.[10]

[9] Fundação Mário Soares – Dossier "Casa Comum" (pasta 07205.036)

[10] Não há registo de no local ter havido ocupação permanente no período pré-colonial, sendo a área visitada por pescadores suaílis e malgaxes. A primeira tentativa de ocupação portuguesa apenas ocorreu em meados do século XIX com a construção de um fortim, que foi abandonado poucos anos depois. A ocupação definitiva apenas viria a ter lugar em 1898 quando a recém-formada Companhia do Niassa, que detinha poderes de administração do território, elevou um pequeno posto comercial à categoria de povoação. Pouco tempo depois Pemba torna-se Porto Amélia em homenagem à última rainha portuguesa.

Figura 9. Porto Amélia, África oriental portuguesa

Pese embora não se conheçam elementos históricos que nos informem quanto à respetiva localização e capacidade, nem quantos prisioneiros terão estado concentrados nessas instalações, admite-se que tenha existido também um depósito de prisioneiros em Porto Amélia[11].

Os Depósitos de Prisioneiros em Portugal

Conforme já aludido, o Governo Português, decidiu em 1917 transferir para território europeu os prisioneiros que se encontravam nos depósitos ou campos de concentração em Moçambique, enviando-os para Peniche e para as Caldas, e de lá alguns para os Açores.

Os Depósitos de Prisioneiros de Peniche e das Caldas

Como o campo de Angra do Heroísmo já tinha então, em finais de 1917, 750 prisioneiros e mais não cabiam, o Governo criou dois novos depósitos de prisioneiros, ambos relativamente perto de Lisboa, à distância de 25 km um do outro: um na fortaleza de Peniche e outro no Hospital D. Leonor nas Caldas da Rainha.

No Arquivo Histórico Militar, em centenas de documentos sobre os prisioneiros recebidos nas Caldas nos meses de novembro de 1917 a março do ano seguinte, destacam-se os muitos telegramas enviados por Lisboa ao Delegado do Ministério da Guerra no Hospital D. Leonor, ao Comandante do Depósito Internato ou a algum outro oficial específico. Existe ainda outra correspondência entre o Ministério da Guerra e o administrador do concelho, e também alguns telegramas do Governo Civil de Lisboa para as Caldas da Rainha.

[11] Armando Bordalo Sanches. Portugal na Primeira Guerra Mundial – Prisioneiros de Guerra em Moçambique. A Filatelia Portuguesa, nº 9 – Ano II. (Citação fundamentada no Boletim da Cruz Vermelha Portuguesa.)

Figura 10. O comboio que trouxe os prisioneiros alemães chegados de Moçambique para as Caldas da Rainha. A foto terá sido tirada em Alcântara.
Fonte: Arquivo Histórico Militar

É grande o fluxo de telegramas entre Lisboa e Caldas da Rainha, quase todos classificados de "urgente" ou "muito urgente", e alguns não disfarçando alguma irritação quando a resposta não é pronta, indo mesmo ao ponto de responsabilizar diretamente quem não obedecer às ordens emanadas[12].

É neste contexto, que a 18 de novembro, o Ministério da Guerra comunica o envio 21 súbditos inimigos para as Caldas.

Telegrama
18 de Novembro de 1917
Capitão D. T. Hospital D. Leonor
Seguem hoje comboio 17h30 21 súbditos inimigos e uma força de um cabo e oito soldados.
Pelo Chefe de Gabinete L. J. Major

Dois dias depois um outro telegrama dá conta de mais prisioneiros enviados para as Caldas, pedindo informação sobre quantos reúnem condições para serem transferidos para o estrangeiro, e que sejam escolhidos os que devem partir para Angra do Heroísmo.

Telegrama
20 de Novembro de 1917
Urgente. Duzentos sessenta súbditos alemães partem amanhã de Lisboa ao meio dia previna capitão D. F. para preparar alimentação e informar esta repartição do número de súbditos inimigos com condições de serem transferidos para estrangeiro. Bagagens de súbditos chegados hoje ficarão detidas até próximo domingo para que possam escolher os que devem partir Angra Heroísmo.

[12] Carlos Cipriano. Os prisioneiros alemães nas Caldas da Rainha durante a I Grande Guerra Mundial. Gazeta das Caldas, Ano LXXXIX, nº 5011 – abril de 2014.

Telegrama
25 de Novembro de 1917
Para Delegado do Ministério da Guerra – Hospital Rainha D. Leonor Caldas da Rainha. Urgentíssimo. Embarque primeiro comboio para Lisboa todos súbditos primeira classe vinte segunda classe quarenta sete terceira classe tornando para responsável pelo não cumprimento desta ordem.

Telegrama
27 de Novembro de 1917
Para Delegado do Ministério da Guerra – Hospital Rainha D. Leonor Caldas da Rainha. Torna-se necessário que ainda hoje telegraficamente informe número de todos súbditos que amanhã envia Lisboa para seguirem Açores discriminando classes a que pertencem visto que é preciso tomar lugares na empresa não esquecendo virgulação para telegrama ser legível devendo para maior percalço guia ser aí formulada. Exmo. ministro manda também comunicar que está tratando sua substituição. Pelo chefe de gabinete major Galhardo

O ano de 1917 aproxima-se do fim e continuam a ser enviados mais prisioneiros para as Caldas da Rainha. Em meados de dezembro há notícia, desta vez do Governo Civil de Lisboa, de que serão enviados mais 56 "*súbditos inimigos que ficarão recolhidos nesse depósito*".

Figura 11. Foto do internato de "súbditos alemães" instalado no Hospital Rainha D. Leonor.
Fonte: Arquivo Histórico Militar

A 28 de dezembro o chefe de gabinete do ministro da Guerra avisou o comandante do campo de concentração das Caldas por telegrama do envio de 112 alemães. Uma semana antes já havia sido autorizado o fornecimento de 250 mantas, 150 talheres, 250 toalhas, 130 travesseiros e duas caldeiras.

Telegrama para Comandante do Depósito Internato
28 de Dezembro de 1917
Sr. Ministro encarrega-me comunicar v. Exa. que amanhã serão enviados para aí cento e doze alemães. Digne-se arranjar alojamento para os receber. Conduzem um oficial e trinta praças.

Ilustração Portugueza, Nº 217, Dezembro 17 1917

Alemães internados nas Caldas

Ha poucos dias chegaram-nos mais de duzentos que estavam na Africa Oriental, entre eles comerciantes e pessoas de certa distinção, que viviam na melhor roda, antes da rotura de relações.
Homens, mulheres e creanças, apenas desembarcaram em Lisboa seguiram para as Caldas da Rainha, ficando instalados no hospital daquela vila e gozando da largueza do respectivo parque.

Figura 12. Súbditos alemães saindo Hospital de D. Leonor.

Em resumo, sabe-se que nos meses de novembro e dezembro terão sido enviados de Lisboa para as Caldas da Rainha, pelo menos 430 prisioneiros vindos de Moçambique, e em sentido contrário, terão sido devolvidos a Lisboa, para embarcarem para os Açores, pelo menos 120, havendo ainda notícia de alguns que foram expulsos para Espanha.

Este conjunto de documentos dá-nos uma ideia precisa do vai e vem de prisioneiros alemães que transferidos de Moçambique são enviados para Peniche e para as Caldas, e de lá para os Açores ou até para o estrangeiro.

Relatos da vida dos prisioneiros nestes Depósitos

De acordo com critérios estabelecidos pelos próprios, os prisioneiros alemães estavam divididos em três classes consoante a sua profissão e classe social. Os comandantes, professores, guarda-livros, proprietários e comerciantes importantes eram classificados como primeira classe; os oficiais de bordo e telegrafistas na segunda; marinheiros e pessoal menor de bordo, fogueiros e também os agricultores pertenciam à terceira. Cada classe tinha privilégios próprios, sendo a terceira, naturalmente, a que menos privilégios tinha.

Entre os que foram chegando, em grande parte tripulantes de navios, encontravam-se representantes de todas as profissões: alfaiates, pasteleiros, tipógrafos, barbeiros, padeiros, cozinheiros, engenheiros, fogueiros, criados, telegrafistas e músicos. Mas havia também prisioneiros com profissões mais exóticas, como um negociante de pássaros para os jardins zoológicos e um russo domador de feras.

Não se sabe ao certo porque viria um russo entre eles, mas conhece-se de alguns cidadãos estrangeiros[13] terem sido libertados do Campo de Concentrados de Angra do Heroísmo, após comprovação da respetiva nacionalidade, casos de um dinamarquês, um russo (não seria este o vindo de Moçambique?), uma criada espanhola e mesmo de austríacos.

Com eles veio um dos prisioneiros preferidos do comandante do campo de Macequece, o agricultor Willy Hager, de 26 anos, que internado duas vezes com paludismo, sobreviveu e dirigia um coro acompanhado a violino. No Depósito de Peniche conquistou rapidamente a confiança dos outros prisioneiros e do comandante do depósito que escreveu sobre ele: "Este internado é muito prestável e ajuda-me aqui muito no meu serviço". Passou a ser o presidente dos prisioneiros, competindo-lhe distribuir a correspondência e as pequenas mesadas que chegavam das organizações de assistência internacionais.

Em Peniche havia 15 famílias, com 16 crianças. O comandante como já não tinha espaço para mais prisioneiros, quando chegaram 15 freiras alemãs, missionárias das Irmãs da Caridade, colocou-as fora da fortaleza em quartos alugados a famílias religiosas. O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros opôs-se à possibilidade de irem para o estrangeiro, enquanto não fossem atribuídas pelas autoridades alemãs concessões semelhantes em relação aos prisioneiros portugueses. Contudo, admitiu repatriá-las para a casa mãe da sua congregação, mas ao abrigo do estatuto de enfermeiras.

Elsa Bruegmann uma das prisioneiras da 1ª classe em Peniche, queixou-se ao secretário-geral da Cruz Vermelha da situação das 9 mulheres e 14 crianças ali internadas, no meio de mais de 250 homens, muitos deles solteiros – "*Além dos dissabores do internamento, passam por sofrimentos de ordem moral que tornam a vida detestável para elas*".[14]

Um prisioneiro que já antes gerira uma tasca no campo de concentração de Lourenço Marques quis continuar o negócio em Peniche e pediu para edificar uma pequena cantina junto à capela, para vender vinho e petiscos até às 22 h. Foi autorizado desde que não provocasse problemas de disciplina. Mas estes aconteciam. Muitos alemães embriagavam-se e envolviam-se em confrontos entre si, mesmo correndo o risco de serem castigados com dias de prisão.[15]

Além disso, as fugas eram frequentes. O maestro da orquestra de um dos navios alemães conseguiu fugir, mas passados dois dias foi capturado em Santarém. Também um engenheiro naval, Weinand Loeser, prisioneiro de 2ª classe nº 1598, arriscou fugir de Peniche, apesar de sofrer de doença cardíaca, celebrando o seu 25º aniversário em liberdade, mas pouco depois foi capturado em Alcoentre, a 50 quilómetros do campo. Ambos foram punidos com 30 dias de reclusão.[16]

---

[13] Sérgio Resendes. As Memórias de uma Reclusão Forçada. Universidade dos Açores – Pós-Graduação. Ponta Delgada, 2001.

[14] Pedro Jorge Castro. Artigo publicado na Revista Sábado – edição nº 510, de 6 de fevereiro de 2014.

[15] Ibidem

[16] Ibidem

O Depósito de Concentrados Alemães em Angra do Heroísmo (DCA)

Dos prisioneiros que seguiram para o internamento no Campo de Concentrados de Angra pouco se conhece. Contudo, Yolanda Corsépius, cujo pai Max Corsépius e o tio Gustav Corsépius estiveram internados nesse campo, transferidos da ilha do Faial, onde eram funcionários da Deustche-Atlantische Telegraphengesellschaft, companhia do cabo submarino alemão na Horta, publicou uma lista de prisioneiros que aí foram internados, se bem que não na sua totalidade (apenas 382), incluindo, onde possível, nomes, origens, profissões e datas e locais de internamento, compilada de registos existentes na Biblioteca e Arquivo de Angra do Heroísmo, no Arquivo Histórico Militar, em Lisboa, e no Museu Militar de Ponta Delgada.

Dessa lista, 16 prisioneiros constam como vindos dos campos de internamento de Moçambique:

Nome	Data e local de nascimento ou idade e filiação	Profissão ou ocupação	Observações
Friedrich Franz Albrecht	39 a, n. Berlim, fº de Michael Albrecht e Johanna Albrecht	Litógrafo	Preso em L. Marques, 12.03.1916, foi para o DCA Peniche, 21.11.1917, e dp. p/ Angra, 30.11.1917. Repatriado no *Lothar Bohlen,* 30.11.1919
Emma August Albrecht	31.03.1884, 34 a, n. Sprokinnen fª de Wilhelm Schossing e Caroline Schössing	Doméstica, mulher de Friedrich Franz	Idem
Rudi Albrecht	14.05.1915, n. L. Marques fº de Friedrich e Emma		Idem
Walli Albrecht	28.01.1914, n. L. Marques fº de Friedrich e Emma		Idem
Victor Hermann Angenstein	33 a, Pforzheim, fº de Michael e Margarete Angenstein	Caixeiro-Viajante de ourivesaria alemã	Internado em L. Marques, 27.03.1916, transferido p/ Lisboa, 03.10.1917; internado em Peniche, 18.11.1917; e dp. p/ Angra, 30.11.1917. Repatriado p/ Hamburgo, 24.10.1919
Martin Attz	32 a, Schuderhardsen	Fogueiro	Internado Depósito de L. Marques, 27.03.1916. Saiu p/ Lisboa, 18.10.1917
Jacob Birmes	38 a, Krefeld, fº de Jacob e Christina Birmes	Fogueiro do Hessen (*dp. Inhambane*)	Preso em L. Marques 10.03.1916; foi p/ Peniche, 21.11.1917; transferido p/ Angra, 24.11.1917.
Fritz Heinrich Boese	28 a, Breslau, fº de Heinrich e Agnes Boese	Fogueiro do *Hof* (dp. *Gaza*)	Internado L. Marques, 10.03.1916; transferido p/ Peniche e dp. Angra, 30.11.1917.
Adolf Siegfried Borkmann	26 a, Johannisburg, Prussia fº de Gustav e Gertrud Borkmann	Marinheiro do *Hessen*	Idem

(continuação)

Nome	Data e local de nascimento ou idade e filiação	Profissão ou ocupação	Observações
Friedrich Kral Brosse	05.04.1882, Bremen, fº de Heinrich e Anna Brosse	Comissário do *Zieten* (dp. *Tungue*)	Preso em L. Marques, 27.03.1916; transferido p/ Peniche e dp. Angra, 30.11.1917; voltou a Peniche, 06.09.1918. Repatriado no *Melilla*, 03.12.1919
Hugo H. W. Bruch	22 a, Odenkirchen fº de Ernst e Bertha zum Bruch	Criado do *Admiral* (dp. *Lourenço Marques*)	Transferido p/ Peniche, 27.11.1917. Expulso p/ Espanha por incapaz, 24.03.1918
Alexander Johannes Bruigulla	22 a, fº de Anton e Francisca Bruigulla	Marinheiro do *Hof*	Idem Borkmann
Heinrich Magnus Karl Buesing	32 a, Oldenburg fº de Heinrich e Mimi Buesing	Engº Civil	Preso em L. Marques, 27.03. 1916; transferido p/ Peniche, 21.11.1917; e dp. p/ Angra, 24.11.1917. Idem Borkmann
Wilhelm Cordes	n. 1889, fº de Heinrich e Laura Cordes	Médico do *Kronprinz* (dp. *Quelimane*)	Preso em L. Marques, 27.03.1916; transferido p/ Peniche, 21.11.1917 e dp. p/ Angra 24.11. 1917. Libertado a 10.10 1919
	Elborfeld		Embarcou no vapor dinamarquês *Flora* p/ a Alemanha
Ludwig Dettmer	34 a, Bückeburg fº de August e Sophia Dettmer	Marinheiro do *Hof*	Internado em L. Marques, 10.03.1916; transferido via Lisboa p/ Peniche, 21.11.1917, e dp. p/ Angra, 24.11.1917. Seguiu no *Lothar Bohlen*
Friedrich Christian Dierking	19 a, Hämelingen fº de Ludwig e Lina Dierking	Moço de convés do *Hof*	Transferido p/ Peniche, 21.11.1917 e dp. p/ Angra, 30.11.1917. Idem

O internamento gradual dos prisioneiros alemães provenientes de vários locais do país e colónias, onde inicialmente foram concentrados, fez-se na Fortaleza de S. João Batista, situada no promontório do Monte Brasil, onde se constituiu o Depósito de Concentrados Alemães (DCA).

Continuando com Yolanda Corsépius[17], quando a 1 de maio de 1916, um primeiro contingente de cerca de 80 prisioneiros, incluindo vários casais – alguns com mulheres portuguesas – e 11 crianças, aí chegou proveniente de Lisboa, no navio mercante *Sagres* (antes o *Taygestor* alemão, apresado naquela cidade), ainda se mantinha aquartelado no castelo o *Regimento de Infantaria 25,* com mais de 700 praças, oficiais, sargentos e famílias, ou seja cerca de 1000 pessoas, o que tornava a vida no DCA muito difícil, devido sobretudo à insuficiente iluminação elétrica, e à inexistência de água canalizada, bem

[17] O Depósito de Concentrados Alemães no Castelo de S. João Baptista, Angra do Heroísmo (1916 – 1918 – I Grande Guerra). Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, LXVII e LXVIII – 2010.

como de instalações sanitárias adequadas. O transporte de água, que era feito em 3 carros de bois que a traziam em pipas, era insuficiente e caro.

Assim, em junho de 1916, aquando de uma visita do general Augusto de Magalhães, constatando este a gravidade da situação exigiu ao Ministério da Guerra a urgente canalização de água. Temia-se o pior, caso os surtos de febre tifoide, peste e outras doenças que se faziam sentir pela ilha, se alastrassem ao castelo.

Escasseavam o material e as condições de aquartelamento, e alguns prisioneiros tinham de dormir no chão. Pediu-se também o arranjo do teto da igreja da fortaleza (Fig. 13) para esta servir de refeitório.

Figura 13. Concentrados reunidos por grupos em frente à Igreja de São João Baptista.
Fonte: Cortesia do Museu de Angra do Heroísmo

Tinha sido um fluxo inesperado de centenas de prisioneiros o que colocou inúmeras dificuldades às autoridades militares, sendo ainda necessária a expansão da rede elétrica, e obras fundamentais para a higiene, alimentação e instalação adequada desses prisioneiros.

Respeitando a orientação da Conferência Internacional de Washington de 1912, desde o início que o governo português, através da Comissão Central da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha, e o Comando Militar dos Açores, procuraram proporcionar as melhores condições possíveis aos concentrados, o que obviamente não se mostrou fácil.

Em setembro de 1916, havia já 14 doentes entre os concentrados, alguns em estado grave, e a 15 de novembro morria de febre tifoide o primeiro alemão – Helmut Offer, de 19 anos. Mais tarde outros dois, um deles de tuberculose pulmonar. Os cuidados de saúde no campo eram assegurados pelo Dr. Soromenho, que contava com o apoio de 3 médicos existentes entre os aprisionados, Hans Kassner, vindo da Madeira, Georg Schaede e Wilhelm Cordes, curiosamente este último era o médico do navio *Kronprinz,* apresado aos alemães em Lourenço Marques. Face ao agravar da situação sanitária no campo,

pediram-se então mais médicos. Apesar de grassar a peste na ilha, no campo a situação conseguiu manter-se controlada.

Ultrapassados os primeiros tempos de dificuldade, as condições de vida no campo foram melhorando, para o que contribuiu a iniciativa e orientação dos próprios internados. Dividindo as grandes casamatas com panos dependurados em cordas conseguiram que as famílias se mantivessem juntas e com alguma privacidade. Organizaram atividades desportivas, recreativas, escola para crianças e para adultos, escola de violino e de piano, uma orquestra, modelismo, jardinagem, avicultura, horticultura, pesca, natação, etc. adaptando as instalações e os redutos, e aproveitando o espaço e a natureza que os rodeava no Monte Brasil.

Valeu-lhes ainda como atenuante da longa retenção sem culpa, o bom relacionamento estabelecido com a guarnição militar e a possibilidade de troca de correspondência gratuita com o exterior, ao cuidado da Cruz Vermelha, pela qual também chegava dinheiro enviado pelas famílias através do Consulado de Espanha. Ao findar da guerra

Figura 14. Concentrados aguardando o embarque no vapor *Lothar Bohlen*, no cais da Figueirinha – Angra do Heroísmo.
Fonte: Cortesia do Museu de Angra do Heroísmo

iniciou-se o processo de repatriação dos concentrados e, em outubro de 1919, quase um ano depois, foram informados que poderiam sair, caso pudessem pagar as despesas com o transporte.

A maior parte partiu a bordo do vapor *Lothar Bowlen,* que saíra de Hamburgo com esse propósito. Para alguns deles terminava assim a longa jornada que os trouxera dos distantes depósitos de prisioneiros de Moçambique.

Os Depósitos de Prisioneiros e a sua correspondência postal

Elo de ligação a familiares e amigos residentes na Alemanha e em diversos países, ou ainda de relações profissionais interrompidas pela guerra, a correspondência postal destes prisioneiros e o seu encaminhamento é fonte privilegiada de informação para quem pretende conhecer o caminho que percorreram desde o internamento até à sua libertação.

Pelo seu interesse filatélico e histórico não poderia este trabalho omitir uma abordagem ao seu estudo e caracterização.

Reconhecidamente muito escassa a correspondência proveniente quer de Peniche quer das Caldas da Rainha, e a merecer estudo mais acurado, que não no âmbito deste ensaio, deste último campo apresenta-se um postal circulado para Berlim (Fig. 15), e a carta da (Fig. 16) que é uma peça de grande raridade, ambas ostentando a marca **PASSOU PELA CENSURA, aplicada em Lisboa.**

Figura 15. Postal de internado no campo de concentração das Caldas da Rainha.

Postal ilustrado circulado das **Caldas da Rainha** (23.03.1918), para Berlim. Isento de porte.

Marca a violeta **Commission Portugaise des Prisonniers de Guerre – Lisbonne**, e circular a preto **PASSOU PELA CENSURA**

Marcas da Cruz Vermelha alemã **Abeitlung für Gefangenenfürsorge des Central Commitees Vom Rotem Kreuz - Berlin S.W. 11 (Abgeordnetenhaus)**, e dos Correios Alemães **BERLIN 15.5.18**

Figura 16. Carta de internado no Hospital Termal Dª Leonor.
Fonte: Cortesia de Luís Fernandes.

Carta circulada das **Caldas da Rainha** para a Alemanha, c/ trânsito pelo **Bureau Internationale de la Paix**, em Berne, Suíça. Isenta de porte.

Marca a violeta **Commission Portugaise des Prisonniers de Guerre – Lisbonne**, e circular a preto **PASSOU PELA CENSURA**

Marca da Cruz Vermelha alemã **Abeitlung für Gefangenenfürsorge des Central Commitees Vom Rotem Kreuz - Berlin S.W. 11 (Abgeordnetenhaus)**

(Reprodução reduzida do verso)

Figura 17. Carta de prisioneiro internado no Forte de Peniche.

Marca a vermelho **Commission Portugaise des Prisoniers de Guerre - Croix Rouge Portugaise - Lisbonne**, e circular a preto **CENSURA Nº 44**, aplicada em Lisboa – Carimbo **LISBOA CENTRAL 25.9.18 3ª SECÇÃO**

Marca da censura suíça **OUVERT 203 Par l´Autorité Militaire** e cinta de fecho **Controle Postal Militaire – Carimbo BERN 14.XI.18 DHIEFTRAGER**

(Reprodução reduzida do verso)

Da correspondência dos internados no depósito de Peniche, e não de menos raridade, a carta da (Fig. 17) dirigida ao Bureau Internationale de la Paix, em Berna, e um bilhete-postal (Fig. 18) endereçado a um internado no Castelo de S. João Baptista, em Angra do Heroísmo.

Figura 18. Postal de prisioneiro internado no Forte de Peniche.

Inteiro Postal (de 2 centavos) remetido de **Peniche** (29.Mai.1919), para o Castelo de S. João Baptista, em Angra do Heroísmo. Raro de encontrar com esta circulação.

Marcas da **Comission Portugaise des Prisonniers - Croix Rouge Portugaise e Delegação da Comissão de Prisioneiros - Angra do Heroísmo.**

Marca da censura **CENSURADO ? .JUL.1919**

Sendo vasta e inegavelmente interessante a correspondência conhecida proveniente do Depósito de Concentrados Alemães de Angra do Heroísmo (**DCA**), não é, no entanto, objetivo deste ensaio alongar-se ao seu estudo e caraterização.

Contudo, a presença de muitos prisioneiros alemães vindos dos campos de internamento de Moçambique, justifica que se ilustrem embora de forma aligeirada algumas das marcas postais mais relevantes aplicadas na correspondência postal expedida deste Depósito, nomeadamente a marca mais conhecida e que melhor o identifica (Fig. 19), nesta peça batida a verde (a versão menos comum), e a marca mais rara **D.C.A.**, aplicada no inteiro postal (Fig. 20).

Embora as peças apresentadas, não se possam garantir como de prisioneiros provenientes de Moçambique, é desafio dos autores virem, mais tarde ou mais cedo, a descobrir exemplar ou exemplares da correspondência que estes terão expedido a partir do **DCA**.

Figura 19. Carta de prisioneiro internado no Depósito de Concentrados Alemães de Angra do Heroísmo.

Sobrescrito de carta circulada para Altana, na Alemanha, ao cuidado da **Cruz Vermelha - Lisboa e Comité International de la Croix Rouge**, em Genève.

Marcas a verde do **Depósito de Concentrados Alemães na Ilha Terceira**, e da censura **CENSURADO/ 17 DEZ 1916**. A preto a dos correios locais **Corrº e Telº Angra do Heroísmo /10.DEZ.16**

Marca da censura suíça **OUVERT Par l'Autorité Militaire (203)**, e cinta **Controle Postal Militaire**

(Reprodução reduzida do verso)

Figura 20. Postal de prisioneiro internado no Depósito de Concentrados Alemães de Angra do Heroísmo.

Inteiro Postal (de 1 centavo) circulado para Berlim, endereçado à família Lehmann.

Marca a violeta da **Delegação da Comissão de Prisioneiros - Angra do Heroísmo** (quase ilegível), e a vermelho, a rara marca **D.C.A.** (Depósito de Concentrados de Angra), e a da censura **CENSURADO /2.AGOS.1918**

Marca a vermelho da **Comission Portugaise des Prisonniers de Guerre - Croix-Rouge Portugaise - Lisbonne**

Conforme já referido terão sido 5 os Depósitos de Prisioneiros em Moçambique. Da correspondência remetida pelos prisioneiros de guerra internados nesses depósitos conhece-se que era em regra sujeita à censura militar, ou então "pré-censurada", com escolha limitada, pré impressa em alemão e portanto de resposta condicionada.

Na sua maioria, esta correspondência era encaminhada pela Delegação Provincial da Cruz Vermelha, em Lourenço Marques, através do seu Serviço de Prisioneiros de Guerra, que usou para o efeito o carimbo com a inscrição "**PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE /LOURENÇO MARQUES /SERVICE DES PRISONIERS DE GUERRE**", batido habitualmente a azul e violeta ou, se bem que raramente a preto.

Correspondência **pré-censurada**

Expressamente para uso dos internados do campo de Lourenço Marques foram distribuídos inteiros postais isentos de franquia, com a inscrição na frente **SERVIÇO POSTAL /Correspondência de prisioneiros de guerra /Correspondence des prisonniers de guerre**, e no verso, texto em alemão com informação simples sobre a sua situação (Fig. 21). Semelhantes a estes foram também impressos inteiros postais para uso no campo de Macequece.

Figura 21. Postal pré-impresso enviado por prisioneiro internado em Lourenço Marques.

Marca **"PORTE FRANCO"** da Delegação Provincial da Cruz Vermelha, indicativa da isenção de franquia – Carimbo oval a violeta do **"Service des Prisonniers de Guerre - Província de Moçambique - Lourenço Marques"**

Marca do **"Comité International de la Croix Rouge -GENÈVE- Agence des Prisonniers de Guerre"** – Marca **"GENÉVE 1/ EXP.LETTR / 28.II.1917"**. Aplicadas no trânsito pela Suíça.

Marca da censura alemã **"Überwachungsstelle / Geprüfte Freiburg"**.

Postkarte für Kriegsgefangenen

Ausser dem Datum und der Unterschrift, darf auf dieser Karte nichts geschrieben werden.
Wenn sonst etwas hinzugefügt wird, wird die Karte nicht befördert.
Nicht passende Sätze sind auszustreichen.

Beim Antworten sollte man, wenn möglich, auf Englisch schreiben, und zwar auf Postkarten, wei sie ohne Aufenthalt abgeliefert werden.

Es geht mir gut.
~~Ich bin im Lazarett und gut aufgehoben; — auf der Besserung.~~
~~Ich hoffe bald ganz hergestellt zu sein.~~

Ich habe (~~deinen/Ihren~~ Brief / ~~deine/Ihre~~ Telegramm / ~~dein/Ihr~~ Packet) mit grosser Freude erhalten.

Bei nächster Gelegenheit, ~~wollet Ihr/sollen sie~~ einen Brief erhalten.
Von ~~Dir/Ihnen~~ habe ich ~~lange/kurzl-en~~ nichts gehört.
1.° Depósito de prisioneiros de guerra em Lourenço Marques.
Datum: 18 Okt. 1916
Unterschrift: Aug Kepler

Postal previamente impresso em alemão, com texto de escolha condicionada.

Lourenço Marques – Nesta cidade esteve instalado o 1º Depósito de Prisioneiros, o que esteve ativo por mais tempo em Moçambique, pois os últimos prisioneiros que deixaram o campo já o fizeram no final da guerra, em outubro de 1918.

Figura 22. Carta enviado pelo prisioneiro de guerra nº 214, internado em Lourenço Marques (Delagoa Bay).

Sobrescrito de carta remetida do depósito de prisioneiros de Lourenço Marques. Isenta de franquia, conforme marca, de dupla oval a azul, específica do **Serviço de Prisioneiros de Guerra.**

Marca de censura militar do **1º DEPÓSITO DE PRISIONEIROS DE GUERRA EM LOURENÇO MARQUES.**

Carimbo hexagonal a preto da **Estação Postal de Lourenço Marques**, datado de 23 de julho de 1917.

No verso: Marca e cinta da censura da África do Sul, **OPENED BY CENSOR 99** e **PASSED CENSOR**, e marca de dupla oval a lilás de **CAPE TOWN – 31.JUL.1917**, de trânsito pela cidade do Cabo.

Carimbo de chegada a **BERN**, em 3 de setembro de 1917.

(Reprodução reduzida do verso)

Grande parte da correspondência desses prisioneiros circulou isenta de franquia, através da Delegação Provincial da Cruz Vermelha, em Lourenço Marques, e/ou das instituições de apoio aos prisioneiros de guerra da Cruz Vermelha Internacional em Zurique (Bureau Zuricois pour la Recherche des Disparu), em Genève (Comité International de la Croix Rouge /Agence Internationale des Prisonniers de Guerre) e em Berna (Bureau International de la Paix), na Suíça, ou mais raramente para a Suécia através da Cruz Vermelha Sueca e outros organismos de apoio.

Alguma era encaminhada por representantes diplomáticos dos países não-beligerantes, como o Consulado da Holanda, em Pretória, ou por alguém que o fazia na Holanda neutral.

Embora isentos do pagamento de franquia, eventualmente receando atrasos que a sua correspondência pudesse sofrer, alguns prisioneiros franqueavam-na com os portes devidos e inclusive com os selos da taxa de guerra de 1 Centavo.

Na expedição da correspondência dos prisioneiros, a Delegação Provincial da Cruz Vermelha, em Lourenço Marques, usou três marcas diferentes, batidas a vermelho ou violeta:

1 – Marca elíptica com a inscrição **DELEGAÇÃO PROVINCIAL DA CRUZ VERMELHA /LOURENÇO MARQUES;**

2 – Marca circular com inscrição semelhante à anterior à qual juntou a inscrição **PORTE FRANCO**;

3 – Marca retangular a vermelho com a inscrição em francês **DÉLÉGATION PROVINCIALE DE LA CROIX ROUGE /FRANC DE PORT /Prisonniers de Guerre / LOURENÇO MARQUES**.

Nos primeiros dias após a sua instalação existem provas[18] que a **censura** da correspondência era efetuada na Repartição de Informações do Quartel General, enquanto não era organizada a censura no campo. Foi utilizada uma marca semicircular com a inscrição "**QUARTEL GENERAL / Repartição d' Informações**", e uma linear "**Censurado**", batidas a vermelho.

Mais tarde foi utilizada uma marca oval com a inscrição "**PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE /LOURENÇO MARQUES /REPARTIÇÃO DE INFORMAÇÕES**", e a marca em duplo círculo "**PASSOU PELA CENSURA /LOURENÇO MARQUES**", habitualmente batidas a vermelho, como se pode ver na Fig. 02.

O carimbo de censura postal do campo é circular, não datado e não numerado batido a azul, e mais raramente a preto, com a inscrição "**1º DEPÓSITO DE PRISIONEIROS DE GUERRA /CENSURA /Lourenço Marques**" (como na Fig. 22).

Foi de uso exclusivo do campo, embora não se encontre presente em toda a sua correspondência[19]

[18] Suportadas em peças de correspondência postal conhecidas no meio filatélico.

[19] São descritas um conjunto de diferentes marcas de encaminhamento e de censura utilizadas na Delegação Provincial da Cruz Vermelha em Lourenço Marques, no tratamento da correspondência dos Prisioneiros de Guerra. Dado o seu número e diversidade, integram uma parte importante da marcofilia específica deste tema, onde devem ser explanadas. Seria fastidioso fazê-lo aqui.

Na censura das cartas remetidas de Lourenço Marques também foram utilizadas cintas de cores creme e carmim, com a inscrição a preto "**ABERTO PELA CENSURA /LOURENÇO MARQUES**".

Aos prisioneiros era permitido escrever as suas cartas e postais em português, francês e inglês. Uma vez por mês podiam fazê-lo em alemão[20].

Quelimane – No Depósito de Prisioneiros de Quelimane estiveram internados 29 súbditos alemães, todos eles residentes no território de Moçambique.

Beneficiaram os internados de isenção de franquia na correspondência por si expedida; para esse efeito era a mesma identificada com uma marca oval, não datada e nem numerada, geralmente batida a violeta e preto, com a seguinte inscrição: "**Correspondência de Prisioneiros de Guerra/ Depósito de Quelimane/Isento de Franquia**".

Figura 23. Carta enviada por prisioneiro de guerra, internado no campo de Quelimane.

Sobrescrito de carta **isenta de franquia** – Marca de dupla oval a preto, de **censura militar**, específica do **Depósito de Quelimane** – Marca de duplo círculo a preto -**Tipo Quelimane 2-, de censura civil**, e carimbo hexagonal a preto datado de 28 de maio de 1917, aplicados na estação postal de Quelimane – Marca de duplo círculo a violeta -**Tipo 3-, da censura da Beira** – Marca de dupla oval a violeta, datada de 10 de junho de 1917, da **censura de Cape Town**, África do Sul.

[20] Eduardo e Luís Barreiros. 1ª Guerra Mundial - Moçambique. Depósitos de Prisioneiros de Guerra – Lourenço Marques, Quelimane, Macequece/Beira e Tete. Boletim do Clube Filatélico de Portugal.

A correspondência era escrita em português, francês e inglês, e inicialmente enviada à Secretaria Militar do Distrito, para ser previamente visada pela censura, onde recebia o carimbo circular a violeta ou o carimbo linear "**PASSADO PELA CENSURA**".

Algumas cartas apresentam o carimbo de censura civil retangular a violeta, e mais raramente a preto, com a inscrição "**PASSOU PELO CENSOR /**data**/ Quelimane**", posteriormente substituído por carimbo de duplo círculo, não datado, batido a preto com a inscrição "**PASSOU PELA CENSURA /QUELIMANE**".

Beira – Como já referido, o campo de prisioneiros da Beira teve uma duração muito curta, pouco superior a 1 mês, pois foi criado em março de 1916 e desativado em abril desse ano, com transferência dos prisioneiros para um novo campo em Macequece.

Dos poucos artigos conhecidos sobre este tema, sabe-se apenas[21] da existência de outra peça circulada a partir deste campo, antes da sua transferência para Macequece, de que não se consegue distinguir data, sendo que a apresentada na (Fig. 24), se destaca para além da raridade, mais ainda pela sua excelente qualidade.

Figura 24. Inteiro postal enviado por prisioneiro de guerra, internado na Beira.

Sobrescrito de carta **isenta de franquia** – Marca de dupla oval a preto, de **censura militar**, específica do **Depósito de Quelimane** – Marca de duplo círculo a preto -**Tipo Quelimane 2-, de censura civil**, e carimbo hexagonal a preto datado de 28 de maio de 1917, aplicados na estação postal de Quelimane – Marca de duplo círculo a violeta -**Tipo 3-, da censura da Beira** – Marca de dupla oval a violeta, datada de 10 de junho de 1917, da **censura de Cape Town**, África do Sul.

[21] Eduardo e Luís Barreiros. 1ª Guerra Mundial - Moçambique. Depósitos de Prisioneiros de Guerra – Lourenço Marques, Quelimane, Macequece/Beira e Tete. Boletim do Clube Filatélico de Portugal.

Macequece – O campo de concentração de Macequece, em que estiveram concentrados 60 cidadãos alemães, teve igualmente uma vida breve, cerca de um ano, pois foi encerrado em abril de 1917.A grande maioria da correspondência dos prisioneiros, cartas e sobretudo inteiros postais circulou isenta de franquia e foi endereçada aos seus familiares na Alemanha, através da Cruz Vermelha de Lourenço Marque, Lisboa, da Suíça, e mais raramente da Cruz Vermelha Sueca.

Figura 25. Carta enviada por prisioneiro de guerra alemão internado em Macequece.

Sobrescrito de carta remetida do **campo de Macequece** – Marca hexagonal do Correio de Macequece, datada de 10 de janeiro de 1917, com a rara etiqueta **EXEMPTÉ**, indicativa de isenção de franquia.

Marca da censura militar de duplo círculo a azul **"PASSOU PELA CENSURA – BEIRA" – Carimbos a preto "AMBULÂNCIA / RESSANO GARCIA / 20.1.17"** e marca **"QUARTEL-GENERAL / LOURENÇO MARQUES/ 21.JAN.1917"** – Marca de duplo círculo a lilás **"PASSOU PELA CENSURA - LOURENÇO MARQUES"**

Marca e cinta da censura **"PASSED BY CENSOR 99"**, por ter transitado pela África do Sul.

(Reprodução reduzida do verso)

Aos prisioneiros foram distribuídos gratuitamente inteiros postais de 10 réis, da Companhia de Moçambique que são os objetos postais mais frequentes deste campo. Conhecem-se cartas isentas de franquia circuladas internamente, por exemplo, para Mandigo, e para o exterior de Moçambique.

Em todas as cartas que se conhecem, e em alguns inteiros postais, foi aplicada uma etiqueta retangular, em papel de cor verde com denteado num dos lados e com a inscrição "**EXEMPTÉ / *Prisonniers de Guerre***"

Tal como em Lourenço Marques, foram também utilizados inteiros postais impressos, com texto em alemão, para uso exclusivo do campo e com a inscrição "**Campo de Concentração de Macequece** / (Território da Companhia de Moçambique) ".

A correspondência expedida era censurada em Macequece por uma comissão composta pelo Secretário da Circunscrição, Diretor do Hospital e Encarregado da Repartição de Minas. Para o efeito foi usado um carimbo próprio de duplo círculo com a inscrição "PASSOU PELA CENSURA", batido a preto, semelhante aos 3 tipos que foram usados na Beira, mas sem a indicação do topónimo.

Não se conhece qualquer cinta de censura nem marca de eventual delegação da Cruz Vermelha nesta localidade.

Figura 26. Correspondência civil enviada de Macequece para a Beira.

Sobrescrito comercial franqueado com selo de 2 ½ centavos, da emissão em curso na área da Companhia de Moçambique, para pagamento do porte simples na circulação interna, obliterado por carimbo hexagonal a preto, de Macequece, datado de **21 de maio de 1919**. No verso carimbo de chegada à Beira no dia seguinte.

– **Carimbo de censura militar, de Macequece**, datado de 21 de maio de 1919 (mês em inglês)

– **Carimbo de censura civil**, da Beira, aplicado a 22 de maio de 1919

Apesar de terminada a Guerra em novembro de 1918, a Censura Militar em Moçambique prolongou-se até julho de 1919, e é muitas vezes através das peças de Censura Postal que é possível dar continuidade à "fita do tempo". É disso prova a peça de correspondência civil censurada, apresentada na (Fig.26), única conhecida até à data.

Tete – O Depósito de Prisioneiros em Tete teve concentrados apenas 22 prisioneiros alemães, e teve igualmente vida curta, com a transferência destes prisioneiros para Lourenço Marques a 3 de maio de 1917.

Embora estivesse prevista a censura pelo Comando Militar de toda a correspondência expedida pelos prisioneiros, julga-se que ainda não terá sido encontrada qualquer marca da Secretaria Militar ou de censura específica aplicada no campo de Tete. O reduzido volume de correspondência de lá proveniente torna remota a probabilidade de tal acontecer. Subsiste mesmo a dúvida, se efetivamente chegou a existir alguma marca.

Provavelmente única conhecida[22], a peça proveniente deste campo de que há referência, um inteiro postal editado pela Cruz Vermelha de Lourenço, com texto pré-impresso em alemão, remetido a 22 de dezembro de 1916, foi marcada com a censura civil a vermelho, já em Lourenço Marques, para onde terá sido encaminhada.

Porto Amélia – Como atrás referido, não há certeza de ter existido um depósito de prisioneiros nesta localidade[23].

Contudo, há notícia nos meios filatélicos nacionais, de suposta peça de correspondência de prisioneiro alemão que terá estado internado em Porto Amélia, que tendo fundamento dará consistência à ideia de que esse depósito terá efetivamente existido.

Comentário final

Baseado em telegramas inéditos e na correspondência desses prisioneiros, bem como no que se conhece da literatura filatélica portuguesa e de artigos de natureza jornalística, o tema dos Prisioneiros de Guerra Alemães na Primeira Guerra Mundial foi abordado no presente artigo numa perspetiva diferente da seguida pelos escassos, mas extensos e bem documentados, trabalhos anteriormente publicados, acrescentando onde possível algo de inédito, ou de menos conhecido, em áreas que aqueles omitem ou só muito superficialmente tocam.

Merece assim realce a alusão à segunda revolta do Barué, que consideramos a verdadeira causa da transferência dos prisioneiros dos Campos de Macequece e Tete, respetivamente em abril e em maio de 1917, e que é apresentada pela primeira vez neste ensaio.

Merece igualmente realce toda a documentação, peças e ilustrações que nos dão a conhecer, o caminho que estes prisioneiros percorreram dos depósitos de prisioneiros si-

[22] Eduardo e Luís Barreiros. 1ª Guerra Mundial - Moçambique. Depósitos de Prisioneiros de Guerra – Lourenço Marques, Quelimane, Macequece/Beira e Tete. Boletim do Clube Filatélico de Portugal.

[23] Armando Bordalo Sanches. Portugal na Primeira Guerra Mundial – Prisioneiros de Guerra em Moçambique. A Filatelia Portuguesa, nº 9 – Ano II. (Citação baseada no Boletim da Cruz Vermelha Portuguesa.)

tuados em Moçambique, passando pelos campos de internamento de Peniche, Caldas da Rainha, e Angra do Heroísmo, até à data do seu repatriamento, no final da Guerra, temas muito raramente tratados e pouco ou nada documentados nas publicações conhecidas.

Com este contributo, foi ainda intenção relançar a investigação em torno do percurso destes Prisioneiros de Guerra, de que alguns hiatos no conhecimento de factos então ocorridos, por inexistência ou desconhecimento de documentação ou correspondência postal que lhes dê suporte, necessitam ainda de maior aprofundamento.

Agradecimentos

Ao MAH - Museu de Angra do Heroísmo, e ao filatelista e grande amigo Luís Fernandes, pela cortesia na cedência de peças que trouxeram uma inquestionável mais-valia a este trabalho.

Bibliografia

Armando Bordalo Sanches. Portugal na Primeira Guerra Mundial – Prisioneiros de Guerra em Moçambique. A Filatelia Portuguesa, nº 9 – Ano II. JUN86

Carlos Cipriano. Os prisioneiros alemães nas Caldas da Rainha durante a I Grande Guerra Mundial. Gazeta das Caldas, Ano LXXXIX, nº 5011 – abril de 2014

Eduardo e Luís Barreiros. 1ª Guerra Mundial - Moçambique. Depósitos de Prisioneiros de Guerra – Lourenço Marques, Quelimane, Macequece/Beira e Tete. Boletim do Clube Filatélico de Portugal.

Pedro Jorge Castro. Artigo publicado na Revista Sábado – edição nº 510, de 6 de fevereiro de 2014

Sérgio Resendes. As Memórias de uma Reclusão Forçada. Universidade dos Açores – Pós-Graduação. Ponta Delgada, 2001

Yolanda Corsépius. O Depósito de Concentrados Alemães no Castelo de S. João Baptista, Angra do Heroísmo (1916 – 1918 – I Grande Guerra). Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, LXVII e LXVIII – 2010

Boletim da Cruz Vermelha Portuguesa 1865 - 1925. Editado pelo Centro Tipográfico Colonial, 1926

Boletim Oficial da Província de Moçambique

Arquivo Histórico Ultramarino

Arquivo Histórico Militar

REPRESENTAR A GUERRA:
Os Açores, a *Grande Guerra* e os museus temáticos*

*Maria Manuel Velasquez Ribeiro***

Introdução

Embora afastado dos principais palcos do primeiro conflito mundial, o arquipélago açoriano também participa na Grande Guerra, deslocando efetivos militares para todos os seus cenários, mas apesar da relativa "invisibilidade" no discurso historiográfico dessa participação, nos Açores constituiu-se uma coleção institucional de artefactos relacionados com a guerra de 1914-18 que, além de resgatar aspetos da construção das memórias pessoais e sociais dos combatentes, faz parte de uma inusitada experiência de colecionismo militar em contexto civil.

Projeto à margem de objetivos corporativos, neste artigo procura-se refletir sobre as dinâmicas do colecionismo militar então interpretadas e avaliar o seu papel na construção da representação identitária do arquipélago em torno do seu papel estratégico no Atlântico Norte e da documentação do período da Grande Guerra nas ilhas.

* * *

A proteção de bens de natureza militar que as coleções régias e senhoriais garantiam, e de que alguns museus e palácios nacionais depois foram herdeiros, a partir de meados do século XIX foi sendo alimentada pelas doações dos que deixavam aos museus locais (públicos, autárquicos ou privados) a *memorabilia* da sua participação pessoal na

---

* O presente artigo é o texto da comunicação apresentada no *COLÓQUIO INTERNACIONAL A GRANDE GUERRA E AS FRONTEIRAS DO ATLÂNTICO. As Ilhas no centenário do Iº conflito mundial*. Organizado pelo CHAM-A/Universidade dos Açores, e realizado no Museu Militar dos Açores e Auditório C da Universidade dos Açores, em Ponta Delgada, ente 27 e 30 de novembro de 2017

** IHIT / CHAM-A

guerra sem que, no entanto, esses bens se assumissem como coleções centrais desses museus, contribuindo, quando não em reserva, para a composição de retratos biográficos e panegíricos de protetores e fundadores.

Essa condição desempenhada pelos artefactos militares foi, contudo, contemporânea de um outro processo de musealização interpretado pelas entidades subordinadas à tutela militar e, por conseguinte, sujeito à programação, composição de acervos e discursos com uma natureza corporativa. Até final da década de 1950, a explicação do património militar centrava-se em três organismos:

- o *Museu de Artilharia,* em Lisboa, inaugurado em 1851[1], e que, em 1926, é redesignado como *Museu Militar*[2] alargando, então, o âmbito das suas coleções aos bens de outras especialidades do Exército;
- o museu biblioteca comemorativo da Batalha do Buçaco, hoje *Museu Militar do Buçaco,* inaugurado naquela localidade em 1910;
- o *Museu Regimental de Bragança*, constituído em 1929 na dependência, até final da década de 1930, do regimento respetivo e, depois, na do Batalhão de Caçadores n.º 3[3].

O final do primeiro conflito mundial não alterou ou acrescentou esse panorama museológico, muito embora o Museu Militar de Lisboa abra ao público, em 1936, uma sala evocativa da Grande Guerra, ornamentada com dramáticas telas monumentais da autoria de Adriano de Sousa Lopes, o oficial-artista que documentara a participação portuguesa na guerra.

A memorialização da Grande Guerra, é sabido, centrar-se-á em iniciativas de incentivo ao culto dos locais simbólicos (materializadas na construção de monumentos e padrões da responsabilidade da *Comissão dos Padrões da Grande Guerra*[4]), ritualização de cerimónias evocativas, e culto dos heróis nacionais que a toponímia se encarregou de disseminar; porém, não deixará traços marcantes nos museus.

Artefactos militares e memória açoriana

Um caso da museologia açoriana oitocentista ilustra, contudo, um peculiar interesse pela valorização de património móvel militar. António José da Silva Sarmento Júnior, um emigrante terceirense no Rio de Janeiro, envia para o recentemente criado Museu Terceirense, em 1878, espécies da fauna e flora brasileiras compatíveis com

[1] Decreto n.º 296, de 10 de dezembro de 1851.

[2] Decreto do Ministro da Guerra n.º 12161, de 21 de agosto de 1926.

[3] O Batalhão de Caçadores n.º 3 sairá de Bragança em 1958 o que determinará o encerramento do museu e a transferência do seu acervo para o Museu Militar de Lisboa.

[4] No total, a Comissão foi responsável pela construção de um monumento e sete padrões no sector português da Flandres, dezanove monumentos em território nacional, um monumento em Luanda, um monumento na atual Maputo (então Lourenço Marques) e sete padrões no norte da província de Moçambique.

uma programação dominante em torno da História Natural, mas remete também um exemplar de espingarda / clavina da então jovem República do Paraguai, quando esta fora presidida por Francisco Solano López Carrillo (1862 -1870), e sobre a qual comenta: *"recebi de um amigo meu uma clavina que tem a meu ver algum valor real por ter ela pertencido à guarda de honra do finado Lopes Presidente da Republica do Paraguai"*[5].

O museu teve vida efémera, mas a inusitada oferta parece ter convivido com outras peças da mesma temática, já que há notícia de ali terem existido uniformes militares[6] do período das Lutas Liberais e, talvez, um capacete, espada e bainha da Guarda de Honra de D. Pedro I, Imperador do Brasil[7]. A presença de todos reforçava, enquanto objetos simbólicos e simbolicamente colocados no edifício do Governo Civil, local onde o museu fora instalado, a construção da autorrepresentação dos terceirenses no contexto da guerra civil portuguesa (1828-1834).

Aliás, os uniformes assumiram papel relevante e, até, emblemático, no aparato visual das festividades comemorativas do liberalismo que se promoveram na Terceira e de que a imprensa local deu conta: por exemplo, nas comemorações do dia 22 de junho de 1844, numa récita no Teatro Angrense foram chamados ao palco "… *os mui respeitáveis veteranos de Caçadores 5, do tempo da reacção em 1828 (…) os artilheiros d'Angra da mesma época (…) e uma porção dos Voluntários da companhia de D. Maria II (…) – todos com os respectivos fardamentos d'aquelle tempo*."[8]; nas comemorações do 3 de março de 1845, para o desfile até à Praça convidaram-se "… os *indivíduos que tiverem ainda os seus fardamentos, e que por lei lhes seja concedido o fazerem uso d'elles, se apresentem fardados*."[9]

Colecionadores e interessados locais foram-se, também, encarregando da valorização e transmissão de uma *memorabilia* liberal essencialmente composta por medalhas e moedas, mas fora, desse contexto cronológico e ilhéu, o interesse pelos artefactos militares revelava-

---

[5] BPARLSR. Fundo do Conde da Praia. *Correspondência*. Carta de António José da Silva Sarmento Júnior, datada de 23 de julho de 1879.

[6] Agradeço a partilha desta informação ao Sr. Dr. Francisco Maduro-Dias, do Museu de Angra do Heroísmo. Se bem que a lista de peças elaborada em 1882, quando o museu foi desmontado, não confirme a existência destas peças, não deixa de ser interessante a forma como essa memória (real ou intencionalmente construída) perdurou: o Dr. Francisco Maduro-Dias ouviu-a do seu pai, o artista plástico Francisco Coelho Maduro Dias (1904-1986), que por sua vez a ouvira de João de Sousa Ribeiro, músico com oficina de máscaras de Carnaval e adereços de cena na Rua do Rego, em Angra, e onde alguns desses uniformes tinham ido parar. Ele, por sua vez, era filho do também João de Sousa Ribeiro, sargento-ajudante do Batalhão de Voluntários da Rainha e responsável pela primeira tipografia instalada nos Açores no contexto das Lutas Liberais. (sobre o assunto cf. BPARLSR, Fundo do Conde da Praia, Museu Terceirense; e VALDEMAR, 2008:287-295).

[7] O capacete, espada e respetiva bainha da Guarda de Honra de D. Pedro são peças hoje pertencentes ao Museu de Angra do Heroísmo (cf. MAH, 2011:114) mas cuja proveniência não está documentada tal como acontece com a de várias das doações de António José da Silva Sarmento Júnior à sua terra natal. O estabelecimento da biografia de peças poderá vir esclarecer dinâmicas e redes de constituição de acervos como as que parece terem estado na origem das doações de Sarmento Júnior.

[8] *O Angrense*, Angra do Heroísmo, Typ. d'*O Angrense*, A.8, nº 403 (27 de junho de 1844), p.4, col. 3

[9] *O Angrense*, Angra do Heroísmo, Typ. d'*O Angrense*, A.9, nº 438 (27 de fevereiro de 1845), p.2, col. 3)

-se na valorização do objeto e do seu programa decorativo, então elevado a ícone da estética decorativista dos espaços do universo masculino cuja existência se desenrolava entre salas forradas "*de veludo cor de cereja ornadas de retratos de cavalos e panóplias de velhas armas …*", quotidianos que as personagens de Eça de Queiroz[10] tão bem nos revelam.

Em sintonia com essa preferência de género, em 1882, os colecionadores micaelenses Caetano de Andrade Albuquerque e António Borges da Câmara de Medeiros identificam-se como possuidores de armas, colaborando com a organização da *Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Hespanhola,* que se realizou no Palácio Alvor, em Lisboa, emprestando, o primeiro, um par de pistolas de fuzil e, o segundo, uma espada e um morrião de cobre. Em consonância com a temática da exposição, são os aspetos estético e decorativo das peças, os salientados na descrição que se lhes faz no catálogo: "*coldres, coronha, guarda mato, vareta e parte superior do cano cobertos com lâminas de prata lavrada*, e *dourado com ornamentação em lavrados e rebatidos*"[11].

Em memória da Grande Guerra

O tema da guerra só volta a constituir-se como objeto de memória nos Açores, quando são erguidos dois padrões comemorativos da Grande Guerra - em Ponta Delgada e Vila do Porto. O arquipélago não assistiu aos pungentes momentos de mobilização e partida de forças militares para as frentes europeia e africana, apesar de efetivos açorianos pertencentes aos quadros permanentes do exército integrarem as unidades do continente onde estavam colocados, e de oficiais especialistas (médicos, veterinários e da Administração Militar, sobretudo), terem sido escalados para suprir necessidades de unidades já mobilizadas[12]. Essa é a razão, certamente, para que dos 117 açorianos até agora identificados, e que integraram o Corpo Expedicionário Português (CEP) na Flandres, 97 serem oficiais[13].

Na frente africana, desde os primeiros incidentes entre Portugal e a Alemanha, a 24 de agosto de 1914, em Maziúa, no Norte de Moçambique, e em dezembro do mesmo ano, em Naulila, no Sul de Angola, quer entre as tropas já ali estacionadas, quer entre as que integraram as três expedições que se efetuaram - respetivamente, em novembro de 1914, em novembro de 1915, e entre maio e julho de 1916 - participaram efetivos provenientes das ilhas.

Apesar de tudo isto, à exceção das obras do jornalista terceirense e também combatente Carlos d'Ornellas[14] (*O Açoriano na Grande Guerra* e *Contos amargos da guerra*[15])

[10] QUEIROZ, 2004

[11] *Exposição Retrospectiva*… .1882:198, 210 e 216

[12] MARTINS, 2017: 146

[13] Contabilização apurada a partir dos *Boletins individuais dos militares portugueses do CEP* existentes no Arquivo Histórico Militar (AHM) [Disponíveis em https://arqhist.exercito.pt/details?id=122236 consultado em maio de 2018]

[14] Angra do Heroísmo, 4 de março de 1897(?) - Lisboa, 15 de agosto de 1963. Sobre a biografia de Carlos d'Ornelas cf. *Enciclopédia Açoriana*

[15] *O Açoriano na Grande Guerra*.1931. Lisboa, Ed. da *Revista Insular e de Turismo; Contos amargos da guerra*. 1932. Lisboa, Oficina d' *A Gazeta dos Caminhos-de-Ferro*. A este propósito, refira-se o artigo que

na generalidade, as memórias dos açorianos na Iª Guerra Mundial mantiveram-se privadas, circunscritas aos universos familiares e domésticos, enquanto os vestígios materiais dessa memória se foram perdendo ou dispersando por gerações de herdeiros. A par disto, é também certo que a documentada desadequação de equipamento e armamento das tropas portuguesas no conflito, e as agressões extremas a que foram sujeitos, justifica, e torna compreensível, a reduzida sobrevivência de uniformes e equipamentos afins enquanto objetos de memória.

Ora, depois da rudimentar experiência do *Museu Terceirense* na representação da guerra, só em 1949 se constituirá em Angra do Heroísmo um novo museu[16] que equaciona esse propósito, e que se revestirá de uma absoluta singularidade relativamente aos acervos dos restantes museus da açorianos, facto a que acresce a surpreendente extensão do acervo e a circunstância de se constituir fora do âmbito da tutela militar.

O Museu de Angra do Heroísmo e a representação da Grande Guerra

O Museu de Angra do Heroísmo foi criado por impulso do Instituto Histórico da Ilha Terceira (IHIT) que propunha uma programação em torno da ideia da salvaguarda da cultura material tradicional dos açorianos e, portanto, no âmbito disciplinar da etnografia. Apesar disso, o MAH assumirá, progressivamente, uma reorientação temática durante a primeira década da sua existência, em resultado da qual o acervo dominante e hegemónico passará a ser o acervo militar[17].

À luz destes condicionalismos, a constituição de uma coleção militar em Angra parece, no mínimo, um paradoxo e um equívoco de motivações, de que importa perceber a complexidade conjuntural e as relações de significado e poder das ações individuais que se foram desenhando e o tornaram possível.

O ponto de viragem é interpretado por Manuel Coelho Baptista de Lima, o diretor inicialmente nomeado e que permanecerá no cargo até 1985. Historiador e arquivista, desde jovem se interessara em caracterizar o papel militar do arquipélago na estruturação dos impérios atlânticos e, em especial, o papel da Terceira nessa dinâmica.

Por via desse interesse, desenvolverá, ao longo da vida, assinalada ação de salvaguarda do património militar construído e ao qual confere valor social, patrimonial e identitário; entretanto, intui a necessidade de recolher, explicar e musealizar sistematicamente os bens móveis desse património até então apenas documentado no âmbito da estrutura militar.

---

a revista *Os Açores* publicou sobre a efeméride do 9 de abril, publicando uma fotografia dos prisioneiros açorianos no campo de Rastatt, em 1919. ("O 9 de Abril", in *Os Açores*, Ponta Delgada, Ano II, n. º5 (maio de 1928), p. 23

[16] PORTUGAL. Decreto-Lei n°. 37358 in *Diário do Governo*, Iª Série, nº 65/49, de 30 de março. 3

[17] Sobre a história do MAH e do papel de Batista de Lima na construção do seu acervo cf. Helena Ormonde. 2000. *Sob o signo da Etnografia*: *as origens de um museu regional* [catálogo da exposição]. Museu de Angra do Heroísmo; RIBEIRO, 2013:102-116; RIBEIRO, 2016.

Revela-se uma iniciativa que parte de opções conceptuais pessoais, mas que recebe o apoio complacente da elite administrativa do distrito ao convergir com o interesse em dotar a Terceira de organismos culturais de referência[18].

A hegemonia da coleção militar face ao acervo total do MAH revê-se não só na expressão museográfica que essa mesma coleção adquire, mas também no detalhado sistema de classificação composto por dez secções que estruturava a sua organização e, certamente, orientava a incorporação de novas espécies[19].

A - Armaduras e espadas
B - Pequenas armas de Fogo
C - Artilharia e Carros Blindados
D - Veículos e Material de Apoio
E - Uniformes, equipamento e arreios
F - Fortificações, comunicações, saúde, subsistência e transporte
G - Bandeiras, estandartes, emblemas e galhardetes
H - Instrumentos marciais e de música
I - Armas de caça: equipamento de arqueiros, armas de lâmina, lanças e armas de fogo
J - Armas civis: armas de lâmina, armas de fogo e outras

Enquanto colecionador privado, que também o era, Baptista de Lima cumpre o mesmo programa temático, e, ao manter a sua coleção retirada do circuito da visibilidade pública, parece trabalhar para a construção de uma única coleção – a institucional - com a qual pretendia construir uma representação dos Açores e justificar a centralidade estratégico-militar da Terceira confirmada pela sua história.

Os subtemas das duas guerras mundiais assumem papel importante nessa explicação, particularmente aquele que à Grande Guerra diz respeito. O conjunto de peças que a ilustram demonstra a evolução técnica, funcional e simbólica que armamentos, equipamentos e uniformes foram assumindo no decisivo período do conflito e da década que o precedeu, mas também procurou explicar como essas inovações foram decisivas para a alteração do modo de fazer a guerra e do papel que o arquipélago teve nas várias fases e teatros da guerra.

Peça emblemática da então emergente tecnologia do aço, a Bataria de Artilharia Schneider Cannet, 7,5 TR mod. 1904[20] produzida pela firma francesa Schneider, Frères & Cie e recolhida pelo MAH na década de 1940 constituir-se-á como ex-libris do próprio museu sendo apresentada em toda a sua vasta complexidade numa sala que lhe é dedicada; na literatura do museu e na retórica dos seus responsáveis são repetidamente

[18] A atitude oficial perante a coleção militar do MAH e o seu crescimento exponencial terá cambiantes entre a tolerância consentida e a alarmada perceção da dimensão nas décadas de 70 e 80, quando as incorporações de armamento pesado proveniente das oficinas de material de guerra e as aquisições se processam a ritmos galopantes.

[19] LIMA, 1977:219-232.

[20] As peças de artilharia Schneider-Cannet serão responsáveis pela vitória republicana em 5 de outubro de 1910. Sobre o assunto cf. TELO, 2015.

realçadas as condições de singularidade e raridade de que se reveste, dado ser "*o único conjunto deste modelo que se conhece exposto em museus*"[21].

A peça simboliza o avanço tecnológico decorrente da guerra e, no caso, a supremacia da ligação elástica do freio hidráulico sobre o reparo rígido, bem como o aumento da cadência e precisão de tiro de que a artilharia beneficiará no conflito de 1914-18. Com ela conviveu, em termos expositivos, uma outra peça do modelo seguinte – de 1917 – além de atrelados de diferentes tipos (tanque de água, cozinha, armões), arreios de todas as fases da transição que então se operava do equipamento hipomóvel para o das viaturas automóveis nas especialidades de Infantaria, Cavalaria e Artilharia, e armamento ligeiro. Uniformes e equipamento pessoal do soldado, material de comunicações e de transmissões distribuíram-se, até final dos anos de 1980, numa constelação museográfica de salas dedicadas a equipamentos e acessórios de infantaria, peças e acessórios de artilharia, arreios militares de transporte e tração, e de montada.

O conjunto, liberto de uma significação corporativa e nacionalista, incorporou vestígios materiais das forças armadas das diferentes nacionalidades intervenientes no conflito, desde curiosidades de vários regimentos a registos de natureza individual cuja relevância historiográfica reside no facto de se cruzarem com acontecimentos, personagens e vivências concretas. É por essa razão que diferentes tipologias de peças foram sendo reunidas numa ação ao sabor das aquisições em antiquários e alfarrabistas estrangeiros que beneficiou da conjuntura de alienações familiares dos anos entre 1950 e 1970.

Britânicos, franceses e germânicos são representados por uniformes, equipamento pessoal, condecorações e armamento ligeiro, representação de que não ficaram ausentes os exércitos coloniais das respetivas potências, já que se buscava a ilustração planetária do conflito.

Figura 1.

[21] Cf. *Folhas de sala do MAH, 1982* e página on line http://museu-angra.azores.gov.pt/exposicoes/permanentes/bataria-schneider.html

Figura 2.

Figura 3.

Figura 4.

Prioridade assumida, era a memória dos açorianos na guerra, do CEP e dos contingentes em África. Por isso, a par da estratégia de aquisições, é também interpretada uma persistente campanha de "sedução" junto de viúvas e herdeiros responsável pela incorporação de inúmeras peças, por conhecer e registar percursos individuais de açorianos nos teatros de operações e proceder à fixação de biografias e episódios que circulariam ao nível da transmissão oral no âmbito familiar e da comunidade.

Encontram-se nessa situação diversos combatentes com reconhecido mérito, posterior, na comunidade:

- José Tristão de Bettencourt (Angra do Heroísmo, 1880- Lisboa,1954), Tenente de Infantaria em 1914, participou nesse ano no combate de Naulila, no Sul de Angola;
- Feliciano António da Silva Leal (Faial, 1875 - Angra do Heroísmo, 1961), Capitão de Infantaria integrado no CEP em 1916;
- José Agostinho (Angra do Heroísmo, 1888 - 1978), Capitão de Artilharia entre 1917 e 1919, quando incorporado no CEP;
- Manuel de Sousa de Menezes (Praia da Vitória, 1890 - Angra do Heroísmo, 1958), Capitão médico no sul de Angola em 1914-1915, e na Flandres entre 1917-18;
- António Silveira Bettencourt (Angra do Heroísmo,1886 - Lisboa, 1964), Capitão de infantaria em 1914, em Moçambique;
- António Maria Silva Mendes (Angra do Heroísmo,1876 - 1962), Tenente e, depois, Capitão de Infantaria em Moçambique de onde regressou em 1919;
- António da Piedade Vaz (Bragança,1884 - Angra do Heroísmo,1972), Major chefe de banda militar, regente da banda do CEP entre 1917-19;
- Armando Ferraz (Lisboa, 1897-1971), Imediato do Caça-Minas Augusto Castilho em 1918[22].

Figura 5.

Figura 6.

Figura 7.

[22] Sobre o episódio do caça-minas *Augusto de Castilho* no mar dos Açores em 1918 cf. REZENDES, 2017:166-176

De todos, medalhas e condecorações testemunham empenhos e heroísmos (Medalha *Comemorativa das Campanhas do Exercito Português no Sul de Angola entre 1914 e 1915*, Medalha *Comemorativa das Campanhas do Exército Português em Moçambique entre 1914 e 1918;* Medalha de *Comendador da Ordem do Império Britânico*, *Valor Militar com palma dourada*, mod. 1917; Medalha *Militar de Comportamento Exemplar, grau prata*, mod. 1917; Medalha da *Vitória Inter-aliada na Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918*); *Cruz de Guerra, mod*. 1917…).

O grande conjunto de equipamentos pessoais do soldado e de uniformes, que deveriam obedecer genericamente aos modelos definidos pelo *Plano de Uniformes de 1911*[23] e às alterações introduzidas nos anos seguintes, especialmente as datadas de 22 de novembro de 1916[24] que corresponderiam já ao esforço de guerra criando um "uniforme de campanha", revelam-se de uma diversidade não regulamentar muito significativa que, muito provavelmente, se deverá às dificuldades no terreno e às soluções encontradas em tempo de guerra pelos portugueses, e que o Museu de Angra procurou reunir no maior numero de variantes.

Conclusão

O afã de recolhas que o Museu de Angra do Heroísmo projetou e interpretou relativamente aos testemunhos da Grande Guerra operou a salvaguarda de peças-testemunho de um período de transição tecnológica, além de resgatar memórias pessoais locais.

O reconhecimento de combatentes privilegiou a representação das elites de oficiais, os mesmos que, posteriormente, ocuparão a hierarquia político-administrativa do distrito, mas toda essa trajetória de recolha/reconhecimento se enquadrou no complexo esquema da génese de um *centro de conhecimento* ou de *interpretação* da guerra e dos conflitos humanos no Ocidente europeu que procurava fazer convergir num mesmo espaço - o museu - a heterogeneidade dos recursos de memória e de informação independentemente do seu suporte físico ou imaterial.

Neste sentido, a coleção dos testemunhos da guerra assumiu uma condição operatória dinâmica e estruturante cuja arquitetura, ou ensaio de arquitetura, comportava uma afirmação de modernidade face ao positivismo museográfico mais comum. Ao investir-se no seu carácter "pedagógico", a coleção [e não a museografia] projetou-se para o futuro com vista a ser ela o ponto de partida para a constituição de outras experiências museológicas/museográficas, repositórios e linhas de investigação sobre as vivências da guerra, intuindo-se que os conflitos da Humanidade precisam, cada vez mais, de ser objeto de reflexão.

[23] Ordem do Exército n. º16 de 1911 in *Diário do Governo* n.º 227, série I, de 28 de setembro de 1911, pp. 4018-4026

[24] PORTUGAL. Decreto n.º 2759/1916 in *Diário do Governo* n.º 236, série I, de 22 de novembro de 1916, pp. 1049-1050

FONTES

Arquivo Histórico Militar. *Boletins individuais dos militares portugueses do CEP*. Disponível em https://arqhist.exercito.pt/details?id=122236&ht=CEP[Consultado em 13.11.2017].

PERIÓDICOS

O Angrense, Angra do Heroísmo, Typ. d'*O Angrense* [vários números].

BIBLIOGRAFIA

Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Hespanhola celebrada em Lisboa em 1882 sob a protecção de Sua Majestade el-Rei o Senhor D. Fernando II [Catálogo Ilustrado]. 1882. Lisboa, Imprensa Nacional.

LIMA, Manuel Coelho Baptista de (1977), "The military section of the Angra do Heroísmo Museum*",* in *Boletim do IHIT*, vol. 35, pp.219-232.

MARTINS, José Manuel Salgado (2017), *Regimento de Guarnição n.º 1: uma herança gloriosa. Séculos XV a XXI*, Angra do Heroísmo, Estado Maior do Exército.

MUSEU DE ANGRA DO HEROISMO (2011), *Do mar e da terra… uma história no Atlântico [catálogo da exposição],* Angra do Heroísmo, Direção Regional da Cultura/ Museu de Angra do Heroísmo.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL. DIREÇÂO GERAL DO ENSINO SUPERIOR E DE BELAS ARTES (1969), *Museu de Angra do Heroísmo. Roteiro*, Angra do Heroísmo, Of. do *Diário Insular.*

QUEIROZ, José Maria Eça de (2004), *Os Maias*, Lisboa, Livros do Brasil.

RIBEIRO, Maria Manuel Velasquez (2013) "Entre oportunidade e novidade. Manuel Coelho Baptista de Lima e o património açoriano (1920-1996)", in *Ensaios e Práticas em Museologia*, vol. 3, pp. 102-116

IDEM, (2016) "Manuel Coelho Baptista de Lima: um colecionador profissional", in *CulturAçores. Revista de Cultura*, n º4, pp. 61-65.

REZENDES, Sérgio (2017), *A Grande Guerra nos Açores. Património e memória militar*, Lisboa, Centro República/ Editora Caleidoscópio.

VALDEMAR, António (2008) "Primórdios da tipografia nos Açores: contributos do Conde da Praia", in *O Liberalismo nos Açores*: *atas do Colóquio*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, pp. 287-295.

Webgrafia

TELO, António José (2015), "A beligerância portuguesa na Grande Guerra" Disponível on line em http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents/Forms/AllItems.aspx [Consultado em 12.10.2018].

Legendas das imagens

Figura 1. Chapéu armado de contra-almirante da marinha francesa que pertenceu ao Contra-Almirante Eugène Louis Gilly (1868-1946), oficial com a Legião de Honra que participou na Iª Guerra Mundial
MAH2000.415

Figura 2. Característico capacete de bico (Pickelhaube) usado pelas tropas de infantaria dos estados germânicos desde meados do séc. XIX, e pelo Império Alemão até 1916, quando começa a ser substituído pelo capacete de aço (Stahlhelm). Em couro preto envernizado com guarnições em metal amarelo, o Pickelhaube possuía orifícios na base do bico como forma de assegurar a ventilação sistema que, ao longo do tempo, foi sendo ampliado com mais orifícios e com a introdução de uma chapa deslizante nas tiras metálicas posteriores.
Os fechos metálicos de cada um dos lados do capacete possuíam duas rodelas metálicas raiadas com as cores nacionais: a do lado direito, vermelha, branca e preta, simboliza o Reich (o Império, símbolo introduzido em 1897 comemorando o centenário do nascimento do Kaiser), enquanto a rodela do lado esquerdo simboliza o Estado dentro do Império Alemão neste caso, preto e branco, a Prússia.
MAHR2009.67

Figura 3. Sabre de Espingarda Mauser alemã capturado na Flandres pelo capitão do CEP Francisco Machado Barcelos. Natural da Terceira Francisco Barcelos (ou os seus herdeiros) depositarão esta peça no MAH em data que se desconhece.
MAH. 92.914

Figura 4. Túnica de Grande Uniforme de Capitão do 11º Regimento de Atiradores Argelinos (Regiment de Tirailleurs Algériens-RTA), regimento de infantaria colonial do exército francês.
Em tecido azul, botões de metal amarelo e elaborado ornamento em soutache dourado nas mangas, o modelo corresponde ao Plano de Uniformes de 1893 com alterações de 1911 (o número de botões) e 1918 (altura).
MAHR.2016.495

Figura 5. Dólman de uniforme n.º 1 de tenente de infantaria do exército português, modelo do Plano de Uniformes de 1911 usado pelo então Tenente de Infantaria José Tristão de Bettencourt, no combate de Naulila, no Sul de Angola, que opôs tropas portuguesas e alemãs em outubro de 1914
MAH R.2006.1392

Figura 6. Uniforme n. º1 de oficial de Infantaria no Ultramar do exército português, modelo do Plano de Uniformes de 1911 com alterações de 1916 pertencente ao então Capitão Feliciano António da Silva Leal.
As alterações do Plano de Uniformes de 1916, que cria um "uniforme de campanha", correspondem ao esforço de adequação de equipamentos que a guerra exigia.
MAHR20061350

Figura 7. Equipamento de Oficial de Artilharia do Exército Português, mod. 1915
MAHR97133 /R2016.933/934/935/936/937/938/939

A EMIGRAÇÃO JORGENSE PARA ANGOLA: o caso de S. Jorge do Catófe

Hélio Soares[*]
Joana Simas[**]

Introdução

A temática da emigração reveste-se de grande importância, se atendermos que está ligada à história, à memória e à identidade de um povo. A emigração do povo português para diversas zonas do mundo faz parte da sua "genética", se assim se pode dizer. Com maior incidência nos anos 60 e inícios de 70 do século XX, este fenómeno, quando espontâneo, é motivado pela procura de uma vida melhor, portanto por razões económicas, laborais e sociais.

Aos Açores também chegou esta "moda", que se justificava como uma necessidade, tendo como principais países de destino, o Brasil, os Estados Unidos da América, as Bermudas, o Canadá e o Havai, ao contrário do que aconteceu no território continental, onde emigravam para o Brasil e para os países mais industrializados da Europa Ocidental, como a França, a Alemanha, o Luxemburgo e a Suíça.

O facto é que a emigração açoriana não se cingiu exclusivamente para os países mencionados anteriormente. Angola foi outro dos destinos. E é precisamente na colonização açoriana em Angola que nos vamos focar neste artigo, especialmente na localidade de Catófe, região que teve um importante desenvolvimento graças aos açorianos que por lá passaram e deixaram a sua marca.

Este estudo foi sustentado, sobretudo, em memórias e testemunhos de quem por lá andou, em jeito de memória biográfica e que permite traçar a realidade, as vivências, os

[*] IHIT. Centro de Estudos de História Religiosa.
[**] Câmara Municipal de Lagoa - Açores.

contributos e os sinais da presença açoriana fora do Arquipélago durante o Estado Novo, onde muitos costumes ficaram enraizados na comunidade de acolhimento. É uma ténue abordagem a partir da história oral, hoje em franco desenvolvimento ao nível académico. Temos consciência que não esgotamos o tema, é um pequeno contributo com a preocupação de registar vivências. A nossa sentida homenagem aos senhores Vicente Matos e Estevam Matos, já falecidos, que connosco colaboraram.

No que se refere ao estudo da migração para África no período contemporâneo, destacamos o valioso contributo, para a compreensão do colonialismo Português os estudos realizados por Cláudia Castelo (1998 e 2007), que tem dedicado parte da sua vida de investigadora na compreensão dos processos e espaços de colonização portuguesa. Outro contributo importante para entender as motivações políticas e económicas dos colonatos é a tese de doutoramento de Elisa Costa (2006).

Breve contextualização da emigração para Angola

Portugal construiu um Império em África desde o séc. XV. Do ponto de vista político, a efetiva ocupação de Angola ocorreu como resposta à abolição da escravatura, à independência do Brasil e às pressões internacionais, que obrigaram Portugal a fortalecer um sistema de ocupação integrado, fundamentado na construção das grandes cidades, no povoamento agro-pecuário orientado, nas empresas extractivas, entre outros. Com estes pressupostos, este sistema permitiu uma migração portuguesa para a colónia de forma acentuada e gradual, sendo o povoamento agrário implantado nos planaltos do interior, com o objetivo de transferir a pequena agricultura portuguesa para o interior de Angola, redimensionando-a[1].

Somente no séc. XIX, com a perda do Brasil, os territórios de Angola e Moçambique mereceram uma maior atenção política e económica, definindo-se estratégias e objetivos, iniciando-se a exploração do interior. Os territórios exigiam colonizadores, pessoas, quer seja para conquistar, impor a ordem, evangelizar, administrar o território e populações locais, promover comércio ou indústria. O Estado Novo tinha uma política colonial que incluía a criação de colonatos, logo incentivava a migração dentro dos diferentes territórios portugueses.

A relação colonial entre Portugal e o continente africano registou um maior fluxo de colonos portugueses, particularmente, para dois países: Angola e Moçambique. As migrações para Angola, para as localidades de Luanda, Nova Lisboa, Lobito, Benguela, Sá da Bandeira e outras, deram-se, sobretudo, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, quando nessa colónia se verificou um desenvolvimento económico, tornando-se um atrativo significativo para as pessoas que procuravam novas oportunidades, até ao golpe

[1] Costa, 2006: 1.

de Estado de 25 de abril de 1974, quando se deu início da independência das colónias, em consequência do fim do regime salazarista.

O fluxo migratório para as colónias portuguesas conhece um abrandamento com o início das guerras coloniais. Dizemos migração, sem "e" porque, na época – estamos a falar de um mesmo espaço imperial – não era considerado um movimento para fora do território nacional.

Motivações para sair da ilha

Quando escutamos as descrições saudosistas do retornados sobre Angola, com os olhos em água, falam de uma terra grande e fértil, onde tudo se produzia, por vezes, com duas colheitas anuais. Descrita de modo edílico, quase como o jardim bíblico de Adão e Eva.

Sendo com pesar que todos aqueles que lá viveram, que deram os mais belos anos da sua existência na busca de melhores condições de vida, tiveram de a abandonar com lágrimas nos olhos e com pouco na bagagem.

Quais as motivações para migrar para Angola? Primeiro, importa recordar que a migração para África se insere no movimento mais lato de emigração de açorianos, sobretudo para o Brasil, Bermuda, Estados Unidos da América e Canadá. Segundo, importa perceber as condições de vida das populações açorianas, particularmente as jorgenses. A maioria dor jorgenses no após II Guerra Mundial vive numa economia de subsistência, agrária e com uma forte componente comunitária. As perspetivas de desenvolvimento económico e de realização pessoal são diminutas. Sair era uma fuga, um sonho e um atirar-se ao desconhecido na busca de uma vida melhor. Aliava-se o espírito de aventura e o empreendedorismo.

As justificações da migração para África, poderão ser várias: económicas, sociais, culturais, familiares, etc. Não nos vamos alongar nelas. No contexto do regime político vigente, é difícil avaliar a influência da propaganda do regime face ao papel civilizador de Portugal em África, contudo, como afirma Cláudia Castelo, «independentemente do seu estatuto económico ou social aqui da metrópole, indo para uma sociedade colonial [o colono] ia sempre situar-se no estrato superior da sociedade. Em termos políticos, e em termos económicos, sociais e simbólicos, os colonos eram sempre os que estavam entre os privilegiados»[2]. Na realidade social e económica da pequena localidade de Santo António, ilha de S. Jorge, nos anos 50 do séc. XX, era difícil um jovem casal ter casa própria e nunca poderia ambicionar possuir uma manada de vacas superior a uma deze-

[2] Pinho, Filipa. Entrevista realizada em Lisboa, 26 de Abril de 2010, à investigadora Cláudia Castelo, intitulada "Características da emigração histórica para Angola e Moçambique". Disponível em: http://observatorioemigracao.pt/np4/4707.html. Consultada a 19-06-2020.

na, acrescendo-se alguns alqueires de terra para semear milho ou trigo, criar um porco e deter algumas hortas, comummente designadas de *velgas* (socalcos), numa das fajãs no sopé das altas falésias. Neste contexto, muitos foram os que de Santo António partiram para Angola, em busca de um sonho, de uma vida melhor. Quase todos foram para a localidade de S. Jorge do Catófe. Até à data nunca conheci um retornado que dissesse que não ter saudades de Angola.

O desejo de reunião familiar também foi motivo. Tomemos como exemplo a família Matos residentes no caminho velho ou da Ermida, em Santo António, seguindo o testemunho da Sr.ª Maria Honória Matos[3]. Em 1957 a família estava dividida. O casal Manuel Matos Pereira (o Pereirinha como era conhecido) e Isabel Hermínia Pereira já tinham três filhos em Angola: Manuel Herculano de Matos, José de Matos e Estevam de Jesus Matos. O «motivo da ida foi a necessidade de juntar a família», assim, no dia 27 de outubro de 1957 partiram no navio *Carvalho Araújo* para Lisboa. Permaneceram duas semanas na capital, aproveitando para «fazer um passeio ao Santuário de Fátima, Batalha, Alcobaça, Mosteiro dos Jerónimos e Museu dos Coches» e depois embarcaram no *Pátria* até ao Lobito. Nesta viagem foram os pais de Maria Honória Matos, as irmãs Maria Inês Matos e Maria Iva Matos com o marido, José Emílio Matos, e seus filhos, três rapazes e uma rapariga. Quem diligenciou o processo foram os irmãos Estevam e José. Turbulenta e carregada de incertezas a viagem para a reunião familiar. Para custear a viagem foi necessário «vender um pasto». A casa da família e os terrenos foram arrendados.

A fundação de S. Jorge do Catófe

A *Décima Ilha dos Açores*[4] (assim designada pelo jornalista terceirense Dutra Faria, do Diário Insular[5]) tem uma pequena, mas imemorável longa história, em sonhos e pioneirismo, que não conseguimos contar e interpretar com rigor neste curto trabalho. No dizer de Vicente Matos[6] «é a pequena história de gente açoriana, rija e trabalhadora, espalhada "como quem não quer a coisa" pelos vales circundantes do Rio Catófe e seus afluentes».

Esta comunidade de jorgenses fixou-se, pouco a pouco, nas margens do rio Catófe e dos seus afluentes, pois numa terra tão vasta, em que agricultura era a base do desenvolvimento, a água era um bem essencial. Sendo atravessada pela estrada Luanda/Huambo, a 364 Km da primeira e a 245 Km da segunda destas cidades. O Catófe situa-se na região centro de Angola, concelho da Quibala, no Distrito do Cuanza Sul, da então Província de

[3] Soares, Hélio, entrevista realizada a Maria Honória Matos a 07-01-2020.
[4] Faria, 25-11-1954.
[5] Em Conferência proferida na Casa dos Açores de Lisboa, publicada no *Diário Insular*, em 25-11-1954.
[6] Matos, 2001: 77.

Angola, com a capital em Novo Redondo, hoje de nome Sumbe. A uma altitude média 1300 m, com uma distância média do mar de 200 Km.

Em dezembro de 1929, três jovens lavradores da ilha de S. Jorge, mais propriamente do Norte Grande, com os nomes de João Alves de Oliveira, Emílio Dias e André Alves de Oliveira, irmão do primeiro, partiram para Angola em busca de um sonho, tentando a sorte sem saber o que iam encontrar. Para João Alves de Oliveira, «a África não lhe metia medo»[7]. O único contato que tinham era do Tenente Bettencourt, deportado pelo regime político vigente, que exercia atividade comercial na Vila da Quibala. Desembarcaram no porto de Amboim (Benguela a Velha), que era o mais próximo do seu destino. O único transporte disponível foi uma camioneta de carga, na qual se dirigiram ao encontro do seu conterrâneo jorgense. De imediato começaram a trabalhar, fazendo sociedade com o capitão Diogo Sandão, reformado e antigo pacificador da região, sendo proprietário de uma fazenda nos arredores da vila. Os nossos aventureiros começaram uma nova fazenda em terrenos adjacentes aos do seu sócio. Realizando desbravamentos para as sementeiras de milho e café, iniciando a criação de gado.

Passaram cinco anos, estamos em 1935, os nossos aventureiros estavam adaptados à região e ao clima, conhecendo os seus benefícios e malefícios, iniciam um novo projeto agrícola, mais ambicioso e ousado, com a denominação da firma *Oliveira & Dias*. Desta vez por sua conta e risco. Estabelecem-se a 17 Km da Quibala, junto à estrada de Luanda/Huambo, nas margens do rio Catófe, «que ainda não era nada – o sertão, apenas: um grande vale, entre morros»[8]. A razão foi a abundância de água e as excelentes terras para produção de milho e arroz, bem como, boas pastagens para a criação de gado. Para apoio, fundaram um pequeno comércio, que servia como financiador da agricultura. Negociavam com os indígenas, «que lhes traziam o milho das suas lavras em troca de missangas, das anilhas de latão e cobre, dos panos de chita e de algodão»[9].

A terra era boa, mas infestada de mosquitos e de malária. No Natal de 1941, faleceu André Oliveira de biliosa palúdica.

Esta aventura africana prosperou rapidamente. Em 1945, já possuíam vastas terras de cultivo, com pomares com diversas árvores de fruto. Cultivando milho, arroz e demais cereais. Construíram um açude no rio Catófe, que permitiu a instalação de dois moinhos hidráulicos, os únicos naquela região, e a rega dos campos de arroz. Possuíam, também, uma manada de bovinos, com mais de 100 animais, explorando as vacas leiteiras para o fabrico de queijo e manteiga, através do leite.

[7] Faria, 25-11-1954.
[8] Idem
[9] Idem

Contudo, João Alves de Oliveira e Emílio Dias constataram que precisavam de um novo sócio para o negócio, que possuísse vontade de lutar e sonhos para concretizar, no fundo, que gozasse da mocidade, algo que a eles ia fugindo. Em conversa com «o velho Teixeira de Matos, motorista de camiões em Nova Lisboa», um homem de 60 anos, jorgense, que fora para Angola com 43 anos, que levara, gradualmente, os seis filhos e esposa para junto de si. Somente um dos filhos permanecia nos Açores, a estudar no Liceu de Angra do Heroísmo, Vicente Teixeira de Matos, natural da Ribeira Seca (São Jorge). «Um rapaz assim é que nos convinha – disse o Alves de Oliveira. Pois, se vocês quiserem, eu escrevo ao Vicente a perguntar-lhe se também quer vir para cá – respondeu Teixeira de Matos»[10].

Vicente Teixeira de Matos emigra para o Catófe, tornando-se sócio de Alves de Oliveira e Emílio Dias, em 1945. «Ao chegar ao Catófe, ao deitar os olhos por aquele imenso vale que se cobria de tenro capim que do céu caíam umas gotas de água, capim que era tão bom como as melhores pastagens da ilha de S. Jorge, o Vicente pensou que já não valia a pena passar a vida a trocar com os pretos colares de missanga por medidas de milho. Em S. Jorge havia homens novos como ele, saudáveis como ele, corajosos como ele, que gostariam de ter vacas, mas não tinham campos onde as por a pastar; que gostariam de ter pastagens, mas não tinham dinheiro com que as comprar. Homens novos, saudáveis, corajosos que sonhavam com a América. Mas não estaria ali, também, uma América a descobrir?»[11]. Vicente Matos expôs os seus planos aos seus sócios, que compreenderam ter um sócio à altura e ser uma boa escolha.

Em 1948, admitiram novos sócios, nomeadamente, após a desmobilização do Batalhão expedicionário açoriano, que saíra de S. Miguel para Angola em 1946 ao serviço da Segunda Guerra Mundial, dos quais quatro se juntarão ao grupo do povoamento do Catófe[12]. Juntando-se mais duas famílias com filhos provindas de S. Jorge. Por exemplo, o caso de Manuel Herculano Matos, um dos desmobilizados e natural de Santo António, que migrou em 1948 ou 1949, incentivado por Emílio Dias[13]. Os irmãos Estevam de Jesus Matos e José de Matos chegaram em 1950.

Com esta última vaga de povoadores, passou a existir um número considerável de pessoas, fazendo surgir a ideia da criação de uma organização que apoiasse ao nível mais institucional. Para isso tinham o exemplo do cooperativismo existente na Ilha de S.

[10] Idem

[11] Idem

[12] No dia 20 de maio de 1946, três dias antes das Festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres, partiu de Ponta Delgada o Batalhão nº 18 com destino a Angola. Sendo primeiro batalhão expedicionário açoriano para o Ultramar Português. Era composto por aproximadamente 800 soldados enviados numa missão de paz, apesar de haver suspeitas de uma invasão militar pelo vizinho Congo. A missão prolongou-se por dezoito meses, marcada pelos contactos com as populações locais, através de eventos culturais e desportivos, bem como, algumas experiências agrícolas. Cf. Açoriano Oriental, 20-05-1996.

[13] Soares, Hélio, entrevista realizada a Maria Inês Matos a 09-06-2011.

Jorge. Assim, «em 26 de Setembro de 1949, no Cartório Notarial da Comarca de Nova Lisboa (Huambo), foi assinada a escritura de fundação da Cooperativa de Colonização Agro-Pecuária "a *Açoreana"*, sem apoio oficial, com sede em Catófe, área do Posto Sede de Concelho da Quibala, distrito da Cuanza-Sul, província de Benguela e comarca de Novo Redondo. Os Estatutos da Cooperativa foram publicados no Boletim Oficial da Província de Angola, III Série, nº 48, de 7 de Dezembro de 1949. Foram dezanove os fundadores»[14]. Com um capital de 1700 $ escudos angolares[15]. Em meados da década de 50, detinha mais de 100 colonos e suas famílias, vivendo em 30 fogos e possuindo mais de 2000 cabeças de gado[16]. Em 1961, a Cooperativa *A Açoreana* detinha 142 sócios, sendo 120 naturais da Ilha de S. Jorge, 7 da Terceira, 6 da Metrópole, 4 da Graciosa, 2 do Pico, 2 do Faial e 1 de S. Miguel. Destes, 74 associados encontravam-se estabelecidos na área do Catófe[17].

Os fins a que se propôs a cooperativa, conforme consta dos seus Estatutos, cap. I, art. 2º, publicados no Boletim Oficial da Província de Angola, são: 1º. Crédito agrícola mútuo; 2. Execução de trabalhos agro-pecuários, estudo e resolução de problemas de rega, selecção de gado e culturas, tudo e acordo com as instruções técnicas que obtenha; 3. Compra e venda de produtos agro-pecuários, gado, sementes, máquinas e utensílios, construções, mediante prévia autorização legal, e, em geral, tudo quanto interesse ao desenvolvimento económico dos seus associados ou da «Cooperativa»; 4. Manutenção de uma cantina, para uso dos sócios; 5. Angariamento de pessoal indígena para servir os sócios, tendo em atenção as disposições legais vigentes; 6. Difusão entre os indígenas dos arredores dos benefícios conseguidos pela «Cooperativa», na medida do possível e seja do interesse deles; como conhecimentos agro-pecuários, assistência sanitária, etc., atendendo ao espírito de colaboração que caracteriza a colonização portuguesa; 7. Fundação da «Casa dos Açores», com fins culturais, recreativos e beneficentes; 8. Obtenção de apoio oficial, do Estado, dos Organismos Corporativos e de Coordenação Económica, para consecução dos seguintes fins: a) fundação de uma povoação rural, formada pelas casas dos colonos, existentes e futuras, igreja, posto sanitário e escola; b) empréstimos financeiros, caucionados pelas propriedades e gados dos colonos, destinados à edificação do povoado, compra de gado, captação de água potável, despesas de sementeira e cultura e execução de obras de hidráulica agrícola; c) cedência, pelos estabelecimentos Zootécnicos e Agrícolas do Estado e Organismos de Coordenação Económica de reprodutores pecuários, sementes e árvores seleccionadas; d) empréstimos, pelos serviços de Agricultura, de máquinas agrícolas e outras, que facilitem a execução dos trabalhos empreendidos ou a empreender; e) demarcação de terrenos, para a futura povoação e para as fazendas agrícolas dos colonos, estudo de abastecimento de águas de rega e potáveis, procurando, sempre que possível, que o Estado cubra estas despesas; f) assistência

[14] Matos, 2001: 78.
[15] Azevedo, 1956: 138.
[16] Idem: 139.
[17] Parecer do Conselho Fiscal da Cooperativa, *A Açoreana, 28-03-1968*.

médica e medicamentos. Visitas frequentes de técnicos agro-pecuários; g) concessão de passagens gratuitas, a partir dos Açores, pelo Ministério das Colónias, para os colonos escolhidos pela «Cooperativa» e suas famílias, para aumento do núcleo inicial.

Rafael Azevedo ressalva que os Estatutos não contêm somente objetivos de ordem prática, com cariz socioeconómico, relevam uma dimensão mais sublime, como transcreve: «zelar pelos interesses da Cooperativa, seu progresso e bom nome. Ter presente que a sua actuação no seio da Cooperativa não alcança unicamente os seus lucros materiais, mas através deles o bom nome açoriano e a vitória da colonização portuguesa»[18].

Cada sócio tinha o seu gado, os seus terrenos e as suas produções, entregava o leite à cooperativa que o laborava. Em 1954, detinham 2000 cabeças de gado. Cada família de povoadores tinha os seus porcos, perus, galinhas, coelhos, patos, etc. Nos terrenos circundantes do Rio Catófe e seus afluentes, que atravessam todo o vale do Catófe, cultivava-se milho, trigo, feijão, soja, hortaliças, batata, sobretudo batata-doce, café, árvores de frutos, etc. O clima era tão favorável que se colhia laranjas durante todo o ano. Como podemos constatar, era e é uma terra muito produtiva.

A criação da cooperativa, com as suas valências, permitiu o apoio a todos os seus associados, no escoamento e comercialização dos seus produtos, bem como, o fornecimento de bens essenciais. A cantina da cooperativa permitia um apoio imediato a todos aqueles que chegavam para se radicarem na região, fornecendo-lhes alimentação, vestuário, materiais de construção, entre outros produtos.

«A terra era de todos e de ninguém»[19], não havia delimitações, cada família que chegava escolhia o terreno que ia ocupar, construindo a sua habitação de adobe, comprando as janelas e a telha, quando não construíam uma casa de colmo, como os indígenas. Construía o estábulo ou palheiro, como se diz em Santo António, cobrindo-o de capim. As vacas eram compradas aos indígenas.

Uma comunidade em desenvolvimento

O número de povoadores em S. Jorge do Catófe aumentava de ano para ano. Genericamente, para percebermos esta evolução, quando Dutra Faria visitou o Catófe, em 1954, viviam lá 23 famílias, em 18 casas, com um total de 74 pessoas. No ano de 1962, tinha 296 habitantes[20]. Em 1975, a população do Catófe perfazia, aproximadamente, 120 famílias e 600 habitantes[21]. Foi um crescimento muito considerável.

[18] Azevedo, 1956: 138-139.
[19] Faria, 25-11-1954.
[20] Parecer do Conselho Fiscal da Cooperativa *A Açoreana,* 28-03-1968
[21] Matos, 2001: 80.

Perante o gradual aumento demográfico na comunidade do Catófe, foi necessário melhorar as explorações agrícolas e construir novas infraestruturas. Neste sentido, a Cooperativa *A Açoreana* requereu ao Governo de Angola a concessão de um empréstimo de mil contos. O pedido foi aceite. Com a concessão do empréstimo em dezembro de 1951, pela Junta de Comércio Externo, com um pagamento escalonado de prestações ao longo de quinze anos, permitiu a compra e distribuição de novos efetivos bovinos pelos sócios da cooperativa. O gado foi adquirido no Sul de Angola. Este investimento permitiu um rápido aumento do número de cabeças de gado.

Em 1952, a Cooperativa *Açoreana* faz um novo pedido ao Governo com vista à criação de uma Reserva. O Estado assentiu, legislando a criação da Reserva do Estado, com uma área de 52.000 hectares, para implantação das fazendas dos povoadores e reservas de terrenos destinados ao uso comunitário das populações autóctones. Com a seguinte distribuição: 20.000 hectares para fazendas 32.000 hectares para as aldeias nativas[22], em que os primeiros, à data de 1974, estavam completamente aproveitados.

Entretanto, em 1952 é criado o Colonato de Cela, a cerca de 60 kms de Catófe. Aqui, há apoio do Estado, constroem-se 349 casas, distribuídas por 15 "aldeias", todas com nomes iguais a outras que existiam na metrópole. O primeiro núcleo de jorgenses que vai para Cela, nos anos 50, fica em "Macedo de Cavaleiros". Os açorianos, quer os de Cela, como os de Catófe, são os que conseguem mais resultados no terreno, principalmente com a criação de gado - produzem carne e lacticínios. Por exemplo, com apoio governamental, no ano de 1966 rumaram para esta província ultramarina cerca de 59 famílias jorgenses, o que se traduzia «… num total de 351 pessoas, que acompanhadas de 372 cabeças de gado, alfaias agrícolas e dos mais variados e curiosos objectos …", a bordo do paquete "Lima"» da *Empresa Insulana de Navegação*[23]. Esta viagem organizada pelo governo, encontra a sua justificação na sequência da crise sísmica de 1963/64, que afetou as ilhas de S. Jorge, Pico e Faial. Como relata a notícia, cada família foi autorizada a transportar alguns animais, alfaias agrícolas e bens pessoais, de modo a facilitar o início da vida agrícola e quotidiana.

O aumento populacional não ocorreu somente através da chegada de açorianos, mas também pelo nascimento de crianças. Nos anos de 1950/1951, a comunidade jorgense de S. Jorge do Catófe festejou os primeiros nascimentos e batizados. Por conseguinte, com a chegada de crianças e o nascimento de bebés surgiu a necessidade de uma nova estrutura: uma escola para ministrar uma adequada educação. A escola foi construída em 1957 e inaugurada no ano seguinte, com uma salas de aula, e disponibilizando a residência para professora própria[24]. Desta modesta escola de província saíram inúmeros jovens para estudar nos liceus de Angola, no Seminário Arquiepiscopal e na Universidade de

[22] Matos, 2001: 79.

[23] Açoriano Oriental, 22-1-1966: 3.

[24] Idem, Discurso proferido aquando da visita do Sr. Governador do Distrito de Cuanza-Sul por Estevam de Jesus Matos.

Angola, para «contribuírem para o progresso da sua pequena terra e da grande Angola», no dizer de Vicente Matos.

O povo açoriano levou na bagagem a sua cultura e nela o catolicismo. Este grupo de povoadores, já em número considerável, não prescindiu da assistência religiosa prestada pela Missão Católica da Quibala, da Congregação dos Missionários do Espírito Santo, mais conhecidos por Espiritanos. Na ausência de espaço próprio , as celebrações ocorriam numa casa particular. Em 1 de setembro de 1952, o Arcebispo de Luanda, D. Moisés Alves de Pinho, benzeu a primeira pedra da pequena capela, que viria a ser dedicada ao padroeiro S. Jorge, pelo mesmo Arcebispo, em 1954. Estevam de Matos ressalva que a paramentação dos sacerdotes decorreu na recém-construída casa. Esta seria uma pequena ermida sem torre sineira. Mais tarde, devido ao aumento de habitantes, a ermida foi reconstruída mais duas vezes, dando lugar a uma bonita Igreja. Reedificando-a, primeiramente, com uma torre para os sinos, mas em 1964 continuava o problema de o espaço ser exíguo para o povo que a frequentava aos domingos e dias de festa do Divino Espírito Santo. A sagração do novo templo ocorreu em 1970, presidindo à celebração D. André Moaka, Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Luanda[25]. «Deve assinalar-se que alguns povoadores contribuíram para estas obras com quantias superiores às que despenderam nas suas próprias casas. Não negando a sua generosidade e a sua fé! Nela seriam batizados e depois crismados os seus descendentes e continuadores. Nela acabariam por casar alguns dos novos jorgenses»[26]. O primeiro edifício era muito semelhante às Igrejas açorianas, como diz Dutra Faria «bem igualzinha, por sinal, às Igrejas dos Açores». No segundo adotou-se uma arquitetura contemporânea.

O templo era indispensável para a vivência cristã destes povoadores. «É o traço de união entre todos nós e, por outro lado, para os que chegam, alguma coisa de igual ao que deixaram lá nas nossas ilhas», como disse Vicente Matos[27].

A piedade popular açoriana tem como devoção transversal a todas as ilhas o Espírito Santo. Em 1954 inaugurou-se o Império do Espírito Santo. Para os Açores, enviaram um significativo montante para a compra de uma coroa. Esta foi adquirida num ourives em Angra do Heroísmo[28]. A Casa do Espírito Santo, construída em 1957, situada no Largo da Igreja, foi ampliada ao longo dos tempos, permitindo que se sentassem «à primeira mesa cerca de mil pessoas! Como diziam os camionistas que percorriam as estradas de Angola, S. Jorge do Catófe era única terra da Província onde se comia e bebia de graça durante o período das Festas, em boa e alegre companhia. Chegaram a abater-se uma dúzia de bois»[29]. Rafael Ávila relata-nos, em 1956, que «a grande festa anual dos açorianos

[25] Matos, Estevam.
[26] Matos, 2001: 79.
[27] Faria, 25-11-1954.
[28] Idem.
[29] Matos, 2001: 80.

é a do Senhor Espírito santo, exatamente como nas suas ilhas floridas de hortênsias e de camélias. E os continentais dos arredores, já começaram a reconhecer o sabor das rosquilhas de S. Jorge e a delícia dos macios pães de massa sovada»[30]. O espírito de partilha e doação foi levado destes Açores, para as terras de Angola. Decorria o ano de 1975, no Domingo de Pentecostes, o Império de S. Jorge do Catófe celebrou o seu 25º aniversário, 1951-1975, com as tradicionais celebrações litúrgicas, desfile da coroação e o almoço. Presidiu à Festa do Divino Espírito Santo, o Bispo do Quanza-Sul, D. Zacarias Camvenho. Um clima de "sã" convivência e respeito compartilharam o almoço, representantes dos Movimentos de libertação de Angola. Serviram-se Sopas do Divino Espírito Santo a mais de duas mil pessoas. D. Zacarias afirmou: «que lhe fizeram lembrar as reuniões dos primeiros cristãos»[31]. Não sonhavam que seriam as últimas festas do Divino Espírito Santo por aquelas paragens!

Uma nota curiosa, a bandeira foi guardada, primeiro nos Açores e depois no Brasil, onde desfilou na cidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul. A coroa veio na bagagem de Emílio Dias para os Açores. Na primeira festa do Espírito Santo realizada em Buhl, Idaho, E.U.A, no ano de 1983, os retornados, que ali se tinham estabelecido, pediram a coroa do Catófe. Em 2008, a 11 de maio, no 25.º aniversário do Império do Divino Espírito Santo de Buhl, sendo mordomos António e Elisa Avelar, tiveram a iniciativa de juntar os dois símbolos, a Coroa e a Bandeira do Divino Espírito Santo do Catófe. Foi uma celebração emotiva, em que as memórias do passado para os açorianos retornados do Catófe, que refizeram as suas vidas do outro lado do Atlântico e da América.

Ao nível dos cuidados de saúde mínimos, a comunidade tinha um Posto Sanitário, com um enfermeiro, para prestar assistência sanitária a todos os habitantes da região. Um claro exemplo de progresso foi no combate à malária. No início do povoamento, a malária era mortífera. Ao anoitecer apareciam os mosquitos, os únicos transmissores das doenças, sendo o único refúgio debaixo dos mosquiteiros até o nascer do sol. Em 1952, os mosquitos quase desapareceram, eliminados pelos dentes das vacas ao comerem o capim onde os mosquitos proliferavam em águas paradas. Acresce-se o uso de tanques banheiros, onde eram banhados os gados semanalmente, para matar as carraças que transmitiam as doenças.

No campo musical, como açorianos a música fazia parte das suas vidas, estes jorgenses não prescindiram da sua Filarmónica, que formaram com a prata da casa. A sua constituição formal ocorreu em 1960. O primeiro instrumental foi oferecido pelo Sr. Governador Geral, aquando da inauguração da Escola Primária, em 1958, sendo a única do Distrito que abrilhantava as festas daquela comunidade como a dos povos vizinhos.

[30] Azevedo, 1956: 139.
[31] Matos, 2007: 16.

Na componente económica, Vicente Matos dá-nos alguns dados que demonstram o franco progresso económico de S. Jorge do Catófe, que transcrevo: «no ano de 1949, ano da fundação da cooperativa, assinala-se uma pequena produção de 1804 kg de manteiga e queijo, no valor de 82 contos. O número de gado existente era de 400 cabeças. Já em 1955, seis anos depois, a produção era de 6.000 kg de manteiga e queijo, no valor de 311 contos, a que corresponde quase uma multiplicação por quatro vezes. Assinale-se a existência de mais de 2.000 bovinos. Em 1958, a nove anos da existência da cooperativa, assinale-se uma produção de 16000 kg de lacticínios, no valor de 711 contos, a existência de 2.582 cabeças de gado, e a venda de 360 bovinos de corte, no valor aproximado de 500 contos. No ano de 1961 há a registar uma produção de lacticínios de 28.000 kg, num valor de 1.313 contos; aumentos de 26 e 32% em relação a 1960, demonstrativos do progresso anual e da valorização dos produtos. Note-se que o leite foi pago aos associados a 2$60/litro, quando em 1974, treze anos depois, ainda era pago a 3$00. O gado bovino sofreu novo aumento em 1961, arrolados que foram 4133 cabeças, (…) em 1975, mais de 20.000 cabeças de gado bovino»[32], distribuídas por mais de cem fazendas. No ano de 1961, «cada família dispõe de 500 hectares, ou seja, cerca de 5.000 alqueires dos nossos. Todas as propriedades têm água própria, pois por todas passam veios de água»[33].

Os anos de 1959/1970 foi de um grande progresso, ao nível técnico, de infraestruturas, de parque habitacional e demográfico. Após os grandes arroteamentos e ensaios agrícolas, os povoadores foram desenvolvendo e melhorando as suas condições de trabalho e de vida, ao qual se aliava um substancial progresso social, cultural e financeiro. Construiu-se um edifício sede com armazéns para produtos para a Agro-Pecuária. Edificação do cemitério em 1965, com o primeiro sepultamento para um dos três pioneiros, João Alves de Oliveira, que faleceu em 27 de julho de 1965[34]. Inauguração no ano de 1966 do Internato Escolar, gerido por técnicos, destinado a receber cerca de 100 crianças dos 7 aos 12 anos, cujos pais viviam em fazendas distantes, sendo que os que possuíam poucos rendimentos, pagavam uma modéstia quantia e a restante despesa era suportada pelo Município. Com o aproveitamento do antigo açude e com a instalação de uma turbina hidroeléctrica, ficou assegurado a distribuição de água e electricidade ao domicilio e à povoação, instalação de um Posto Veterinário, a legalização e demarcação das fazendas.

Aquando de uma visita de técnicos de lacticínios dinamarqueses, classificaram o leite do Catófe como de primeira qualidade. Este leite igualava o produzido no Norte da Europa. Um outro grande exemplo.

---

[32] Ibidem.

[33] Diário Insular, 28-06-1961.

[34] O cemitério do Catófe teve os seguintes sepultamentos: João Alves de Oliveira, Manuel M. Santos, Isabel Hermínia Pereira, Nicolau S. Almada, José Machado Sousa, José A. Faria, Alberto Goularte, José Emílio de Matos, Horácio Santos, José do Rosário, António Vitorino (filho). No cemitério da Quibala foram sepultados: João Dias Bettencourt, Noémia Silveira Matos e Georgina F. Silveira.

Todos estes melhoramentos permitiram que muitos dos fazendeiros construíssem uma segunda habitação na Vila: abertura de uma pensão-restaurante, dois cafés, três casas comerciais, oficina de reparação de veículos, entre outros serviços.

A viagem de retorno

Com o derrube do Estado Novo, o desejo incessante das colónias tornarem-se independentes fez com que a partir de agosto e setembro do ano de 1975, as famílias açorianas que viviam em São Jorge do Catófe tivessem de abandonar forçosamente a localidade, deixando para trás os seus pertences e memórias e recomeçarem a vida a partir do zero nos Açores, Estados Unidos da América, Brasil e Canadá. Segundo Maria Honória Matos, em julho de 1975 fugiram para Nova Lisboa, permanecendo sensivelmente dois meses. Em setembro viajaram para Lisboa. As malas não seguiram na mesma viagem. Somente podiam transportar 20 kg de roupa e na mão o máximo que puderam carregar. Na carteira uns míseros cinco contos. No final de setembro ocorreu a viagem para a ilha Terceira de avião. Na Terceira ficaram alojados no Hospital militar da Terra Chã, em que o exército fez os abastecimentos com três refeições diárias. No início de outubro viajaram para S. Jorge de barco. A primeira noite foi passada nos Terreiros, na casa do primo Serafim de Matos. Concluiu a conversa: «muito rolar, muitas pessoas no meio das armas. Só pedia a Deus para sair viva e ninguém imagina o que se passou. Foi uma tragédia muito grande … abandonar os mortos no cemitério[35]!»

Conclusão

A presença de açorianos, nomeadamente jorgenses, na região do Catófe foi lenta mas sempre progressiva, contribuindo para o desenvolvimento daquela região com a implementação livre e espontânea de uma indústria de pecuária de lacticínios, o que estimulou o interesse por parte dos açorianos que permaneciam nas suas terras para emigrarem para esta localidade que estava em progresso.

Esta localidade ficou batizada de São Jorge do Catófe, em homenagem às famílias que lá viviam serem maioritariamente oriundas da ilha de São Jorge e ao rio que por ali passava ter o nome de Catófe.

Constata-se que a emigração para esta localidade não teve um incentivo governamental, mas sim por afinidade de famílias, e o progresso social e económico foi rápido, em que o princípio basilar de que o apoio do Estado não é muleta, mas alavanca nas mãos

[35] Soares, Hélio, entrevista realizada a Maria Honória Matos a 7-01-2020.

do seu espírito de iniciativa, de administração e de trabalho[36]. Que souberam desenvolver uma região, mantendo os traços culturais dos Açores e de S. Jorge, em particular, como testemunhou um agrónomo jorgense em visita a S. Jorge do Catófe: «Fora das nossas ilhas, nunca vi paisagem que tanto me lembrasse os Açores!».

No fim, foram expulsos à força da terra que desbravaram e construíram, sabendo recomeçar de novo com o mesmo ardor e coragem, em outras paragens longínquas.

Como dissemos na introdução, este estudo teve a preocupação de registar alguns testemunhos recolhidos a alguns anos junto de três retornados, bem como de relatar e contribuir para a compreensão deste fenómeno migratório no quadro imperial da época. Tendo em conta a nossa inexperiência à data do registo das conversas, verificámos várias lacunas metodológicas, mas estamos cientes da nossa fidelidade às palavras proferidas pelo Srs. Vicente, Estevam e Maria Honória.

Não possuímos dados suficientes, mas a confiar nos testemunhos orais e escritos partilhados nas redes sociais e meios digitais, o colonato livre do Catófe, foi um sucesso económico, social e cultural. As razões que possibilitaram esse sucesso estão por estudar. Elisa Costa, na sua tese de doutoramento, analisa o colonato governamental da Cela, aviltando alguns pressupostos do seu insucesso económico e social.

O ênfase na recolhas orais clarificaria aspetos como as redes presentes no processo de emigração, as motivações para migrar e a escolha do local de chegada, o papel da ideologia política do Estado Novo na figura do colono, as representações africanas dos colonos, e concederia maior detalhe às situações de caracterização o quotidiano dos colonos e as suas dificuldades, as hierarquias e tensões entre colonizadores e a capacidade de inclusão e exclusão dos africanos. O resultado seria um reforço da história crítica a partir da base social, ressalvando-se o hiato entre a experiência no terreno colonial e os discursos e representações coloniais ao nível político, literário, jornalístico, etc.

[36] Parecer do Conselho Fiscal da Cooperativa *A Açoreana*, 28-03-1968.

Figura 1. Cortejo do Espírito Santo após a celebração da missa (Década de 60 do século XX).

Figura 2. A primeira Igreja do Catófe (Início da década de 50 do século XX).
Fonte: Cortesia de Joaquim Varanda.

Figura 3. As primeiras crianças nascidas no Catófe (Década de 50 do século XX).
Fonte: Cortesia de Joaquim Varanda.

Figura 4. Filarmónica do Catófe (Década de 60 do século XX).
Fonte: Cortesia de Joaquim Varanda.

Figura 5. Igreja Nova do Catófe (1971 atr.).
Fonte: Cortesia de Joaquim Varanda.

Figura 6. Vila do Catófe (Início da década de 60 do século XX).
Fonte: Cortesia de Joaquim Varanda.

Figura 7. Primeira habitação construída no Catófe
(Década de 50 do século XX).
Fonte: Cortesia de Joaquim Varanda.

Bibliografia e webgrafia

Azevedo, Rafael Ávila de, *Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores*. Ponta Delgada, Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores, n.º 23, 1956.

Costa, Elisa Lopes Ferreira da, *Os colonatos em Angola: génese, evolução e estado actual*. Tese de doutoramento em Engenharia Agronómica. Lisboa, Universidade de Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, 2006. Disponível em: http://hdl.handle.net/10400.5/604. Consultado em 10-09-2020.

Castelo, Cláudia, *O "modo português de estar no mundo": o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento,1998.

Idem, *Passagens para África: o povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole*. Porto, Edições Afrontamento, 2007.

Faria, Dutra, "A Décima Ilha dos Açores". In *Diário Insular*, 25-11-1954.

Matos, Vicente, "S. Jorge do Katofe ou a Décima Ilha dos Açores". In *Atlântida*. Angra do Heroísmo, IAC, 2001.

Idem, *O Gabelense,* nº 21, 2007, p. 16.

Idem, *O Gabelense,* (nº22?), 2007.

Fontes

Açoriano Oriental, *O Caminho de Angola*, 22-1-1966.

Conversa com Vicente Matos em janeiro de 2007, na Cidade de Angra do Heroísmo.

Conversa com Estevam de Jesus Matos em agosto de 2008, na Vila das Velas.

Conferência proferida por Estevam de Jesus Matos na Escola Profissional das Velas em 1997.

Diário Insular, 28-06-1961.
Parecer do Conselho Fiscal da Cooperativa *A Açoreana, 28-03-1968*.
Pinho, Filipa. Entrevista realizada em Lisboa, 26 de abril de 2010, à investigadora Cláudia Castelo, intitulada "Características da emigração histórica para Angola e Moçambique". Disponível em: http://observatorioemigracao.pt/np4/4707.html. Consultada a 19-06-2020.
Soares, Hélio, entrevista a Maria Honória Matos a 7 de janeiro de 2020, na Vilas das Velas.
Soares, Hélio entrevista a Maria Inês Matos a 9 de junho de 2011, em Ponta Delgada.
Blog de Lúcio Flávio da Silveira Matos. Disponível em: http://kabiaka.blogspot.com. (consultado em 23-05-2020).
Blog Lúcio Flávio da Silveira Matos. Disponível em: http://mesumajikuka.blogspot.com. (consultado em 23-05-2020).

ARTE E PATRIMÓNIO

A IGREJA DE SANTA MARGARIDA DO PORTO MARTINS: contextualização e processo construtivo

Pedro Aguiar[*]
Leandro Ávila[**]

Decorrente da comemoração do vigésimo quinto aniversário da elevação do curato de Santa Margarida do Porto Martins à condição de paróquia, foi-nos endereçado um convite para proferir uma palestra sobre o contexto da edificação do atual templo religioso daquele lugar. Se a princípio nos parecia algo bastante arrojado, dado o nosso desconhecimento sobre um acervo documental que suportasse essa abordagem, mais tarde veio a revelar-se um aliciante desafio, fruto das pesquisas encetadas em arquivo.

Posteriormente ao evento aludido, e no seguimento da análise realizada e exposta, considerou-se a potencialidade dos dados recolhidos, inserindo-os numa abordagem interdisciplinar. Desta forma, surgiu o presente estudo, abarcando, para além do contexto temporal, conhecimentos técnicos sobre a forma de construção que esteve subjacente à edificação do atual templo dedicado a Santa Margarida, datado dos períodos iniciais do século XX na atual freguesia do Porto Martins.

Não obstante da abordagem muito circunstancial que se pretende enveredar, considerou-se factos relacionados com construções anteriores à atual edificação, por forma a contextualizar o objeto em análise, numa lógica espácio-temporal.

Prevê-se, portanto, ter aqui uma perspetiva conjuntural em termos históricos, mesmo que superficial, entroncando essa narrativa com dados e análises de técnicas de construção mobilizadas no período cronológico a que se reporta o presente ensaio.

---

[*] Finalista do mestrado integrado em Engenharia Civil do Instituto Técnico Superior de Lisboa.
[**] IHIT. Doutor em História Insular e Atlântica.

1. A Ermida de Santa Margarida

Perspetiva-se que entre 1500 e 1550 tenha sido mandada construir uma ermida sob a invocação a Santa Margarida, a mando de uma bisneta de Álvaro Martins Homem de nome Antónia dos Anjos Macedo, na localidade de Porto Martins.

A mesma ermida acabou por entrar em estado de abandono em 1801, por via das crises sísmicas ocorridas entre 24 de junho de 1800 e 26 de janeiro de 1801 e que causaram grande ruína entre as localidades de Vila Nova e São Sebastião. Francisco Ferreira Drummond indica estragos nas paroquiais de São Sebastião, Santa Bárbara da Fonte do Bastardo, Santa Catarina do Cabo da Praia, Nossa Senhora da Pena das Fontinhas e São Miguel das Lajes, bem como a matriz de Santa Cruz.

Contudo, a mesma fonte revela documentação que consiste numa representação da Câmara Municipal da Vila de São Sebastião ao poder régio, datado de 10 de abril de 1831, solicitando a provisão de curas para dizerem missa em várias localidades, entre as quais se encontra o Porto Martins. Ao povo estaria reservado o cargo do custeio do culto religioso, gratificando ao padre da paróquia mais próxima. Por esta constatação, poder-se-á aferir um certo grau de secundarização deste templo religioso, certamente ditada pela parca população do lugar e exiguidade da pequena ermida.

O facto é que no início da segunda metade da centúria de oitocentos, este edificado encontrava-se completamente incapaz de oferecer condições para o culto religioso, tendo-se, por isso, levado a cabo os esforços necessários para a reedificação de uma nova ermida. Para a análise deste processo de reconstrução, encontramos um interessante documento que elenca as despesas feitas com este empreendimento[1], o qual aponta a data de 26 de maio de 1851 para o começo dos assentamentos das jornas de trabalho e dos carregamentos efetuados para a obras de reedificação da ermida.

Pelos dados compulsados do referido documento, constata-se que foram recolhidos materiais na então Vila da Praia, curiosamente provenientes do extinto Convento das Chagas (também fundado por Antónia dos Anjos e sua irmã Apolónia). Saliente-se que dez anos antes havia acontecido o grande terremoto que afetou grandemente aquela Vila, não se procedendo à reedificação dos conventos caídos. Como tal, o entulho dessas edificações encontrava-se à mercê de qualquer destino que fosse entendido por conveniente. A mesma fonte avança para o facto de ter sido trazido material da freguesia das Lajes, mais concretamente cinquenta e seis pedras.

A documentação revela ainda a descrição de despesas com ferramentas e jorna de trabalhadores, com alusão dos vários dias dos meses em que trabalharam mestres, aju-

[1] Cf. Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro, *Junta de Paróquia do Cabo da Praia*, *"Despesa que se fez com os carros que conduziram os materiais da Vila da Praia para a ermida de Santa Margarida do Lugar do Porto Martins"*, cx.3, doc. 0004, 26 de maio de 1851.

dantes e até crianças, registando-se o último apontamento a 14 de fevereiro de 1852. No total, as despesas cifraram-se em cerca de 219$295 réis.

Uma vez estabelecidas as condições consideradas adequadas para a prática do culto religioso, a data de 15 de janeiro de 1852 aparece como o referencial temporal em que a ermida passou a desempenhar as suas funções religiosas.

No domínio do acervo de alfaias religiosas e litúrgicas, assinala-se a existência de um inventário com a discriminação dos objetos, o respetivo valor e o estado de conservação. Refira-se, todavia, que a datação deste arrolamento situa-se no findar da década de setenta do século XIX, assumindo-se como o documento sinalizado que mais se aproxima da data de abertura do templo reedificado[2].

Assim sendo, há a referência aos paramentos, discriminando-os por cores, quantidade, valor e estado de conservação. Podendo-se, pois, observar a existência de paramentos brancos, vermelhos, roxos, verdes e pretos. Para além destes, está incluída uma cláusula denominada "roupa da ermida", classificando-a como roupa branca. De entre os tecidos existentes são inventariados um total de vinte e nove itens.

Um dado interessante é a alusão às imagens religiosas, dando-nos uma ideia do acervo da ermida e da devoção popular que essas mesmas imagens potenciavam. Assim, temos a referência às imagens de Santa Margarida, de Santo Antão, de Nossa Senhora dos Milagres e do Menino Jesus, além de dois crucifixos (um da capela e outro da sacristia). É igualmente dado conta de outros objetos, nomeadamente cruz de madeira, opas, turíbulo e naveta, caldeirinha, livro, sino, duas campainhas, lustre de vidro, missal, caderneta de missa de *requiem*, dois lampiões, quatro lanternas, quatro bancos de madeira de pinho, uma lâmpada de metal amarelo, uma cadeira, uma estante, uma mesa das credências, um livro de terço, um vitral, seis vasos de porcelana, uma mesa de cedro com gavetas e um purificador de vidro.

No que concerne aos objetos de maior valor, destaca-se um par de brincos de ouro que adornavam a imagem de Santa Margarida com um peso de 8,5 gramas avaliado, na altura, em 5$200 réis. Os restantes itens dentro desta categoria são feitos em prata, nomeadamente um cálice com a copa e patena dourada de 400 gramas, uma píxide com copa de 600 gramas, um relicário, uma âmbula para a unção e um resplendor da imagem de Santa Margarida.

[2] Cf. BPARLSR, *Junta de Paróquia do Cabo da Praia*, "Inventário dos paramentos, vasos sagrados, alfaias e mais utensílios pertencentes à Igreja Paroquial de Santa Catarina do Cabo da Praia e Ermida sufragânea de Santa Margarida do Porto Martins", Livro dos inventários da Parochial do Cabo da Praia (1878 – 1896), cx.4, 1 de junho de 1878, fls. 15v-17v.

Mais tarde, num inventário datado de 1887, na rubrica referente aos itens de maior valor, são acrescentados outros, nomeadamente um resplendor do Menino Jesus na mão de Nossa Senhora, um resplendor para a outra imagem do Menino Jesus, uma coroa da imagem de Nossa Senhora e um colar de 28 gramas no valor de 16$200 réis[3].

Com esta alusão preambular à temática em análise, assentamos a nossa análise no contexto e técnicas de edificação da atual igreja paroquial de Santa Margarida por impulso do então Comendador José Coelho Pamplona, mais tarde Visconde do Porto Martins, sendo visível evidências deste facto dentro e fora do edifício religioso

Figura 1. Pormenor da fachada do tempo.
Fonte: Praia da Vitória: Terceira | Inventário do Património Imóvel dos Açores.

No dia 22 de abril de 1901, dá-se a bênção e lançamento da primeira pedra para a construção da nova ermida de Santa Margarida[4]. Nesta efeméride estiveram presentes, de entre vários populares, o cura do lugar, o padre Francisco Inácio da Silva e o vigário do Cabo da Praia António de Paula Carvalho, o qual fez a bênção, bem como os membros da Junta de Paróquia do Cabo da Praia. Além disso, também compareceu a professora Cristina Amélia Pamplona da Silva com as crianças da escola de Santa Margarida (fundada

[3] Cf. BPARLSR, *Junta de Paróquia do Cabo da Praia*, "Inventário dos paramentos, vasos sagrados, alfaias e mais utensílios pertencentes à Igreja Paroquial de Santa Catarina do Cabo da Praia e Ermida sufragânea de Santa Margarida do Porto Martins", Livro dos inventários da Parochial do Cabo da Praia (1878 – 1896), cx.4, 8 de janeiro de 1887, fls. 29-30.

[4] Apesar de apresentar maiores dimensões, o edificado continuou a ser denominado de ermida, pois situava-se num Curato, diferenciando-se, assim, da igreja paroquial de Santa Catarina do Cabo da Praia que se assumia como principal templo da freguesia.

a 3 de dezembro de 1899 como escola mista: e sendo apadrinhada por D. Maria Vieira Paim Pamplona, esposa do comendador benemérito)[5]. As crianças para aquela ocasião, possivelmente, estariam com o uniforme branco e fita de seda azul a tiracolo, na qual estava escrita a designação Escola de Santa Margarida[6].

Fora, ainda, criada uma comissão nomeada pelo comendador José Coelho Pamplona "*para prestar as atenções necessárias à reedificação da capela*" e que era composta por Manuel Homem de Meneses, Manuel Coelho Ribeiro, José Simões Ornelas e o vigário António de Paula Carvalho[7].

2. Os Materiais e as Técnicas de construção

No sentido de se potenciar uma visão mais integradora, e antes de se proceder à análise propriamente dita do processo de construção deste templo, torna-se pertinente aclarar alguns aspetos relacionados com as técnicas mobilizadas na ereção de edifícios para a época em consideração.

Com efeito, até ao início do século XX os principais materiais de construção utilizados nos Açores foram a pedra e a madeira, por serem os mais abundantes no arquipélago. Assim, a construção tradicional açoriana, e consequentemente terceirense, é marcada então pela pedra e madeira, para além de outros materiais também utilizados com alguma frequência como a cal e argila. Com estes quatro materiais, foi possível produzir inúmeras edificações de cariz social, cívico, habitacional, militar, industrial, religioso ou mesmo de produção.

Para uma melhor perceção do processo da construção tradicional é necessário aprofundar a descrição dos materiais usualmente empregues, bem como as soluções aplicadas neste tipo construção.

Comecemos então pela alvenaria que se afigura como elemento fundamental deste tipo de estrutura e cujas suas propriedades se encontram sintetizadas no anexo I. Para uma melhor caracterização da alvenaria importa descrever as argamassas utilizadas, onde se destacam as argamassas de ligação, gordas e de revestimento, conforme se pode observar no anexo II.

Quanto às madeiras, sempre houve um vasto leque de opções, sendo as espécies acácia, roseira, eucalipto, cedro, criptoméria, faia e o pinho as mais utilizadas. Para cons-

[5] BPARLSR, *Junta de Paróquia do Cabo da Praia*, "Auto da Bênção e Lançamento da primeira pedra da nova Capela de Santa Margarida do Logar do Porto Martins, freguesia do Cabo da Praia, Ilha Terceira", cx.3, doc. s/n.º, 23 de abril de 1901. O assentamento deste auto de bênção deu-se no dia seguinte ao ato solene, conforme se pode observar.

[6] Estes itens foram oferecidos pelos beneméritos e estavam destinados a serem usados em dias festivos.

[7] *Idem*.

truções mais ricas, era comum a importação de madeiras exóticas como o pau-do-brasil, pinho-resinoso e pinho-de-flandres.

O acabamento final das paredes era realizado com cal, onde se poderia adicionar sebo de vaca ou óleo de baleia, de modo a conferir maior durabilidade, sendo a cobertura de telha de canudo regional, composta por barro e matéria proveniente da pedra-pomes que, apesar de tornar a telha fraca e pesada com as chuvas dado à sua porosidade, tem maior adaptação aos empenos da estrutura em madeira subjacente, melhor desempenho térmico e melhor comportamento à pluviosidade[8].

2.1 Soluções Construtivas e Estruturais

2.1.1 Paredes Exteriores

As paredes exteriores podiam apresentar diferentes tipologias dependendo da dimensão da construção e da qualidade exigida pelo proprietário da obra. A alvenaria utilizada era a pedra de basalto ou Ignimbritos (pedras abundantes) consoante zona da ilha e argamassadas com mistura de "barro", "areia-da-terra" e água, havendo, ainda, a possibilidade de ser adicionada cal, apagada à mistura. Também podia ser produzida uma argamassa gorda, misturando "barro", areia, cal viva e óleo (de baleia, linhaça ou mesmo azeite). A argamassa de revestimento era constituída por cal e areia e o revestimento em duas camadas, primeira em cal e barro e a segunda com cal e areia. No quadro abaixo está explicitado, de forma sucinta, as soluções de paredes exteriores em alvenaria.

Tipo	Descrição
Parede de um pano de alvenaria – Espessura variável entre 40 a 70 cm.	Alvenaria de melhor qualidade, construída com pedra aparelhada regular apresentando uma boa resistência sísmica.
Parede de dois panos sem ligação - Espessura variável entre 65 a 70 cm. Parede de dois panos com ligação, mais conhecida por "parede dobrada" - Espessura de 65 a 70 cm (equivalente a três palmos sensivelmente).	Alvenaria de pedra irregular, sendo essencial garantir um bom imbricamento entre as pedras para melhor comportamento da alvenaria. Presença de camadas ("camas") e de mata-juntas. Fraca resistência sísmica.
	Composta por dois panos, executada com pedra com comprimento superior a metade da espessura da parede, preenchida no seu interior por barro e pedra miúda, geralmente bagacina. Ligação dos panos através de ligadores ou "travessões". Alvenaria de melhor qualidade e resistência.

Relativamente às obras de grande porte, como no caso de igrejas, as paredes exteriores tinham uma maior expressão podendo atingir 2 metros de espessura em alguns casos e eram constituídas por alvenaria de pedra emparelhada. Era usual a existência de elementos destacados dos corpos principais, como torres, torreões, mansardas, entre outros.

[8] Cf. Oliveira *et. al*, 1992: 359-370.

2.1.2 Cunhais

Os cunhais faziam a ligação entre duas paredes ortogonais e eram realizadas com pedra paralelepipédica aparelhada, aprumadas pelas faces exteriores e com largura conforme a da parede de alvenaria. Conferiam um melhor comportamento não só às cargas verticais como às ações sísmicas nas duas direções. Eram constituídas por pedras de cantaria (Traquito ou Ignimbrito) dispostas alternadamente nas duas direções ortogonais. No caso de pequenas habitações, por vezes os cunhais eram feitos com meia espessura das paredes, mas sempre aprumadas pela face exterior.

2.1.3 Paredes Interiores

Qualquer que fosse a forma e material constituinte, ambos apresentavam funções estruturais. As paredes executadas em alvenaria de pedra eram utilizadas nas construções de maior porte, atribuindo-lhes funções resistentes. Os frontais, ou paredes divisórias em tabique, funcionavam não só para a divisão interior de espaços, mas também para conferirem ductilidade adicional ao edifício.

Tipo	Descrição
Paredes Mestras	Paredes com espessura igual às paredes exteriores. Acompanham o número de pisos do edifício em altura e dividem a casa longitudinalmente. Em alguns casos existia uma segunda parede mestra que se desenvolvia na profundidade do edifício.
Tabiques	De duas faces com interior oco ou preenchido com tábuas. O fasquiado era rebocado com argamassa de cal, areia e barro. Para reforço, era utilizado um entrelaçado de canas na parte inferior da parede.
Frontais	Compostos por tábuas largas, estas erguem-se desde o pavimento até aos tirantes do teto. Incluem tapamento de capa, rodapé e travessa.

No interior de edifícios urbanos, públicos e religiosos era comum a criação de arcos e abóbadas no piso térreo. Os arcos podiam ser executados isolados ou em continuidade geralmente de volta inteira. O intradorso era constituído em pedra aparelhada e bem esquadriada e venciam vãos até 5 metros. Já as abóbadas eram construídas em cantaria com pequenos vãos que descarregam diretamente sobre as paredes.

2.1.4 Fundações

As zonas dos cunhais dispunham de sapatas com profundidade até aos 2 metros (“levadas ao firme”) com seções até 1 metro quadrado e executadas em pedra de melhor qualidade, dispostas alternadamente em duas direções ortogonais perifericas, deixando

a parte central para encher com cascalho e barro. Para suportar os panos de parede eram abertos caboucos com 30 a 40 centímetros de profundidade com a largura da parede ou um pouco maior e preenchidos com alvenaria semelhante à da parede.

2.1.5 Pavimentos

Os pavimentos eram formados por traves/troncos espaçados entre 0,50 a 2 metros encastrados nas paredes, vencendo o vão entre 3,50 a 5,50 metros. Nestes elementos, eram apoiados os barrotes que por sua vez suportam o sobrado. O sobrado era constituído por tábuas até 40 centímetros de largura encaixadas e a meio fio e pregadas. Apenas se encontravam barrotes a ligar os tabiques e a rematar o estuque. Os troncos encaixavam diretamente na parede até 25 centímetros.

Tanto o pavimento térreo como o balcão eram feitos com grandes lajes de pedra "bem talhada", com dimensão de 15 centímetros, assentes em terra batida. Por vezes, os pavimentos eram simplesmente Pavimento de Terra batida também denominado por "Entijolado".

2.1.6 Cobertura

As coberturas das habitações açorianas são tipicamente de duas ou quatro águas revestidas a telha de meia-cana, a telha regional, com beirado simples nas construções mais singelas, enquanto que nas construções mais ricas e elaboradas poder-se-ia encontrar beiral duplo ou mesmo triplo.

No que diz respeito à estrutura em madeira, foram utilizadas várias tipologias tendo em conta as posses do proprietário da edificação e as dimensões da mesma.

Relativamente aos telhados, em habitações rurais de pequeno porte era usual o tipo de cobertura "em tesoura". Este sistema apresentava duas pernas de asna para suporte das madres e barrotes do telhado, estando ligadas entre si em tesoura na cumeeira e apoiadas no frechal embebido no coroamento das paredes opostas. Para conferir maior resistência às cargas horizontais criadas pelas asnas, as paredes opostas estavam ligadas entre si por tirantes colocadas na horizontal e com as extremidades apoiadas no bordo superior das paredes opostas. Estas desempenhavam uma função de cinta estrutural.

Outro sistema muito comum na região era a cobertura francesa, a qual se crê ter sido introduzida em Portugal em meados do século XVI, tratando-se de uma estrutura autoportante, na qual assentava diretamente nos frechais[9]. Esta solução apresentava asnas simples, ou seja, constituídas apenas por duas pernas ligadas na base por uma linha,

[9] Cf. Martins *et. al*, 2013: 3-4.

fazendo parte consolidante da asna e prescindindo de tirantes. No telhado à francesa, as madres são substituídas por trouxas, elementos que têm a função de travamento das asnas no seu plano.

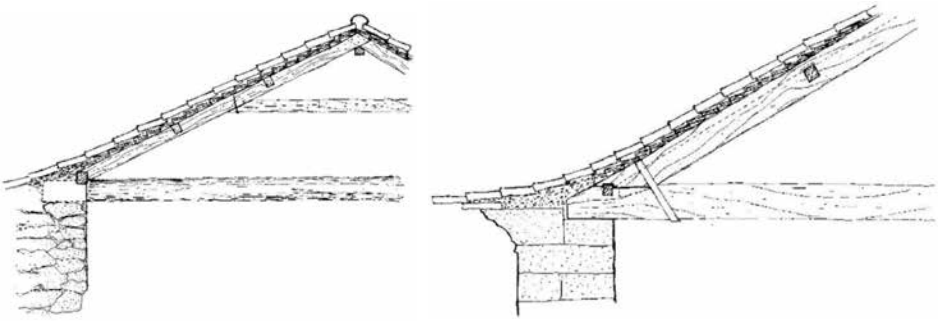


Figura 2. Estrutura de telhado em tesoura (esquerda) e estrutura de telhado à francesa (direita).
Fonte: Oliveira, et.al, 1992.

Uma variação do telhado à francesa é a cobertura "a cavalo" que recorre do mesmo princípio introduzindo elementos verticais, como o pendural e escoras.

Típica em construções nobres e igrejas, a cobertura em caixotão apresenta quatro águas, com traves em tesoura e travados no terço superior com uma meia linha horizontal. Regista-se a presença de tirantes suplementares a 45º nos cantos da casa. Em geral, dispõem de guarda-pó em "tabuado trincado", isto é, com sobreposição de parte da tábua de forro, com acabamento por baixo em forro com a forma do caixotão.

As principais diferenças nas construções de monumentos como as igrejas, quando comparados com os edifícios de cariz habitacional, residem na qualidade dos materiais e técnicas utilizadas, como é exemplo a preferência pela parede de pedra emparelhada e os tetos em caixotão.

3. Caso de Estudo: Ermida de Santa Margarida, Porto Martins

A ermida de Santa Margarida situada no Porto Martins, mais precisamente no largo Comendador Pamplona, faz parte de um conjunto edificado, cujo mapeamento e levantamento foi realizado em 1999 no âmbito do *Inventário do Património Imóvel dos Açores*.

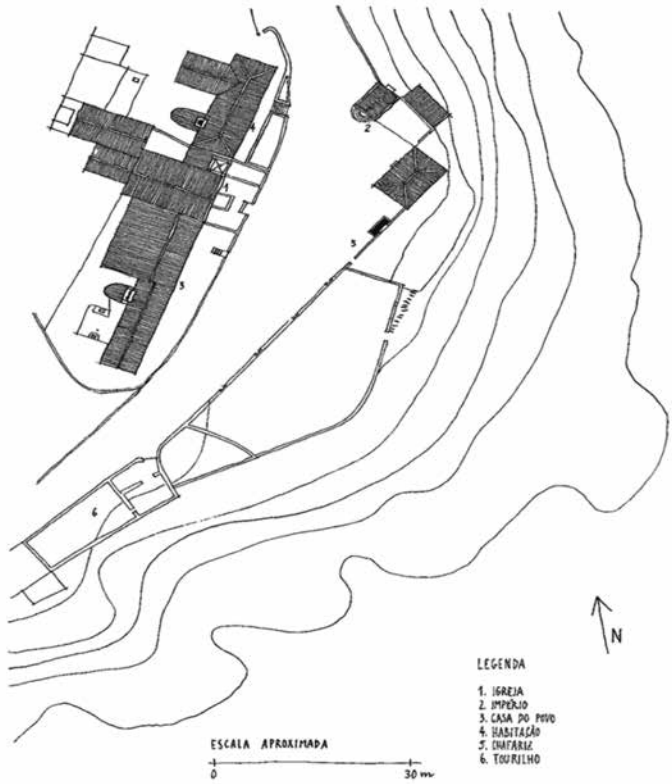


Figura 3. Planta esquemática do conjunto edificado do Largo Comendador Pamplona.
Fonte: Praia da Vitoria: Terceira | Inventário do Património Imóvel dos Açores

A edificação em análise é composta pelo corpo principal, ao qual encosta a capela-mor. Acostado à fachada lateral direita, encontram-se a torre sineira (na continuidade da fachada) e o respetivo corpo da escada de acesso. A sacristia une-se à fachada lateral direita da capela-mor. Na fachada principal, estão rasgados seis vãos, todos com cornija sobre a verga, sendo que no piso térreo existem duas janelas e a porta principal e no piso superior as janelas são de peito com pequenas guardas em ferro fundido. O cimo da fachada é rematado por uma cornija até à torre sineira e na outra extremidade é coroada por um pináculo. É possível avistar uma cartela com a data "1901" com um óculo circular acima e no topo uma cruz. Há ainda uma lápide retangular em mármore, com a inscrição "GRATIDÃO / AO EXº COMMENDADOR / J. C. PAMPLONA / OS POVOS DO PORTO MARTINS / 1902"[10].

[10] Cf. Bruno, 2004: 92.

Figura 4. Fachada principal da atual Igreja Paroquial do Porto Martins.
Fonte: Foto © GTPV/Wikimedia Commons

As coberturas dos corpos são de duas águas em telha regional, rematada por beiral simples, exceto a torre sineira. Esta é de planta quadrangular com vãos em arcos de volta perfeita sobre impostas. No topo, é rematada por uma cornija encimada por pináculos nos cantos. A cobertura é em cúpula em formato de "barrete de clérigo".

Quanto ao espaço interior, a igreja é composta por uma nave separada da capela-mor por um arco de volta perfeita. Existe um púlpito do lado do evangelho e um coro alto sobre a entrada.

Com base num documento encontrado no fundo documental da Junta de Paróquia do Cabo da Praia, tornou-se possível analisar o processo de edificação do templo religioso em questão[11]. O detalhe do referido documento é revelador das técnicas de construção levadas a cabo para a esta edificação, assumindo-se como mote para se analisar os processos de edificação que caracterizaram a realidade da construção no despontar do século passado.

Trata-se de um meticuloso documento que planifica as etapas de construção do templo, assim como os materiais e técnicas a utilizar, assumindo-se, à partida, como um guião onde se encontram os trâmites que foram encetados no processo de edificação do templo.

[11] BPARLSR, *Junta de Paróquia do Cabo da Praia*, "Projeto e Orçamento para a reconstrução da Ermida de Santa Margarida do Logar do Porto Martins da Ilha Terceira", cx.3, doc. s/n.º, cx. 3, 7 de julho de 1900. Este documento é assinado por João Batista Freire de Freitas (condutor de 1.ª classe).

3.1 Demolição, escavação e fundações

Os trabalhos de demolição foram realizados com o aproveitamento da alvenaria e cantaria que se encontrava em bom estado, removendo-a com cuidado. Na parte da cobertura, procedeu-se ao levantamento da telha, asnas e restantes madeiramentos. Após estes trabalhos, escavou-se toda a área da ermida e da zona a ampliar até meio metro de profundidade para nivelamento do terreno e abriu-se os caboucos com 1,20 metros de largura e 60 centímetros de altura para execução dos alicerces.

Para execução dos alicerces, foi confecionada uma argamassa de regularização com areia e cal (traço 2:1) de 5 centímetros, estendida à medida que se realizavam os restantes trabalhos de fundação para não secar. A alvenaria era molhada antes de se assentar e batida para refluir argamassa nas juntas, fazendo-se o enchimento interno com pedra dura de preferência com favos. As juntas de ligação da alvenaria eram preenchidas com argamassa, sendo estas apertadas por "rachamento" de pedra dura batida para trancar umas com as outras, por forma a constituir um único bloco.

3.2 Assentamento de alvenaria e cantaria

A alvenaria foi limpa ou desbastada na estância e molhada no momento do emprego para que as superfícies ficassem limpas e húmidas. Encheu-se o leito com argamassa onde se assentou a alvenaria, batendo-a para fazer refluir a argamassa e calcando-a depois com lascas de pedra dura batidas a martelo para que não ficasse espaço algum vazio, nem pedras mal assentes ou oscilantes, ou, ainda, intervalos consideráveis cheios unicamente com argamassa.

Picou-se a argamassa da fiada inferior, a fim de tornar a superfície irregular e limpou-se a pedra que recebia a cantaria e, depois de a humedecer bem, estendeu-se uma camada de argamassa com espessura conveniente. Uma vez limpa e humedecida, colocou-se a pedra de cantaria a nível sobre o leito, batendo-a de modo a fazer refluir a argamassa.

O assentamento das pedras das diferentes fiadas foi feito de modo a que juntas verticais de 2 fiadas consecutivas não distanciassem no máximo 25 centímetros entre si. A largura das juntas dos leitos foi de 5 milímetros no máximo e de 3 a 5 milímetros nas juntas verticais. Para as juntas verticais com vazios empregava-se algumas lascas de pedra (rípios).

O adro foi construído à frente da nova ermida com 50 metros quadrados de superfície com calçada portuguesa e com muros de 1,20 metros de altura e 60 centímetros de espessura coroados em cantaria.

3.3 Vigamentos e madeiras aplainadas

Todas as peças de madeira empregadas nos madeiramentos foram ligadas por entalhes com os dentes ou machos com uma espessura igual à terça parte da largura da face a que pertenciam e um comprimento duplo da espessura, todos fixos com cavilhas de carvalho, pregos ou ferragens de consolidação, embebidas na madeira, ficando à face desta. Nos entalhes em escora, compreendendo os dentes, o comprimento era igual a três vezes a largura da face em que era traçada. Todas as faces dos entalhes ficaram pintadas a óleo ou alcatroadas a duas demãos.

As porções de vigas ou outras peças de madeira encastradas nas alvenarias foram previamente pintadas a óleo a duas demãos com zarcão e as peças expostas alcatroadas a três demãos.

Os sobrados foram construídos com tábuas de larguras iguais, aplainadas em ambas as faces e ligadas no sistema "macho-fêmea" ou a meio fio, tendo no primeiro caso 36 milímetros de espessura e 24 milímetros no segundo. Cada tábua foi pregada com dois pregos a cada viga sobre que assentar e com três nas extremidades.

Os tetos de madeira foram constituídos por tábuas com 14 milímetros de espessura e aplainadas na face visível para serem forradas e moldadas.

3.4 Rebocos, guarnecimentos e caiação

Os rebocos exteriores e interiores foram precedidos de um encasque, depois das alvenarias estarem suficientemente secas e as juntas limpas, regando-se depois a superfície dos paramentos. A argamassa empregue nos rebocos foi idêntica à utilizada na execução de alvenarias.

Os guarnecimentos a branco foram feitos com duas camadas de cal com areia fina e a segunda só cal, sendo as caiações sobre os rebocos realizadas a 3 demãos.

Os estuques foram realizados apenas na capela-mor com ripas de pinho da terra e cal. O teto da mesma foi executado com "barrotame" (cambotas) de pinho de flandres e estuque com cal e pelo animal, de forma a formar o arco.

No pavimento da sacristia foi aplicado ladrilho mosaico.

3.5 Portas e janelas

As portas foram engradadas com travessas à cola, aplainadas em ambas as faces e ligadas por entalhes colados. As janelas de dois batentes foram bem fechadas hermetica-

mente com aros com 4 centímetros de largura por 5 centímetros de espessura, engradados e seguros à cantaria por meio de parafusos nela chumbados. Os peitoris ficaram com 22 centímetros de largura por 30 centímetros de espessura arredondadas no bordo exterior e com bucal a meio. Os caixilhos de vidraças apresentavam 55 milímetros de largura de 30 milímetros de espessura, os pinázios da mesma espessura com 17 milímetros largura, ligados perfeitamente aos caixilhos.

3.6 Telhados

Foi reaproveitada a telha da anterior ermida existente, sendo adquiridas as peças em falta nos fornos da Praia da Vitória e da Vila de São Sebastião. Toda ela tricou pelo menos 7 centímetros, ficando de 4 em 4 metros quadrados uma telha ventiladora, tendo-se antes pregado ripas no guarda-pó no sentido longitudinal com intervalos para completa ventilação.

3.7 Mapa de Medições

No projeto encontra-se o mapa de medições para a execução dos trabalhos (anexo III), sendo possível considerar alguns detalhes sobre a prossecução dos trabalhos encetados.

Com efeito, no corpo principal da ermida demoliram-se as paredes de fachada, a parede lateral leste e a parede posterior, preservando-se a situada a oeste[12]. As três paredes que constituíam a capela-mor foram demolidas e a sacristia foi parcialmente derrubada, preservando-se a parede oeste.

As escavações para a execução das fundações (alicerces) foram contabilizadas com 15 centímetros de profundidade que, somando à escavação geral, perfaz 65 centímetros, mais 5 do que o apontado na memória descritiva.

As paredes de alvenaria construídas apresentavam espessuras diferentes, visto que a parede da fachada principal tem uma expressão de 95 centímetros e as paredes laterais do corpo principal 70 centímetros. As restantes paredes da capela-mor e sacristia apresentam valores de 50 e 60 centímetros para a espessura das mesmas. As cantarias foram

[12] Relativamente a esta parede, refira-se a existência de uma antiga porta que fazia ligação interna com uma casa de moradia que, à data da construção deste templo, pertencia aos herdeiros de José Coelho Branco. Aquando da realização destes trabalhos de construção, a Junta de Paróquia do Cabo da Praia não considerou legitimidade na manutenção desta ligação, uma vez que até àquela data o mesmo organismo tinha tolerado a existência desta comunicação, mas que a mesma não se revestia de direito do proprietário da casa ou dos seus herdeiros. Sendo assim, e até mesmo porque a porta existente ficara reduzida em altura, por via da elevação do pavimento com as obras de reedificação da ermida, a mesma foi definitivamente encerrada com o material de construção, Cf. BPARLSR, *Junta de Paróquia do Cabo da Praia*, Livro de Actas (1894-1913), ata de 30 de março de 1902, fls. 45-45v.

empregues na execução de cunhais, degraus, cimalhas e nos vãos, formando vergas, peitoris, ombreiras e soleiras. A cúpula da torre sineira foi feita em cantaria.

Para a cobertura, realizada em tesoura, recorreu-se a tirantes não só para sustentação das paredes às cargas horizontais, mas também foram aplicados para suporte do pavimento do coreto/coro alto com secção de 20 centímetros por 20 centímetros. Os frechais, madres e pau-de-fileira (cumeeira) apresentaram uma secção de 10 centímetros por 15 centímetros e as pernas de asna 15 centímetros por 20 centímetros. O barrotado foi aplicado para suporte dos sobrados e para os telhados, apresentando secção quadrada de 7 centímetros.

3.8 Orçamento

O orçamento realizado para a obra encontra-se discriminado no anexo IV. O valor total da obra cifrou-se em cerca de três contos e seiscentos mil reis (moeda forte).

Do total orçamentado, os trabalhos com maior peso estão compreendidos no capítulo 2 correspondendo às escavações e assentamentos de alvenaria e cantaria com um peso de 39,63% no valor global da obra. Dentro deste capítulo, o trabalho com maior peso é o assentamento de alvenaria ordinária no valor de um conto e trezentos e um mil e quinhentos e setenta e sete réis.

Analisando os documentos existentes sobre a reconstrução da Ermida, é possível inferir que, de um modo geral, a obra foi desenvolvida dentro dos padrões que se tem conhecimento relativamente à forma de construir até metade do século XX, época onde o betão armado começou a ganhar protagonismo.

Um pormenor relevante refere-se à camada de argamassa introduzida antes da execução dos alicerces, que se assemelha ao betão de limpeza realizado atualmente para execução das fundações com uma espessura semelhante (5 centímetros). O propósito destas camadas é o mesmo para regularização da superfície.

Outro ponto a destacar é a espessura das paredes do corpo principal da ermida. Estas apresentam, conforme dito anteriormente, espessuras superiores aos três palmos (+/- 65 centímetros) que constitui a medida convencional para edifícios de habitação.

Os madeiramentos da cobertura apresentam as dimensões usuais para a época, sendo a cobertura desprovida de meia linha (mais conhecido por *olivél*). Seria expectável a presença destes elementos para consolidação da resistência às cargas horizontais e para execução dos tetos em caixotão, mas, ao invés, optou-se pela cobertura em tesoura apenas com recurso aos tirantes, talvez pelas dimensões reduzidas da igreja.

Por fim, a cúpula realizada em cantaria segue os princípios construtivos utilizados desde há muito na arquitetura religiosa açoriana.

4. Abertura do novo templo ao culto

A 17 de maio de 1902, realizou-se a sessão oficial de inauguração do novo edificado religioso com a sua bênção pelo Vigário capitular da Sé de Angra José dos Reys Fischer.

Na descrição do cenário desta ocasião solene, é dado destaque para a capela-mor com um altar preparado com pedra d'Ara, um sacrário e, sobre uma peanha, uma nova imagem de Santa Margarida (a qual havia substituído a antiga existente), oferecida, conjuntamente com as imagens de Nossa Senhora da Conceição e de São José, pelo benemérito José Coelho Pamplona[13]. Realça-se também a grade de balaustres que servia de linha divisória à capela-mor e ao corpo da igreja, um púlpito, um coreto e duas pias de água benta em feitio de concha[14].

Assistiram ao ato da bênção grande número de presbíteros, que entoaram salmos e preces, o comendador José Coelho Pamplona, a comissão encarregada pela execução da obra e muitos fiéis[15].

A despesa feita com a festa e abertura do templo incluiu o pagamento aos sacerdotes presentes, a aquisição de foguetes e gratificação do tesoureiro, rondando os 7$105 réis. Excetua-se o pagamento ao vigário do Cabo da Praia, o qual ofereceu os seus honorários ao novo templo. Ainda no que se refere a donativos, realce para a angariação de dinheiro pela venda de trigo no valor de 24$065 réis, ofertado pelo povo do Porto Martins, Ribeira Seca de Baixo e *alguns cavalheiros* da Vila da Praia da Vitória[16].

Nesse ano, a procissão e a festa teve lugar a 8 de agosto de 1902. Este facto que parece fundamentar-se no retorno, em finais de agosto desse ano, de José Coelho Pamplona ao Brasil.

Ainda antes da sua partida, a Junta de Paróquia do Cabo da Praia entregou uma cópia da ata, onde é apresentado um voto de louvor ao comendador e à sua esposa, agraciando-os com o título de beneméritos daquela freguesia.

---

[13] Foram também financiados diversos paramentos, mandados vir de Lisboa, em damasco de seda, obedecendo às diversas cores da liturgia católica, Cf. O Peregrino de Lourdes, Angra do Heroísmo, nº 720, 30 de agosto de 1902.

[14] BPARLSR, *Junta de Paróquia do Cabo da Praia*, "Auto da Visita e Bênção da Capela de Santa Margarida do Logar do Porto Martins, freguesia do Cabo da Praia, Ilha Terceira", cx.3, doc. s/n.º, 17 de maio de 1902. Este auto foi assinado por António da Paula Carvalho, comendador José Coelho Pamplona, Manuel Homem de Meneses e Manuel Coelho Ribeiro.

[15] Idem.

[16] O Peregrino de Lourdes, Angra do Heroísmo, nº 720, 30 de agosto de 1902.

Na parte final da ata, é referido o seguinte:

> «se porventura suas Ex.ªs sofreram alguma desagradável contrariedade, encontrando no seu luminoso caminho de bem-fazer algum ingrato, não sirva isso, encarecidamente o implora a junta e com ela os povos reconhecidos – para lhes entibiar o ânimo e amortecer o desejo de velar carinhosamente pela conservação dos monumentos, que suas ex.as que aqui fundaram, considerando unicamente que a capela é destinada para habitação de Deus, e a escola para as crianças, de quem nunca adveio prejuízo nem agravo para alguém, e atendendo também e principalmente que somos frutos concebidos nas angústias do calvário e discípulos dum Deus crucificado»[17]

Os atos de benemerência, com especial enfoque para os encetados por quem emigrou para outras paragens geográficas e lá fez fortuna, constituem um importante aspeto considerar. Se por um lado atestam a ligação à terra que lhes serviu de berço, por outro afiguram-se como um meio de afirmação e ascensão na sociedade de origem, fruto do seu desempenho nas terras de acolhimento. Com efeito, José Coelho Pamplona é um desses casos, tendo potenciado vários melhoramentos na sua localidade de origem em vários domínios, figurando atualmente em alguns marcos presentes na atual freguesia do Porto Martins, nomeadamente na toponímia, perpetuando-se a memória dos atos de benemerência que empreendeu.

O enaltecimento pelos melhoramentos levados a cabo numa localidade pequena como era o Porto Martins no dealbar do século XX, refletem a condição dos povos insulares com particular incidência para lugares periféricos como o caso em apreço bem o ilustra, denunciando a sua vulnerabilidade no domínio das estruturas comunitárias. Com efeito, isto reflete a grande dificuldade dos organismos públicos fazerem face a questões estruturais para o bem-estar dos povos.

5. Considerações finais

Ao assentarmos a nossa análise sobre o assunto em apreço, são levantadas questões sobre a importância da preservação da memória coletiva que está diretamente ligada à salvaguarda do património religioso da ilha Terceira. As igrejas, impérios e outras marcas da religiosidade espalhadas por toda a ilha são representações materiais que integram o panorama dos espaços humanizados. A memória da arquitetura cumpre o papel de reproduzir as experiências construídas por uma sociedade, que corporizam traços culturais denunciadores de perspetivas sobre o mundo conhecido de então com

[17] Cf. BPARLSR, *Junta de Paróquia do Cabo da Praia*, Livro de Actas (1894-1913), ata de 24 de agosto de 1902, fls. 50-50v. A ata foi assinada pelos elementos da Junta de Paróquia e por mais cinquenta pessoas.

as várias condicionantes, nomeadamente sociais, económicas, religiosas, políticas, entre outras.

O estudo do projeto da reconstrução da Ermida de Santa Margarida e todo o contexto que lhe assistiu, permite um conhecimento mais aprofundado não só da forma de construir no passado, como também das intenções que sustentaram as escolhas feitas, bem como o impacto social desta iniciativa. Como monumento e peça central na vida religiosa de uma comunidade, o rigor da execução dos trabalhos tendia a ser mais aprumado quando comparada com os imóveis de habitação, não só pelo historial de catástrofes naturais, como também pelo peso da religião no quotidiano açoriano. A própria existência de documentação detalhada dos trabalhos poderá ser encarada como a confirmação desse mesmo rigor, concomitantemente como um manancial de informação pertinente para se considerar técnicas de construção atualmente em desuso.

De realçar, o reaproveitamento da alvenaria e cantaria que se encontrava em bom estado, que demonstra a sustentabilidade da forma de construir açoriana no passado, por força das dificuldades não só económicas, mas também logísticas que pautavam o quotidiano arquipelágico açoriano.

A forma e o contexto em que foi reconstruída a denominada Ermida de Santa Margarida denotam preocupações e perspetivas do dealbar do século passado, e que integram o nosso património material. A salvaguarda destes legados revela uma atitude de preservação da identidade patrimonial e cultural da atual freguesia do Porto Martins. Simultaneamente, revela o desvelo da benemerência e o impacto em termos sociais de iniciativas particulares em prol de um serviço público numa sociedade insular com forte enraizamento religioso.

Anexos

Anexo I

Recursos naturais e sua aplicação.

Recursos Geológicos	Emprego na Construção
Basalto	Alvenarias; cantaria; revestimento de vias; guias e pedras de passeios; agregado para betões; lintéis, ombreiras, pavimentos.
Traquitos	Cunhais; cantaria; lintéis; ombreiras; escultura; adornos de passeios.
Ignimbritos	Cunhais; cantaria; lintéis; ombreiras, pavimentos; lintéis; escultura.
Tufos	Blocos; argamassas.
Pedra-Pomes	Agregado para betões leves; fabrico de blocos.
Areias	Argamassas.

Anexo II

Tipos de argamassas consoante sua aplicação e constituição.

Tipo	Constituição	Aplicação
Ligação	Barro, areia-da-terra e água. Ocasionalmente cal apagada.	Reboco de paredes, execução das "camas", do encascado. Preenchimento de alvenarias.
Gordas (presa lenta, grande resistência)	Barro, areia, cal viva e óleo (baleia, linhaça ou azeite). Ocasionalmente pozolanas.	Refechamento de juntas.
Revestimentos	Cal e areia. Por vezes cabelo ou crina.	Fasquiados dos tabiques e rebocos.

Anexo III

Mapa de Medições transcrito

Designação das obras	N.º de partes	Dimensões (em metros)				Produto		
		Comprimento	Largura	Altura	Espessura	Em metros correntes	Em metros quadrados	Em metros cúbicos
Levantamento do telhado								
Corpo da Ermida	2	9,32	3,70				68,97	
Capela-mor	2	5,00	3,40				34,00	
Sacristia	2	4,30	3,50				30,10	
Superfície							**133,07**	
Levantamento do teto e solho								
Tetos e guarda-pó							133,07	
Solhos								
Corpo da Ermida	1	9,32	5,17				48,18	
Capela-mor	1	3,75	4,10				15,37	
Sacristia	1	2,90	3,20				9,28	
Superfície							**205,90**	
Demolição de paredes de pedra e cal								
Fachada								42,80
Um muro lateral								34,00
Muro posterior								23,56
Dois muros da capela-mor								20,72
Sacristia								28,37
Superfície								149,45

(continuação)

Designação das obras	N.º de partes	Dimensões (em metros)				Produto		
		Comprimento	Largura	Altura	Espessura	Em metros correntes	Em metros quadrados	Em metros cúbicos
Dedução de Vãos de portas e janelas								12,29
Dedução de Cantaria								35,04
Total de Demolição de Alvenaria								**102,11**
Demolição de Cantaria já calculada								35,04
Escavação para os alicerces								
Fachada		10,50	0,95	0,15			9,98	1,496
Muro de Leste		11,50	0,70	0,15			8,05	1,207
Sineira		3,50	0,50	0,15			1,75	0,262
Sacristia		14,50	0,50	0,15			7,25	1,087
Capela-mor		17,50	0,60	0,15			10,50	1,575
Escadas para Sineira		4,75	1,00	0,15			4,75	0,712
Volume								**6,339**
Alvenarias a Construir								
Fachada	1	8,40	0,95	8,00			7,98	63,84
	1	8,40	0,95	1,30			7,98	10,37
Parede do Oeste	1	12,40	0,70	3,50			8,68	30,38
Parede de Leste	1	12,40	0,70	8,00			8,68	69,44
Capela-mor								
Paredes Laterais	2	6,10	0,60	8,60			3,66	31,48
F. Posterior	1	5,00	0,60	8,60			3,00	25,80
	1	5,00	0,60	1,10			3,00	3,30
Sacristia								
Paredes de Norte e Sul	2	4,50	0,60	4,85			2,70	13,10
Parede de Leste	1	6,50	0,60	4,00			3,90	15,60
Sineira								
Muro em volta		4,95	0,50	8,00			2,48	19,80
Soma								283,11
Dedução de Vãos de portas e janelas								33,84
Dedução de Cantaria								6,52
Volume de Alvenaria a construir								**242,74**
Cantaria a Construir								
Porta Principal								
Soleira	1	2,00	0,95	0,20			1,90	0,380
Ombreira	1		0,95	3,33	0,20		3,16	0,633
Verga	1	2,00	0,40	0,30			0,80	0,240

(continuação)

Designação das obras	N.º de partes	Dimensões (em metros)				Produto		
		Comprimento	Largura	Altura	Espessura	Em metros correntes	Em metros quadrados	Em metros cúbicos
Portas Laterais								
Soleira	3	1,80	0,70		0,20		1,26	0,250
Ombreira	3		0,70	2,50	0,20		1,75	0,350
Verga	3	1,80	0,30		0,30		0,54	0,162
Porta da Sineira e Quintal								
Soleira	2	1,00	0,70		0,20		0,70	0,140
Ombreira	2		0,70	2,20	0,20		1,54	0,308
Verga	2	1,00	0,30		0,30		0,30	0,090
Janelas da Fachada								
Peitoril	5	1,70	0,95		0,20		1,62	0,323
Ombreiras	5		0,95	2,25	0,20		2,14	0,427
Vergas	5	1,80	0,40		0,20		0,72	0,144
Janelas								
Peitoril	7	1,50	0,70		0,20		1,05	0,210
Ombreiras	7		0,70	2,00	0,20		1,40	0,280
Vergas	7	1,50	0,30		0,30		0,45	0,135
Cunhais	3		0,35	8,00	0,20		2,80	0,560
Chapa Cunho		2,60		1,20	0,20		3,12	0,624
Chapa Cunho		2,60		1,20	0,20		3,12	0,624
Cunhais	4		0,40	8,00	0,20		3,20	0,640
Cantaria a deduzir da Alvenaria								6,520
Frontão	1	4,00	0,30	0,60			1,20	0,720
Sem	1	8,10	0,30	0,30			2,43	0,729
Cimalha da Sineira	4	2,50	0,30	0,30			0,75	0,225
Acrotérios	6		0,35	1,50	0,35		0,53	0,184
Peanha	1		0,60	0,70	0,60		0,42	0,252
Cúpula da Sineira								2,000
Volume da Cantaria								**10,630**
Rebocos, Guarnecimentos e Caiação								
Fachada	2						85,74	
Sineira	2						43,20	
Escada para a sineira	1						6,56	
Paredes Laterais	4						377,33	
Paredes Laterais da Capela-mor	4						193,50	
Paredes Posteriores da Capela-Mor	2						93,24	

(continuação)

Designação das obras	N.º de partes	Dimensões (em metros)				Produto		
		Comprimento	Largura	Altura	Espessura	Em metros correntes	Em metros quadrados	Em metros cúbicos
Parede posterior frente	4						52,74	
Paredes lateral da sacristia	2						48,00	
Superfície							**900,31**	
Pavimento, ladrilho mosaico								
Sacristia		5,50	4,00				22,00	
Superfície							**22,00**	
Telhado a Construir								
Corpo da Igreja	2	11,50	5,00				57,50	
Capela-mor	2	6,00	5,00				30,00	
Sacristia	2	6,50	3,00				19,50	
Superfície							**107,000**	
Degraus de Cantaria								
Com a Sineira	18	0,70				12,60		
Na Porta Principal	1	3,00				3,00		
Na Porta Principal	1	2,20				2,20		
Na Porta Principal	1	1,40				1,40		
Metros						**19,20**		
Escada de Madeira								
Para o Púlpito	14		0,60	0,18		2,52		
Metros						**2,52**		
Escada em Hélice						**4,50**		
Guarda-pó								
Superfície							**107,000**	
Soalho a Construir								
Corpo da Igreja	1	11,00	7,00				77,00	
Capela-mor	1	5,50	5,00				27,50	
Coreto	1	7,00	2,50				17,50	
Superfície							**122,000**	
Vigamentos								
Corpo da Igreja	5	11,00	0,15	0,20			1,65	1,650
Capela-mor	5	5,50	0,15	0,20			0,83	0,825
Coreto	2	7,20	0,20	0,20			1,44	0,576
Pau de Filheira	1	17,40	0,10	0,15			1,74	0,261

(continuação)

Designação das obras	N.º de partes	Dimensões (em metros)				Produto		
		Comprimento	Largura	Altura	Espessura	Em metros correntes	Em metros quadrados	Em metros cúbicos
Pau de Filheira	1	5,80	0,10	0,15			0,58	0,087
Madres	4	17,40	0,10	0,15			1,74	1,244
Madres	2	5,80	0,10	0,15			0,58	0,174
Frechais	2	17,40	0,10	0,075			1,74	0,260
Frechais	2	5,80	0,10	0,075			0,58	0,086
Frechais	2	7,20	0,10	0,075			0,72	0,108
Frechais	2	4,20	0,10	0,075			0,42	0,062
Barrotado								
Corpo da Igreja	76	1,50	0,07	0,07			0,11	1,293
No Coro	28	2,50	0,07	0,07			0,18	0,343
Capela-mor	88	1,20	0,07	0,07			0,08	0,517
No tecto da Igreja	264	1,40	0,07	0,07			0,10	1,811
No tecto da capela-mor	132	1,40	0,07	0,07			0,10	0,905
No tecto da Sacristia	88	1,30	0,07	0,07			0,09	0,560
Volume								**10,362**
Estuque no tecto da capela-mor	2	5,50	3,75				20,62	
Superfície							**20,62**	
Asnas	13							
Colunas para sustentar o coreto	2		0,40	4,00	0,40		1,60	0,640
Volume								**0,640**
Ventiladores	5							
Cruz de Ferro	1							

Fonte: BPARLSR, *Junta de Paróquia do Cabo da Praia*, "Projeto e Orçamento para a reconstrução da Ermida de Santa Margarida do Logar do Porto Martins da Ilha Terceira", cx.3, doc. s/n.º, cx. 3, 7 de julho de 1900.

Anexo IV

Orçamento transcrito

Capítulo	Artigo	Designação das Obras	N.º dos detalhes	Quantidades	Preço das unidades	Importância	
						Por Capítulo	Por Capítulo
1º							
	1º	Levantamento do telhado	1	133,07	0$025	3$327	
	2º	Levantamento dos tectos	2	133,07	$150	19$960	
	3º	Levantamento do soalho	2	72,830	$150	10$924	
	4º	Demolição da alvenaria	3	102,113	$460	46$972	
	5º	Demolição da cantaria	4	35,043	1$505	52$740	
							133$923
2º							
	1º	Escavação para os alicerces	5	6,339	$516	3$271	
	2º	Alvenaria Ordinária	7	242,741	5$362	1:301$577	
	3º	Cantaria em cunhais, portas, janelas e cimalhas	9	10,630	9$460	100$560	
	4º	Cantaria em degraus	15	19,200	1$110	21$312	
							1:426$720
3º							
	1º	Reboco	16	900,310	$164	147$651	
	2º	Guarnecimentos	17	900,310	$120	108$037	
	3º	Caiação	18	900,310	0$030	27$009	
							282$697
4º							
	1º	Ladrilho mosaico	10	22,000	1$640	36$080	
							36$080
5º							
	1º	Telhado	19	107,000	$624	66$768	
	2º	Guarda-pó	20	107,000	$990	105$930	
							172$698
6º							
	1º	Vigamentos	11	10,362	36$340	376$555	
	2º	Solhos	13	122,000	1$200	146$400	
	3º	Escada de madeira	21	2,520	5$230	13$180	
	4º	Asnas	14	13,000	2$550	33$150	
	5º	Escada em Hélice	27	4,500	5$650	25$425	
	6º	Colunas	11	0,640	36$340	23$258	
	7º	Estuque		20,620	0$492	10$145	
							628$113

(continuação)

Capítulo	Artigo	Designação das Obras	N.º dos detalhes	Quantidades	Preço das unidades	Importância	
						Por Capítulo	Por Capítulo
7º							
	1º	Porta Principal	23	1,000	16$288	16$288	
	2º	Dª lateral	24	1,000	13$844	13$844	
	3º	Vidraças - frente	25	5,000	11$320	56$600	
	4º	Dª laterais	26	7,000	11$320	79$240	
							165$972
8º							
	1º	Varandins de ferro	28	3,000	5$000	15$000	
	2º	Ventiladores	28	5,000	3$500	17$500	
	3º	Cruz de ferro	28	1,000	12$000	12$000	
							44$500
9º							
	1º	Retábulo da capela-mor e de dois altares	29			400$000	
	2º	Pintura a óleo em todo o edifício	30			180$000	
	3º	Madeiras para andaimes e acabadura				129$299	
							709$299
Soma Moedas Fortes							3:600$000
Importa o presente orçamento na quantia de três contos e seiscentos mil reis moeda forte.							

Fonte: BPARLSR, *Junta de Paróquia do Cabo da Praia*, "Projeto e Orçamento para a reconstrução da Ermida de Santa Margarida do Logar do Porto Martins da Ilha Terceira", cx.3, doc. s/n.º, cx. 3, 7 de julho de 1900.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro

Junta de Paróquia do Cabo da Praia, "Despesa que se fez com os carros que conduziram os materiais da Vila da Praia para a ermida de Santa Margarida do Logar do Porto Martins", cx.3, doc. 0004, 26 de maio de 1851.

Junta de Paróquia do Cabo da Praia, "Inventário dos paramentos, vasos sagrados, alfaias e mais utensílios pertencentes à Igreja Paroquial de Santa Catarina do Cabo da Praia e Ermida sufragânea de Santa Margarida do Porto Martins", Livro dos inventários da Parochial do Cabo da Praia (1878 – 1896), cx.4, 1 de junho de 1878.

Junta de Paróquia do Cabo da Praia, "Projeto e Orçamento para a reconstrução da Ermida de Santa Margarida do Logar do Porto Martins da Ilha Terceira", cx.3, doc. s/n.º, 7 de julho de 1900.

Junta de Paróquia do Cabo da Praia, "Auto da Bênção e Lançamento da primeira pedra da nova Capela de Santa Margarida do Logar do Porto Martins, freguesia do Cabo da Praia, Ilha Terceira", cx.3, doc. s/n.º, 23 de abril de 1901.

Junta de Paróquia do Cabo da Praia, "Auto da Visita e Bênção da Capela de Santa Margarida do Logar do Porto Martins, freguesia do Cabo da Praia, Ilha Terceira", cx.3, doc. s/n.º, 17 de maio de 1902.

Junta de Paróquia do Cabo da Praia, Livro de Actas (1894-1913).

Bibliografia e webgrafia

Peregrino de Lourdes (O), Angra do Heroísmo, 1902.

BRUNO, Jorge A. Paulus (coord.), Praia da Vitória | Terceira: *Inventário do Património Imóvel dos Açores*, Angra do Heroísmo, Direção Regional da Cultura/Instituto Açoriano de Cultura/ Câmara Municipal da Praia da Vitória, (2004).

MARTINS, João CARLOS Sarrazola; GAGO, António Sousa; CALDAS, João Vieira; OLIVEIRA, Lina "Telhados e tectos de asnaria, uma constante na construção portuguesa do gótico ao barroco", In *Anais do I Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira*, Rio de Janeiro, Pod Editora (2013).

OLIVEIRA, Carlos Sousa; LUCAS, Arcindo R. A.; GUEDES, José Henrique dos Santos Correia (eds) *10 anos após o sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Vol. 2, Lisboa, Governo Regional dos Açores e Laboratório Nacional de Engenharia Civil (1992).

https://commons.wikimedia.org/w/index.php?search=igreja+de+santa+margarida+&title=Special%3ASearch&go=Go&ns0=1&ns6=1&ns12=1&ns14=1&ns100=1&ns106=1#/media/File:Igreja_Porto_Martins.jpg (acesso em 2020-05-14)

ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO NA PRAÇA VELHA, ANGRA DO HEROÍSMO

Jorge Forjaz[*]
José Luís Neto[**]
Luís Borges[***]
Pedro Parreira[****]

Introdução

No âmbito do plano de atividades da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo previsto para 2019, estava prevista a alteração de uma rede viária, localizada em frente ao edifício camarário, junto à Praça Velha, no centro da urbe, com vista à implantação, nesse arruamento, de um palco/plataforma elevatória, para realização de espetáculos. A preparação dessa empreitada iniciou-se no segundo semestre de 2018.

A 8 de outubro desse mesmo ano, realizou-se uma reunião com vista a estabelecer condicionantes sobre o eventual impacto sobre o património arqueológico no decorrer dos trabalhos da obra. Nessa reunião, o Ex.mo Senhor Presidente da Câmara solicitou à Direção Regional da Cultura a disponibilidade para assegurar o acompanhamento arqueológico da empreitada, atendendo à inexistência de técnicos municipais especializados.

Metodologia

A metodologia de trabalho aplicada foi a convencionalmente utilizada em intervenções de acompanhamento arqueológico. Todos os trabalhos de escavação e remeximentos de terras foram realizados por retroescavadora e acompanhados por elementos

[*] Instituto Histórico da Ilha Terceira – Angra do Heroísmo.
[**] Direção Regional da Cultura dos Açores – Angra do Heroísmo.
[***] Direção Regional da Cultura dos Açores – Angra do Heroísmo.
[****] Direção Regional da Cultura dos Açores – Angra do Heroísmo.

da equipa de arqueologia, registados em memória descritiva e fotografia, com recurso a desenho técnico, quando necessário. Todos os desenhos foram posteriormente tratados, digitalmente pelo segundo signatário. A deteção de estruturas durante a intervenção obrigou a uma limpeza manual, com recurso a pico, colherim, picareta e pá, para registo fotográfico e em desenho técnico.

Quanto ao espólio arqueológico, a recolha do material foi feita de forma seletiva. Todo o material arqueológico exumado foi devidamente acondicionado *in situ*, etiquetado ordenadamente, com as informações da sua localização, data e camada estratigráfica, separados pela sua composição e respetivas subdivisões, de acordo com os princípios da conservação preventiva em vigor. Posteriormente, o material foi depositado em gabinete, na sede da Divisão do Património Móvel e Imaterial e Arqueológico, com vista à sua limpeza mecânica, marcação e inventariação. Atualmente, tal como acontece com o espólio proveniente de outras intervenções arqueológicas, na ilha Terceira, as peças integram a coleção do Museu de Angra do Heroísmo.

Descrição dos trabalhos de campo

Os trabalhos de preparação da empreitada iniciaram-se a 21 de janeiro de 2019, sendo que, nesse mesmo dia, começou a intervenção de acompanhamento arqueológico dos mesmos. A área total da intervenção correspondeu, sensivelmente, a um retângulo, com 8x6 metros, no lado sul do arruamento em frente ao edifício da Câmara Municipal, junto à esquina com a rua do Galo.

O trabalho efetuado na primeira semana consistiu na implantação de uma barreira de proteção da obra e respetivo estaleiro, com a colocação de taipais, que obrigaram à realização de escavações pontuais, para o assentamento das estruturas. Essas escavações foram acompanhadas pelos signatários, sendo efetuado o registo, em fotografia, sem que se tenham detetado quaisquer evidências arqueológicas, porquanto apenas atingiram profundidades de cerca de 0,50 metros.

No dia 11 de março, iniciou-se a empreitada propriamente dita, com recurso a uma retroescavadora, complementada pelo trabalho manual de três trabalhadores da empresa a quem foram adjudicados os serviços da obra, e devidamente acompanhada pelos signatários.

Figura 1. Primeira fase de escavação da empreitada, com retroescavadora.
Fonte: DRC Açores.

A primeira fase, que decorreu nesse primeiro dia, consistiu na remoção da calçada, designada como *piso 1*, e respetiva camada de assentamento do pavimento, *camada 1*, com um total de -0,20 metros de profundidade. Durante o acompanhamento, efetuou-se um registo técnico, em fotografia, não se verificando a presença de material arqueológico, porquanto se verificou que a camada de assentamento era constituída por areia fina e pó de pedra compactado.

Durante o dia 12 de março, a empreitada avançou, escavando a área poente, próxima à Praça Velha, através do recurso à maquinaria pesada, devidamente acompanhada pelos signatários. A escavação resultou na exumação de um conjunto de espólio arqueológico, acondicionado, *in situ*, para posterior tratamento em laboratório. Registou-se que a *camada* 2 correspondia a um conjunto de vários remeximentos de terras, que revelaram estratigrafia quase homogeneizada pelas numerosas intrusões, apresentando genericamente uma tonalidade castanha, com diferentes intensidades da cor, e pontualmente interrompida por bolsas de carvão e valas com entulho das últimas intromissões.

A escavação foi interrompida, a meio da manhã, aquando da deteção de uma aparente estrutura, a cerca de -1 metro de profundidade. Trabalhos de escavação manual, efetuados pela equipa de arqueologia, coadjuvados pelos aludidos trabalhadores, demonstraram que se estava perante um antigo pavimento de terra batida, compactada, que abrangia uma parte da zona nascente da área da empreitada, e que se encontrava, pontualmente, destruído por posteriores obras, maioritariamente de instalações de saneamento básico da cidade. Foi designado como *piso 2*.

Figura 2. Limpeza de estruturas. Pormenor do piso 2
Fonte: DRC Açores.

A limpeza e registo da estrutura revelou uma segunda ocorrência patrimonial, diretamente associada à mesma, a uma profundidade de cerca de -1,70 metros, que obrigou a uma nova intervenção manual. Identificou-se a segunda estrutura como sendo um antigo alicerce, identificando-se, ainda, o negativo da parede correspondente, no corte norte da área de intervenção. Caraterizou-se por ser constituído por pedras de grande calibre, aparelhadas com argamassa de cal, implantado no sentido nascente-poente, em associação ao *piso 2*. Durante a limpeza da estrutura, foi exumado um conjunto de espólio que permitiu inseri-la, cronologicamente, no primeiro quartel do século XVII, conforme se constatou na análise dos materiais. A observação permitiu constatar tratar-se de um alicerce de uma parede, mais concretamente uma esquina de um antigo edifício, ao qual o referido pavimento se articulava.

A empreitada voltou a ser interrompida, no dia 14 de março, atendendo à presença de várias tubagens, referentes a instalações elétricas, e de telecomunicações, na zona nascente da área de intervenção. Foram retomados os trabalhos de escavação na restante área, no dia 28, tendo-se detetado, à profundidade de -2 metros, o substrato geológico, designado por *camada 3*, onde o *alicerce* assentava.

Figura 3. Limpeza de estruturas. Pormenor do alicerce.
Fonte: DRC Açores.

No sábado, dia 30 de março, procedeu-se à continuação da obra, que decorreu sem acompanhamento arqueológico, porquanto não foi informada a equipa responsável. Verificou-se, posteriormente, que esses trabalhos destruíram, pelo menos, uma estrutura correspondente a um antigo canal de escoamento de águas, em alvenaria, localizado na extremidade sudeste. Constatou-se que foi escavada uma zona que abrangia cerca de metade da área total da intervenção, tendo-se perdido a oportunidade para acompanhar o processo e, eventualmente, retirar outras conclusões sobre a zona afetada.

Figura 4. Plano geral da área de intervenção. Pormenor da descoberta das estruturas, junto ao limite noroeste.
Fonte: Márcio Borges.

Objetivamente, esta última fase de remoção de subsolo foi realizada sem a presença da equipa de arqueologia no terreno.

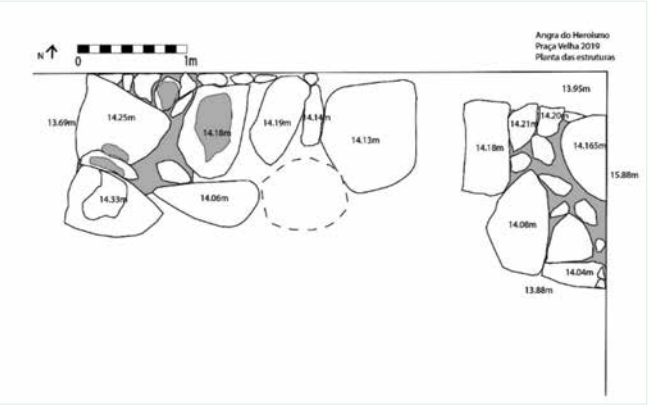


Figura 5. Implantação do alicerce e piso em plano parcial da área de intervenção, com cotas, tendo por base o ponto 0 apresentado na figura: 15,88 metros acima do nível do mar.
Fonte: DRC Açores.

Análise e interpretação

Figura 6. Representação da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo em painel de azulejos, na aclamação a D. João IV, em 1641.
Fonte: CMAH, Paulo Mendonça.

No total, a intervenção de acompanhamento arqueológico decorreu durante 7 dias úteis, terminando a 1 de abril de 2019, com a realização dos desenhos técnicos dos cortes estratigráficos. Permitiu tirar algumas conclusões acerca da potência estratigráfica da área de afetação da empreitada, e do seu enquadramento na evolução urbanística de Angra do Heroísmo. Permitiu, igualmente, registar a presença de um antigo canal de escoamento de águas, um antigo alicerce e um pavimento de terra batida, compactada. Atendendo ao nível de remeximento das terras correspondentes à *camada 2*, não foi possível retirar conclusões, no que respeita à evolução do espaço entre a implantação do antigo alicerce e do *piso 2*, e a sua atual configuração.

A área de afetação da empreitada enquadra-se, na malha urbana de Angra do Heroísmo, correspondente à primitiva praça central do povoado, elemento de articulação dos arruamentos que dali foram crescendo, ao longo do final da centúria de quatrocentos, e das seguintes. Refira-se que, nesse período embrionário, essa praça era de pequenas dimensões, correspondente, essencialmente, a uma extensão da rua Direita, principal via de ligação entre a urbe e as suas Portas do Mar. Atestando essa afirmação, verificamos, em representações da malha urbana, no século XVI, a existência do primitivo imóvel dos Paços de Concelho de Angra do Heroísmo, que nessa época se encontrava alinhado com a frente nascente voltada ao aludido arruamento[1].

A praça central ganha a sua nova configuração e dimensão, em 1611, quando terminam os trabalhos de edificação do novo imóvel dos Paços do Concelho, que recua, até próximo da sua atual área de implantação, autonomizando o rossio central. A praça passou a cumprir a funcionalidade de interligar os cruzamentos dos arruamentos centrais, nomeadamente, entre a rua da Sé e a rua Direita, e serve o propósito estético de enobrecer o edifício municipal, destacando-o na malha urbana.

É, precisamente, na área de implantação destes Paços do Concelho, que se encontra a zona afetada pela empreitada, onde foram detetadas as estruturas correspondentes ao antigo pavimento e alicerce de imóvel de dimensões monumentais.

A descrição deste novo edifício, e da praça e urbanização adjacente, encontra-se pormenorizada nos escritos de António Cordeiro[2]:

> "A praça pois que deixamos é um Rossio muito plano, e muito direito, em que se fazem os exercícios da milícia, e se correm todos os anos touros, tranqueiradas as ruas que à praça vêm. Nela estão os Paços do Senado da Câmara e do Tribunal da

[1] LEITE, 2014: 116.

[2] Nascido a 1641 e falecido a 1722, António Cordeiro escreve a sua mais famosa obra em 1717, onde descreve, de forma detalhada, a ocupação humana nos Açores, entre o século XV e o final do XVII. Não obstante ser, por vezes, considerado como um resumo do trabalho de Gaspar Frutuoso, na obra *Saudades da Terra*, os trabalhos de António Cordeiro são fundamentais para compreender a evolução urbanística do arquipélago, e a filosofia política que acompanhou a sua história. (ARRIMAR, 1984: 30-34).

> Justiça, e Audiência geral e as cadeias e enxovias de baixo e no meio uma alta torre de cantaria, e em cima os sinos e relógio da Cidade, com nobre mão para fora, que sempre mostra as horas que são; e por baixo desta torre as casas do carcereiro e presos menos culpado e mais nobres; e no canto para o Norte está o açougue comum da Cidade. Detrás deste edifício vai um pequeno campo ladeirento, por parte do qual desce uma boa ribeira, que vai lavando as cadeias e por baixo da praça, em abóbada passa o entremeio da rua direita e Santo Espírito, e vai despejar ao mar. E afirma Guedes, em a sua história, que os da governança da Cidade fizeram esta praça em 1610 e em 1611 levantaram os sobreditos Paços, torre e cadeias, e gastaram nove para dez mil cruzados, que mais em dobro custariam hoje; e devem alargar mais para trás o edifício da pública Audiência e da Câmara, inda que seja comprando alguma morada de casas, por ser assim necessário ao bem comum e à decência."[3]

Diogo das Chagas[4] descreve, de forma pormenorizada, o processo de edificação, bem como as medições do novo imóvel e a sua localização, face à estrutura da Ribeira dos Moinhos, uma das mais antigas construções da urbe, que articulava com os Paços do Concelho:

> "Em Abril de 1610, se ajuntarão em câmara os oficiais dela, o Bispo, que então era Dom Jerónimo Teixeira e o Governador do Castelo Dom Pedro Sarmento, e o Corregedor Roque da Silveira, com o Capitão-mor Manuel do Canto e Castro, e mais nobreza da Cidade, e assentaram que a Câmara, e praça por serem muito pequena se acrescentasse, tomando todas as casas e quintais vizinhos, e desfazendo-se, se convertesse tudo em Praça o que assim se fez, para que tiveram provisão de Sua Majestade. E logo Véspera de Reis, 4 de Janeiro de 1611 se abriram os alicerces de toda a obra, na altura, e largura seguinte os da bando do Leste ficam em dez palmos de alto, e seis de largo, os de Ponente em 15 de alto, e seis de largo; os da banda do Sul em 9 palmos de alto, e seis de largo, de muito grossas e fortes paredes de pedra e cal, o que se ordenou assim, a respeito que nas lojas ficam as cadeias; e logo se correu com a obra, com muito fervor e oficiais, de modo, que em breve se acabou e se pôs em a perfeição, que hoje está, correu com a superintendência destas obras por voto de todos Domingos Vieira Pacheco cidadão da Cidade. Começaram-se estas obras com finta, que se lançou pela Cidade, e continuaram-se até gastaram em elas oito para nove mil cruzados, que foram bem empregados, porque ficou a cidade com esses edifícios, e Praça muito autorizada, tudo se deve à diligência deste Corregedor, que a isto provocou a todos, como também o lajeamento das ruas da cidade […]"[5]

[3] CORDEIRO, 1981: 272.

[4] Nascido a 1575 e com data do seu falecimento desconhecida, Diogo das Chagas foi um dos principais cronistas da história dos Açores, tendo descrito, de forma detalhada, e com recurso a informação dos arquivos de várias repartições, a evolução da ocupação humana no arquipélago dos Açores, desde o século XV, até meados do século XVII. (ARRIMAR, 1984: 20-23).

[5] CHAGAS, 2007: 273-274.

Sobre a largura das paredes do edifício, constata-se que corresponderiam a cerca de 1,30 metros, ou 6 palmos. O alicerce detetado durante a intervenção, sensivelmente perpendicular à implantação da atual praça, e coincidente com as descrições da edificação dos Paços do Concelho, em 1611, apresenta uma largura, em média, de 1,50 metros, o que coincide com as referidas medições de Diogo das Chagas, porquanto uma parede seria, naturalmente, menos grossa que o seu respetivo alicerce.

Com base no alçado da fachada poente da Câmara Municipal, representado na *Prespetiva da Caza da Camara Municipal*[6], de 1847, que apresenta escala gráfica, constata-se que essa fachada implantava-se ao longo de 37,5 metros, ou seja, 170 palmos e meio[7]. Atendendo à *Planta do Castello de S. João Baptista da cidade de Angra Capital das Ilhas dos Açores*[8], elaborada pelo sargento mor do Real Corpo de Engenheiros, José Rodrigo de Almeida, em 1805, verifica-se que o alçado lateral do imóvel, voltado à atual rua do Galo, ocupava 28,125 metros de largo, ou seja, 128 palmos. Verifica-se, portanto, que o segundo edifício municipal foi edificado numa proporção exata de 2/3, o que corresponde ao ideal arquitetónico do *Estilo Chão*, aplicado à época da construção.

Figura 7. Projeção do imóvel dos Paços do Concelho e do Canal da Ribeira dos Moinhos, na planta do atual imóvel da Câmara Municipal, com a Praça Velha adjacente e a área de intervenção demarcada.
Fonte: CMAH, Paulo Mendonça.

[6] LARANJEIRA, 2016: 42.
[7] 1 palmo equivalia a 22 centímetros. (LOPES, 2005: 42-48).
[8] LARANJEIRA, 2016: 33.

Quanto à cultura material exumada durante a limpeza das estruturas, que deve ser sempre analisada enquanto conjunto e não apenas pelo valor individual de cada fragmento, verifica-se que a mesma coincide, igualmente, com o descrito. Foram registados 11 fragmentos, divididos entre quatro centros produtores, a saber:

– De Itália: 1 fragmento de bordo de prato, esmaltado a branco e pintado a azul, vinoso, amarelo e laranja[9];

Figura 8. Fragmento de bordo de prato, de produção italiana, da região de Montelupo, identificado na limpeza das estruturas.
Fonte: DRC Açores.

– De Sevilha: 2 fragmentos de peças do tipo *Isabela Polychrome*[10]; 2 fragmentos de loiça do tipo *Melado*[11]; 1 fragmento de corpo de peça do tipo *Olive Jar*[12]; 1 fragmento de manga de farmácia, esmaltada a branco, do tipo *Plain White*[13];

[9] O período de produção destas peças enquadra-se, genericamente, ao longo de todo o século XVI, com paralelos em produções da região de Montelupo. (SOUSA, 2012: 806-807).

[10] Fragmentos esmaltados a branco com pintura a azul e vinoso, cronologicamente enquadráveis entre 1450 e 1550. (GUTIÉRREZ, 2000: 47).

[11] Fragmentos vidrados a melado, cronologicamente enquadráveis entre 1450 e 1700. (GUTIÉRREZ, 2000: 47).

[12] Fragmento de anforeta para transporte de líquidos, em geral associada ao transporte de azeite, mas também utilizada para outros produtos, cronologicamente enquadrável entre os séculos XV e o XVII. (FOURNIER & PASINSKI, 2014).

[13] Fragmento de bordo de contentor para resguardo de produtos para uso medicinal, associado a farmácias, ou boticários. Em Angra do Heroísmo, a existência desse tipo de estabelecimentos remonta, pelo menos, ao século XVI. (FRUTUOSO, 1998: 25).

– De Lisboa: 1 fragmento de taça carenada, de loiça malagueira[14]; 1 fragmento de faiança esmaltada a branco e pintada a azul[15]; 1 fragmento de cerâmica comum[16];
– Dos Açores: 2 fragmentos de uma peça de cerâmica comum[17].

A presença destes materiais no contexto estratigráfico associado ao assentamento do alicerce, e do *piso 2*, de terra batida, atesta que o período de construção das estruturas coincide com a construção do segundo edifício dos Paços do Concelho, em 1611.

Objetivamente, o alicerce identificado corresponde à fundação de uma das paredes laterais, identificando-se o canto sudoeste do imóvel edificado no começo do século XVII. Tendo por base a informação apresentada, torna-se possível projetar a implantação do antigo imóvel, sobreposto, em parte, com o atual, bem como com a Ribeira dos Moinhos que, segundo a informação dos autores citados, atravessava por baixo de parte dos Paços do Concelho, junto à zona da antiga cadeia, o que coincide com os levantamentos já efetuados, em trabalhos dedicados ao antigo canal[18]. Essa ligação entre a Ribeira e a Câmara Municipal é redescoberta, em 1984, no seguimento dos trabalhos de reconstrução e requalificação do atual imóvel, depois da catástrofe sísmica de 1980, criando-se uma entrada para o canal que, presentemente, permite a sua visitação parcial[19].

Sobre o *piso 2*, registado durante a intervenção, encontra-se uma possível explicação para a sua existência numa nota de Manuel Luís Maldonado[20]: "O Corregedor e Sindicante Roque da Silveira. Foi este Corregedor o que fez a Câmara de Angra na forma em que hoje se acha, e outrossim alargou a praça, que até aquele tempo era uma e outra

[14] Loiça tipicamente esmaltada, de pastas beges e acabamentos em verniz branco. Este fragmento enquadra-se na tipologia do *Período I*, cronologicamente enquadrável entre 1520 e 1570. (CASIMIRO, 2013: 354).

[15] Cerâmica caraterizada por pastas beges, compactadas, com a inclusão de alguns elementos não plásticos. As superfícies são cobertas por um vidrado estanífero branco, que é pintado a azul de cobalto. Este fragmento enquadra-se na tipologia do *Período II*, cronologicamente enquadrável entre 1570 e 1610. (CASIMIRO, 2013: 355).

[16] Loiça de pastas ferruginosas, variando entre o laranja, vermelho e castanho, produzidas em fornos de cozedura oxidante-redutora e datável do século XV/XVI. (NETO, 2010: 199).

[17] Tratam-se de um fundo de pote, cuja cronologia, genericamente, engloba o período entre o século XVI e o XIX. Contudo, e atendendo à proveniência do restante espólio, podemos enquadrar estes fragmentos no mesmo período cronológico dos anteriores, entre meados do século XVI e o começo do XVII.

[18] BRASIL, 2018: 417.

[19] MELO (coord.), 2016: 290-291.

[20] Manuel Luís Maldonado nasceu em 1644 e faleceu em 1711, tornando-se um dos mais conceituados autores açorianos da primeira metade do século XVIII. A sua principal obra literária, a *Fénix Angrense*, descreve, detalhadamente, a evolução histórica e socioeconómica dos Açores, remontando à segunda metade do século XV, e acompanhando-a até ao final do século XVII. Apresenta, ainda, uma segunda parte, centrada na genealogia, que corresponde a um trabalho inédito, à época, pela forma detalhada como descreve a evolução das mais importantes famílias que povoaram o arquipélago. (ARRIMAR, 1984: 25-30).

coisa limitadíssima, e fez também que as ruas se calcassem e se lajeassem as fronteiras das casas."[21]

Conforme referido durante a descrição dos trabalhos de campo, trata-se de um pavimento de terra batida, altamente compactada, a cerca de -1 metro de profundidade, que articula com o alicerce. O registo revelou que foi amplamente danificado pela implantação de diversas infraestruturas, associadas à instalação de tubagens de saneamento básico e abastecimento de águas, identificando-se a existência de canalização remontante à segunda metade da década de 90 do século XX. A cultura material anteriormente descrita é proveniente de um contexto de limpeza das duas estruturas, apontando para uma datação conjunta, associada ao primeiro quartel do século XVII.

Assim, e perante o descrito por Maldonado, considera-se que o piso corresponderá à terra "calcada", que foi assim preparada para a implantação do lajeado da primitiva praça. Concluímos, portanto, que a primeira edificação desse terreiro, encontrava-se a uma cota inferior, a cerca de -1 metro da atual.

O restante espólio exumado é, na sua totalidade, proveniente da *camada 2*, que é caraterizada por um conjunto de diversas bolsas e valas com entulhos de diferentes períodos, de acordo com a interpretação estratigráfica apresentada em anexo. Genericamente, os fragmentos dividem-se por três grandes períodos de produção de loiças de importação, conjuntamente com a presença de material proveniente de produções regionais, que se enquadram numa baliza cronológica vasta, entre o século XVI e o XX.

Quanto à cerâmica de importação, a primeira fase compreende um período que antecede a própria edificação dos Paços do Concelho, em 1611. Enquadra-se, cronologicamente, entre o século XV e o segundo quartel do século XVII. São produções de Lisboa e Sevilha, essencialmente loiças malagueiras, faianças esmaltadas a branco e peças vidradas a melado. Correspondem a loiças para consumo alimentar, nomeadamente, taças carenadas e pratos fundos, com o acréscimo de um fragmento de cerâmica, do tipo *Olive Jar*, de produção sevilhana.

[21] Manuel Luís Maldonado – *Fénix Angrense*. 2.º volume. Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo. 1990, p. 21.

Figura 9. Dois fragmentos de faiança esmaltada a branco com decoração a azul e vinoso, com motivos geométricos, de produção de Sevilha, identificados na limpeza das estruturas.
Fonte: DRC Açores.

Na segunda fase de produções cerâmicas, encontram-se peças, essencialmente, produzidas em fornos da região de Lisboa, correspondentes a peças de faiança esmaltada a branco com decoração a azul (e um fragmento com decoração a vinoso), e cerâmica vidrada a verde e melado. Acresce a presença de dois fragmentos de azulejo de padrão a amarelo e azul sobre branco, com vestígio de argamassa, também de produção lisboeta. Esta fase enquadra-se, cronologicamente, entre o segundo quartel do século XVII e o começo do século XVIII. São, na sua maioria, loiças para consumo alimentar, nomeadamente, taças e pratos. Os restantes fragmentos, vidrados a verde e melado, correspondem a partes de alguidares e tachos, utilizados na confeção alimentar.

Figura 10. Fragmento de bordo de prato esmaltado a branco e pintado a azul e vinoso, com motivos geométricos, de produção de Lisboa, identificado na limpeza das estruturas.
Fonte: DRC Açores.

O último período cronológico identificável no conjunto de espólio exumado, na *camada 2*, é constituído por fragmentos de faianças de produção industrial, com diferentes motivos decorativos, vegetalistas, florais e orientalizantes. Trata-se de um grupo de fragmentos proveniente de produções inglesas, com fragmentos de peças com utilizações muito distintas, incluindo pratos, terrinas, potes, chávenas e taças, e portuguesas, caraterizadas pela presença de motivos decorativos orientalizantes, a azul, que apontam para uma eventual produção de Alcobaça. Acrescem 6 fragmentos de faiança industrial regional, com gramáticas decorativas muito variáveis, de diferentes tonalidades e motivos, de onde se destaca uma parte de fundo de caneca de leite, porquanto detetou-se um paralelo em trabalhos de escavação arqueológica no antigo povoado da Achada, na ilha Terceira[22]. Este período enquadra-se entre o começo do século XIX e a primeira metade do século XX.

Da *camada 2*, no total, exumaram-se 129 fragmentos, provenientes dos três referidos períodos cronológicos, sendo que, o material referente à segunda metade do século XX e ao século XXI, bem como material de construção, não foi recolhido, porquanto optou-se por não registar essa informação, de acordo com os princípios da recolha seletiva, aplicáveis no contexto de acompanhamento arqueológico. A área de intervenção, reduzida que foi pela ação de escavação de terras não acompanhada, no dia 30 de março, produziu um conjunto substancial de espólio, demonstrativo dos diferentes períodos socioeconómicos da cidade de Angra do Heroísmo[23]. Com base numa exígua escavação, da qual só foi possível acompanhar cerca de 50% da área total da empreitada, demonstrou-se, cabalmente, que a Praça Velha, e a zona circundante, tem um potencial arqueológico altíssimo, que permite a reconstituição da história da urbe, pelo que, urge que seja devidamente protegida com medidas de salvaguarda adequadas.

Recorde-se que foi descoberto o canto sudoeste do edifício dos Paços do Concelho, construído em 1611, e demolido em 1847, e que foi, igualmente, descoberto um troço de pavimento em terra batida, extremamente compactada, correspondente ao assentamento do piso primitivo da edificação da Praça, em 1610.

[22] RODRIGUES *et* al, 2018: 222.

[23] Trabalhos semelhantes, noutras zonas da cidade, vão permitindo caraterizar o modelo de evolução dos usos quotidianos de loiças, ao qual o material recolhido na Praça Velha não diverge.

Bibliografia

Arrimar, J., 'Cinco cronistas dos Açores (Subsídios para a Historiografia Açoriana)' in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*., Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, volume XLII (1984), volume completo.

Brasil, V., *Património das águas de Angra*., Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira (2018).

Casimiro, T. M., 'Faiança portuguesa: datação e evolução crono-estilística' in *Revista Portuguesa de Arqueologia*., Lisboa, Direção-Geral do Património Cultural, volume 16 (2013), pp. 351-367.

Chagas, D., *Espelho Cristalino em jardim de várias flores*., Ponta Delgada, Universidade dos Açores, Direção Regional da Cultura (2007).

Cordeiro, A., *História Insulana das Ilhas a Portugal Sujeitas no Oceano Ocidental*., Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura (1981).

Fournier, P e Pasinski, T., 'Ceramics: The Ibero-American Shipping Container' in *Encyclopedia of Global Archaeology*., Nova Iorque, Springer Reference, volume I (2014).

Frutuoso, G., *Saudades da Terra*., Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Livro VI (1998).

Gutiérrez, A., 'Mediterranean pottery in Wessex households (13th do 17th centuries)', in *British Archaeological Reports*, Oxford, Universidade de Oxford, n.º 306 (2000), volume completo.

Laranjeira, M. E. R., *As casas de câmara e cadeia nos Açores. Séculos XV – XVIII*., Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura (2016).

Leite, A. R., *Açores, Cidade e Território. Quatro vilas estruturantes*., Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura (2014).

Lopes, L. S., 'A cultura de medição em Portugal ao longo da história.' In *Educação e Matemática*., Lisboa, Associação de Professores de Matemática, n.º 84 (2005), pp. 42-48.

Maldonado, M. L., *Fénix Angrense*., Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2.º volume (1990).

Melo, A. (coord.), *Memória histórica da edificação dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo*., Angra do Heroísmo, Câmara Municipal de Angra do Heroísmo (2016).

Neto, J. L., *A Idade do Ouro Branco. O contributo da Arqueologia Pós-medieval para o conhecimento de Setúbal, uma cidade portuária portuguesa*. Salamanca, Universidade de Salamanca (2010).

Rodrigues, C. D. *et al*, 'O lugar da Achada, falanstério de inspiração maçónica' in *Atlântida*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, volume LXIII (2018), pp. 205-230.

Sousa, É., 'A importação de cerâmica europeia para os arquipélagos da Madeira e dos Açores no século XVI' in *Velhos e Novos Mundos*., Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, CHAM-Centro de História de Além-Mar, 2.º volume (2012), pp. 797-812.

NOTA SOBRE A EVENTUAL DESTRUIÇÃO DO CONVENTO DE SÃO TOMÁS DE VILANOVA DA PRAIA DA VITÓRIA

Francisco Maduro-Dias[*]
José Luís Neto[**]
Luís Borges[***]
Pedro Parreira[****]

Introdução

No dia 14 de setembro de 2018, as autoridades locais, responsáveis em matéria de cultura e património cultural, foram alertadas, através de um email de origem anónima, de que, alegadamente, o "Convento da Graça da Praia da Vitória" acabava de ser demolido, tendo desaparecido todos os vestígios da suposta edificação primitiva.

Pese embora a informação tenha sido expressa de forma um pouco lacónica, convém recordar que o ponto 2, do artigo 11.º, da lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, Lei de bases do património cultural português, define que: "todos têm o dever de defender e conservar o património cultural, impedindo, no âmbito das faculdades jurídicas próprias, em especial, a destruição, deterioração ou perda de bens culturais". Cumpre a cada cidadão cuidar e fazer cuidar da proteção que o património cultural, seja ele local, regional ou nacional, exige, fazendo com que seja devidamente salvaguardado e valorizado.

Consequentemente, a informação alertou para a eventual realização de obras em lote urbano na Praia da Vitória, em local onde se poderia presumir a existência de vestígios de um antigo convento. De acordo com o informado, tratava-se do Convento da Graça, nome coloquialmente atribuído ao Convento de São Tomás de Vilanova.

[*] Direção Regional da Cultura dos Açores – Angra do Heroísmo.
[**] Direção Regional da Cultura dos Açores – Angra do Heroísmo.
[***] Direção Regional da Cultura dos Açores – Angra do Heroísmo.
[****] Direção Regional da Cultura dos Açores – Angra do Heroísmo.

Assim, no dia 24 do mesmo mês, e ano, realizou-se um exame a um lote, sito na Rua da Graça, Praia da Vitória, único local nessa via que estava a ser alvo de uma intervenção de requalificação e reconstrução, total, em abono da verdade, pelo que deverá corresponder ao sítio alegado na informação prestada.

Figura 1. Fachada do lote urbano.
Fonte: Google Earth.

A declaração do informador baseava-se, de facto, em motivos atendíveis. O lote urbano em causa localiza-se defronte da ermida de Nossa Senhora dos Remédios, na rua da Graça, cujo nome deriva da presença do referido antigo convento de São Tomás de Vilanova, erigido em 1650, pertença dos gracianos, ramo da obediência da regra de Santo Agostinho, que tanto influência teve na sociedade portuguesa do Antigo Regime.

Por Antigo Regime, entenda-se a sociedade portuguesa, entre os séculos XVI e XVIII[1]. E sobre essa instituição conventual, citamos o exaustivo levantamento de Pedro de Merelim, que clarifica a sua origem e evolução sumária:

> "Data de 1650 a fundação do último convento na vila da Praia. Da invocação de São Tomás da Vila Nova e subordinados os seus religiosos ao vigário Provincial dos gracianos, o mosteiro, como é fácil de ajuizar, pertencia à Ordem de Santo Agostinho. […] Começou então a fazer-se a obra, que foi ajudada por muitos dos principais da vila, e pessoas do povo, cada um conforme as suas possibilidades; de tal forma que no espaço de oito dias se achava a ermida já em bom estado, com seu retábulo e altar preparado a termos de nele se poder celebrar missa […] foram edificando e ordenando a igreja com seu coro e sacristia, e também foram comprando alguns quintais onde se fizesse convento e a cerca. […] Em 19 de Março de 1829, no convento da Graça praiense aprontou-se uma enfermaria para 160 camas, forne-

[1] GODINHO, 1977: 72.

> cendo a câmara por imposição os leitos, como noutro sítio se insere. À data da extinção, o mosteiro da Graça contava 3 religiosos, com o rendimento de trigo de 23 6/8 m e 12 alqueires de milho. Com o seu desaparecimento, os bens do padroado transitaram para o Visconde de Bruges, por ser descendente dos padroeiros – cláusula que em nenhum outro caso teve aplicação. […] O sismo em 1841 converteu o edifício em ruínas e danificou o templo em linha considerável. Na moradia em que se converteu, por iniciativa de Pedro Paula de Carvalho, ainda se lobrigam quatro arcos, talvez do claustro, no alçado volvido ao ocaso.[2]"

Deveria a obra ter sido suspensa, para se proceder à avaliação detalhada do local, e estabelecer-se uma estratégia de atuação. Caso semelhante, ocorrera já em novembro de 2016, também na Praia da Vitória, com a notícia da descoberta de uma pedra, em contexto de obra. A direção regional com competência em matéria de cultura, ordenou então a suspensão dos trabalhos, com vista à sua avaliação, no antigo hospital da Misericórdia. A empreitada ficou sujeita a um acompanhamento arqueológico e prosseguiu normalmente, sendo que, os bons resultados aferiram-se na abertura de processo aberto de classificação do imóvel e na publicação de artigo científico[3]. A identificação do hospital, de tipologia colonial espanhola, datável de 1614 a 1618, refeito após um sismo[4], revelou a validade da metodologia estabelecida pelos diplomas legais, neste caso.

Figura 2. Aspeto geral da empreitada, durante as vistorias efetuadas.
Fonte: DRC Açores.

A primeira vistoria ao lote n.º 45-B registou que se tinha destruído, nessa altura, grande parte do potencial estratigráfico e, com ele, os elementos fundamentais para analisar anteriores ocupações do espaço. Dias depois, a 2 de outubro, constatou-se que a empreitada

[2] MERELIM, 1983: 395-405.
[3] RODRIGUES ***et*** al, 2019a: 323-376.
[4] A ***Primeira Caída da Praia***, de 1614.

tinha já concluído todas as ações de escavação de terras, previstas em projeto. A camada estratigráfica com potencial arqueológico encontrava-se totalmente destruída, tendo já penetrado, a 1,5 metros, na camada geológica. O lote estava totalmente arrasado, inviabilizando a possibilidade de compreender se ali havia, ou não, sido ali erigido o aludido convento.

Figura 3. Potência estratigráfica do lote urbano.
Fonte: DRC Açores.

Não obstante essa constatação, foi possível assinalar alguns pormenores, observados ***in situ***, durante as últimas vistorias efetuadas:

– Na parede contígua a sul, identificou-se um negativo de arco, com orientação perpendicular às frentes e tardoz do imóvel, logo, não se tratava de um arco de descarga do primeiro piso (comum na construção tradicional) mas de um outro tipo, que já não foi possível identificar;

Figura 4. Negativo de arcada, a vermelho.
Fonte: DRC Açores.

– Registou-se a presença de, pelo menos, um possível silo, ou "cova de pão", no lote, junto à base da parede a sul, escavado no solo geológico[5]. A presença desse eventual silo levantou questões, pois que, para além de se localizarem, habitualmente, nos limites dos povoados, encontravam-se também em conventos, que recebiam doações em cereal. Contudo, o seu grau de destruição não permitiu o seu conveniente registo e a consequente confirmação da hipótese levantada pelo informador;

Figura 5. Negativo de cova/silo durante a última vistoria efetuada, antes da sua destruição.
Fonte: DRC Açores.

– Registaram-se, igualmente, diversos indicadores de que, estruturalmente, os três edifícios contíguos ao longo da rua da Graça, poderiam ter formado um imóvel contínuo, inicialmente. Não se trata de uma situação nova, em que a propriedade se foi dividindo em unidades separadas[6].

[5] RODRIGUES ***et*** al, 2019b.
[6] NETO e ANTHUNES-FERREIRA, 2011.

Figura 6. Pormenores arquitetónicos do lote adjacente, evidenciando divisões do imóvel primitivo.
Fonte: DRC Açores.

Atendendo a que não fora registada a presença de cultura material móvel no terreno, porquanto as escavações tinham já atingido o solo geológico, não parecia possível retirar conclusões definitivas sobre a anterior ocupação do espaço, tão pouco datá-la.

Em janeiro de 2019, contactados por António Coelho da Rocha, tomámos conhecimento de um conjunto de espólio que o próprio recolhera, durante esses trabalhos de construção na rua da Graça. Fizera-o, recorrendo a uma metodologia baseada nos preceitos arqueológicos, atendendo a que participara, frequentemente, em escavações arqueológicas, a título voluntário, e que verificara que o lote estava a ser integralmente destruído, procurando, assim, preservar elementos do seu passado. Em março desse mesmo ano, o achador entregou o espólio, que foi alvo de uma triagem de seleção, e de tratamento em gabinete, com vista à classificação das peças.

No total, foram inventariados 131 fragmentos, divididos entre cerâmica comum, faiança, reboco, vidro, e material osteológico. Desse total, 52 fragmentos correspondem a peças de cerâmica comum, de produção regional, cuja baliza cronológica invalida uma datação concreta, porquanto abrange o período entre o século XVII e o XX, genericamente.

Os fragmentos provenientes de produções lisboetas, enquadram-se em diferentes tipologias, que abrangem períodos cronológicos distintos, sendo que, os mais antigos, enquadram-se entre o final do século XVI e o começo do XVII, correspondentes a fragmentos de taça, do tipo ***Malagueira***, vidrados a azul, bem como alguns fragmentos de cerâmica comum.

Figura 7. Fragmentos de produção olisiponense exumados no lote urbano.
Fonte: DRC Açores.

Nessa cronologia, registaram-se, ainda, 4 fragmentos de peças produzidas em Sevilha, nomeadamente três fragmentos de corpo de taça esmaltada a branco e vidrada a verde, com paralelos no material exumado no Hospital do Espírito Santo da Praia da Vitória, em contexto de aterro do sismo de 1614. De referir, por fim, a presença de um fragmento de faiança de produção italiana, correspondente a seção de bordo de prato, azul sobre azul, produzido nos fornos de Génova.

Figura 8. Fragmento de produção genovesa.
Fonte: DRC Açores.

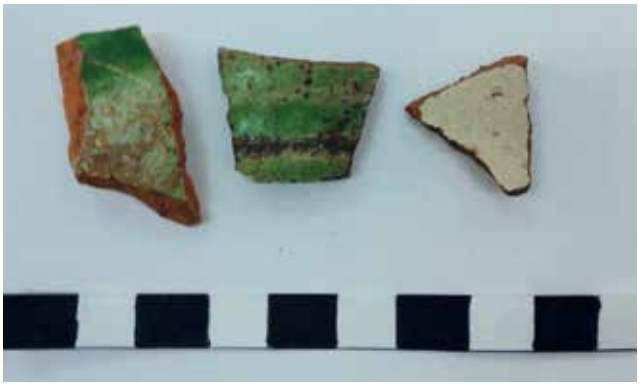


Figura 9. Fragmentos de produção sevilhana.
Fonte: DRC Açores.

Os materiais recolhidos indicaram uma ocupação do espaço anterior à fundação do Convento de São Tomás de Vilanova, em, sensivelmente, 50 anos, podendo, com base nos testemunhos materiais, calculá-la entre finais do século XVI e as primeiras décadas do século XVII. Acresce que a tipologia formal dos materiais, com loiças de coção, de armazenamento e de mesa, são os expetáveis de encontrar em habitações comuns.

Figura 10. Lote urbano, a vermelho, implantando no povoado, no começo do século XIX.
Fonte: *Planta da Bahia da Villa da Praia para Intiligencia*, 1805.

Analisando a ***Planta da Bahia da Villa da Praia para Intiligencia do Molhe e Projecto do Ilustríssimo Excelentíssimo Conde de S. Lourenço Governador e Capitão Geral das Ilhas dos Açores***, de 1805, verificou-se que, na verdade, o convento encontrava-se implantado nas proximidades do lote objeto da empreitada, mas não ocupava aquele espaço, confirmando, por contraprova metodológica, o indiciado pela análise da cultura material. Após fazer-se coincidir as escalas, sobrepondo a planta antiga com a atual, a localização do pretérito convento compreendia, genericamente, o lote urbano sito, atualmente, no lado nascente da esquina, entre a rua da Lapa e a rua da Graça.

Figura 11. Lote urbano, a vermelho, implantando no povoado da Praia da Vitória, em meados do século XIX.
Fonte: *Planta da Villa da Praya da Victoria levantada pelo Commandante do vapor de guerra inglez Estigge*, 1842

Restava, no entanto, tentar compreender que, não se tratando do convento, aparentando ser casas, que casas teriam sido essas. Assim, atendendo a que o lote em estudo se situava nas proximidades desse convento, ganhou sentido a observação de Francisco Ferreira Drummond, durante a descrição da criação do espaço conventual:

> "No entretanto Sebastião Cardoso Teixeira, e o padre beneficiado António Ramalho Coelho ofereceram duas moradas de casas que possuíam no Rocio, extramuros da vila, para que nelas pudessem os religiosos edificar convento […] Ao que se lhes deferiu com efeito assinando-se-lhes, em nome do príncipe, 10 alqueires de terra no Rocio, junto à ermida do mártir S. Sebastião, que anualmente rendiam à câmara 40 alqueires de trigo e 400 rs. de foro […][7]"

A cultura material salvaguardada, a cartografia trabalhada, conjugada à informação do historiador, apontam para a ocupação daquelas terras em momento anterior ao da fundação do Convento de São Tomás de Vilanova. Tratava-se de uma zona de cultivo de trigo, exterior ao perímetro urbano, onde se encontrariam habitações associadas ao trabalho agrícola. A produção do cereal, bem como a localização extramuros, parece, igualmente, explicar o registo de um possível silo, enquanto local de depósito do excesso da colheita, em zona relativamente afastada do centro habitacional, conforme ao habitual nesse período, final do século XVI e começo do XVII. Em suma, um rossio.

A tipologia de casario detetada, correspondente a um lote de três casas contíguas, apresenta-se, em tudo, semelhante à habitualmente atribuída, no caso de Angra do Heroísmo, ao período correspondente à segunda metade do século XVII, sendo de levantar a hipótese de se tratar de uma construção que surgiu no seguimento do esforço de reconstrução do povoado da Praia, após o sismo de 1614, que terá destruído uma parte substancial do seu edificado.

Contudo, independentemente da feliz e meritória recolha de materiais de António Coelho da Rocha, toda a informação que aqui se apresenta, é o máximo que lhe conseguimos extrair; não pode ser acrescida, pois que tal foi invalidado pela destruição provocada por maquinaria moderna. A realização de obras, em contexto urbano implica uma gestão cuidada do património em risco de afetação. O caso do lote n.º 45-B da rua da Graça, nascido de uma informação de um cidadão e só sendo possível vagamente esclarecer porque um outro cidadão decidiu recolher peças, é representativo da necessidade de se criarem mecanismos de proteção do património arqueológico, que administrem essas obras, de forma mais eficaz e eficiente.

O registo arqueológico permite desvendar pequenos apontamentos do passado de cada povoado, que correm o risco de desaparecer, por completo, quanto não se acautela essa salvaguarda, face à capacidade destruidora das modernas maquinarias, cujo uso generalizado nas obras de construção civil, coloca em evidente perigo os registos físicos que nos chegaram do passado comum.

Há, simultaneamente, uma evidência que transparece neste processo, cremos, de superior relevância. O atual enquadramento do associativismo cultural, de raiz histórico-patrimonialista, não foi recurso que houvesse sido interveniente neste procedimento, porquanto os cidadãos envolvidos a ele não recorreram. E tal parece-nos deverá, aos cidadãos e às atuais associações de defesa do património existentes, fazer refletir.

[7] DRUMMOND, 1981: 106.

Bibliografia

Drummond, F. F., ***Anais da Ilha Terceira.*** Maia, Secretaria Regional da Educação e Cultura, Gráfica Maiadouro, II volume (1981).

Godinho, V. M., ***Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa***., Lisboa, Edições Arcádia (1977).

Merelim, P., ***Freguesias da Praia da Vitória***., Angra do Heroísmo, Direção Regional de Orientação Pedagógica, 2.º volume (1983).

Neto, J.L. e Anthunes-Ferreira, N., ***A cidadela das mulheres pobres. O recolhimento da Soledade de Setúbal.***, Setúbal, Câmara Municipal de Setúbal (2011).

Rodrigues, C. D. ***et al***, 'De odor tropical, mais guacamole, que paella – o hospital colonial espanhol da Praia da Vitória' in ***Atlântida***, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, volume LXIV (2019a), pp. 323-376.

Rodrigues, C. D. ***et al***, 'As "covas" de pão e junça no arquipélago dos Açores.' in ***Silos, Matamorras e Covas de Pão.*** Museu Arqueológico do Carmo, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses e Comissão de Estudos Olisiponenses, Atas do Colóquio (2019).

EVIDÊNCIAS DE UMA OCUPAÇÃO ARCAICA NO ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES

Félix Rodrigues[*]

Resumo

Neste artigo apresenta-se um conjunto de factos, artefactos e argumentos que apontam para uma presença humana no Arquipélago dos Açores anterior à data oficial do seu descobrimento ou ocupação pelos portugueses (1431). Essa problemática que ainda alguns consideram emergente, argumentando falta de estudos arqueológicos e antropológicos aprofundados, divide de facto os arqueólogos em Portugal, constituindo-se por isso num novo paradigma. Entende-se ainda que o esclarecimento desta questão passa por trabalhos que venham a ser desenvolvidos no âmbito das ciências naturais em colaboração estreita com as ciências sociais pois a arqueoastronomia, as datações físicas, os estudos paleoecológicos e genéticos que têm vindo a ser desenvolvidos no Arquipélago necessitam de um olhar totalizante, ou seja, abrangente, e em todas as suas dimensões. Esta não é uma temática regional, por se entender que pode constituir um indício de um grande salto tecnológico da humanidade que terá ocorrido em tempos muito arcaicos.

Introdução

O Arquipélago dos Açores, situado no Atlântico Norte tem como territórios mais próximos, a Leste, a Península Ibérica, a cerca de 2000 km, a Sueste, a ilha da Madeira a 1200 km, a Noroeste, a Nova Escócia a 2300 km, e a Sudoeste, o Arquipélago das Bermudas a 3500 km. Tal como os Arquipélagos da Madeira, Canárias e Cabo Verde, os Açores fazem parte da região biogeográfica da Macaronésia. Dada esta singularidade geográfica, poderíamos afirmar que o Arquipélago Açoriano se localiza sensivelmente

[*] Faculdade de Ciências Agrárias e do Ambiente da Universidade dos Açores e Instituto de Investigação e Tecnologias Agrárias e do Ambiente.

a meia distância entre a Europa e a América, e talvez por isso é que qualquer achado arqueológico nestas ilhas que não se encaixe no paradigma vigente levanta questões científicas que aparentam ser fraturantes, e isso ocorre nos dois lados do Atlântico. Neste artigo não nos centraremos em opiniões, mas apenas em factos que podem ser comprovados por qualquer um que esteja disposto a replicar metodologias ou a estabelecer comparações tipológicas.

O descobrimento do arquipélago dos Açores, tal como o da Madeira, é uma das questões mais controversas da história dos Descobrimentos Portugueses. Entre as várias teorias sobre este facto, algumas assentam na apreciação de vários mapas genoveses produzidos desde 1351, os quais levam alguns historiadores a afirmar que já se conheciam essas ilhas aquando do regresso das expedições portuguesas às ilhas Canárias realizadas entre 1340 e 1345, no reinado de Afonso IV de Portugal (Fisher, 1886).

De facto nalguns mapas do século XIV estão representadas ilhas no Atlântico Norte, na região geográfica onde os Açores se encontram, tal como se pode verificar no Atlas Catalão de 1375 (Rodrigues *et al*., 2015).

Existem outros elementos sugestivos de navegação antiga no Atlântico até aos Açores, como a referência feita pelo maior cronista do Reino de Portugal, Damião de Góis (1567), a uma estátua equestre encontrada no Corvo anterior à chegada dos portugueses, ou a descoberta de moedas cartaginesas (320 a 300 a.C.) nessa ilha no século XVIII (Ribeiro *et al*., 2011; Martins, 2015).

Martins (2015) ainda refere as observações do historiador terceirense, Francisco Ferreira Drummond (1859) acerca de algumas escavações que "terão revelado edifícios que lhe indicavam a presença antiga de um povo na ilha Terceira". A expressão com que Drummond termina essa menção aos vestígios encontrados ainda é mais perplexa pois pensa que se refere a "… vestígios de gente de que até agora fosse do mundo".

Ribeiro *et al*. (2011) descrevem um vasto conjunto de estruturas do tipo hipogeu, que observaram nas ilhas do Corvo e Terceira, aquando de uma visita que efetuaram ao arquipélago. Esses arqueólogos levantam a hipótese de tais estruturas serem pré-portuguesas.

Sem razão aparente, algumas observações de cronistas e historiógrafos portugueses, passaram a ser enquadradas no domínio das lendas sem que nenhuma investigação científica aprofundada tenha sido desenvolvida. O que foi escrito, não deve ser considerado lenda, pois nunca foi tradição oral entre os açorianos, e o que é observado, não pode ser associado a um carácter fantástico ou fictício, porque pura e simplesmente existe. Menos aceitáveis se tornam as tentativas de ligar a descoberta de algumas construções e artefactos a fenómenos naturais ou a uma etnografia açoriana (ver CEAM, 2011; SRECC, 2013).

Também sem razão aparente parece ter surgido o dogma da não navegabilidade no Atlântico em mar aberto antes dos Descobrimentos Portugueses. O mesmo se poderá dizer da negação implícita entre o Mediterrâneo Oriental e o Golfo da Biscaia em períodos muito arcaicos (Santa Cruz & Gallero, 2011; Benito, 1996). Desde há 950 000 anos atrás que as correntes marinhas do Atlântico não se alteram (Pena & Goldstein, 2014), tendo sido essas mesmas correntes marinhas aquelas que foram fundamentais para o retorno das naus das Índias ou para a ida e volta às Américas.

Dizer-se que a falta de evidência do povo ou cultura que esteve nos Açores antes da chegada dos Portugueses já é uma evidência da ausência desses vestígios, não será mais do que uma falácia, pois a ausência dessa evidência não significa evidência de ausência. O que se pode afirmar sem dúvida é que houve uma cultura megalítica nos Açores. Apesar de haver muitas lacunas de conhecimentos sobre esta temática, esses conhecimentos incertos podem ser alvo de comparações, e nessas comparações é possível afirmar que a probabilidade de estarmos na presença de objetos cronologicamente próximos é elevada ou baixa. Há neste momento um conjunto vasto de construções e artefactos encontrados nas diversas ilhas dos Açores que apontam para uma probabilidade muito elevada de estarmos perante uma cultura que ocupou estas ilhas há milhares de anos atrás. Independentemente disso, já existem datações certificadas e publicadas que apontam para a presença humana no Arquipélago há pelo menos 1000 anos na Ilha Terceira, 1200 anos na ilha do Pico e 750 anos na ilha de São Miguel (Rodrigues *et al.,* 2015; Rull et al., 2017; Rodrigues *et al.,* 2018; Boer et al., 2018), ou seja, quase todas apontam para uma data anterior à formação de Portugal.

Organizou-se este trabalho de modo a perspetivar a complexidade e variedade das descobertas arqueológicas nos Açores que, como referido anteriormente, têm ainda alguns estudos numa fase muito incipiente.

Megalitismo Açoriano

Em 2012 foi dada nota oficial da existência de património com interesse arqueológico num lugar da ilha Terceira designado por Grota do Medo. Na sequência disso foi feita uma comunicação no 16th Annual Mediterranean Studies Association International Congress, em Angra do Heroísmo (Rodrigues, 2013[a]) para que se pudesse levantar o véu desse aparente enigma. Após essa comunicação, vinte congressistas estrangeiros, a maioria arqueólogos, solicitaram uma visita ao local e concluíram que seria muito importante que se estudassem essas construções, todavia, não foi este o entendimento que mais tarde um grupo de especialistas portugueses teve (ver SRECC, 2013).

No local da Grota do Medo encontram-se seis construções megalíticas (construções com pedras gigantes) e arte rupestre associada com paralelos ao megalitismo da fachada Atlântica Europeia. Não havendo à época datações que comprovassem de modo inequívoco essa cronologia, o termo "megalitismo" poderia não se adequar, mas há grande probabilidade dessas construções também estarem relacionadas com o fenómeno cultural pré-histórico, que se desenvolveu em diferentes partes do mundo entre o V e o II milénio a.C, caracterizado pela construção de diferentes tipos de estruturas que usavam grandes blocos de pedra (ver figura 1).

Na estrutura da figura 1 existem fossetas ou covinhas na face do umbral lateral esquerdo e uma depressão esferoidal numa das faces do umbral lateral direito. Nas duas pedras superiores que se constituem o chapéu ou teto, são visíveis duas marcas escavadas com ferramenta desconhecida, usualmente designadas por marcas de fecho.

O estudo do equilíbrio físico dessa estrutura, realizado por Picanço *et al*., (2014) permitiu concluir que as posições das pedras gigantes e os seus assentamentos não são explicados por fenómenos naturais, pois esses blocos não brotam de afloramentos vulcânicos fissurais, havendo garantidamente pelo menos três grandes blocos que foram movimentados para o local, com vista a concluir ou finalizar a estrutura.

As grandes pedras da estrutura foram afeiçoadas no seu interior e esse hipotético dólmen assemelha-se aos túmulos de portal da fachada Atlântica Europeia. O susposto túmulo de portal tem cerca de 1.5 m de altura e as pedras que constituem o teto tem cerca de 3 m de largura, formando entre si um ângulo próximo dos 90º (Rodrigues, 2015).

Figura 1. Estrutura construída com pedras gigantes instalada no topo de um monte vulcânico, na Grota do medo, ilha Terceira. **Fonte:** Fotografia de Anabela Rodrigues.

Exatamente em frente a esse portal está um monólito que possui esculpida na sua parte superior uma pia que quando se enche de água escorre sobre um precipício na direção do nascer do sol. Há uma clara intencionalidade ritualística na orientação dessa estrutura tipo dólmen e na posição da pia esculpida no monólito, cuja utilidade ou funcionalidade não se pode de modo algum associar a atividades agrícolas.

No mesmo sítio, a escassas dezenas de metros da construção anterior encontra-se outra estrutura, construída em dois níveis (ver figura 2), com claras semelhanças com o monumento neolítico nacional da "Anta da Comenda da Igreja" de São Geraldo, Montemor-O-Novo, Alentejo, Portugal (Gonçalves, 1975).

Tanto a parte superior dessa construção, a que se acede por uma escadaria lateral em pedra que se liga a um passadiço localizado no teto da estrutura de baixo, como a sua par-

te inferior, têm a típica forma dos túmulos de corredor que se distribuem desde a Escócia ao Sul de Espanha (Rodrigues, 2015). Ambos os corredores desembocam numa câmara circular, tendo a estrutura superior perdido a sua cobertura, mas na estrutura inferior tal câmara encontra-se bem preservada. Apesar de se observarem rachaduras recentes nas pedras gigantes laterais à entrada para essa última câmara, estas resultam provavelmente de algum grande sismo, podendo mesmo ser possível associá-las ao terramoto de 1980 que assolou o Grupo Central dos Açores a 1 de janeiro desse ano.

Figura 2. Estrutura da ilha Terceira com semelhanças a túmulos de corredor e com uma tipologia próxima da "Anta da Comenda da Igreja". **Fonte:** Fotografia de Anabela Rodrigues.

As pedras gigantes que formam o teto da estrutura inferior assentam sobre paredes de blocos paralelepipédicos com marcas de ferramentas e suportam as duas pedras gigantes que formam as paredes laterais do corredor da estrutura superior (ver figura 3).

No corredor da estrutura superior (ver figura 4) observa-se o desbaste de uma das grandes pedras laterais, existindo aí incisões antrópicas claras (orifícios cilíndricos) que provavelmente serviram para partir parte dessa pedra. A pedra que constitui a outra parede do corredor (grande monólito), de origem vulcânica, como todas as outras pedras gigantes que aqui se têm referido, apresenta cordões ou lava encordoada, que indicam o sentido de escorrimento da lava, aquando da formação da rocha. Tais cordões nunca se formariam nas laterais da pedra, mas apenas na sua base ou no seu topo, constituindo isso uma prova, mais do que inequívoca, de que a pedra gigante foi movimentada ou rodada para construir o corredor da estrutura.

A cobertura do corredor da estrutura superior, com 4 metros de comprimento, é constituída por quatro pedras claramente trabalhadas e talhadas para o efeito. Desconhece-se a ferramenta que possa ter sido utilizada. Esse corredor desemboca num espaço

circular com 3 metros de diâmetro. O corredor da estrutura inferior possui 7.5 metros de comprimento e desemboca numa câmara circular com um diâmetro de 2.5 metros e 1.5 m de altura (Rodrigues, 2015).

Figura 3. Corredor inferior da estrutura megalítica com dois níveis.
Fonte: Fotografia de Anabela Rodrigues.

Figura 4. Corredor superior da estrutura megalítica com dois níveis.
Fonte: Fotografia de Anabela Rodrigues.

Num nível abaixo dessas duas construções, e ligada por outra escadaria em pedra, nova estrutura megalítica é encontrada. Foi parcialmente destruída e adaptada para fins românticos e provavelmente militares (Rodrigues, 2013[b]). Também não há dúvidas, quando se analisa o equilíbrio dessas pedras gigantes e o seu afeiçoamento, que se trata de uma estrutura construída pelo homem. O mesmo se poderá dizer de outras estruturas que se assemelham a túmulos em cunha e que fazem parte deste núcleo megalítico da Grota do Medo na ilha Terceira.

Também na ilha do Corvo, a mais pequena ilha do Arquipélago, se encontra a mesma lógica dos aparentes túmulos em cunha que se observam na ilha Terceira mas com dimensões bastante menores (ver figuras 5 e 6).

Popularmente, as estruturas ilustradas nas figuras seguintes são designadas por chiqueiros ou abrigos. Tentou-se perceber se alguém da ilha havia visto pessoas a abrigarem-se da chuva nestas estruturas e tentou-se perceber também, se de facto, o seu volume interior permitiria o abrigo de porcos. Ninguém afirmou ter visto pessoas a abrigarem-se no seu interior e o seu volume é tão pequeno que não permite que uma pessoa aí se acomode. Por outro lado, a sua dimensão só permitiria a entrada de um ou dois leitões no máximo, o que não parece que a estrutura seja adequada para esse fim. Não há na ilha qualquer observação de que aí tenham sido criados porcos. Tratando-se de túmulos, os corpos que aí fossem depositados teriam que estar numa posição fetal, tal como MacCarter, (2007) diz ocorrer nos túmulos do neolítico.

Figura 5. Aparente túmulo em cunha da ilha do Corvo - I.

Figura 6. Aparente túmulo em cunha na ilha do Corvo – II.

Se aplicarmos as leis das probabilidades compostas e da probabilidade total, para testar a probabilidade de não haver qualquer relação entre as estruturas aqui apresentadas com culturas arcaicas, verifica-se que essas probabilidades são muito reduzidas.

A arte rupestre

As fossetas ou covinhas estão geralmente associadas à arte rupestre pré-histórica da Europa Atlântica e também associadas com muita frequência ao megalitismo da Escócia, Irlanda, Inglaterra, Espanha, Portugal e Europa Mediterrânica (Bradley *et al.,* 1995). São muito comuns no contexto arqueológico da Grota do Medo, na ilha Terceira, mas menos comuns no contexto arqueológico da ilha do Corvo.

Nas fotografias seguintes apresentam-se pedras vulcânicas que contêm depressões similares a fossetas, tanto na ilha Terceira (em traquito, rocha vulcânica efusiva, rica em feldspatos alcalinos e com um teor ponderal em sílica elevado-figura 7) como na ilha do Corvo (em basalto vesicular que é uma rocha ígnea eruptiva de composição máfica, por isso rica em silicatos de magnésio e ferro e com baixo conteúdo em sílica-figura 8).

Enquanto na ilha Terceira dificilmente se explicam essas depressões por erosão ou desgaseificação da rocha traquítica (lava viscosa e sem gás), na ilha do Corvo, a explicação que associa essas depressões a desgaseificação do basalto pode ser aceitável, até por ser um basalto vesicular, associado ao facto da concentração de gás nessa lava ser

elevada, no entanto, não foram encontradas outras rochas com tais depressões e com a mesma composição, fora do contexto arqueológico estudado, que nos permitisse clarificar a génese natural ou antrópica dessas pequenas depressões (fossetas).

Figura 7. Depressões (fossetas) alinhadas, num bloco traquítico da Grota do Medo, ilha Terceira, nas imediações de uma construção megalítica. **Fonte própria.**

Figura 8. Depressões (fossetas) numa pedra localizada próxima de um hipotético túmulo em cunha, na ilha do Corvo.

No Local da Grota do Medo são observadas e descritas enigmáticas representações do que poderão ser petróglifos de barcos com semelhanças aos encontrados na Noruega e Galiza e produzidos por povos pré-históricos da Idade do Bronze ou da Idade do Ferro (Rodrigues, 2016) (ver figuras 9 e 10).

Figura 9. Pedra reutilizada numa parede próxima das construções megalíticas da Gota do Medo, ilha Terceira, com paralelismos com petróglifos de barcos.

Figura 10. Petróglifo inscrito numa pedra no local do Posto Santo, ilha Terceira, com paralelismos com os petróglifos de Oia, Galiza.

Os petróglifos aqui apresentados possuem grandes semelhanças com aqueles que foram encontrados em 1992 em Auga dos Cedros na Galiza (ver figura 11), que de acordo com Goberna (em Pillado, 2006) apresentam características similares aos barcos micénicos, do segundo milénio antes de Cristo, que se encontram nos museus gregos. Segundo o mesmo especialista (ver Pillado, 2006) os petróglifos de barcos de Auga dos Cedros são os únicos da fachada atlântica e resultam, muito provavelmente, de ligações muito antigas entre o Mediterrâneo Oriental e a Galiza. Também afirma o arqueólogo que esses petróglifos representam embarcações à vela, que existiriam muito antes da romanização.

O petróglifo da figura 10, também se aparenta com um barco à vela do segundo milénio antes de Cristo, possuindo vau, patilhão, leme e aparentes amarrações.

Apesar dos estudos incipientes sobre a arte rupestre da ilha Terceira, a tipologia dos petróglifos encontrados e a sua proximidade às construções megalíticas anteriormente apresentadas faz aumentar grandemente a probabilidade de uma presença pré-portuguesa muita arcaica no arquipélago açoriano. O estudo dessas evidências necessitam de um grande aprofundamento, todavia, a tendência de colocar todas essas construções ou arte rupestre no domínio dos fenómenos naturais, e o não reconhecimento oficial desses achados tem sido um enorme entrave à investigação científica e à alteração do paradigma vigente.

Figura 11. Petróglifo de barco (Viveiro, Oia), Galiza.
Fonte: Imagem de Xabier Garrido, 2011.

Citando Golda Mair "Não podemos nem devemos apagar o passado, só porque pura e simplesmente ele não se ajusta ao presente".

A navegação marítima no Atlântico

Voltando às leis das probabilidades e a um raciocínio lógico dedutivo. Se as construções encontradas nos Açores e a arte rupestre associada são efetivamente antigas, então, deverá existir também no arquipélago outros vestígios que apontem para uma negação real no Atlântico em tempos muito arcaicos.

Aquando dos Descobrimentos Portugueses as âncoras utilizadas eram de ferro e tecnologicamente evoluídas pelo que não havia qualquer tradição tanto dos marinheiros portugueses como dos povoadores portugueses na utilização de âncoras de pedra, havendo no entanto uso de pequenas pedras, designadas por poitas, que eram utilizadas nas embarcações locais de pesca junto à costa.

Toth (2002) descreve a tipologia das âncoras de pedra antigas encontradas no Mediterrâneo e comparando-as com as âncoras de pedra encontradas nos Açores verifica-se que estas têm uma tipologia que pode remontar ao segundo ou primeiro milénio antes de Cristo. Se as âncoras pequenas poderiam ter sido usadas em embarcações locais, as maiores teriam que ser utilizadas em grandes embarcações.

A datação de âncoras por tipologia possui diversos erros associados, especialmente quando se tratam de âncoras com um só orifício, todavia, as âncoras em forma de cesto, semelhante à da figura 12, encontram-se maioritariamente no Chipre e remontam à Idade do Bronze (Toth (2002).

Figura 12. Âncora de pedra encontrada na ilha Terceira.

A âncora da ilha Terceira, apresentada na figura anterior, possui um orifício cilíndrico de 8 cm de diâmetro e 15 cm de comprimento. A largura da parte superior é de 20 cm, e a base tem 30 cm. O seu comprimento é de 50 cm, sendo a espessura da parte superior 15 cm e da parte inferior 25 cm. Possui a forma típica de cesto e tem uma massa de cerca de 80 kg.

Muito próxima desta forma foi encontrada em 2014, no sítio arqueológico de Os Moutillós (O Vicedo, Lugo), pela Associação Mariña Patrimonio, duas âncoras de pedra, com tipologia próxima da apresentada anteriormente e pesando 66 kg e 127 kg, respetivamente. A âncora maior encontrada em Os Moutillós não tem paralelo com as âncoras de pedra encontradas na Galiza, mas a menor aproxima-se da forma desta âncora de pedra encontrada nos Açores, todavia, o orifício da âncora galega aparece ao centro em vez de se localizar na parte superior (ver figura 13 de Arqueología Subacuática, 2014).

Figura 13. Âncora de pedra encontrada em Os Moutillós.
Fonte: Fotografia de Arqueología Subacuática, 2014.

Os arqueólogos que investigaram estas âncoras propõem-lhes uma cronologia medieval, todavia, não há até agora materiais datáveis que possam confirmar tal hipótese. Mesmo admitindo-se que as âncoras desse tipo encontradas nos Açores (Terceira e São Miguel), sejam medievais, verifica-se não haver qualquer registo do uso desse tipo de âncoras quer em Portugal Continental quer no Arquipélago durante ou após o século XV.

Em 2011, Santa Cruz & Gallero reportaram o achado de várias âncoras de pedra nas ilhas atlânticas da Galiza, com um corpo trapezoidal com dois orifícios. Esses autores afirmam que tais âncoras têm paralelos com peças pré-históricas da Europa Oriental e do Médio Oriente.

Foram encontradas na ilha Terceira e ilha de São Miguel nos Açores três âncoras de pedra similares às descritas por Santa Cruz & Gallero (2011) e que também se encaixam na tipologia de âncoras do primeiro milénio antes de Cristo descritas por (Toth (2002). A âncora da ilha Terceira foi encontrada na proximidade de uma construção megalítica, na Grota do Medo, a cerca de 2,4 km do mar, com um peso de 250 kg e indiciando tratar-se de uma peça votiva.

Na ilha de São Miguel foram encontradas pelo senhor Mário Jorge Costa, duas âncoras com a mesma tipologia, mas com pesos muito distintos: cerca de 50 kg (ver figura 14) e cerca de 10 kg. Uma foi encontrada na praia e está claramente erodida enquanto a segunda foi encontrada num contexto terrestre, muito próximo da costa da ilha.

Figura 14. Provável âncora de pedra com dois orifícios encontrada na ilha de São Miguel pelo senhor Mário Jorge Costa. **Fonte própria.**

Neste momento está a ser estudado um conjunto de seis grandes âncoras de pedra de cronologia incerta que foram encontradas na costa da ilha Terceira e uma outra, em forma de cesto, também encontrada na costa na ilha de São Miguel.

Todos os artefactos líticos aqui referidos, quer pela sua tipologia, quer pelo conhecimento histórico que se tem da navegação portuguesa do século XV, apontam para uma cronologia anterior ao povoamento português dos Açores.

Datações e genética

Vários estudos de genética têm alavancado a hipótese da presença pré-portuguesa no Arquipélago dos Açores.

Gabriel *et al*., (2012) estudaram o ADN dos morganhos (rato caseiro-*Mus musculus*) da Europa e ilhas portuguesas, e referem que nas ilhas de Santa Maria e Terceira, a linhagem D-loop dos ratos caseiros mostram uma surpreendente associação com a genética dos morganhos da Noruega, Islândia e da parte ocidental das ilhas Britânicas. Afirmam que tal associação genética resulta de uma presença pré-portuguesa nessas ilhas ou então de acontecimentos históricos desconhecidos.

Rodrigues *et al*. (2016) estudaram a genética das doninhas (*Mustela nivalis*) das ilhas Terceira e São Miguel, e concluem que essas doninhas não possuem afinidade com as doninhas de Portugal. Entendem que a explicação mais provável é que essa linha-

gem genética esteja associada às doninhas das ilhas Baleares, no Mediterrâneo. Esses autores, baseados nesse estudo genético também concluem que as ilhas açorianas foram provavelmente visitadas por marinheiros do Mediterrâneo, muito antes da chegada dos portugueses.

Em 2015, Rodrigues *et al*. dataram, por espetroscopia de massa associada a acelerador de partículas, a matéria orgânica contida nos sedimentos que formaram uma espécie de cimento resultante da decomposição/erosão da rocha na qual uma pia foi escavada, e concluíram que esta tinha sido construída pelo menos há 950 anos, com um erro de apenas 30 anos (ver figura 15), o que significaria uma prova da presença humana anterior à fundação de Portugal (ano 1139).

Figura 15. Pia escavada em rocha traquítica (Grota do Medo, ilha Terceira), cujo material silicatado do seu bordo foi datado.

A água estagnada por largos períodos de tempo no interior da pia, claramente esculpida num monólito (possui traços de ferramentas), foi produzindo sílica coloidal que associada à matéria orgânica depositada pelo vento permitiu encapsular pequenos troços de plantas e insetos. Tal camada de material silicatado resultante da erosão química de materiais inorgânicos primários foram hidrolisados numa solução ligeiramente ácida, tal como se verificou em laboratório.

A datação obtida por este processo, data apenas a altura em que matéria orgânica foi incorporada no precipitado de sílica existente no interior da pia, e não corresponde, à data da construção da pia. Outras pias existem nas proximidades da Grota do Medo que necessitam ser cuidadosamente observadas e investigadas.

Estudando os sedimentos da Lagoa das Sete Cidades na ilha de São Miguel, *Rull et al.,* (2017) observaram que existia uma concentração anormal de pólen de centeio (*Secale cereale*) numa camada correspondente a uma idade de 730 anos, ou seja, pelo menos cerca de 150 anos antes do povoamento português do arquipélago. Estes autores também verificaram existir nesse nível de sedimentos a presença de fungos coprófilos (Sordaria, Sporormiella, Cercophora, Podospora), ecologicamente especializados, que crescem e desenvolvem parte do seu ciclo de vida, nos excrementos de uma ampla diversidade de mamíferos (herbívoros, omnívoros ou carnívoros). O único mamífero que se conhecia no arquipélago antes do povoamento português, era o morcego, por isso, a existência de tais fungos aponta para atividades relacionadas com a produção animal na bacia da Lagoa das Sete Cidades, pelo menos nesse período.

O estudo de Rull *et al*. (2017) constitui-se mais uma evidência da uma presença humana no Arquipélago dos Açores, em data anterior à sua descoberta oficial.

Boer *et al*. (2018) estudaram os sedimentos da Lagoa do Peixinho na ilha do Pico, datando-os por análises radiométricas certificadas. Encontraram também fungos coprófilos que se associam à criação de gado, produção de cereais e carvão, que dizem estar associado a queimadas, numa camada com 1200 anos.

Rodrigues et al. (2018), também numa publicação recente datam as relheiras da Passagem das Bestas como tendo sido soterradas por cinzas de uma erupção vulcânica que ocorreu há cerca de 1000 anos atrás. Mais uma vez tais evidências apontam para uma ocupação humana do arquipélago em período anterior ao século XI, ou pelo menos nesse século.

Considerações finais

Quanto maior for o grau de continuidade cultural entre o uso de um espaço e a sua utilização atual, maior é a probabilidade das analogias que se estabelecem serem corretas. Em sentido contrário, poder-se-á afirmar que quanto maiores forem as dissemelhanças entre estruturas arquitetónicas e funcionalidades dos espaços, maiores também serão as probabilidades de estarmos perante culturas ou usos distintos dos espaços. Fazendo-se neste artigo referência a construções açorianas atípicas, para a cultura europeia do século XV, a probabilidade delas não serem desse período, por falta de uma continuidade cultural e porque representariam um claro retrocesso civilizacional do povo que aí se instalou, é então possível aceitar-se que a probabilidade de haver presença pré-portuguesa nos Açores é elevada. Seria no mínimo irregular que as gerações que ocuparam estes ambientes insulares, não tivessem até à atualidade resquícios das mesmas estratégias de sobrevivência, e como tal, tanto a análise de estruturas como de representações rupestres ou de usos de âncoras de pedra que não têm referências etnográficas nas ilhas, só poderão ser explicadas por uma ausência completa de continuidade cultural ou então por uma ocupação das ilhas que não a portuguesa.

Se a aplicação das leis das probabilidades não garantem certezas razoáveis sobre essa ocupação pré-portuguesa, o mesmo não se poderá dizer das datações que entretanto

têm vindo a ser realizadas e publicadas. Até ao momento não é possível saber-se exatamente quem, quando ou porquê ocupou de forma temporária ou semipermanente estas ilhas. Nenhuma das estruturas aqui referidas, a serem antigas, é resultado de um mero naufrágio ou do trabalho de um náufrago, mas sim de uma comunidade que se dispersou, em tempos ainda não muito claros, pelas nove ilhas dos Açores. As datações radiométricas não são opiniões, são provas inequívocas que só podem ser postas em causa com outras análises do mesmo tipo e para isso é preciso datar os mesmos materiais que estão disponíveis para contra-provas.

Dada a impossibilidade de referir as centenas de estruturas que têm vindo a ser sinalizadas no Arquipélago dos Açores, com hipotética cronologia pré-portuguesa, optou-se aqui por tentar focar aquelas que mais chocam com a cultura medieval europeia ou com a cultura portuguesa do século XV.

Referências

Arqueología Subacuática. 2014. *Aparecen tras el temporal dos anclas de piedra y restos de lastre en O Vicedo (Lugo)*. https://arqueologiasubacuatica.org/2014/03/07/aparecen-tras-el-temporal-dos-anclas-de-piedra-y-restos-de-lastre-en-o-vicedo-lugo/comment-page-1/. Consultada em 5 de maio de 2018.

Benito, M., 1996, La arqueología subacuática en el País Vasco: una disciplina emergente. *Itsas Memoria - Revista de Estudios Marítimos del País Vasco*. 1: 277-309.

Boer, E., Rull, V., van Leeuwen, J., Amaral-Zettler, L., Bao, R., Birlo, S., Gonçalves, V., Hernández, A., Martin-Puertas, C., Pla-Rabes, S., Pueyo, J., Raposeiro, P., Richter, N., Saez, A., Trigo, R. & Giralt, S. 2018. Early human impact in the Azores Archipelago: A Late Holocene high-resolution paleoecological analysis from Lake Peixinho, Pico Island, Portugal. *19th Congress of the International Union for Quaternary Research (INQUA)*. Dublin.

Bradley, R., Criado, F., & Fábregas, R. (1995). Rock Art and the Prehistoric Landscape of Galicia: The Results of Field Survey 1992-1994. *Proceedings of the Prehistoric Society*. 61: 347-370.

CEAM (Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea). 2011. Achados arqueológicos nos Açores são "sensacionalismo à Indiana Jones". *Expresso*. http://expresso.sapo.pt/actualidade/achados-arqueologicos-nos-acores-sao-sensacionalismo-a-indiana=-jones-f661178. Consultado em 1 de Maio de 2018.

Fisher, T. (1886). *Sammlung mittelalterlicher Welt—Und Seekarten italienischen Ursprungs: und aus italienischen Bibliotheken und Archiven*. Venedig: Ferdinand Ongania.

Gabriel, S., Matias, M. L., & Searle, J. (2013). Genetic Structure of House Mouse (*Mus musculus* Linnaeus 1758) Populations in the Atlantic Archipelago of the Azores: Colonization and Dispersal. *Biological Journal of the Linnean Society*. 108:929-940.

Garrido, X. 2011. *Exposición de Xabier Garrido*. http://talasoatlantico.com/blog/exposicion-de-xabier-garrido/. Consultado a 5 de Maio de 2018.

Gonçalves, J. 1975. *Roteiro de alguns Megálitos da Região de Évora*. Évora.

MacCarter, S. 2007. *Neolithic*. Routledge. New York.

Martins, O. 2015. A Historiografia e os Achados da Ilha Terceira. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. Vol. LXXIII: 189-203.

Pena, L. & Goldstein, S. 2014. Thermohaline circulation crisis and impacts during the mid-Pleistocene transition. *Science*. 345(6194):318-322.

Picanço, F., Pereira, N., Braga, R., Correia, R. & Rodrigues A.F. 2014. Construção ou Processo Natural? Estudo de uma estrutura semelhante a um "Túmulo de Portal" do Complexo Megalítico da Grota do Medo, Terceira, Açores, Portugal. *Atas do FIPED Portugal IV*. 13pp.

Pillado, N. 2006. Oia. *Faro de Vigo*. 25 de noviembre de 2006. http://www.farodevigo.es/secciones/noticia.jsp?pIdNoticia=101115. Consultado a 5 de maio de 2018.

Ribeiro, N., Joaquinito, A. & Pereira, S. 2011. Phoenicians in Azores (Portugal), myth or reality?. *Proceedings of the 15th Symposium on Mediterranean Archaeology*. Catania 3-5 March.

Rodrigues, F. 2013a. Megalithic Discoveries in the Azores. *Proceedings of the 16th Annual Mediterranean Studies Association International Congress*. Angra do Heroísmo, Portugal. 29 May-1 June 2013.

Rodrigues, 2013b. Espaço Romantizado do Complexo Megalítico da Grota do Medo, Ilha Terceira, Açores –Portugal. *I Congresso de Ciência e Desenvolvimento dos Açores*. Angra do Heroísmo. 36pp.

Rodrigues, F. 2015. Megalithic Constructions Discovered in the Azores, Portugal. *Archaeological Discovery*. 3: 51-61.

Rodrigues, A.F., Martins, N., Ribeiro, N. & Joaquinito, A. 2015. Early Atlantic Navigation: Pre-Portuguese Presence in the Azores Islands. *Archaeological Discovery*. 3:104-113.

Rodrigues, A.F., 2016, Uma Viagem Através dos Petróglifos de Barcos da Ilha Terceira, Açores, Portugal. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. LXXIII: 173-187.

Rodrigues, A.F., Madruga, J., Martins, N. & Cardoso, F. 2018. Dating the Cart-Ruts of Terceira Island, Azores, Portugal. *Archaeological Discovery*. 6: 279-299.

Rodrigues, M., Bos, A., Schembri, P., de Lima, R., Lymberakis, P., Parpal, P., Cento, M., Ruette, S., Ozkurt, S., Santos-Reis, M.,Merila, J. & Fernandes, C. 2016. Origin and introduction history of the least weasel (*Mustela nivalis*) on Mediterranean and Atlantic islands inferred from genetic data. *Biological Invasions*. DOI 10.1007/s10530-016-1287-y.

Rull, V., Arantza, L., Rubio-Inglés, M. J., Giralt, S., Gonçalves, V., Raposeiro, P., Hernández, A., Sánchez-López, G., Vázquez-Loureiro, D., Bao, R., Masqué, P. & Sáez, A. 2017. Vegetation and landscape dynamics under natural and anthropogenic forcing on the Azores Islands: A 700-year pollen record from the São Miguel Island. *Quaternary Science Reviews*. 159: 155-168.

Santa Cruz, M. & Gallero, R. 2011. Arqueología subacuática en el Parque Nacional Marítimo Terrestre de las Islas Atlánticas de Galicia. *Naturaleza y Parques Nacionales. Serie antropológica*. Organismo Autónomo Parques Nacionales. España.

SRECC (Secretaria Regional da Educação Ciência e Cultura). 2013. *Ocorrências patrimoniais localizadas no Espigão, Grota do Medo, e no Monte Brasil, Angra do Heroísmo*. http://www.diarioinsular.pt/media/img/2013.10.31/92690.pdf. Consultado em 1 de Maio de 2018.

Tóth, J.A. 2002. Composite stone anchors in the ancient Mediterranean: Typology, chronology and their role in the reconstruction of ancient trade – A proposal. *Acta Archaeologica Academiae Scientiarum Hungaricae*. 53: 85-118.

O GRUPO 6 DA SERRA DO CUME
Desenvolvimento da descrição iniciada em 2014*

*Antonieta Costa***

Nota prévia

Vestígios de ocupações da Ilha Terceira anteriores à registada na historiografia oficial têm, ao longo do séc. XXI, sido colocados à apreciação pública e governamental através de vários meios e métodos.

A maior dificuldade encontrada na abertura do assunto a debate e estudo tem sido a natureza dos materiais envolvidos (rochas), parecer incompatível com os meios disponíveis na arqueologia tradicional para o seu estudo.

Procurando não só rodear o problema como também tentar proteger os bens encontrados, foi apresentada uma proposta aos representantes da Ilha no Parlamento Açoriano com a finalidade de uma sua futura classificação como "paisagem protegida", tendo sido organizada uma visita acompanhada aos locais identificados.

Como base para a comparação entre a Legislação Regional existente e a tipificação de Bens Paisagísticos, foram selecionados os caracterizados na investigação de pós-doutoramento "Paisagem Cultural Rupestre da Ilha Terceira sob a Perspectiva da Antropologia do Espaço" (efectivada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto entre 2014 e 2017 por Antonieta Costa (patentes na edição de quatro monografias).

Partindo do pressuposto de que a Antropologia do Espaço defende (tanto na sua realidade material, quanto na representacional), a existência de um laço indissociável entre o ESPAÇO e a SOCIEDADE que o habita, testemunhos dessa relação foram selecionados e apresentados com o propósito de conferir a aplicabilidade da classificação como paisagens protegidas, a propor à Assembleia Regional dos Açores e respectivo Governo, ao abrigo do Decreto Legislativo Regional nº15 2012 A

---

* Em complemento de pós-doutoramento em Antropologia do Espaço e da Paisagem, publicada em *The Rock Basins of Serra do Cume (e outros)* edi. LAP Lambert, 2014.

** Investigadora Integrada do CITCEM.

1 – Tipologias apresentadas a considerar
  a) Quanto à COMPOSIÇÃO GEOLÓGICA
    – Morfologia e género da Rocha - TRAQUITOS
    – Particularidades da forma e da dimensão
  b) Quanto aos FENÓMENOS CULTURAIS a ela associados
    – REGISTOS RUPESTRES – traços/cortes na rocha sem conexão com alfabetos conhecidos e outros representando figuras (barcos, peixes, dragões, pássaros ou outros: círculos, roda dentada, figura humana, pias, marcas de corte) etc.
    – ORGANIZAÇÃO ESPACIAL – Relação topográfica existente entre os objetos e os megalitos, com formação de conjuntos distintos

No seguimento desta ação (iniciada em Janeiro de 2018), o processo foi apresentado à Assembleia como "Paisagem Cultural Rupestre" (e não como "Paisagem Protegida" conforme o projeto), tendo sido recusado.

Na continuação e desenvolvimento da investigação, o presente artigo relata alguns dos resultados em progresso.

O Grupo 6 da Serra do Cume

O Grupo 6 da Serra do Cume configura um dos agrupamentos de vestígios rupestres que podem ser observados em várias áreas geográficas da Ilha Terceira, Açores, e que já foram descritos em outras publicações desta série, então com o propósito do registo de pias.

Abaixo, algumas das suas características.

A retoma do estudo deste Grupo justifica-se pela natureza inédita de uma construção recentemente descoberta no seu prolongamento a sudeste, da qual ficará aqui apenas um primeiro esboço, necessitando revisão e aprofundamento específico das suas particularidades por parte das disciplinas de Arqueologia e Geologia.

Assim, refere-se que os três conjuntos que formam o trecho já estudado do Grupo 6, o último dos quais se inscreve no começo da inclinação do terreno na direção ESE, apresentam uma natureza e características que não se repetem nesta última parte ou prolongamento.

Embora possam ainda existir algumas depressões ("pias") semelhantes às dos conjuntos que dominaram a preocupação descritiva anterior, os temas principais aqui diferem totalmente. Para além da referida construção que se irá apresentar a seguir, constam ainda desta nova área alguns outros aspetos a salientar.

São eles:

1 - O importante conjunto de menires que rodeia toda essa parte final do Grupo 6, entre os quais se encontram alguns registos incisos (apresentado aqui na parte final, em adenda)
2 - A construção em pequenas pedras do que parece ter sido uma "muralha", em algumas partes coberta por placas finas de lava.
3 - Duas cisternas subterrâneas nos terrenos laterais ou fronteiriços, uma do lado Oeste e outra a Leste, esta última tendo sofrido um desabamento e facilitando assim visão do interior.
4 - Uma área ao centro do desenvolvimento da "muralha" constante de um núcleo dominado por uma rocha em plano horizontal de c. 3mx90cm, completada por outra em plano vertical oblíquo. A área está rodeada de muros de proteção e marcas de corte.
5 - Imediatamente a seguir a esta, uma construção de tipo dolménico, de cuja representação gráfica e fotográfica se apresentam alguns exemplos, e é sumariamente descrita pelo trabalho topográfico. O conjunto destas duas obras está situado no centro da extensão deste plano inclinado a sudeste.

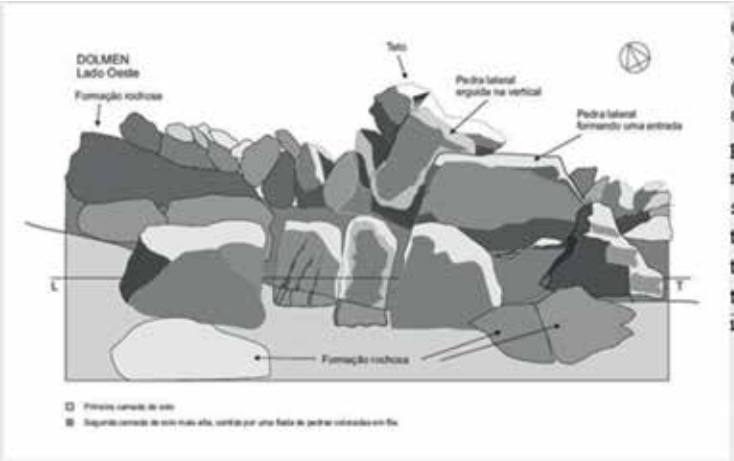
Figura 2. Lado oeste, carreiro voltado a SE.

Figura 3. Lado Oeste.

Figura 4. Interior do carreiro.

Figura 5. Interior do carreiro.

Lateralmente foram feitas as fotos 4 e 5 que permitem observar o interior, inacessível visto a aparente porta ser inamovível, por servir de apoio à rocha do teto.



O conjunto de fotos desta página (cedido por Manuel Cunha) facilita uma perspetiva aérea do monumento, suprindo assim temporariamente trabalhos de topografia ainda incompletos.

Figura 6.

Figura 7.

Figura 8.

Tanto neste plano como no outro abaixo (fotos 9 e 10), ou tanto do lado Leste como no Oeste, uma linha de rochas parece funcionar como barreira protetora ou de sustentação, não só impedindo o acesso ao interior, mas também na conservação da estrutura, pois dada a posição mais alta do que os terrenos à volta, o peso da construção poderia provocar cedência da base.

Figura 9. Pormenor do muro de sustentação da construção dolménica.

Figura 10. Pormenor do muro de sustentação da construção dolménica.

Nas fotos de drone de Manuel Meneses Martins (fotos 11 e 12), abaixo exemplificada a encarnado e preto, pode ver-se não só a estrutura dolménica, mas também a construção descrita no ponto 4 (círculo a amarelo) indicando sumariamente a existência de uma laje horizontal ladeada de proteções e marcas de corte.

Figura 11.

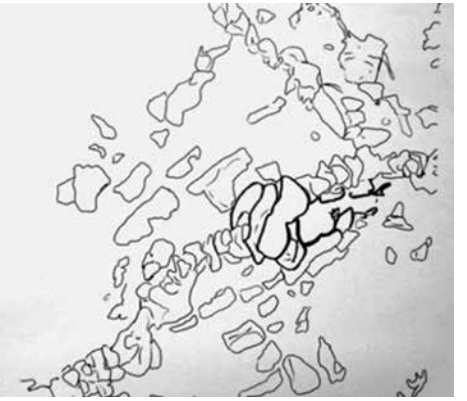


Figura 12.

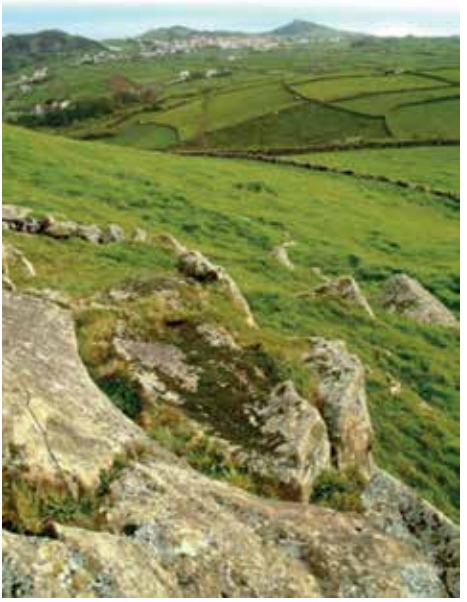


Figura 13.

Figura 14.

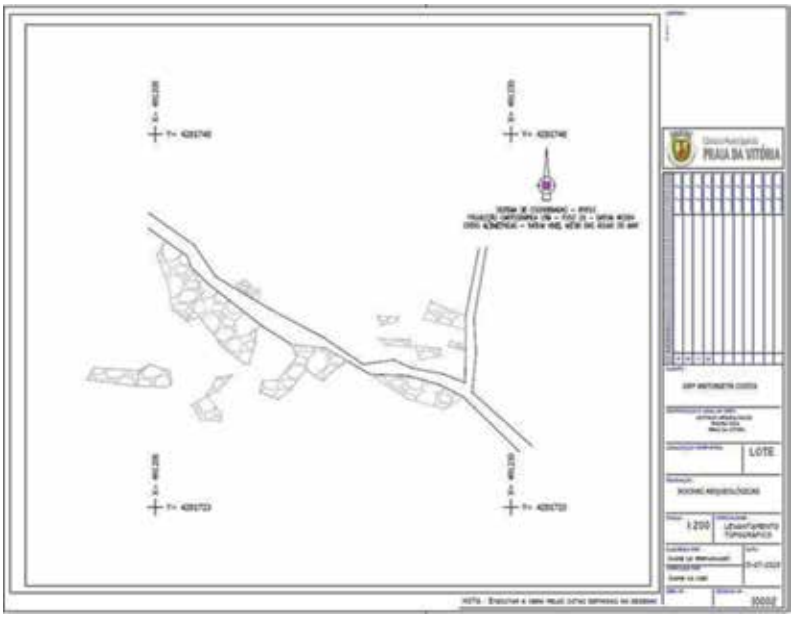


Figura 15. O trabalho do topógrafo Jorge Toste com o levantamento realizado, que aguarda novas instruções para aspetos mais pormenorizados.

Toda esta parte final do Grupo 6 da Serra do Cume parece apresentar aspetos inéditos em relação aos restantes desta área, pelo que aguarda futuro desenvolvimento multidisciplinar, com vista a uma classificação na área do património cultural.

Sempre numerosos e inexplicáveis em termos práticos (de uso em paredes), estas rochas sugerem funções simbólicas várias.

Figura 16

Figura 17

Tratando-se apenas de um apontamento sumário, tem este artigo o propósito de, mais uma vez, alertar a consciência pública e governamental para o estado de total desconhecimento (e de desinteresse pelo mesmo) em que se encontram bens culturais do tipo dos aqui referidos, inesperados nos Açores.

GEOPOLÍTICA E GEOESTATÉGIA

PRESENÇA NORTE-AMERICANA NOS AÇORES – SÉCULOS XIX E XX

Tânia Santos Mendes[*]

Introdução

Quando pensamos em presença norte-americana nos Açores, facilmente associamos essa presença a dois aspetos: 2ª Guerra Mundial e Base das Lajes. No entanto, torna-se pertinente descortinar a longa presença e interesse dos EUA pelos Açores, desconstruindo este quase "mito" de senso comum a que está confinada a presença norte-americana nos Açores.

Deste modo, é nosso intuito, ao longo deste ensaio, traçar uma perspetiva longitudinal e clarificadora da longa presença norte-americana, contribuindo para esbater o "mito" a que esta presença esta restringida: de que a presença norte-americana nos Açores surge em consequência da 2.ª Guerra Mundial e pela instalação da Base das Lajes, na ilha Terceira. Deste modo, propomo-nos abordar a forma como se manifestou a presença norte-americana nos Açores ao longo do século XIX e XX.

Assim sendo, podemos referir que o enamoramento norte-americano por terras açorianas remonta já vários séculos. Mas terá sido a partir do século XIX que esta presença se torna mais evidente, sobretudo pela influência notória resultante da presença da tão ilustre família Dabney, na ilha do Faial.

Quando falamos no Século XX, temos de evidenciar a forma como as duas Grandes Guerras estreitaram os laços relacionais entre Estados Unidos da América e Portugal, e como estes dois Estados jogaram no tabuleiro mundial retirando vantagens para ambos os lados.

Assim sendo, o presente ensaio estrutura-se em dois momentos sendo estes correspondentes aos séculos em análise. No primeiro momento, "Representação Diplomática

[*] Doutoranda em História Insular e Atlântica (séculos XV-XX); Mestre em Ciências Sociais especialidade: Envelhecimento, Famílias e Políticas Sociais; Pós-graduada em Educação Social e Licenciada em Educação de Infância. Sócia Correspondente do IHIT, e Membro Colaborador do CHAM-Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores.

dos EUA nos Açores- Século XIX", aborda-se a presença norte-americana nos Açores no século XIX por intermédio dos cônsules norte-americanos nos Açores. O segundo momento, "Relação EUA-Portugal no decorrer de Duas Grandes Guerras –Século XX" trata a forma como as duas Grandes Guerras foram decisivas para o estreitamento da relação bilateral entre Portugal e EUA, tendo por base os Açores.

Portanto, se no século XIX a relação bilateral entre Portugal e EUA deveu-se à diplomacia, no Século XX deveu-se ao conflito bélico. Duas faces de uma mesma moeda: o diplomático e o bélico, de dois extremos nasce uma relação que se estende até aos dias de hoje onde ainda se vislumbra a presença norte-americana na ilha Terceira, Açores.

Representação Diplomática dos EUA nos Açores – Século XIX

John Bass Dabney em 1804 chega aos Açores, tendo passado algum tempo na ilha do Faial, vinha de França, quando os seus negócios haviam fracassado em consequência das guerras napoleónicas. No Faial encontra uma terra pertencente a um país neutral, com localização privilegiada, e com um bom porto[1], o que facilitaria a prosperidade dos seus negócios.

Quando regressa aos EUA vai já decidido a instalar-se nesta ilha açoriana[2], encantado pelas ilhas afortunadas – Açores, e vislumbrando um grande investimento e enriquecimento financeiro. Digamos que estamos perante um encantamento que se perpetua pelas gerações seguintes, culminando nas palavras de Ricardo Madruga da Costa, num século: o "Século Dabney,[3] iniciando-se, oficialmente em 1806 com a atribuição do cargo de cônsul americano nos Açores, a John Bass Dabney, *"a designação politica garantia-lhe o respeito e a imunidade necessários para prosseguir os seus negócios."*[4]

Prematuramente, John B. Dabney consegue vislumbrar o potencial empresarial destas ilhas, acabando por permanecer nos Açores, bem como as gerações seguintes até 1892 com o fim da "dinastia" Dabney na função de cônsules.

Ao chegar aos Açores em 1804, já John Street havia cá chegado no papel de cônsul norte-americano nos Açores.

De acordo com William F. Doty, John Street terá sido o primeiro norte-americano a desempenhar funções de cônsul nos Açores, na ilha do Faial. Vários estudiosos questionam se terá sido realmente John Street o primeiro cônsul. Contudo William Doty, também ele, anos mais tarde, cônsul nos Açores, aponta John Street como primeiro cônsul,

[1] Maria Filomena Mónica "O Atlântico na Época dos Dabneys e dos Cantos" In Mário Mesquita e Paula Vicente (Coord.), *O Mar, na História, na Estratégia e na Ciência,* FLAD, Lisboa: Tinta-da-China, 2013, p.104.

[2] Maria Filomena Mónica (coord.); Paulo Silveira Sousa (selec., org. e notas). *Os Dabney. Uma Família Americana nos Açores*. Lisboa: Tinta-da-China, 2009, p. 30.

[3] Ricardo Madruga da Costa, "Algumas Notas Sobre o 1º Cônsul Geral dos EUA nos Açores e um Contributo para uma bibliografia sobre os Dabney". *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Vol. X, 1992, p.92.

[4] Tiago Moreira de Sá *História das Relações Portugal- EUA (1776-2005)*. Alfragide: D. Quixote, 2016, p.402.

o que nos parece uma teoria bastante credível, atendendo à posição política de Doty e o acesso que este teria a documentação privilegiada em matéria de consulado.

No entanto, há quem aponte John Street como representante dos EUA na categoria de apenas vice-cônsul no Faial, sendo em 1806 substituído por John Bass Dabney então cônsul na mesma ilha[5]. Talvez por esta hierarquia se coloque algumas das dúvidas prementes em relação a quem terá sido o 1º cônsul e assim se aponte para John B. Dabney como 1º cônsul norte-americano nos Açores. Este poderá ser um justificativo para a discrepância existente na iminência da representação diplomática dos EUA nas ilhas dos Açores.

Assim sendo, John Street, terá desempenhado as funções de cônsul nos Açores, com sede na ilha do Faial, a partir de 7 de julho de 1795. Como vice-cônsul em S. Miguel, temos Thomas Hickling Senior nomeado no mesmo ano, pelo presidente norte-americano George Washington[6].

Com a morte de John Street, sucede-lhe na sua posição de cônsul norte-americano John Bass Dabney, em 1806. Dois anos depois da sua passagem pelo Faial, e atendendo às suas ambições económicas, a posição social de cônsul seria uma mais-valia para os seus negócios.

Em Ponta Delgada mantém-se como seu homónimo Thomas Hickling Senior, tendo este sido nomeado para vice-cônsul em Ponta Delgada, em 1795, aquando da nomeação de John Street.

Tanto John Dabney como Thomas Hickling eram já homens de negócios residentes nos Açores quando assumiram o papel de cônsules *"Diplomacy has provided an important link in the Azorean-American relationship, and has done so long after the days of the Hicklings and Dabneys"*[7].

Nas palavras de Carlos Guilherme Riley, terão sido estas duas famílias determinantes para o aproximar das relações bilaterais entre EUA e Açores: Dabney, no Faial e Hickling em S. Miguel[8].

Embora tenhamos noção dos interesses paralelos aos serviços de cônsul, como já referimos, este papel seria uma mais-valia para os negócios que já ostentavam nos Açores. A família Dabney ligada ao negócio naval teria na ilha do Faial um porto seguro para o tráfego mercantil e naval. Em S. Miguel, Thomas Hickling era um grande empresário do comércio e exportação da laranja que fazia a ponte com a Europa.[9] Assegurando o estatuto de cônsules, teríamos assim a conjugação ideal para o prosperar dos interesses financeiros de ambas as famílias.

De acordo com William F. Doty, para além dos negócios de família, os cônsules e seus agentes em algumas das ilhas dos Açores, no seu serviço deviam "*minorar as ne-*

---

[5] Maria Filomena Mónica, 2009, *Ob.Cit*., p. 12.

[6] William F. Doty, *Esboço Histórico do Consulado Americano nos Açores*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, 2006, p. 43.

[7] Douglas L. Wheeler, "The Azores and the United States (1787 – 1987): Two Hundred Years of Shared History". *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira,* vol. XLV (1), 1988, p. 58.

[9] Carlos Guilherme Riley, "Os Açores e os Estados Unidos da América no "Longo Século XIX" In *Nação e Defesa* n.º 141, 2015, p 109.

cessidades dos marinheiros americanos cuja maioria, provavelmente se empregava na indústria baleeira americana."[10]

Interessa-nos então descortinar o papel do consulado nos Açores e até que ponto terá sido pertinente a aproximação entre EUA e Açores, "*the Azores Islands and the United States have been more than close neighbors"*.[11]

Desde logo temos de referir a posição geoestratégica do Açores como ancoradouro no meio do Atlântico, facilitador das ligações entre a América do Norte e a Europa. Este terá sido, desde sempre, um dos pontos fulcrais do interesse norte-americano pelas ilhas açorianas "*a situação estratégica do arquipélago a meio do Atlântico constitui elemento essencial na configuração do modelo de atuação de representação consular nestas ilhas"*[12].

Para além da posição privilegiada dos Açores há também a mencionar outros aspetos motivadores da aproximação e relação entre estes dois Estados.

Wheeler salienta duas categorias: humanas e naturais, sendo que os fatores humanos incidem nas questões marítimas de navegação e exploração; comércio e atividades empresariais; diplomacia; imigração; relações e negócios familiares; atividade governamental de Portugal; questões de defesa militar e atividades culturais. Referentemente aos fatores de ordem natural falamos então da localização e geografia açoriana; condições climatéricas, oceanografia; geomorfologia e ecologia dos Açores e do Atlântico.[13]

Para além destes fatores temos de acrescer o facto de Portugal se manter na sua neutralidade, sob diferentes prismas ao longo dos anos, o que era aliciante para os norte- americanos, bem como para Portugal era senão menos importante o apoio dos norte- americanos nas questões da luta contra a União Ibérica, "*a procura de uma aliança bilateral entre Portugal e os EUA esteve presente em vários momentos da história dos dois Estados mas nunca se efetivou em pleno*."[14]

Voltando então à dinastia Dabney e aos cônsules norte-americanos nos Açores. De referir que após a morte de John Bass Dabney, foi a vez de Charles W. Dabney (1826) dar o seu contributo, tendo sido este provavelmente o que mais se evidenciou na sociedade faialense desempenhando funções de cônsul durante 43 anos. A este, sucedeu-lhe como cônsul dos EUA no Faial, o seu filho Samuel W. Dabney que acaba por partir para os EUA em 1892, abandonando assim a tradição Dabney no consulado e pondo fim ao "Século Dabney", em que a função consular se perpetuou de geração

[9] Carlos Guilherme Riley, 2015, *Ob. Cit.,* pp. 111, 112.

[10] William F. Doty, 2006, *Ob. Cit*. p. 51.

[11] Douglas L. Wheeler, 1988, *Ob. Cit*. p. 55.

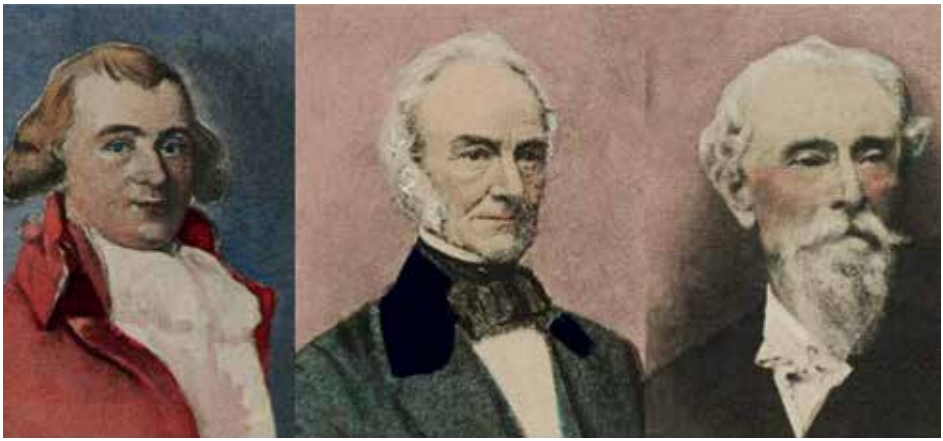
[12] Ricardo Madruga da Costa, *O Século Dabney. Uma perspetiva das Relações entre os Açores e os Estado Unidos da América à Luz da Correspondência Consular. 1806-1892*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores. Trabalho Realizado no Âmbito do Projeto de Pós-Doutoramento, 2009, p. 8. [14] Douglas L. Wheeler, 1988, *Ob. Cit*. p. 55.

[13] Douglas L. Wheeler, 1988, *Ob. Cit*. p. 55.

[14] José Medeiros Ferreira, "Portugal e os EUA nas Duas Guerras Mundiais: A Procura do Plano Bilateral", Lisboa: *Cadernos Navais*, n.º 9, Março, Junho de 2004, p.4.

em geração. William F. Doty salienta o papel dos cônsules Charles e Samuel Dabney como tendo sido os grandes impulsionadores de prosperidade nas ilhas do triângulo no século XIX, sobretudo pelo estímulo à exportação para Inglaterra e EUA e a acentuada emigração para américa.[15]

Os Dabney ao longo do século XIX mantiveram a estabilidade e a prosperidade dos seus negócios, Charles W. Dabney impulsionou fortemente o desenvolvimento dos mesmos. No entanto, Samuel W. Dabney deparou-se com dificuldades empresariais consequentes da utilização do petróleo em detrimento do óleo de baleia, do recurso aos navios a vapor, diminuindo a necessidade de abastecimento no meio do Atlântico e a concorrência direta dos negócios da família Bensaúde & Co.[16] Com estas dificuldades em termos pessoais e empresariais, Samuel W. Dabney acaba por partir para os EUA.



John Bass Dabney 1806 - 1826 | Charles William Dabney 1826 - 1871 | Samuel Wyllys Dabney 1827 - 1892

Figura 1. A Família Dabney - Cônsules Norte-Americanos no Faial.
Fonte: www.static.wixstatic.com/media/d76add_ccc2f5a2c65d466bb2504b6648a526cb~mv2.jpg?dn=; American Consular Services Azores, disponível em www.pt.usembassy.gov/wp-content/uploads/sites/185/Azores_Consuls.pdf

De referir que também em Ponta Delgada se verificou a passagem do estatuto consular entre gerações, com a morte de Thomas Hickling Senior, sucede-lhe seu filho Thomas Hickling Jr, abandonando o consulado com a sua morte em 1875[17].

[15] William F. Doty, *Ob. Cit.*, p. 57.
[16] Maria Filomena Mónica, 2013, *Ob. Cit.,* pp.105, 106.
[17] American Consular Services Azores, disponível em https://pt.usembassy.gov/wp- content/uploads/sites/185/Azores_Consuls.pdf

Figura 2. Thomas Hickling Vice-Cônsul Norte-Americano em Ponta Delgada, 1795-1834.
Fonte: https://allaboutivens.wordpress.com/2015/12/13/hickling-us-vice-consul-ponta-delgarda-azores/#jp-carousel-118

No periódico *"A União"* de 18 de julho de 2006, Thomas Hickling é notícia pela comemoração dos 230 anos de Independência da América. Nesta reportagem dá-se nota da vida de Thomas Hickling nos Açores e o seu legado em termos sociais e culturais, sendo que o próprio título da reportagem é alusivo a este aspecto: "Thomas Hickling. História do cônsul americano que descobriu as Furnas"[18].

Ambas as famílias deixaram um significativo legado nas ilhas açorianas, muito para além de terem contributo para o estreitamente das relações diplomáticas entre Portugal e EUA, de terem contribuído para o desenvolvimento económico das ilhas, pelos seus abastados negócios familiares, mas também pela influência em termos sociais e culturais que deixaram sendo estes fulcrais para o desenvolvimento dos Açores.

Após algumas sucessões consulares na Horta e com o fim da "dinastia" Dabney, em 1899 transfere-se o consulado desta cidade para Ponta Delgada sendo o seu cônsul George C. Pickerell. Os escritórios da Horta são reduzidos a agência consular, tal como os de S. Jorge, Flores e Terceira, que acabam por ser encerrados definitivamente em 1918 (nas Flores e em S. Jorge o encerramento foi anterior ao da Horta e da Terceira), centrando toda a sua ação consular em S. Miguel[19].

Com o início do novo século e já em funções em S. Miguel, os cônsules ocupavam-se:

[18] Periódico "*A União*" n.º 33021, de 18 de Julho de 2006.

[19] William F. Doty, *Ob. Cit.,* pp. 63, 64 e American Consular Services Azores, disponível em https://pt.usembassy.gov/wp-content/uploads/sites/185/Azores_Consuls.pdf

> "Da situação de cidadãos americanos naturalizados, que haviam nascido nos Açores e dos seus filhos, envolvendo investigações relativas a naturalização fraudulenta, deportação, isenção do serviço militar, taxas militares, assuntos relativos à emigração dos Açores para os Estados Unidos."[20]

Evidencia-se com esta listagem de serviços, uma maior abrangência e foco diplomático nas suas funções, comparativamente à referência que já se fez anteriormente das funções consulares, em que estas praticamente se cingiam ao apoio logístico às embarcações baleeiras americanas e seus tripulantes. Já nos inícios do século XX temos oportunidade de assistir a uma maior envolvência na vida da sociedade açoriana.

Relação EUA-Portugal no decorrer de Duas Grandes Guerras – Século XX

Mas nem só de diplomacia foi feita a influência e estada dos norte-americanos nos Açores. Os americanos trazem toda uma dinâmica estrangeira que impregna as populações com o tão conhecido "sonho americano". As influências estrangeiras que se fazem sentir, quer em termos políticos e económicos, mas sobretudo em termos sociais e culturais, leva a que muita da população açoriana comece a desenhar o seu futuro na outra margem do Atlântico, "*homens do Faial, do Pico, das Flores e de outra ilhas do Oeste embarcavam, à aventura, como tripulantes, fugindo ao recrutamento militar e procurando melhores condições económicas no Novo Mundo*."[21]

Em 1909, o ex-presidente norte-americano Theodore Roosevelt, a caminho de um safari em África, faz escala no porto da Horta e no dia seguinte no de Ponta Delgada. Como mero turista, enquanto o barco se encontrava atracado no porto de Ponta Delgada, o ex-presidente aproveita para descer e passear turisticamente pela cidade, sem qualquer acolhimento protocolar das autoridades portuguesas, o que poderia ser alvo de crítica pela instabilidade política e social que se vivia. Contudo, a sua visita não passou despercebida aos meios de comunicação social e aos jovens estudantes do liceu.[22]

Todavia, o cônsul norte-americano Edward A. Creevey levou-o à colina Mãe de Deus onde teria uma vista resplandecente da cidade de Ponta Delgada. Mais tarde, já no período da 1ª República, os jardins e o passeio circundante do Alto da Mãe de Deus recebe a designação toponímica de "Passeio Público Theodore Roosevelt", em homenagem e reconhecimento à sua passagem pela ilha de S. Miguel em 1909.[23]

---

[20] William F. Doty, *Ob. Cit.,* p. 64.

[21] Mário Mesquita, "A Escala de Roosevelt nos Açores". *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira,* vol. XLIV, 1986, p. 45.

[22] Carlos Guilherme Riley, 2015, *Ob. Cit.,* pp. 120, 121.

[23] William F. Doty, *Ob. Cit.,*, p. 64; Carlos Guilherme Riley, 2015,*Ob. Cit.*, p. 121.

Figura 3. Placa Toponímica do "Passeio Público Theodoro Roosevelt".
Fonte: Col. Particular.

Quatro anos passados da Implantação da República Portuguesa (1910), a 28 de julho de 1914 estala a 1ª Grande Guerra, e com esta estreitam-se os laços entre Portugal e EUA, por intermédio dos Açores "*na medida em que, entre outros factores, tiveram ambos uma política externa semelhante relativamente à Alemanha. Neste contexto, os dois países adotaram o estatuto de neutralidade durante uma parte significativa do conflito"*[24] e mais tarde acabam ambos os Estados por se tornar beligerantes.

O bombardeamento da cidade de Ponta Delgada pelo submarino alemão *U-155 Deutschland*, a 4 de julho de 1917, deixa um rastro de destruição indicador da exígua defesa militar do porto micaelense, *"poucos dias antes do bombardeamento (…) a conceitualização da defesa nacional continuava a não ter em conta os Açores."*[25]

Este ataque foi travado pelo cargueiro norte-americano *Orion*, que se encontrava estacionado no porto de Ponta Delgada.

[24] Luís Andrade, *Uma Perspetiva Açoriana da Política Externa dos Estados Unidos da América e o Atlântico Norte*. Ponta Delgada: Letras Lavadas, 2017, pp. 72, 73.

[25] Sérgio Rezendes, *A Grande Guerra nos Açores. Memória Histórica e Património Militar.* Dissertação apresentada à Universidade dos Açores para a obtenção do grau de Mestre em Património, Museologia e Desenvolvimento. Ponta Delgada, 2008, p.28.

Figura 4. Destruição causada pelo bombardeamento do Submarino Alemão a 4 de julho de 1917.
Fonte: http://historiadosacores.tumblr.com/post/66196009450/4-de-julho-de-1917
-ponta- delgada-ilha-de-s%C3%A3o

Mais tarde, a 25 do mesmo mês, chega à ilha de S. Miguel, cinco "destroyers" norte-americanos, apoiados por hidroaviões, sob o comando do Almirante Dunn.[26]

Estes acontecimentos acabam por ser um incentivo à implantação da Base Naval em Ponta Delgada. Desta forma, dá-se um ponto de viragem na relação bilateral entre os dois países. O pedido de estabelecimento da Base Naval em Ponta Delgada no final do ano acaba por ser concedido, sendo então instalada a Base Naval em janeiro de 1918, sob o comando do Almirante Dunn. Na expressão de José Medeiros Ferreira, "*em plena Primeira Guerra Mundial. O ponto de encontro bilateral entre Portugal e EUA seria os Açores"*[27].

Na sessão n.º 41 da Câmara dos Senhores Deputados, de 12 de agosto de 1919, refere-se que "*os olhares dos portugueses convergiam para a base naval americana instalada em Ponta Delgada, e isso era apregoado no estrangeiro como uma das nossas forças e do grande auxílio por nós prestado aos aliados."*[28] Evidenciam-se os Açores como intermediários da relação EUA-Portugal, bem como responsáveis pela afirmação de Portugal no mapa das relações internacionais.

[26] William F. Doty, *Ob. Cit*, p. 64.
[27] José Medeiros Ferreira, 2004, *Ob. Cit.,* p.6.
[28] Câmara dos Senhores Deputados, sessão n.º 41 de 12 de agosto de 1919, p. 7, disponível em: http://debates.parlamento.pt/catalogo/r1/cd/01/04/01/041/1919-08- 12/7?q=base%2Bnaval%2Bponta%2Bdelgada&pOffset=30

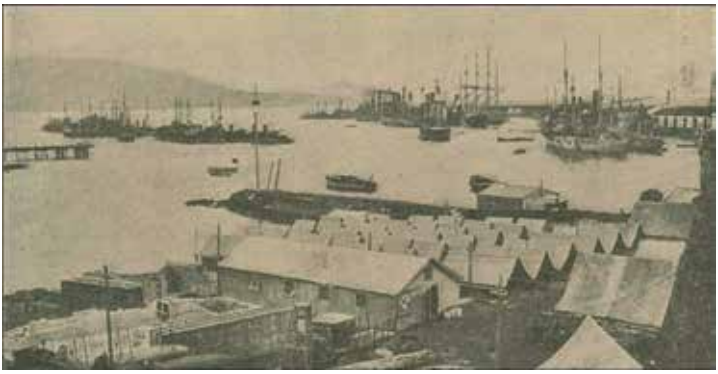


Figura 5. Base Naval Norte-Americana em Ponta Delgada.
Fonte: https://acervo.publico.pt/culturaipsilon/noticia/base-naval-de-ponta-delgada-1666823

Portanto, Portugal vê os seus interesses políticos e militares atendidos por intermédio do concebimento de facilidades aos EUA, quer pela posição de auxílio face os Aliados, quer como forma de defesa do porto de Ponta Delgada.

Para os EUA os Açores ocupam uma posição privilegiada em termos geoestratégicos e que torna tão apelativo o estreitamento de relações entre Portugal e Estados Unidos da América, evidenciado pela 1ª Grande Guerra.[29]

Também na sessão n.º 26 da Câmara dos Senhores Deputados de 22 de julho de 1919, salienta-se a importância geoestratégica do Arquipélago "*ficam os Açores na interseção das duas linhas comerciais mais importantes do Atlântico. Ali passam todos os transportes marítimos que vem da América para o Mediterrâneo, e bem assim os que vem da América Central para o Norte da Europa*."[30] Como podemos ver, ao Açores seriam como uma ponte no meio do Atlântico, o que facilitava as rotas comerciais vindas da América.

John G. Wood é nomeado cônsul norte-americano em Ponta Delgada, no final do ano de 1917. No periódico terceirense "*A União*" de 30 de novembro de 1917, dá-se nota da sua chegada a Angra do Heroísmo, em passagem para Ponta Delgada, para assumir o cargo de cônsul norte-americano nos Açores.[31]

[29] Tiago Moreira de Sá, 2016, *Ob. Cit.*, p. 325.
[30] Câmara dos Senhores Deputados, sessão n.º 26 de 22 de julho de 1919, p. 12, disponível em http://debates.parlamento.pt/catalogo/r1/cd/01/04/01/026/1919- 0722/12?q=base%2Bnaval%2Bponta%2Bdelgada&pOf
[31] Periódico "*A União*" n.º 24, de 30 de novembro de1917.

A UNIÃO

PUBLICAÇAO DIARIA

Redacção e Administração Rua da Republica, 79—1.º

Typografia Rua Infante D. Henrique—19

Ano 24.º

Angra do Heroismo—Sexta-feira, 30 de Novembro de 1917

DIRECTOR, PROPRIETARIO E EDITOR MANUEL VIEIRA MENDES DA SILVA

N.º 7:035

Consul dos Estados Unidos

De passagem para Ponta Delgada, encontra-se hoje nesta cidade, o ilustre cidadão americano, Mr. John G. Wood, ultimamente nomeado consul da America do Norte nos Açores, com sêde em Ponta Delgada. Vem de Marselha, aonde exercia aquele importante cargo.

Mr. Wood, durante a sua curta demora em Angra, tem sido hospede do ilustre agente-consular dos E. U. A., sr. Thomé de Castro, em cujo escritorio nos proporcionou uma ligeira entrevista sobre a nova lei de emigração, especialmente no que respeita aos açoreanos.

Os nossos cumprimentos a s. ex.ª.

Figura 6. Periódico "A União" de 30 de novembro de 1917.

Este será então, o cônsul que acompanhará o futuro das relações Portugal- EUA com a instalação da Base Naval em Ponta Delgada, bem como será John G. Wood que acompanhará Flanklin Delano Roosevelt, então subsecretário da Marinha do governo norte-americano, na sua visita à Base Naval em Ponta Delgada em agosto de 1918.

Com esta visita, os Açores ganham visibilidade no campo politico, geoestratégica mas também afetivo de Franklin D. Roosevelt, sobretudo pelo clima e geográfica açoriana, chegando a recomendar os Açores "*para a capital de uma possível União Atlântica entre os Estados Unidos e o Império Britânico.*"[32]

Apesar de se manter o interesse pelos Açores, estes vão ser apaziguadas com o armistício de 1918. Este afastamento poderá ser justificável pela forte crise e instabilidade política que se vivia em Portugal, pela lealdade dos portugueses aos britânicos[33], mas também pela própria política interna norte-americana.

Desta forma inicia-se a desmobilização da Base Naval de Ponta Delgada, embora essa posição não tenha sido unanimemente aceite, sobretudo pelo Almirante Dunn que ainda tentou reforçar a importância de manter a Base em Ponta Delgada, mas sem sucesso. Até ao final de 1919, os norte-americanos retiram as suas forças da Base Naval de Ponta Delgada[34].

---

[32] Mário Mesquita, *Ob. Cit.*, pp. 50, 51.

[33] Tiago Moreira de Sá, *Ob. Cit.*, pp.338, 339.

[34] António José Telo, "Os Açores e as Estratégias para o Atlântico In Matos, Artur; Meneses, Avelino e Leite, José (coord.). *História dos Açores. Do Descobrimento ao Século XX*. Instituto Açoriano da Cultura, 2008, vol. II, p. 234,235.

Apesar desta desmobilização, os Açores não são descorados da atenção norte- americana. Mantém-se o interesse dos EUA pelos Açores, no sentido em que esta "ponte" Atlântica permitia a liberdade dos mares e constituía-se como ponto *"de apoio logístico à projeção de forças daquele país em direção à Europa, ao Médio Oriente, ao norte de África, assim como ao flanco sul da aliança Atlântica"*[35].

Com a Segunda Guerra Mundial, volta-se a notabilizar as relações entre Portugal e EUA, e novamente por intermédio do Açores por serem uma "*preocupação dominante do Presidente Roosevelt, precisamente quando os estrategas de Washington desencadearam toda a espécie de pressões políticas e diplomáticas sobre o Governo de Lisboa, com vista a instalarem bases militares no Arquipélago*."[36]

No decorrer da 2ª Guerra Mundial (1939-1945), os EUA solicitam um conjunto de facilidades militares nos Açores, mas Portugal em troca da concessão dessas facilidades pede auxílio para ajudar a expulsar os japoneses de Timor.

Apenas em modo de contextualização, apraz-nos referir que durante a 2ª Guerra Mundial, Timor foi o único território português a ser invadido por um país beligerante. Esta ocupação deu-se em 1942 e permaneceu até ao final da guerra. Pouco antes dos japoneses, Timor já havido sido invadido pelos Holandeses e pelos Australianos. Portugal e os países aliados tinham um Acordo de Cooperação caso Timor fosse ocupado pelos japoneses. No entanto, este só seria implementado se houvesse um pedido formal por parte de Portugal, o que nunca aconteceu.

Em 1940, Churchill e Roosevelt planeiam uma possível ocupação dos Açores, como forma de prevenir um possível ataque alemão.[37] Contudo esta ocupação acabou por ser evitada após um longo percurso de conversações, relatórios, negociações… Salazar acaba por conceder um conjunto de facilidades aos britânicos tendo por base a velha Aliança Luso-Britânica.

Deste modo, a 8 de outubro de 1943, desembarca no Porto de Pipas, da Cidade de Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, um contingente de 3000 militares ingleses, comandados pelo Vice-Marechal Geoffrey Bromet, rumo ao aeródromo das Lajes.

No entanto, cerca de 3 meses depois, a 9 de janeiro de 1944, desembarca no mesmo porto, um grupo de "técnicos" norte-americanos com o intuito de apoiar as forças britânicas nas obras de ampliação do aeródromo.

Ainda em 1943, o diplomata George Kennan manifesta o interesse dos EUA em construir um novo aeroporto no Arquipélago dos Açores, o que permitiria uma maior agilidade na evacuação das tropas americanas no final da guerra. No entanto, Salazar não estava disposto a autorizar a permanência quer de tropas militares quer de aeronaves nos Açores.[38] Evidencia-se alguma resistência no decorrer das negociações por parte de

[35] Luís de Andrade, 2007, *Ob. Cit*., p. 43.

[36] Mário Mesquita, *Ob. Cit.,* pp. 50, 51.

[37] Luís Nuno Rodrigues, "Portugal, o Atlântico e o Início da Guerra Fria" In Mário Mesquita e Paula vicente (Coord.) *Potências Emergentes e Relações Transatlânticas"* FLAD, Lisboa, Edições Tinta-Da-China, 2010, p.83.

[38] José Manuel Correia, "Aviação Aliada nos Açores (1943-1945) ", In Carlos Guilherme Riley e Mário Correia, *Revista de Cultura Atlântida,* – Dossiê Temático Asas Sobre o Atlântico. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano da Cultura, vol. LXI, 2016, p. 197.

Oliveira Salazar. Contudo, há a enfatizar o papel preponderante do diplomata George Kennan para a concretização do Acordo Bilateral Portugal – EUA (embora George Kennan não tenha finalizado as negociações, visto ter sido transferido para Moscovo).

Como é sabido estas negociações duraram alguns anos com avanços e retrocessos. Em 1941, com o agravamento da "Batalha do Atlântico" as ilhas açorianas tornam-se essenciais, dando impulso a uma autêntica viragem nas relações Portugal-EUA.[39] O ano de 1943 será então o ano decisivo nas negociações luso-americanas, resultando no Acordo de Santa Maria.

Deste modo, a 28 de novembro em 1944 é assinado o Acordo entre os dois Estados, sediando-se neste mesmo ano, as forças norte-americanas, na ilha de Santa Maria. As facilidades prendiam-se com a instalação de um aeródromo na Ilha de Santa Maria. Mais tarde este contingente seria transferido para a ilha Terceira, ficando destinada a ilha de Santa Maria para acolher o aeroporto civil.

Em 1946, efetiva-se então a chegada dos norte-americanos à ilha Terceira, no ano subsequente ao término da 2ª Guerra Mundial. Esta presença faz-se sentir até aos dias de hoje, *"era evidente que o interesse pelo uso activo dos Açores não se ia esgotar com a guerra."*[40]

Figura 7. Aeroporto de Santa Maria.
Fonte: https://rr.sapo.pt/el/124491/ilha-de-santa-maria-ascensao-e-queda-da-pequena-america

[39] Tiago Moreira de Sá, *Ob. Cit.,* pp.357,363.

[40] António José Telo, "Os Açores e o Atlântico" in Luís Rodrigues; Iva Delgado; David Castaño (coord.) *Portugal e o Atlântico. 60 anos de Acordos dos Açores*. Lisboa, Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, 2005, p. 201.

Com a Segunda Guerra Mundial, é imperativo para os Aliados garantir um ponto de apoio no Atlântico, volta-se a evidenciar a importância geoestratégica e geopolítica dos Açores, tal como na Primeira Grande Guerra.

Contudo, com o evoluir dos tempos e dos interesses norte-americanos evidenciam-se agora algumas diferenças prementes na sua forma de atuação e permanência nos Açores. Desde logo, o tipo de forças de defesa investe-se na Força Aérea, num maior número de efetivos sediados nos Açores bem como na duração da sua permanência que é visível ainda nos nossos dias.[41] No entanto, estas são determinantes para assegurar uma linha de defesa da localização privilegiada dos Açores e que seria uma mais-valia para os Aliados, sendo que nestes termos, a neutralidade portuguesa é reconhecida como sendo colaborante, pela sua "cedência" de facilidades aos Aliados, no decorrer da guerra.

Com o final da Segunda Guerra Mundial, termina o acordo de cedência das Base das Lajes às forças britânicas, e como já referimos anteriormente, em 1946, os norte- americanos sediam-se definitivamente no Campo das Lajes, "*no sentido de concentrar todas as operações militares nas Lajes, enquanto Santa Maria seria transformada no grande aeroporto civil*"[42].

O Campo das Lajes é submetido a evidentes melhorias e ampliações que envolveram a população da ilha Terceira, subscrevendo-se numa autêntica viragem na qualidade de vida do povo terceirense. A sediação dos americanos na Base das Lajes implicou desde logo a necessidade de mão-de-obra portuguesa, o que fez com que muitos terceirenses, que viviam sofregamente do que a terra lhes dava, vissem as suas vidas abençoadas com a chegada dos norte-americanos e a criação de novos postos de trabalho, bem remunerados.[43]

Figura 8. Base das Lajes.
Fonte: Col. Particular Manuel Meneses Martins

[41] José Medeiros Ferreira, 2004, *Ob. Cit.,* p.25.
[42] António José Telo, 2005, *Ob. Cit.,* p. 202.
[43] Tânia Santos Mendes. *A Infância Abandonada*. Ponta Delgada: Letras Lavadas, 2018, pp. 75,76

Com o pós-guerra a presença norte-americana torna-se imperativa nas ilhas dos Açores, "o período que vai de 1945 até à queda do Muro de Berlim, 1989, foi, de facto, aquele que evidenciou, excetuando a Segunda Guerra Mundial, a maior relevância do Arquipélago dos Açores em termos geopolíticos e geoestratégicos. Esta região foi, na realidade, decisiva no apoio logístico aos Estados Unidos da América."[44]

Falamos então no período conhecido como Guerra Fria (que durou desde o Bloqueio de Berlim em 1948 até à Queda do Muro de Berlim em 1989), período de rescaldo do pós-guerra, de reorganização mundial e de retenção da União Soviética, em que os Açores continuam a ser essenciais quase como se de uma ponte se tratasse. Não obstante ser preocupação constante do pós-guerra a "*tensão entre os blocos americano e soviético, associado à ameaça de bomba atómica, ter concentrado atenção dos investigadores em torno da importância e impacto militar do poder aéreo*"[45], em que os Açores, situados no meio do Atlântico, auxiliaram a concretização como centro de apoio logístico à aviação militar.

Continuaria desta forma, os Açores a ter um papel crucial para as manobras transatlânticas envolvendo assim, Portugal na nova ordem internacional que se começava a desenhar.

A presença norte americana foi-se mantendo nos Açores após o término da guerra até à atualidade, num regime de concessões. Estas são concessões provisórias de curta duração, mas que tem sido sempre renovadas.[46] O interesse pelos Açores mantém-se, apesar de assistirmos a uma desmobilização de parte do contingente militar da Base norte- americana na ilha Terceira, contudo esta ainda não foi definitiva, tem persistido ao longo dos últimos anos do século XX, no pós Guerra Fria, entrando no XXI com uma presença mais diminuta, mas que ainda se faz sentir.

E assim se manteve a faceta açoriana no mapa mundial. Apesar de nos últimos anos ter perdido a sua ostentação, a verdade é que a presença norte-americana ainda se mantém, de forma quase irrisória, mas continua a marcar a sua presença quanto mais não seja pela pequena cidade americana que se aninha na encosta da Serra de Santiago e se estende pelos antigos campos cerealíferos do Ramo Grande, *"a base continuou a sua existência como americana no pós-guerra como confirmação da fronteira de segurança no meridiano 26ºW"*[47].

Hoje com evidentes sinais de degradação e abandono, mas ainda nos permite vislumbrar a grandiosidade que foi para a ilha Terceira, a Base das Lajes e toda a influência norte-americana que se fez sentir nesta pequena ilha açoriana e que se refletiu por todo o Arquipélago dos Açores.

---

[44] Luís Andrade, *Ob. Cit.,* p.74.

[45] Carlos Guilherme Riley "Natália Correia: A Americana Acidental". In *Insulana*. Instituto Cultural de Ponta Delgada, 69, 2013, p.3.

[46] António José Telo, 2005, *Ob. Cit.,* p. 203.

[47] José Grave "Uma Base Estrangeira nas Lajes. O Alvor." In *Arquipélago História,* 2ª Série, 2001, p. 420.

Considerações Finais

Como tivemos oportunidade de assistir ao longo desta breve abordagem a dois séculos de presença norte-americana, podemos concluir que esta manifestou-se, ao longo dos séculos em análise, por intermédio de duas vertentes. Por um lado, temos uma relação e aproximação resultante da presença consular nos Açores, remontando ao século XIX, por outro, e com a entrada no século XX, temos uma viragem no estreitamento da relação entre Portugal e EUA, em consequência de duas Grandes Guerras. Evidencia-se, por intermédio dos Açores, a importância de se manter uma presença norte-americana no Arquipélago, resultando num estreitamento de interesses e relacionamentos entre os dois Estados.

Por um lado, temos duas famílias determinantes da influência norte-americana nos Açores, estamo-nos a reportar às famílias Dabney e Hickling, por outro temos uma consequência "bélica" que enfatizou a importância dos Açores, evidenciando a sua posição privilegiada em termos geoestratégicos e geopolíticos que desde sempre ostentou.

Desta forma, foi nosso intuito ao longo deste recuo temporal percorrer dois séculos ilustrando a forma como a presença norte-americana se fez sentir nos Açores e assim, demonstrar, o facto da relação entre Portugal e EUA remontar ao século XIX, desconstruindo o "mito" de que esta apenas se manifestou em consequência da II Guerra Mundial e pela presença da Base Militar norte-americana nas Lajes, ilha Terceira.

Referências bibliográficas

Obras específicas:

Andrade, Luís (2017). "Uma Perspetiva Açoriana da Política Externa dos Estados Unidos da América e o Atlântico Norte". Ponta Delgada: Letras Lavadas.

Costa, Ricardo Madruga da (1992). "Algumas Notas Sobre o 1º Cônsul Geral dos EUA nos Açores e um Contributo para uma bibliografia sobre os Dabney". In *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Vol. X.

Costa, Ricardo Madruga da (2009). "O Século Dabney. Uma perspetiva das Relações entre os Açores e os Estado Unidos da América à Luz da Correspondência Consular. 1806-1892". Ponta Delgada, Universidade dos Açores. Trabalho Realizado no Âmbito do Projeto de Pós-Doutoramento.

Correia, José Manuel (2016). "Aviação Aliada nos Açores (1943-1945) ", In Carlos Guilherme Riley e Mário Correia, In *Revista de Cultura Atlântida, – Dossiê Temático Asas Sobre o Atlântico*. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano da Cultura, vol. LXI.

Doty, William F. (2006). "Esboço Histórico do Consulado Americano nos Açores". Horta: Núcleo Cultural da Horta.

Ferreira, José Medeiros (2004). "Portugal e os EUA nas Duas Guerras Mundiais: A Procura do Plano Bilateral", Lisboa: *Cadernos Navais,* n.º 9, Março, Junho.

Grave, José (2001) "Uma Base Estrangeira nas Lajes. O Alvor." In *Arquipélago História*, 2ª Série.
Mendes, Tânia Santos (2018). "A Infância Abandonada." Ponta Delgada: Letras Lavadas.
Mesquita, Mário, (1986). "A Escala de Roosevelt nos Açores". In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLIV.
Mónica, Maria Filomena (coord.); Paulo Silveira Sousa (selec., org. e notas) (2009). "Os Dabney. Uma Família Americana nos Açores." Lisboa: Tinta-da- China.
Mónica, Maria Filomena (2013). "O Atlântico na Época dos Dabneys e dos Cantos" In Mário Mesquita e Paula Vicente (Coord.), "O Mar, na História, na Estratégia e na Ciência", FLAD, Lisboa: Tinta-da-China.
Rezendes, Sérgio (2008). "A Grande Guerra nos Açores. Memória Histórica e Património Militar". Dissertação apresentada à Universidade dos Açores para a obtenção do grau de Mestre em Património, Museologia e Desenvolvimento. Ponta Delgada.
Riley Carlos Guilherme (2013). "Natália Correia: A Americana Acidental". In Insulana. Instituto Cultural de Ponta Delgada, 69.
Riley, Carlos Guilherme (2015). "Os Açores e os Estados Unidos da América no "Longo Século XIX" In Nação e Defesa n.º 141.
Rodrigues, Luís Nuno (2004). "George Kennan e as Negociações Luso-Americanas sobre os Açores" In Relações Internacionais, nº 4.
Rodrigues, Luís Nuno (2010). "Portugal, o Atlântico e o Início da Guerra Fria" In Mário Mesquita e Paula vicente (Coord.) Potências Emergentes e Relações Transatlânticas FLAD, Lisboa, Edições Tinta-Da-China.
Sá, Tiago Moreira de (2016). "História das Relações Portugal- EUA (1776-2005)". Alfragide: D. Quixote.
Telo, António José (2005). "Os Açores e o Atlântico" in Luís Rodrigues; Iva Delgado; David Castaño (coord.) Portugal e o Atlântico. 60 anos de Acordos dos Açores. Lisboa, Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa.
Telo António José, (2008). "Os Açores e as Estratégias para o Atlântico In Matos, Artur; Meneses, Avelino e Leite, José (coord.). História dos Açores. Do Descobrimento ao Século XX. Instituto Açoriano da Cultura, vol. II.
Wheeler, Douglas L. (1988). "The Azores and the United States (1787 – 1987): Two Hundred Years of Shared History". Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. XLV (1).

Debates parlamentares:

Câmara dos Senhores Deputados, sessão n.º 41 de 12 de agosto de 1919, p. 7.
Câmara dos Senhores Deputados, sessão n.º 26 de 22 de julho de 1919, p. 12.

Periódicos:

Periódico "A União" n.º 24, de 30 de novembro de 1917.
Periódico "A União" n.º 33021, de 18 de Julho de 2006.

Webgrafia:

American Consular Services Azores. https://pt.usembassy.gov/wp-content/uploads/sites/185/Azores_Consuls.pdf

https://static.wixstatic.com/media/d76add_ccc2f5a2c65d466bb2504b6648a526c b~mv2.jpg?dn=

"Hickling – US Vice Consul, Ponta Delgada, Azores" (2015), in *All About Ivens*. https://allaboutivens.wordpress.com/2015/12/13/hickling-us-vice-consul-ponta-delgarda-azores/

"História dos Açores" (2014). http://historiadosacores.tumblr.com/post/66196009450/4-de-julho--de-1917-ponta-delgada-ilha-de-s%C3%A3o

"Base Naval de Ponta Delgada", in *Público*. https://acervo.publico.pt/culturaipsilon/noticia/base--naval-de-ponta-delgada-1666823

Malta, J. C., "Ilha de Santa Maria. Ascensão e queda da pequena América" (2018), in *Rádio Renascença*. https://rr.sapo.pt/el/124491/ilha-de-santa-maria-ascensao-e-queda-da-pequena-america

DOCUMENTOS

O DISTRITO DE ANGRA DO HEROÍSMO NA CORRESPONDÊNCIA DO GOVERNADOR CIVIL PARA O MINISTRO DO INTERIOR NO ANO 1941

José Olívio M. Rocha[*]

Introdução

Numa pesquisa recentemente realizada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo permitiu-me localizar um conjunto de documentos, da autoria do então Governador Civil do Distrito de Angra do Heroísmo, Dr. Pestana da Silva[1]e que resultaram do exercício das suas funções, entre maio de 1941 e setembro de 1944.

Para além dos textos de duas cartas [pessoais] dirigidas ao então Ministro de Interior[2], datadas de julho e outubro de 1941 e que abordam os problemas existentes no distrito e o texto de um ofício, dirigido aos três governadores dos três distritos e datado de 19 de agosto de 1941 sobre a questão das subsistências nos Açores e as dificuldades, resultantes da presença dos contingentes militares do Continente nos Açores, bem como um longo texto intitulado: "Relatório do Governador de Angra do Heroísmo, após sete meses de Governo" e datado de 6 de dezembro de 1941. Este relatório reporta a situação, refletindo num quadro ilustrado, com um balanço sobre o trabalho realizado sobre a realidade existente nas ilhas do distrito, as vivências do Estado Novo nas ilhas, a relação com os outros poderes e, com grande destaque, a propaganda realizada sobre

---

[*] IHIT. Licenciado em História e Mestre em Relações Internacionais pela Universidade dos Açores.

[1] António Francisco de Sales Guimarães Pestana da Silva, natural de Leça da Palmeira, Matosinhos. Foi médico e exerceu as funções de governador civil do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo (Açores) de 1941 a 1944.

[2] Mário Pais de Sousa , conterrâneo de Salazar nasceu a 22 de Fevereiro de 1891 e faleceu em Lisboa, 19 de Abril de 1949). Político ligado ao regime do Estado Novo foi Ministro do Interior dos governos presididos por António de Oliveira Salazar. Era advogado, licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra (1911), Mantinha com Salazar fortes afinidades ideológicas, sendo católico militante e membro do CADC. Consulta na Internet no dia 28 de junho de 2020.

a adesão ao regime do Estado Novo nos Açores e, mais especificamente, no distrito de Angra. Estes documentos são publicados no final em 2 anexos, constando no Anexo I, as cartas e no Anexo II, o texto do relatório, acima mencionado.

A nossa abordagem, tem por base os documentos acima citados e em anexo e o recurso às diversas perspetivas historiográficas e biográficas existentes sobre este tema. A este propósito pretendemos fazer uma análise detalhada e crítica sobre a situação nos Açores e, em particular o Distrito, incluindo as vivências quotidianas do Estado Novo, os problemas suscitados nesses documentos e a forma como foram resolvidos, sob a perspetiva do Governador, incluindo as instituições do Estado e o funcionamento dos poderes no contexto existente nos Açores e no então distrito de Angra do Heroísmo.

1. As vivências do Estado Novo no Distrito de A. H. e nos Açores

Nos Açores e no Continente português, no ano de 1941 assinalavam-se 15 anos desde a revolução do 28 de maio de 1926 e 10 anos após a chamada "Revolta na Madeira e nos Açores". De uma maneira geral e particularmente em termos políticos verificava-se a existência de uma boa sintonia na aceitação do Estado Novo, embora com o que terá ficando, em termos de insatisfações e frustrações que resultaram da revolta de 1931 na Madeira e nos Açores e de outras tentativas frustradas que surgiram posteriormente. Existiam, obviamente algumas reticências e manifestações veladas de descontentamento e desilusão por parte de alguns setores e pessoas que, embora não sendo identificados, os nomes são mencionados, de uma forma genérica nas cartas de Pestana da Silva para o Ministro do Interior.

Como sempre foi afirmado, com particular destaque para Angra do Heroísmo, os Açores eram Portugal de direito e de coração e alma. Nesse aspeto, já no ano de 1919, Luís da Silva Ribeiro (1919)[3] havia definido uma linha de pensamento e que teve repercussões futuras. Com efeito, numa conferência proferida na sede do Sindicato dos Empregados de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo e que ficou célebre, a começar pelo título atribuído a essa conferência "Os Açores de Portugal"[4] em cujo conteúdo aprofunda e desenvolve.

Num texto inicial dessa conferência, publicada posteriormente no II volume História, Obras Completas de Luís Ribeiro, em dedicatória refere: "À memória de Ciprião de Figueiredo, de Brianda Pereira e dos bravos da batalha da Salga em 1581, para que ela mantenha, sempre puro, em corações açorianos o amor à nobre terra portuguesa."[5]

E no desenvolvimento do texto da conferência afirma, nomeadamente:

[3] Jornal a UNIÃO, edição de 1920.

[4] O texto desta conferência, que mereceu referência no jornal a UNIÃO teve posteriormente uma edição autónoma, por iniciativa da Tipografia Andrade, com p mesmo título. No ano de 1983 consta como o primeiro título no livro OBRAS de Luís da Silva Ribeiro, Volume II – História publicado no âmbito do centenário do seu nascimento pelo Instituto Histórico da Ilha Terceira e Secretaria Regional de Educação e Cultura, ano de 1983.

[5] Ibidem p.4.

> "O homem que age sobre a terra na mesma proporção que esta reage sobre ele; mas essa reação modifica o modo de ser físico e moral dos homens sem, contudo, bulir com o fundo do seu caracter, que evolucionou sem se abastardar. Foi o que sucedeu aos portugueses do século XV que colonizaram os Açores."[6]

A este propósito Vitorino Nemésio (1932),[7] de uma forma convincente chama a Luís da Silva Ribeiro, «a alma e a consciência da nossa ilha e dos Açores» e que nas palavras de Machado Pires[8] são explicadas da seguinte forma:

> "Num artigo enviado para a Revista *Insula* (n.º 8, Ponta Delgada, 1932) intitulado «Açorianidade» tece considerações sobre o viver das ilhas, num tom de crónica, carregada de saudade pelo afastamento do autor em relação à sua ilha natal (ilha Terceira)".

Podem considerar-se lapidares as palavras e o contexto em que Vitorino Nemésio define aquele conceito:

> «Meio milénio de existência sobre tufos vulcânicos, por baixo de nuvens que são asas e de bicharocos que são nuvens, é já uma carga respeitável de tempo - e o tempo é espírito em *fieri* [9] [...]. Como homens estamos soldados historicamente ao povo de onde viemos e enraizados pelo *habitat* a uns montes de lava que soltam da própria entranha uma substância que nos penetra. A geografia, para nós, vale outro tanto como a história [...]. Um dia, se me puder fechar nas minhas quatro paredes da Terceira, sem obrigações para com o mundo e com a vida civil já cumprida, tentarei um ensaio sobre a minha *açorianidade* subjacente que o desterro afina e exacerba.»

Assim, a palavra "açorianidade" e o conceito subjacente veio a cimentar, uma maneira de ser e de estar, ou seja, segundo Nemésio, o contributo dos Açores e dos bravos heróis como suporte ideológico, não só em relação ao Estado Novo como, posteriormente, noutro contexto e com outras roupagens, para a conquista da autonomia de 1976, na sequência da revolução do 25 de abril de 1974.

Entretanto, ainda no ano de 1942 para Miguel Forjaz, quase num tom de oferta turística, diríamos hoje, afirma: "A nossa querida Ilha de Jesus [Terceira] vai em breve ser visitada por um grande número de famílias, que partindo do encantador Tejo se dirige para Portugal, porque aqui é Portugal"[10].

---

[6] Ibidem p. 5.

[7] Publicado na revista Insula para o ano de 1932.

[8] Do artigo publicado sobre a Açorianidade de Vitorino Nemésio na Enciclopédia Açoriana/Centro do Conhecimento dos Açores/Cultura Açores no Portal da Direcção Regional da Cultura, consultado no dia 28 de julho de 2020.

[9] Como está no texto. Segundo o Dicionário Latim/Português; "o que aconteceu", o "facto".

[10] A UNIÃO, n.º 14189 de 11.12.1942.

É, assim, muito importante perceber qual o entendimento interno e externo dos Açores, que permite compreender o orgulho, que de uma maneira geral, os açorianos ao se afirmar não como, mas portugueses. Nesta subtileza está contido o aspeto mais genuíno e que foi captado por Luís Ribeiro nas suas afirmações sobre o patriotismo português e a condição insular. Neste contexto, as vivências do Estado Novo nos Açores eram de que o regime constitucional de 1933 corresponderia a uma aceitação desejada e ansiada. A memória coletiva estava impregnada de recordações de insegurança e mesmo de incertezas, associadas à Primeira República. E numa sociedade, como a açoriana existia, em muita gente a convicção de que nos partidos, "os homens não servem a nação, mas servem-se dela".[11]

Com este tipo de olhares e na forma como eram encarados os tempos antecedentes torna-se possível perceber a aceitação e mesmo a exaltação com que receberam o Estado Novo e a sua liderança.

Apesar dos problemas que resultaram da guerra, da presença dos contingentes militares provenientes do Continente[12] e das forças expedicionárias inglesas e americanas, a partir de 8 de outubro de 1943, as pessoas acreditavam numa força sobrenatural: "a força estabeleceu a ordem. A inteligência e a santidade traçaram e executaram o plano salvador: o Exército e Salazar. E o milagre operou-se – um milagre de inteligência e fé"[13].

Neste ambiente e contexto, a ditadura era uma solução consentida por um povo amargurado, com pouca atividade cívica e quase nenhum empenho *na res publica* e os termos ditadura e ditador são plenamente aceites e empregues com frequência para titular o sistema e Salazar.[14] Num texto publicado no TIMES de Londres e transcrito nos Açores afirma-se: "Sob a chefia do seu presidente, o general Carmona, e do Dr. Oliveira Salazar, constrói um sistema, por certo estranho à nossa própria política democrática, mas que provou convir à convicção e ao temperamento hodierno de Portugal"[15].

A ditadura foi assim, o corolário lógico na sequência de uma falência política, não existindo na época ninguém que pudesse, ou soubesse corrigir as raízes de tal falência.

Nos Açores, as populações viviam em perfeita consonância com a trilogia "Deus, Pátria e Família" vivia-se serenamente porque não estava ao alcance da maioria da população fazer um juízo crítico e próprio sobre os caminhos que a nação calcorreava devido, não só à alta taxa de analfabetismo, aliada a um paupérrimo poder de compra, como também pelo sistema de propaganda a que é sujeita através do funcionalismo público e da generalidade da imprensa.

[11] A Ilha, n.º 571 de 10.10.1942.
[12] Cerca de 30.000 militares.
[13] Ibidem.
[14] TELO, António José, "Salazar e a Ditadura Financeira", in História n.º 1, abril de 1998, pp.45-55.
[15] Açoriano Oriental n.º 5541 de 18.7.1942.

As pessoas acomodavam-se, quase totalmente a serem tidas, numa certa cultura popular e folclórica a "Gente do Monte", em contraponto com a gente da cidade, como no seu afã entusiasta nas suas recolhas e escritos, João Ilhéu[16]", como se autodesigna. Nos seus versos, contos, peças de teatro, todas elas estão todas marcadas por essa opção de ir beber à fonte popular a inspiração e os ensinamentos, ainda que muitas vezes idealizando o povo, dando dele uma imagem romântica e desfasada da realidade.

Inculca-se na generalidade da população alfabetizada ou não, a ideia da grandeza de Portugal. Pretérita. E que constituía o objetivo do Estado Novo recuperá-la. Toda a máquina de propaganda montada pelo regime funcionou com eficiência e persistência, o que podemos afirmar, com surpresa, até mesmo na atualidade.

Todavia devemos ter presente que nos Açores as elites, os grupos pensantes e influentes não estavam parados, nem eram passivos. Estavam bem informados e a administração das Juntas Gerais não eram, de modo algum acomodadas. A leitura dos textos contidos nos dois anexos publicados prova que a análise crítica e a insubmissão disciplinada era frequente no Governo Civil, na Junta Geral e noutros corpos administrativos, com o objetivo proclamado, de defender os interesses dos povos do distrito.

O isolamento arquipelágico, que limitava, de forma grave, o acesso a novidades é o mesmo que cria condições para a manutenção de uma pequena elite, de um ambiente cultural que permite que numa sociedade conservadora e submissa, haja reflexão, análise e, em consequência disso, de uma resistência em acomodar-se a um pensamento único, a uma via de ação única. Tais pessoas existem no arquipélago e no distrito, coexistem na imprensa, com o seu discernimento, a sua análise crítica e a sua ponderação, juntamente com os que escrevem textos laudatórios por ingenuidade, ambição ou oportunismo.

Nas esgrimas de opinião na imprensa, sempre inserida no espírito renovador do Estado Novo surgem também dois temas que se expressam, de forma regular. Um, tem a ver com o bairrismo entre ilhas, concelhos e freguesias e outro é o regionalismo.

Este regionalismo mistura-se muitas vezes com o bairrismo insular, chegando mesmo a coincidir e a ser associado ao distrito e, de forma mais exacerbada, a ilha sede do distrito e não do arquipélago. Neste contexto, a conclusão a que se poderá chegar é que não se pode falar de regionalismo, mas sim de regionalismos, como sabiamente afirma Luís Ribeiro[17]. Assim, podemos concluir que na década de quarenta, os açorianos não se entendem como uma unidade regional e desta forma se vivia no regime autoritário, com a afirmação de uma verdade autoritária, que era assumida pela gente da governança e, como já afirmámos, plenamente aceite pela população. Neste campo há que assinalar novamente o contributo de Luís Ribeiro para que houvesse uma clara distinção e precisão no uso das palavras bairrismo e regionalismo.

---

[16] Pseudónimo pata o nome de Frederico da Silva Jr. Autor do livro Notas Etnográficas, edição do IHIT. Poeta, contista, autor teatral, etnógrafo e jornalista.

[17] De uma forma clara faz múltiplas referências ao regionalismo e aos regionalismos e bairrismo em artigos de opinião publicados nos anos 30 e 40 do século XX nos jornais a "União" de Angra do Heroísmo e "Correio dos Açores" de Ponta Delgada.

Durante o período em análise, de 1941[18] a 1944, em plena II guerra mundial, a permanência nos Açores dos contingentes militares do Continente, a partir do ano de 1939, dos ingleses a partir de 8 de outubro de 1943 e, posteriormente em Santa Maria, e oficialmente a partir de 1946 dos americanos. O facto de existir e de as pessoas sentirem segurança, de uma forma geral agradou às populações das ilhas.

2. As instituições do Estado nos Açores

No arquipélago dos Açores e mais concretamente no Distrito de Angra do Heroísmo, as instituições do Estado tinham na figura do Governador Civil dos Distritos a expressão máxima da autoridade do Estado.

A existência de três distritos não previa uma autoridade civil única para o arquipélago, nem havia posições concertadas entre os distritos, quer pela autonomia que desfrutavam, quer pelas rivalidades atávicas que permaneciam e que fugiam ao controlo e boa vontade dos governadores, quando existia.

No período em análise (1941-1944), embora o governador civil de Angra do Heroísmo não fosse natural do Distrito era-o o Secretário[19] do governo civil e que substituía o Governador nos seus impedimentos. Saliente-se, entretanto que durante o período da II Guerra Mundial havia a necessidade de concertação entre os distritos devido sobretudo às imposições que decorreram da guerra e do relacionamento com o Comando Militar dos Açores, a única autoridade, para além da Diocese de Angra, tinha jurisdição em todo o arquipélago.

E pelos documentos publicados percebe-se que o relacionamento era bastante delicado e complexo e da parte do Governador Civil do distrito de Angra, o comportamento era cauteloso e ponderado, embora com afirmações explicitas, de que se sente ultrapassado pelos acontecimentos, particularmente nas áreas dos abastecimentos e das exportações e das respostas, nem sempre eficazes, aos problemas resultantes da conjuntura politica, económica e social.

Neste contexto, o Governador Civil encontrava-se na dependência direta do Ministro do Interior e era no Distrito o "super ministro", juntamente com as Juntas Gerais dos distritos autónomos, de acordo com o que fora estabelecido nos Estatutos à época publicados.

---

[18] O Relatório em análise incide nos meses que mediaram a sua tomada de posse como Governador Civil em abril de 1941 e dezembro do mesmo ano.

[19] Caso de Francisco Lourenço Valadão júnior foi o secretário neste período de tempo. Nascido na Vila Nova, ilha Terceira, 3.10.1889 e faleceu em Angra do Heroísmo em 31.12.1969. Advogado e governador civil interino. Em 1913 foi nomeado ajudante de notário; presidiu à comissão executiva da Junta Geral do Distrito, em 1915; 1918-1819, ocupou a presidência da Comissão Administrativa de Angra; em Abril de 1919 secretário-geral do Governo Civil, tendo em vários momentos exercido interinamente o ofício de governador civil.
Informação retirada do artigo sobre Francisco Valadão Junior, de Carlos Enes, consultado no dia 13 de julho de 2020.

Assim, ao Governo Civil competia os assuntos da administração pública, da educação, da saúde, obras públicas e economia, que passava pela agricultura, pescas, comércio e indústria. E não tinha correspondência com os poderes dos distritos do Continente. Tal facto devia-se à distância do poder central e da necessidade de se autonomizar o poder decisório no meio do Atlântico, tendo em vista a melhoria da eficiência "in loco". Se o Governador do Distrito, no caso concreto de Angra do Heroísmo (ilhas Terceira, S. Jorge e Graciosa), os Presidentes de Câmara das ilhas que não continham a sede do Distrito, também o eram, ou viam-se obrigados a sê-lo, embora não tivessem um âmbito tão largo de competências. Um exemplo advém do Presidente da Câmara Municipal das Velas, ilha de S. Jorge em que podemos perceber das incumbências que lhe eram exigidas e em resultado da insularidade existente:

> " E assim, tendo em vista que a autoridade administrativa, em concelhos desta ordem é tudo, desde Presidente da Câmara até Cabo de esquadra, que procura evitar abusos de confiança, que amordaça os comerciantes que pretendem dar largas ao seu espirito ganancioso, que não deixa sair os produtos necessários à terra coarctando os lucros de quem os quer exportar, que não autoriza a saída do concelho de qualquer pessoa ao abrigo das instruções recebidas, que faz racionamentos, que pune os que prevaricam quando ficam debaixo da sua alçada etc., etc."[20]

Nesse aspeto, o isolamento provocado pela deficiência de todo e qualquer tipo de comunicações implicava que caíssem nas mãos das autoridades autárquicas todo o tipo de competências da administração pública. No entanto é necessário destacar que, tendo o Governador Civil um leque de poderes alargado, não tinha poder sobre todos os departamentos da administração pública no seu Distrito. A primeira é, entre o poder militar e o poder civil.

Na esfera do governo civil, também não estavam sob a sua alçada as alfândegas, as repartições de finanças, as estações dos CTT, as comissões reguladoras de cereais, e as capitanias dos portos que, embora dependentes das estruturas militares tinham, entre outros, a sua atividade na área civil.

Esta situação será fonte de muitos conflitos entre serviços civis e atritos entre os governos civis e os comandos militares. Como será fácil de perceber, isto gerará uma série constante de conflitos entre os vários agentes do Estado numa época difícil, como foi o decurso da Segunda Guerra Mundial. Isto, porque existiu nos Açores uma situação, digamos *sui generis*. Com efeito, em face da ameaça permanente sobre a soberania portuguesa nos Açores resulta, segundo Sousa Meneses [1988-17] uma ameaça:

> "Sempre que os Estados Unidos da América participam direta ou indiretamente nos conflitos europeus. Em linguagem mais estratégica poderá dizer-se que sempre

[20] B.P.A.R.A.H. Luís da Silva Ribeiro. AGCAH. Pasta de Confidenciais, ofício n.º1 de 7.7.1944 do Presidente da Câmara de Velas para o Governador Civil do Distrito de Angra do Heroísmo.

> que haja conflito entre a potência terrestre e a potência marítima, a partir da Guerra de 1914-18, os Estados Unidos e os Açores estão ameaçados."

Não existindo declaração de guerra por parte de Portugal, houve nos Açores a excepção aos ditames constitucionais, subordinando-se o poder civil dos três distritos dos Açores ao Comando Militar dos Açores, sediado, a partir de outubro de 1939 em Ponta Delgada, transferido de Angra do Heroísmo.

O relatório dirigido ao Ministro do Interior do Governo de Salazar e que publicamos no ANEXO II, da autoria do então Governador Civil de Angra do Heroísmo, Francisco António de Albuquerque Pestana da Silva, entre 24 de Abril de 1941 a 17 de Outubro de 1944 tem o seguinte título: "Relatório do Governador Civil do Distrito de Angra do Heroísmo após sete meses de governo[21]" onde os principais problemas e eventos são destacados, bem como as soluções adotadas para responder a cada situação relatada e que abordaremos a seguir.

Já anteriormente, a pouco mais de 3 meses[22] da sua nomeação e que também transcrevemos no ANEXO I numa carta ao Ministro do Interior transparece grande entusiasmo sobre as questões que reputa mais importantes e enaltece a forma como o Estado Novo está a ser aceite no Distrito de Angra. Nesse sentido começa por relatar a forma como decorreram as eleições locais para as Juntas de Freguesia:

> "Com a mais perfeita ordem, normalidade, legalidade e grande afluência de eleitores, efectuaram-se pela primeira vez, sob a égide de Sua Ex. ª o senhor general Carmona e Doutor Oliveira Salazar e reguladas pelo novo Código Administrativo, as eleições para as Juntas de Freguesia deste Distrito. Em íntima, leal e harmónica colaboração com a Comissão Distrital da União Nacional e Câmaras Municipais, se procedeu aos actos preparatórios em reuniões e sessões de propaganda, não só na sede do distrito, como nas sedes dos concelhos, como ainda em algumas freguesias rurais mais importantes, onde sempre tive de expor o significado, fins e benefícios que deste acto advinha às populações das freguesias."

Para Pestana da Silva, que no dia das eleições se fez acompanhar pelo Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo refere:

> "Percorri e visitei todas as assembleias eleitorais das freguesias do concelho da sede do Distrito, onde com satisfação verifiquei que o acto eleitoral decorria de forma a prestigiar o Estado Novo e era mais uma desmonstração do agrupa-

[21] Com os primeiros estudos efetuados em Espanha, acabou por se formar em Medicina na Universidade de Coimbra. Pelo casamento, fixou residência em Cabeceiras de Basto. Foi delegado de Saúde, médico municipal, diretor clínico do hospital da Misericórdia, administrador do concelho e presidente da União Nacional. Segundo Carlos Enes estava muito ligado a movimentos católicos. "Enciclopédia". Centro do Conhecimento dos Açores, Cultura Açores, Portal do Governo. Consultado no dia 6 de agosto de 2020.

[22] Datada de 3/07/1941

> mento dos Chefes de Família à volta dos dois grandes Chefes da grande Família Portuguesa."

E acrescenta ainda sobre a tática e os procedimentos utilizados:

> "Houve cuidado e escrúpulo de indicar para elegíveis os nomes dos "homens bons", de cada freguesia e de tal forma foi acarinhada esta escolha que apenas na freguesia da Praia do concelho de Santa Cruz da Graciosa da Graciosa, houve duas listas. O resultado das eleições no Distrito deu uma votação de 69,6% como já por telegrama tive ocasião de referir a V. Ex.ª."

Para além desta situação, que considera muito positiva manifesta confiança que para as eleições dos novos Conselhos Municipais, Vogais das Câmaras e Procuradores da Junta Geral do Distrito, cujos actos preparatórios, vão decorrendo normalmente e conclui: "Que tudo se realizará de molde a satisfazer e contentar as exigências que o Governo do Estado Novo põe, e muito acertadamente, em todos os seus actos."

Após estas considerações laudatórias e positivas refere que neste momento o maior problema tem a ver com a questão das subsistências. E sobre esse problema e outros de cariz económico e social refere ter ideias claras e soluções para a sua ultrapassagem, das quais destacamos:

> "Para estudo (pois neste sentido nada ou quasi nada havia feito) das existências e necessidades de consumo, dos habitantes e animais desta ilha, nomeei uma comissão, constituída pelo Comandante da Polícia, Director da Estação Agrária, Intendente de Pecuária, Delegado do INT e Previdência e um oficial do Exército da Administração Militar, que será o elemento de informação, junto desta Comissão, das necessidades de consumo dos militares."

Na área das indústrias de manteiga e do queijo, segundo os quadros abaixo inseridos contempla a indústria privada e as indústrias de âmbito cooperativo para os anos de 1941 e 1943:

INDÚSTRIA PRIVADA DE LACTICÍNIOS NA ILHA TERCEIRA
Fábricas – ano de 1941

Proprietários	Situação industrial e comercial	Observações
Martins & Rebelo	Estabelecido em Lisboa e representado na Terceira por Salomão Alves Levy	Sócio maioritário e fundador da Lacticínios da Ilha Terceira no ano de 1947
Lacticínios Insular Ld.ª	A sua fábrica está estabelecida em Angra do Heroísmo, Rua Infante D. Henrique, 3 a 14	Sócio fundador da L.I.T.L Ld.ª em 1947
José de Castro Parreira	Fábrica estabelecida em Angra, lugar da Vinha Brava	Sócio fundador da LITL d.ª em 1947
Armando Braz	Tem uma pequena fábrica na freguesia das Doze Ribeiras, cujos direitos de laboração comprou a José Machado Cota	
Afonso Augusto Dias	Tem uma pequena fábrica na freguesia de S. Bartolomeu.	Atualmente limita a sua atividade à desnatação de leite, cuja nata entrega a Martins & Rebelo
Francisco Ferreira Machado Jr.	Tinha uma pequena fábrica na freguesia da Ribeirinha.	Vendeu-a com todos os seus direitos a Martins & Rebelo.
José Pacheco Galhardo	Tem uma pequena fábrica na Feteira.	Atualmente limita a sua ação à desnatação de leite cuja nata entrega a Martins & Rebelo
Manuel Soares de Azevedo	Tem uma pequena fábrica no Porto Judeu.	Limita-se a desnatar e a entregar a Martins & Rebelo
Joaquim Martins da Rocha	Pequena fábrica em Santa Bárbara	
José da Rocha Vaz Mendes	Fábrica de queijo em Santa Bárbara	Sócio fundador da LIT. Ld.ª
João Martins da Rocha	Pequena fábrica de queijo em Santa Bárbara	
Joaquim Coelho Mendes	Pequena fábrica de queijo em Santa Bárbara	
Manuel da Rocha de Borba	Fábrica de manteiga nas Doze Ribeiras.	
Laurentino da Rocha	Pequena fábrica de queijo em Santa Bárbara	
José Machado Enes	Fábrica de manteiga e queijo em S. Bárbara.	Sócio fundador dLITL Ld.ª

Fonte: Relatório sobre a indústria de lacticínios na ilha Terceira, ano de 1941. Correspondência recebida do arquivo do Governo Civil. Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro.

Nota: Os 7 nomes de industriais na tabela acima são indivíduos que isoladamente mantém pequenas fábricas de queijo. Mais tarde, por escritura pública constituíram-se em sociedades. Hoje limitam a sua atividade à desnatação do leite e, de seguida vendem-no a Martins & Rebelo.

INDÚSTRIA SOB A GESTÃO DOS SINDICATOS E COOPERATIVAS: ano de 1942

Tipo de organização	Situação industrial e comercial	Observações
Cooperativa União Agrícola	A sua produção oscilava muito em gunção dos sócios que forneciam leite à Cooperativa.	
Cooperativa Leiteira de Santa Bárbara	Neste caso concreto existia uma grande concorrência, em resultado da existência de pequenas indústrias, tipo caseiras, para além da Fábrica de Alfredo Mendonça na Ldeira das Seis.	
Sociedade Lacticínios dos Lavradores	Pouca informação disponível	
Cooperativa Leiteira Terceirense		
Cooperativa Leitaria do Parado		
Cooperativa Leitaria Esperança	Unidade Fabril existente na freguesia de S. Bartolomeu de Regatos. Dedicava-se à recepção do leite dos sócios e aproveitamento para produção de manteiga	
Leitaria Cooperativa de S. Sebastião	Pouca informação disponível.	
Cooperativa Leitaria S. Sebastião	Pouca informação disponível.	
Sindicato da Ribeira Seca		
Sindicato da Casa da Ribeira		
Leitaria Cooperativa do Cabo da Praia	Unidade fabril de alguma importância na produção de manteiga.	

Fonte: relatório sobre a indústria de laticínios no ano de 1941, correspondência recebida, Arquivo de Governo Civil, ano de 1941. Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro.

Sobre este assunto informa sobre as medidas que foram adotadas:

> "A situação das fábricas de manteiga, pode dizer-se a única indústria desta Ilha, é de molde a trazer-me preocupações, apesar de em parte se ter atenuado os prejuízos de que se queixamos industriais; só uma Delegação da Direcção Geral dos Serviços Pecuários, estabelecida nestas ilhas, as poderia satisfazer cabalmente.
> Compram o quilograma[23] de nata, ao lavrador à razão de 14$00.
> Despendem para a sua transformação em manteiga 1$50.

[23] Como no original.

Eram obrigados a vender ao comércio à razão de 12$00 (portanto prejuízo de 2$50). Eram obrigados a entregar ao comércio até 13% da quantidade exportada. O consumo vendido ao público a 15$00 o kg. (ganhando portanto 2$00).
Como até certo ponto eram aceitáveis as suas queixas (embora só eles os industriais sejam culpados, pela concorrência que entre si fizeram elevando ao exagero o preço da nata) e como por outro lado, não deveria ser o público o único a sofrer as consequências deste estado de coisas, alvitrei-lhes, como situação de transição até ao estabelecimento nesta ilha da Delegação da Direcção Geral dos Serviços Pecuários que:

1.º Se mantem em 14$00 o preço do kg. De nata adquirida pelos industriais aos lavradores;
2.º São obrigados a vender ao comércio à razão de 14$00 o kg. (diminuindo assim o prejuízo de 1$00 por kg.);
3.º São obrigados a entregar ao comércio em vez de 13% somente 11% da quantidade exportada (diminuindo assim o prejuízo do n.º 2);
4.º São obrigados a vender ao público no guichet dos seus depósitos manteiga à razão de 15$00 (diminuindo assim aos prejuízos dos n.ºs 2.º e 3.º) e
5.º Os comerciantes continuam a vender ao público a manteiga à razão de 15$00 (obtendo assim, em vez de 2$00, um escudo por kg.)."

Até ao estabelecimento da já citada Delegação ficou acordado que a manteiga não iria sofrer qualquer alteração no seu preço, como era desejo dos industriais e comerciantes.

Sobre a indústria de lacticínios acrescenta:

"Como o gado vacum estivesse rareando no mercado, em virtude do seu consumo na ilha ter aumentado (razão de ordem militar), de haver prados naturais para pastagens, excepcionalmente óptimas, este ano, o que não obriga a vendas imediatas de gado, por parte do lavrador e facilita a engorda do mesmo gado para exportação, que é muito mais remuneradora, depois de ouvido o Grémio da Lavoura, Intendência de Pecuária e Presidente da Câmara Municipal (que tem os serviços de matadouro e venda de carne, municipalizados) resolvi alterar o peso do gado para exportação, elevando de 300 kg. Para 350 o pêso de animal exportado. Também fui informado de que teria este Distrito necessidade de este ano importar cerca de 600 toneladas de trigo e neste sentido depois de ouvido, o Director da Estação Agrária, Delegado da Comissão Reguladora dos Cereais dos Açores e representante da Moagem, telegrafei neste sentido a S. Excelência o senhor Ministro da Economia."

Informa ainda, com orgulho e satisfação uma iniciativa que reputa de inédita:

"Há pouco dias ainda inaugurei com toda a solenidade a abertura do curso de enfermagem a funcionar no Hospital da St.ª Casa da Misericórdia, novidade que

> grandes benefícios trará, pois não só é curso de aperfeiçoamento para a enfermagem já existente, como ainda da possibilidade de recrutamento e formação de novos enfermeiros que tão preciosos serviços poderão vir a prestar.
> Para levar a final este meu desejo, encontrei todas as facilidades na Mesa daquela Santa Casa e no Ex.mo Professor Assistente de Obstetrícia da Universidade de Coimbra, capitão Doutor Pedro Rocha Santos que gentil e gratuitamente se prontificou a reger este curso."

E termina, em simultâneo, com uma queixa e uma reivindicação, relativa ao Comandante da Polícia de Angra:

> "Acerca do Comandante da Polícia era da maior conveniência que este fosse substituído o mais rapidamente possível, e por pessoa que tivesse as qualidades que as actuais e excepcionais circunstâncias exigem. Desculpe V. Ex.ª que eu insista no nome do capitão de Cavalaria Deslandes[24] que primitivamente propuz que além do mais, é continental, o que é importante, e que apesar de estra no activo, grande benefício cometeria S. Ex.ª o senhor Subsecretário da Guerra, dispensando-o para esta comissão de serviço, pois segundo o meu fraco modo de vêr, nem só no activo os oficiais defendem melhor a Nação, mas em lugar como este, tal oficial, estou certo, prestaria grandes e inestimáveis serviços à Nação, também, que todos, mando nos meios de que dispõem, dependemos."

Haverá que destacar que, como acima referimos, a figura do Governador Civil representava no arquipélago dos Açores a autoridade máxima do Estado. Segundo Reis Leite (2008)[25]

> "Parecia que havia harmonia e entendimento entre insulares e continentais, até porque as circunstâncias políticas não permitiam veleidades de oposição. Tinham acabado os tempos de liberdade de expressão e de frontal confronto de projectos. O Estatuto devia surgir como o sinal do absoluto entendimento entre todos os portugueses, e como mais uma pedra para a paz e para o progresso da nação, onde cada parcela se comprometia a fazer os sacrifícios necessários para a harmonia. Nada de lutas infrutíferas, de discussões públicas e de discórdia entre irmãos.[26]"

---

[24] Era filho do Coronel Alberto Augusto da Silva Deslandes, Comendador da Ordem Militar de São Bento de Avis de Portugal a 15 de Fevereiro de 1919[1]. Tirou o Curso Secundário no Colégio Militar, e o Curso de Cavalaria na Escola Militar, em 1928. Foi promovido a Alferes a 1 de Novembro de 1928, e serviu na Cavalaria até 1935, ano em que passou para a Aeronáutica, depois de ter concluído o curso na Escola Militar de Aeronáutica.

[25] Artigo "Os Acertos da Governação, a ilusão da autonomia e a continuidade do divisionismo", p.p.159-184, publicado na obra *HISTÓRIA DOS AÇORES do descobrimento ao século XX*, Instituto Açoriano de Cultura, 2008.

[26] Ibidem. P.p. 181,182.

E em termos mais explícitos refere ainda Reis Leite (2008):

> "As novas Juntas Gerais, que agora administravam todos os distritos insulares, inclusive o da Horta, que nunca reivindicara qualquer autonomia, eram a face visível da orgânica corporativa do Estado, aparecendo a Madeira e os Açores como parte integrante dessa grande Pátria Portuguesa, onde não havia espaço para maus portugueses ou filhos ingratos."[27]

Como sabemos havia três distritos, não existindo uma autoridade civil única para o arquipélago, nem estavam previstas posições concertadas entre os Distritos, quer pela autonomia estabelecida, quer pelas rivalidades que se mantinham e que fugiam ao controlo e à boa vontade dos governadores civis e, sobretudo tendo em conta o período de 1939-1945. Saliente-se, no entanto, que durante o período da II Guerra Mundial era sentida a necessidade de concertação entre os distritos, devido não só às imposições que decorriam da guerra e do relacionamento com o Comando Militar dos Açores, desde 1939 sedeado em Ponta Delgada, a única autoridade com jurisdição em todo o arquipélago.

Num ofício do Governador Civil de Ponta Delgada[28], datado de 21 de Outubro de 1941 e dirigido ao Chefe de Gabinete de S. Ex.ª o Ministro do Interior e com conhecimento dos Governadores de Civis de Angra do Heroísmo e Horta coloca a questão, muito importante, da organização de uma Comissão Distrital Reguladora da Subsistências e propõe ainda que se realizem periodicamente reuniões dos Governadores dos três distritos e preconiza: "Que ao menos a primeira reunião se realize em Ponta Delgada, por ser aqui a sede do Comando Militar dos Açores, com o qual convém acordar em todas as medidas a tomar, por motivo do grande consumo de todos os géneros que fazem as unidades militares aqui aquarteladas."

E conclui: "Posso desde já informar V. Ex.ª de que nenhumas disponibilidades para exportação existem neste Distrito dos géneros de primeira necessidade, estando já previstos deficits apreciáveis de milho e trigo."

Sobre essa mesma questão, o Governador Civil de Angra do Heroísmo, em ofício dirigido ao Ministro do Interior[29] refere qual foi a solução que foi adoptada para Angra:

> "O problema que mais actualidade tem aqui, como no Continente, é o problema das subsistências. Para que os géneros que esta Ilha produz não nos venham a fazer falta, mandei publicar um edital condicionando as suas exportações, a licença passada por este Governo Civil. Para estudo (pois nada neste sentido nada ou quasi nada havia feito) das existências e necessidades, dos habitantes e animais desta

[27] Ibidem p.182.

[28] Ofício nº 461, Ponta Delgada de 21 de Outubro1941. O conhecimento ao Chefe de Gabinete do Governador Civil de A.H é registado com data de 3 de outubro de 1941, A. N. Tombo, Correspondência recebida, Ministério do Interior.

[29] Carta confidencial dirigida ao Ministro do Interior, datada de 3 de outubro de 1941. A.N. da Torre do Tombo, Ministério do Interior.

> ilha, nomeei um Comissão, constituída pelo Comandante da Polícia, director da Estação Agrária, Intendente de Pecuária, Delegado do INT e Previdência e um oficial do Exército da Administração Militar, que será o elemento de ligação junto desta comissão, das necessidades de consumo dos militares."

Conclui a sua mensagem, pedindo autorização para se deslocar a Lisboa onde, segundo refere:

> "Muitos e importantes problemas tenho de tratar nos diferentes Ministérios que dizem respeito a este Governo Civil, Junta Geral do Distrito, Câmaras Municipais, etc., e para esse fim estas entidades teem-me feito sentir a necessidade urgente da minha ida, o que não farei sem a devida autorização de V. Ex.ª que solicito e por telegrama peço me comunique, pois, assuntos há que terão de ser resolvidos antes de se encerrar a elaboração do Orçamento Geral do Estado que termina no fim de Novembro e para tal teria de embarcar no próximo vapor Lima que largará deste porto em meados do corrente mês."

Mas onde se torna percetível a situação existente no então Distrito de Angra do Heroísmo é no relatório, que reproduzimos no anexo II e que nos traça um quadro, bastante completo e elucidativo sobre a situação política, económica e social existente nas três ilha que o constituíam, como refere na capa "após sete meses de governo".

O texto está organizado com um Índice temático e é feita uma deambulação bastante minuciosa sobre questões como a Agro-pecuária, a Junta Geral do Distrito, os organismos políticos existentes, outros problemas e Considerações Finais.

O primeiro assunto mencionado no relatório tinha a ver com a Viagem Presidencial aos Açores e mais particularmente ao Distrito de Angra e a esse propósito considera que no contexto em que se encontram as ilhas do arquipélago e mais particularmente Angra do Heroísmo "se revestiu de repercussão política nacional e internacional," destacando, a esse propósito a importância de ter sido acompanhado pelos Ministros do Interior e da Marinha e conclui a este propósito, com um espírito sibilino e ideologicamente claro: "Lembrar esses escassos e históricos dias do mais acendrado patriotismo e dedicação pelos Chefes."

Sobre as eleições já decorridas afirma: "Com a mais perfeita ordem, normalidade e legalidade e grande afluência de eleitores, efetuaram-se pela 1.ª vez, sob a égide de Carmona e Salazar, as eleições para as Juntas de Freguesia, neste Distrito."

E conclui: "Tive mesmo a consolação de ver realizada a aspiração de contar integrados (…) uma elite que sem discrepância é a melhor que se podia desejar e de cujo esforço o Distrito muito tem a esperar, uma vez que as instâncias superiores os não desampararem…"[30]

A questão das subsistências constitui o tema desenvolvido, de forma bastante alargada e apresentando soluções, não só pontuais, como antecipando os desenvolvimentos

[30] ANEXO II, p.3

futuros para as ilhas do Distrito e conclui, referindo que para os habitantes da ilha Terceira: O poder de compra aumentou e disto beneficiam a agricultura e o comércio local"[31] Tudo resulta, como consequência positiva dos contingentes portugueses e ingleses estacionados na ilha.

Com o título PROBLEMAS PRIMORDIAIS, o quarto capítulo evoca em primeiro lugar o que classifica o seu portuguesismo afirmando: "Os habitantes destas ilhas, são primeiro que tudo Açoreanos, isto é, antepõem ao interesse dos Açores, todo e qualquer outro. Que se não lhes faça a injustiça de os suporem atualmente menos portugueses, ou a injustiça de os julgarem mais afeiçoados à América do Norte que a Portugal."[32]

Admite o deslumbramento causado pelo dólar e a gratidão e admiração dos Estados Unidos da América, mas sentem e lastimam o abandono a que o poder central tem votado as pessoas residentes nos Açores e traça uma fronteira clara: "Até à apresentação e execução do novo Código Administrativo e Estatuto das Ilhas Adjacentes que concretiza, luminosa e rigorosamente as aspirações que legitimamente, os açorianos há muito tem e que esperam ver serem realizadas…"[33]

E avisa: "A subsistir o abandono a que o poder central os tem votado é fenómeno natural ver que o patriotismo desta gente ir-se enfraquecendo de geração em geração."[34]

De uma forma quase sistemática enumera quais são sob o seu ponto de vista os problemas fulcrais: acréscimo dos recursos financeiros da Junta Geral, fornecer os meios adequados pata os setores da agricultura, pecuária e seus derivados, melhoria dos caminhos, a transformarem-se em boas estradas, a melhoria dos portos de mar, a melhoria das ligações com o exterior, o estabelecimento de uma relação com todas as ilhas do arquipélago, o incremento à assistência distrital. E continua este capítulo afirmando: "Que aos organismos corporativos, União Nacional, Legião e Mocidade Portuguesa se dispensem auxílios e deem incitamentos que os patrióticos fins os orientam, reclamam e pedem."[35]

Destaca no final deste capítulo a questão da saúde pública a maneira eficaz para "ver estes povos contentes e felizes e cada vez mais orgulhosos do seu portuguesismo."

De seguida dedica um capítulo longo ao desenvolvimento da agropecuária e a sua modernização, como garantia para a melhoria da produção no setor.

No capítulo, dedicado à Junta Geral apresenta o que designa como "importantes e inadiáveis realizações" vai na direcção das possibilidades económico-financeiras deste organismo. E aponta a personalidade de José Agostinho que naquele momento está a dirigir a Junta Geral, "Distingue-se, o sábio director do Observatório Metereológico dos Açores, José Agostinho, que ao estudo dos problemas que interessam ao seu Distrito, tem dado valiosa e acertada colaboração."[36]

[31] Ibidem p. 5
[32] IBIDEM p. 6
[33] Ibd. P. 6
[34] Ibd. P.7
[35] Ibidem.
[36] Ibidem, p.

Nesse sentido aponta para a necessidade de arrumação da casa, no reforço financeiro para que possa responder, de forma eficiente, às necessidades do Distrito. Aponta como solução para aumentar os seus recursos: a atribuição à Junta Geral como receita "privativa" a Sisa e o imposto sucessório; o pagamento anual pela Junta Autónoma das Estradas, numa quantia certa, num valor equivalente para despesas de conservação e reparação das estradas. E sustenta que esta solução já havia sido "entrevista" pelo Prof. Doutor Marcelo Caetano; a comparticipação do Ministério da Educação, diretamente pata a instrução primária e secundária, com um reforço financeiro, em função das necessidades e ficarem a pertencer à Junta Geral o produto que resulta do imposto sobre gasolinas e impostos importados e destinado à conservação das estradas. Relativamente ao vencimento a atribuir ao seu Presidente, pura e simplesmente propõe, o que hoje em dia poderíamos designara por profissionalização do cargo, ou seja, nas palavras usadas:

> "O Presidente da Junta Geral do Distrito exerce uma função de primacial importância que para ser bem desempenhada exige que ele lhe consagre toda a atenção, pois a inspeção e fiscalização de todos os serviços da competência da Junta, a direcção superior de muitos deles e o estudo de graves questões, que surgem com frequência."[37]

E, reafirmando a afirmação inicial sobre este assunto informa que esta proposta foi da autoria do procurador à Junta Geral, o senhor Tenente-coronel José Agostinho, à qual manifesta total concordância.

Um novo capítulo é dedicado aos organismos políticos existentes no distrito. Enumera os seguintes: Legião Portuguesa, a União Nacional, os organismos corporativos, a começar pelo Grémio da Lavoura, que considera o organismo mais importante, sobretudo pela sua ligação ao setor agrícola, as Casas do Povo, nas suas palavras "na sua maioria uma vida deficitária e como são novidade são olhadas ainda com desconfiança".

Recomenda que, por intermedio do Subsecretário das Corporações lhe pudessem atribuídas funções imediatas para a distribuição gratuita de sementes de trigo e adubos pelos associados mais pobres. As Casas dos Pescadores é outro organismo, que embora ainda não exista no distrito recomenda a existência de uma Casa dos Pescadores a ser requerida junto do Ministério da Marinha, concretamente para " A freguesia de S. Mateus, do concelho de Angra, que muito contribuiria para o prestígio do Estado Novo Corporativo e para o melhor bem-estar da classe piscatória daquela freguesia"[38].

Um dos setores que nem é sequer mencionado neste relatório tem a ver com os sindicatos, na perspetiva corporativa. Tivemos acesso a diversos documentos sobre este assunto. Percebe-se a existência de conflitos com os sindicatos, que ainda existiam, tendo em conta a exigências para a alteração dos seus estatutos, adequados ao sistema corporativo do Estado Novo.

[37] Ibidem p.
[38] Ibidem p.

Um outro capítulo com o título OUTROS PROBLEMAS, cuja leitura recomendamos. Nesta análise limitamo-nos a fazer uma listagem, pois são questões já abordadas noutros capítulos: estradas, os portos, os campos de aviação, os meios de comunicação, as ligações interinsulares, a energia eléctrica e a saúde pública, onde destaca a existência no distrito de surtos de febre tifoide, a peste, a qualidade da água, a assistência, a construção de bairros sociais e a salvaguarda da indústrias dos bordados como problemas mais importantes no distrito. Num título "Considerações Finais" refere e conclui que: "A actual situação económica e financeira da Junta Geral deste Distrito é a fonte de onde emanam quasi todas as deficiências apontadas e portanto, justo é, que para ela se peça a melhor atenção do governo".[39]

Finaliza o seu texto com um convite de visita ao Distrito de Angra do Heroísmo dos ministros da Economia, das Obras Públicas e do Interior, como a melhor forma de compreenderem as dificuldades relatadas, como ponto de partida para a solução dos seus problemas, com as soluções que recomenda.

Conclusões

Neste período de tempo, o no de 1941, os Açores e, mais particularmente, o então Distrito de Angra do Heroísmo vivia-se, apesar de todas as dificuldades e da conjuntura resultante da II guerra Mundial, segundo Pestana da Silva, o restabelecimento da vida nacional, após o tempo caótico da República e o Estado Novo como uma esperança, sentimento que havia sido readquirido durante a década de trinta. No distrito de Angra, seria patente a existência de um empenho nos desígnios nacionais, que ter-se-á acentuado ainda mais com a guerra.

Os perigos iminentes terão provocado o efeito de empurrarem as populações para um certo pendor nacionalista em torno da liderança reconhecida. É nesse ambiente e contexto que deveremos ler as palavras do então Governador Civil do Distrito de Angra do Heroísmo. Assim, existiria, uma sintonia com o Estado Novo. A guerra trouxe novos cenários para os Açores e, sobretudo para a Terceira. No imediato as limitações para a economia foram importantes, com particular destaque para o emprego e, com o aumento da população, motivado pelo estacionamento de contingentes militares portugueses e posteriormente, a partir de 8 de outubro de 1943 dos ingleses e a partir de 1946 os americanos. Mas a grande perturbação foi provocada pela presença de cerca de 30.000 militares portugueses e a sobreposição da autoridade militar à civil. I Comando militar dos Açores sobrepôs os seus poderes, numa escalada progressiva, aos dos Governadores Civis dos Distritos Autónomos dos Açores.

Nesse aspeto, o Dr. Pestana da Silva, governador civil entre 1941 e 1944 acusa o toque sobre tal sobreposição de poderes, que se manifestam, segundo refere com egoísmo, arrogância e prepotência do Comando Militar dos Açores, a que reage de uma forma hábil e inteligente fazendo evidenciar a importância da sua função para ajudar a resolver

[39] Ibidem, p.

os imensos problemas relacionados com os abastecimentos, a regulação das exportações, de que este relatório constitui uma boa ferramenta de análise.

Em termos gerais, a atuação dos governadores civis foi "sublime" e a iniciativa dos autarcas, sobretudo nas ilhas sem sede do distrito foi decisiva, ajudando a ultrapassar os problemas mais importantes. Nesse contexto o sistema produtivo foi bastante afetado pela intervenção do poder militar, provocando alterações no seu comportamento. Por outro lado, a presença dos militares teve efeitos positivos ao permitirem o arejamento, que introduziu no conservadorismo da sociedade açoriana. O convívio com a sociedade civil terá produzido, neste contexto, uma mudança benéfica para as pessoas nos Açores

Bibliografia

ENES, Carlos. "A Economia Açoriana entre as Duas Guerras Mundiais". Lisboa, Edições Salamandra, 1994.

FERREIRA, José Medeiros. "Os Açores na Duas Guerras Mundiais". Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, pp 73 – 90.

FERREIRA, José Medeiros. "As Relações Luso-Americanas no século XX – A Descoberta do Plano Bilateral". LER História, n. 25, 1994.

FORJAZ, Cândido Pamplona. "MEMÓRIAS". Edição de autor, Angra do Heroísmo, 1984

GRAVE, José Augusto Gregório. "Os Açores na segunda Guerra Mundial – A Visão Interna". Versão dactilografada, ano de 2000.

LEITE, José Guilherme Reis. "Os acertos da governação, a ilusão da autonomia e a continuidade do divisionismo". pp:162184, *in* HISTÓRIA DOS AÇORES – Do descobrimento ao século XX, Vol. II, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 2008.

MENESES, General Manuel de Sousa. "A Defesa dos Açores durante a II Guerra Mundial (1939-1945)". Lisboa, Estado-maior do Exército (D.S.H.M.), 1988.

ROSAS, Fernando José Mendes. "Portugal entre a Paz e a Guerra – Estudo do Impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesas (1939-1945)". Dissertação apresentada na FCSH da Universidade Nova de Lisboa para a obtenção do grau de Doutor.

ROSAS, Fernando José Mendes. "O Estado Novo nos anos trinta: elementos para o estudo da natureza económica e social do Salazarismo". Lisboa, Editorial Estampa, 1996.

TELO, António José. "Os Açores e o Controlo do Atlântico". 1.ª edição, Porto, Edições ASA, 1993.

TELO, António José. "Portugal na II Guerra Mundial". Lisboa, Perspetivas e Realidades, 1987.

TORGAL, Luís Reis. "História e Ideologia". Coimbra, Livraria Minerva, 1989.

TORGAL, Luís Reis. "Estados Novos Estado Novo, Ensaios de História Política e Cultural". Imprensa da Universidade de Coimbra, 2.ª Edição, Coimbra, 2009.

TORGAL, Luís Reis, Coordenação de "O Cinema sob o olhar de Salazar". Círculo de Leitores, Temas e Debates, Lisboa, 2011.

ANEXO I

Confidencial
[3 de Outubro de 1941]

Senhor Ministro do Interior Excelência

Os meus respeitosos cumprimentos e faço votos que V. Ex.ª goze de boa saúde e de muita felicidade.

Com a mais perfeita ordem, normalidade, legalidade e grande afluência de eleitores, efectuaram-se pela primeira vez, sob a égide de Sua Ex. ª o senhor general Carmona e Doutor Oliveira Salazar e reguladas pelo novo Código Administrativo, as eleições para as Juntas de Freguesia deste Distrito.

Em íntima, leal e harmónica colaboração com a Comissão Distrital da União Nacional e Câmaras Municipais, se procedeu aos actos preparatórios em reuniões e sessões de propaganda, não só na sede do distrito, como nas sedes dos concelhos, como ainda em algumas freguesias rurais mais importantes, onde sempre tive de expor o significado, fins e benefícios que deste acto advinha às populações das freguesias.

Acompanhado pelo Presidente da Câmara de Angra do Heroísmo, no Domingo destinado às eleições, percorri e visitei todas as assembleias eleitorais das freguesias do concelho da sede do Distrito, onde com satisfação verifiquei que o0 acto eleitoral, decorria de forma a prestigiar o Estado Novo e era mais uma desmonstração do agrupamento dos Chefes de Família à volta dos dois grandes Chefes da grande Família Portuguesa.

Houve cuidado e escrúpulo de indicar para elegíveis os nomes dos "homens bons", de cada freguesia e de tal forma foi acarinhada esta escolha que apenas na freguesia da Praia do concelho de Santa Cruz da Graciosa da Graciosa, houve duas listas.

O resultado das eleições no Distrito, deu uma votação de 69,6% como já por telegrama tive ocasião de referir a V. Ex.ª.

Tenho confiança que para as eleições dos novos Conselhos Municipais, Vogais das Câmaras e Procuradores da Junta Geral do Distrito, cujos actos preparatórios, vão decorrendo normalmente, tudo se realizará de molde a satisfazer e contentar a exigências que o Governo do Estado Novo põe, e muito acertadamente, em todos os seus actos.

O problema que mais actualidade rem aqui, como no Continente, é o problema das subsistências.

Para que os géneros que esta ilha produz não nos venham a fazer falta, mandei publicar um Edital condicionando as suas exportações, a licença passada por este Governo Civil.

Para estudo (pois neste sentido nada ou quasi nada havia feito) das existências e necessidades de consumo, dos habitantes e animais desta ilha, nomeei uma comissão, cons-

tituída pelo Comandante da Polícia, Director da Estação Agrária, Intendente de Pecuária, Delegado do INT e Previdência e um oficial do Exército da Administração Militar, que será o elemento de informação, junto desta Comissão, das necessidades de consumo dos militares.

A situação das fábricas de manteiga, pode dizer-se a única indústria desta Ilha, é de molde a trazer-me preocupações, apesar de em parte se ter atenuado os prejuízos de que se queixamos industriais; só uma Delegação da Direcção Geral dos Serviços Pecuários, estabelecida nestas ilhas, as poderia satisfazer cabalmente.

Compram o kilograma[1] de nata, ao lavrador à razão de 14$00. Despendem para a sua transformação em manteiga 1$50.

Eram obrigados a vender ao comércio à razão de 12$00 (portanto prejuízo de 2$50). Eram obrigados a entregar ao comércio até 13% da quantidade exportada. O consumo vendido ao público a 15$00 o kg. (ganhando portanto 2$00).

Como até certo ponto eram aceitáveis as suas queixas (embora só eles os industriais sejam culpados, pela concorrência que entre si fizeram elevando ao exagero o preço da nata) e como por outro lado, não deveria ser o público o único a sofrer as consequências deste estado de coisas, alvitrei-lhes, como situação de transição até ao estabelecimento nesta ilha da Delegação da Direcção Geral dos Serviços Pecuários que:

1.º Se mantem em 14$00 o preço do kg. De nata adquirida pelos industriais aos lavradores;
2.º São obrigados a vender ao comércio à razão de 14$00 o kg. (diminuindo assim o prejuízo de 1$00 por kg.);
3.º São obrigados a entregar ao comércio em vez de 13% somente 11% da quantidade exportada (diminuindo assim o prejuízo do n.º 2);
4.º São obrigados a vender ao público no guichet dos seus depósitos manteiga à razão de 15$00 (diminuindo assim aos prejuízos dos n.ºs 2.º e 3.º) e
5.º Os comerciantes continuam a vender ao público a manteiga à razão de 15$00 (obtendo assim, em vez de 2$00, um escudo por kg.).

Até ao estabelecimento da já citada Delegação assim ficou acordado, não sofrendo a manteiga alteração no seu preço como era desejo dos industriais e comerciantes.

Como o gado vacum estivesse rareando no mercado, em virtude do seu consumo na ilha ter aumentado (razão de ordem militar), de haver prados naturais para pastagens, excepcionalmente óptimas, este ano, o que não obriga a vendas imediatas de gado, por parte do lavrador e facilita a engorda do mesmo gado para exportação, que é muito mais remuneradora, depois de ouvido o Grémio da Lavoura, Intendência de Pecuária e Presidente da Câmara Municipal (que tem os serviços de matadouro e venda de carne, municipalizados) resolvi alterar o peso do gado para exportação, elevando de 300 kg.

Para 350 o pêso de animal exportado.

[1] Como no original.

Também fui informado de que teria este Distrito necessidade de este ano importar cerca de 600 toneladas de trigo e neste sentido depois de ouvido, o Director da Estação Agrária, Delegado da Comissão Reguladora dos Cereais dos Açores e representante da Moagem, telegrafei neste sentido a S. Excelência o senhor Ministro da Economia.

Há pouco dias ainda inaugurei com toda a solenidade a abertura do curso de enfermagem a funcionar no Hospital da St.ª Casa da Misericórdia, novidade que grandes benefícios trará, pois não só é curso de aperfeiçoamento para a enfermagem já existente, como ainda da possibilidade de recrutamento e formação de novos enfermeiros que tão preciosos serviços poderão vir a prestar.

Para levar a final este meu desejo, encontrei todas as facilidades na Mesa daquela Santa Casa e no Ex.mo Professor Assistente de Obstetrícia da Universidade de Coimbra, capitão Doutor Pedro Rocha Santos que gentil e gratuitamente se prontificou a reger este curso.

Acerca do Comandante da Polícia era da maior conveniência que este fosse substituído o mais rapidamente possível, e por pessoa que tivesse as qualidades que as actuais e excepcionais circunstâncias exigem.

Desculpe V. Ex.ª que eu insista no nome do capitão de Cavalaria Deslandes que primitivamente propuz que além do mais, é continental, o que é importante, e que apesar de estra no activo, grande benefício cometeria S. Ex.ª o senhor Subsecretário da Guerra, dispensando-o para esta comissão de serviço, pois segundo o meu fraco modo de vêr, nem só no activo os oficiais defendem melhor a Nação, mas em lugar como este, tal oficial, estou certo, prestaria grandes e inestimáveis serviços à Nação, também, que todos, mando nos meios de que dispõem, dependemos. (?)

Muitos e importantes problemas tenho de tratar nos diferentes Ministérios que dizem respeito a este Governo Civil, Junta Geral do Distrito, Câmaras Municipais, etc., e para esse fim estas entidades teem-me feito sentir a necessidade urgente da minha ida, o que não farei sem a devida autorização de V. Ex.ª que solicito e por telegrama peço me comunique, pois, assuntos há que terão de ser resolvidos antes de se encerrar a elaboração do Orçamento Geral do Estado que termina no fim de Novembro e para tal teria de embarcar no próximo vapor Lima que largará deste porto em meados do corrente mês.

Esperando sempre as prezadas ordens de V. Ex.ª é com a maior estima e admiração que se confessa creado9 e muito obrigado.

António Pestana da Silva Casa de V.Ex.ª em Angra do Heroísmo

3 de Outubro de 1941

Papel timbrado de ofício com o respetivo escudo de Portugal e com a frase: "Ilha Terceira de Jesus Cristo" – Serviço da República

Governo Civil do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo Gabinete do Governador

28,5 X 20 cm

Torre do Tombo, Arquivo Salazar, correspondência. DS/AH 7 fls. Manuscritos

Confidencial
[Ponta Delgada, 8 de Novembro de 1941]

Senhor Ministro do Interior
Excelência

Chegado ontem a Ponta Delgada, onde vim a fim de dar cumprimento ao ofício de V. Ex.ª, n.º 462 DS/AH-1, fui informado que 2 2l2m2ntos sobejamente conhecidos por adversários do Estado Novo e que nesta cidade ocupam lugares de tal responsabilidade aos quais o actual momento não deveria permitir que desperdiçassem o tempo que lhes devia ser precioso, malbaratando-o, obcecados com honrarias e grandezas que o ridículo que nunca abandona os vaidosos jamais os poupará, esses dois elementos pretendem e trabalham no sentido de conseguir que o Governo altere ou anule o art.º 98.º do Estatuto das Ilhas que quando tomei posse em Maio último, já vigorava.

Que se não diga, que vejo o argueiro no olho do vizinho e não enxergo a trave no meu, ao fazer sentir a V. Ex.ª que tal medida, da qual aliás, julgo, não beneficiará a situação militar dos Açores, a ser posta em execução pelo Governo, viria afetar a dignidade dos representantes do Governo da Nação nestas Ilhas que o mesmo é dizer que afectar a dignidade do mesmo Governo.

É esta a razão principal que me empurra a escrever a V. Ex.ª pois, desde a primeira hora tenho-me esforçado por corresponder á honra com que V. Ex.ª me distinguiu, ao confirmar-me a representação em Angra do Heroísmo, do Governo da Nação e de curar e cuidar do brio e prestígio.

É fugindo de falsa modéstia que em verdade posso afirmar a V. Ex.ª que estou contente comigo mesmo, por ter a consciência de adentro do cargo que ocupo, vai para meio ano, ter cumprido zelosamente cos os deveres desse mesmo cargo.

Não é ter mais ou menos honrarias o que pessoalmente jamais me preocupou, pois sou dos que penso que mal vai a quem pretende honrar-se com os lugares que lhes confiam e não cura antes de honrá-los por suas atitudes e acções.

Acresce ainda que sendo do conhecimento das populações das Ilhas que essas prerrogativas conferidas aos Governadores pelo Estatuto, lhes serão retiradas, o que para essas populações são, como se suas fossem, não poderá por elas ser bem aceite, embora aqueles a quem obrigamos a ter politicamente as garras recolhidas, exploram o acto, vingando-se, ridicularizando exactamente aqueles que os conteem em respeito e em silêncios forçados.

Passados poucos meses depois da visita de D. Ex.ª o Chefe de Estado às Ilha que viram e sentiram o que nelas se passava, que legítimas suspeitas se não podem fantasiar acerca da conduta dos Governadores dos Distritos que provocaram a alteração ou a anulação do citado artigo?

É que em política como disse S. Ex.mo Chefe do Governo "O que parece é".

E ainda que contraste entre o levar-se a efeito essa medida e o louvor que após a viagem Presidencial um dois que mais interessadamente propugna por vê-la realizada.

São estas as considerações que respeitosa mas que dignamente faço junto de V. Ex.ª que em tal não consinta e advogue esta causa, confiando-a ao alto critério e espírito de

justiça de V. Ex.ª, e peço invocando a amizade de que V. Ex.º tem pelos seus Governadores que me avise com antecedência, o que agradecerei, se tal necessariamente se tiver de dar, para me poupar ao menos aquilo que a minha consciência julga imerecido.

Desejando a V. Ex.ª o melhor bem estar faço votos pelas prosperidades de V. Ex.ª o que se confessa

Com a maior estima e consideração Creado e muito obrigado

António Pestana da Silva

Ponta Delgada, 8 de Novembro de 1941

Papel timbrado de ofício com o respetivo escudo de Portugal e com a frase: "Ilha Terceira de Jesus Cristo" – Serviço da República

Governo Civil do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo Gabinete do Governador

28,5 X 20 cm

Torre do Tombo, Arquivo Salazar, correspondência. DS/AH 3 Folhas A4 dactilografadas

TELEGRAMA

40 ANGRA 26/25 29 1235

C. Ministro Interior Lisboa

PRESIDI SESSÃO INAUGURAL CASA POVO SÃO BARTOLOMEU GRANDE MULTIDÃO ENTUSIASTICAMENTE VITIRIOU CHEFES REVOLUÇÃO NACIONAL

V. EXCELENCIA

Governadora ANGRA HEROISMO PESTANA SILVA

Data: 30.Setembro.1942

Governo Civil do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo Gabinete do Governador

28,5 X 20 cm

Torre do Tombo, Arquivo Salazar, correspondência. DS/AH

Dactilografado

ANEXO II

"RELATÓRIO DO GOVERNADOR DO DISTRITO AUTÓNOMO DE ANGRA DO HEROÍSMO APÓS 7 MESES DE GOVERNO"[1]

[6 DE Dezembro de 1941]

Senhor Ministro do Interior Excelência

Em virtude do que é determinado pelo n.º 3.º do artigo 375.º do Código Administrativo tenho a honra de enviar a V. Excelência o relatório que diz respeito aos 7 meses do meu governo no Distrito de Angra do Heroísmo.

Tenho a convicção de que V. Ex.ª o lerá com benevolência e esforçar-se-á para que seja atendido dentro dos limites do possível e que as circunstâncias permitem, o que nele se contem.

[1] Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Salazar, Ministro do Interior, Correspondência com Governadores Civis.

SUMARIO

I. Viagem Presidencial

II. Eleições

III. Subsistências

IV. Problemas primordiais

V. Agro-pecuária:
Delegação da Junta Nacional dos Produtos Pecuários Aproveitamento dos baldios
Aumento da Produção do trigo Fábrica de Massas alimentícias
Criação de um lugar de Regente Agrícola Criação e exportação de gado bovino Crise económica da Ilha Graciosa

VI. Junta Geral do Distrito: Situação actual – Problema base.
Soluções.
Vencimento do Presidente da Junta Geral.

VII. Organismos Políticos: Legião Portuguesa.
União Nacional. Organismos Corporativos Grémio da Lavoura.
Casas do Povo.
Casa dos Pescadores.

VIII. Outros Problemas: Estradas,
Portos,
Campos de aviação, Meios de comunicação, Energia Elétrica,
Saúde pública, Assistência, Bairros Sociais.
Indústria dos bordados dos Açores.

IX. Considerações Finais

Viagem Presidencial

Um facto entre todos sobressai, durante estes sete meses do meu governo, no Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo que pela importância excepcional de que se revestiu, repercussão nacional e internacional que teve, sobreleva todos os outros, o da visita a este Distrito do Venerando Chefe do Estado, o Ex.mo Senhor General António Óscar Carmona e da sua ilustre Comitiva na qual 2 nomes flagrantemente se destacam, os dos Excelentíssimos senhores Ministros do Interior e da Marinha, doutor Mário Pais de Sousa e Comandante Manuel Ortins de Bettencourt.

Do que foi esta visita, dos frutos que se colherão e do brilhantismo que atingiu, foi V. Ex.ª Senhor Ministro, testemunha, e por isso me dispenso de referências mais pormenorizadas, embora me fosse gratíssimo lembrar esses escassos e históricos dias tão férteis em provas de mais acendrado patriotismo e dedicação pelos Chefes.

2. Eleições

Com a mais perfeita ordem, normalidade, legalidade e grande afluência de eleitores, efectuaram-se pela primeira vez, sob a égide de Carmona e Salazar, as eleições para as Juntas de Freguesia, neste Distrito.

Em íntima, leal e harmónica colaboração com a Comissão Distrital da União Nacional e Câmaras Municipais, se procedeu aos actos preparatórios em reuniões e sessões de propaganda, não só na sede do Distrito, como nas sedes dos concelhos, como ainda em algumas freguesias rurais mais importantes.

Acompanhado pelo Presidente da Câmara de Angra do Heroísmo, no dia destinado às eleições percorri e visitei todas as assembleias eleitorais das freguesias do concelho da sede do Distrito, onde com satisfação verifiquei que o acto eleitoral decorria de forma a prestigiar o Estado Novo e era, mais uma demonstração do agrupamento dos chefes de família à volta dos dois grandes Chefes da Família Portuguesa, CARMONA e SALAZAR.

Houve o cuidado e escrúpulo de indicar para elegíveis os nomes dos homens bons" de cada família e de tal forma foi acertada esta escolha que apenas na freguesia da Praia do concelho de Santa Cruz da Graciosa, houve uma lista de oposição que foi vencida por grande maioria de votos.

O resultado da eleição deu uma concorrência às urnas de 70% dos eleitores inscritos no recenseamento.

Para a eleição dos Conselhos Municipais e vereadores das Câmaras Municipais, a mesma orientação foi seguida e de acordo com a Comissão Distrital da União Nacional, foram eleitos para esses diversos cargos, pessoas de prestígio no meio social e comprovado espírito e formação nacionalista.

A eleição dos Procuradores à Junta Geral do Distrito também se verificou adentro da maior harmonia e correcção e creio que o Distrito que governo, deve estar contente e sentir-se feliz por terem sido chamados a ocupar esses importantes cargos, personagens que merecem respeito e consideração pelos seus dotes morais e admiração pelos seus conhecimentos e inteligência.

Tive mesmo a consolação de ver realizada a aspiração de contar integrados e fazendo parte do organismo mais importante do Distrito uma elite que sem discrepância é a melhor que se podia desejar e de cujo esforço o Distrito muito tem a esperar, uma vez que as instâncias superiores os não desamparem, antes os acarinhem e ajudem, como é de justiça e todos confiamos.

3. Subsistências

O problema que mais actualidade tem aqui como no Continente é sem dúvida o que diz respeito ao das subsistências.

Com a presença de milhares de militares e muitos deles acompanhados de suas famílias, aumentaram grandemente o número de consumidores, sem que a produção, por falta de conhecimento prévio, tivesse sofrido uma subida paralela, donde é legítimo recear-se que certos produtos tenham tendência a tornarem-se raros ou a desaparecem e a verificar-se o agravamento do custo de vida.

Para obstar-se ou atenuar à verificação destes factos, após algumas reuniões com os organismos directamente interessados nestes assuntos, resolvi publicar Edital em que todos os produtos de alimentação referentes a homens e animais, não podiam ser exportados sem autorização especial do Governador do Distrito à excepção da manteiga e queijo que existe em evidente excesso no Distrito e mais resolvi, mandar inquirir por estudos fundamentados na estatística, dos quantitativos de produção e das reservas existentes no Distrito.

Em segunda reunião constituí uma Comissão Reguladora de Abastecimentos, que semanalmente\ reúne no Governo Civil e à qual baixam a informar todos os requerimentos de pedidos de exportação dirigidos ao Governador do Distrito.

Esta Comissão é constituída pelo Governador do Distrito, Director dos Serviços Agrícolas, Director dos Serviços Pecuários, Delegado do I.N.T. como representante dos Grémios, Delegado da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores, Comandante da Polícia e um Oficial da Administração Militar que é o elo de ligação e informação entre as necessidades de consumo militares e as possibilidades de fornecimento e abastecimento do Distrito.

Com a certeza antecipada que os especuladores tem de que abusos nesta matéria são severa e rigidamente punidos, com a ameaça de tabelamentos de géneros que sofram alta de preços injustificada, o custo de vida dos principais produtos de alimentação, mateem-se no Distrito, com pequena diferença para mais: pão, o leite, a manteiga e o milho não sofreram não sofreram alteração; a carne, em virtude da sua alta de preço no Continente

e da exportação em grande escala que dela para Lisboa se faz, sofreu um ligeiro aumento: é nos artigos de importação que este assunto é mais sensível.

Economicamente os habitantes da Ilha Terceira tem um desafogo que há muitos anos não conheciam, o qual é filho de alguns milhares de contos que todos os meses as forças expedicionárias deixam ficar na Ilha, e ainda, por não haver praticamente desempregados, mercê do grande número de operários chamados às fileiras e utilizados outros nas obras militares. O poder de compra aumentou e disto beneficiam a agricultura e comércio locais.

Por este Governo foram pedidas ao Ex.mo Ministro da Economia, 600 toneladas de trigo, para que este cereal não venha a faltar., como se pode recear, em virtude da sua fraca produção no último ano agrícola e do seu aumento do consumo. Como não há a certeza de que tal pedido possa ser atendido, mercê do estado de pré-guerra em que se encontra a América do Norte, donde presumivelmente se importaria esse cereal, o Director dos Serviços Agrícolas está a proceder aos estudos precisos, para que no fabrico de pão de trigo, seja incorporada determinada percentagem de farinha de milho do qual houve grande abundância, e a exemplo do que se pratica no Continente.

4. Problemas Primordiais

Estudando mais minuciosamente cada um dos problemas enunciados no capítulo anterior temos que os relativos à agricultura, pecuária e indústrias correlativas, só podem ter solução eficiente e de harmonia com a doutrina Corporativa do Estado Novo, com a creação neste Distrito, da Delegação da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, conforme determina o Dec. N.º 29.749, de 13 de Julho de 1939 e segundo o estabelecido no seu artigo 3.º exercerá a sua acção pelas suas duas secções,

a.ª – Produção e Comércio de carnes,
b.ª – Produção e Comércio de lacticínios.

Com matéria-prima em grande abundância e de primeira qualidade é muito de lamentar que os produtos aqui industrializados, sobretudo por deficiência de assistência técnica e de coordenação das actividades industriais não possuam o grau de perfeição que deveriam ter.

Essa assistência e acção coordenadora, só com a creação neste Distrito da Delegação da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, lhes pode ser dada.

Para aproveitamento rendoso dos baldios e para o aumento de produção de trigo que este Distrito pode ter em grande excesso (note-se que um ano de má colheita é se a produção for de 20 sementes, porque boa é de 30 e 40, atingindo e enormidade de 70 sementes em algumas regiões) necessário se torna que do Ministério da Economia seja enviado para a Estação Agrária de Angra do Heroísmo, o seguinte:

1.ª – Por intermédio da Federação Nacional dos Produtores de trigo as seguintes variedades de trigo selecionado para semente:

Quaderna	4.500	kgr.
Mentana	3.000	“
Galego rapado	1.000	“
Manitoba	500	“
Ardito	80	“

2.º - Os maquinismos pedidos à Direcção Geral dos Serviços Agrícolas e que são os seguintes:

2 Charruas do tipo TUD-SACK
2 “ “ “ BRABANT
1 “ de 2 discos para tração animal 2 Grades de dentes
2 “ “ molas 1 Grade “ estrelas
2 Escarificadores robustos
1 Máquina para abrir regos para batata
1 Semeador de milho de tipo OLIVER de 2 regos 2 “ “ “
“ “ “ “ 1 rego 2 Crivos de tipo MAROT para a selecção de trigo 1
Semeador de tipo RUD-SACK
1 Ensilador do tipo SILVER OHIO 1 Maquina para colheita de batata
1 Ceifeira gadanheira para cortar pasto 1 Máquina de virar feno na secagem
1 Prensa para palha meuda
1 Tractor pequeno que possa ser utilizado para acionar uma correia.

Através da Estação Agrária, a Junta Geral do Distrito iniciou o plano de valorização económica distrital aproveitando para cultura os terrenos denominados baldios que por lei ficam a cargo deste corpo administrativo.

Nesta hora grave em que S. Ex.ª o Senhor Ministro da economia aconselha com a maior insistência e oportunidade, nunca tão flagrantemente actualizada, esta política, que para ter execução e dê resultados positivos e benéficos, necessita, como é óbvio, dos maquinismos acima referidos, pois, tendo a Junta Geral do Distrito sentido e bem claramente, o problema, de mais e melhor produzir, em virtude da sua situação económica, vê-se impossibilitada, de não poder realizar o que sem discrepância, é um bem regional. E mais, um bem nacional.

Já foram em tempos, espontânea e graciosamente cedidos pelas instâncias competentes do antigo Ministério da Agricultura, maquinismos que estão de posse desta Estação Agrária e que relevantíssimos serviços tem prestado à lavoura distrital.

É confiado neste exemplo e nas razões acima mencionadas que se me afigura que esta pretensão deve ser atendida, e portanto a proponho, convencido que muito de útil, proveitoso e acertado se terá feito a bem deste Distrito que na agricultura tem a maior e a melhor fonte da sua riqueza.

São terras novas, prenhes de seiva e fecundidade, de exploração recente e não cansadas e exaustas por séculos e séculos de cultivo, que necessariamente tem de dar rendimento notável, uma vez granjeadas, segundo a técnica moderna e por pessoal competente e diligente.

É evidente que útil seria que S. Ex.ª o senhor Ministro da Economia, por intermédio da Inspecção Geral das Industrias e Comercio Agrícolas, autorizasse a montagem a montagem de uma fabrica de massas alimentícias em Angra do Heroísmo de cuja actividade tanto beneficiariam as populações desta ilha como as restantes do Distrito; ainda é necessário que seja creado na Estação Agrária o lugar de 1 Regente Agrícola, pois, presentemente o seu quadro é de 1 agrónomo, 1 Jardineiro e de 1 Guarda Agrícola, o que ressalta ser insuficiente, como pela Junta Geral deste Distrito, já foi exposto e feito pedido igual.

Tem este Distrito, completamente desaproveitados, uma riqueza e extensão de pastagens que causa dor, ver. São hectares e hectares de terrenos baldios, impossibilitados de serem transformados em terrenos de cultura, pois, a natureza do solo é toda constituída por lava e cinzas de vulcões extintos (biscoitos), onde cresce abundantemente uma erva rasteira, de que pouquíssimos carneiros se manteem.

Com a creação nesta Ilha da Delegação da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, deveria esta actividade nesta entidade, depois de estudos prévios, fomentar a creação de carneiros e ovelhas que seriam uma fonte nova de riqueza, não só em carnes como em queijos e lã, riqueza esta, de pequeno empate de capital inicial e de rápido incremento, devido à grande proliferação e rápido crescimento dos ovinos.

Dois outros problemas, relativos ainda à agropecuária, tem preocupado a atenção da Junta Geral deste Distrito a qual devia ser adjuvada pelo Governo, a fim de poder fomentar a produção, creação e engorda de gado bovino, promovendo campanhas e concedendo facilidades, no sentido de que o regímen de estabulagem, ou pelo menos de semi-estabulagem no inverno, fosse um factor de correcção aos defeitos que o actual regímen de vida ao ar livre, acarreta.

Com o fim de atingir o mesmo objectivo, muito se teria a esperar da vulgarização do uso dos "silos" para prover a alimentação do gado bovino, nas épocas de escassez nos prados, porém, a sua construção é dispendiosa e para os pequenos proprietários, de limitados rendimentos é um sonho a sua realização, se o auxílio de entidades interessadas neste ramo de fomento pecuário, não vier em seu auxílio, com empréstimos a juro baixo e amortizações convenientes, pois, até aqui só o exemplo de alguns particulares, tem permitido que este uso, vá sendo conhecido e imitado, mas em tão pequena escala que os seus ótimos resultados, ainda mal se fazem sentir neste sector da economia do Distrito.

A Delegação da Junta Nacional dos produtos Pecuários, uma vez creada, deveria ter a seu cargo, organizando concursos, a distribuição de prémios pecuniários ou de crédito para a construção de silos, destinados aos lavradores que, segundo tipos de gado previamente definidos, melhores e mais perfeitos exemplares apresentassem nos certames a promover.

São estes os principais problemas, com as soluções que me parecem mais adequadas que a agro-pecuária distrital veria com satisfação, resolvidos.

5. Crise viti-vinicola da ilha da Graciosa

A Ilha da Graciosa, a mais pobre e abandonada das três do Distrito, essencialmente agrícola, precisa de ver resolvida a sua aflitiva crise viti-vinicola que há anos a aflige e lhe asfixia a vida económica. É um problema de cuja gravidade tenho o dever de informar o Governo e para tal fim ser-me-ei da exposição que fez em sessão o Ex. mo Presidente da Junta Geral deste Distrito, em 5 de Junho do ano corrente e que é do teor seguinte:

> " Considerando que o Ex.mo Governador do Distrito já informou esta Junta Geral da grave crise económica que a ilha Graciosa atravessa;
> "Considerando que daquela Ilha já o Conselho Municipal, a Administração do Concelho e outras entidades oficiais, apelaram para esta Junta Geral chamando a nossa atenção para as actuais dificuldades da Ilha Graciosa;
> "Considerando que a crise económica da Graciosa, agravada pelo mau ano agrícola, é fundamentalmente uma crise vinícola (vinhos e aguardantes);
> "Considerando que a crise da Graciosa vem já de há alguns anos definhando, lenta mas progressivamente, toda a riqueza daquela ilha que caiu agora no verdadeiro marasmo económico, o qual ameaça tomar proporções graves;
> "Considerando que a Graciosa com os actuais impostos indirectos lançados sobre os seus produtos (vinho e aguardante) nesta ilha fica sem possibilidade de exportar para o seu principal mercado esses mesmos produtos;
> Considerando que na Ilha Terceira se faz largo consumo de aguardente que não é de origem vínica;
> "Considerando que o consumo de aguardente vínica, lesando os legítimos interesses dos viticultores da Graciosa, traz prejuízos à saúde pública desta Ilha;
> Considerando para atender em parte à crise da Graciosa, o Estatuto dos Distritos Autónomos fixa no § 2.º do artigo 108.º os limites e as proporções dos impostos indirectos sobre vinhos de pasto, álcool e aguardantes;
> "Considerando que na Terceira se importa em grande quantidade-_ álcool de S. Miguel, o qual não encontra justificativo emprego na indústria de vernizes, licores e aplicações medicinais;
> "Considerando que o Dec. 12.214 obriga a desnaturação, no Continente, do álcool que não é empregado na fabricação de licores, vernizes e aplicações medicinais;
> "Considerando que pelo actual Código Administrativo as Câmaras Municipais não podem lançar impostos sobre géneros de fora dos concelhos, sem tributar de igual modo os mesmos géneros produzidos no seu concelho;
> "Considerando que é dever desta Junta Geral deliberar sobre a harmonização dos interesses e actividades do Distrito, em ordem a obter maior benefício pú-

blico; "Proponho que a Junta Geral dentro das suas atribuições procure encontrar remédio para a angustiosa situação económica da Graciosa, pelo seguinte modo:

"1.º Pedindo às Camaras Municipais da Ilha Terceira deliberação imediata referente aos impostos indirectos sobre o álcool e aguardente, de harmonia com a parte final do § 2.º do artigo 108.º do Estatuto;

"2.º Pedindo ainda às mesmas Camaras Municipais que visando os superiores interesses dos habitantes e todo o Distrito, harmonizem o imposto sobre o vinho de pasto (excluindo os denominados vinhos de cheiro) com os interesses dos viticultores da Graciosa e Terceira;

"3.º Pedindo ao Governo da Nação que se torne extensivo ao Distrito de Angra do Heroísmo o Dec. 12.214, que manda desnaturar todo o álcool que não é empregado na fabricação de licores e de vernizes e em fins medicinais;

"4.º Pedindo ao Governo da Nação que o álcool desnaturado possa ficar igualado, para efeitos de imposto indirecto à aguardente; e

"5.º Que o imposto a aplicar de futuro, sobre o álcool não desnaturado seja o quadruplo do da aguardente.

Como a solução deste problema é vital, para a economia da Ilha Graciosa não quis deixar de o apresentar em toda a sua extensão, certo que o Governo da Nação o atenderá e resolverá o mais rapidamente possível.

6. JUNTA GERAL Situação actual – Problema base

Para que as importantes e inadiáveis realizações que a Junta Geral do Distrito tem em vista efectivar, se possam verificar, é preciso inquirir das possibilidades económico-financeiras deste organismo.

Tem este organismo a dirigi-lo os valores reais e mais completos que o Distrito se orgulha de possuir e, dentre todos, distingue-se, o sábio Director do Observatório Meteorológico dos Açores, senhor Tenente Coronel José Agostinho que ao estudo dos problemas que interessam ao seu distrito, tem dado valiosa e acertada colaboração.

Estes procuradores à Junta Geral do Distrito preocuparam-se, em primeiro lugar, com "arrumar a casa", e uma vez este objectivo conseguido, - e é com satisfação que me apraz declarar, que muito bem, - verificaram que a receita de 3.420.000$00 e da despesa obrigatória de 3.078.900$00, lhes restava um saldo de 341.100$00 dos quais, é preciso retirar como despesa obrigatória, a importância de 50.000$00, para transporte e ajudas de custo dos funcionários distritais e de alguns serviços do Estado, a cargo da Junta Geral, que dá um saldo de 291.000$00 aproximadamente.

Se contentes por obterem saldo positivo, desalenta-os o facto de se verem forçados, pela exiguidade deste saldo, a não poderem realizar o que julgam imprescindível, para o progresso da sua terra.

É que mesmo este saldo é insuficiente para aguentar e conservar o que está, e é aflitivamente que veem a obra de administração interna, ser improfícua em matéria de realizações.

É verdade que não precisa ser demonstrada que a Junta Geral deste Distrito, depois de pagas todas as suas despesas obrigatórias, não tem condições de vida, e quem diz vida diz acção, se não tiver ao seu dispor uma verba nunca inferior a mil contos anuais para aplicar aos diferentes serviços a seu cargo. E essa verba deveria ser assim distribuída:

60% para fundo exclusivo de obras publicas
20% " " " Agro-pecuário
20% " " " de saúde publica e assistência

Apesar de já ser elevado o valor matricial da propriedade e da fraca prosperidade das principais indústrias, mas atendendo-se ao desafogo económico que na generalidade os terceirenses hoje usufruem, a meu alvitre e ao abrigo do disposto do n.º 5.º do artigo 83.º do Estatuto, a Junta Geral deste Distrito elevou para o próximo ano, mais 4% o adicional das coletas das contribuições e impostos enumerados nos números 1 a 4 do referido artigo o que lhe dá um aumento de receita anual de aproximadamente 100.000$00.

E desta forma para o orçamento de 1942 haverá um saldo positivo de 400 contos aproximadamente que é mais que insuficiente para distribuir como é exposto.

Soluções

Várias soluções para aumentar os rendimentos à Junta Geral deste Distrito tem sido apontadas, entre as quais citarei:

a) Atribuição à Junta Geral como sua receita privativa da cisa e do imposto sucessório;
b) Pagamento anual pela Junta Autónoma das Estradas duma quantia certa, equivalente a despesas com a conservação e reparação das estradas deste Distrito, sendo as obras executadas pela Junta Geral, solução esta já entrevista pelo senhor Professor Dr. Marcelo Caetano;
c) Passagem para cardo Estado, dos Serviços de Instrução Primária e Secundária (que pesam no orçamento da Junta Geral com a quantia anual de 1.400 contos aproximadamente), ou melhor;
d) Comparticipação concedida pelo Ministério da Educação, à Instrução Primária e Secundária Distrital em percentagem variável, consoante pelo Governo foram verificadas as necessidades económicas do Distrito através das informações dadas pelo seu representante. É esta a solução que eu me permito perfilar, pela facilidade na execução, pelas variações que justa e facilmente o Governo lhe

pode imprimir, pelo aumento de prestígio que empresta aos Governadores e que cada vez mais necessário se torna dar-lhes e pela dependência em que ficaria a economia distrital do Governo Central;

e) Ficaram a pertencer à Junta Geral deste Distrito, o produto do imposto sobre gasolinas e óleos a importar para este Distrito, pois que o Dec. N.º 17.813, de 30 de Dezembro de 1929, suprimiu o imposto de viação relativo a veículos automóveis, proibiu o lançamento de impostos municipais sobre eles, a gasolina, pneus e acessórios e remodelou o imposto de importação da gasolina e diz-se no relatório que a medida trouxe aumento de receita para o Estado, com destino à conservação das estradas e proporcionou o rendimento do imposto, ao desgaste sofrido com o trânsito. Nos Distritos de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo a conservação e reparação das estradas, que no Continente estão a cargo do Estado, incumbe às Juntas Gerais. Mas enquanto as Câmaras são indemnizadas, as Juntas nada recebem, o que é manifestamente injusto, porque os contribuintes insulares pagam para beneficiar as estradas continentais de que não aproveitam e as Juntas suportam a despesa com as estradas cuja conservação e reparação estão a seu cargo. É assim que me parece justo que se peça ao Governo a entrega às Juntas Gerais dos Distritos de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo o produto do imposto sobre a gasolina importada por estes Distritos, cobrada nas respectivas alfândegas, com destino a ser aplicada exclusivamente à viação, e que para tal fim se busque um entendimento com a Junta Geral de Ponta Delgada para uma acção conjunta neste assunto.

É este conjunto de soluções que julgo de meu dever apresentar ao Governo, que as estudará e depois lhes dará a execução que tiver por mais conveniente, para que a Junta Geral deste Distrito possa de facto empreender a obra que tem idealizada e estudada; o saldo que actualmente possui e que sem auxílio alheio não pode ver acrescido, tem que ter amarrados ao mero expediente, os actuais procuradores que são valores cujo rendimento seria notório em clima, não direi já de abastança mas pelo menos de sobriedade e não de evidente insuficiência como este.

Vencimento do Presidente da Junta Geral

"Segundo a doutrina hoje dominante o vencimento do funcionário público não é remuneração do serviço que ele presta, mas sim uma pensão alimentar, instituída por interesse público, destinada a proporcionar-lhe os meios de subsistência conforme a sua categoria social, que lhe permite entregar-se inteiramente ao desempenho do seu serviço sem necessidade de recorrera outra forma de actividade para viver.

"O Presidente da Junta Geral do Distrito exerce uma função de primacial importância que para ser bem desempenhada, exige que ele lhe consagre toda a sua atenção, pois, implica a inspecção e fiscalização de todos os serviços da competência

da Junta, a direcção superior de muitos deles e o estudo de graves questões surgem com frequência.

"Se quiser bem cumprir, não poderá exercer cumulativamente outra função e ficará assim privado das vantagens económicas que do seu exercício podia auferir; isto, porém, só os ricos o podem fazer e como nem sempre são os mais aptos, do cargo se verão excluídos muitos dos mais hábeis e competentes com manifesto prejuízo da administração e do interesse público.

"Considerações desta ordem levaram o legislador a remunerar os presidentes das camaras municipais de Lisboa e Porto e dos concelhos de 1.ª ordem, cujas funções não são, aliás, nestes últimos, nem mais complexas, nem mais vastas do que as do Presidente da Junta Geral, e nesta conformidade proponho que se peça ao Governo que seja introduzida no Estatuto uma disposição semelhante à do art.º 74.º do Código Administrativo que fixe a remuneração dos Presidentes das Juntas Gerais dos Distritos Autónomos ou permita às Juntas Gerais fixá-la dentro de certos limites."

É esta proposta do procurador à Junta Geral, Tenente Coronel José Agostinho e à qual dou a minha adesão.

7. Organismos Políticos

Legião Portuguesa

Mercê de desinteligências já antigas entre o Comando Distrital e alguns legionários tem esta instituição patriótica vida pouco progressiva. É de esperar que efectuados os trabalhos de aproximação e de remodelação que estão em marcha, a Legião Portuguesa volte a ter neste Distrito o lugar de destaque que já ocupou.

União Nacional

Ocupa hoje neste Distrito, situação de prestígio, e a sua acção se melhor frutos não dá, não é por falta de dedicação e competência da Comissão Distrital da União Nacional, ou do apoio e carinho deste Governo do Distrito, mas porque as suas minguadas receitas lhe não permitem alargar mais o seu âmbito de acção.

O seu órgão na imprensa local "A PÁTRIA" merecia um subsídio maior que lhe desse margem a poder exercer a sua benéfica actividade de doutrinação e propaganda.

É com satisfação que me apraz declarar que foram muitos, bons e desinteressados pela União Nacional, principalmente pelo seu Presidente; Ex.mo Snr. Dr. Cândido Pamplona Forjaz, quando da visita presidencial e que apreciei a sua colaboração, em todos os actos eleitorais, na melhor harmonia e entendimento com as Camaras Municipais e fielmente seguindo as directrizes que este Governo do Distrito lhe traçou.

Organismos Corporativos

Tem continuado a trabalhar o I.N.T. no sentido de tornar em realidade neste Distrito as doutrinas corporativas e assim foi com satisfação que presidi à inauguração da Casa do Povo da Freguesia de S. Bartolomeu.

Dificuldades de vária ordem, tem contrariado esta acção, sendo de notar como principal, o facto de, certos indivíduos, por pertencerem a várias categorias sociais, terem de pagar e muito justamente, várias cotas; assim, um barbeiro, por exemplo, que seja ao mesmo tempo pequeno proprietário rural, tem de pagar, além das contribuições rural e do grupo C, para o Sindicato, para o Grémio da Lavoura e para a Casa do Povo da sua freguesia.

Esta multiplicidade de cotas, como facilmente se pode conceber, não é bem compreendida e aceite e se fosse possível que estes pagamentos fossem reunidos num só, estou convencido que viria aliviar as autoridades corporativas de certas críticas injustas e más vontades mais aparentes que reais.

Grémio da Lavoura

O Grémio da Lavoura embora de creação recente e em virtude de ser deficiente a constituição da sua Direcção que deve em tempo oportuno sofrer modificação que o habilite a levar a cabo fim que lhe está designado, é o organismo corporativo de maior importância do Distrito mormente em meio essencialmente agrícola como este.

Casas do Povo

As Casas do Povo tem na sua maioria vida deficitária e como são novidade. São olhadas apesar da muita propaganda, ainda com certa desconfiança. Se por intermédio do Ex.mo Subsecretário das Corporações lhe pudessem dar funções que se traduzissem em realidades imediatas, tais como na distribuição gratuita de sementes de trigo e adubos pelos seus associados mais pobres grande e relevante serviço prestaria à existência destas casas.

Casas de Pescadores

Muito se faz sentir a falta da existência duma Casa de Pescadores e o Ministério da Marinha deferindo o pedido já neste sentido feito, para a freguesia de São Mateus, do concelho de Angra do Heroísmo, muito contribuiria para o prestígio do Estado Novo Corporativo e para o melhor bem-estar da classe piscatória daquela freguesia.

8. Outros Problemas

Estradas

Está este Distrito, com uma rede de estradas na extensão de cerca de 240 km, em péssimo estado de conservação e para desde já ir dando remédio a este mal, S. Ex.ª o senhor Ministro das Obras Públicas enviou uma missão de engenheiros que depois dos trabalhos feitos e do estudo ao respectivo plano, verificou que são precisos 27.000 contos, gastos em 15 anos, para que este plano se execute.

Pelas disponibilidades que a Junta Geral deste Distrito tem, (400 contos na melhor das hipóteses) verifica-se facilmente que este melhoramento, de valor bem real e indiscutível, não poderá ter realização, sem que à Junta Geral do Distrito lhe sejam dadas as possibilidades que já noutro lugar deste relatório referi, pois só por si, os seus 400 contos, são insuficientes, para reparação e a conservação da sua actual rede de estradas, quanto mais, para levar a cabo, as obras preconizadas como indispensáveis como indispensáveis por essa missão de Engenheiros, embora a comparticipação do Estado ascendesse ao máximo.

Portos

Apesar de ter, a Junta Autónoma dos Portos, dinheiro depositado na C. D. Depósitos é dos organismos que pior e menor rendimento dá em todo o Distrito!

São várias as causas que determinam este estado de coisas e entendo que para resolver a actual situação da Junta Autónoma dos Portos do Distrito de Angra, é preciso:

1.º – Substituição da actual J. A. Dos Portos e da sua Comissão Executiva, por uma Comissão Administrativa que seria constituída por 3 membros;
2.º – Que a esta Comissão Administrativa competisse:
   a) Substituir a Junta Autónoma dos Portos e a actual Comissão Executiva;
   b) Averiguar das causas que levaram à improficuidade este organismo;
   c) Propor superiormente as soluções necessárias para que a acção da J.A.

Portos

Apesar de ter a Junta Autónoma dos Portos dinheiro depositado na C. G. de Depósitos é dos organismos que peior e menor rendimento dá em todo o Distrito.

São várias as causas que determinam este estado de coisas e entendo que para resolver a actual situação da Junta Autónoma dos Portos do Distrito de Angra do Heroísmo é preciso:

1.º Substituição da actual J. A. Dos Portos e da sua Comissão Executiva, por uma Comissão Administrativa que seria constituída por 3 membros; 2.º Que a esta Comissão Administrativa competisse:
   a) Substituir a J. A. Dos Portos e a sua actual Comissão Executiva;

b) Averiguar das causas que levaram à improficuidade, este organismo;
c) Propor superiormente as soluções necessárias para que a acção da J. A. dos Portos seja eficiente;
d) Entrar esta Comissão Administrativa imediatamente em acção. 3.º - Que a Comissão Administrativa seja constituída por nomes indicados pelo Governador do Distrito e de harmonia e de acordo com o parecer de S. Ex.ª, o senhor Ministro das Obras Públicas.

A substituição é justificada pelo facto de há 10 anos, e não obstante os rendimentos que esta Junta usufrui, se não terem realizado melhoramentos parciais ou pequenas reparações, sem que qualquer obra nova, de grande ou de pequeno vulto, se tenha empreendido.

E não se diga que a ausência de obras novas, se justifica, pelo facto de se ter na mira capitalizar dinheiro, que permita, num futuro próximo, a realização de obra ou obras de vulto e de eficiência comprovada, porquanto, havendo necessidade obras inadiáveis, tal processo de administração não é justificável, e ainda não é licito à Junta Autónoma dos Portos, amealhar dinheiros para obras que podem dar renome aos seus realizadores, mas que priva o Distrito de benefícios que lhe são urgentemente necessários, pois, é obvio, que não se deve aspirar ao grandioso quando o comezinho é indispensável.

E ainda, pelo simples exame ao mapa constante no Anuário dos Serviços Hidráulicos e Obras de Portos de 1939 e publicado em 1941, se verifica que todas as Juntas Autónomas tem obtido comparticipações do Estado superiores a 100 mil escudos fazendo excepção a de Angra do Heroísmo que aparece aí com 5 mil escudos o que prova exuberantemente que não tem havido sequer, o cuidado de pedir comparticipações, que tão radicadas estão no espirito do Governo conceder, por úteis e valiosas, o que não admira, pois, nem ao menos há até esta data um esboço da Secção de Estudos Hidráulicos que habilitem a Junta s elaborar um plano que justifique, o pedido de comparticipação para as obras a realizar.

Pelas informações colhidas junto de pessoas idóneas e conhecedoras deste assunto, por parte da Junta Autónoma dos Portos tal inactividade só é justificada, ou pela preguiça ou pelo pouco ou nenhum interesse que a pessoa ou pessoas responsáveis por tal estado de coisas teem demonstrado possuir, com o que é preciso acabar e de vez, para que à entidade Junta Autónoma dos Portos, lhe não sejam atribuídas responsabilidades, que só aos membros que a constituem, cabem.

Campos de Aviação

É, segundo a opinião dos técnicos, nesta Ilha, que existe o Campo de Aviação que melhores requisitos reúne para de futuro ser utilizado, como campo de aviação internacional.

Não é, talvez este o momento, para que tal pretensão seja apresentada, no entanto é meu dever informar o Governo desta possibilidade futura, para ser utilizada quando as oportunidades a recomendem.

É grave a injusta a situação dos proprietários que tiveram de ceder terrenos para a construção do Campo de Aviação das Lajes conforme a exposição enviada pela Camara

Municipal da Praia da Vitória, em 26 de Novembro do corrente ano, a S. Ex.ª o senhor Ministro da Guerra e que é do teor seguinte:

"Por ofício do Comando Militar de Angra, sob o n.º 177, de 3 de Junho deste ano, foram requisitados a 51 proprietários de terrenos na freguesia das Lages deste concelho, varias parcelas desses terrenos com a área total de 236.152 metros quadrados, para a construção de um capo de aviação.

"Os trabalhos de terraplanagem foram iniciados, antes das respectivas requisições, em virtude da urgência requerida conforme consta do ofício citado.

"Convém registar, desde já, que da parte dos interessados não foi levantada qualquer dificuldade à realização destes trabalhos, feitos, repete-se, antes dos terrenos serem legalmente requisitados. Todos, por patriotismo, compreenderam o que, para os sagrados direitos de Portugal, representada a urgente construção daquele campo.

"De começo, julgaram os interessados e julgou este município que os referidos terrenos seriam adquiridos pelo Estado, porém, constou agora, que assim não acontecerá e parece que efectivamente, as instâncias competentes se inclinam para que o problema seja solucionado por meio de arrendamento.

"Por isso esta Camara da Vila-da-Praia – da-Vitoria, cumprindo-lhe cuidar dos justos direitos dos seus munícipes e nunca esquecendo os altos direitos do Estado, pede licença para expor a V. Ex.ª o seguinte:

"Dos trabalhos de terraplanagem, já efectuados, resultou que ao nivelamento dos terrenos correspondeu um desnivelamento no valor dos prédios requisitados, com a agravante, em alguns casos de bons terrenos, situados em nível inferior terem de suportar altas camadas de pedra sobre a qual foi lançada ligeira quantidade de terra, o que representa uma total inversão de valores.

"Portanto, a hipótese de arrendamento representaria uma injustiça impossível de remediar, quando o Estado pensasse, novamente aos proprietários as parcelas de terrenas requisitadas.

"Acresce ainda a circunstancia das divisórias dessas parcelas terem sido utilizadas para os trabalhos de terraplanagem, o que mais dificultará o restabelecimento das propriedades referidas.

"Até aqui, consideramos, apenas, com justiça os interesses legítimos dos proprietários. Mas há uma razão mais alta que leva este Município a expor a V. Ex.ª a conveniência que para o Estado e para esta Ilha Terceira da aquisição desses terrenos.

"Desde 1837, aguarda esta Ilha a construção de um porto de abrigo, conforme foi determinado em 17 de Maio desse ano.

"As outras capitais de Distrito, Ponta Delgada e Horta, contam desde há muito anos, com esse importante melhoramento ao qual devem, em grande parte o seu progresso actual.

"E já que, até agora não foi possível satisfazer essa justa aspiração, talvez se pudessem providenciar no sentido do Campo de Aviação das Lages, ser utilizado para aeroporto internacional, uma vez terminada a guerra ou que Portugal pudesse livremente, continuar a sua missão de paz e de civilização no mundo.

"Vários técnicos Nacionais e estrangeiros, depois de percorrerem todas as ilhas deste arquipélago, concluíram unanimemente, que o local da freguesia das Lages deste concelho onde se está construindo o referido Campo de Aviação o que melhores condições tem oferecia para o estabelecimento dum grande aeroporto internacional.

"Além disso, perto desse campo das Lages, a baía da Vila- da Praia- da – Vitoria, que também mereceu a aprovação de técnicos competentes para ser utilizada como base de hidros, e depois de obras necessárias, poderia chegar-se ao estabelecimento duma grande base que servisse simultaneamente, para as duas espécies de transporte utilizados ou a utilizar na travessia do Atlântico Norte.

"Pelo exposto, esta Camara interpretando não só os desejos dos seus munícipes mas também de toda a população desta ilha, pede e espera que esta petição mereça deferimento, tanto mais que V. Ex.ª afirmou quando das comemorações Centenárias das nossas lutas pela Restauração e Independência, que nunca poderia esquecer a dedicação dos habitantes deste arquipélago e de modo especial os Terceirenses.

Meios de comunicação

É patente que os meios de comunicação com o Continente deveriam tornar-se mais rápidos, baratos e frequentes. Várias são as soluções a adoptar, mas existindo a carreira de Clipers que ligam em poucas horas e pelo mesmo preço que a Empresa Insulana de Navegação a cidade da Horta a Lisboa, e ainda com os campos de aterragem hoje já construídos, parece que a ligação aérea de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo com a Horta seria a forma mais pratica e moderna de resolver este importante problema.

As ligações interinsulares são mais que insuficientes, e tanto assim que durante a maioria dos meses do ano não há ligações com as ilhas deste Distrito, que se fazem apenas duas vezes por mês, o que prejudica altamente todas as relações, principalmente as de caracter comercial entre as Ilhas e a capital do Distrito. Com o estabelecimento de carreiras regulares interinsulares, servidas por navios com características próprias e a serem determinadas pelas entidades técnicas competentes, subsidiadas no início pelo Estado, ver-se-ia resolvido este problema que é capital para o desenvolvimento e progresso destas gentes que confia ver realizada logo que as circunstancias o permitam.

Energia Elétrica

O actual sistema gerador de energia elétrica feito por motores movidos a óleos pesados, além de dispendiosíssimo, ainda leva a correr o risco de por falta de combustível ver-se o Distrito privado de energia elétrica.

É para sanar esta deficiência que em meu entender se deve pedir a S. Ex.ª o Senhor Ministro das Obras Públicas que mande uma brigada de Engenheiros da Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos, proceder aos respectivos estudos de captação e aproveitamento de águas, pois só desta forma se verá resolvido o problema cuja resolução se vai arrastando com graves prejuízos para a economia do Distrito em geral e dos particulares, que pagam a energia eléctrica mais cara em qualquer outro ponto do país.

Saúde Pública

Duas doenças existem neste Distrito que exigem das autoridades sanitárias esforços e trabalhos para conseguirem a sua extinção: a peste bubónica e a febre tifoide.

São numerosos os casos fatais e estou certo que um trabalho inteligentemente conduzido e sobretudo persistentemente executado, levaria a campanha anti- tifica e anti--pestosa a dar o rendimento que noutros lugares se verifica.

Mercê do meio, do hábito, do clima ou da familiaridade e presença destas doenças, verifica-se que o terror que inicialmente manifestam as pessoas que vem de fora animadas da melhor boa vontade para lhes por cobro, ao fim de pouco tempo, como que se diluiu e não resta, senão o reavivar deste cuidado, quando novos casos destas doenças, alarmam e inquietam. E por isso falo em insistência.

Precisa o Hospital de Isolamento de mais 3 serventes permanentes a prover por assalariamento, sem o que, graves prejuízos podem advir para a saúde pública. O problema do abastecimento de água à cidade de Angra e freguesias sub- urbanas é capital para uma melhor higiene citadina, pois sem água não pode haver rega e lavagem das ruas, nem esgotos perfeitos.

Água puríssima, quer química quer bacteriologicamente na sua origem chega às casas dos consumidores, mercê da péssima rede de distribuição e ruina das canalizações, conspurcada, ponto do seu teor de coli bacelar ser tão elevado que só se explica pela existência de excrementos nessa água.

É ainda a falta de água sob pressão um perigo que pode atingir as proporções de catástrofe, em caso de incêndio, que no estado de emergência em que se vive, não é hipótese a não poder admitir-se e que por esta ultima razão, mais urge ser resolvido, como espero, depois dos estudos e projectos que o Ex.mo Presidente da Camara de Angra entregou, para mais uma vez serem aprovados.

Assistência

São bastantes e modelares as instituições de Caridade existentes neste Distrito que quasi vivem exclusivamente da inesgotável generosidade do público, mas que para darem maior rendimento, necessitam do auxílio e do amparo das autoridades competentes, ressentindo-se como os demais problemas, da exiguidade da verba que a Junta Geral deste Distrito lhe pode atribuir.

O problema da indigência na cidade está resolvido e é com satisfação que posso dizer que só raríssimas vezes, aparece um ou outro pobre, a estender a mão à caridade pública.

Esta obra é devida à acção da Comissão Distrital de Assistência que foi criada pelo meu antecessor e que eu mantenho e amparo, por serem evidentes os resultados que se colhem.

Por minha iniciativa, foram criados dois cursos de enfermagem, regidos graciosamente pelo Capitão Médico Dr. Pedro da Rocha Santos, Assistente da Faculdade de Medicina de Coimbra.

Um, é destinado ao ensino e aperfeiçoamento da enfermagem hospitalar, duma forma geral e em especial em obstetrícia, ficando as beneficiadas neste curso com a obrigação de prestarem gratuitamente o seu auxílio profissional sempre que a Liga de Assistência Social Católica precisa dos seus serviços.

O outro destina-se a administrar ensinamentos, ao já numeroso grupo de senhoras que o frequenta, de molde a poder prestar, em caso de necessidade, relevantíssimos serviços, socorrendo e assistindo os feridos que necessariamente existirão num possível estado de guerra.

Bairros Sociais

A Camara Municipal de Angra do Heroísmo, pretende e muito justamente que pela respectiva repartição lhe seja concedido subsídio para a construção do primeiro Bairro Social a edificar neste Distrito.

Que tal objectivo seja atingido cria-se um factor de propaganda evidente das realizações do Estado Novo Corporativo, além dos benefícios de toda a ordem que a criação destes bairros trazem.

Indústria dos Bordados dos Açores

Pelo artigo 20 do Decreto-Lei n.º 29.235 de 8 de Dezembro de 1938, S. Ex.ª o Senhor Ministro do Comércio e Industria ficou autorizado a regulamentar a industria dos bordados dos Açores mediante proposta dos Delegados do I.N.T. e P.

De acordo com esta disposição legal, o Delegado do I.N.T. e P. de Angra do Heroísmo, remeteu informações e pareceres, expondo e propondo o que mais interessa à situação actual e ao futuro das indústrias de bordados; esses documentos encontram-se no Conselho Técnico Corporativo do Comércio e Industria.

Do que respeita à regulamentação da indústria, até hoje só foi estabelecido uma tabela de preços e de salários mínimos, constante do Despacho de S. Ex.ª o Subsecretário de Estado das Corporações, de 6 de Julho de 1939. Quanto ao resto nada se fez ainda, incluindo a organização dos serviços de fiscalização sem o qual é impossível promover o bem completo cumprimento daquela.

O Delegado do I.N.T. e P. de Angra do Heroísmo em Angra do Heroísmo, em Junho e Julho do ano transacto, tratou no Conselho Técnico Corporativo do Comércio e Industria do que havia a fazer por parte do Governo deixando as indicações indispensáveis, pedindo ainda a S. Ex.ª o Senhor Ministro do Comércio de então e ao Conselho Técnico Corporativo a isenção de direitos para a importação dos tecidos de algodão.

Neste momento de maiores dificuldades para a indústria de bordados e em que se torna muitíssimo difícil ou quasi impossível a obtenção de tecidos de linho torna-se imperioso a utilização de tecidos de algodão.

Mas ao contrário do que sucede com a mesma indústria da Madeira, a dos Açores não usufrui da vantagem da isenção de direitos na importação destes tecidos, o que a coloca ainda em piores e desvantajosas condições.

Pede-se, pois, que a indústria dos bordados dos Açores se atenda conforme é de justiça e de necessidade, concedendo a isenção daqueles direitos porque, sem isso, inutilizar-se-á dentro de pouco tempo um dos principais valores da economia da ilha Terceira.

Outras Comparticipações

Várias são já as comparticipações pedidas para o próximo ano e é de esperar que sejam atendidas pelas entidades competentes e muitas mais de futuro virão a ser pedidas, pois, em meu entender uma vez que as Camaras Municipais, conforme foi meu tema favorito na campanha eleitoral das Juntas de Freguesia, deem cumprimento exacto, ao estabelecido no art.º n.º 753.º do Código Administrativo, como é necessário e de Lei, as Juntas de Freguesia, mais se prestigiam, e começarão a dar rendimento útil e proveitoso.

1. Considerações Finais

São estes os factos que por dever, trago ao conhecimento do Governo e que são bem a evidência das muitas necessidades que o Distrito precisa de ver atendidas e que infelizmente também são índice de um estado de abandono que é preciso remediar.

A actual situação económica e financeira da Junta Geral deste Distrito é a fonte de onde emanam quasi todas as deficiências apontadas e portanto, justo é, que para ela se peça a melhor atenção do Governo.

Dois Ministérios são particularmente visados: o da Economia e o das Obras Públicas e por esta razão e a meu alvitre a Junta Geral deste Distrito Autónomo, resolveu convidar a visitar o Distrito de Angra do Heroísmo no próximo ano, Suas Excelências os Senhores Ministros da Economia e das Obras Públicas, pois, além da honra que nos dão, aceitando tal convite, grandes e proveitosos benefícios, estou certo, se colherão.

Angra do Heroísmo, 4 de Dezembro de 1941

O Governador Civil
António Francisco de Sales de Guimarães Pestana da Silva”

TOMBO DO CASTELO DE SÃO JOÃO BATISTA DA ILHA TERCEIRA E TERRENOS ANEXOS

Manuel Faria[*]

Introdução

O Instituto Histórico da Ilha Terceira publicou nos boletins do Instituto de 1996 e 1998 as memórias descritivas dos antigos fortes marítimos das ilhas do Grupo Central dos Açores, da autoria de tenente-coronel de Infantaria Damião Freire de Bettencourt Pego e do tenente de Engenharia António Bello d'Almeida Jr., datadas de 1881 e 1883. Ficou, então, por publicar o tombo do Castelo de São João Batista, levantado em 1897, tal como os outros conservado no arquivo da Secção do Tombo da Direção de Infraestruturas do Exército; falta que agora se colmata.

O tombo está manuscrito em papel almaço branco com 35 pautas, sem margens, sem capa, assinado pelo tenente de Engenharia Eugénio Cândido Osório[1], Secção da Inspeção de Engenharia nos Açores e Madeira, no Comando Militar Central dos Açores. Para identificação e localização das estruturas descritas na memória, sugerimos o confronto com o "Esboço extrahido da planta geral do Castello de S. João Baptista d'Angra, para demonstrar a distancia e posição dos edifícios occupados por caçadores n.º 10, e referidas á secretaria do mesmo corpo", datado de 13 de setembro de 1874, e subscrito pelo

[*] IHIT

[1] Eugénio Cândido Osório nasceu em 1863, em Lamego. Assentou praça como voluntário no Regimento de Infantaria, em 1881. Concluiu o curso preparatório de engenharia militar na Universidade de Coimbra, com o grau de bacharelato, em 1885. Ingressou na Escola do Exército, terminando em 1888 o curso de engenharia militar. Pelo Estado-Maior de Engenharia fez a sua carreira militar, reformando-se no posto de Coronel. Após a reforma, foi viver para o Brasil, na cidade de Ponta Grossa, Curitiba. Regressou a Portugal, e morreu na cidade do Porto em 1939. Cavaleiro e oficial da Ordem Militar de Avis, foi, ainda, condecorado com os graus de prata e de ouro da Medalha Militar de Comportamento Exemplar.

capitão de Infantaria Damião Freire de Bettencourt Pego, pertencente ao Arquivo Histórico Militar (3-9-105-E33). Como complemento destacamos entre outras, a "traça do Castelo de São felipe e do monte do brazil da terçeira ordenada do comendador Tibursio espanoqui e de frei João viçensio casál e seguida de Antão Colla…" (Arquivo Nacional da Torre do Tombo) de finais do século XVI ou início do século XVII, e a "Planta do Castello de São João Baptista, e da cidade de Angra Capital das Ilhas dos Açores feita por Ordem do Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Conde de São Lourenço Cappitam General e Governador destas Ilhas, pello Sargento Mór do Real Corpo de Engenheiros Joze Rodrigo d'Almeida, em 1805"[2] (Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, da Direção de Infraestruturas do Exército), a primeira publicada pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e Instituto Histórico de Angra do Heroísmo, a segunda pelo mesmo Instituto Histórico.

O tombo do Castelo[3] tem, porém, características distintas daqueloutras dos restantes fortes. Enquanto nos fortes marítimos as memórias contemplavam fundamentalmente a descrição da fortificação, seu enquadramento defensivo e histórico, no tombo da fortaleza a couraça é ignorada, importando antes o espaço rústico e o edificado do aquartelamento. Esta insuficiência é, porém, de menor importância, pois a linha fortificada praticamente não foi, entretanto, mudada, enquanto os quarteis ou alojamentos sofreram profundas alterações estruturais e estruturantes do espaço edificado, sobretudo levadas a cabo no âmbito da Comissão Administrativa das Novas Instalações para as Forças Armadas (CANIFA). Estas alterações de definição do espaço urbano, para além de serem impostas por imperativos de renovação e reordenamento do aquartelamento militar, traduzem, também, restrição de ocupação social, deixando os quarteis de servir de alojamento a civis, nomeadamente, a famílias dos militares.

Para melhor entendimento da descrição dos quarteis da fortaleza e sua ocupação, convém ter presente que em 1897 os corpos do Exército nos Açores estavam subordinados a três comandos – Comando Oriental dos Açores, com Quartel-General em Ponta Delgada; Comando Central dos Açores, com Quartel-General em Angra do Heroísmo; Comando Ocidental dos Açores, com Quartel-General na Horta. Com a atribuição, em 1887, de um general de brigada ao governo do Castelo de S. João Baptista, simultaneamente comandante do Comando Central, ficara este a ser o oficial de maior patente no Arquipélago. Para além do governo do Castelo, que integrava, nomeadamente, uma secção da Inspeção de Engenharia, na fortaleza estavam aquartelados o Regimento de Caçadores N.º 10 e a Companhia de Artilharia de Guarnição N.º 1.[4]

---

[2] Sobre José Rodrigo de Almeida, ver Manuel Augusto de Faria "Plantas dos fortes da Ilha Terceira", *Atlântida*, vol. LXV, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2000, p. 155-156.

[3] Manuel Augusto de Faria, "Fortaleza de São João Batista do Monte Brasil", *Da Militia,* Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2020.

[4] Manuel Augusto de Faria, "Regimento de Guarnição de Angra do Heroísmo" e "Comando da Zona Militar dos Açores", *Da Militia,* Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2020.

Inspecção de Engenharia nos Açores e Madeira

Secção no Commando Militar Central dos Açores

Tombo do Castello de S. João Baptista da ilha Terceira e terrenos anexos

1ª Parte

Relatorio

O[5] Castello de S. João Baptista da ilha Terceira é um predio pertencente ao Ministerio da Guerra e que se compõe de uma parte rustica e outra urbana.

A parte rustica consta:

de terrenos cultivados, terrenos incultos, mas utilisados para pastagens naturaes, terrenos simplesmente occupados por obra de fortificação, terrenos aproveitados para caminhos, aguas e uma pedreira.

Os primeiros comprehendem terrenos arborisados e terrenos lavrados. Os arborisados abrangem a area de 1811,68 ares, estando actualmente aproveitados para pastagens 946 ares e achando-se em via d'essa utilisação os 865,68 ares restantes pelo conveniente desbaste já effectuado. A plantação teve logar de 1881 a 1887 e acha-se, em geral, em regular estado de desenvolvimento. Consta de pinheiros na area de 1505,54 ares e de accacias e eucalyptos na de 306,14 ares. Estes terrenos estão situados dentro da linha das fortificações em aspera encosta voltada para a bahia d'Angra. Os terrenos lavrados ocupam o espaço de 3115,73 ares, sendo 2700,96 dentro da linha fortificada, 407,77 fora nas explanadas e 7,01 nos terraplenos. Produzem legumes, cereaes, pastos artificiaes, etc.

Os terrenos incultos, mas aproveitados para pastagens naturaes medem a area de 6011,02 ares, sendo 5416,62 ares no interior da fortificação, 555,68 ares nas esplanadas, fossos e caminhos cobertos e 38,72 nos terraplenos.

O espaço simplesmente occupado pelas obras de fortificação comprehende 562,92 ares.

O terreno occupado pelos caminhos é de 170,75 ares.

Todos os terrenos agricolamente exploraveis se acham arrendados, á excepção: de 865,68 ares plantados de arvores que por terem só agora soffrido um conveniente des-

[5] À margem: *Nome e qualidade do predio*.

baste não estão ainda em condições de produzirem pastos; 72,60 ares de pasto no Monte Brazil e as pastagens e terrenos cultivados dos terraplenos.

Nos arrendamentos não é incluído o arvoredo, o qual é explorado directamente pelo conselho administrativo do Castello de S. João Baptista da ilha Terceira.

Os terrenos rendem annualmente 814$560 reis fortes, correspondendo 212$760 para os que se encontram situados fora da linha fortificada e 601$800 para os restantes.

Aguas

São de duas proveniencias as aguas pertencentes a esta propriedade: aguas de cisterna e de nascente.

As primeiras são captadas para um vasto reservatorio do recinto dos quarteis.

Pode receber 858^{m3} de agua e aproveita as aguas da chuva que caem no seu terraço e as que caem no terrapleno superior ás abobadas da entrada principal. Não é aproveitada se não para lavagem. Na casa do governador militar, na casa do Regalo, no caminho das baterias de S. Diogo e na bateria da Quebrada, existem ainda mais quatro pequenas cisternas, as quais estão inteiramente abandonadas.

As aguas de nascente correm para um chafariz de duas bicas, situado no extremo norte da explanada, 21^{m},65 abaixo do recinto dos quarteis e no caminho que conduz á porta dos carros do castello. Tem estas aguas a sua origem nas terras do Breado a 2300 metros approximadamente do Castello, correndo na extenção de 940 metros com agua de outros proprietarios até ao Largo das Monicas na cidade. N'este ponto separam-se 14 palhas de agua das quaes 11 pertencem ao Ministerio da Guerra e 3 aos herdeiros de D. Carlota Portugal Ribeiro. Das 11 palhas separam-se 0,5 para o hospital regimental e as 10,5 restantes correm para o chafariz. Os sobejos d'estas aguas dirigem-se para um grande tanque que lhe fica junto e cuja planta é um quarto de circulo. Este segundo tanque foi em epoca remota mandado construir pela Camara Municipal para ahi fazer as aferições dos liquidos importados em pipas. Para o mesmo fim foi constuida uma pequena casa adjacente á casa da guarda da explanada, a qual fica muito proxima do tanque. Como porem succedeu que ha mais de 30 anos a referida Camara Municipal se recusou a concorrer para obras que foi necessario executar no tanque e seu encanamento, abandonando tambem a pequena casa annexa, perdeu por este facto o direito a esta propriedade, a qual sem contestação passou e se tem conservado na posse do Ministerio da Guerra.[6]

[6] Tiburzio Spannocchi, nas instruções para as obras da fortaleza, identifica uma pequena nascente de água na encosta poente do Monte Brasil; poucos anos depois, a planta do Castelo de São Filipe do Monte Brasil, incluída na coleção de plantas da Casa de Cadaval (nº 29, fl. 102, PT/TTCCDV/29 – m0206), do Arquivo Nacional Torro do Tombo, localiza essa nascente, legendando-a como "fontezinhas de pouqua **ágoa** dosse";

Pedreira

A 880 metros do recinto dos quarteis, para sul, encontra-se uma excelente pedreira muito estimada pela qualidade da pedra e por ser a mais proxima da cidade. É desde ha muitos annos explorada pela Direcção das Obras Publicas de Angra por concessão provisoria do Ministerio da Guerra. Fornece duas qualidades de trachite, uma de grão miudo e azulado e outra com veios amarellos. A primeita é a melhor e tem provado excelente em obras mergulhadas nas aguas do mar, como o demonstra a extensa linha de muralha que circunda a bahia da cidade.

Esta pedreira é servida por caminhos regulares.

A parte urbana deste predio consta:

1.º – Na raiz da explanada, proximo ao chafariz, ha uma pequena casa terrea abandonada; adjacente a esta, uma outra casa terrea abobadada e telhado com uma pequena latrina anexa.

Esta casa está arrendada pelo preço de 4$130 reis fortes annuaes.
Este quarteirão occupa a area de 69^{m2}.

2.º – Proximo a este quarteirão encontra-se um armazem coberto a colmo, denominado «barracão».

Mede a area de 77^{m2}.

3.º – Recinto dos quarteis.

Sob esta designação é conhecido o principal agrupamento de edifícios comprehendidos n'esta propriedade. Assenta n'um espaço proximamente horisontal, entre a ravina do Fanal e a frente principal da linha fortificada, 6^{m},5 a 7^{m} abaixo do seu terrapleno de combate.

Os differentes edificios acham-se distribuidos por 28 quarteirões e são aproveitados para aquartelamento e outros serviços militares.

---

e o padre Maldonado, descreve que, durante o cerco ao Castelo, "costumavam as mulheres dos castelhanos valer-se dos poços que na costa do posto de Santa Teresa quase à beira-mar ficam, nos quais lavavam a roupa…". Ainda o padre Maldonado, em breve descrição da fortaleza e a propósito da abundância de água proporcionada pelas cisternas, assinala mais a existência das "águas salobras, que emanam nativas nas pontas de Santo António e Zimbreiro".

Estes quarteirões são:

(a) Á entrada do recinto, seguindo o caminho mais frequentado, o da porta dos carros, encontra-se á direita o primeiro quarteirão formado por 6 casas, todo só de um pavimento: casa da guarda, prisões do castello e tres quarteis de familias de praças e um deposito regimental.

Area total 262^{m2}.

(b) Á esquerda da mesma entrada, limitando pelo sul o recinto dos quarteis, encontra-se um alinhamento proximamente recto, frente ao norte, um quarteirão composto de uma casa de habitação para official, quatorze para sargentos, uma para secretaria, uma para arrecadação e outra em paredes. Teem todas um só pavimento.

Area total 1776^{m2}; area coberta 669^{m2}.

(c) Em frente do flanco direito do quarteirão acima referido, encontra-se um outro formado por duas casas de dois pavimentos, uma em paredes e um pequeno pateo.

Uma das casas, a maior, é actualmente utilisada para biblioteca, escola e arrecadação regimental e caserna da 10ª companhia de reformados. Outra, a de official, acha-se arrendada a um particular por 10$500 reis fortes annuaes, sendo empregada para um pequeno estabelecimento de mercearia e venda de vinho.

Area total do quarteirão 320^{m2}.

Area da parte coberta 260^{m2}.

(d) A leste do recinto dos quarteis encontra-se um pequeno quarteirão em que se acha instalada a cosinha dos officiaes inferiores da guarnição, refeitorio e sala de reunião dos mesmos.

Tudo n'um só pavimento.

Area 312^{m2}.

(e) Em frente da face norte do quarteirão (c) apenas separado d'elle por uma estreita viella, está situado um grupo de duas casas de dois pavimentos e pateo e duas de um só pavimento.

Area ocupada pelas duas primeiras 177m2; pelas segundas 112, e pelo espaço descoberto 211m2.

(f) Ao norte do quarteirão anterior separado d'elle por uma larga rua que dá accesso á parada da guarnição, encontra-se um quarteirão de casas, todas de um só pavimento, ocupadas pela secretaria do regimento, sala do conselho administrativo e casa de reunião dos officiaes e um pateo.

Area total 266m2.

Area coberta 228m2.

(g) A poente do quarteirão (e) está situado um outro formado por dois corpos de edificios separados por um pateo.

O do norte tem dois pavimentos e é occupado por tres familias de officiaes, o do sul, tem um só pavimento e n'elle residem algumas familias de praças de pret.

A area do primeiro edificio é 203m2, o do segundo 161m2, a area do pateo 83m2.

(h) A sul do quarteirão anterior e parallelamente a elle existe um outro de um só pavimento occupado por familias de praças.

Area 175m2.

(i) idem, idem, idem.

Area 179m2.

(h)[3] Egreja de S. João Baptista.

Encontra-se a oeste dos tres quarteirões anteriores. Frente para a parada geral.

Um só pavimento alto de tres naves, capella mór, sachristia, e arrecadação.

Area 859m2.

[3] Repete (h) e não tem (j).

(l) Limitando pela frente a parada geral da guarnição, encontra-se um importante quarteirão consituido pelo palacio do Governador e outros edifícios occupados por secretarias e quarteis de officiaes. Alguns d'estes estão reduzidos a paredes.

Estes edificios teem um, dois e tres pavimentos e todos teem os seus respectivos pateos.

Superficie ocupada pelos edificios de tres pavimentos, 243^{m2}.

Pelos edificios de dois pavimentos, 423^{m2}.

Pelos edificios de um só pavimento, 345^{m2}.

Pelos que existem em ruinas, 409^{m2}, e pelos pateos 482^{m2}.

(m) Proximo do flanco esquerdo da frente do quarteirão (b) existe um outro formado pela casa de habitação do commandante de caçadores nº 10, por uma casa de habitação de sargento e outra em ruinas. Ambas as casas são de dois pavimentos.

Area ocupada 240^{m2}.

Area de espaço descoberto 27^{m2}.

(n) A norte d'este quarteirão existe um outro formado por duas casas de habitação de official. Dois pavimentos.

Area total 150^{m2}.

(o) Parallelamente a este do mesmo lado norte encontra-se um novo quarteirão que comprehende duas casas de habitação de officiaes e uma secretaria. Dois pavimentos.

Area 157^{m2}.

(p) Na mesma posição com relação ao anterior existe um outro formado egualmente por tres casas de dois pavimentos, sendo uma d'ellas habitação de official, outra aula regimental de artilharia e a terceira cooperativa.

Area 170^{m2}.

(q) A seguir, encontra-se um outro quarteirão de dois pavimentos, o qual comprehende tres casas de habitação de sargentos e uma arrecadação.

Area 182m2.

(r) Termina este alinhamento de quarteirões por outro de dois pavimentos, cada um occupado por uma caserna do regimento.

Area 192m2.

(s) A poente do quarteirão (m) está um outro formado por duas casernas da companhia de artilharia e secretarias da mesma companhia. Um só pavimento.

Area 368m2.

(t) A norte d'este, encontra-se um outro de dois pavimentos, occupado por duas casernas do regimento.

Area 191m2.

(u) Parallelamente a este para o norte e d'elle separado pela parada de caçadores, existe um edificio constituindo um quarteirão em que estão alojadas duas companhias do regimento. Dois pavimentos.

Area 486m2.

(v) A norte dos quarteirões (r) e (u) encontra-se um alinhamento de pequenas edificações occupadas pelas arrecadações e secretarias de 6 companhias de caçadores. Um só pavimento.

Area 210m2.

(x) Pela rectaguarda desta casa ha parallelamente um outro alinhamento de pequenos edificios occupados por familias de praças e cavallariça do governador militar. Um só pavimento.

Area 347m2.

(y) A poente dos dois ultimos quarteirões existe um pequeno edifício isolado e destinado a cosinha do rancho de artilharia. Um só pavimento.

Area 81^{m2}.

(z) A poente deste arruamento ha um pequeno edificio isolado de um só pavimento que é occupado pela officina de serralheiro.

Area 49^{m2}.

(a') A poente dos quarteirões (u) e (z) corre em alinhamento recto um grupo de pequenos edificios de um só pavimento, e occupados, um pela arrecadação do rancho geral, outro pelo casão dos alfaiates e outro pelo caserneiro do castello. Este ultimo tem pateo e jardim.

Neste quarteirão encontra-se os espaços descobertos em que assentam ruinas de antigos edificios.

Area total dos edificios, 232^{m2}.

Area do espaço descoberto 272^{m2}.

(b') A sul d'este quarteirão encontra-se um alinhamento de edifícios de um só pavimento, occupados pela camarata dos sargentos de artilharia, arrecadação de lenha do rancho geral e cosinha.

Area 248^{m2}.

(c') A poente do quarteirão (a') encontra-se os vestigios de antigas edificações que foram occupadas pelo trem d'artilharia. Hoje existem apenas duas pequenas arrecadações occupadas pela caserna do castello. Um só pavimento.

Area 73^{m2}.

Area das edificações demolidas 375^{m2}.

(d') Por ultimo para serem referidas todas as edificações que constituem o recinto dos quarteis do castello de S. João Baptista da ilha Terceira resta apenas tratar das latrinas da guarnição.

Estão assentes á beira do escarpado que forma a bahia do Fanal.

Area coberta 38^{m2}. Pateo de entrada 54^{m2}.

Este agrupamento de quarteirões de edificios é servido por 153 ares e 52 centiares de terreno occupado paradas, largos e ruas.

4.º – Fóra do recinto dos quarteis no Monte Brasil, onde começa o caminho de Santo Antonio da Grota, encontra-se um grande armazem que serve para arrecadar o material de guerra. Este armazem é um edificio de um só pavimento com pateo annexo.

Area do edificio 427^{m2} e do pateo 397^{m2}.

5.º – Na gola do baluarte do Relvão, assenta o paiol geral da guarnição. Abobadado.

Area coberta 95^{m2},5

Area do caminho de ronda 447^{m2}

6.º – Proximo a este edificio, encostado á muralha da bateria da «Malaca» uma pequena casa abarracada, chamada Laboratorio.

Area coberta 80^{m2},5

7.º – A sul do recinto dos quarteis, á direita do caminho do Monte Brazil que se dirige para os lados do Fanal encontra-se um outro paiol, chamado «Paiol pequeno» abobadado e muito mais antigo que o anterior.

Area coberta 90^{m2}

Area do caminho de ronda 259^{m2}.

Adjacente a este caminho de ronda, assentou em tempo uma pequena casa de guarda da qual hoje apenas existem as paredes.

Area 43^{m2},5

Area total d'este quarteirão 392^{m2},5, sendo 90^{m2} a parte coberta e 302^{m2},5 a descoberta.

8.º – Casa do Regalo. Situada a meia encosta leste do Monte Brazil. Um só pavimento, cisterna e quinta. Logradouro dos governadores Militares do castello.

Area coberta 169^{m2}.

Area da quinta 38 ares e 72 centeares

9.º – Na mesma encosta e acima de este predio, junto do caminho de Santo Antonio da Grota, encontra-se a ermida d'este Santo.

Area coberta 57^{m2}

10.º – Seguindo a linha de baterias da bahia de Angra, existe um caminho chamado de Santo Antonio de Baixo. A meio d'este caminho encontra-se as ruinas de uma casa que servia de arrecadação das baterias.

Area occupada 18^{m2}

11.º – No mesmo caminho mas a sul, existio uma outra para o mesmo fim e que egualmente hoje se encontra só em paredes.

Area 15^{m2}

12.º – No extremo sul, encontra-se outra arrecadação, parte cedida ao Ministerio da Marinha, para habitação do pharoleiro e parte servindo ainda para deposito de material de guerra.

Area coberta 127^{m2}

13.º – No caminho das baterias da bahia do Fanal, chamado de S. Diogo, encontra-se as ruinas d'uma antiga arrecadação das mesmas baterias.

Area hoje descoberta 42^{m2}

14.º – No extremo sul, existe uma outra casa tambem em paredes.

Area 106m2

15.º – No pico das Cruzinhas do Monte Brazil, existe uma casa abobadada que antigamente servia de paiol.

Area coberta 239m2

16.º – Proximo do paiol, existio a casa da guarda do mesmo, hoje em paredes.

Area 30m2

17.º – No pico do Facho ha uma pequena casa cedida ao Ministerio da Marinha para abrigo do guarda.

Area 16m2

18.º – No extremo sul do Monte Brazil, na parte mais baixa, entre os picos do Facho e do Zimbreiro, existiu uma casa de guarda da bateria da Quebrada.

Area hoje descoberta 28m2

Este[4] predio está situado no districto e concelho de Angra do Heroismo, freguezia da Sé da mesma cidade; confronta pelo sul com o mar, pelo Nascente com a bahia de Angra, pelo Poente com a bahia do Fanal, e pelo Norte com os herdeiros de Luiz Pacheco do Canto e Lima, de D. Carlota Portugal Ribeiro, quintaes das casas de Manuel Maria de Mesquita, Luiz pintor, Manuel de Sousa, Jose Martins, e Frederico de Vasconcellos.

Pela medição já apresentada na primeira parte de este relatorio, vê-se que esta propriedade mede 11:899ª,395 de terrenos não edificados, 94,69 de edificios.

Computando[5] em 100 reis fortes o valor medio de cada metro quadrado de terreno não edificado e de 2$000 reis fortes o valor medio de cada metro quadrado dos edificios; teremos que para o valor dos primeiros será de 118:993$950 reis fortes e o dos segundos de 18:928$000 reis fortes.

[4] À margem: *Situação do predio e medição*.
[5] À margem: *Avaliação do valor venal*.

Este predio, attendendo ao seu estado de conservação e natureza do solo, poderia render 5:516$878 reis fortes, 4% do seu valor.

Este predio pertence ao Estado do qual tem o dominio perfeito. Acha-se sob administração do Ministerio da Gerra.

O grande tanque do Largo da Bôa Nova e a pequena casa proxima, apesar de em tempos serem mandados construir pela Camara Municipal, não são no entanto propriedade d'esta corperação, por os ter abandonado ha mais de 30 annos, deixando ao Ministerio da Guerra a sua posse continua, effectiva e pacifica durante este espaço de tempo.

Nos archivos da secretaria do Commando Militar Central dos Açores não existem titulos d'esta propriedade, nem mesmo julgo que os possua o Ministerio da Guerra.

Para a justificação da mera posse vai junto a este relatorio uma declaração de tres testemunhas, provando que o Ministerio da Guerra tem exercido a posse d'este predio pacifica, publica e de cinco annos.

Vae tambem junto a este tombo a copia de quatro documentos, os quaes provam que o Ministerio da Guerra tem por differentes maneiras exercido o seu direito de posse. Seria avulladissimo o numero d'estes documentos que se poderia acrescentar; julgo porem serem os suffecientes para justificação da mera posse.

Quartel em Angra do Heroismo, 18 d'outubro de 1897

O chefe de secção
(*Ass*.) Eugenio Candido Osorio
Tent. d'eng.

Inspecção de Engenharia nos Açores e Madeira

Secção no Commando Militar Central dos Açores

Tombo do Castello de S. João Baptista da ilha Terceira e terrenos anexos

2ª Parte

Planta

A planta pertencente a este tombo, desenhada sobre papel vegetal, pela sua dimensão e estado de conservação não está em condições de ser reproduzida. Aliás, de tão esbatidas as cores com que foi traçada, pouca informação dela se pode retirar. Como referência para consulta mais exigente, aqui a substituímos por uma imagem de outra pertencente ao Arquivo Histórico Militar (3-9-105-E33), da autoria do capitão Damião Freire de Bettencourt Pego, datada de 1874, ou seja, traçada poucos anos antes, a qual, com prejuízo de legendagem não coincidente com a das remissões do tombo, permite a localização dos prédios descritos na zona dos quarteis e no exterior da muralha. […]

QUATRO PROVISÕES E QUATRO JURAMENTOS E TOMADAS DE POSSE
A solução documentada para outros tantos enigmas da vida pública do historiador Francisco Ferreira Drummond (1796-1858)

Dionísio Sousa[*]

A afirmação perentória veiculada no título deste texto tem como referente as provisões e os autos de juramento e tomada de posse e a carta de D. Maria II a Francisco Ferreira Drummond que tive a satisfação de encontrar na documentação da Câmara da Vila de S. Sebastião que tenho vindo a consultar na Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro e aproveito a oportunidade que me foi dada pelo convite dos novos Membros da Mesa do Instituto Histórico da Ilha Terceira para trazer a este número do seu Boletim estes documentos.

A importância deste acontecimento não estará nestas, senão sucintas, pelo menos de pretensão e conteúdo, singelas palavras, com que vou tentar introduzir e apresentar os mencionados documentos, mas nas próprias provisões, e carta régia que trago a este Boletim.

Nesta altura, quem me esteja ainda a ler, já seguramente interrompeu a leitura e estará a inteirar-se, muito mais interessadamente desses documentos e pôde constatar que se trata do registo e treslado pelo escrivão da Câmara da Vila de S. Sebastião de duas provisões do Conde de Vila Flor, Capitão General das ilhas dos Açores, dando provimento ao meu ilustre e celebrado conterrâneo, o historiador Francisco Ferreira Drummond como Escrivão dos órfãos para a Vila de S. Sebastião e respectivo juramento e tomada de posse e igualmente o seu provimento como escrivão da Câmara do mesmo Concelho e Vila e também o sequente juramento e posse. E ainda a provisão de D. Maria II, provendo, através do Juiz interino da Relação de Ponta Delgada, o mesmo Ferreira Drummond como tabelião de Notas da Comarca de Angra na Vila e seu termo.

---

[*] Vila de São Sebastião.

E, finalmente, a carta Régia que Drumond alcançou para a confirmação da sua nomeação como escrivão da Câmara.

Para quem ainda se não tenha apercebido das datas dessas investiduras em funções que Drummond tanto desejou e prestigiou, esclareço que a provisão como escrivão dos órfãos tem a data de 20 de Janeiro de 1830 , a de escrivão da Câmara, a data de 23 de Janeiro do mesmo ano e as tomadas de posse e juramento de ambos os cargos a data de 26 do mesmo mês e ano. A carta régia é apresentada por Drummond em Câmara também a 26 de Janeiro de 1830.

Por sua vez, o Registo de Provimento de Ferreira Drummond como Tabelião de Notas na Vila de S. Sebastião tem a data de 30 de Outubro de 1834 e o juramento e posse do cargo ocorrem em 17 de Novembro do mesmo ano.

Sobre o conteúdo das provisões nada mais acrescentarei, porque a possível análise técnico-jurídica que, porventura, haja a fazer sobre estes documentos deixo-a para quem tenha o mesmo interesse que o meu nesses assuntos, mas, desejavelmente, melhor preparação e saber histórico-jurídico que não me atrevo a reivindicar nem considero efectivamente deter.

Em conexão ainda como o conteúdo destes documentos tenho apenas a fazer a seguinte observação de circunstância. Para o registo do provimento de Drummond como Tabelião de Notas fui beneficiado com a leitura do texto pelos serviços de arquivo da Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro. Colaboração que agradeço e que me permite assegurar aos leitores deste documento a fidelidade da transcrição que consta do Anexo. O mesmo não poderei dizer das restantes transcrições para as quais não consegui a mesma disponibilidade dos referidos serviços. Por isso, optei por acompanhar essa transcrição da imagem dos registos existentes nos livros da Câmara da Vila para possibilitar a quem o entenda fazer as correcções que julgue adequadas. E se entender também, mas comunique ou publique no Boletim do Instituto.

Para além disto, vou-me abalançar apenas a simples considerandos sobre a minha afirmação de trazer, finalmente, a solução para os aludidos enigmas. O que não tenho por irrefutável na sua primazia, mas apenas como convicção que tenho neste momento em que escrevo e que manterei até, sempre possível, prova em contrário.

As razões que tenho para falar de enigma histórico mantido até hoje indecifrável são de duas ordens diferentes, mas que partem da mesma constatação. A conhecida prova do cisne negro. Ou seja, em jargão um pouco mais técnico a chamada prova negativa ou ex silentio. Ou seja, ainda o não ter encontrado em nenhuma das fontes que vou citar a seguir a indicação segura de nenhuma das datas desses importantes acontecimentos da vida pública de Drummond.

A primeira fonte que invoco aqui é a das exposições documentais e bibliográficas de que vos trago as capas. Ambas dedicadas a Drummond. A de 1959, ao I centenário da sua morte. A de 1996, a comemorar o II centenário do seu nascimento.

Figura 1. Catálogo da Exposição Documental e bibliográfica sobre o historiador Francisco Ferreira Drummond

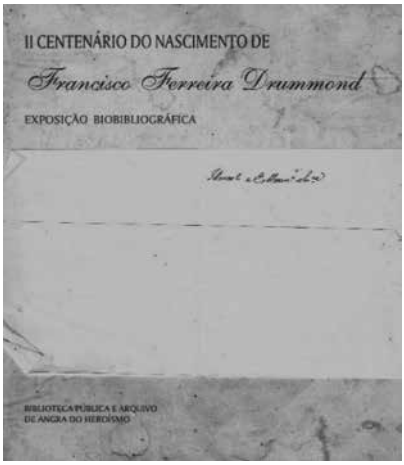


Figura 2. II Centenário do Nascimento de Francisco Ferreira Drummond - Exposição Bibliográfica.

Sem esquecer os méritos inegáveis de qualquer das exposições nem a generalidade positiva dos critérios adoptados para a selecção dos textos de Drummond, impressos ou manuscritos, penso, porém, que ambas se igualaram, de forma negativa, nas opções feitas para a exclusão de muitos manuscritos de importância na actividade pública de Drummond nas três áreas aqui consideradas: escrivão dos órfãos, escrivão da Câmara e tabelião.

Podíamos começar pela maior das lacunas que é a ausência total de qualquer documento realçando a actividade de Ferreira Drummond como escrivão dos órfãos. Actividade a que dava grande importância como se pode comprovar pelo artigo que sobre o assunto publicou no jornal, O Terceirense[1] Lacuna que se mantém na actualidade, pois eu próprio, em 2020, não consegui qualquer texto que documentasse essa actividade.

Quanto aos planos gerais das duas exposições penso que eles se podem resumir assim, quanto a critérios de exclusão:

Na exposição de 1959, excluíram-se da seleção de autógrafos diversos (alínea c, p.4) todos os manuscritos que escreveu ou subscreveu Drummond na qualidade de escrivão da Câmara da Vila anteriores a 1827 e posteriores a 1835, e limitando-se, para o ano de 1831, por exemplo, à sua escrita e assinatura do termo de encerramento de um livro de escrituras. Ora este tipo de manuscritos do escrivão-Drummond estendem-se, nos tempos da sua vida pública de escrivão da Câmara, desde 1823 a 1840. Apenas uma diferença de 3 anos, entre os que se excluem -10- e os que se incluem-13. Pior será ainda

[1] O Terceirense, 43, 11, Dezembro de 1844 - Necessidade dos Inventários orfanológicos e eclesiásticos.

o rigorismo selectivo da exposição de 1996, começando pela redução temporal de 5 anos e não de 10-1828 a 1840-, mas restringindo-se o critério de selecção apenas aos manuscritos que foram **assinado**s por Drummond como escrivão, omitindo, por conseguinte, tudo quanto foi escrita sua.

Na exposição de 1959, não há uma única alusão directa a nenhuma das dezenas de representações de Drummond que as fez, assinou e remeteu para todos os níveis dos poderes públicos em quantidade que ascende a várias dezenas.

Apenas a segunda representação de 1830, sobre os dízimos, se encontra incluída, mas sem menção expressa, nas transcrições do Vol. VI do Arquivo dos Açores (n.º52-54, p.13). Processo de transcrição dessa mesma representação de 14 de Dezembro de 1830 se repete na exposição de 1996, mas, desta vez, resumindo o seu conteúdo (n.57, p.12), embora continuando a dar preferência à sua transcrição sobre o texto original dos registos da Câmara da Vila. (Cx. 6, maço 5, livro 26, fls.53-63v.). Preferência esta, que acabará por levar às confrangedoras desproporções de que se falará a seguir.

Tudo resumindo quantitativamente, a exposição de 1959 faz referência apenas a 6 manuscritos extraídos de livros ou registos da Câmara da Vila em contraste como os 12 de Câmara de Angra. Desproporção que ainda mais notória será na exposição de 1996. Concretizando, a Câmara de Angra é lembrada com 41 referências a manuscritos relacionados com Drummond. Pelo seu lado, a actividade de Drummond na Câmara da Vila manteve-se no mesmo minguado número de 6 referências, com a agravante já assinalada de, deliberadamente ou não, se reduzir Drummond ao escrivão burocrata que só assina o que outros ditam ou escrevem. O que ele nunca foi.

Mais uma agravante ainda a obscurecer a vera efígie de Drummond. A exposição de 1959, ainda transcreve a referência a alguma documentação do período de 1836 a 1839 em que Drummond foi Presidente da Câmara, embora reduzindo-a à correspondência relativa aos anos de 1836, 1837 e 1838. Às actas dos acórdãos da vereação dos 4 anos de 1836 a 1839 da Presidência de Drummond nenhuma referência ou alusão.

Com este ziguezaguear de opções sempre mais tendentes à exclusão do que à inclusão do que era mais significativo do escrivão-Drummond não espantará muito que tivesse também excluído de qualquer referência o documento da Câmara da Vila cobrindo os anos de 1821 a 1836, em que Drummond surge como escrivão em 24 de Novembro de 1829 (ver descrição pormenorizada no fim deste texto) e as primeiras reuniões da vereação de Drummond desde 24 de Fevereiro de 1836 até 26 de Outubro de 1836 (cx.7-maço 25- livro 248, FLS.-532-594v.).

Entretanto, avanço com a optimista primeira conclusão que, por agora, escapei ao fatal cisne negro. Com efeito, estes muito pouco drumondianos textos das duas exposições foram colhidos, é verdade que, mais indirectamente do que como fonte primária, nos mesmos livros de registo e actas da Câmara da Vila onde o feliz acaso me levou a encontrar as provisões.

Não penso, nem por hipótese plausível, que os técnicos da modesta recolha extraída de documentos da Câmara da Vila e que vem assinalados na ficha técnica da exposição de 1996 com actividades de coordenação, pesquisa, selecção, catalogação, coordenação, revisão e montagem, tivessem encontrado sem os incluir nesta exposição bibliográfica

do II Centenário do nascimento de Drummond, por sinal ocorrido num lugarejo que já Gervásio Lima sinalizava como uma *primitiva povoação*,[2]apesar de tanto Vila como a Vila do próprio Gervásio.

Concluo, portanto, como vencida a primeira etapa, mas apenas para passar à segunda.

Assim classifico a dos biógrafos ou estudiosos de Drumond. Claro que neste caso o argumento do cisne negro não poderá ter a mesma força e solidez da anterior que tirei dos boletins das exposições. Apenas dois e ambos, seguramente, ambicionando senão o exaustivo, quando menos, o mais significativo, embora nem sempre resultante da mais feliz opção.

No caso dos biógrafos e estudiosos de Drummond existe uma agradável pluralidade de número e de modalidades. Desde a simples resenha biográfica até ao abalizado estudo da obra e do autor, não podendo, portanto, serem nivelados todos pela mesma pretensão de entre tudo conterem todos o mais drumondianamente significativo. Mas penso que poderei aspirar a ter a favor da minha ambicionada primazia uma suficientemente comprovável probabilidade.

Convicção esta que me dá até a ousadia de dividir em duas categorias bem diferenciadas esses supostos entendidos investigadores, exploradores e segadores da vasta seara de Drummond. Abrangendo a primeira dessas duas classes os mais perspicazes, atentos e conhecedores. Relegando para a segunda os menos prevenidos contra apressadas deduções. Dentre aqueles primeiros citarei dois dos mais eminentes. Em primeiro lugar, o mais actual, actualizado e conhecedor dos meandros da obra e da pessoa de Drummond. Falo de José Guilherme Reis Leite. Falarei, depois, de Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral. Mais tradicional do que Reis Leite, mas não menos conhecedor na melhor medida do seu tempo.

Por sinal, ambos falam do escrivão e tabelião Drummond sem adiantar datas em concreto, mas aproximando no seu discurso as funções de escrivão, tabelião e até outras, a uma das datas mais bem conhecidas da vida de Drummond. A sua Presidência da Câmara da Vila. É o que faz Reis Leite, na introdução aos Apontamentos Topográficos de Ferreira Drummond. Reis Leite, que foi o responsável da sua única edição em 1990 e ainda pelo estudo introdutório, leitura, fixação do texto e índices. Diz ele numa passagem do estudo introdutório: *Em S Sebastião ocupou* (Drummond*) vários cargos públicos (escrivão da Câmara, dos órfãos, da administração do Concelho e tabelião. Eleito Presidente da edilidade de 1836 a 1839.*[3]*,* etc, etc.

Joaquim de Sá Corte-Real e Amaral, por sua vez, diz: *Exerceu seguidamente em S. Sebastião os cargos de escrivão da Câmara Municipal, dos órfãos, administração do Concelho e Tabelião. Em 1836, foi eleito Presidente da referida Câmara, tendo desempenhado essa função até 1839.*[4]

---

[2] Gervásio Lima, Breviário Açoriano, Tipografia Andrade, Angra do Heroísmo, 1934,p. 45.

[3] Francisco F. Drummond Apontamentos Topográficos, IHIT, Angra do Heroísm,1990, Introdução de José G. Reis Leite, p. XIV

[4] Joaquim Moniz de Sá Corte-Real e Amaral, O historiador Francisco Ferreira Drummond - a sua vida e obra, Tip. Angrense, 1951, p. 32.

Mantenhamos Joaquim do Amaral em cena mais uns minutos, pois ele foi também porta-voz de outro dos enigmas, que se demonstra pela carta de D. Maria II, que hoje fica decifrado e mesmo desmentido. Com efeito, em nota no final da sua obra sobre Drumond diz Corte-Real que *em 19.1.1840 (*Drummond*) foi exonerado deste cargo (*de escrivão da Câmara*), sob fundamento de falta de confiança e de carta régia*.

Quanto ao fundamento da falta de confiança mútua nem é de admirar que ela tenha sido invocada, porque essa confiança, de facto, não existia, nem sequer podia mesmo existir, com o sucessor de Drummond na Presidência da Câmara da Vila, José Machado Homem da Costa. Com efeito, mais do que como simples adversários políticos, ambos se comportavam, assumiam-se e alimentavam um pelo outro aberto e confessado ódio de estimação mortífera. Pois Drumond, em 1836, tentou junto de todos os poderes públicos que Homem da Costa fosse inabilitado e excluído do exercício de quaisquer cargos públicos. Não o conseguiu, mas não hesitou em recorrer em representação directa para Sua Majestade ignorando a imposição expressa do Governador Civil, Barão de Valongo, para o fazer através da Secretaria Geral do Governo Civil no recurso que interpôs da anulação do acórdão da Câmara que tinha exarado a inabilitação de José Machado Homem da Costa para funções públicas. Não é, portanto, de todo inesperado que tendo derrotado Drummond nas eleições camarárias de Fevereiro de 1840, uma das suas primeiras decisões de Presidente eleito fosse a demissão de Drummond de Secretário da Câmara que exercia desde as primeiras eleições camarárias de 1822.

Mesmo que o mais importante da acusação da falta de carta régia de confirmação do provimento de Ferreira Drummond como escrivão da Câmara se deva considerar sem fundamento, em face do documento adiante apresentado mantém-se uma certa zona de sombra histórica sobre o assunto. E que é a seguinte: Como seria de esperar, Drummond travou uma batalha pública no jornal *O Angrense* e em requerimentos ao Governo Civil para ser readmitido no seu cargo de escrivão da Câmara, mas, mesmo citando o pretexto da falta de carta Régia, nunca Drummond invocou esta carta da Augusta e Fidelíssima Senhora Dona Maria, como sempre formaliza Drummond em todas as referências que faz a D. Maria II.

Os episódios desta luta de Drummond poderão ser acompanhados no próprio jornal *O Angrense*[5] ou no seguinte livro a aparecer em breve[6].

A outra categoria de entidades que são de ignorância muito mais arrojada que de conhecimento apurado da obra e do próprio Drummond e que inclui algumas entidades com responsabilidades públicas, parecem ter como fonte principal o artigo da Wikipédia https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Ferreira_Drummond sobre Ferreira Drummond que ostenta dislates como o seguinte: *Tendo a Vila de S. Sebastião sido elevada a Concelho em 1822, (*Drummond*) foi eleito escrivão da Câmara Municipal*.

O arrojo e rigor da cronologia refina-se na seguinte afirmação perentória: *Quando de sua volta à Vila de S. Sebastião, acederá ao cargo de escrivão dos órfãos, secretário do Concelho Municipal(sic) e tabelião*.

[5] O Angrense, 173 de 30 de janeiro de 1840-Que fez a Câmara de S. Sebastião?

[6] Dionísio Sousa- Francisco Ferreira Drummond- os Anais da Minha Vida 1840-1841, auto edição, 2020.

Provavelmente, tendo em conta a manifesta imprecisão de datas que abundam no referido texto *wikipédico,* aquele *quando*, que só pode significar *depois* da vinda de Drummond do exílio que ocorre em 1824, penso ser apenas uma dedução precipitada da expressão de Reis Leite, *de regresso à Terceira,* que antecede o texto acima citado ou do s*eguidamente* que acompanha o texto citado de Corte Real e Amaral.

Penso que ambos, só secundariamente é que têm um lato sentido temporal e que no texto da Wikipedia adquiriu um estrito sentido de tempo de início das ditas funções por Drummond.

Por isso mesmo, ainda mais longe das datas das provisões que são a razão exclusiva deste texto.

Também aproveito esta mesma alusão temporal da Wikipedia para, julgo que em tempo, dar por concluída esta breve introdução recomendando àqueles dos leitores que, porventura, ainda o não tenham feito a leitura daqueles documentos.

Não queria, porém, terminar sem considerar uma hipótese, pelo menos verosímil, e que é a de Drummond ter exercido as referidas funções, legitimado por qualquer outra disposição legal ou qualquer outra circunstância factual antes das datas das provisões objecto deste texto.

Categoricamente só posso excluir esta hipótese para o exercício das suas funções de tabelião de notas. Com efeito, a primeira escritura em que consta o há muito conhecido sinal público de Drummond como tabelião de notas-as múltiplas variantes de uma pauta como a seguinte:

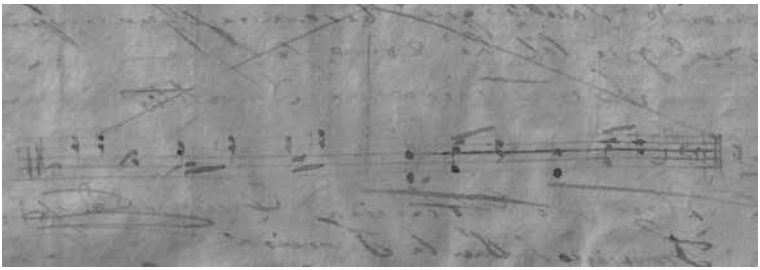


Figura 3. Primeira escritura com o sinal público de Francisco Ferreira Drummond.

Diga-se ainda que a pauta é antecedida de uma legenda em latim (nem podia ser noutra língua, claro) que também variava, mas que neste exemplo penso ser a seguinte: *Certitudo enim veritatis* (a certeza da verdade). Esta primeira escritura tem a data de 27 de Janeiro de 1835, portanto posterior à Provisão que é de 30 de Outubro de 1834 e consta do Livro de Notas n.1 do Tabelião Francisco Ferreira Drummond (Cod, II-A-44-1).

Acrescente-se como curiosidade que o termo público de aprovação pelo tabelião José Bernardo Coelho de Sousa deste sinal da assinatura oficial de Drummond consta do livro 26, fl. 88, com data de 31 de Janeiro de 1832.

Quanto às duas funções de Drummond como escrivão há algumas peculiaridades que talvez mereçam ser lembradas. No primeiro artigo que escreve sobre a sua demissão em 19 de Janeiro de 1840 diz que está *desde o ano de 1823 neste emprego (*camarário*) e noutros*[7]

Noutro artigo, alguns dias depois, diz: *sirvo há 14 anos cargos do Conselho*[8]. Parto do pressuposto mais razoável, isto é, que Drummond não se iria enganar ou diminuir de propósito o número de anos em que tinha servido a Câmara. À primeira vista 17 e não apenas 14 anos. Em todo o caso, acho que devemos, para já, aceitar os 14 anos que o próprio Drummond contabiliza. Pela documentação que pude consultar não consegui comprovar a totalidade dos 14 anos, mas apenas a de 11. Com efeito, o mais antigo acórdão que encontrei assinado por Drummond é de 24 de Novembro de 1829 (Cx.6-maço 5, livro 26, fl.39) e vem antecedido da nota seguinte: *como escrivão da Câmara* ***neste acórdão,*** *Francisco Ferreira Drummond*.

Seguem-se vários acórdãos assinados pelo que parece ser o escrivão habitual da Câmara, João Armando Coelho de Sousa. No dia 26 de Novembro, numa narrativa um pouco confusa parece decidir-se a admissão de um novo escrivão de nome José Gonçalves da Rosa, que, por sinal, será o escrivão da acta daquela que penso ser a primeira reunião da vereação da Presidência de Drummond, em 24 de Fevereiro de 1836 e que será, então, de imediato, demitido:

O certo é que quem vai surgir como escrivão do acórdão de 30 de Janeiro de 1830 será Francisco Ferreira Drummond e identificando-se como *escrivão da Câmara e dos órfão*s (idem, fl.45v.). Vão seguir-se vários acórdãos, uns assinados por Drummond *como escrivão dos órfãos* (fl.41) outros, como *escrivão da Câmara (*idem, fls.42 e 43) até que a fls.53v., Drummond escreve *escrivão dos órfãos, digo, escrivão da Câmara*. Apesar desta aparente preocupação de rectificação, Drummond vai manter a dupla identificação em muitos outros acórdãos até ao termo deste livro em 12 de Maio de 1832.

Para além da sua peculiaridade *à Drummond,* possivelmente, ele terá exercido funções de escrivão em situações várias de carácter ocasional ou provisório. Daí resultando o seu somatório de 14 anos de exercício de cargos camarários e não os 17 compreendidos entre 1823 e 1840. Igualmente, a persistência da dupla identificação, tanto pode dever-se à repetição estereotipada dos termos da sua nomeação, como estar relacionada com alguma diferença nas matérias dos acórdãos de que, porém, por agora, não consegui aperceber-me.

Quanto à sua actividade como escrivão dos órfãos, já atrás deixei dito que não consegui acesso a nenhum dos seus inventários orfanológicos, pois a sua classificação e catalogação é feita por inventariante e inventariado tornando muito difícil e aleatória a busca de um determinado escrivão.

[7] O Angrense , 173, 30, janeiro de 1840-Que fez a Câmara de S:Sebastião?
[8] O Angrense 224, 21 de janeiro 1841, Sr. Redactor.

ANEXO

Provisões e autos de juramento e posse de Francisco Ferreira Drummond
Cx. 7-PT/BPPARLSR/ALL/CMSS/AC-A/001/1002
Maço 25-Livro248-Livro de Registos
1821-1836

Provisão de Escrivão dos órfãos
Francisco Ferreira Drummond
20 Janeiro 1830

(……)

// [FL.- 82] Provisam por onde Francisco Ferreira Drumonde se acha provido a escrivam dos órfãos desta Villa de Sam seb.am

Antono Souza Manoel Menezes Severim de Noronha Conde da Villa Flor Par do Reino do Conselho de Sua Magestade Fidelissima Seu copeiro mor Gentil Homem de sua Real Câmara Grão Cruz das Ordens de Aviz e de Nossa Senhora da Conceiçam comendador da Torre Espada condecorado com a medalha de seis campanhas e comando comandando em batalhas, Marechal de Campo dos Reais Exércitos, Governador Capitam General das ilhas dos Açores faço saber aos que esta provisam virem que achando-se vago o officio de escrivam dos órfãos da Villa de Sam Sebastiam desta ilha Terceira que atendendo ao que me representou Francisco Ferreira Drumonde e as informações da Camara da dita Villa e o Doutor Juiz de Fora desta cidade hei por bem que ele sirva o referido officio por tempo de um ano com principio da data da posse em diante enquanto nam desmerecer por erro de officio ou Sua Majestade o contrário o não determinar guardando em tudo o leal serviço e os segredos e as justiças e às partes seu direito.

Pelo que mando a quem o conhecimento desta pertencer e também a posse e juramento na forma do estilo e por termo no serviço desta haverá os (…) esperados e os que direitamente lhe pertencerem.

Pagou de novos direitos dois mil e quinhentos reis que se carregaram (…) do livro dessa receita e da chancelaria lançaram (…) trezentos reis o tesoureiro e trezentos e vinte reis registados nos respectivos livros. E pagará pela Chancelaria desta Camara sem o que não poderá haver efeito algum.

Em firmeza do que lhe mandei propor agora a presente sob o meu sinal e selo de minhas armas

José Maria de Vasconcelos a fiz em Angra aos 23 de Janeiro de 1830. Luís José da Silva a fiz escrever = O Conde de Villa Flor= Para S. Exc.ia ver

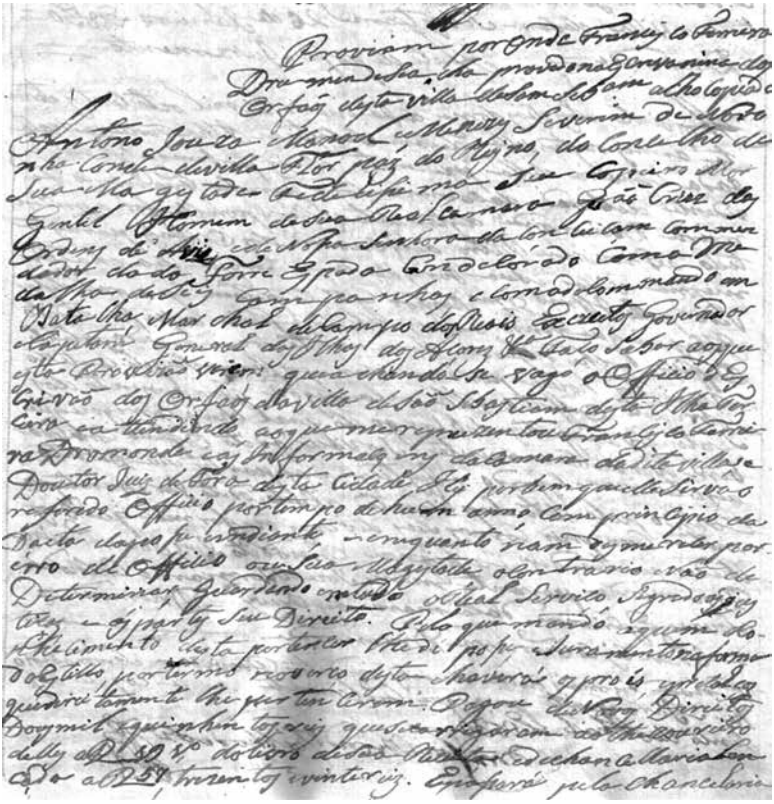
Por despacho de S. Excelência de 20 de Janeiro de 1830

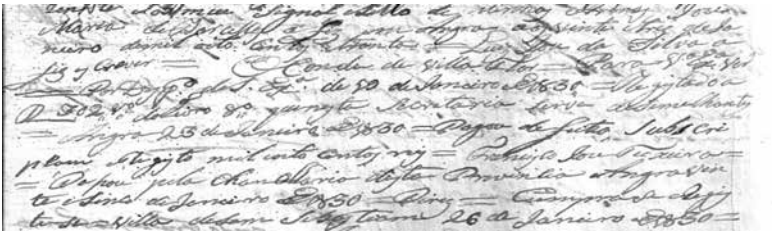
Registado a folhas 302v.que nesta Secretaria serve de semelhante.

Angra 23 de Janeiro de 1830

Francisco José Teixeira Pagou pela Chancelaria desta Província de Angra, 25 de Janeiro de 1830 = Diniz=Cumpra-se. Registe-se

Vila de Sam Sebastiam, 26 de Janeiro de 1830= Drumonde



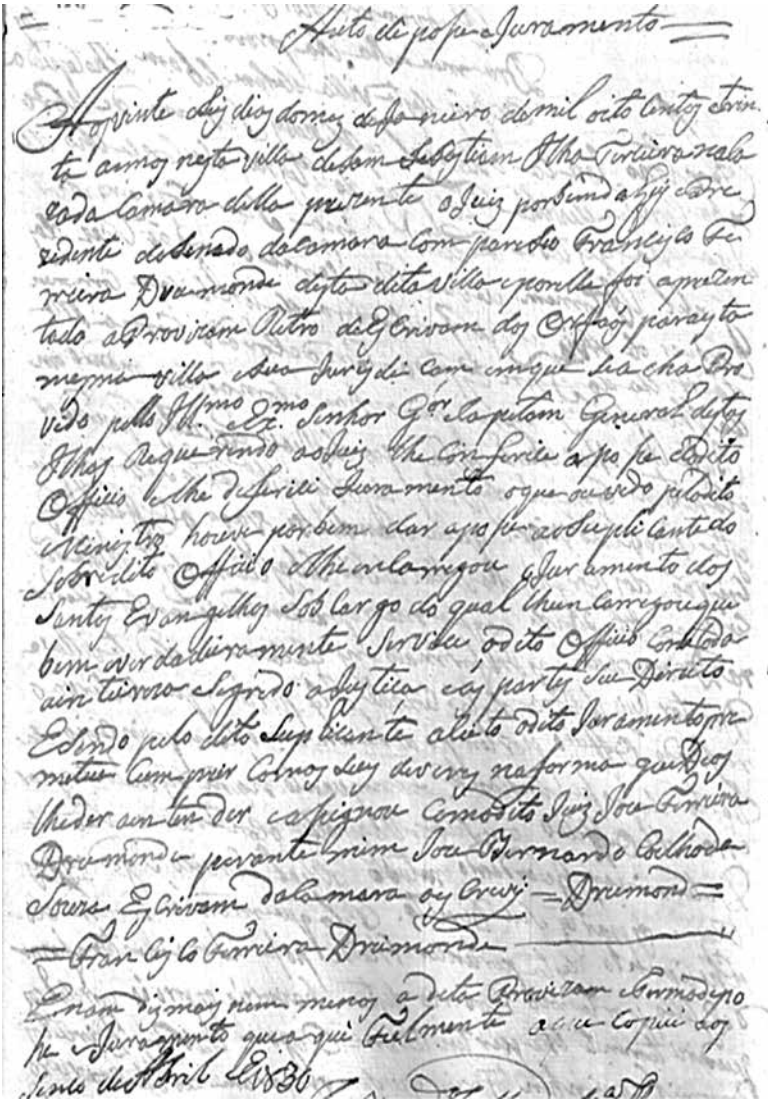


Auto de Posse e juramento
Francisco Ferreira Drummond
Escrivão dos órfãos
26 de Janeiro de 1830

[FL82v.] Aos vinte e seis dias do mês de Janeiro de 1830 anos nesta Villa de Sam Sebastiam na ilha Terceira na casa da Camara dela, presente o Juiz por bem da lei e o Presidente do Senado da Câmara compareceu Francisco Ferreira Drumonde desta dita Villa e Concelho e lhe foi apresentada a Provisão retro de escrivão dos órfãos para esta mesma Vila e sua jurisdição com que se acha provido pelo Il.mo e Exc.mo Senhor Governador Capitam General de todas as ilhas requerendo ao Juiz lhe conferisse a posse do dito ofício lhe deferiu juramento. O que ouvido pelo dito ministro houve por bem dar a posse ao suplicante do sobredito ofício lhe encarregou o juramento dos Santos Evangelhos sob o cargo do qual lhe carregou que bem verdadeiramente servido o dito ofício com toda a inteireza, o segredo, a justiça e as partes o seu direito. E sendo pelo dito suplicante aceite o dito juramento prometeu cumprir com os seus deveres na forma que Deus lhe der a entender.

Assinou comigo, Luís José Ferreira Drumonde e perante mim José Bernardo Coelho de Sousa, escrivão da Câmara, os escrevi = Drumond= Francisco Ferreira Drumonde

Condiz mais nem menos a dita provisão, escrivão posse e juramento. Aqui copiei aos cinco de Abril de 1830



Auto de posse e Juramento

Aos vinte e seis dias do mez de Janeiro de mil oito centos e trinta annos nesta villa de Sam Sebastiam Ilha Terceira na Lazada Camara della presente o Juiz por bem de Lei e Presidente do Senado da Camara Com parecio Francisco Ferreira Drumonde desta dita villa e por elle foi apresentado a Provizam Retro de Escrivam dos Orfaos para esta mesma villa e sua Jurisdicam em que se acha Provido pello Illmo e Exmo Senhor Gor e Capitam General destas Ilhas Requerendo ao Juiz lhe Conferisse a posse e do dito Officio e lhe deferisse Juramento o que ouvido pelo dito Ministro houve por bem dar a posse ao Supplicante do sobredito Officio e lhe encarregou o Juramento dos Santos Evangelhos sob cargo do qual lhe encarregou que bem e verdadeiramente servisse o dito Officio com toda a inteiresa segredo a Justiça e as partes seu Direito E sendo pelo dito Supplicante aceito o dito Juramento prometeu cumprir como seus deveres na forma que Deos lhe der a entender e assignou como dito Juiz Joze Ferreira Drumonde perante mim Joze Bernardo Coelho de Souza Escrivam da Camara o escrevi = Drumond =

= Francisco Ferreira Drumonde

E nam dis mais nem menos a dita Provizam e Termo de posse e Juramento que aqui fielmente a esse copiei dos Senos de Abril de 1836

Provisão de escrivão da Câmara da Vila de S. Sebastião
Francisco Ferreira Drummond
23 janeiro 1830

[FL.82v.] Provisão do escrivão da Câmara, Fran.co Ferreira Drumonde desta Villa de S. Seb.am

Francisco José de Sousa Manoel de Menezes Severim de Noronha Conde de Villa Flor Par do Reino do Conselho de Sua Majestade Seu copeiro Mor Gentil homem de sua Real Camara Grão Cruz da Ordem de Aviz e de Nossa Senhora da Conceiçam comendador da Torre Espada condecorado com a medalha de seis campanhas e chamado a comando nessas batalhas Marechal de Campo dos Reais Exércitos Governador e Capitam General das ilhas dos Açores, faço saber aos que esta provisão virem que Francisco Ferreira Drummond me requereu fosse servido prove-lo no ofício de escrivão da Camara da Vila de S. Sebastião desta ilha Terceira.

Tendo em atenção a sua suplica e com as informações a que signo se deu hei por bem que sirva o dito ofício de escrivão da Camara por um ano que terá princípio do dia da posse em diante enquanto não desmerecer por erro de ofício ou de S. M. o contrário não ordenar, guardando em tudo o serviço da mesma Augusta Senhora debaixo da posse e juramento que lhe será dado na forma do estilo.

Haverá ordenado (…)

Pagou de novos direitos dois mil e quinhentos reis que se entregaram ao tesoureiro registados nos respectivos livros.*

E pagará pela Chancelaria desta Provincia, sem o que não terá efeito algum.

Em firmeza do que lhe mandei passar a presente sob o meu signo e selo de minhas armas.

Francisco José Teixeira o fiz em Angra aos vinte e três de janeiro de 1830.

Luís José da Silva a fez e escreveu.

Conde de Villa Flor

Para Sua Exc.ia ver-Por despacho de S. Exc.ia

Registado (…) do livro 8.º(…)

*forma abreviada do original quase ilegível

Auto de Posse e Juramento de Escrivão da Câmara
Francisco Ferreira Drummond
26 janeiro 1830

(FL 81v.) Aos vinte e seis dias do mês de janeiro de mil oitocentos e trinta anos nesta Villa de Sam Sebastiam da ilha Terceira, na casa da Camara dela presente o Juiz por bem da lei e presidente do Senado da mesma o capitão José Ferreira Drummond Ante ele e perante mim compareceu presente Francisco Ferreira Drummond e lhe foi apresentada a Provisão retro requerendo ao dito(…) registo na forma da mesma para ser provido no ofício de Escrivão da Camara e requerendo ao Juiz que lhe conferisse a posse o que o dito juiz houve por bem dar a posse ao suplicante com juramento sobre os Santos Evangelhos para que se mostrava inteiramente servidor com toda a inteireza guardando e o segredo e a justiça das partes e o seu Direito. Tendo o suplicante aceite o dito juramento e prometendo cumprir com as suas obrigações na forma que Deus lhe der a entender.

E assinou com o dito Juiz perante mim, José Bernardo Coelho de Sousa, escrivão do judicial no livro Drumonde -Francisco Ferreira Drumonde

Apresentado em Câmara aos 26 de Janeiro de 1830

Drumond= Ferreira= Godinho

Francisco Ferreira Drummond

Nada mais consta dos originais de que copiei a presente, 6de Abril de 1830

26 de Janeiro de 1830

Provisão de D. Maria II para escrivão da Câmara e órfãos da Vila de São Sebastião Francisco Ferreira Drummond 26 janeiro de 1830

Provisão que alcançou Francisco Ferreira Drumond para servir ofício de escrivão da Câmara juntamente com o seu irmão José Ferreira Drumonde Capitão desta Vila de Sam Sebastiam

[FL.82] Dona Maria por Graça de Deus Rainha de Portugal e dos Algarves, Aquém e Além mar em África e Senhora da Guiné, faço saber a todos que esta provisão virem e o seu devido officio que em cumprimento haja de pertencer que atendendo ao que na petição adiante escrita me representou Francisco Ferreira Drumonde hei por bem conceder-lhe a dispensa que pede para poder servir os ofícios de escrivão da Câmara e órfãos da Vila de Sam Sebastiam da ilha Terceira não obstante o actual Juiz por bem da lei da mesma Vila ser irmão do suplicante e sem embargo de lei em contrário.

Pagou de novos direitos trinta reis de que se carregou ao tesoureiro da lei D.24 n.º 14 do livro da sua receita pagará pela chancelaria na forma da lei

A Rainha as mandou pelo Conde de Villa Flor Par do Reino abaixo assinado do seu Conselho Governador Capitão General das ilhas dos Açores e Presidente da Junta do Paço de lei Dom Hilário Lopez oficial maior da Secretaria do Governo Geral a fez nesta cidade de Angra aos vinte e cinco de Fevereiro de 1830.

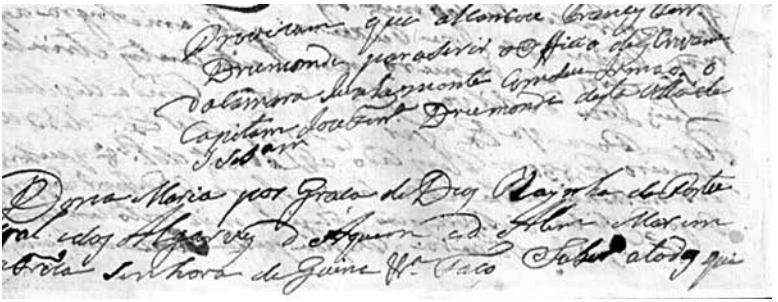
Aceitou a subscrição por causa desta de 1(?) 200 reis e pela assinatura 800= Manoel Joaquim Nogueira a fiz e escrevi= Conde de Villa Flor=Por despacho da Junta de 22 de Fevereiro de 1830

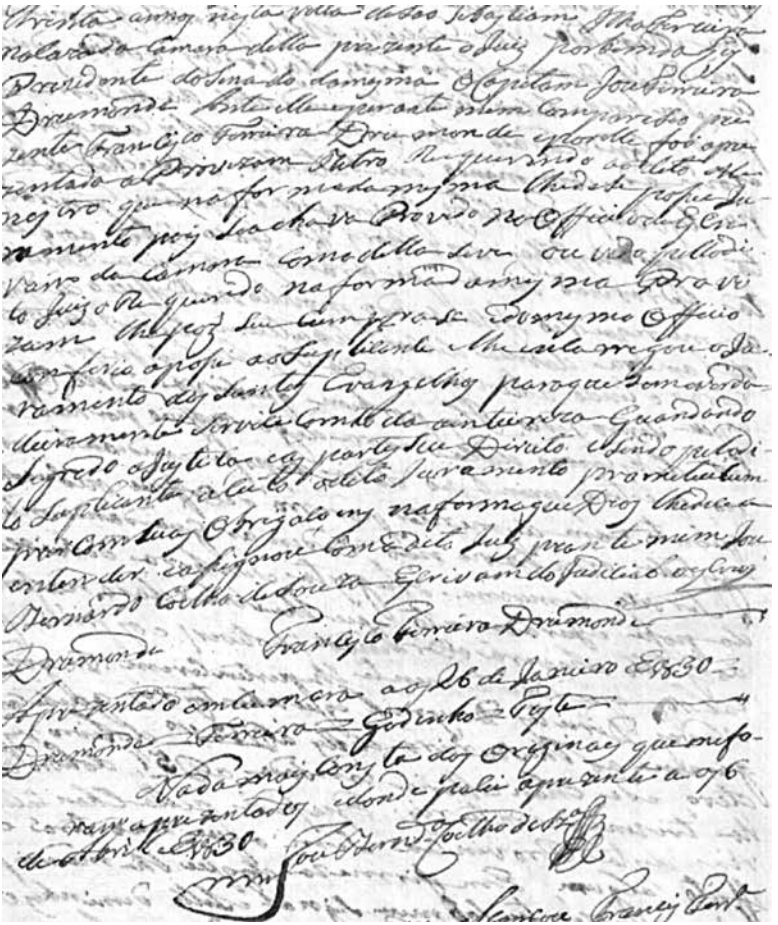
Registado Angra 25 de Fevereiro de 1830=Amaro=Manuel José de Meireles Guerra = Pagou pela chancelaria desta Província d'Angra= 25 de Fevereiro de 1830= Original=-cópia do dito== Senhora _Diz Francisco Ferreira Drumond da Vila de São o Sebastião por despacho desta ilha, que por despacho do Ex.mo Governador capitam General desta Província em data de 19 do corrente fora provido a escrivão da Câmara e órfãos da dita Vila Por quem o Juiz por bem da lei, desta é irmão do suplicante por isso pede a V. Majestade se digne mandar passar Provisão de dispensa para que o suplicante possa servir os ditos ofícios com aquele seu irmão (…)

Em Angra aos 25 de Janeiro de 1830= Francisco Ferreira Drumonde= Pagou Provisão=Angra 27 de Fevereiro de 1830= Com tres rubricas= Cumpra-se e Registe-se Tesouraria da Vila de São Sebastião 27 de Fevereiro de 1830

Concorda com o original que a qui fielmente copiei

José Bernardo Coelho





Registo de Provimento de Tabelião
Francisco Ferreira Drumondo
30 de Outubro 1834

BPARLSR/Câmara Municipal da Vila de São Sebastião/Correspondência Expedida/ Livro de Registo dos Ofícios e mais papeis/FL.v.-13
PT/BPPARLSR/ALL/CMSS/C-A/001/0004

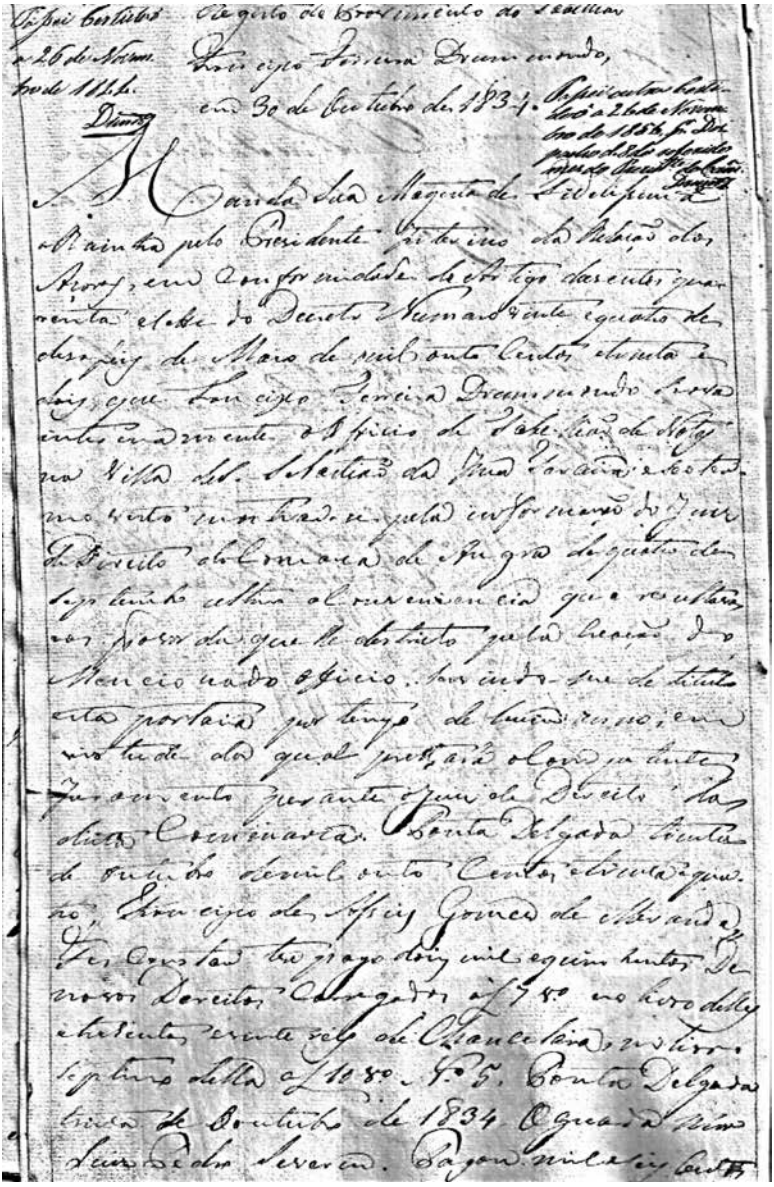
Manda Sua Majestade Fidelíssima a Rainha pelo Presidente Interino da Relação dos Açores em conformidade do artigo duzentos quarenta e sette do decreto Número vinte e quatro de dezasseis de Maio de mil outocentos e trinta e dous que Francisco Ferreira Drumondo sirva interinamente o ofício de Tabelião de Notas na Vila de S. Sebastião da ilha Terceira e seu termo visto mostrar-se pela informação do Juiz de Direito da Comarca de Angra de quatro de Septembro de último a conveniência que resultava aos povos daquele distrito pela creação do mencionado serviço servindo-lhe de titulo esta portaria por tempo de cinco(?) em virtude daquela prestará o competente juramento perante o juiz de direito da dita comarca. Ponta Delgada trinta de Outubro de miloutocentos e trinta e quatro. O guarda livros n(?) Luis Pedro Severim Pagou mil e seiscentos //[FL.13] milseiscentos reis des elo. Ponta Delgada trinta e hum de Outubro de 1834. Andrade França "Registado a f.69(?) verso do livro <Drumondo>[1]competente. Ponta Delgada 31 de Outubro de 1834. "Medeiros". Cumpra-se. Angra 15 fr Novembro de 1834.<Sousa>[2]

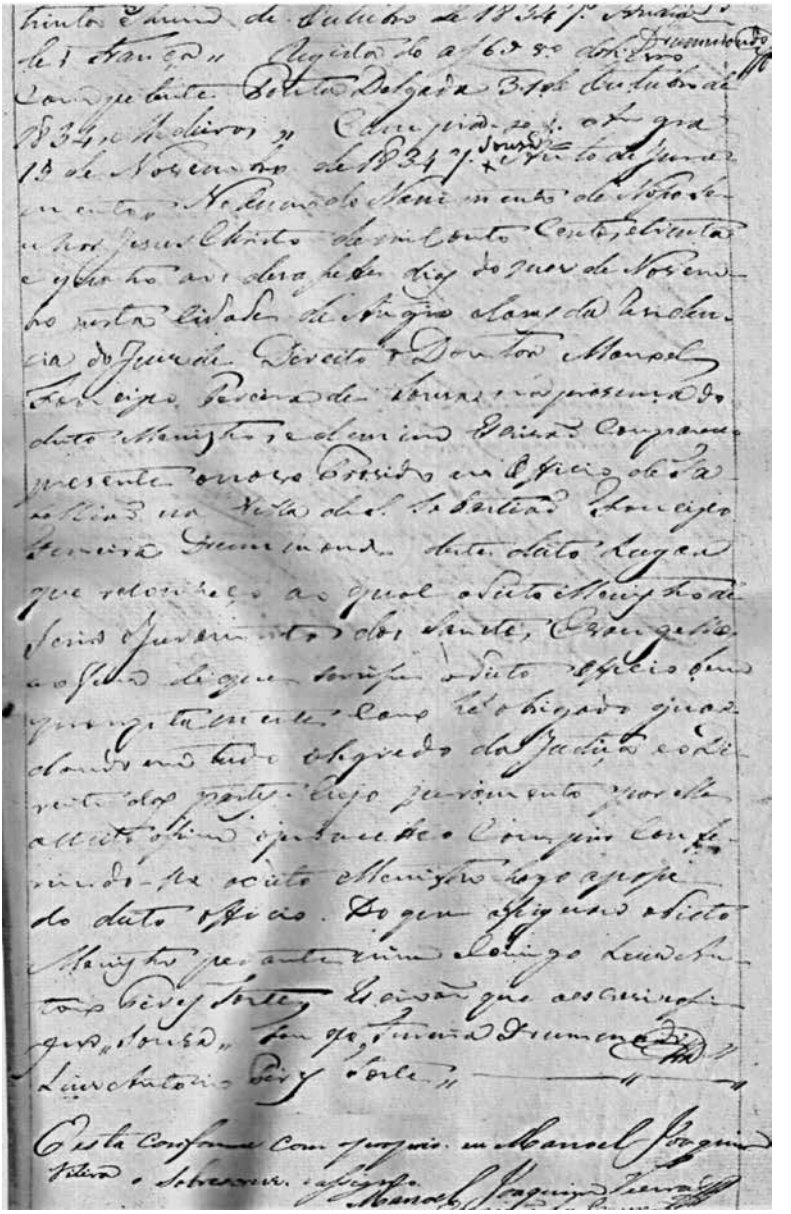
Auto de Juramento

No ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de miloutocentos e trinta e quatro aos dezassette dias nomes de Novembro nesta cidade da Angra e casas da residência do Juiz de Direito Manoel Francisco Pereira de Sousa na presença do dicto ministro e de mim escrivão compareceu o presente onovoprovido noofficio de Taballiãoa na Vila de S. Sebastião Franciasco Ferreira Drummondo deste dicto lugar que reconheço ao qual o dicto menistro deferio o juramento dos Santos Evangelhos ao fim de que servisse octo officio bem (….)[3] como hé obrigado em tudo o segredo da justiça e o direito das partes cujo jutramento por ele aceito assim o prometeo cumprir conferindo-lhe o dicto menistro logo a posse do dicto officio .Do que assinou o dicto menistro perante mim e comigo Luis Antonio Pires Toste escrvi queoescrevi e assigno. "Sousa" Franciaco Ferreira Drummondo. Luís AntónoPires Toste .

Está conforme comooprório. Eu Manuel Joaquim Vieira o subscrevi e assigno
Manoel Joaquim Vieira
Escrivão da Câmara

[1] Entrelinhado
[2] Entrelinhado
[3] Ininteligível





VÁRIA

NA APRESENTAÇÃO PÚBLICA DA OBRA DE JORGE FORJAZ, *Genealogias das Ilhas do Fogo e Brava e de Bissau – Subsídios*[*]

Daniel A. Pereira[**]

Ilustres Convidados,
Caros Presentes,

É um prazer enorme e uma grande honra ter sido escolhido, quase por acaso, para apresentar esta obra monumental do Dr. Jorge Forjaz, ***Genealogias das Ilhas do Fogo e Brava e de Bissau – Subsídios***.

Estamos perante um especialista de grande nomeada em trabalhos de genealogia em Portugal e de algumas das suas antigas Possessões, como a Índia, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e agora Cabo Verde e Guiné-Bissau.

E digo que foi quase por acaso que fui escolhido para a apresentação deste trabalho, porque eu não conhecia sequer, pessoalmente, o autor e foi, na verdade, pela mão do Cônsul Honorário de Cabo Verde nos Açores, Jácome de Bruges Bettencourt, que este honroso convite nos chegou, o qual foi aceite prontamente por nós, pondo mãos à obra para esta contribuição singela, que ora apresentamos.

Dizia antes que Jorge Forjaz é um especialista em questões genealógicas e tal está amplamente atestado pela sua extensíssima bibliografia, tendo já editado para lá de 40 títulos sobre esta temática.

---

[*] Ponta Delgada, Letras Lavadas Edições, 2 Volumes (1.º Vol. 723 páginas e 2.º Vol. 892 páginas), obra apresentada na Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa a 28.10.2019.

[**] Licenciado em História pela Universidade Clássica de Lisboa, Embaixador de Cabo Verde, Aposentado, e Membro fundador da Associação dos Escritores Cabo-verdianos. Para além de antigo Professor Liceal, do Magistério Primário, e da Escola de Formação de Professores do Ensino Secundário, hoje UniCV, e é igualmente autor de 11 livros sobre a História de Cabo Verde.

Deste modo, Cabo Verde, designadamente as ilhas do Fogo e Brava e a Guiné-Bissau, ganham, a justo título, um trabalho de fôlego, um estudo primoroso e alargado sobre a história de 82 das suas ilustres Famílias, consubstanciado em dois volumes, num total 1615 páginas, que espelham, simultaneamente, as nossas raízes diversificadas, cuja proveniência se espalham, maioritariamente, é certo, por Portugal e as ilhas Adjacentes, Açores e Madeira, mas também pela Galiza, Goa, Alemanha, Itália, França, Inglaterra, Croácia, Bélgica, entre outros.

Não fora isso tudo suficiente para o nosso gáudio e inteiro júbilo, a qualidade superior da editoração, um autêntico luxo, com que nos brindou Letras Lavadas Edições, não nos podia deixar indiferentes e nos faz sorrir abertamente de alegria incontida, tecendo rasgados elogios à iniciativa desta Editora, só possível porque sabe e conhece que o autor Jorge Forjaz é garantia de qualidade para merecer o melhor para o público interessado neste tipo de assunto, às vezes árduo e pesado, mas muito importante para História, enquanto Ciência, e para os descendentes das Famílias contempladas.

Mas se este estudo se centra sobre a genealogia de Fogo, Brava e Bissau, não é menos certo que muitos ramos das Famílias escalpelizadas, de um modo ou de outro, se espalharam por todo Cabo Verde, pelo que, ainda que o título os circunscreva a estes espaços geográficos, sem dúvida alguma não se confinaram aí e se alastraram, praticamente, por todas as ilhas do arquipélago cabo-verdiano, entretecendo laços com outras famílias originárias das demais ilhas, que não apenas aquelas do Fogo e da Brava.

Importa, entretanto, e antes de mais, tecer algumas considerações, ainda que breves, acerca do objeto e da importância da genealogia, para melhor enquadrarmos o tema que estamos a tratar.

Como é consabido, a genealogia teve grande préstimo como informadora de alianças e explanadora de linhagens, meios tão necessários enquanto vigoraram as provanças para admissão nas ordens militares e religiosas, na vida eclesiástica, na magistratura, nas carreiras que exigiam limpeza de sangue e nobre qualidade, como na justificação de sucessões vinculadores e, ainda, noutros casos em que era preciso alegar ascendência ou convinha invocar parentesco.

Em época distante, na qual o grau de parentesco impeditivo do livre consórcio era muito elevado, o recurso aos livros de linhagens tornava-se inevitável, pois eles seriam fonte mais segura do que a tradição oral, visto ser impossível, mesmo aos mais velhos, ter conhecido o tronco das pessoas que se desejavam unir matrimonialmente. A ignorância genealógica e a dificuldade da prova de parentesco entre os nubentes causavam inúmeros atropelos à lei religiosa, e daí muitos aborrecimentos surgidos mais tarde, indo até à anulação do matrimónio.

Tanto na Idade Média como nos séculos posteriores, e ainda hodiernamente, a genealogia foi e é poderoso incentivo da tradição, não somente familiar, mas pátria. Ela

transmite os feitos dos antepassados, mostrando como alguns, pelas suas ações, levaram a família ao mais elevado nível e, também, como as pessoas, quer isoladamente, quer em grupos de raiz comum, intervieram na defesa ou no engrandecimento do país onde nasceram.

Por outro lado, é importante o papel da genealogia como ciência auxiliar da história. Ela não se cultiva apenas isoladamente, em trabalho especializados, mas serve também de valioso subsídio em estudos históricos de caráter mais amplo, ministrando-lhes os meios de identificação de muitas personagens, visto os homónimos terem existido, pelo menos até o século XVII, em grande abundância, e também, pelas relações de parentesco, que só ela pode revelar, explicando inúmeros factos cuja origem se encontra nos laços familiares. Fornece, ainda, elementos a estudos de natureza diversa, como médicos, jurídicos, estatísticos, entre outros.

Fazer um trabalho de genealogia sobre Cabo Verde, dadas as características das nossas ilhas, as suas especificidades, a sua idiossincrasia, não é tarefa fácil.

Efetivamente, sendo nós um povo de mestiçagens mil e onde prevaleceu a escravatura durante cerca de quatro séculos, dita, desde logo, cuidados especiais, alguns dos quais praticamente impossíveis de ultrapassar.

Localizado no cruzamento das Rotas do Atlântico, sem recursos naturais importantes, a não ser o nosso imenso Mar e uma agricultura de subsistência, mas a chuva escasseia, a sua ocupação humana foi lenta e difícil.

Para atrair colonos, houve de lançar mão a soluções engenhosas e, uma delas, foi conceder privilégios especiais aos potenciais moradores, oferecendo-lhes o comércio escravos nos chamados 'Rios de Guiné', zona geográfica da Costa Ocidental africana, compreendida entre o Norte do Senegal e norte da Serra Leoa, abrangendo os territórios dos atuais Senegal, Guiné-Bissau e Guiné-Conacri.

Este foi o *interland* escolhido para servir de retaguarda económica das ilhas, ao qual ficou intimamente ligado até ao 3.º quartel do século XIX.

A mestiçagem foi desde logo intensa e inevitável, já que as ilhas se transformaram num centro de apoio logístico da navegação do Atlântico, ponto de passagem obrigatória de navios de todas as nacionalidades em demanda do Atlântico Sul. E o cadinho da nossa história se estribou neste quatro e muitas estórias nos envolveram ao longo dos tempos.

Apenas dois pequenos excertos para sustentar as nossas asserções, retirados de um texto de um Anónimo, Amante da Pátria, de 1784, intitulado *Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde*.[1]

[1] Apresentação, notas e comentários por António Carreira, Edição do Instituto Caboverdeano do Livro, Lisboa, 1985.

Referindo-se, por exemplo, ao Governador João Zuzarte de Santa Maria, que era natural de Santarém e governou as ilhas cabo-verdianas, entre 1748 e 1752, escrevia este autor Anónimo, por entre outras coisas, esta pérola:

> "Era de consciência tão relaxada, e tão pouco temente a Deus, que sendo de idade já avançada, viveu sempre em um continuado concubinato com uma sua escrava, por nome Maria Sábado, de quem teve dois filhos, que tratava como legítimos, e até levando o mais velho à igreja e dando-lhe nela assento dentro do sinal, junto a ele. Depois havendo ele casado esta escrava, ficou servindo-se de uma outra, chamada Brásia, de quem teve uma filha. E com esta concubina em casa, faleceu em Janeiro de 1752…"[2].

Outro caso sui generis é o do Ouvidor Geral, o Doutor José da Costa Ribeiro, que segundo o Anónimo, que vimos citando, "ajuntou grande cabedal; porém, era muito gastador, muito principalmente com mulheres, em cujo vício era desatinado, e de tal forma que lhe chamavam vulgarmente o *Rei de Guiné*. Tinha seis raparigas suas escravas, a quem mandou ensinar música e instrumentos, porque eram o seu ídolo. Andava em viva guerra com os mancebos pretos, por zelo que tinha delas. Todas as noites mandava em sua casa fazer serenatas de clarins, trompas e rabecas, para o que tinha mandado ensinar vários rapazes…"[3].

É este, em justa medida, o pano de fundo que envolve grande parte da realidade histórica cabo-verdiana, no processo, complexo, diga-se, da ocupação destas ilhas saheliana, pertencentes ao grupo arquipelágico depois apelidado Macaronésia.

Isso dito, na consideração de alguns elementos que a suculenta obra de Jorge Forjaz nos oferece, relativas a algumas famílias, objeto do seu estudo, gostaríamos igualmente de, aqui e agora, deixar algumas achegas sobre aquela que tem como patriarca Manuel António Martins, cujas dúvidas sobre as origens do local do seu nascimento, deixam algumas nebulosas, já que quase todas as fontes consultadas nos apresentam uma origem diferente, sendo que nenhuma delas fez prova efetiva do local de origem do seu nascimento, que é a localização do competente assento de baptismo.

Como e quando, então, chegou Martins a Cabo Verde e em que circunstâncias?

Sigamos, em primeiro lugar, as indicações de João Nobre de Oliveira, no seu já clássico *A Imprensa Cabo-Verdiana, 1820-1975*.[4]

---

[2] *Op. cit.*, p. 72.
[3] *Idem, Ibidem*, p. 79.
[4] Edição da Fundação Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, Macau, 1998, 854 páginas.

Teria nascido, diz este autor, cerca de 1772, sendo "natural do termo de Souto Maior, Braga, Portugal, (ou Galiza?)…", (…) "tendo arribado a Cabo Verde nos finais do século XVIII…", radicando-se "… na ilha da Boa Vista". A partir daqui, torna-se "comerciante, proprietário, armador," e passou a ser considerado "… o homem mais rico de Cabo Verde no seu tempo. A sua fortuna assentava no monopólio da compra da urzela e na exploração do sal. A ele se deve o povoamento da ilha do Sal onde mandou assentar, ainda na década de trinta, a primeira via-férrea de todo o território português de então. Também dedicou-se à política e entrou em conflito com alguns governadores…". Igualmente, "Foi deputado por Cabo Verde às Cortes Constituintes de 1821 e, sendo nomeado para o mais alto cargo da Província, foi o único governador de Cabo Verde com a designação de 'Prefeito das Ilhas de Cabo Verde' (1833-35), experiência que acabou devido à revolta do batalhão açoriano…"[5].

Vamos por partes. E começando pelo fim da caminhada, antes apontada, devemos desde logo precisar, que Manuel António Martins esteve à frente da governação de Cabo Verde entre Fevereiro de 1834, data da posse, e finais do mês de Março de 1835. Cerca de um ano, portanto.

Se nasceu em 1772, como apontado por Nobre de Oliveira, igualmente Jorge Forjaz apresenta esta data como a do seu nascimento, ele teria chegado a Cabo Verde, com 21 anos de idade, pois a sua "arribada" à ilha da Boa Vista, aconteceu, por certo, entre Janeiro e Fevereiro de 1793.

É o próprio Martins quem nos dá conta deste facto, narrando a viagem fantástica, que teria feito, em finais de 1792, desde os Açores, arribando inadvertidamente a Setúbal, regressando ao arquipélago açoriano, até chegar ao arquipélago cabo-verdiano, nos primórdios de 1793, sem ter cumprido o serviço para o qual ele e o navio da sua responsabilidade haviam sido contratados.

Desse modo, estando na ilha do Faial, como Mestre de uma Sumaca[6], onde recebeu carga e passageiros, para seguir para a ilha de S. Miguel, seu verdadeiro destino, acabou por derivar, por causa de uma tempestade, sendo empurrado para a então vila de Setúbal, donde, depois de alguns dias de permanência, segue novamente a sua rota para S. Miguel para descarregar o navio, coisa que, também desta vez, não aconteceu, porque, tendo chegado ao seu porto no fim do ano, encontrando a Alfândega fechada, enquanto aguardava para descarregar, alevantando-se tempo mau, de novo, foi obrigado a suspender ferro e fazer-se vela, indo, finalmente, aportar a Cabo Verde.

Uma viagem atribulada, sem dúvida, em que o navio sob a sua responsabilidade enfrentou duas tempestades e, ainda que tenha fundeado em S. Miguel, acabou na ilha da

[5] Cf. *Op., Cit.*, pp. 760-761.

[6] Pequena embarcação de dois mastros.

Boa Vista, em Cabo Verde, sem registo de ter dado conta ao dono da carga, desviada da sua rota de viagem, o que efetivamente acontecera.

Quanto ao local de nascimento de Manuel António Martins, neste particular as nebulosas adensam-se, também, de sobremaneira.

Com efeito, segundo o neto, João Augusto Martins, o avô teria nascido em Braga, no termo de Souto Maior[7], demonstrando que a fonte onde bebeu Nobre de Oliveira foi J. Augusto Martins.

Jorge Forjaz, por seu turno, indica-nos, ter sido o seu nascimento em Souto Maior, Sabrosa, Vila Real, em 1772. Mas acrescenta, entretanto, em nota de rodapé o seguinte:

> "Noutras fontes encontrei que era natural de Souto, Braga, o que significaria Souto, diocese de Braga. Neste caso, poderia ser a freguesia de S. João do Souto, Braga, ou a freguesia de Souto, em Arcos de Valdevez, Viana do Castelo, também na diocese de Braga. O certo é que as pesquisas que realizei nos registos paroquiais de Souto Maior revelaram-se infrutíferas, pelo que ficam em aberto as outras hipóteses"[8].

Benvindo F. de Oliveira Leitão sugere ser local de nascimento de Martins, "Paredes de Coura, pelos lados de Guimarães"[9].

A escritora Isabel Barreno, uma trineta de Manuel António Martins, avança com a hipótese Astúrias, mas igualmente sem apresentar nenhuma prova que não a tradição oral no seio da família.

Finalmente aparece, então, a Galiza. E o próprio Nobre de Oliveira, parafraseando Carolino Monteiro, escreve que o Conselheiro Martins seria "*natural e batisado na freguesia de S. Paio de Moscoso, bispado de Tuy, reino da Galiza…*"[10].

Mas então, de onde vêm as informações sobre as origens galegas de Manuel António Martins, que tanta tinta fez correr nos anos 30 do século XIX, e que nunca foram desmentidas por ele, ainda que tivesse tido inúmeras oportunidades para reagir em conformidade com a verdade, tendo, porém, preferido calar os factos relacionados com a questão?

---

[7] Uma outra fonte diferente indica-nos ser o local de seu nascimento "…Paredes de Coura, a Norte de Braga, em Portugal, pelos lados de Guimarães…". Cf. Benvindo F. Oliveira Leitão – *Ilha Brava, a Terra, a Gente, o Mar*, Edições Nova Atlântida, MA. USA, 2014, p. 125. Por seu turno, uma trineta de Manuel António Martins, Isabel Barreno, autora do livro *o Senhor das Ilhas*, sugere que ele seria das Astúrias, sendo o seu apelido Martinez, sem apresentar, no entanto, as provas do facto, salvo referências a estórias contadas, tradicionalmente, no seio da Família.

[8] Vid. p. 619 da obra em apresentação.

[9] Cf. *Ilha Brava, a Terra, a Gente, o Mar*, Edições Nova Atlântida, MA, USA, 2014, p. 125.

[10] In *Op. Cit.*, p. 41.

Que saibamos, este assunto já tinha sido tratado pelo Juiz Ouvidor Cardoso Amado, desde 1822, no quadro de uma ***Indicação*** que o Deputado Martins lhe tinha feito nas Cortes e publicado no Diário do Governo N.º 249, de 22 de Outubro de 1822, a propósito da qual este Magistrado publicou, nesse mesmo ano de 1822, *Resposta fundada em doze documentos á Indicação que o Senhor Deputado por Cabo Verde, Manoel Antonio Martins, fez em 22 de Outubro de 1822, contra o Desembargador Ouvidor Geral da mesma Província, João Cardoso de Almeida Amado*[11].

Posteriormente, este tema foi equacionado, tanto nas queixas de Marcelino de Rezende Costa contra Manuel António Martins, como nas dos cidadãos dos Concelhos da ilha de Santiago, Santa Catarina e Praia, contra esta mesma personalidade, respectivamente em meados de 1834 e princípios de 1835, ainda antes dos acontecimentos da vila Praia, de Março de 1835, na sequência dos quais Martins seria demitido do Governo de Cabo Verde.

Queixas que foram endereçadas ao Governo de Lisboa e à Câmara dos Deputados, tendo como fio condutor os abusos perpetrados por Manuel António Martins durante o período da sua governação.

A Petição dos homens de Santiago, por exemplo, subscrita por perto de cinquenta cidadãos, datada de 20 de Fevereiro de 1835, não dá azo a nenhuma espécie de ambiguidades a este respeito. Para além de serem cáusticos, foram, a nosso ver, particularmente assertivos.

Se não vejamos:

> "Mas Augusta Senhora como governaria ele com o zelo de Pai uns Povos que para ele são estrangeiros, sendo ele oriundo de Galiza e Súbdito Espanhol como se lhe provou em mil oito centos e vinte e dois n'uma justificação nessa Corte no Tribunal das Justificações do Reino[12]; por consequência a não ter sido o Governo de Vossa Majestade iludido, pelas Leis do Reino e da Carta e excluído de empregos governativos."[13]

Desde de 1822, pois, segundo este documento, que se tinha feito prova das origens galega de Manuel António Martins, através do Juízo das Justificações do Reino, facto que não foi impeditivo de Martins ter assumido um lugar nas Constituintes de 1821/23, iludindo as autoridades, quiçá por meio de venalidades, tão em voga na Corte portuguesa de então, fruto da corrupção de valores e costumes, que erodiam o sistema político como um todo. E como veremos, mais abaixo, sequer tinha Carta de Naturalização portuguesa.

---

[11] Lisboa, na Typografia de M. P. de Lacerda, Anno de 1822 (14 páginas).

[12] Esta prova tinha sido pedida pelo Desembargador Ouvidor Geral, João Cardoso de Almeida Amado.

[13] Petição da Câmara Municipal de Santa Catarina, endereçada à rainha, sobre os abusos consentidos por Manuel António Martins durante o tempo do seu governo, entre Fevereiro de 1834 e Março de 1835. Cf. Maço, Documentos da Câmara Municipal de Santa Catarina **AHU_SEMU_DGU_, Cabo Verde, Cx. 53**.

No mesmo sentido, Marcelino de Rezende Costa, por seu turno, em requerimento apresentado, através do seu representante em Lisboa, a 30 de Agosto de 1834, sob forma de Representação/Queixa ao Governo de Lisboa, no seu item 35º diz o seguinte:

> "Está justificado n'um dos Cartórios d'esta (que o Suplicante ignora) a Requerimento do Ex-Ouvidor Amado: que o dito Prefeito é natural da Galiza, e até ao presente não tem Carta de Naturalização. E o Suplicante se oferece a justificá-lo de novo, sendo necessário;"[14].

Marcelino de Rezende Costa fará, efetivamente, a 10 de Março de 1836, prova desse facto, através de um **Instrumento Civil de Testemunhas** a seu favor, junto do Juiz substituto do 3º Distrito da cidade de Lisboa. Esse **Instrumento** acabará publicado num dos números do Jornal *O Democrata* de Julho de 1839, donde foi repescado por Carolino Monteiro, que fez eco dele nas suas *Miserias Litterarias…* a páginas 56-60. Das três testemunhas ouvidas neste processo, dois deles eram primos de Manuel António Martins, sendo um deles em primeiro grau.

Deste modo, ficava, definitivamente, jurado, selado e sacramentado em Juízo as origens de Manuel António Martins, de nome completo Manuel António Martins Casqueiro, e as condições em que ele aportara a Cabo Verde, onde, de imediato, passou a residir, casando, acto contínuo, com uma filha de Aniceto António Ferreira, Comandante e Feitor da ilha da Boa Vista, ao tempo um abastado negociante e armador, assim como virá a sê-lo o seu genro, Manuel António Martins.

Eis, pois, o quadro de partida do homem que viria a tornar-se uma figura de topo da história de Cabo Verde da primeira metade do século XIX. Este é apenas um exemplo demonstrativo de como a genealogia, a identificação dos nomes dos seus membros, poderá ajudar numa interpretação mais conseguida de acontecimentos arrolados, que de outro modo ficariam confusos ou de muito difícil compreensão.

Assim mesmo, o encadeamento da família Martins e os casamentos que o Patrono da mesma soube bem engendrar, deixa-nos perceber melhor determinados factos e a defesa persistente da sua pessoa, por outras personalidades de destaque da história cabo-verdiana, que, justamente, fazem parte desta obra monumental de Jorge Forjaz.

Referimo-nos, por exemplo, a Cristiano de Sena Barcelos, cuja parcialidade demonstrada nas apreciações subjectivas relativas a Manuel António, no seu clássico *Sub-*

[14] Cf. Maço, Papeis relativos às arguições contra o ex-Prefeito de Cabo Verde, Manuel António Martins **AHU_SEMU_DGU_, Cabo Verde, Cx. 53**. Já a 17 de Setembro de 1834, esta Representação/Queixa recebia o seguinte despacho de João Baptista Felgueiras, Primeiro Procurador Geral da Coroa, nos termos que seguem: "Parece-me que o suplicado deve ser ouvido, mandando-se a queixa e documentos á Autoridade Judicial Superior da Província para fazer Responder o Acusado, e informar com a maior brevidade possível. Lisboa 17 de Setembro de 1834". (**Inédito**).

sídios para a história de Cabo Verde e Guiné, é incontornável e ineludíveis, a todos os títulos, enquanto com relação Joaquim Pereira Marinho a postura interpretativa dele é precisamente a inversa.

Só depois de verificados os laços entretecidos por casamento e de conhecer a árvore dos Sena, por seu lado, o que esta obra nos propiciou de forma soberana, ficamos a entender, então, ainda melhor a razão de ser do facto, uma vez que uma tia de Sena Barcelos foi casada com um filho de Manuel António Martins (respectivamente Eugénia de Sena e Vicente António Martins), enquanto o avô dele, Francisco José de Sena, que foi responsável pela administração da urzela na ilha Brava, apodado pelo Governador Joaquim Pereira Marinho de "ladrão", deve ter criado nele os anticorpos necessários e profunda animosidade para, em defesa da família, quase sempre atacar Pereira Marinho e ficar do lado de Manuel António Martins quando se tratava dos ataques deste àquele Governador.

Do mesmo modo, quando eram, de uma maneira geral, os inimigos confessos e ou imaginados de Manuel António Martins, é vê-lo contra António Pusich ou contra a filha, Antónia Pusich, por exemplo, a quem buscou desvalorizar a biografia que escrevera sobre o pai dela, enquanto, nas mesmas condições, seguiu, a par e passo, todas as apreciações valorativas que o neto de Martins, João Augusto, endereçou ao seu avô, em defesa da sua memória, que, entretanto, este elevou aos píncaros da Lua.

Dito isso, o que, de certa maneira, justifica esta minha apresentação, a partir de alguns nomes encadeados na genealogia de algumas famílias estudadas pelo autor, tentando mostrá-los enquanto protagonistas da história das ilhas num determinado momento e num certo espaço geográfico, confinados no arquipélago, ou extrapolando as nossas fronteiras físicas, com as suas extensões no Continente africano, no Reino de Portugal, nas Ilhas Adjacentes ou no Brasil.

Vai já ampla a nossa exposição e é chegada a hora de colocarmos um ponto final nela. Mas antes, com a permissão do autor, que temos a honra e o prazer de apresentar hoje na Sala desta Casa de Cultura, de relevante importância, tanto a nível nacional ou internacional, permitam-me que aqui lance um repto, que espero chegue junto de quem direito e produza os efeitos desejados.

Só muito recentemente fiquei a saber da morte prematura de um amigo muito próximo, que foi João Nobre de Oliveira, autor da celebrada *Imprensa Cabo-Verdiana, 1820-1975*. Surpreendentemente, esta informação chegou até nós, precisamente por intermédio do Dr. Jorge Forjaz.

Sou conhecedor, em primeira mão, que ele tinha pronto e em vias ser editado uma Genealogia geral de Cabo Verde, com mais de 5 mil verbetes, mas cuja envergadura lhe fez enfrentar dificuldades quase insuperáveis para a sua publicação.

Dada a importância deste trabalho para Cabo Verde, apelamos à família do malogrado João Nobre de Oliveira e às instituições cabo-verdianas da área da cultura, que busquem os meios que permitam que essa obra conheça a realidade e contribua para que se aprofunde, ainda mais, o nosso conhecimento sobre a genealogia do país, pois é de uma importância capital para historiadores e para aqueles que, legitimamente desejam, também, conhecer as histórias das suas famílias, que de outro modo lhes estará vedado, por muito tempo, tantas são as dificuldades que subsistem para obter um trabalho com estas características, dadas as exigências que lhe estão subjacentes, o tempo, a dedicação e a paixão precisos para a consecução desse desiderato.

Seria um crime de lesa cultura, se não formos capazes de fazer chegar este trabalho, o mais rapidamente possível, aos escaparates e às estantes de cada um dos interessados cabo-verdianos, às Escolas e às Universidades do país, retirando-o da poeira das gavetas, que nada acrescentam, a não ser o esquecimento e a delapidação inglória do conhecimento, cujo valor se encontra, precisamente, na sua circulação, sem peias e sem fronteiras de qualquer tipo.

Somos, cada um em particular, ramos de ramos frondosos de séculos de troncos comuns. Neste presente que nos substancia, a nossa memória se esgota em avós de avós de uma árvore humana.

Cabo Verde, nação recente no cômputo da história, constitui um cadinho mais de confluência de povos. O ADN do povo cabo-verdiano apresenta as linhagens diversas, orgulhosamente misturadas e rebeldes a uma cerca de uma só proveniência. No substrato mais consistente da nossa matriz, o mais visível, perdura a dos povos da África Ocidental, que vieram trazidos, para o povoamento das ilhas e para exportação para as Américas.

Esses homens e mulheres sem nome, sem história, chegaram feitos peças de lotes à venda nos mercados de escravos em diversos pontos do nosso território. Deles as nossas famílias são descendentes. Indubitavelmente nos percorrem no emaranhado do povo cabo-verdiano.

Ao autor desta magnífica obra presente, laboriosamente trabalhada, um muito obrigado. Rever tantos rostos meus amigos, então ainda meninos, nos colos de seus pais jovens.

Comovente!

Com orgulho registamos os feitos e glórias dos nossos antepassados.

Uma singela homenagem aos nossos tataravôs sem nome.

VIDA DO INSTITUTO

RELATÓRIO DO PRESIDENTE 2019

Dando cumprimento ao previsto no n.º 3 do Artigo 3.º do Regulamento Interno do Instituto, apresento aos Sócios o Relatório referente ao ano de 2019.

Este Relatório coincide com o fim do mandato da Mesa que havia sido eleita para o biénio de 2018/2019, a qual foi constituída por mim, Presidente, pelo Dr. José Olívio Mendes Rocha, como Secretário, e pelo Prof. Doutor Alfredo Emílio Silveira de Borba, como Tesoureiro.

1. REUNIÕES DO INSTITUTO

Durante o ano de 2019, o Instituto realizou as duas reuniões ordinárias previstas no Artigo 11.º, n.º 1 dos Estatutos, bem como a reunião destinada à eleição da Mesa e do Conselho Fiscal para o biénio de 2020/2021.

A primeira reunião ordinária realizou-se a 3 de Janeiro e teve como agenda de trabalhos a apresentação, discussão e eventual aprovação do Relatório do Presidente relativo ao ano de 2018, e a discussão e aprovação do plano de atividades para o ano de 2019.

A segunda reunião ordinária teve lugar a 26 de Abril para apresentação, apreciação, discussão e eventual aprovação da conta de gerência do ano de 2018, tendo presente o Parecer do Conselho Fiscal; constando ainda da ordem de trabalhos uma apreciação provisória dos artigos a serem publicados no Boletim de 2019, bem como a eleição de sócios para as diferentes categorias previstas no n.º 1 do Artigo 3.º dos Estatutos e em conformidade com o preceituado no Regulamento Interno, nomeadamente, nos Artigos 9.º, 10.º e 12.º a 15.º.

A reunião para a eleição da Mesa, do Conselho Fiscal e dos respetivos substitutos realizou-se a 7 de Novembro. Pela primeira vez na vida do Instituto foi constituída e apresentada uma lista candidata, evitando-se assim a eleição nominal de cada um dos titulares. A lista única apresentada pelo consócio José Olívio Mendes Rocha foi aprovada por maioria dos sócios presentes. A sua integral composição consta da respetiva ata desta reunião eletiva.

Destas reuniões, foram lavradas as respetivas atas a serem publicadas no *Boletim*, razão pela qual apenas se fazem as referências sumárias acima.

2. REUNIÕES DA MESA

Durante o ano findo de 2019, a Mesa do Instituto reuniu-se formalmente cinco vezes para tratar de assuntos da gestão corrente e cumprimento do Plano de Atividades aprovado.

As reuniões da Mesa tiveram lugar nas seguintes datas: 1 de Março; 1 de Maio; 11 de Junho; 3 de Setembro e 2 de Dezembro.

Como tem sido habitual, o Secretário da Mesa elaborou atas sucintas dessas reuniões para memória futura, as quais ficam arquivadas na secretaria do Instituto.

Na sequência do que vem acontecendo há vários anos, muitas das questões da vida corrente do IHIT foram tratadas por telemóvel ou correio eletrónico entre os membros da Mesa em reuniões informais.

3. REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do IHIT reuniu-se a 12 de Abril de 2019, a fim de examinar as contas do exercício de 2018 e a documentação em que se baseavam, entendendo que as mesmas se encontravam corretamente elaboradas, conforme Parecer emitido que vai publicado no *Boletim* de 2019.

4. COLÓQUIO D. AFONSO VI

Prosseguindo a realização de colóquios anuais e numa iniciativa conjunta com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, o Instituto organizou um Colóquio por ocasião dos 350 anos da chegada a esta cidade do Rei D. Afonso VI que para aqui veio exilado.

O programa do Colóquio foi o seguinte:

8 DE JULHO DE 2019 (SEGUNDA-FEIRA)

16h00 | Concentração junto à Casa da Roda

Os Passos de El-Rei – Desembarque ao Exílio no Castelo – Visita guiada pelo Dr. Maduro Dias desde a Casa da Roda (sobre o Porto Novo) até ao Castelo de S. João Baptista do Monte Brasil.

18h00 | Beberete oferecido aos intervenientes no Colóquio no Palácio dos Governadores do Castelo de S. João Baptista do Monte Brasil

SESSÃO DE ABERTURA

20h30 | Sessão solene de abertura do Colóquio no Salão Nobre dos Paços do Concelho

Abertura pelo Presidente do IHIT

Saudação da Presidente da Academia Portuguesa da História

Conferência pelo Prof. Doutor Pedro Cardim

Formas de confronto político em Portugal durante a segunda metade do século XVII

Encerra a sessão o Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo

9 DE JULHO DE 2019 (TERÇA-FEIRA) | COLÓQUIO

Local | Auditório do antigo Hospital da Boa Nova (Núcleo de História Militar Manuel Coelho Baptista de Lima - Museu de Angra)

9h00 | Abertura do Colóquio

Preside à Mesa – Mestre José Olívio Mendes Rocha, Secretário do IHIT

9h30>10h00 | Mestre José Avelino Rocha dos Santos

O relato da chegada a Angra do Rei na «Fenix Angrence» do Padre Maldonado

10h05>10h35 | Prof.ª Doutora Maria Paula Marçal Lourenço

A pessoa física do Rei: crescer entre a «melancolia», a doença e a morte

10h35>10h45 | Intervalo

Preside à Mesa – Prof. Doutor Alfredo Borba, Tesoureiro do IHIT

10h45>11h15 | Prof.ª Doutora Isabel Albergaria

A casa do Rei na Terceira: da estrutura funcional à funcionalidade espacial

11h20>11h50 | Doutor José Guilherme Reis Leite

A organização e administração político-administrativa dos Açores e da Terceira na época de D. Afonso VI

12h00>12h45 | Debate

13h00 | Almoço livre

Preside à Mesa – Dr. Álvaro Monjardino, Presidente do Conselho Fiscal do IHIT

15h00>15h45 | Ex.mo e Rev.mo Doutor Dom Carlos Azevedo

As relações Portugal/Santa Sé e a longa vacatura da Sé de Angra

15h45>15h55 | Intervalo

16h00>16h30 | Capitão-de-mar-e-guerra José António Rodrigues Pereira

A Marinha de Guerra Portuguesa e o controlo do Atlântico Norte no período da Restauração à Regência

16h35>17h15 | Doutor Ricardo Madruga da Costa

A Diplomacia na Restauração

17h15 | Debate final

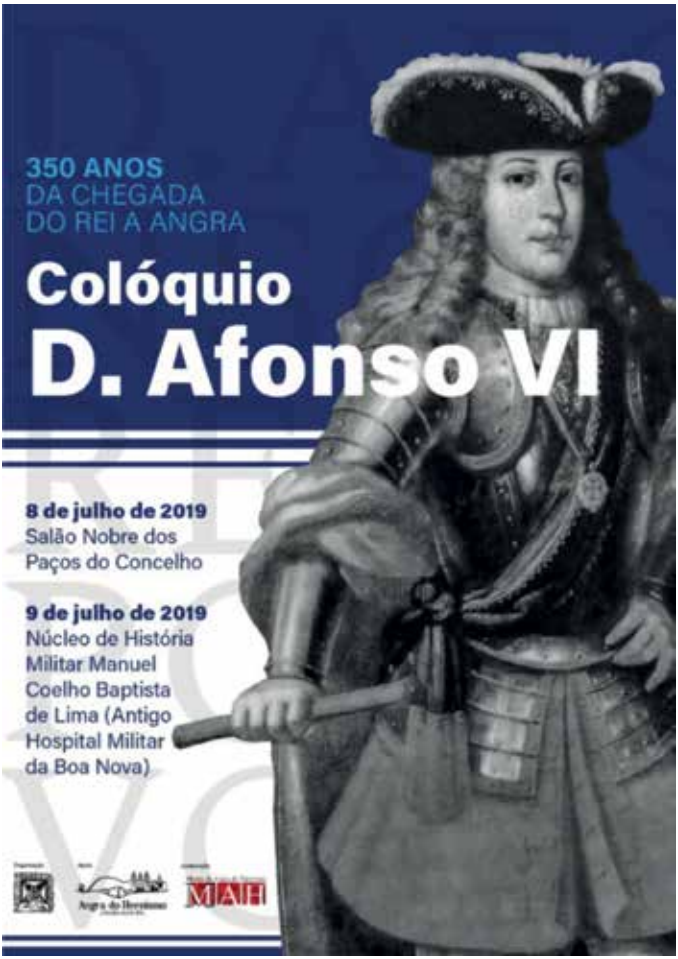
19h30 | Jantar no Restaurante QB – São Carlos

Cumpre agradecer, de forma especial, aos intervenientes no Colóquio, cujas comunicações estão a ser recolhidas para serem publicadas as *Atas do Colóquio*, e a todas as pessoas que colaboraram com esta iniciativa.

Também uma palavra de agradecimento à Senhora Presidente da Academia Portuguesa da História e nossa sócia honorária, Professora Doutora Manuela Mendonça, que se deslocou à Terceira para participar neste Colóquio.

Apoiaram esta iniciativa a Direção Regional da Cultura, a Câmara Municipal de Angra, o Governador do Castelo de S. João Batista do Monte Brasil e o Museu de Angra que cedeu o auditório da Boa Nova para a apresentação das comunicações.

Um agradecimento para o nosso sócio correspondente Dr. Rúben Quadros Ramos pela feitura gráfica do cartaz e programa do Colóquio.



5. SESSÃO DA ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA EM ANGRA

Pela segunda vez, a Academia Portuguesa da História, por convite do Instituto, resolveu fazer uma das suas habituais sessões das quartas-feiras em Angra do Heroísmo.

Para esse efeito deslocou-se a Angra uma comitiva de Académicos, a que se juntaram os Académicos residentes na ilha Terceira, para a sessão da Academia que teve lugar na Sala das Sessões da Câmara de Angra, no dia 29 de Maio de 2019.

A sessão foi presidida pelo Vice-Presidente da Academia Prof. Doutor Miguel Maria Santos Corrêa Monteiro, por doença da Presidente que não pôde deslocar-se a esta Ilha.

A habitual comunicação foi apresentada pela Profª Doutora Maria de Fátima Reis, Secretária Geral da Academia Portuguesa da História intitulada *Da ilha Terceira para o Brasil; comércio, heresia e representação em tempos de Reforma Católica*.

O texto da comunicação foi publicado no Boletim de 2019.

Para esta visita foi organizado o seguinte programa:

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA

VISITA E SESSÃO PÚBLICA DA ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA-2019

PROGRAMA DA VISITA

28 de Maio (Terça-feira):

11:00 Horas – Chegada às Lajes no voo TAP 1827

11:30 Horas – Transfer para Angra

12:00 Horas – Entrada e alojamento no Hotel Cruzeiro (Praça Doutor Sousa Jr.).

(Deslocação a pé) com acompanhamento do Dr. Francisco dos Reis Maduro-Dias, Presidente da Rede de Museus dos Açores e antigo Presidente do IHIT:

14:30 Horas – Visita à sede do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Ladeira de S. Francisco, 9 (junto ao hotel).

15:30 Horas – Visita guiada ao Palácio dos Capitães-Generais.

16:30 Horas – Visita guiada ao Convento e Igreja de S. Gonçalo.

19:30 Horas – Jantar oferecido pelo IHIT (Restaurante Castelinho – Pousada de São Sebastião, situada no Castelo de S. Sebastião).

29 de Maio (Quarta-feira):

9:30 Horas – Saída do hotel para visita à Matriz de S. Sebastião (Vila de São Sebastião), prosseguindo pela estrada litoral para a cidade da Praia da Vitória, com visita à Baía da Salga, à Matriz de Santa Cruz da Praia e Igreja de Santo Cristo da Misericórdia.

- Almoço oferecido pela Santa Casa da Misericórdia da Praia (Etis – bar/restaurante)

- No regresso a Angra, e se o tempo o permitir (se o céu estiver descoberto), passagem pela Serra do Cume para vista sobre a cratera central da ilha Terceira.

16:00 Horas – Visita à Sé Catedral de Angra e Tesouro.

20:00 Horas – Sessão pública da Academia na Sala das Sessões da Câmara Municipal de Angra:

> Comunicação apresentada pela Prof.ª Doutora Maria de Fátima Marques Dias Antunes dos Reis intitulada "*Da ilha Terceira para o Brasil: comércio, heresia e repressão em tempos de Reforma Católica*".

30 de Maio (Quinta-feira):

9:30 Horas – Transfer do Hotel para a Aerogare Civil das Lajes.

11:50 Horas – Partida no voo da TAP 1824 para Lisboa.

Esta sessão da Academia Portuguesa da História teve o apoio da Direção Regional da Cultura, da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória.

6. CONFERÊNCIAS

Ocorrendo neste ano de 2019 algumas efemérides importantes, resolveu o Instituto promover conferências comemorativas para assinalar, recordar e compreender esses grandes momentos da história da humanidade, dado que todos eles, de alguma forma, se refletem direta ou vagamente na história e na vivência do Atlântico e dos Açores.

Um agradecimento muito especial aos Conferencistas que, de pronto, aceitaram o convite do IHIT para proferirem as Palestras abaixo elencadas, bem como o nosso reconhecimento às Instituições que apoiaram este projeto.

a) Centenário da Sociedade das Nações

A primeira comemoração ocorreu no dia 2 de Maio deste ano, por ocasião do 1.º centenário da fundação da Sociedade das Nações, com uma Conferência proferida pelo Prof. Doutor Fernando Rosas, Professor Catedrático jubilado da Universidade Nova de Lisboa e sócio honorário deste nosso Instituto.

A Palestra, intitulada *1919-1939: A falência da Sociedade das Nações*, foi proferida no salão nobre dos Paços do Concelho de Angra,

O texto desta Conferência vai publicado no *Boletim* de 2019.

b) Primeiro Centenário da O.I.T.

Concomitantemente à efeméride da Sociedade das Nações, ocorreu neste ano o 1.º centenário da fundação da Organização Internacional do Trabalho (O.I.T.), na atualidade agência especializada da O.N.U., a qual teve um sucesso muito superior à extinta Sociedade das Nações, dado que se perpetuou até aos nossos dias.

Neste âmbito, o Instituto promoveu uma conferência proferida pelo Doutor Manuel Carvalho da Silva, antigo dirigente máximo da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-Intersindical), com o título *OIT: 100 anos afirmando a dignidade do trabalho, a justiça social e a paz*.

A Conferência teve lugar, como todas as outras, no salão nobre dos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, no dia 13 de Maio de 2019.

c) 800 Anos do Encontro de São Francisco de Assis com o Sultão do Egito

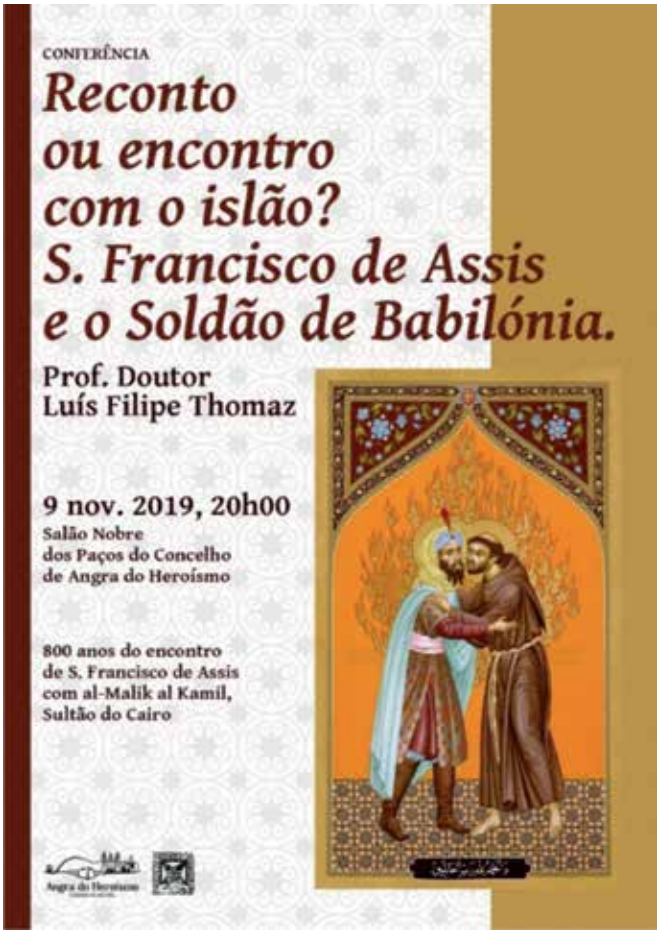
No presente momento histórico da Europa e do Atlântico tem sido primordial a atenção dada ao encontro ou confronto entre a cultura ocidental e a cultura islâmica oriental.

Nesta perspetiva, o Instituto achou importante comemorar os 800 anos do encontro, algo inédito e paradoxal, de São Francisco de Assis com o poderoso Sultão do Cairo al-Malik al-Kamil, o qual usava o título de Saldão da Babilónia.

Sobre este acontecimento, proferiu uma Conferência o nosso consócio honorário e grande especialista em história do Oriente Prof. Doutor Luís Filipe Thomaz.

A conferência intitulada *Recontro ou Encontro com o Islão? São Francisco de Assis e o Soldão da Babilónia*, realizou-se no dia 9 de Outubro, pelas 20 horas, no salão nobre da Câmara Municipal de Angra.

O texto da Conferência, segundo a disponibilidade do Sr. Prof. Doutor Thomaz será publicado, previsivelmente, no *Boletim* de 2020.



d) 30.º Aniversário da Queda do Muro de Berlim

Outra data significativa que ocorreu neste ano de 2019 foi o 30.º aniversário da queda do chamado "Muro de Berlim" com todas as consequências daí resultantes para o fim da "Guerra Fria".

Foi convidado a proferir uma Conferência sobre esta efeméride o nosso sócio efetivo e especialista em geopolítica Dr. Miguel Monjardino, Professor no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa.

A conferência teve por título *Trinta anos depois da queda do Muro de Berlim: a Alemanha e a Europa*, e, como as demais, realizou-se no salão nobre da Câmara Municipal de Angra, no dia 4 de Novembro de 2019.

7. OUTROS EVENTOS

Em conjunto com a ACDA – Associação para a Ciência e Desenvolvimento dos Açores o Instituto Histórico organizou uma conferência sobre ***Sustentabilidade do Agros dos Açores***, que teve lugar no dia 6 de Março de 2019, pelas 20H00, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

A Conferência contou com a presença do Prof. José Manuel Lima Santos, da Universidade de Lisboa; do Prof. Nuno Almeida Ribeiro, da Universidade de Évora; dos Prof.s da Universidade dos Açores Artur da Câmara Machado e Alfredo da Silveira Borba, que coordenaram o debate em torno das questões levantadas pela Associação Agrícola da Ilha Terceira e pela audiência.

Por ocasião do encontro celebrativo do 70.º aniversário da fundação do Museu de Angra do Heroísmo e do 50.º aniversário da instalação do Museu no antigo Convento de São Francisco de Angra, a que o seu Diretor, Dr. Jorge Paulus Bruno, para estas cele-

brações deu o significativo título de "Museu de Ouro", o IHIT foi convidado a participar num Colóquio promovido por aquela instituição.

A participação do Instituto concretizou-se com uma comunicação apresentada pelo sócio efetivo Dr. Jorge Pamplona Forjaz, no dia 30 de Março deste ano.

Refira-se que muitos dos sócios fundadores do Instituto foram os promotores e iniciadores do Museu de Angra.

8. CURSO LIVRE

Dando continuidade ao projeto de abertura do IHIT à população em geral e de prestar um serviço cultural na área da formação, realizou este ano mais um curso livre para quem se quisesse inscrever, tendo, mais uma vez, na sua organização, a prestimosa colaboração da nossa consócia Dr.ª Marta Bretão.

O curso teve como docente o nosso sócio efetivo e antigo Presidente do Instituto Doutor José Guilherme Reis Leite, Doutor em História, a quem se agradece pela pronta aceitação em lecionar este referido curso, realçando o brilhantismo com que proferiu as suas lições.

O curso intitulado *Achamento e Povoamento dos Açores*, realizou-se no Auditório do Núcleo de História Militar Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, do Museu de Angra, a quem se agradece a cedência deste espaço que foi a antiga Ermida da Boa Nova.

Inscreveram-se neste curso 45 pessoas às quais foi entregue um Certificado de presença.

9. MEDIDAS DE PREVENÇÃO

Como consta no anterior Relatório do ano de 2018, o IHIT na sua reunião de 4 de Setembro de 2018, decidiu recomendar às principais autoridades da administração pública regional medidas de proteção para as ocorrências materiais que têm sido encontradas e estudadas em diversos pontos da ilha Terceira pelos consócios Doutora Antonieta Costa e Prof. Doutor Félix Rodrigues.

No seguimento desta decisão foram enviadas cartas à Senhora Presidente da Assembleia Legislativa Regional, ao Senhor Presidente do Governo Regional, aos Senhores Secretários Regionais com competência em matéria de cultura e ambiente, aos Presidentes dos Grupos e Representações Parlamentares e dado conhecimento aos Senhores e Senhoras Deputadas eleitas pela ilha Terceira.

Destas diligências, para que conste, o Instituto nunca recebeu qualquer resultado, a não ser ofícios de circunstância, mostrando, porventura, um total desinteresse por este assunto por parte das entidades oficiais e de todos os Partidos com assento na Assembleia Regional dos Açores.

10. CENTRO UNESCO DE ANGRA DO HEROÍSMO

UNESCO
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA
www.ihit.pt
Centro Unesco
Angra do Heroísmo
Ilha Terceira

O Instituto Histórico da Ilha Terceira, continuou a manter ativo o Centro UNESCO de Angra do Heroísmo através das suas diversas atividades.

O Centro UNESCO de Angra foi convidado pelo Presidente da Comissão Nacional da UNESCO a colaborar com a Rede do Património Mundial de Portugal, tendo aceitado este convite, ficando a aguardar orientações sobre a atividade a desenvolver.

O Instituto colaborou na iniciativa promovida pela Comissão Nacional na Semana Artística da UNESCO com uma comunicação proferida pela sócia efetiva Dr.ª Paula Romão, intitulada *Educação Artística em projetos de intervenção social e cultural*.

Este evento teve lugar no dia 24 de Maio de 2019 na Escola Secundária Padre Jerónimo Emiliano de Andrade.

11. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Foi concluído o contrato de prestação de serviços entre a Secretaria Regional da Educação e Cultura/Direção Regional da Cultura e o Instituto Histórico para a inventariação do património militar imóvel na Região Autónoma dos Açores, contrato esse assinado em 24 de Julho de 2015.

Foi coordenador deste projeto o sócio efetivo Dr. José Olívio Rocha e a execução técnica da sócia correspondente Dr.ª Brígida Pamplona Meireles.

Dado o vastíssimo património militar imóvel a inventariar só foi possível entregar o relatório final na DRAC este ano.

O valor do contrato de avença foi de 20.000,00 euros.

O IHIT mantém um contrato anual com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo para prestação de serviços e pareceres à edilidade angrense.

12. ASSUNTOS DIVERSOS

O IHIT colaborou em diversas iniciativas e continuou a participar em diversos órgãos durante este ano de 2019, nomeadamente:

- Colaboração com a Comissão Diocesana de Música Sacra, da qual é Presidente o sócio efetivo do IHIT Padre Doutor Duarte Gonçalves da Rosa, na realização de um Concerto de órgão na Sé Catedral de Angra que teve lugar no dia 14 de Agosto de 2019.
  Foi organista o jovem Gonçalo Botelho de Gusmão que havia concluído o Curso de órgão no Conservatório Regional de Ponta Delgada.

- Continuou a participar no Conselho Municipal de Cultura da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

- Através do nosso consócio Dr. Francisco dos Reis Maduro Dias, antigo Presidente do Instituto, fez parte da Comissão Técnico-Científica das V Jornadas de Reflexão de Animação Turística que se realizaram na Terceira entre 15 e 17 de Março.

- Por disposição da alínea h) do Art.º 17.º da Lei 147/99, de 1 de Setembro, o IHIT foi convocado para uma reunião da Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Angra do Heroísmo, na qual participei.
- Nessa reunião foi eleito como representante das agremiações desportivas, culturais e recreativas o nosso sócio correspondente Dr. Miguel Duarte Rosa Costa, da Associação Cultural Burra de Milho.

– A página eletrónica do IHIT está, presentemente, alojada na empresa Netspin, em Angra do Heroísmo.

Também se continua a manter o domínio na internet ihit.pt

A página do Facebook tem sido gerida pela consócia Dr.ª Marta Bretão, a quem se agradece mais esta colaboração

13. BOLETIM

Foi editado e impresso o *Boletim* volume LXXVII do Instituto Histórico relativo ao ano de 2019, o qual já foi distribuído pelos sócios.

Um agradecimento devido a todos os autores dos artigos publicados bem como ao nosso sócio efetivo Doutor Ricardo Madruga da Costa pela colaboração que deu na coordenação do mesmo *Boletim*.

14. EDIÇÕES

I – Edições impressas em 2019

a) *Anais da Ilha Terceira*

Finalmente, foi concluída a edição dos *Anais da Ilha Terceira* com a publicação do 15.º volume integralmente constituído pelos Índices da obra de Francisco Ferreira Drummond.

Mais uma vez se agradece aos coordenadores desta 2.ª edição dos Anais da Ilha Terceira, Doutor Reis Leite, Dr. Manuel Faria e Dr. José Avelino Santos, a sua preciosa e paciente colaboração e à Dr.ª Lúcia Santos a árdua tarefa de fazer e organizar os índices.

b) *Entre o carro de bois e o avião – Uma pequena comunidade no centro de uma rivalidade global*

Trata-se da tese de doutoramento do sócio efetivo Doutor José Armando Martins Mendes, apresentada no ISCTE/Academia Militar.

Esta obra foi lançada no dia 18 de Fevereiro de 2019, no salão nobre da Câmara Municipal de Angra, e apresentada pelo Prof. Doutor António José Telo, Professor da Academia Militar e sócio honorário do IHIT.

Obteve apoio à edição e lançamento da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, com *design* do Dr. António Araújo.

c) ***O Liceu Nacional de Angra do Heroísmo nas décadas finais da Monarquia (1880 a 1910) – Percurso de uma instituição liceal insular***

Esta obra é a tese doutoral do sócio efetivo Doutor Leandro Ávila, defendida na Universidade dos Açores.

A apresentação desta obra foi feita pela Prof.ª Doutora Susana Goulart Costa, Diretora Regional da Cultura e sócia do IHIT, no dia 27 de Fevereiro de 2019, no salão da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Esta edição foi apoiada pelo PRO-SCIENTIA, Programa de incentivos do Sistema Científico e Tecnológico dos Açores (SCTA) da Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia; e pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

d) ***Igreja e Sociedade no Portugal do século XIX: A Cidade da Horta***

Tese doutoral em História da Igreja do nosso sócio correspondente Monsenhor Doutor António Manuel Machado Saldanha e Albuquerque, oficial da Congregação para a Causa dos Santos da Santa Sé, defendida na Pontifícia Universidade Gregoriana.

Esta obra foi apresentada na Câmara de Angra, no dia 19 de Junho de 2019, pelo sócio efetivo Doutor Ricardo Madruga da Costa, Presidente substituto do IHIT.

Igualmente, teve um lançamento na cidade da Horta, no auditório da Biblioteca e Arquivo Regional João José da Graça, pela Prof.ª Doutora Susana Goulart Costa, Diretora Regional da Cultura, no dia 21 de Junho.

Esta obra teve o alto patrocínio da Assembleia Legislativa Regional a quem se agradece o apoio concedido, bem como o apoio à edição da Direção Regional da Cultura.

e) ***O Estatuto Jurídico das Misericórdias na Jurisprudência da Assinatura Apostólica***

Igualmente, o IHIT editou a tese de doutoramento em Direito Canónico do nosso sócio correspondente Padre Doutor Dinis Manuel Branco Silveira, defendida por este sacerdote natural da freguesia da Feteira, concelho de Angra do Heroísmo, na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma.

O livro foi apresentado pelo Presidente do IHIT no dia 2 de Janeiro de 2020, na Câmara Municipal de Angra, estando previsto o lançamento, em meados de Janeiro, na Vila do Topo, ilha de S. Jorge, onde o Doutor Dinis Silveira é o atual Pároco da Matriz.

f) ***Angra do Heroísmo, Ilha Terceira (Açores). Seus Títulos; Edifícios e Estabelecimentos Públicos***

Trata-se da 2.ª edição da obra do Terceirense Félix José da Costa.

Esta obra agora reeditada foi organizada e coordenada pela sócia efetiva Dr.ª Maria Manuel Velasquez Ribeiro e com *design* gráfico do sócio correspondente Dr. Rúben Quadros Ramos.

Foi lançada no dia 24 de Abril de 2019, na Câmara de Angra, pela Dr.ª Maria Manuel Velasquez Ribeiro.

g) ***Códices do Arquivo Histórico Ultramarino – Açores***

O IHIT continuou a publicar a importante recolha de documentação relativa aos Açores existente no Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa.

Este volume III trata do Códice 531 daquele Arquivo, no período em que corte portuguesa se encontrava no Brasil.

Esta edição foi coordenada pelos sócios Doutor José Guilherme Reis Leite e Tenente-Coronel Dr. Manuel Faria.

h) ***Tomás Borba: Composição e Pedagogia***

Em coedição com o Instituto Açoriano de Cultura (IAC) foi editada esta obra da autoria do sócio efetivo Padre Doutor Duarte Gonçalves Rosa, com a coautoria do Dr. Antero Ávila e do Doutor Edward Ayres d'Abreu.

O seu lançamento teve lugar no dia 16 de Fevereiro de 2019 no salão nobre da Câmara Municipal de Angra com um momento musical de canto e piano.

A Câmara Municipal de Angra deu o seu apoio à edição no respeitante ao IHIT.

i) ***Memória sobre a Ilha Terceira***

Sob a coordenação do sócio efetivo Prof. Doutor José Gabriel Álamo de Meneses, o IHIT publicou uma 2.ª edição desta obra da autoria do Dr. Alfredo da Silva Sampaio.

Esta 2.ª edição, composta por 2 volumes, foi apresentada pelo Prof. Doutor Álamo Meneses no dia 23 de Setembro de 2019 no salão da Câmara Municipal de Angra.

Para esta importante obra, há muito esgotada no mercado livreiro, a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo atribuiu um apoio à edição.

j) ***Atas do IV Colóquio do Atlântico***

Numa organização conjunta com a Universidade dos Açores e outras instituições culturais, com o apoio financeiro da Presidência do Governo Regional dos Açores e da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, foi editada a obra *Atas do IV Colóquio do Atlântico*, o qual se realizou em Bragança, Lisboa e Angra do Heroísmo, de 5 a 10 de Dezembro de 2018, sobre a obra e o pensamento de Manuel Ferreira Deusdado, que foi professor do Liceu de Angra.

Estes Colóquios do Atlântico são uma iniciativa e coordenação do nosso sócio correspondente Prof. Doutor Carlos Amaral, Professor da Universidade dos Açores em Ponta Delgada.

Está previsto o lançamento das *Atas* no próximo mês de Fevereiro nesta cidade de Angra

II – Edições programadas e em fase de impressão

Para além destas edições já concluídas estão em fase de impressão as seguintes obras:

Doutor Leandro Ávila - *O Liceu Angrense da Primeira República aos Alvores do Estado Novo*. (Tese de mestrado).

Dr.ª Cristina Monjardino – Tese de Mestrado (está a ser impressa na Nova Gráfica).

AA.VV. (sendo um dos autores a Dr.ª Marta Bretão) – *Retábulos dos Açores*. (Edição em parceria com a Universidade do Algarve)

AA.VV. – *Atas do Colóquio D. Afonso VI*. (Aguarda o texto da Conferência inaugural do Prof. Doutor Pedro Cardim).

Dr. João Almada – *Anais do Município da Calheta*. (Edição subsidiada pela Câmara Municipal da Calheta).

Cónego José Augusto Pereira – *Obras* (Edição coordenada pelos Doutores Reis Leite, Madruga da Costa e João Maria Mendes).

Luís da Silva Ribeiro – Projeto de um V volume da *Obra* com artigos de jornais. Esta edição está dependente da disponibilidade do sócio correspondente Dr. Carlos Enes.

Jerónimo Emiliano de Andrade e Mons. Alves da Silva – *Topografia da ilha Terceira* (reedição coordenada pelo Prof. Doutor Álamo Meneses)

Dr. Manuel Faria – *Da Militia* (está a ser impresso em Lisboa sob a orientação do autor).

15. CONTABILIDADE DO INSTITUTO

É pertinente realçar que a contabilidade do Instituto Histórico, a cargo da empresa da especialidade *Eduardo Godinho Rocha, Sociedade de Contabilidade, Unipessoal L.da*, continuou a ser oferta do seu proprietário e nosso sócio correspondente Dr. Eduardo Godinho Rocha.

Mais uma vez se regista e agradece no Relatório esta importante colaboração.

16. SÓCIOS

a) Eleição de Sócios

Durante o ano de 2019 foram propostos e eleitos novos sócios do Instituto nas diversas categorias previstas.

Na reunião do IHIT de 3 de Janeiro de 2019 foram eleitos, na categoria de sócios correspondentes, as seguintes pessoas: Dr. António Neves Leal, Dr. Artur Goulart de Melo Borges, Dr. Evo Fernandes, João Luís Esquível, Tenente-Coronel Luís Silveira e Mestre Tânia Mendes.

Na reunião do IHIT de 26 de Abril de 2019 foi eleito como sócio efetivo o Prof. Doutor Francisco Cota Rodrigues e como sócios correspondentes as seguintes pessoas: Doutor Eurico Gomes Dias; Dr.ª Isolina Júlia dos Reis e Reis de Medeiros, Dr.ª Maria de Lurdes Silveira Ferreira Pereira e Dr.ª Sandra Maria Gonçalves Monteiro.

Aos sócios eleitos para as diferentes categorias foram enviados ofícios a comunicar a eleição e a solicitar a sua aceitação.

b) Necrologia

Tivemos conhecimento que partiram para a eternidade, durante o ano de 2019, os seguintes Sócios:

- Doutor Alberto Vieira (1959-2019)
- Padre José Alves Trigueiro (1935-2019)
- Prof. Doutor George Monteiro (1932-2019)
- Dr. João Maria Soares de Barcelos (1952-2019)

Sobre o Doutor Alberto Vieira e o Padre José Alves Trigueiro já foram publicadas notas necrológicas no Boletim de 2019.

Sobre os outros falecidos, serão publicadas notas necrológicas no Boletim de 2020.

17. AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar é importante agradecer a todos os Sócios do IHIT a colaboração prestada ao longo deste ano de 2019

É sempre de realçar que a sobrevivência do Instituto Histórico se tem devido aos apoios dados pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Na pessoa do seu Presidente é de toda a justiça agradecer ao executivo camarário os apoios concedidos ao longo do ano.

Igualmente, vai o nosso agradecimento ao Diretor, Chefe de Redação e Jornalistas do jornal "Diário Insular" pela divulgação e reportagens das iniciativas do Instituto, que muito contribuíram para um maior conhecimento das suas atividades junto da população.

Um agradecimento ao apoio do Governo Regional dos Açores que se traduziu em várias formas de sustentabilizar o IHIT.

É de toda a justiça agradecer ao nosso consócio Dr. Rúben Quadros Ramos pelos trabalhos de design que efetuou ao longo do ano para os diversos eventos do Instituto.

Também um agradecimento ao nosso colaborador Sr. Carlos Valente que de forma simpática e prestável muito contribuiu com o seu trabalho para que o IHIT mantivesse uma visibilidade e acessibilidade.

Finalmente, um agradecimento a todos quantos, de uma forma ou de outra, deram a sua prestimosa colaboração ao Instituto Histórico da Ilha Terceira.

Angra do Heroísmo, 6 de Janeiro de 2020

O Presidente do Instituto
João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes

ATA DA 3.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019 DO IHIT

Aos sete dias do mês de novembro (quinta-feira) de dois mil e dezanove, pelas vinte horas, em segunda convocatória por, à hora marcada não se encontrarem presentes a maioria dos sócios reuniu o Instituto Histórico da Ilha Terceira, na sua sede, sita na Ladeira de São Francisco, nº 9, em Angra do Heroísmo, nos termos do números 1 e 4 do Artigo 11 dos Estatutos do Instituto Histórico da Ilha Terceira.

Compareceram à reunião os sócios efetivos Duarte Gonçalves da Rosa, Hélder Fonseca de Sousa Mendes, João Maria Mendes, José Avelino Rocha Santos, José Olívio Rocha, Leandro Adelino Andrade Cardoso Ávila, Maria Antonieta Costa, Maria Manuel Velásquez Ribeiro, Marta Bretão, Paula Romão, Ricardo Manuel Madruga da Costa, Rui Meireles, Tomás Dentinho, Vítor Brasil. Justificaram as ausências: António Félix Rodrigues, Assunção Melo, Cláudia Cardoso, João Madruga, Francisco Cota Rodrigues, Jácome Bruges, José Guilherme Reis Leite, Marta Barcelos, Miguel Cunha, Miguel Monjardino.

Antes do início dos trabalhos, o senhor presidente da Mesa propôs um voto de pesar pela morte de sócios correspondentes do Instituto, respetivamente o Professor George Monteiro, sócio correspondente há muitos anos e emigrante nos Estados Unidos da América e João Maria Soares de Barcelos, sócio correspondente, colaborador regular no Boletim, natural da ilha das Flores, Foram aprovados por unanimidade.

1. Foi dado início à reunião com a leitura da ata da reunião anterior por José Olívio Rocha, secretário da Mesa. Após a sua leitura e posta à discussão foi aprovada por unanimidade.

2. Dando cumprimento ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente apresentou a lista concorrente ao ato eleitoral, que a seguir se transcreve:

Mesa
Presidente - José Olívio Mendes da Rocha;
Secretária - Maria Manuel Velasquez Ribeiro;
Tesoureira - Paula Maria Soares Romão.
Presidente substituto - Álvaro Pereira da Silva Leal Monjardino.
Secretário substituto - Vítor Batista Medeiros Brasil.
Tesoureiro substituto - Alfredo Emílio Silveira de Borba.

Conselho Fiscal
Presidente - José Henrique dos Santos Correia Guedes
1º Vogal - Leandro Adelino Andrade Cardoso Ávila
2º Vogal - Francisco dos Reis Maduro-Dias
Vogal substituto - José Armando Martins Mendes.

Posta à votação, a lista foi eleita por maioria dos sócios presentes.

3. De seguida, Ricardo Manuel Madruga da Costa pediu a palavra para apresentar uma proposta à Assembleia, também subscrita por José Guilherme Reis Leite e que a seguir se transcreve na íntegra:

"No final do presente ano e sendo admissível que a Assembleia Geral do Instituto Histórico da Ilha Terceira não proporcione oportunidade mais adequada, entendemos ser oportuno colocar a esta assembleia uma proposta de louvor, que se transcreve na íntegra:

«No final do mandato que em breve terminará, o Cónego Doutor João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes completará o terceiro mandato para que foi sucessivamente eleito. Bastaria esta circunstância excepcional para que da parte dos consócios desta instituição fosse credor de homenagem e de gratidão. Todavia, mesmo numa menos cuidada avaliação do seu contributo como responsável pelos destinos do IHIT no decorrer deste longo período em que assumiu a direcção da respetiva Mesa, é justo reconhecer-se que a sua intervenção se situou sempre num plano extraordinário a que correspondeu um desempenhou incomum. Com efeito, quando trazemos à mente o que estipulam os Estatutos desta instituição quanto aos seus objetivos, reconhecer-se-á a sua observância foi escrupulosamente observada. Porém, sendo certo que o facto nenhuma consideração especial suscitaria, terá no entanto de ter-se em conta que a forma, a persistência e a preocupação de levar a cabo um invulgar conjunto de iniciativas da mais diversas índole, imprimindo-lhes uma marca de qualidade que em circunstância alguma foi

descurada, merece uma especial menção. Desde o grau de regularidade alcançado na edição do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, até à realização de colóquios e à frequente realização de conferências para as quais teve sempre o maior cuidado na escolha e convite dirigido a intervenientes prestigiados à escala nacional, passando pela iniciativa de realizar um conjunto de edições e de reedições de inquestionável interesse e qualidade – o Cónego Doutor João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes exerceu os seus mandatos num plano de elevado mérito que o torna credor da maior gratidão, sendo-lhe devido o reconhecimento pelo seu notável contributo para o enriquecimento da nossa cultura. No plano do relacionamento institucional a ele igualmente fica a dever-se a regularização das relações com a Delegação da UNESCO. O IHIT, a comunidade onde mais efetivamente se fazem sentir os benefícios da sua acção e a cultura açoriana, são-lhe devedores de uma expressiva gratidão que na brevidade e simplicidade desta proposta se deseja que fique registada. Aprovada a presente proposta, a mesma deverá tornar-se pública, devendo ainda ser dada publicidade deste louvor na edição de 2020 do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira. Angra do Heroísmo, 7 de novembro de 2019.»

Como acima referimos a proposta de louvor é subscrita por José Guilherme Reis Leite e Ricardo Manuel Madruga da Costa, sócios efetivos do Instituto Histórico da Ilha Terceira.

Seguiu-se a intervenção de vários sócios que manifestaram o seu apoio ao louvor proposto. Nesse sentido tomou a palavra José Avelino Rocha Santos para corroborar, não só o apoio ao voto de louvor proposto a João Maria e para acrescentar que tal louvor deveria ser extensivo a toda a mesa. Propôs também um voto de apreço aos funcionários Dr. Carlos Correia e senhor Carlos Valente pelo seu trabalho e empenho manifestados na organização da biblioteca, do arquivo do Instituto e na manutenção da porta aberta, bem como a dedicação que tem demostrado a favor do Instituto. Postas à votação as propostas apresentadas por José Avelino Rocha Santos foram aprovadas por unanimidade dos presentes.

Entretanto, Ricardo Manuel Madruga da Costa, como um dos proponentes do louvor manifestou concordância com as palavras de José Avelino, mas reiterou a necessidade deste voto de louvor ser aprovado em separado. Por se tratar de assunto pessoal, o Presidente ausentou-se, tomando a presidência, o Presidente substituto Ricardo Manuel Madruga da Costa. Colocada à votação a proposta de louvor, nos termos apresentados foi aprovada por unanimidade dos sócios presentes.

5. Outros assuntos abordados tiveram a ver, basicamente, com informações sobre as atividades ainda a realizar pelo Instituto no decurso dos próximos meses e até final do corrente ano.

De seguida, deu-se por encerrada a reunião por volta 23 horas, da qual para constar se lavrou a presente ata que, após lida e aprovada pelos presentes vai ser assinada pela Mesa do Instituto.

O Presidente
João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes

O Secretário
José Olívio Mendes da Rocha

O Tesoureiro
Alfredo Emílio Silveira de Borba

BIÉNIO 2020/2021
Proposta de Plano Estratégico Plurianual e Plano de Atividades para o ano de 2020

Introdução

Em resultado das eleições para os corpos gerentes do Instituto Histórico da Ilha Terceira, realizadas a 7 de novembro de 2019, e da tomada de posse dos membros então votados, ocorrida a 6 de janeiro de 2020, a Mesa do Instituto Histórico da Ilha Terceira vem, como habitualmente, apresentar aos Excelentíssimos Sócios Efetivos e Honorários a proposta de Plano de Atividades para o ano de 2020.

Visto que se trata do início de funções de uma equipa diretiva que exercerá o seu mandato por um período de tempo plurianual, afigurou-se pertinente elaborar um documento prévio que se intitulou *Plano Estratégico Plurianual*, no qual se afirmam metas que têm o propósito de centrar o papel e a ação do Instituto Histórico da Ilha Terceira enquanto organismo capaz de inspirar, envolver e mobilizar os seus membros e a comunidade em geral para os desafios do registo do seu passado e o fazer da sua História, bem como no debate sobre o seu presente e futuro.

Naturalmente, são essas linhas orientadoras que determinarão as propostas de trabalho para o biénio e que depois inspirarão, desdobradamente, os planos de atividades para cada um dos anos compreendidos no mandato 2020 / 2021.

Por último, refira-se que os projetos e/ou propostas que transitam da direção anterior serão objeto de ponderação casuística e a sua integração num dos planos anuais ocorrerá em consonância com o *Plano Estratégico Plurianual* definido, bem como com a melhor conveniência, quer para os proponentes, quer para o Instituto Histórico da Ilha Terceira.

Em todo o caso, serão sempre referenciados na documentação programática todos os projetos herdados da anterior direção.

Plano Estratégico Plurianual – biénio 2020-2021

A ação do Instituto Histórico da Ilha Terceira (IHIT) para o biénio 2020/2021 estrutura-se em torno de cinco eixos-base, cada um deles com propósitos e objetivos que se constituem como metas a atingir.

Eixo 1. Melhorar o funcionamento interno do IHIT

Situação atual:

Segundo os dados de 2019, o universo de associados do IHIT compreende cerca de 182 inscritos, a que correspondeu uma receita anual, proveniente das quotizações, no valor de cerca de 2.730,00€.
O funcionamento é assegurado pelas ações *pro bono* dos elementos da Mesa e de alguns sócios, pelas numerosas comparticipações da CMAH, nomeadamente no financiamento de projetos editoriais, e na cedência temporária do funcionário contratado pela Vice-Presidência do Governo Regional para prestar o serviço de guardaria na Igreja do Colégio dos Jesuítas de Angra.

Metas:

- Aumentar significativamente o número de associados;
- Alcançar ativos financeiros suficientes para a contratualização de um funcionário por um período de 2 anos;
- Implementar um sistema informático de gestão administrativa, gestão de correspondência e gestão do ficheiro de sócios;
- Conhecer os associados através da realização de um inquérito.

Eixo 2. Aproximar o IHIT a parceiros individuais e instituições locais/regionais

Situação atual:

O IHIT mantem uma parceria de longa data com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, através da qual tem sido garantida, com caráter regular, a realização de inúmeras iniciativas, quer assegurando o pagamento de deslocações de conferencistas e reedições, quer cedendo espaços e serviços de design gráfico.

Meta:

- Criar uma **bolsa de parceiros estratégicos** que assumam interesses comuns relativamente ao estudo, construção e divulgação da representação histórica do território.
  Serão alvo de aproximação parceiros individuais e instituições locais/regionais/nacionais como autarquias locais, Universidade dos Açores/CHAM-A, Misericórdias, sociedades culturais e de recreio, fundações, etc.

Eixo 3. Promover a produção de conhecimento

Situação atual:

Os contributos para o aumento do conhecimento sobre a história do arquipélago, e da Terceira em particular, promovidos e devidos ao IHIT, radicam, essencialmente, nos artigos publicados no *Boletim*, e na edição de fontes que, em boa hora, se incentivou nos últimos anos.

Metas:

- Potenciar a produção de conhecimento por via do trabalho colaborativo de equipas com interesses temáticos específicos. Para isso, incentivar-se-á a constituição de **Grupos de Trabalho** que, quer por proposta da Mesa, quer por iniciativa de grupos de não menos de três sócios (sendo um dos quais sócio efetivo), se proponham realizar projetos de investigação com objetivo(s), metodologia, plano de trabalhos e duração previamente delineados, apresentados à Mesa / Assembleia.
- Celebrar **contratos de financiamento** e/ou apresentar candidaturas a apoios financeiros para o desenvolvimento de projetos específicos.

Eixo 4. Potenciar a difusão do conhecimento produzido

Situação atual:

O Boletim, a edição de teses e de fontes, e a página institucional são os veículos de difusão privilegiados pelo IHIT.

Metas:

- Estruturar uma **Política de Edições e Publicações** resultante da ponderação, entre outros aspetos, da exclusividade *versus* partilha do suporte papel e do suporte virtual, política essa desdobrada em três tipologias, cada uma delas em consonância com as Normas Editoriais e de Publicação a definir:
  a) Publicação anual do *Boletim do IHIT*;
  b) Edição de fontes para a história açoriana, enriquecidas com estudos introdutórios, índices e/ou bibliografias;
  c) Publicação de dissertações/teses, atas e monografias sobre temas específicos.
- Redigir, aprovar e adotar o conjunto de Normas Editoriais e de Publicação;
- Renovar o design da página eletrónica e promover a ampliação de funcionalidades e a inserção de conteúdos.

Eixo 5. Afirmar o IHIT enquanto espaço de debate de ideias, projetos e opiniões

Situação atual:

As Mesas anteriores promoveram intensos ciclos de conferências e debates.

Metas:

- No seguimento do que tem ocorrido, todas as oportunidades para encontros semelhantes serão vivamente ponderadas e acolhidas, quer enquanto comemoração de efemérides, quer aquando da deslocação e estadia de personalidades de interesse.
  No mesmo sentido, e sempre que oportuno, tais contribuições poderão constituir-se como mais valias de projetos do IHIT que se encontrem em curso.
- Aproximar públicos e captar novos e potenciais investigadores, dando-lhes espaço de debate e de apresentação de projetos em curso.

Eixo supletivo. Projetos que transitam da Mesa anterior e a que se dará seguimento sempre que oportuno

1. Publicações orçamentadas aguardando aprovação e/ou verba disponível:
   a) *Obra completa* do Cónego Pereira – Orçamento Bizex;
   b) *O Liceu Angrense - da Primeira República aos alvores do Estado Novo,* Leandro Ávila (dissertação de mestrado*)* - Orçamentos Nova Gráfica e Coingra;

c) *Caraterização da procura turística dos Açores: uma abordagem do ponto de vista estatístico*, Isabel Cristina Correia Monjardino (dissertação de mestrado);
d) *Da Militia*, Manuel Faria - Orçamento ACD Print;
e) *Retábulos dos Açores,* Francisco Lameira, Universidade do Algarve

2. Edições em preparação
a) 5.º volume das *Obras do Dr. Luís da Silva Ribeiro*, Carlos Enes
b) *Topografia da Ilha Terceira*, P. Jerónimo Emiliano de Andrade e M. Alves da Silva
c) *Anais do Município da Calheta de S. Jorge*, Coordenação de João Almada
d) *Atas do Colóquio D.* Afonso VI

Plano de Atividades 2020

Eixo 1. Melhorar o funcionamento interno e a sustentabilidade financeira

- Apresentação de cumprimentos a colaboradores e parceiros de longa data
- Apresentação de cumprimentos e prospeção de eventuais parceiros locais
- Apresentação de cumprimentos e prospeção de eventuais parceiros regionais e nacionais
- Angariação de doações, por parte dos sócios e amigos do IHIT, de 0,5% do IRS e/ou de 15% do IVA através do preenchimento do quadro 11 do modelo 3 (NIPC 512017751)
- Informatização do ficheiro de sócios
- Actualização de layout e conteúdos da página virtual
- Realização de inquérito aos sócios
- Constituição do Conselho Editorial do Boletim
- Redação de Normas de Publicação
- Distribuição de cartões de identificação de sócio do IHIT

Eixo 2. Aproximar o IHIT a parceiros locais/regionais

Actividades

- Realização de atividades decorrentes das parcerias estabelecidas com diversas entidades

Eixo 3. Promover a produção de conhecimento

Actividades

- Constituição de grupos de trabalho dedicados a estudos e projetos em âmbitos temáticos específicos
- Apresentação de propostas de realização de contratos programa à Direção Regional da Cultura
- Conclusão do Projeto Collectio

Eixo 4. Potenciar a difusão do conhecimento produzido

Actividades

- Publicação do Boletim do IHIT 2020
- Publicação de monografia In memoria de BL
- Publicação de atas dos colóquios realizados
- Publicação das edições aprovadas pela Mesa anterior

Eixo 5. Afirmar o IHIT como espaço de debate de ideias, projetos e opiniões

Actividades

- Ciclo de palestras "Lugar(es) aos (com) novos"
- Ciclo de palestras A memória dá trabalho dirigidas ao público jovem
- Colóquio " A chegada das Luzes" comemorativo dos 210 anos da chegada dos Deportados d'A Amazona à Terceira e dos 200 anos da Revolução Liberal
- Colóquio Manuel Coelho Batista de Lima "Que representações museológicas para o século XXI?"

O Presidente
José Olívio Mendes Rocha

A Secretária
Maria Manuel Velasquez Ribeiro

A Tesoureira
Paula Maria Soares Romão

DEMONSTRAÇÕES FINANÇEIRAS

2018

Angra do Heroísmo
31 de dezembro de 2019

Eduardo Godinho Rocha -Sociedade de Contabilidade, Unipessoal Lda.
Rua de Santo Espírito 55, Sé, 9700-178 Angra do Heroísmo, Capital Social: EUR 5.000,00
NIPC 509282571, Tel/Fax. 295215289, egr.contabilidade@gmail.com

- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Anexo
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Balancetes

Balanço (SNC ESNL)

564 Instituto Historico da Ilha Terceira

512017751

RUBRICAS	NOTAS	DATAS 2019	DATAS 2018
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activo corrente			
Inventários		35.639,53	30.196,76
Clientes	2	15,75	15,75
Outras contas a receber		4.374,69	9.572,40
Caixa e depósitos bancários	2	32.722,56	26.894,87
Total do activo ...		**72.752,53**	**66.679,78**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Capital próprio			
Fundos	13	1.849,77	1.849,77
Resultados transitados		60.927,04	28.371,96
Outras variações nos fundos patrimoniais		(6.741,54)	285,32
Resultado líquido do período	13	16.604,64	32.555,08
Total do fundo de capital...		**72.639,91**	**63.062,13**
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	2	112,62	3.617,65
Total do passivo...		**112,62**	**3.617,65**
Total dos fundos patrimoniais e do passivo ...		**72.752,53**	**66.679,78**

O Contabilista Certificado
nº 90369

O Representante Legal

Demonstração Resultados (SNC ESNL)

564 Instituto Historico da Ilha Terceira

512017751

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	8	5.940,65	7.830,90
Subsídios,doações e legados à exploração	10	31.483,17	57.909,59
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		13.039,30	21.356,71
Fornecimentos e serviços externos	2	7.755,38	11.828,70
Outros gastos e perdas	2	24,50	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**16.604,64**	**32.555,08**
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**16.604,64**	**32.555,08**
Resultado antes de impostos		**16.604,64**	**32.555,08**
Resultado líquido do período		**16.604,64**	**32.555,08**

O Contabilista Certificado
nº 90369

O Representante Legal

Instituto Histórico da Ilha Terceira

Anexo às demonstrações financeiras do período económico 2019

O Instituto Histórico da Ilha Terceira fundou-se em Angra do Heroísmo como uma associação. O Instituto tem a sua sede em uma dependência do antigo convento de São Francisco, em Angra do Heroísmo. Publica um Boletim anual, onde se incluem fundamentalmente estudos de História e Etnografia e publicam-se documentos julgados de interesse relativamente a estas áreas. Tem exercido alguma atividade editorial promovendo outras publicações para além de algumas separatas mais importantes e com tiragem especial.

1- Referencial Contabilístico

- Enquadramento

As presentes Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística para as entidades do setor não lucrativo, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 36-A/2011 (Regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo);
- Aviso n.º 6726-B/2011, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual);
- Portaria 105/2011 (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Portaria 106/2011 (Código de Contas).

2-Principais Políticas Contabilísticas

- Bases de Mensuração

- ✓ **Investimentos Financeiros:** Encontram-se contabilizados inicialmente pelo método do custo de aquisição e posteriormente deduzidos de perdas por imparidade Acumuladas;
- ✓ **Ativos Tangíveis:** Adquiridos até 31 de Dezembro de 2009 encontram-se registados pelo custo de aquisição ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até aquela data deduzido de depreciações acumuladas. Os adquiridos após 01 de Janeiro de 2010 encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos de depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, tudo no âmbito do Dec. Regulamentar 25/2009, de 14/Setembro. Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição/construção. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

- ✓ **Ativos Intangíveis:** Encontram-se registados ao modelo do custo, deduzidos das depreciações acumuladas;
- ✓ ***Participações financeiras***: A associação também não tem participações financeiras.
- ✓ **Locações:** Encontram-se registadas pelo valor da locação financeira;
- ✓ **Inventários**: As mercadorias, as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo de aquisição e/ou pelo valor realizável, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado.
- ✓ **Custo Empréstimos obtidos:** Foram reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício anterior em que incorridos, de acordo com o pressuposto do acréscimo. Os empréstimos e as contas a pagar não correntes, utilizando uma das opções da NCRF 27, foram liquidados e registados no passivo pelo seu custo;
- ✓ **Dívidas de Terceiros:** Estão registadas de acordo com eventos ocorridos no decorrer da atividade operacional, tendo sido deduzidas possíveis perdas por imparidade acumuladas por forma a apurar o seu valor líquido. As vendas são realizadas em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de ***clientes*** não incluem juros debitados ao cliente. Quando o crédito apresenta um prazo superior ao das condições normais de crédito, as contas de clientes são mensuradas ao custo.

  No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.
- ✓ **Dívidas a Terceiros:** estão registadas pelo modelo do custo. As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros foram registadas pelo seu valor nominal. Felizmente a associação

conseguiu honrar todos os seus compromissos dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

- ✓ **Caixa e Depósitos Bancários:** os montantes incluídos nestas rúbricas são mobilizáveis sem risco significativo de valor;
- ✓ **Rédito:** decorrente da atividade da associação é registado pelo seu justo valor entre as partes contratantes. Nas vendas e prestações de serviços o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui impostos liquidados nas faturas;
- ✓ **Provisões:** Estão mensuradas através dos gastos no período decorrentes das responsabilidades claramente definidas e que à data do balanço são de ocorrência provável ou certa, mas incertas quanto ao seu valor ou data de ocorrência.

  A estimativa com remunerações a pagar só seria reconhecida quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado e seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.
- ✓ **Subsídios do Governo:** Mensurados pelo valor recebido, após o cumprimento de determinadas condições exigidas para a sua concessão. Os não reembolsáveis relacionados com Ativos Tangíveis e Intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios sendo posteriormente reconhecidos na Demonstração dos Resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. Os reembolsáveis são contabilizados como Passivos, na rúbrica "Financiamentos Obtidos". Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do período na rúbrica "Subsídios à Exploração";
- ✓ **Impostos sobre o rendimento:** mensurados como gastos do período e estão refletidos nas Demonstrações Financeiras do período. O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" representa o imposto corrente. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor.

3 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

- Alterações de Políticas Contabilísticas

Não aplicável.

- Erros

Não aplicável.

- Julgamentos e estimativas

Não aplicável.

4- Ativos Fixos Tangíveis

Não aplicável.

5- Ativos Intangíveis

Não aplicável.

6 – Locações

Não aplicável.

7 – Inventários

Não aplicável.

8- Rédito

O rédito proveniente da venda de bens deve é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

a) A entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
b) A entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
c) A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
d) Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
c) Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

	N	N-1
Quotas	**1.916,50€**	**1.916,50€**
Vendas	**4.320,40€**	**4.004,20€**
Serviços Prestados	**240,25€**	**1.910,20€**

9- Provisões

Não aplicável.

10- Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo, incluindo subsídios não monetários, são reconhecidos após existir segurança de que:

a) A entidade cumprirá as condições a eles associadas;
b) Os subsídios serão recebidos.

A maneira pela qual um subsídio é recebido não afecta o método contabilístico a ser adoptado com respeito ao subsídio. Por conseguinte, um subsídio é contabilizado da mesma maneira, quer ele seja recebido em dinheiro quer como redução de um passivo para com o Governo.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balancear os gastos relacionados com estes mesmos activos. São considerados subsídios não

reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio a favor da entidade, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Um subsídio do Governo pode tornar -se recebível por uma entidade como compensação por gastos ou perdas incorridos num período anterior. Um tal subsídio é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível, com a divulgação necessária para assegurar que o seu efeito seja claramente compreendido.

	N	N-1
Apoios e Verbas	31.483,17€	57.909,59€
Total	**31.483,17€**	**57.909,59€**

11- Impostos Sobre o Rendimento

Não aplicável.

12- Ativos e Passivos Financeiros

Não aplicável.

13- Divulgações Exigidas por Outros Diplomas Legais

Não aplicável.

Angra do Heroísmo, 31 de Março de 2020

Contabilista Certificado

_____

Direção e Conselho Fiscal

_____

_____

_____

Demonstração de Fluxos de Caixa

564 Instituto Historico da Ilha Terceira

512017751

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2019	2018
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		**40.151,66**	**64.717,86**
Pagamentos a fornecedores		**34.823,87**	**51.440,87**
Pagamentos ao pessoal			
Caixa gerada pelas operações		**5.327,79**	**13.276,99**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		**499,90**	
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		**5.827,69**	**13.276,99**
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)			
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		**5.827,69**	**13.276,99**
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		**26.894,87**	**13.617,88**
Caixa e seus equivalentes no fim do período		**32.722,56**	**26.894,87**

O Contabilista Certificado
nº 90369

O Representante Legal

Demonstração de Fluxos de Caixa

564 Instituto Historico da Ilha Terceira

512017751

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2019	2018

Balancete Razão

Regularização a Regularização **564 Instituto Historico da Ilha Terceira**

Contas : 11 a 89 512017751 Exercicio de **2019**

		Período		Acumulado			
Conta	Nome	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Saldo Devedor	Saldo Credor
12	DEPÓSITOS À ORDEM	0,00	0,00	68.184,87	35.462,31	32.722,56	0,00
21	CLIENTES E UTENTES	0,00	0,00	15,75	0,00	15,75	0,00
22	FORNECEDORES	0,00	0,00	44.659,03	44.273,69	497,96	112,62
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	0,00	0,00	4.891,69	1.014,96	3.876,73	0,00
32	MERCADORIAS (INVENTÁRIOS)	35.639,53	48.678,83	84.318,36	48.678,83	35.639,53	0,00
33	MAT.PRIMAS, SUBSID. CONSUMO (INVENTAF	48.678,83	48.678,83	48.678,83	48.678,83	0,00	0,00
51	FUNDOS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	1.849,77	0,00	1.849,77
56	RESULTADOS TRANSITADOS	0,00	0,00	0,00	60.927,04	0,00	60.927,04
59	OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMC	0,00	0,00	12.913,72	6.172,18	6.741,54	0,00
61	CUSTO MERC.VENDIDAS/MAT.CONSUMIDAS	48.678,83	35.639,53	48.678,83	35.639,53	48.678,83	35.639,53
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	0,00	0,00	7.755,38	0,00	7.755,38	0,00
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	0,00	0,00	24,50	0,00	24,50	0,00
71	VENDAS	0,00	0,00	0,00	4.320,40	0,00	4.320,40
72	PRESTAÇOES DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	1.620,25	0,00	1.620,25
75	SUBSÍDIOS DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLOR	0,00	0,00	0,00	31.483,17	0,00	31.483,17
81	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	0,00	0,00	32.555,08	32.555,08	0,00	0,00
	Totais Balancete	132.997,19	132.997,19	352.676,04	352.676,04	135.952,78	135.952,78

Balancete Razão

Apuramento a Apuramento **564 Instituto Historico da Ilha Terceira**

Contas : 11 a 89 512017751 Exercicio de **2019**

		Período		Acumulado			
Conta	Nome	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Saldo Devedor	Saldo Credor
12	DEPÓSITOS À ORDEM	0,00	0,00	68.184,87	35.462,31	32.722,56	0,00
21	CLIENTES E UTENTES	0,00	0,00	15,75	0,00	15,75	0,00
22	FORNECEDORES	0,00	0,00	44.659,03	44.273,69	497,96	112,62
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	0,00	0,00	4.891,69	1.014,96	3.876,73	0,00
32	MERCADORIAS (INVENTÁRIOS)	0,00	0,00	84.318,36	48.678,83	35.639,53	0,00
33	MAT.PRIMAS, SUBSID. CONSUMO (INVENTAF	0,00	0,00	48.678,83	48.678,83	0,00	0,00
51	FUNDOS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	1.849,77	0,00	1.849,77
56	RESULTADOS TRANSITADOS	0,00	0,00	0,00	60.927,04	0,00	60.927,04
59	OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMC	0,00	0,00	12.913,72	6.172,18	6.741,54	0,00
61	CUSTO MERC.VENDIDAS/MAT.CONSUMIDAS	35.639,53	48.678,83	84.318,36	84.318,36	0,00	0,00
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	0,00	7.755,38	7.755,38	7.755,38	0,00	0,00
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	0,00	24,50	24,50	24,50	0,00	0,00
71	VENDAS	4.320,40	0,00	4.320,40	4.320,40	0,00	0,00
72	PRESTAÇOES DE SERVIÇOS	1.620,25	0,00	1.620,25	1.620,25	0,00	0,00
75	SUBSÍDIOS DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLOR	31.483,17	0,00	31.483,17	31.483,17	0,00	0,00
81	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	37.423,82	54.028,46	69.978,90	86.583,54	0,00	16.604,64
	Totais Balancete	110.487,17	110.487,17	463.163,21	463.163,21	79.494,07	79.494,07

Balancete Analítico

Regularização a Regularização **564 Instituto Historico da Ilha Terceira**

Contas : 11 a 89 512017751 Exercicio de **2019**

Conta	Nome	Período Débito	Período Crédito	Acumulado Débito	Acumulado Crédito	Saldo Devedor	Saldo Credor
Meios financeiros líquidos							
12	DEPÓSITOS À ÓRDEM	0,00	0,00	68.184,87	35.462,31	32.722,56	0,00
121	CGD - Caixa Geral de Depósitos	0,00	0,00	1.422,28	0,00	1.422,28	0,00
122	CEM-Caixa Económica da Misericórdia	0,00	0,00	66.762,59	35.462,31	31.300,28	0,00
	Total da Classe	0,00	0,00	68.184,87	35.462,31	32.722,56	0,00
Contas a receber e a pagar							
21	CLIENTES E UTENTES	0,00	0,00	15,75	0,00	15,75	0,00
211	CLIENTES E UTENTES C/C	0,00	0,00	15,75	0,00	15,75	0,00
2111	CLIENTES GERAIS	0,00	0,00	15,75	0,00	15,75	0,00
211188	FRA Culturais-Fundo Ação Cultural	0,00	0,00	15,75	0,00	15,75	0,00
22	FORNECEDORES	0,00	0,00	44.659,03	44.273,69	497,96	112,62
221	FORNECEDORES C/C	0,00	0,00	44.659,03	44.273,69	497,96	112,62
2211	FORNECEDORES GERAIS	0,00	0,00	44.659,03	44.273,69	497,96	112,62
22112	CTT- Correios de Portugal	0,00	0,00	487,46	0,00	487,46	0,00
22115	Escritório Digital - Representações, Lda	0,00	0,00	31,27	31,27	0,00	0,00
221113	EDA- Electricidade dos Açores, S.A.	0,00	0,00	1.050,91	1.050,91	0,00	0,00
221114	SMAH - Serviços Municipalizados de AH	0,00	0,00	135,67	125,17	10,50	0,00
221119	Repapraia, Lda.	0,00	0,00	125,53	125,53	0,00	0,00
221127	Diário Insular-Soc.Terceirense Publicida	0,00	0,00	7.144,80	7.144,80	0,00	0,00
221146	Bentrans - Carga e Transitários, S.A.	0,00	0,00	44,71	44,71	0,00	0,00
221156	Empresa de Viação Terceiranse, Lda.	0,00	0,00	312,00	312,00	0,00	0,00
2211111	Adriano G figueiredo & Cia, Lda	0,00	0,00	670,26	670,26	0,00	0,00
2211120	Tipografia Moderna	0,00	0,00	323,67	323,67	0,00	0,00
2211121	Vodafone	0,00	0,00	406,48	416,50	0,00	10,02
2211127	Turangra	0,00	0,00	3.572,40	3.572,40	0,00	0,00
2211130	Agencia Teles	0,00	0,00	1.992,81	1.992,81	0,00	0,00
2211134	Brigida Pamplona Meireles	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00
2211135	COINGRA - Companhia Gráfica dos Açores, Lda	0,00	0,00	8.927,40	8.927,40	0,00	0,00
2211143	Romeiro e Martins, Lda	0,00	0,00	1.458,50	1.458,50	0,00	0,00
2211144	Pastelaria Athanasio	0,00	0,00	52,20	52,20	0,00	0,00
2211149	Nova Gráfica, Lda	0,00	0,00	7.831,13	7.831,13	0,00	0,00
2211151	Tercargo Transitários, SA	0,00	0,00	572,48	572,48	0,00	0,00
2211152	NETSPIN, Unipessoal Lda	0,00	0,00	262,55	262,55	0,00	0,00
2211153	Jaime Filipe Meneses Oliveira	0,00	0,00	1.298,96	1.298,96	0,00	0,00
2211154	Top Atlantico	0,00	0,00	999,80	999,80	0,00	0,00
2211155	Araújo Design	0,00	0,00	177,00	177,00	0,00	0,00
2211156	Azorbus, Lda	0,00	0,00	0,00	102,60	0,00	102,60
2211157	Tucopi	0,00	0,00	111,15	111,15	0,00	0,00
2211158	JP Som Unipessoal Lda	0,00	0,00	218,00	218,00	0,00	0,00
2211159	Martins e Coimbra. Lda	0,00	0,00	12,00	12,00	0,00	0,00
2211160	Transportes Marítimos Graciosenses Lda	0,00	0,00	19,70	19,70	0,00	0,00
2211161	Angra 2000	0,00	0,00	124,19	124,19	0,00	0,00
2211162	Maria Isabel Lopes da Cunha Raposo Pereira	0,00	0,00	296,00	296,00	0,00	0,00
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	0,00	0,00	4.891,69	1.014,96	3.876,73	0,00
278	OUT. DEVEDORES E CREDORES	0,00	0,00	4.891,69	1.014,96	3.876,73	0,00
2784	DEVEDORES E CREDORES DIVERSOS	0,00	0,00	4.891,69	1.014,96	3.876,73	0,00
27848	João Paulo Tavares Gouveia	0,00	0,00	213,84	0,00	213,84	0,00
27849	Movimentos em Inventários	0,00	0,00	4.677,85	1.014,96	3.662,89	0,00
	Total da Classe	0,00	0,00	49.566,47	45.288,65	4.390,44	112,62
Inventários e ativos biológicos							
32	MERCADORIAS (INVENTÁRIOS)	35.639,53	48.678,83	84.318,36	48.678,83	35.639,53	0,00
322	Mercadorias - IA	0,00	18.482,07	18.482,07	18.482,07	0,00	0,00
323	Mercadorias - NA	35.639,53	30.196,76	65.836,29	30.196,76	35.639,53	0,00
33	MAT.PRIMAS, SUBSID. CONSUMO (INVENTARI)	48.678,83	48.678,83	48.678,83	48.678,83	0,00	0,00
331	MATÉRIAS-PRIMAS (INVENTARIOS)	48.678,83	48.678,83	48.678,83	48.678,83	0,00	0,00
3313	Mat Primas - NA	48.678,83	48.678,83	48.678,83	48.678,83	0,00	0,00
	Total da Classe	84.318,36	97.357,66	132.997,19	97.357,66	35.639,53	0,00
Fundos patrimoniais							
51	FUNDOS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	1.849,77	0,00	1.849,77
511	FUNDOS	0,00	0,00	0,00	1.849,77	0,00	1.849,77

Balancete Analítico

Regularização a Regularização **564 Instituto Historico da Ilha Terceira**

Contas : 11 a 89 512017751 Exercicio de **2019**

Conta	Nome	Período Débito	Período Crédito	Acumulado Débito	Acumulado Crédito	Saldo Devedor	Saldo Credor
5111	Fundos Associação	0,00	0,00	0,00	1.849,77	0,00	1.849,77
56	RESULTADOS TRANSITADOS	0,00	0,00	0,00	60.927,04	0,00	60.927,04
561	Resultados Transit. Exerc. Anteriores	0,00	0,00	0,00	60.927,04	0,00	60.927,04
59	OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONI	0,00	0,00	12.913,72	6.172,18	6.741,54	0,00
594	DOAÇÕES	0,00	0,00	12.913,72	6.172,18	6.741,54	0,00
5941	Outras Variaçoes de Fundos	0,00	0,00	12.913,72	6.172,18	6.741,54	0,00
	Total da Classe	0,00	0,00	12.913,72	68.948,99	6.741,54	62.776,81
Gastos							
61	CUSTO MERC.VENDIDAS/MAT.CONSUMIDAS	48.678,83	35.639,53	48.678,83	35.639,53	48.678,83	35.639,53
611	Custo Mercadorias Vendidas	0,00	35.639,53	0,00	35.639,53	0,00	35.639,53
612	Custo Materias Primas Consumidas	48.678,83	0,00	48.678,83	0,00	48.678,83	0,00
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	0,00	0,00	7.755,38	0,00	7.755,38	0,00
622	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	0,00	0,00	2.424,81	0,00	2.424,81	0,00
6221	TRABALHOS ESPECIALIZADOS	0,00	0,00	230,10	0,00	230,10	0,00
62210	Trabalhos Especializados - 00	0,00	0,00	230,10	0,00	230,10	0,00
6222	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	0,00	0,00	458,55	0,00	458,55	0,00
62220	Publicidade Propaganda - 00	0,00	0,00	458,55	0,00	458,55	0,00
6224	HONORARIOS	0,00	0,00	1.496,16	0,00	1.496,16	0,00
62240	Honorários - 00	0,00	0,00	1.496,16	0,00	1.496,16	0,00
6228	OUT.SERV.ESPECIALIZADOS	0,00	0,00	240,00	0,00	240,00	0,00
62280	Out.Serv.especializados - 00	0,00	0,00	240,00	0,00	240,00	0,00
623	MATERIAIS	0,00	0,00	31,27	0,00	31,27	0,00
6233	MATERIAL DE ESCRITORIO	0,00	0,00	31,27	0,00	31,27	0,00
62330	Material de Escritorio - 00	0,00	0,00	31,27	0,00	31,27	0,00
624	ENERGIA E FLUIDOS	0,00	0,00	187,66	0,00	187,66	0,00
6241	ELECTRICIDADE	0,00	0,00	72,99	0,00	72,99	0,00
62410	Elecricidade - 00	0,00	0,00	72,99	0,00	72,99	0,00
6243	AGUA	0,00	0,00	114,67	0,00	114,67	0,00
62430	Água - 00	0,00	0,00	114,67	0,00	114,67	0,00
625	DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES	0,00	0,00	2.970,54	0,00	2.970,54	0,00
6252	TRANSPORTES DE PESSOAL	0,00	0,00	2.576,90	0,00	2.576,90	0,00
62520	Transporte Pessoal-00	0,00	0,00	2.576,90	0,00	2.576,90	0,00
6253	TRANSPORTES DE MERCADORIAS	0,00	0,00	393,64	0,00	393,64	0,00
62530	Transportes de Mercadorias - 00	0,00	0,00	393,64	0,00	393,64	0,00
626	SERVIÇOS DIVERSOS	0,00	0,00	2.141,10	0,00	2.141,10	0,00
6261	RENDAS E ALUGUERES	0,00	0,00	218,00	0,00	218,00	0,00
62610	Rendas e Alugueres - 00	0,00	0,00	218,00	0,00	218,00	0,00
6262	COMUNICAÇAO	0,00	0,00	339,07	0,00	339,07	0,00
62620	Comunicacao - 00	0,00	0,00	339,07	0,00	339,07	0,00
6266	DESPESAS DE REPRESENTAÇAO	0,00	0,00	1.458,50	0,00	1.458,50	0,00
62669	Despesas Representaçao - N/d	0,00	0,00	1.458,50	0,00	1.458,50	0,00
6267	LIMPEZA HIGIENE E CONFORTO	0,00	0,00	125,53	0,00	125,53	0,00
62670	Limpeza Higiene Conforto - 00	0,00	0,00	125,53	0,00	125,53	0,00
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	0,00	0,00	24,50	0,00	24,50	0,00
681	IMPOSTOS	0,00	0,00	24,50	0,00	24,50	0,00
6812	IMPOSTOS INDIRECTOS	0,00	0,00	24,50	0,00	24,50	0,00
68123	IMPOSTO SELO	0,00	0,00	24,50	0,00	24,50	0,00
681233	Imposto Selo - Operações Bancárias	0,00	0,00	24,50	0,00	24,50	0,00
	Total da Classe	48.678,83	35.639,53	56.458,71	35.639,53	56.458,71	35.639,53
Rendimentos							
71	VENDAS	0,00	0,00	0,00	4.320,40	0,00	4.320,40
711	MERCADORIAS	0,00	0,00	0,00	4.320,40	0,00	4.320,40
7110	Venda Mercadorias - 00	0,00	0,00	0,00	4.320,40	0,00	4.320,40
72	PRESTAÇOES DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	1.620,25	0,00	1.620,25
721	SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	240,25	0,00	240,25
7210	Serviços Prestados-Formação	0,00	0,00	0,00	240,25	0,00	240,25
723	QUOTAS DOS UTILIZADORES	0,00	0,00	0,00	1.380,00	0,00	1.380,00
7230	Quotas-00	0,00	0,00	0,00	1.380,00	0,00	1.380,00
75	SUBSÍDIOS DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇ	0,00	0,00	0,00	31.483,17	0,00	31.483,17
751	SUBS. ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS	0,00	0,00	0,00	31.483,17	0,00	31.483,17

Balancete Analítico

Regularização a Regularização **564 Instituto Historico da Ilha Terceira**

Contas : 11 a 89 512017751 Exercicio de **2019**

Conta	Nome	Período Débito	Período Crédito	Acumulado Débito	Acumulado Crédito	Saldo Devedor	Saldo Credor
7513	Câmara Municipal Angra do Heroísmo	0,00	0,00	0,00	27.657,87	0,00	27.657,87
7514	Outras entidades	0,00	0,00	0,00	1.845,00	0,00	1.845,00
7517	Fundo Regional Acção Cultural	0,00	0,00	0,00	1.980,30	0,00	1.980,30
	Total da Classe	0,00	0,00	0,00	37.423,82	0,00	37.423,82
Resultados							
81	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	0,00	0,00	32.555,08	32.555,08	0,00	0,00
818	Resultado Líquido	0,00	0,00	32.555,08	32.555,08	0,00	0,00
	Total da Classe	0,00	0,00	32.555,08	32.555,08	0,00	0,00
	Totais Balancete	132.997,19	132.997,19	352.676,04	352.676,04	135.952,78	135.952,78

Balancete Analítico

Apuramento a Apuramento **564 Instituto Historico da Ilha Terceira**

Contas : 11 a 89 512017751 Exercicio de **2019**

Conta	Nome	Período Débito	Período Crédito	Acumulado Débito	Acumulado Crédito	Saldo Devedor	Saldo Credor
Meios financeiros líquidos							
12	DEPÓSITOS À ÓRDEM	0,00	0,00	68.184,87	35.462,31	32.722,56	0,00
121	CGD - Caixa Geral de Depósitos	0,00	0,00	1.422,28	0,00	1.422,28	0,00
122	CEM-Caixa Económica da Misericórdia	0,00	0,00	66.762,59	35.462,31	31.300,28	0,00
	Total da Classe	0,00	0,00	68.184,87	35.462,31	32.722,56	0,00
Contas a receber e a pagar							
21	CLIENTES E UTENTES	0,00	0,00	15,75	0,00	15,75	0,00
211	CLIENTES E UTENTES C/C	0,00	0,00	15,75	0,00	15,75	0,00
2111	CLIENTES GERAIS	0,00	0,00	15,75	0,00	15,75	0,00
211188	FRA Culturais-Fundo Ação Cultural	0,00	0,00	15,75	0,00	15,75	0,00
22	FORNECEDORES	0,00	0,00	44.659,03	44.273,69	497,96	112,62
221	FORNECEDORES C/C	0,00	0,00	44.659,03	44.273,69	497,96	112,62
2211	FORNECEDORES GERAIS	0,00	0,00	44.659,03	44.273,69	497,96	112,62
22112	CTT- Correios de Portugal	0,00	0,00	487,46	0,00	487,46	0,00
22115	Escritório Digital - Representações, Lda	0,00	0,00	31,27	31,27	0,00	0,00
221113	EDA- Electricidade dos Açores, S.A.	0,00	0,00	1.050,91	1.050,91	0,00	0,00
221114	SMAH - Serviços Municipalizados de AH	0,00	0,00	135,67	125,17	10,50	0,00
221119	Repapraia, Lda.	0,00	0,00	125,53	125,53	0,00	0,00
221127	Diário Insular-Soc.Terceirense Publicida	0,00	0,00	7.144,80	7.144,80	0,00	0,00
221146	Bentrans - Carga e Transitários, S.A.	0,00	0,00	44,71	44,71	0,00	0,00
221156	Empresa de Viação Terceiranse, Lda.	0,00	0,00	312,00	312,00	0,00	0,00
2211111	Adriano G figueiredo & Cia, Lda	0,00	0,00	670,26	670,26	0,00	0,00
2211120	Tipografia Moderna	0,00	0,00	323,67	323,67	0,00	0,00
2211121	Vodafone	0,00	0,00	406,48	416,50	0,00	10,02
2211127	Turangra	0,00	0,00	3.572,40	3.572,40	0,00	0,00
2211130	Agencia Teles	0,00	0,00	1.992,81	1.992,81	0,00	0,00
2211134	Brigida Pamplona Meireles	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00
2211135	COINGRA - Companhia Gráfica dos Açores, Lda	0,00	0,00	8.927,40	8.927,40	0,00	0,00
2211143	Romeiro e Martins, Lda	0,00	0,00	1.458,50	1.458,50	0,00	0,00
2211144	Pastelaria Athanasio	0,00	0,00	52,20	52,20	0,00	0,00
2211149	Nova Gráfica, Lda	0,00	0,00	7.831,13	7.831,13	0,00	0,00
2211151	Tercargo Transitários, SA	0,00	0,00	572,48	572,48	0,00	0,00
2211152	NETSPIN, Unipessoal Lda	0,00	0,00	262,55	262,55	0,00	0,00
2211153	Jaime Filipe Meneses Oliveira	0,00	0,00	1.298,96	1.298,96	0,00	0,00
2211154	Top Atlantico	0,00	0,00	999,80	999,80	0,00	0,00
2211155	Araújo Design	0,00	0,00	177,00	177,00	0,00	0,00
2211156	Azorbus, Lda	0,00	0,00	0,00	102,60	0,00	102,60
2211157	Tucopi	0,00	0,00	111,15	111,15	0,00	0,00
2211158	JP Som Unipessoal Lda	0,00	0,00	218,00	218,00	0,00	0,00
2211159	Martins e Coimbra. Lda	0,00	0,00	12,00	12,00	0,00	0,00
2211160	Transportes Marítimos Graciosenses Lda	0,00	0,00	19,70	19,70	0,00	0,00
2211161	Angra 2000	0,00	0,00	124,19	124,19	0,00	0,00
2211162	Maria Isabel Lopes da Cunha Raposo Pereira	0,00	0,00	296,00	296,00	0,00	0,00
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	0,00	0,00	4.891,69	1.014,96	3.876,73	0,00
278	OUT. DEVEDORES E CREDORES	0,00	0,00	4.891,69	1.014,96	3.876,73	0,00
2784	DEVEDORES E CREDORES DIVERSOS	0,00	0,00	4.891,69	1.014,96	3.876,73	0,00
27848	João Paulo Tavares Gouveia	0,00	0,00	213,84	0,00	213,84	0,00
27849	Movimentos em Inventários	0,00	0,00	4.677,85	1.014,96	3.662,89	0,00
	Total da Classe	0,00	0,00	49.566,47	45.288,65	4.390,44	112,62
Inventários e ativos biológicos							
32	MERCADORIAS (INVENTÁRIOS)	0,00	0,00	84.318,36	48.678,83	35.639,53	0,00
322	Mercadorias - IA	0,00	0,00	18.482,07	18.482,07	0,00	0,00
323	Mercadorias - NA	0,00	0,00	65.836,29	30.196,76	35.639,53	0,00
33	MAT.PRIMAS, SUBSID. CONSUMO (INVENTARI)	0,00	0,00	48.678,83	48.678,83	0,00	0,00
331	MATÉRIAS-PRIMAS (INVENTARIOS)	0,00	0,00	48.678,83	48.678,83	0,00	0,00
3313	Mat Primas - NA	0,00	0,00	48.678,83	48.678,83	0,00	0,00
	Total da Classe	0,00	0,00	132.997,19	97.357,66	35.639,53	0,00
Fundos patrimoniais							
51	FUNDOS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	1.849,77	0,00	1.849,77
511	FUNDOS	0,00	0,00	0,00	1.849,77	0,00	1.849,77

Balancete Analítico

Apuramento a Apuramento **564 Instituto Historico da Ilha Terceira**

Contas : 11 a 89 512017751 Exercicio de **2019**

Conta	Nome	Período Débito	Período Crédito	Acumulado Débito	Acumulado Crédito	Saldo Devedor	Saldo Credor
5111	Fundos Associação	0,00	0,00	0,00	1.849,77	0,00	1.849,77
56	RESULTADOS TRANSITADOS	0,00	0,00	0,00	60.927,04	0,00	60.927,04
561	Resultados Transit. Exerc. Anteriores	0,00	0,00	0,00	60.927,04	0,00	60.927,04
59	OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONI	0,00	0,00	12.913,72	6.172,18	6.741,54	0,00
594	DOAÇÕES	0,00	0,00	12.913,72	6.172,18	6.741,54	0,00
5941	Outras Variaçoes de Fundos	0,00	0,00	12.913,72	6.172,18	6.741,54	0,00
	Total da Classe	0,00	0,00	12.913,72	68.948,99	6.741,54	62.776,81
Gastos							
61	CUSTO MERC.VENDIDAS/MAT.CONSUMIDAS	35.639,53	48.678,83	84.318,36	84.318,36	0,00	0,00
611	Custo Mercadorias Vendidas	35.639,53	0,00	35.639,53	35.639,53	0,00	0,00
612	Custo Materias Primas Consumidas	0,00	48.678,83	48.678,83	48.678,83	0,00	0,00
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	0,00	7.755,38	7.755,38	7.755,38	0,00	0,00
622	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	0,00	2.424,81	2.424,81	2.424,81	0,00	0,00
6221	TRABALHOS ESPECIALIZADOS	0,00	230,10	230,10	230,10	0,00	0,00
62210	Trabalhos Especializados - 00	0,00	230,10	230,10	230,10	0,00	0,00
6222	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	0,00	458,55	458,55	458,55	0,00	0,00
62220	Publicidade Propaganda - 00	0,00	458,55	458,55	458,55	0,00	0,00
6224	HONORARIOS	0,00	1.496,16	1.496,16	1.496,16	0,00	0,00
62240	Honorários - 00	0,00	1.496,16	1.496,16	1.496,16	0,00	0,00
6228	OUT.SERV.ESPECIALIZADOS	0,00	240,00	240,00	240,00	0,00	0,00
62280	Out.Serv.especializados - 00	0,00	240,00	240,00	240,00	0,00	0,00
623	MATERIAIS	0,00	31,27	31,27	31,27	0,00	0,00
6233	MATERIAL DE ESCRITORIO	0,00	31,27	31,27	31,27	0,00	0,00
62330	Material de Escritorio - 00	0,00	31,27	31,27	31,27	0,00	0,00
624	ENERGIA E FLUIDOS	0,00	187,66	187,66	187,66	0,00	0,00
6241	ELECTRICIDADE	0,00	72,99	72,99	72,99	0,00	0,00
62410	Elecricidade - 00	0,00	72,99	72,99	72,99	0,00	0,00
6243	AGUA	0,00	114,67	114,67	114,67	0,00	0,00
62430	Água - 00	0,00	114,67	114,67	114,67	0,00	0,00
625	DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES	0,00	2.970,54	2.970,54	2.970,54	0,00	0,00
6252	TRANSPORTES DE PESSOAL	0,00	2.576,90	2.576,90	2.576,90	0,00	0,00
62520	Transporte Pessoal-00	0,00	2.576,90	2.576,90	2.576,90	0,00	0,00
6253	TRANSPORTES DE MERCADORIAS	0,00	393,64	393,64	393,64	0,00	0,00
62530	Transportes de Mercadorias - 00	0,00	393,64	393,64	393,64	0,00	0,00
626	SERVIÇOS DIVERSOS	0,00	2.141,10	2.141,10	2.141,10	0,00	0,00
6261	RENDAS E ALUGUERES	0,00	218,00	218,00	218,00	0,00	0,00
62610	Rendas e Alugueres - 00	0,00	218,00	218,00	218,00	0,00	0,00
6262	COMUNICAÇAO	0,00	339,07	339,07	339,07	0,00	0,00
62620	Comunicacao - 00	0,00	339,07	339,07	339,07	0,00	0,00
6266	DESPESAS DE REPRESENTAÇAO	0,00	1.458,50	1.458,50	1.458,50	0,00	0,00
62669	Despesas Representaçao - N/d	0,00	1.458,50	1.458,50	1.458,50	0,00	0,00
6267	LIMPEZA HIGIENE E CONFORTO	0,00	125,53	125,53	125,53	0,00	0,00
62670	Limpeza Higiene Conforto - 00	0,00	125,53	125,53	125,53	0,00	0,00
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	0,00	24,50	24,50	24,50	0,00	0,00
681	IMPOSTOS	0,00	24,50	24,50	24,50	0,00	0,00
6812	IMPOSTOS INDIRECTOS	0,00	24,50	24,50	24,50	0,00	0,00
68123	IMPOSTO SELO	0,00	24,50	24,50	24,50	0,00	0,00
681233	Imposto Selo - Operações Bancárias	0,00	24,50	24,50	24,50	0,00	0,00
	Total da Classe	35.639,53	56.458,71	92.098,24	92.098,24	0,00	0,00
Rendimentos							
71	VENDAS	4.320,40	0,00	4.320,40	4.320,40	0,00	0,00
711	MERCADORIAS	4.320,40	0,00	4.320,40	4.320,40	0,00	0,00
7110	Venda Mercadorias - 00	4.320,40	0,00	4.320,40	4.320,40	0,00	0,00
72	PRESTAÇOES DE SERVIÇOS	1.620,25	0,00	1.620,25	1.620,25	0,00	0,00
721	SERVIÇOS	240,25	0,00	240,25	240,25	0,00	0,00
7210	Serviços Prestados-Formação	240,25	0,00	240,25	240,25	0,00	0,00
723	QUOTAS DOS UTILIZADORES	1.380,00	0,00	1.380,00	1.380,00	0,00	0,00
7230	Quotas-00	1.380,00	0,00	1.380,00	1.380,00	0,00	0,00
75	SUBSÍDIOS DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇ	31.483,17	0,00	31.483,17	31.483,17	0,00	0,00
751	SUBS. ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS	31.483,17	0,00	31.483,17	31.483,17	0,00	0,00

Balancete Analítico

Apuramento a Apuramento **564 Instituto Historico da Ilha Terceira**

Contas : 11 a 89 512017751 Exercicio de **2019**

Conta	Nome	Período Débito	Período Crédito	Acumulado Débito	Acumulado Crédito	Saldo Devedor	Saldo Credor
7513	Câmara Municipal Angra do Heroísmo	27.657,87	0,00	27.657,87	27.657,87	0,00	0,00
7514	Outras entidades	1.845,00	0,00	1.845,00	1.845,00	0,00	0,00
7517	Fundo Regional Acção Cultural	1.980,30	0,00	1.980,30	1.980,30	0,00	0,00
	Total da Classe	37.423,82	0,00	37.423,82	37.423,82	0,00	0,00
Resultados							
81	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	37.423,82	54.028,46	69.978,90	86.583,54	0,00	16.604,64
811	Resultado Antes de Impostos	37.423,82	37.423,82	37.423,82	37.423,82	0,00	0,00
818	Resultado Líquido	0,00	16.604,64	32.555,08	49.159,72	0,00	16.604,64
	Total da Classe	37.423,82	54.028,46	69.978,90	86.583,54	0,00	16.604,64
	Totais Balancete	110.487,17	110.487,17	463.163,21	463.163,21	79.494,07	79.494,07

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019

O Instituto Histórico da Ilha Terceira, associação cultural sem fins lucrativos, apresentou as suas contas do exercício de 2019, elaboradas com o apoio do gabinete de contabilidade do Dr. Eduardo Rocha, Sociedade de Contabilidade Unipessoal, Ld.ª

Examinadas as contas e a documentação em que se basearam, o Conselho Fiscal entende que se encontram corretamente elaboradas, acusando uma melhoria financeira do Instituto, sendo o valor dos recebimentos de 40.151,56€, a que se deve adicionar o valor de 499,90€ e o valor de pagamentos de 32.722,56€ existente em 3 de dezembro de 2019.

Estes resultados são devidos aos apoios recebidos da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e da Direção Regional da Cultura, através da apresentação de candidaturas, de vendas de livros e cotas de sócios, bem como à dedicação e aos excelentes cuidados administrativos da Mesa.

Angra do Heroísmo, 6 de Julho de 2020

José Henrique dos Santos Correia Guedes

Leandro Adelino Andrade Cardoso Ávila

Francisco dos Reis Maduro-Dias

ATA DA 1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2020 DO INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

Aos seis dias do mês de janeiro (segunda-feira) de dois mil e vinte, pelas vinte horas, em segunda convocatória, por à hora marcada não se encontrar presente a maioria dos sócios, reuniu o Instituto Histórico da Ilha Terceira na sua sede, sita na Ladeira de São Francisco, nº 9, em Angra do Heroísmo, nos termos dos números 1 e 4 do artigo 11º dos Estatutos do Instituto Histórico da Ilha Terceira.

Compareceram à reunião os sócios efetivos Álamo Meneses, Hélder Fonseca, João Maria Mendes, José Avelino Santos, José Olívio Rocha, Leandro Ávila, Antonieta Costa, Maria Manuel Velásquez Ribeiro, Marta Bretão, Paula Romão, Ricardo Madruga da Costa, Tomás Dentinho e Vítor Brasil.

Justificaram a ausência os sócios Félix Rodrigues, Assunção Melo, Cláudia Cardoso, João Madruga, Francisco Cota Rodrigues, Jácome Bruges, José Guilherme Reis Leite, Marta Barcelos, Miguel Cunha e Miguel Monjardino.

Foi dado início à reunião com a leitura da ata da reunião anterior pelo Secretário da Mesa. Posta à discussão a ata foi aprovada por unanimidade.

Dando cumprimento ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, o Presidente apresentou o Relatório de Atividades que relata, de uma forma sistemática, todas as atividades desenvolvidas durante o ano de 2019. Após a sua apresentação houve diversos comentários e clarificações. O Relatório de Atividades foi posto à votação dos sócios tendo sido aprovado por unanimidade.

De seguida, foi dada posse à nova Mesa e aos restantes corpos diretivos do Instituto Histórico da Ilha Terceira que ficaram assim constituídos:

Mesa
Presidente - José Olívio Mendes da Rocha
Secretária - Maria Manuel Velasquez Ribeiro
Tesoureira - Paula Maria Soares Romão
Presidente substituto - Álvaro Pereira da Silva Leal Monjardino
Secretário substituto - Vítor Batista Medeiros Brasil
Tesoureiro substituto - Alfredo Emílio Silveira de Borba

Conselho Fiscal
Presidente - José Henrique dos Santos Correia Guedes
1º Vogal - Leandro Adelino Andrade Cardoso Ávila
2º Vogal - Francisco dos Reis Maduro-Dias
Vogal substituto - José Armando Martins Mendes.

Após a tomada de posse, o novo Presidente da Mesa apresentou os Planos Estratégico e de Atividades para, respetivamente, o biénio de 2020/2021 e para o ano de 2020 dando lugar a diversas explicações de pormenor pelas novas Secretária e Tesoureira. Depois de um período de esclarecimentos os planos, que figuram como anexos a esta ata, foram postos à votação e aprovados por unanimidade.

Outros assuntos abordados tiveram a ver com informações sobre as atividades ainda a realizar pelo Instituto no decurso dos próximos meses e até final do corrente ano.

De seguida, deu-se por encerrada a reunião por volta das 23 horas e da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, após lida e aprovada pelos presentes, vai ser assinada pela Mesa do Instituto.

O Presidente
João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes

O Secretário
José Olívio Mendes da Rocha

O Tesoureiro
Alfredo Emílio Silveira de Borba

ATA DA 2.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2020 DO INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

Aos sete dias do mês de julho (terça-feira) de dois mil e vinte, pelas vinte horas, em segunda convocatória, por à hora marcada não se encontrar presente a maioria dos sócios, reuniu o Instituto Histórico da Ilha Terceira, na sua sede, sita na Ladeira de São Francisco, nº 9, em Angra do Heroísmo, nos termos do números 1 e 4 do Artigo 11º dos Estatutos do Instituto Histórico da Ilha Terceira.

Compareceram à reunião os sócios efetivos Álvaro Monjardino, Félix Rodrigues, João Maria Mendes, José Olívio Rocha, Leandro Ávila, Helena Ormonde, Maria Manuel Velásquez Ribeiro, Paula Romão, José Avelino Santos, Vítor Brasil, José Correia Guedes e Ricardo Madruga da Costa.

Justificaram a ausência os sócios: Antonieta Costa, Miguel Cunha e Cláudia Cardoso.

Deu-se início à reunião com a leitura, pela Secretária da Mesa, da ata da reunião anterior que depois de posta à discussão, foi aprovada com três abstenções.

Antes da Ordem de Trabalhos, o sócio João Maria Mendes propôs que se votasse um louvor à sócia Marta Barcelos pela apresentação da sua tese de doutoramento em Filosofia na Universidade Nova de Lisboa, o que foi aprovado por unanimidade.

Em cumprimento ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, a Tesoureira da Mesa fez uma síntese da situação financeira do Instituto no final do ano transato, enquanto o presidente do Conselho Fiscal apontou algumas incongruências nos balanços apresentados pela empresa de contabilidade face ao que os sócios Ricardo Madruga da Costa e João Maria Mendes sugeriram a pertinência de se obterem os esclarecimentos adicionais necessários e que o Relatório do Conselho Fiscal reflita, inequivocamente, a real situação financeira do IHIT no final do ano transato. O Presidente do Concelho Fiscal comprometeu-se a contactar o contabilista responsável para esclarecer os pontos menos claros,

verificar documentos e apresentar um relatório circunstanciado na próxima reunião pelo que ficou suspensa a aprovação do Relatório do Conselho Fiscal.

Relativamente ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Mesa apresentou a situação das edições pendentes:

- As atas do colóquio sobre Afonso VI já foram distribuídas;
- A obra sobre o cónego Pereira está na tipografia, embora a conclusão do 2º volume esteja atrasada;
- A reedição da *Topografia*, do Padre Jerónimo Emiliano de Andrade está na fase de paginação;
- A obra *Da Milicia*, do sócio Manuel Faria está em distribuição;
- A edição da obra *Anais do Município da Calheta,* da autoria do Dr. João Almada e que conta com o acompanhamento do Dr. Pedro Pascoal, já está na tipografia;
- A obra sobre *Os Retábulos dos Açores* está em fase final de paginação muito embora os prazos tenham sido ultrapassados.

Relativamente ao ponto três da Ordem de Trabalhos, o Presidente apresentou o documento de *Normas de Publicação* que havia sido enviado a todos os sócios e sobre o qual os sócios João Maria Mendes e Félix Rodrigues apresentaram contributos de reflexão pelo que se considerou oportuno designá-lo *Sugestões de Normas de Publicação*.

De seguida, o Presidente apresentou a lista dos artigos até agora recebidos para publicação no *Boletim* de 2020.

Relativamente ao ponto quatro o Presidente apresentou, quer a proposta de contrato-programa que o IHIT enviou à DRaC relativa o inventário da casa do Prof. Machado Pires; quer a proposta de colaboração recebida da DRaC para o projeto em torno do historiador Francisco Ferreira Drumond, projeto este a ser apoiado no âmbito do Orçamento Participativo. A este propósito o sócio Félix Rodrigues propôs que o sócio Duarte Rosa desse o seu contributo nas áreas da musicologia, enquanto o sócio José Avelino sugeriu que o levantamento viesse a dar origem à sua publicação organizada.

O Presidente comunicou, ainda, a proposta da DRaC para que o site do IHIT fizesse parte do Portal da CulturAçores uma vez que aquele portal está em atualização. Alguns sócios notaram, no entanto, a má qualidade de algumas digitalizações bem como de alguma dificuldade de acesso.

A sócia Helena Ormonde questionou o andamento dos projetos do Plano de Atividades, ao mesmo tempo que sugeriu a partilha de informações sobre esses mesmos projetos na página virtual do Instituto, ou através do envio de newsletters.

O sócio Álvaro Monjardino apelou a que o IHIT fizesse sentir à CMAH que a representação da cidade que se projeta para o Centro de Interpretação deveria ser adequa-

damente ponderada disponibilizando-se o IHIT e os seus recursos para participar no processo.

Relativamente à exposição sobre Liberalismo o Presidente esclareceu que dada a situação pandémica pouco favorável à realização de eventos desta natureza a mesma seria transferida para data oportuna numa parceria com os colecionadores Jorge Almeida Nunes, o também sócio efetivo Francisco Maduro-Dias e a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo na cedência do espaço.

Vários sócios fizeram sugestões, nomeadamente a possibilidade de a exposição ser, também, virtual, a realização de uma banda desenhada para o público juvenil, e a realização de um colóquio que refletisse sobre as diferentes respostas locais à implantação do Liberalismo.

No âmbito do ponto cinco da OT apresentou-se o plano e os contributos para a publicação *In Memoriam* de Manuel Coelho Batista de Lima, além da situação relativamente à realização da exposição biobibliográfica, também adiada devido à situação atual.

Por último, procedeu-se à eleição de vinte (22) novos sócios correspondentes conforme previsto no n.º 1 do Artigo 3.º dos Estatutos e em conformidade com o preceituado no Regulamento Interno, nomeadamente, nos Artigos 9.º, 10.º e 12.º a 15.º tendo sido todos aprovados.

Nada mais havendo a discutir, deu-se por encerrada a reunião pelas 22,45 horas e da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, após lida e aprovada pelos presentes vai ser assinada pela Mesa do Instituto.

O Presidente
José Olívio Mendes da Rocha

A Secretária
Maria Manuel Velasquez Ribeiro

A Tesoureira
Paula Maria Soares Romão

ATA DA 3.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2020 DO INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

Aos trinta e um dias do mês de julho (sexta-feira) de dois mil e vinte, pelas vinte horas, em segunda convocatória, por à hora marcada não se encontrar presente a maioria dos sócios, reuniu o Instituto Histórico da Ilha Terceira, na sua sede, sita na Ladeira de São Francisco, nº 9, em Angra do Heroísmo, nos termos dos números 1 e 4 do Artigo 11º dos Estatutos do Instituto Histórico da Ilha Terceira.

Compareceram à reunião os sócios efetivos Álvaro Monjardino, Félix Rodrigues, João Maria Mendes, José Olívio Rocha, Leandro Ávila, Bento Barcelos, Maria Manuel Velásquez Ribeiro, Paula Romão, Alfredo Borba, José Correia Guedes, Antonieta Costa, José Álamo de Meneses e Jorge Forjaz.

Justificaram a ausência os sócios Helena Ormonde e Francisco Maduro Dias.

Deu-se início à reunião com a leitura, pela Secretária da Mesa, da ata da reunião anterior que, depois de posta à discussão, foi aprovada com uma abstenção.

Antes da Ordem de Trabalhos o sócio João Maria Mendes propôs que se convidasse o Dr. João Almada, da ilha de S. Jorge, para ser sócio correspondente, enquanto o sócio Jorge Forjaz propôs o mesmo relativamente ao Doutor Luís Filipe Pinheiro de Campos, residente na mesma ilha.

Em cumprimento do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, a Tesoureira da Mesa fez uma síntese da situação financeira do Instituto no final do ano transato, enquanto o presidente do Conselho Fiscal leu o Relatório do Conselho Fiscal sobre as contas do exercício de 2019 que se anexa a esta ata. Posto à aprovação, o Relatório foi aprovado por unanimidade.

Nessa sequencia, o sócio João Maria Mendes propôs que se publicassem as Contas do IHIT no site institucional, atualizando-o.

Passando ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente fez um balanço das propostas, em alternativa, de contratos-programa apresentados à DRaC: *Inventário da Casa Machado Pires,* e *Levantamentos sobre o Movimento Associativo e Sindical na Terceira,* informando que se aguarda o resultado de contactos efetuados pela DRaC e que poderão viabilizar um daqueles contratos.

O sócio Jorge Forjaz fez algumas precisões e considerações sobre a casa Machado Pires, e interpelou o sócio Álamo de Meneses na qualidade de Presidente da Câmara quanto ao projetado Centro Interpretativo de Angra do Heroísmo.

Este esclareceu que a parte construtiva do projeto finalizará dentro de um ou dois meses dado que há ainda que rebaixar a rua, e ainda de fazer os arranjos exteriores do edifício que ocorrerão no outono. Relativamente ao equipamento interior, dado não se tratar de uma exposição convencional, far-se-á com o recurso a suportes audiovisuais e eletrónicos cujos conteúdos poderão ser alterados periodicamente e adequados a diferentes temáticas. Nesta ótica, o IHIT poderá apresentar sugestões e projetos de exposição que importa começar a planear.

Perante este esclarecimento o sócio Álvaro Monjardino salientou que qualquer que seja a solução, o centro deverá salientar o que a cidade tem de único, quer no contexto atlântico, quer mundial e evitar apropriações indevidas de projetos a quem a cidade nada diz. A este propósito o Presidente reafirmou a disponibilidade do IHIT em colaborar no que se mostrasse necessário.

De seguida, o Presidente sintetizou os preparativos em curso para a exposição sobre Batista de Lima em colaboração com a Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro. Sobre a brochura *In Memoriam* informou que decorre a recolha de textos e testemunhos.

Relativamente à exposição sobre o liberalismo informou que a sua preparação decorre com a colaboração dos colecionadores Jorge Almeida Nunes e Francisco Maduro Dias. A este propósito, o sócio Álamo Meneses confirmou que o espaço do Centro de Interpretação tem disponibilidade para acolher a exposição.

Por último, relativamente ao projeto de reedição da obra do Cónego Pereira o sócio João Maria Mendes, que o coordena, informou que o primeiro volume já foi entregue acrescentando o Presidente que, neste momento, decorre a consulta de orçamentos a tipografias, estando a Mesa interessada na publicação do segundo volume que incluirá obras menores.

Nada mais havendo a discutir, deu-se por encerrada a reunião pelas 22,45 horas e da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, após lida e aprovada pelos presentes vai ser assinada pela Mesa do Instituto.

O Presidente
José Olívio Mendes da Rocha

A Secretária
Maria Manuel Velasquez Ribeiro

A Tesoureira
Paula Maria Soares Romão

RELAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES ENTRADAS NO INSTITUTO

Publicações Periódicas

Almanaque do Camponez

Culturaçores – Revista de Cultura. Direção Regional da Cultura do Governo dos Açores.

Filatelia Lusitana, Órgão Oficial da Federação Portuguesa de Filatelia.

Fórum Teológico – Revista do Seminário Episcopal de Angra.

Insvlana (n.º LXXI, 2015), Revista do Instituto Cultural de Ponta Delgada.

Islenha, Revista da Direção Regional da Cultura do Governo da Madeira.

Jornal do Exército.

Revista de Guimarães, Publicação da Sociedade Martins Sarmento.

Revista da Marinha.

Monografias e Atas

Borba, Humberto de. (2020). *Angra na Visão de Linschoten – Século XVI.* Turiscon Editora. (oferta do autor)

Chaves, Duarte Nuno. (2017). *Açores e Madeira – Percursos de Memória e Identidade.* São Jorge: Santa Casa da Misericórdia das Velas. (oferta do autor)

Chaves, Duarte Nuno. (2018). *As Imagens de Vestir da Procissão dos Terceiros – Um legado franciscano em S. Miguel, Açores. Séculos XVII a XXI.* São Miguel: Museu Vivo do Franciscanismo; Câmara Municipal da Ribeira Grande. (oferta do autor)

Chaves, Duarte Nuno. (2020). *Conventos Franciscanos nos Açores do Século XXI: Memórias da Província de S. João Evangelista*. São Miguel: Nova Gráfica. (oferta do autor)

Chaves, Duarte Nuno. (2019). *Memória e Identidade Insular – Religiosidade, Festividades e Turismo nos Arquipélagos da Madeira e Açores.* Centro de Humanidades da Faculdade de Ciências Sociais e Humanadas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores; Santa Casa da Misericórdia das Velas. (oferta do autor)

Chaves, Duarte Nuno. (2020). *Questões de Identidade Insular na Macaronésia.* São Jorge: CHAM – Centro de Humanidades; Santa Casa da Misericórdia das Velas. (oferta do autor)

Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. (2019). *Imagens e Memórias do Concelho da Calheta n.º1*. Funchal.

Faria, Manuel. (2019). *O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX.* Separata das Atas do VII Colóquio. Horta: Núcleo Cultural da Horta. (oferta do autor)

Nóvoa, Alberto Sampaio da. (2020). *Açores, uma íntima ligação.* Lisboa: Âncora Editora. (oferta do autor)

Pereira, Pedro Marçal Vaz. (2020). *Abílio Marçal, um Republicano das Beiras: O Homem, o Político e a Obra*. Coingra. (oferta do autor)

Secretaria Regional da Educação e Cultura. (2020). *Antero Hoje, Atas das Iª Jornadas Anterianas*. Angra do Heroísmo. (oferta da Secretaria Regional da Educação e Cultura)

NECROLOGIA

JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO
(1925-2020)

Com 95 anos de idade, ao final do dia 31 de julho de 2020, Joaquim Veríssimo Serrão faleceu num lar de Santarém. Em vida, foi essencialmente um historiador e um académico, de todo marcante na evolução historiográfica e na vivência universitária de Portugal na 2ª metade do século XX. Os inúmeros discípulos reconhecem-lhe muitas e idênticas qualidades, quer no ensino, como professor clarividente e cativante, quer na investigação, como cientista rigoroso e divulgador. Com o seu finamento, extinguiu-se uma espécie, a saber, a do historiador total, capaz de nos contar com adequado desenvolvimento e relativo equilíbrio todos os tempos e todas as incidências da multisecular história portuguesa, tudo fruto de uma pangeia de erudição e de cultura.

Após uma entrada em falso em Direito, Joaquim Veríssimo Serrão conclui, em 1948, em apenas quatro os cinco anos do curso de Ciências Histórico-Filosóficas da Universidade de Coimbra, mediante a apresentação de uma tese intitulada *O Sentido da História. Breve introdução a um problema*. Pouco depois, em 1950, ruma a França, até à Universidade de Toulouse, onde desempenha funções de leitor de Cultura Portuguesa. Aqui, em 1953, realiza um primeiro doutoramento sobre *A Infanta D. Maria (1521-1570) e a sua Fortuna no Sul de França,* desenvolvendo também investigação, vertida em mais publicações, acerca da estância de letrados portugueses em Toulouse, por exemplo, António Gouveia, Francisco Sanches, Diogo de Teive e Manuel Álvares. De retorno a Portugal, em 1957, submete um novo doutoramento à Universidade de Coimbra sobre *O Reinado de D. António, Prior do Crato (1580-1588)*. A audácia, mesmo a provocação, da submissão ao crivo dos lentes de uma dissertação sobre um rei que verdadeiramente não o foi granjeia respeitabilidade. Sobretudo quando a análise do texto evidencia um aparato crítico e um fundamento documental, que secundarizam qualquer propósito sentimental de promoção de um monarca português contra as pretensões de Espanha. Feito isto, ingressa finalmente na carreira universitária em Portugal, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, desempenhando inicialmente funções de Assistente, depois de Professor, Extraordinário em 1965, Catedrático a partir de 1972. Em sequência, no exercício da gestão, atinge o patamar máximo da hierarquia universitária no desempenho da função de Reitor da Universidade de Lisboa em 1973 1974,

no âmbito de um mandato interrompido pela eclosão do 25 de abril. Mais tarde, entre 1980 e 1984, ainda retorna à administração académica como Presidente da Comissão Instaladora do Instituto Politécnico de Santarém, correspondendo a um chamamento da sempre amada terra natal.

A par de um percurso essencialmente académico, para além do perímetro universitário, Joaquim Veríssimo Serrão também trilha os caminhos da intervenção cultural pública. Com efeito, entre 1967 e 1972, assumiu a direção do Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian em Paris. Digno de nota, na capital francesa, promove a publicação dos *Arquivos do Centro Cultural Português* e exerce uma diplomacia cultural, que contraria a imagem tendencialmente negativa de Portugal na Europa desse tempo.

A relevância de Joaquim Veríssimo Serrão na historiografia portuguesa resplandece na sua vastíssima bibliografia, composta por centenas de títulos, o primeiro dos quais anterior à obtenção do título de licenciado, de concreto, e de 1947, o *Ensaio Histórico sobre o Significado da Tomada de Santarém aos Mouros em 1147*. Além disso, o autor toca espaços, tempos e abordagens mil. Com efeito, incide na dimensão e na essência do nacional, mas tanto procura alicerce nos estudos locais, por exemplo, os santarenos, como busca projeção nas perspetivas universalistas, considerando a nossa filiação europeia, sobretudo a nossa extensão ultramarina, luso-brasileira e ibero-americana. Do mesmo modo, procede à conciliação da prática com a teoria, cultivando quer a narrativa mais informada quer a reflexão mais elaborada. De resto, estabelece harmonização entre a ação individual, bem expressa na publicação quase fora de tempo de uma *História de Portugal* de criador único, e a participação coletiva, de todo evidente em abundante colaboração na *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* e no *Dicionário de História de Portugal*. Porém, em matéria de temas, no labor de Veríssimo Serrão, tendencialmente abrangente, sempre é possível a distinção de áreas de preferência. Na base de uma referência medieval, bem expressa em *Portugal e o Mundo nos Séculos XII a XVI*, a análise incide mais na Idade Moderna, por exemplo, nas eras renascentista e das descobertas, quando os portugueses alargam os horizontes da Europa, mas regista prolongamento até à transição do Antigo Regime para o Liberalismo, através do estudo de personalidades marcantes da política e da cultura, casos do Marquês de Pombal e de Alexandre Herculano. Em maior detalhe, distinguimos a investigação sobre as histórias de Portugal (nos séculos XV a XVIII) e do Brasil (nos séculos XVI e XVII), que inclui, por exemplo, a explicação da crise dinástica e da união ibérica do termo de quinhentos, também um entendimento do próprio domínio filipino, bem diverso da tradicional perceção nacionalista, crente na incursão do Reino e do Império em decadência fatal. Por acréscimo, sobre a centúria de quinhentos, são muitas as revelações da correspondência diplomática com as principais cortes europeias e da participação dos humanistas portugueses no movimento cultural europeu. No entanto, a verdadeira condição de historiador ressalta dos ensaios sobre a história e a epistemologia da História, ainda hoje relativamente escassos na historiografia portuguesa.

À vista do grande público, que conta cada vez mais nas sociedades democráticas, a *História de Portugal* constitui a *Magnum Opus* da carreira de historiador de Joaquim Veríssimo Serrão. Curiosamente, em 1963, em alinhamento com as conceções historiográficas mais avançadas, o académico proclamava a extinção dos historiadores de recheio enciclopédico, sugerindo a redação de uma obra coletiva pelos melhores especialistas, considerando o progresso da especialização e a abundância das fontes e da bibliografia. Todavia, contra corrente, em 1977, dá à estampa o 1º volume de uma *História* de autor único. Para tanto, invoca as consequências da revolução portuguesa de 1974, na vivência comunitária, uma impetuosa corrente desnacionalizante, na vivência pessoal, a disponibilidade de mais tempo, fruto de um injusto afastamento das lides universitárias por cerca de cinco anos. Assim, ao arrepio das novas tendências, também elas questionáveis, elege por principal objetivo o realce da identidade portuguesa, acentuando a génese, a afirmação, sobretudo a necessidade da sua defesa. De início, o projeto consistia na publicação de três volumes, necessariamente de síntese, referentes a uma cronologia, que principiava em 1080, antes do reconhecimento de Portugal, e que terminaria no ultimato inglês de 1890, embora se admitisse a redação de mais um livro sobre temas hodiernos, consoante a apetência dos leitores. A extensão do primeiro dos volumes, até à conquista de Ceuta em 1415, atesta o cumprimento deste plano. No entanto, a infinidade e a riqueza dos manuscritos e dos impressos subvertem de todo o desígnio original. Assim, até 1990, chegam aos escaparates mais onze livros, que concluem a narrativa no crepúsculo da 1ª República em 1926. Uma década volvida, movido por um ímpeto um tanto pessoal, contra a maldição da memória da Ditadura Militar e do Estado Novo, Veríssimo Serrão acrescenta, até 2011, mais sete volumes à coleção, que adquire também o caráter de fonte para a caracterização de tempos contemporâneos.

A escrita de uma *História de Portugal* por um único punho acarreta naturalmente vantagens e desvantagens. Entre as primeiras, a unidade do estilo, eventualmente a coerência do plano. Entre as últimas, o desequilíbrio das partes, consoante a especialização do autor. Dito isto, resta acrescentar que a coletânea de Joaquim Veríssimo Serrão prima pela abundância e pela riqueza da informação factológica, pela ponderada sugestão de fontes e de bibliografia, também pelo caráter didático. Razões de sobra para que todos confluam na sua consulta, dada a utilidade dos resultados. Pena é que pruridos historiográficos e escrúpulos políticos, uns e outros de todo dispensáveis, levem muitos à sua omissão na altura da citação.

O reconhecimento da obra científica e da ação pedagógica de Joaquim Veríssimo Serrão resulta na admissão em muitas agremiações culturais portuguesas e estrangeiras. Em Portugal, registemos os casos da Academia das Ciências de Lisboa, da Academia de Marinha e da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Na Europa, citemos a Real Academia de la Historia e a Academia Europea de Yuste, em Espanha, e a Académie du Monde Latin de Paris, em França. No Novo Mundo, ressalta a pertença ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e à Academia Brasileira de Letras, no Brasil, e a todas as academias de História de língua castelhana, a saber, da Venezuela, da Argentina, do

Uruguai, da Bolívia, da Colômbia, do Chile, de Porto Rico e da República Dominicana. À parte, destacamos o caso da Academia Portuguesa da História, da qual foi Presidente durante mais de 30 anos, entre 1975 e 2006, passando ainda depois à condição de Presidente Honorário. Aliás, devo-lhe a admissão neste grémio dos historiadores portugueses em 2001.

A distinção do historiador Joaquim Veríssimo Serrão contempla ainda a conquista de diversos prémios: Alexandre Herculano, em 1954, D. João II, em 1965, Identidade Nacional, em 1992, Príncipe das Astúrias em Ciências Sociais, em 1995; também a atribuição de vários doutoramentos *Honoris Causa*: em 1974, pela Universidade de Montpellier, em 1995, pela Universidade Complutense-Cáceres, em 2011, pelo Instituto Politécnico de Santarém; ainda o recebimento de muitas condecorações: em Portugal, de Comendador da Ordem da Instrução Pública, em 1971, a Grã Cruz da Ordem Militar de Santiago da Espada, do Mérito Científico, Literário e Artístico, em 2006, e a Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra, em 2007, em Espanha, os títulos de Excelentíssimo Senhor da Grã Cruz da Ordem do Mérito Civil, em 1990, e da Grã Cruz da Ordem Civil de Afonso X, o Sábio, em 1995, e a Medalha de Prata da Galiza, em 1993, no Brasil, de Comendador da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, em 1966, na Venezuela, a Grã Cruz da Ordem de Andrés Bello, em 1994.

A probidade pessoal e a competência científica e pedagógica ainda não chegam para a identificação de Joaquim Veríssimo Serrão como personalidade de todo consensual. Para tanto, pesam um caráter um tanto polémico, uma verve um tanto polemista. As aproximações políticas, apesar de diversas, criam-lhe sempre algum engulho. No salazarismo, paga a audácia da aproximação ao MUD Juvenil. Talvez por isso, não ingressa de imediato na carreira universitária após a licenciatura de 1948, nem acede com facilidade ao magistério na Universidade de Lisboa depois do doutoramento de 1957. No marcelismo, Reitor e eventualmente ministeriável, paga o apego ao último Presidente do Conselho de Ministros, evidenciando um sentimento de lealdade bem expresso na própria bibliografia, a saber, nas *Confidências do Exílio* de 1985 e na *Correspondência com Marcello Caetano (1974-1980)* de 1994.

No fim da vida, na Santarém natal, terá encontrado a merecida paz. Aliás, ao semanário regional *O Mirante* disse mesmo que "quero ficar conhecido como um fervoroso amigo da minha terra". Teve a merecida recompensa. Ainda em vida, a criação de um Centro de Investigação com o seu nome e a inauguração de uma estátua. À data da morte, a declaração de três dias de luto municipal.

Ponta Delgada, 28 de novembro de 2020.

Avelino de Freitas de Meneses
(Professor Catedrático da Universidade dos Açores)

Índice

Pag.

Ciclo de Conferências

João Maria Mendes - *Palestra Comemorativa dos 525 anos do Hospital de Santo Espírito* 15

Henrique Monteiro - *A Maçonaria e a Comunicação Social* 31

História

Cristian Garcia Ortiz - *A Quinta da Família Fisher na Terra-Chã (Terceira, Açores)* 41

Pedro Marçal Vaz Pereira - *500 anos do Correio em Portugal* 49

José Olívio Mendes - *GUNGUNHANA e companheiros de exílio e as marcas que deixaram em Angra do Heroísmo: novas fontes que permitem novas leituras* 73

ANEXO 91

Altino Silva Pinto; Jorge Almeida Nunes - Do Internamento à Libertação – *A Saga dos Prisioneiros de Guerra (POW) Alemães em Moçambique* 101

Maria Manuel Velásquez Ribeiro – *Representar a guerra: Os Açores, a Grande Guerra e os museus temáticos* 139

Hélio Soares; Joana Simas - *A migração jorgense para Angola: o caso de S. Jorge do Catófe* 151

Arte e Património

Leandro Ávila; Pedro Aguiar – *A Igreja de Santa Margarida do Porto Martins: contextualização e processo construtivo* 171

Pag.

Jorge Forjaz; José Luís Neto; Luís Borges; Pedro Parreira - *Acompanhamento arqueológico na Praça Velha, Angra do Heroísmo* 197

Francisco Maduro-Dias; José Luís Neto; Luís Borges; Pedro Parreira - *Nota sobre a eventual destruição do convento de São Tomás de Vilanova da Praia da Vitória* 213

António Félix Rodrigues - *Evidências de uma ocupação arcaica no Arquipélago dos Açores* 225

Antonieta Costa - *O Grupo 6 da Serra do Cume: Desenvolvimento da descrição iniciada em 2014* 245

Geopolítica e Geoestratégia

Tânia Santos Mendes - *Presença Norte-Americana nos Açores – Séculos XIX e XX* 257

Documentos

JJosé Olívio Mendes - *O Distrito de Angra do Heroísmo na correspondência do Governador Civil para o Ministro do Interior no ano 1941* 277

ANEXO 1 297

ANEXO 2 303

Manuel Faria – *Tombo do Castelo de São João Batista da Ilha Terceira e Terrenos Anexos* 323

ANEXO 1 325

ANEXO 2 337

Dionísio Sousa - *Quatro Provisões e Quatro juramentos e tomadas de posse: A solução documentada para outros tantos enigmas da vida pública do historiador Francisco Ferreira Drummond (1796-1858)* 339

ANEXO 347

Pag.

Vária

Daniel A. Pereira - *Na apresentação pública da obra de Jorge Forjaz, Genealogias das Ilhas do Fogo e Brava e de Bissau – Subsídios* 363

Vida do Instituto

Relatório do Presidente 2019 375

Ata da eleição dos novos corpos diretivos do IHIT (novembro de 2019) 395

Proposta de atividades para o ano de 2020 399

Demonstrações Financeiras 2019 405

Relatório do Conselho Fiscal sobre as contas do exercício de 2019 425

Ata da 1.ª Reunião Ordinária de 2019 (6 de janeiro) 427

Ata da 2.ª Reunião Ordinária de 2019 (7 de julho) 429

Ata da 3.ª Reunião Ordinária de 2019 (31 de julho) 433

Relação das Publicações Entradas no Instituto 437

Necrologia

Joaquim Veríssimo Serrão (1925-2020) 441

Ficha técnica

Edição:
Instituto Histórico da Ilha Terceira

Execução Gráfica:
Coingra, Lda. – www.coingra.pt

ISBN: 978-972-9220-46-3

Dep. Legal: 158131/00

350 exemplares